



# BOLETIM **CULTURAL**

VILA NOVA DE FAMALICÃO





# BOLETIM **CULTURAL**

VILA NOVA DE FAMALICÃO

# Boletim Cultural

## Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



III série | nº6/7

### EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

### DIRECTOR

Armindo Costa

Presidente da Câmara Municipal

### DIRECTOR ADJUNTO

Paulo Cunha

### COORDENADOR

Artur Sá da Costa

### CONSELHO CONSULTIVO

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Armando Coelho Ferreira da Silva, Artur Sá da Costa, José Agostinho Pereira, Norberto F. Cunha

### COLABORAM NESTE NÚMERO

António Joaquim Pinto da Silva, Angel Villa Valdás, Armando Coelho Ferreira da Silva, João Machado, Rui Lobato, Gonçalo Cruz, José Antunes, Teresa Costa, Alvaro Brito Moreira, João Mendes Ribeiro, Isabel Drumont de Braga, Pedro Gomes Barbosa, Artur Sá da Costa, Paulo Costa Pinto, José Manuel Lopes Cordeiro, José Manuel Lages, Mariana Jacob Teixeira, António Gonçalves, Varico da Costa Pereira, Manuela Granja, Nelson Pereira, Paulo Campos Pereira, Carlos Mota, Dália Paulo, Joana Almeida Ribeiro, Júlio Machado Vaz, João Medina, Artur Ferreira Coimbra, Paulo Eduardo Guimarães, António José Queiroz, Ernesto Castro Leal, José Amado Mendes, Amadeu Gonçalves, Norberto Ferreira da Cunha, Paula Lamego, Rogério Bruno Guimarães Matos, Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia, Joana Teresa Ribeiro do Couto, Isaura Costa, José Agostinho Pereira, António Freitas (fotógrafo)

### SECRETARIADO

Alexandrina Costa

### EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito – Maia

### TIRAGEM

500 exemplares

### ISSN

0871-3308

### DEPÓSITO LEGAL

22605/90

# Índice

Saudação 9  
*Armindo Costa*

Editorial 11  
*Artur Sá da Costa*

## I – História Local

Centenário da República (1910-2010) 19  
Homenagem à 1ª vereação republicana municipal  
*Artur Sá da Costa e António Joaquim Pinto da Silva*

Fac-simile do auto de proclamação da República em Vila Nova de Famalicão 33

Fac-simile do auto de posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal  
(Acta n.º 1) 39

Da casa do Foral aos 50 anos dos Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão 43  
*António Joaquim Pinto da Silva*

## II – Seminário: Monumentos Balneários do noroeste peninsular – da proto-história à Idade Média

Las saunas castreñas: Santuários Urbanos en la Protohistoria Cantábrica 57  
*Angel Villa Valdés*

Balneários Castrejos: Do Primeiro Registo à Arqueologia Experimental 79  
*Armando Coelho Ferreira da Silva, João Machado, Rui Lobato*

Algumas considerações em torno dos balneários da Citânia de Briteiros 89  
*Gonçalo Cruz, José Antunes e Teresa Costa*

O balneário castrejo do Monte Padrão, Santo Tirso 97  
*Álvaro Brito Moreira*

Projecto de valorização, reabilitação e conservação das termas romanas de  
S. Pedro do Sul. Programa de trabalhos, metodologia e conceito de intervenção 125  
*João Mendes Ribeiro*

### **III – Seminário: Os Novos caminhos da história local e regional – 30 anos de Boletim Cultural**

Antigas e Novas Revistas de História Local e Regional: Objectivos e Alcances 137  
*Isabel Drumont de Braga*

A universidade e os municípios: história de uma colaboração 149  
*Pedro Gomes Barbosa*

B.C. – continuidades vs. descontinuidades 155  
*Artur Sá da Costa*

Índices (temático e de autores) da I e III série do Boletim Cultural da Câmara  
Municipal de Vila Nova de Famalicão 161  
*Amadeu Gonçalves*

### **IV – Seminário: Rede de Museus. Território. Identidade. Património**

O Castro das Eiras no contexto da Cultura Castreja  
e da Rede de Castros do Noroeste do Noroeste Peninsular 193  
*Armando Coelho Ferreira da Silva - Paulo Costa Pinto*

Museu da Industria Têxtil da Bacia do Ave: um percurso de 25 anos 207  
*José Manuel Lopes Cordeiro*

O Museu da Guerra Colonial – Breve História da Guerra Colonial 217  
*José Manuel Lages*

O Museu da Guerra Colonial e os Museus Militares 221  
*Mariana Jacob Teixeira*

O Centro de Estudos do Surrealismo  
Rede de Museus e Centros de Arte Contemporânea 231  
*António Gonçalves*

Museus de arte sacra e turismo religioso: O caso de Vila Nova de Famalicão 233  
*Varico da Costa Pereira*

Vida e história do Museu de Cerâmica 245  
*Manuela Granja*

Gestão Integrada do Património Cultural no concelho de Vila Nova de Famalicão.  
O caso prático da freguesia de Gondifelos 257  
*Nelson Pereira e Paulo Campos Correia*

Conservação de Museus	273
<i>Carlos Mota</i>	
Design para os museus: os museus enquanto objectos desenhados	279
<i>Francisco Providência</i>	
A Rede de Museus do Algarve – reflexão e acção museológica	289
<i>Dália Paulo</i>	
Museus de Famalicão – justificar-se-á a criação de uma rede?	299
<i>Artur Sá da Costa</i>	
O Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado e os seus Públicos	323
<i>Joana Almeida Ribeiro</i>	
Dois Núcleos (Lousado e Nine). Um Museu: Museu Ferroviário do Minho	371
<i>Artur Sá da Costa</i>	
Rede Museológica Municipal – Declaração de Princípios	381

## **V – Museu Bernardino Machado – Centenário da I República**

Culto privado	395
<i>Júlio Machado Vaz</i>	
Rafael Bordalo Pinheiro, Criador do Zé Povinho	401
<i>João Medina</i>	
A contra-revolução monárquica e a figura de Paiva Couceiro (1911-1919)	407
<i>Artur Ferreira Coimbra</i>	
A questão operária na I República: historiografia e memória	421
<i>Paulo Eduardo Guimarães</i>	
Alternativas à esquerda na I república: a Esquerda Democrática	431
<i>António José Queiroz</i>	
Os partidos políticos republicanos: uma perspectiva histórico-política (1910-1926)	441
<i>Ernesto Castro Leal</i>	
Industrialização e sociedade na I República: conflito de interesses	457
<i>José Amado Mendes</i>	
Ética e República. O cidadão ideal	465
<i>Amadeu Gonçalves</i>	



A “nova alvorada”: o espírito comemorativo republicano  
(1891-1899) 473  
*Amadeu Gonçalves*

José Relvas e Bernardino Machado (Correspondência) 479  
*Norberto Cunha*

## **VI – Património Cultural**

Reflexão para um *itinerário cultural de arquitectura, (made in)dústria*  
Riba d’Ave e Oliveira de S. Mateus 489  
*Rogério Bruno Guimarães Matos; Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia;*  
*Joana Teresa Ribeiro do Couto*

As pontes e os núcleos molinológicos na definição da malha viária sobre o Ave  
– Vila Nova de Famalicão / Trofa 495  
*Rogério Bruno Guimarães Matos*

## **VII – Informação Cultural** 507

*Isaura Costa e José Agostinho Pereira*

## Política cultural, múltipla, diversidade e plural

A política cultural desenvolvida pelos municípios pode ser observada por muitos ângulos. Quem a avalia de forma parcelar ou pelas suas expressões mais mediáticas corre sérios riscos de cometer erros de apreciação e praticar injustiças.

Uma política cultural séria, sustentada e estrategicamente orientada abarca um campo vasto e diversificado de iniciativas e atividades, que engloba necessariamente a criação e dinamização de uma rede de bibliotecas, museus, arquivos, casas de arte e centros culturais implantados por todo o território municipal. Mas integra também a defesa e preservação do património histórico-cultural, como a valorização das tradições populares, até ao apoio do associativismo cultural e recreativo.

Por outro lado, como é público e notório, ocorrem todos os dias atividades culturais e artísticas no nosso concelho, promovidas e organizadas por agentes culturais privados de forma autónoma. E não raras vezes estas iniciativas emergem de parcerias entre o município e as instituições particulares. Isto é, a intervenção municipal no setor cultural não prescinde, antes pelo contrário, da força das instituições culturais privadas.

Só um espírito aberto e informado tem condições para compreender esta realidade múltipla e diversificada, interpretada e executada por um painel diferenciado de agentes, públicos e privados, em estreita cooperação. Compreender esta complexa e dinâmica atividade cultural das autarquias e, no caso concreto de V.N. de Famalicão, tem uma importância decisiva porque o que está em causa é a própria vida das pessoas e o desenvolvimento comunitário. Além do mais, a cultura tem hoje uma dimensão económica que não pode deixar de pesar nas definições programáticas e nos investimentos que lhe são afetados.

Tudo isto serve para concluir que, se existe setor onde os investimentos são reprodutivos ele é sem dúvida o cultural. Cria empregos e riqueza económica, valoriza e promove as pessoas, servindo ainda de alavanca para a competitividade e projeção do município, aquém e além-fronteiras.

.....  
<sup>1</sup> Presidente da Câmara Municipal.



## Centros de estudo e documentação, âncoras municipais de desenvolvimento

Reúnem-se neste número do Boletim Cultural os estudos apresentados em dois seminários: a) Monumentos balneários do noroeste peninsular (da proto-história à Idade Média), b) Rede de museus. Território. Identidade. Patrimónios; os artigos do colóquio, Novos Caminhos da História Local e Regional e alguns outros, do ciclo de conferências, As Grandes Questões da I República, organizados em 2010 e 2011, pelo pelouro da cultura da câmara municipal, através de algumas instituições culturais sob a sua tutela orientadora.

Esta é apenas uma parte da produção teórica exposta e debatida em algumas das iniciativas, embora das mais relevantes, dirigidas para a investigação e o estudo de questões histórico/culturais. De fato, no período de tempo referido, o município de V.N. de Famalicão promoveu outros eventos congéneres, entre os quais, os Encontros de Outono, as Conferências da Primavera e o colóquio Um Pensador Multifacetado, dedicado a Eduardo Prado Coelho, sob o encargo organizativo, respetivamente, dos museus, Bernardino Machado, da Indústria Têxtil e da biblioteca municipal Camilo Castelo Branco. Aliás, estes últimos, já têm lugar cativo no calendário anual, vindo os Encontros de Outono de 1997. Realizaram-se ainda palestras individuais, como a de Júlio Machado Vaz, cuja presença no museu consagrado ao seu bisavô, Bernardino Machado, nos deixou muito felizes e agradecidos.

É pouco relevante saber se o enunciado dos debates é ou não exaustivo. O que ressalta ao nosso olhar e se afirma como uma evidência é a existência de uma prática regular e periódica de reflexões sobre grandes temas da história e da cultura moderna e contemporânea portuguesa, sendo certo, que ela se encontra enraizada e consolidada nos hábitos culturais dos famalicenses. Já vem de longe esta linha estratégica. E se nesta fase a discussão teve como alvos privilegiados a celebração da I República, a cultura castreja e a rede de museus, houve outros tempos em que o centro das atenções foi o centenário da morte de Camilo, ou mais recentemente, os oito séculos do foral de D. Sancho I e os 170 anos da fundação do concelho.

O Boletim Cultural não tem capacidade, muito menos a pretensão, de publicar todos os estudos apresentados nos seminários/colóquios/conferências realizados, no concelho de V.N. de Famalicão, mesmo tão só os promovidos pelo pelouro da cultura. Tarefa impossível. Além do mais, seriam necessários vários volumes anuais. Depois, algumas unidades culturais do departamento de cultura escoam esses trabalhos em publicações próprias, editando as respetivas atas (cadernos Bernardino Machado, revista Arqueologia Industrial e coleção Estudos Camilianos). Outras instituições optam por editar catálogos ou monografias, como tem acontecido com a biblioteca municipal, o arquivo histórico e o gabinete de arqueologia.

Esta circunstância, com antecedentes e não irrepetível, de se publicar neste B.C. os textos teóricos, enfatize-se, de grande qualidade científica, de várias dezenas de investigadores/académicos, oriundos de centros de investigação e de universidades portuguesas e do noroeste peninsular, sobre alguns temas centrais do universo cultural e do pensamento contemporâneo, como os monumentos dos balneários castrejos no noroeste peninsular (o seu significado e compreensão à luz das mais recentes investigações e como os retirar da penumbra do tempo e os valorizar); as redes de museus (as municipais e todas as outras, o planeamento e a coesão territorial, o património cultural e a identidade das comunidades locais); as grandes questões da I República (religião, educação, partidos políticos, indústria, operários e sindicatos, etc., cem anos depois,

<sup>1</sup> Coordenador editorial.

a teoria e a prática); e os novos caminhos da história local e regional (um novo paradigma da história local/regional emergiu nas últimas décadas da democracia. De que forma? Em que consiste esse modelo?), dizia que a divulgação neste volume do B.C. desta produção científica, emergente da atividade cultural do município, pretexta que se inquiria se não estamos perante uma situação ocasional, esporádica, ou, ao contrário, se existe uma prática regular, consolidada e sustentada dessas atividades. Uma segunda pergunta, torna-se inevitável, qual seja a de encontrar as razões explicativas para esta situação. Existirá sempre a tentação de acrescentar a questão de saber porque se silenciam nos media estas funções das autarquias. Mais, porque as ignoram os detratores do poder local democrático? Fica a interrogação.

Já houve oportunidade para assinalar a existência de um nexo de causalidade entre o projeto cultural municipal e o crescimento editorial ocorrido nas duas últimas décadas no município de V.N. de Famalicão. Mais concretamente estabelecer uma relação causal, entre a construção de equipamentos culturais, o fomento da investigação histórica local e, consequentemente da ação editorial. (O Livro Municipal, o mal amado das políticas culturais, Bol. Cult, nº3, III série, p.p. 557-560). Por sua vez, o projeto cultural, afirma-se aí, é “tributário de uma forte intervenção municipal na área da cultura e alimenta-se de centros de investigação, do desenvolvimento de projetos culturais, nos mais diversos domínios, como o da história local e regional, da criação literária e artística e da preservação e valorização do património cultural”.

Fica óbvio afinal que as edições estão no fim da linha, tudo emergindo do mesmo movimento cultural, com os centros de investigação a desempenhar uma função crucial no desenvolvimento das atividades de investigação e de dinamização cultural. Sem dúvida, que a construção de uma rede de equipamentos culturais é uma condição necessária para o fomento e democratização da prática cultural, nos mais diversos domínios. Porém, não explica tudo, ou de outro modo, é condição necessária, mas não suficiente. Podem-se construir edifícios ou restaurá-los (sejam museus, bibliotecas ou arquivos), dotá-los de coleções, livros e patrimónios. Porém, não os apetrechar de centros de estudo e documentação, com um corpo de pessoal técnico especializado, afetados a uma missão específica prioritária de promover a investigação, incentivar o estudo e a criatividade, fomentar o debate e o espírito crítico, é correr riscos de os condenar à rotina e a prazo à decadência. Não se questiona, muito menos se põe em causa, a função de reserva de memória e de conservação dos patrimónios. A exigência é outra e ultrapassa esta, valoriza a criatividade, sem pôr em causa aquela, para construir o futuro com a herança recebida.

Como se deixou dito, estes centros científicos são parte integrante de um projeto cultural, que emergiu na década de 80 do séc. XX. Não nasceram do acaso, nem no vácuo. Vieram para resolver problemas e contribuir para o desenvolvimento cultural (e não só) de V.N. de Famalicão. São consequência direta do habitat cultural, que floresceu no território famalicense, após a implantação da democracia, por sua vez, resultante de uma forte intervenção política e financeira municipal na área da cultura, tendo por base um plano estratégico, cuja prioridade era vencer o deficit crónico de “estruturas/base” culturais – uma herança do obscurantismo do Estado Novo – tendente a criar condições de acesso de todos à democratização cultural e a combater uma crise de identidade da sociedade famalicense. Neste contexto, foi essencial e determinante desenvolver várias frentes de trabalho voltadas para a investigação, o estudo e a divulgação da história local. Os centros de documentação e estudo encaixam-se nesta lógica, servindo aquele objetivo. Peças essenciais dos equipamentos culturais, tendo inscrito no seu código genético o desenvolvimento da investigação e o debate de ideias, tinham todas as condições de contribuir para o avanço do processo histórico da sociedade famalicense. O Centro de Estudos Camilianos, uma antiga aspiração da família camiliana, foi o primeiro a nascer em 1987, em instalações cedidas pela Fundação Cupertino de Miranda. Hoje, ocupa um edifício modelar, junto à Casa de Camilo, projetado por Siza Vieira. Há um bom par de anos, ainda ele estava no edifício da biblioteca municipal e já Alzira Seixo afirmava: “nem as universidades possuem centros com esta qualidade”.

O novo edifício da biblioteca municipal, inaugurada em 1992, no contexto da rede nacional de leitura pública, não deixou de incluir um fundo local, concentrando o livro antigo, espólios e bibliotecas particulares doadas ao município. Os museus Bernardino Machado e MIT, aparecidos na década de 90, são dois casos exemplares desta linha programática. Antes de abrirem as portas ao público e enquanto recolhiam e organizavam os espólios e acervos documentais, já se dedicavam à investigação e ao debate. Os setores da arquivística e da arqueologia, sendo pioneiros nas atividades de pesquisa e de conservação, reunindo hoje, respetivamente, vastas massas documentais e importantes acervos patrimoniais, prepararam-se para projetarem no exterior, em edifícios próprios, o seu imenso potencial.

Não se pretende aqui esgotar a discussão deste tema. Em todo o caso, não gostaríamos de terminar sem um breve comentário.

Estes centros foram organizados pelas autarquias locais, ao lado das universidades, mas não sem a sua colaboração e participação, e foram instalados longe das grandes urbes, representando formas de descentralização e de combate à macrocefalia das grandes capitais, constituindo elos de aproximação e de democratização de um país mais encolhido, que cava crescentemente desigualdades e assimetrias entre as regiões e os municípios. A verdade é que eles recolheram e organizaram (e continuam a fazê-lo) documentação, espólios e bibliotecas particulares, que doutro modo se teriam perdido, ou, em alguns casos tinham como destino marcado umas prateleiras anónimas numa cave obscura, de uma das grandes instituições culturais lisboetas. E, acentue-se, promoveram e incentivaram investigações que ninguém garante que alguma vez se concretizariam.

Por último, duas notas finais.

A homenagem à 1ª vereação republicana, com que abrimos este volume, inscreve-se na linha de investigação e de difusão da história local, que tem como antecedentes próximos os 8 séculos do foral de D. Sancho I e a comemoração dos 170 anos da fundação do concelho, consagrando no espaço público a heroicidade e o reconhecimento destes obreiros do nosso município. No caso da geração republicana tratava-se de reparar uma injustiça e ingratidão, que tardavam. Ostracizada e denegrida pelo Estado Novo, durante décadas, a República aguardava a hora de libertação, para resgatar o bom nome e a honra dos homens generosos e idealistas, que a implantaram.

A fechar, nada melhor de que se falar do próprio Boletim Cultural e, especificamente das conclusões do referido colóquio sobre História Local e Regional, dando a palavra a uma das participantes, a Dr<sup>a</sup> Isabel Drumont Braga: “Não obstante, a prática de se publicarem revistas regionais, remontar ao séc. XIX, uma boa parte – à volta de 60 – das que atualmente se publicam são títulos recentes, aparecidos pós 1974, num contexto de valorização da cultura por parte das autarquias”. Para aquela universitária “não se trata de uma inovação no panorama da historiografia nacional, contudo, algum mudou”. E remata: “só nos últimos anos, se tem assistido a um crescente interesse pelo estudo de temas diversos – políticos, económicos, religiosos, sociais, mentais, culturais e do quotidiano. Esta é a nova história local e regional, feita com metodologias atualizadas, apelando a temáticas diversificadas e feita com fontes de natureza dispar e bibliografia atualizada”.

Podemos concluir com satisfação e orgulho: O Boletim Cultural do município de V.N. de Famalicão, gerado em 1980, é parte deste movimento, que mudou em Portugal o paradigma da história local e regional.





I  
**História Local**







1910-2010

# CENTENÁRIO I REPÚBLICA

*Vila Nova de Famalicão*





# Centenário da República (1910-2010)

## Homenagem à 1ª Vereação Republicana

por Artur Sá da Costa<sup>1</sup> e António Joaquim Pinto da Silva<sup>2</sup>

A oito de outubro de 1910 – três dias após a implantação da República em Portugal –, Joaquim José de Sousa Fernandes, Administrador do concelho, nomeado por despacho do Governo provisório deu posse, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, aos seguintes vereadores:

António de Araújo Costa  
Francisco Maria de Oliveira e Silva  
Zeferino Bernardes Pereira  
Alfredo Rodrigues da Costa  
Augusto de Sá Pinheiro Braga  
Domingos Lopes da Silva  
Teófilo Vaissier

Acto contínuo tomaram “imediatamente assento, após o que o senhor António de Araújo Costa que ocupou a cadeira da presidência, tomou a palavra para congratular-se com o advento da República” (Acta nº 1, da Comissão Administrativa Municipal).

Todos eles, bem como outros tantos, que foram nomeados vereadores suplentes, integravam a Comissão Municipal Republicana, o órgão de direcção do partido republicano, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Deste modo, passaram “e de conformidade com as instituições do referido Governo Provisório a ocupar os lugares de vereadores deste município” (idem). Diga-se que na sessão seguinte, Sousa Fernandes, Administrador do Concelho declarou que “presidia a esta sessão, e presidirá de futuro como presidente do município” (Acta nº2, 15 de Outubro). Ficava completa a constituição da Câmara Municipal, que governará o município até às eleições autárquicas no final de 1913, sem prejuízo de sucessivas recomposições no decorrer do tempo, que vão assinadas à frente.

É um lugar comum afirmar-se que a revolução do 5 de Outubro, com o epicentro na capital do país, chegou à província pelo “ponto, traço” do telégrafo. Sendo certo, que a monarquia caiu às mãos civis e militares dos revoltosos da Rotunda, capitaneados por Machado dos Santos, não menos verdade é reconhecer que os ideais republicanos se difundiram nos anos anteriores pelo território nacional e, em particular, pelos centros urbanos, graças à poderosa propaganda republicana. É o caso de Vila Nova de Famalicão, onde a partir de 1895, um grupo de intelectuais, proprietários e empresários lideraram um forte movimento republicano. Entre eles destacou-se Joaquim José Sousa Fernandes, ao tempo um empresário bem-sucedido, que emigrou aos 13 anos para o Brasil, aí fez fortuna e no regresso fundou e dirigiu em 1895 o jornal “O Porvir”, fazendo dele a maior tribuna de propaganda do ideário republicano em terras famalicenses. A seu lado estavam outras personalidades, como Manuel Pinto de Sousa, também ele fundador e director, no mesmo ano, do semanário “Estrela do Minho”, sediado na Tipografia Minerva, bem como os jovens universitários, Gonçalves Cerejeira e Eduardo Carvalho. Bernardino Machado, obviamente, ao tempo já figura cimeira do Republicanismo pairava

.....  
<sup>1</sup> Director do Departamento de Cultura, Câmara Municipal.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico, Câmara Municipal.

sobre este combate político, constituindo uma referência, um amigo e companheiro destes seus conterrâneos, que os apoiava sempre que podia ou era solicitado. Aliás as suas deslocações a Famalicão faziam-se com regularidade. A sua casa de Rorigo era por essa altura o seu refúgio.

No mesmo dia em que o primeiro número do “Porvir”, a 29 de Maio de 1895, sai para a rua, é organizada no concelho a primeira Comissão Municipal Republicana. Seguem-se três anos de grande actividade, tanto a nível de acção e propaganda no “Porvir”, como no combate político, disputando os republicanos inclusive, neste ano, as eleições para a Câmara Municipal, com lista própria. O regresso ao Brasil de Sousa Fernandes arrastou consigo o declínio deste movimento. O “Porvir” desaparece e a actividade politica republicana esmorece, demitindo-se a Comissão Republicana. As tentativas para a manter ativa fracassaram.

O ressurgimento dá-se em 1906, coincidindo com o retorno à pátria de Sousa Fernandes. O Porvir volta às bancas e Joaquim Sousa Fernandes profere uma conferência na recém criada “Associação do Operariado Famalicense”, com sede no teatro Progresso, na actual Av. Narciso Ferreira. A partir daqui a actividade política de difusão do ideário republicano e do combate à monarquia não mais pararia, acompanhando, de resto o programa do Partido Republicano nacional. Em 1908 constituiu-se nova Comissão Republicana. Mais tarde, em 1909 no Hotel Vilanovense, sito na rua Adriano Pinto Basto, funda-se o Centro republicano Bernardino Machado, onde este faz a conferência inaugural, intitulada “Têm liberdade as monarquias em Portugal?”, e onde o estadista, recorda “os tempos de mocidade que passou em Famalicão e das figuras destacadas da política liberal d’esse tempo” (in O Porvir, 18.11.1909).

Pouco depois, realiza-se no Hotel do Carmo, instalado em 29 de Setembro de 1910, na casa dos Machados, no antigo Campo da Feira, hoje Praça D. Maria II, propriedade de Bernardino Machado, uma reunião do partido republicano local, tendo o dr. Luíz Gomes proferido uma conferência.

Não é de estranhar que, chegada a hora da República em Portugal, os republicanos famalicenses estejam preparados para assumir os destinos do governo municipal. A prova é que a Comissão Municipal Republicana, tal como as Comissões Paroquiais, passaram a funcionar como Comissões Administrativas, respectivamente da Câmara Municipal e das juntas de freguesia. Diga-se que esta situação criou um vazio no partido republicano local, só preenchido já ia longo o ano de 1912, quando os republicanos elegem, no hotel do Carmo uma Comissão Municipal, chefiada uma vez mais por Sousa Fernandes. Refira-se que na presidência da Assembleia estava Álvaro de Castelões, o poeta do “Soneto Neo-Latino”, que editou conjuntamente com Júlio Brandão.

Acrescente-se que a Comissão Administrativa Republicana manteve-se em funções até 1913, ano em que se realizaram as primeiras eleições autárquicas.

O trabalho desta 1ª Vereação concentra-se, antes de tudo na implantação do ideário republicano no concelho, que de acordo com a proposta do Vice-Presidente (Acta nº 2, de out. 1910) “tem de fazer uma remodelação completa, não só nas instituições como nos costumes, nos homens, e nas coisas que se opunham à norma de conduta que se deseja estabelecer ...”, o qual se traduziu, entre outras medidas, numa reforma toponímica, iniciada logo na primeira reunião, após a posse, a 15 de Outubro, atribuindo o nome ao espaço envolvente do tribunal de “Praça da Republica” ao até então chamado “Largo do Príncipe Real”, e o nome “cinco de Outubro” à rua de Santo António, mudanças que prosseguem com a atribuição do nome de “Rua da Liberdade” à denominada Rua da Estação, que hoje, vai a caminho de um século, ainda perdura e que nem a ignomínia da ditadura teve coragem de eliminar.

Este espírito de mudança alargou-se a outros sectores, designadamente, ao ensino e à cultura, com destaque para a criação da Biblioteca Municipal “Camilo Castelo Branco”, no ano de 1913, quando a República celebrava os três primeiros anos de vida. Uma obra que nasce do ideário republicano, na crença da instrução

do povo, abrindo com “dois mil e quatrocentos e trinta e nove volumes”, resultante de ofertas “quer de livros, quer de dinheiros dos compatriotas que se dedicam aos bens da instrução e ao engrandecimento da nossa terra (Auto de inauguração, 5 de out. 1913). Neste contexto, assume relevância e significado político a deliberação tomada em 22 de Outubro (Acta nº 3) de pôr termo ao encerramento da escola oficial do Louro, que “o senhor Costa e Sá construiu a expensas suas” e que estava fechada há cerca de dois anos. A Comissão de três vereadores, nomeados para dialogar com o proprietário da escola informou a Câmara, oito dias passados, que o problema estava sanado. Serviu de exemplo para que outras fossem criadas

A democracia e a participação do povo na coisa pública era naturalmente outro traço dominante dos republicanos, levando-os a aprovar na mesma reunião que “sejam colocados bancos onde o povo possa comodamente assistir às sessões”, as quais passaram a ter regularidade semanal.

São estes homens republicanos por convicção e idealismo, que assumem os destinos do município, uma vez proclamada a República em Portugal, que homenageamos. Ao fazê-lo prestamos-lhe o tributo de reconhecimento e gratidão, por estarem à altura do seu tempo e por terem lutado pelo ideário em que acreditavam. A homenagem estende-se a todos aqueles que anonimamente aderiram e defenderam o ideal republicano.

A melhor forma de expressarmos este reconhecimento público será retirar os seus nomes do anonimato e inscrevê-lo no espaço público da memória e da identidade colectiva famalicenses. A divulgação das suas biografias é um primeiro passo para o alcançarmos ( v. junto).

Nunca é demais vincar, que foram estes republicanos, onde o Senador Sousa Fernandes empenhou o seu prestígio, que liquidaram o desvario tresloucado e megalómano de Narciso Ferreira e do Padre João Machado Silva, de retalhar o território municipal de V.N. de Famalicão, derrotando no Senado a proposta de criar o concelho de Ribá D’Ave.



Homenagem ao Presidente da Câmara Municipal, Sousa Fernandes, 1910-1913.  
Escola Básica n.º 3, Mões, V. N. de Famalicão, antiga casa do Senador Sousa Fernandes.



# Centenário da República (1910-2010)

HOMENAGEM  
À 1ª Vereação Republicana  
1910 - 1913

## **Presidente**

Joaquim José de Sousa Fernandes

## **Vereadores**

Alfredo Rodrigues da Costa(4)  
António de Araújo Costa  
Augusto de Sá Pinheiro Braga(2)  
Domingos Lopes da Silva  
Francisco Maria de Oliveira e Silva(2)  
Teófilo Vaissier(1)  
Zeferino Bernardes Pereira  
Amadeu Pereira(3)  
António Maria Teixeira de Melo(3,6)  
Albino José Marques(3)  
Manuel Pinto de Sousa(5)

Vila Nova de Famalicão, 5 de Outubro de 2011

1. Demitiu-se a 18.03.1911
2. Demitiram-se a 10.06.1911
3. Tomaram posse a 17.06.1911
4. Demitiu-se a 13.07.1912
5. Tomou posse a 12.04.1913
6. Demitiu-se a 23.12.1911, voltou a tomar posse a 27.07.1912 e demitiu-se a 08.04.1913





## ***Joaquim José de Sousa Fernandes (1849-1928)***

Natural de Vila Nova de Famalicão, emigrou para o Brasil em 1862, com 13 anos.

A sua estadia em terras brasileiras viria a ser determinante em termos de adesão ao ideal republicano.

Como em todo o país a última década do século XIX marcou um ponto alto na propaganda republicana em Vila Nova de Famalicão. Na sequência do Ultimatum e da revolução do Porto de 31 de Janeiro de 1891, o partido Republicano vê aumentar a sua força, crescer o número de aderentes e multiplicarem-se os órgãos de propaganda.

Em Famalicão foi exactamente no meado da década (1895) que os republicanos locais, dirigidos e impulsionados por Sousa Fernandes, se organizaram e lançaram as bases da propaganda com a criação de uma Comissão Municipal e o lançamento do jornal 'O Porvir'.

Entretanto, e marcando a sua posição de destaque no movimento republicano, Sousa Fernandes foi eleito para a Comissão Distrital de Braga do partido Republicano.

Depois do 5 de Outubro, Sousa Fernandes seria sucessivamente Administrador do Concelho e Presidente da Câmara, ficando a sua actividade marcada pela fundação da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Candidato a deputado à Assembleia Constituinte viria a ser eleito pelo distrito de Braga. Eleito Senador, desempenharia até ao fim da sua vida política o cargo de representante do distrito de Braga no Senado da República, para onde foi novamente eleito nas eleições legislativas de 1915. Foi nos últimos anos, depois de se retirar da vida política que Sousa Fernandes se viria a dedicar à causa camiliana, onde seria sucessivamente subdirector e director do Museu Camilo em S. Miguel de Seide.

## ***António Maria Teixeira de Melo (f. 1924)***

Natural de Landim e residente em Avidos. Proprietário.

Fez parte, como candidato substituto, da lista republicana que concorreu às eleições municipais de 1908.

Foi vereador efectivo entre 1912 e 1913, não se lhe conhecendo qualquer outra actividade política relevante depois desta última data.

Quando faleceu, em 5 de Agosto de 1924, dele disse a 'Estrela do Minho': 'Muito instruído, leccionou graciosamente português e francês, durante alguns anos, a uma plêiade de rapazes, entre os quais se contava o nosso amigo Mesquita Guimarães'.

## ***Albino José Marques (f. 1949)***

Natural de Delães, faleceu, com 79 anos, em Fevereiro de 1949.

Reconhecido como alta figura do comércio nortenho e da indústria local, era sócio das empresas 'Marques & Araújo, Lda.', 'Pinheiro, Marques & Madeira' e 'Entrepasto dos Açúcares Coloniais do Norte'.

A sua actividade política, além desta primeira vereação republicana, continuaria no Senado Municipal, na época dos conflitos entre Júlio de Araújo e António de Araújo Costa (1919-1921).

### ***Alfredo Rodrigues da Costa (1872-1964)***

Oriundo de uma antiga família famalicense, foi sobretudo um comerciante e industrial, além de ter sido tesoureiro da Fazenda Pública (o pai, aliás, também foi tesoureiro da Câmara Municipal).

Abriu o que terá sido o seu primeiro estabelecimento em Maio de 1897, sendo também o agente em Famalicão dos Armazéns Grandela.

Em Agosto de 1900, na companhia de Joaquim Xavier de Faria e de Manuel António Bouças Júnior, visitou a Exposição Universal de Paris, o que o terá levado a fundar, anos mais tarde, a firma Costa & Portela, que se dedicou ao fabrico de maquinaria agrícola.

Em 1904 foi eleito vogal da Junta de Paróquia de Famalicão.

Com a reorganização do Partido Republicano em Famalicão, foi eleito para a comissão municipal, em Janeiro de 1905, e um dos três membros da sua comissão executiva.

Vereador em 1910-1913, não voltaria mais à Câmara Municipal.

Fez parte dos grupos que lançaram as bases para a criação da Associação Comercial e da Associação de Agricultura Famalicense (depois Sindicato Agrícola), ambas em 1911.

Foi administrador do concelho em 1923.

### ***Augusto de Sá Pinheiro Braga (f. 1948)***

Mais um dos ‘antigos comerciantes no Brasil’ que aderiu à República em data desconhecida, mas certamente entre as eleições de 1908 (de cuja lista não fez parte) e o 5 de Outubro de 1910.

A Estrela do Minho diz que só no princípio de Novembro de 1910 é que veio residir para Famalicão, tendo em finais de 1918 ou princípios de 1919 adquirido a sua quinta em Gavião.

Como era normal na benemerência dos ‘brasileiros’, foi ele quem custeou a mobília para as novas escolas primárias de Lemenhe e Cruz.

Anos depois, seria ele o escolhido para presidir à comissão Executiva da Câmara Municipal, na sequência da destituição de Júlio de Araújo.

### ***Zeferino Bernardes Pereira (f. 1929)***

Natural da Régua. Proprietário, ligou-se pelo casamento à família dos fundadores do velho Hotel Carolina, na actual Praça D. Maria II.

Fez parte, como suplente, da comissão municipal republicana eleita em 1906.

Além de fazer parte da primeira vereação republicana, foi eleito Presidente da Câmara (Comissão Executiva) em 1914, cargo que parece ter abandonado, oficial ou oficiosamente, no início de 1917.

### ***Domingos Lopes Alves da Silva (f. 1930)***

Natural de Balazar, foi também um antigo emigrado no Brasil. Proprietário.

Fez parte da lista republicana candidata às eleições municipais de 1908, onde obteve 81 votos.

Participou nas vereações republicanas, ininterruptamente entre 1910 e 1917.

Neste último ano pode ter substituído o Presidente da Câmara Zeferino Bernardes Pereira.

### ***Teófilo Vaissier***

Deste vereador apenas se sabe que era o gerente e director técnico da então importante empresa denominada ‘Adega central do Minho e Douro’ que se dedicava à exportação de vinho.

Fez parte, como efectivo, da comissão municipal republicana eleita em 1906.

Deixou a Câmara Municipal e o seu lugar na Adegas Central, por ter ido residir para o Porto em Março de 1911.

### ***António de Araújo Costa (f. 1937)***

Natural de Mouquim, era referido como capitalista desde 1900 ou 1901. Residiu sucessivamente em Braga e no Porto. Segundo a imprensa da época foi director da Companhia Carris, de Braga e da Companhia de Seguros Fraternidade.

Embora sem participação política activa conhecida, já devia ser simpatizante republicano quando da reorganização do partido em Famalicão, já que veio assistir à conferência então proferida pelo Dr. António Luís Gomes, em Janeiro de 1905.

Tornar-se-ia o personagem central do Partido Republicano, após o abandono de Sousa Fernandes em 1917, sendo por isso Presidente da Comissão Executiva nos momentos imediatamente posteriores ao sidonismo e à Monarquia do Norte e Presidente do Senado entre 1919 e 1925.

Foi nomeado contador da comarca de Famalicão em 1912 e posteriormente no 1º bairro do Porto.

### ***Francisco Maria de Oliveira e Silva (1852-1932)***

Natural de Setúbal, tornar-se-ia pelo casamento proprietário da Quinta de Louredo.

Foi comandante dos Bombeiros Voluntários, o que o levaria, ainda na vigência da primeira vereação republicana, a combater a criação dos bombeiros municipais.

Ligado ao partido Progressista, seria administrador do concelho em 1897.

Em Novembro de 1900 dizia ter-se alheado por completo de qualquer partido político.

Em 2 de Janeiro de 1905 foi eleito para a comissão executiva do Partido Republicano local, juntamente com Sousa Fernandes e Alfredo Costa.

Filiou-se depois no partido Evolucionista, de que se viria a afastar, aliás como de toda a actividade política, quando este partido não se opôs à criação do concelho de Riba de Ave, em 1914.

### ***Manuel Pinto de Sousa (1860-1934)***

Natural de Alijó. Fundador, com os irmãos Gaspar e António, da 'Loja dos Rapazes' e posteriormente da Tipografia Minerva (1887).

Fundador e director do jornal 'Estrela do Minho' (1895). Tesoureiro da Assembleia Recreativa em 1897.

Provavelmente antigo progressista, foi eleito membro da comissão municipal republicana reorganizada em 1905.

Fez parte das comissões das Festas Antoninas.

Presidente da Associação Comercial em 1912. Membro da Comissão de Subsistências, nomeada em 1915, durante a primeira Guerra Mundial.

Membro do Senado Municipal que tomou posse em 2 de Janeiro de 1926, presidido pelo visconde Álvaro de Castelões.

No seu jornal 'Estrela do Minho' propôs, desde 12 de Janeiro de 1902, a criação da Biblioteca Municipal que o seu amigo Sousa Fernandes viria a concretizar exactamente dez anos depois.

***Amadeu Pereira (f. 1948)***

Natural do Porto, era filho do dono do Centro Industrial do Minho, instalado em Famalicão em 1896, primeiro nos baixos do Hotel Vilanovense e depois em edifício próprio na Rua barão de Trovisqueira, em 1898.

Estudou engenharia mecânica em Manchester.

Depois da sua experiência como vereador, ainda participaria na comissão paroquial republicana de Famalicão, eleita em Junho de 1915.

Fez parte do grupo fundador da Associação Comercial em 1911, sendo seu presidente em 1914.

Além do Centro Industrial do Minho era sócio da firma Madeira & Pereira, da freguesia de Bairro.

# Centenário da República (1910-2010)

por Artur Sá da Costa<sup>1</sup> e Amadeu Gonçalves<sup>2</sup>

## **As Casas dos Republicanos Famalicensenses 1ª Vereação Municipal Republicana e Personalidades Ilustres Memória e Património - material e imaterial - dos republicanos Famalicensenses**

O museu Bernardino Machado é hoje, inquestionavelmente, uma das referências culturais do município de Vila Nova de Famalicão, sobretudo pelo pioneirismo na consagração de um museu a uma das personalidades republicananas mais marcantes daquele período histórico – o Presidente da República Bernardino Machado.

Nos últimos anos, ganhou estatuto de marco nacional da memória e dos estudos sobre a 1ª República. Este título adquiriu-o também pela atividade regular e persistente na promoção de debates sobre temas da história contemporânea, de amplitude nacional, na organização de exposições, bem como pela edição das “obras” de Bernardino Machado.

Em todo o caso, existem no território municipal, sobretudo, na cidade de Vila Nova de Famalicão outras referências e marcos daquela época histórica, que nos foram legados pelas personalidades republicananas que lideraram o movimento republicano e pelas atividades que desenvolveram. É sempre bom lembrar que, além do excelente e singular acervo depositado no arquivo do museu Bernardino Machado, o município tem à sua guarda os espólios dos ex-ministros da República, Nuno Simões e Daniel Rodrigues, assim como do Senador Sousa Fernandes, todos eles figuras famalicensenses cimeiras da 1ª República. Estamos a falar de um vasto património material e imaterial, algum já identificado, recolhido e estudado, outro a requerer a melhor das nossas atenções.

Algumas destas figuras desempenharam altos cargos públicos, foram dirigentes partidários, escreveram livros, deixando legados das suas atividades cívicas e intelectuais, que estão espalhados pelo território municipal. Outros estão depositados nos arquivos municipais (fundo local da Biblioteca Municipal, Arquivo Histórico, Museu Bernardino Machado) ou à guarda dos seus descendentes. A sua dispersão, fruto das vicissitudes conjunturais obriga-nos a equacionar a solução para reunirmos esta unidade documental e bibliográfica. Nada que a era da digitalização e das redes virtuais não possam resolver.

Um dos casos emblemáticos deste património histórico/cultural, até agora esquecido, são as casas que pertenceram ou que foram habitadas por estes ilustres republicanos, a maior parte das quais ainda hoje, felizmente existentes. Entre elas salientam-se as casas que pertenceram a Bernardino Machado (Casa dos Machados, na Praça D. Maria II, a Casa de Rorigo, em Calendário e a Casa da Cidade, em Joane). Mas não só, a casa onde nasceu o ministro do comércio e das comunicações Nuno Simões, no Covelo, em Calendário, ainda existe, tal como a maior parte das habitações dos vereadores da 1ª Câmara Republicana e, não menos importante as Casas que foram do Presidente da Comissão Administrativa Municipal, José Joaquim Sousa Fernandes, que é património municipal – a Escola Básica nº 3 de Mões e o imóvel, na Rua Adriano Pinto Basto, encostado ao arquivo histórico que se prepara para abrir portas.

<sup>1</sup> Director do Departamento de Cultura, Câmara Municipal.

<sup>2</sup> Museu Bernardino Machado.

Preservar esta memória e defender este património histórico é, sem dúvida, um dos grandes desafios para as atuais gerações. Se o conseguirmos já terá valido a pena celebrar o Centenário da República.

Algumas destas casas já deveriam estar classificadas como **imóveis de interesse público**, como a Casa dos Machados, que foi residência do 1º Barão de Joane, pai Bernardino Machado, que Camilo Castelo Branco frequentou, visitando ali o então jovem estudante universitário.

As outras devem ser classificadas como **imóveis de interesse municipal**, pois fazem parte da memória e da história coletiva do nosso município.

A par desta iniciativa, que o centenário da República pode ajudar a impulsionar, pode-se colocar em cada uma destas casas, placas identificativas de quem as habitou evidenciando a sua importância histórica, que servindo de veículo na criação de traços de identidade internacional entre os famalicenses.

**Memória e Património,  
as Casas dos Republicanos Famalicenses onde foram colocadas placas de homenagem**



Casa do Senador Joaquim de José Sousa Fernandes,  
Presidente da Comissão Municipal Republicana,  
actual Escola Básica nº3 Mões, V.N. de Famalicão.  
Património Municipal.



Casa do Senador Joaquim José de Sousa Fernandes,  
Rua Adriano Pinto Basto.,  
V.N. de Famalicão. Património Municipal.



Casa de Zeferino Bernardes Pereira,  
Rua Adriano Pinto Basto / Narciso Ferreira, V.N. de Famalicão.



Casa de Domingos Lopes Alves da Silva, Sistães, Brufe.



Casa de Francisco Maria Oliveira e Silva,  
Casa de Louredo, V.N. de Famalicão, Património municipal.



Casa que pertencia a Amadeu Pereira, Av. Barão de Trovisqueira,  
actual Tipografia Bar, V.N. de Famalicão.





Casa onde viveu Manuel Pinto de Sousa, Av. Barão de Trovisqueira, ex. Tipografia Minerva, V.N. de Famalicão.



Casa onde viveu Alfredo Costa, Rua Adriano Pinto Basto, V.N. de Famalicão.



Casa dos Machados, Praça D. Maria II, V.N. de Famalicão, onde Bernardino Machado viveu.



Casa de Rorigo, Calendário, onde Bernardino Machado viveu.



Casa onde nasceu Nuno Simões, Calendário.



Casa da Cidade, Joane, propriedade dos pais de Bernardino Machado



Casa de Augusto Sá Pinheiro Braga, em Gavião.

1910  
Auto de Proclamação

Aos oito dias do mes de outubro de mil nove e centos e dez, pelas onze horas e meia da manhã, em sessão publica do povo e sete concelhos de Villa Nova de Famalicao, effectuada no edificio dos Paços d'este Concelho, compareceram o presidente e mais membros da Commissão Municipal republicana local, tomando a palavra o seguinte Cidadão Joaquim José de Sousa Fernandes - para explicar ao povo os motivos daquelle publica reunião. Principiou por alludir aos acontecimentos politicos dos ultimos dias de que resultou a proclamação da republica no nosso paiz, e depois de varias considerações a respeito do grandioso facto, terminou por declarar que em nome do Governo provisorio do novo regimen alli proclamava officialmente esta Republica e se desentom da nossa Patria. O dito auto concluiu por um viva á Republica Portuguesa, que pelo enthusiasmo com que foi acolhido, deu a mais grandiosa saueção ao acto solemne desta proclamação do qual se lavrou o presente auto que vai por mim secretario da illustrissima Camara Municipal devidamente subscripto e seguidamente assignado pelo presidente e vogaes da Commissão Municipal Republicana e mais cidadãos que ao acto assistiram. E para constar se lavrou este auto que depois de lido foi assignado. Em Antonio Ferreira

de Mattos secretario o escreveri . . . . .  
Joaquim José de Souza Fernandes, Domingos La-  
pes Alves da Silva, Augusto de Sá Pinheiro Braga,  
Eduardo Moreira Pinto, Francisco Maria d'Alveira  
e Silva, Alfredo Rodrigues da Costa, Teferino  
Bernardes Pereira, Daniel Santos, Antonio da  
Gelo Pinheiro da Gama, Delfim José Pinto de bar-  
ralho, Henrique Garcia Pereira Martins, Eusebio  
Lopes Guimarães, Archimedes de Carvalho, Manoel Al-  
ves Correia d'Albuquerque, Manoel Joaquim Pinto de bar-  
ralho d'Albuquerque da Silva, Padre Manoel Ferreira Lou-  
reiro, Adolpho Marques Dias, Agnes Rodrigues Al-  
ves, Manoel Correia d'Albuquerque, Jayme Vallouge, Ju-  
lio Cesar de Lima, Francisco Correia d'Albuquerque, José  
Antonio da Gama, Joaquim Moreira Pinto, Manoel  
Gomes da Fonseca, Guilherme da Costa e Sá, Anto-  
nio de Souza Ferreira, Paul Correia Barbosa, An-  
tonio Gomes, Alipio Augusto Guimarães, Miguel Pin-  
to Carneiro, Luiz Ferreira Barbosa, Amadeu Tavares,  
Joaquim José Correia, Augusto Pereira Vasques, Ame-  
rico Roberto Ferreira, Apparicio Silva, Augusto Di-  
niz da Silva, Adão Gomes Ferreira da Costa, Mi-  
raes Luiz Fernandes, Adriano Varella dos Santos,  
Carlos Alberto Moreira, José Ribeiro Barbosa,  
Alfredo Francisco Alves, Antonio Alves Garcia, An-  
tonio Rodrigues da Silva Sá, João Rodrigues, Fran-  
cisco Monteiro, Antonio Leandro d'Almeida (Pinto),  
Paul Roberto Pereira, Dulcilio Brandão, Jayme  
de Medeiros Moraes, José Rebelo da Silva, Antonio  
José Luiz de Carvalho, Alvaro de Medeiros Moraes,

Arthur Cupertino de Miranda, Antonio Augusto  
Lampaio, Alfredo Rodrigues de Carvalho, Joaquin da  
Silva Castro, Antonio Ferreira de Meido, Manoel  
Jose Rodrigues, Julio Alves Salazar Coimbra,  
Joaquin Jose da Rocha, Francisco Mesquita de  
Araujo, Joaquin J. da Costa e Silva, Joaquin Pe-  
reira Miranda, Antonio Lopes da Fonseca, Joa-  
quin Ferreira da Cruz, Miguel Bernabdo Car-  
doso, Joaquin de Sa Oliveira, Anna de Sa Oliveira,  
Mario Macido de Carvalho, Authero Pacheco da Sil-  
va Carvalho, Domingos Ferreira d'Araujo Seim,  
João Antonio Garcia Garcia, Antonio Augusto  
Lampaio, Antonio Fonseca d'Oliveira Leitao, Pa-  
dre Alberto Adriano Pinto Basto, Antonio Jose Mon-  
teiro Torres, Joaquin Mendes da Cunha, Julio  
Vellas dos Santos, Arthur James Ferreira da Costa,  
Antonio Correia Machado, Manoel da Silva Ma-  
tute, Domingos Portella, Manoel Augusto d'Olivei-  
ra Botelho, Custodio Jose Barbosa, Eugenio Jose da  
Silva, Alberto Fernandes Lopes de Sepulveda, Manoel  
Jose de Freitas Pacheco, Cesar Pinto, Luiz Ferrei-  
ra de Miranda, Jose Bernardino da Costa e Sa, Fran-  
cisco de Paula Pereira de Mesquita Junior, Augusto  
Pinto Trindade, Arminio Jose da Costa, Antonio  
Ravier de Faria, Francisco da Silva Mello, Jose d'Ol-  
veira Almeida, Manoel Ferreira Barbosa, Alfredo  
Francisco Alves, Antonio da Fonseca, Jayme Correia  
de Mesquita Guimarães, Jose Ribeiro da Silva, Ca-  
millo da Costa Araujo, Jose Mariada Jacen So-  
ares de Souza Junior, Arthur Braga, Arthur Car-

ratho, Henrique Fontes Barbosa, Antonio Jayme  
Ferreira Sampaio, José Cardoso Pereira, Augusto  
Joaquim da Costa, Julio Cesar Dias Padrao, José  
Joaquim da Costa, José Domingues Telles, Manoel  
Gomes da Fonseca, José Lopes dos Santos, Alberto  
Tersero, Francisco da Costa Pacheco, Paul Aguiar,  
Abade Teferino José de Sampaio, Abilio Gomes Fer-  
reira da Costa, Camillo Rodrigues de Freitas, Padre  
Augusto de Paula Pereira de Mesquita, Antonio Au-  
gusto Ferreira de Sousa Fontes, Padre Manoel da  
Costa Freitas Reis, Antonio José Gomes da Fonseca,  
Manoel Ribeiro Barbosa, Antonio Maria Perei-  
ra, José Moreira Gomes, José Cabral d'Arango Al-  
ves, Augusto Pereira Sampaio, José Pereira do  
Carvalho, Amadeu da Silva Pereira, José da Costa  
Teixeira, Jayme Cardoso Pereira, Guilherme Al-  
ves Moreira, Manoel da Silva José Marques Coelho,  
Delfina Joaquim da Silva, Daniel A. Correia Pi-  
marães, José Maranhã Lopes Serra, Domingos  
da Costa Simoes, José Joaquim Pinto de Carvalho,  
Albino Sampaio, Abilio Gomes de Sousa, João  
Robatto Ferreira, José Ferreira de Carvalho, An-  
tonio da Costa Arango e Silva, Manoel Juncal-  
ves Barbosa, José Fortunato d'Arango boetu  
Moreira, Francisco da Costa Marques, Francis-  
co Antonio Ferreira, Augusto Correia Pereira,  
Joaquim Pereira Miranda, Juvencio José  
d'Arango, Manoel Moreira de Mesquita, Mau-  
ro da Silva Castro, Manoel Faria da Silva, Al-  
berto José d'Oliveira, Albano Pereira da Silva

Braga José da Cruz, Antonio Machado da Sil-  
va, Manoel Mesquita Ferreira, Constantino d'Al-  
meida Mattos, Alexandre Fernandes d'Almeida,  
José Joaquin d'Almeida, José Alves de Paiva, Au-  
gusto Fernandes, João Ignácio da Silva Correira Si-  
mões, José Albino dos Santos Ferrero, Fernando Pe-  
reira da Cunha Leuzo Mourinho d'Albuquerque,  
Adolpho Pereira de Lima, Augusto Feltradella, Padre  
João Paula Pereira de Mesquita, Manoel Maria  
d'Albuquerque e Barroso, Antonio d'Arango Costa,  
Adelino Adelio dos Santos, Francisco Alves Cor-  
reia d'Arango, Augusto Caspertino de Miran-  
da, Francisco Dias, Daniel Alves da Silva, João  
Manoel Alves de Pina, Firmiano José Ferreira Gui-  
marães, João Marcelliano Rodrigues, Nuno da  
Costa Simões, Antonio Augusto Machado Al-  
vares da Silva, Francisco José da Costa, Antonio  
Nunes da Silva, João Antonio Lopes, José Joaquin  
Rodrigues, Antonio Augusto Faria de Mello,  
Luiz da Silva Carneiro, Julio Leite Pereira da  
Silva, Manoel Ignácio da Silva, Camillo Luiz  
Fernandes, Egidio Augusto Ferreira, Paul Au-  
gusto Sampaio, Manoel da Costa Machado, Joaquin  
Mereira Pinto, Manoel José da Silva, Thomaz Vieira  
Bayão, José Joaquin Jones da Silva, Joaquin da  
Silva, Antonio Joaquin Jones da Costa, João José  
da Silva, Joaquin José d'Oliveira Leite, Antonio  
Correira dos Santos, João da Costa Pereira da Mot-  
ta, Francisco Antonio Barreira, Joaquin Alves  
Pinto, Manoel Custodio Rodrigues Saraiva da

Crus, Manoel José Nogueira, Antonio Silva de  
Aranjo, Domingos Pereira d'Azevedo, Joaquim  
Correia d'Aranjo Rebelto, Francisco Rebelto, Jus-  
tino Pereira Trianna, Arnaldo Augusto Ferreira  
Coelho, Abade José Guilherme da Fonseca e Cas-  
tro, Manoel Moreira da Silva, P.<sup>o</sup> Antonio Joa-  
quim de Carvalho, Antonio d'Oliveira Costa Ma-  
cêdo, José Machado, José Pereira de Lima, Eduar-  
do d'Azevedo Cardoso, José Maria de Paiva, Jo-  
aquim d'Aguiar Pimenta Carneiro, Fran-  
cisco de Paula Pereira de Mesquita, Ayres Alves  
de Pinho, Antonio José Nogueira, Francisco An-  
tonio Ferreira, José Maria da Costa, Manoel  
Fernandes, Alfredo Fernandes, Francisco Cor-  
reia de Mesquita Guimarães, Rodrigo Ferreira  
de Carvalho, Antonio Rodrigues Ribeiro Viegas,  
Antonio Ribeiro Viegas, Antonio Albuquerque  
Barraes, José Alves d'Azevedo, Manoel Joaquim  
Lopes, João de Sousa Dias, João da Silva Guima-  
raes, Lino da Silva Guimarães, Julio Francisco  
Marques José Ferreira Rodrigues, José da Silva  
Pinto, Alvaro Ribeiro da Costa Sampaio, Joa-  
quim d'Oliveira Mesquita, Manoel Bernardo  
Machado, Custodio José Gomes Ribeiro Juniors,  
José da Costa Arango Lopes, Domingos Gomes,  
Bernardino José Ferreira, Marcio José Rodri-  
gues d'Alben, Antonio da Costa, Joaquim  
Raposo d'Azevedo, Manoel Alves da Rocha,  
Feliz Maria de Magalhães Aguiar, Abade  
José Maria Pereira, João Machado da Silva,

João Ribeiro de Vasconcellos e Castro, José Dias da  
Costa, Joaquim Gomes Marinho, Jayme de Vas-  
concellos, Antonio Bernardes Lagez, Francisco  
Manoel da Fonseca e Castro, João da Fonseca e Cas-  
tro, Francisco da Silva Barros, Manoel da Silva Aze-  
vedo, Manoel Rodrigues d'Ázevedo, Manoel Gomes  
da Costa Campos. Esta conforme. E eu, Antonio Per-  
reira de Mattos, secretario, e subscreevi.

1910  
Acta n.º 1

### Juramento e posse

Aos oito dias do mes de outubro de anno nove em-  
to e dez, em Villa Nova de Famalicao, no Paço do  
Concelho, e sala nobre dos serviços publicos, onde  
se achava reunido o povo da dita Villa e concelho,  
pelas onze horas e meia da manha, compareceu  
o excellentissimo cidadão Joaquim José de Sousa  
Fernandes, administrador do concelho, que de-  
clarou que em nome do Governo Provisorio da Re-



República a qual acabava de ser constituído delega-  
gado nomeava alli publicamente o nome dos  
cidadãos que como membros da Comissão Mu-  
nicipal republicana, d'este concelho, passavam  
desde este momento e de conformidade com as ins-  
tituições do referido Governo Provisorio a occupar  
os logares de vereadores d'este municipio. Estes cida-  
dãos foram em voz alta proclamados da forma se-  
quente: como effectivos - Antonio d'Araujo Costa,  
Francisco Maria d'Almeida Silva, Teferino Bernar-  
des Pereira, Alfredo Rodrigues da Costa, Augusto  
de Sá Pinheiro Braga, Domingos Lopes Abesda  
Silva e Theophilo Taimier; e como supplementes -  
João Gomes Correia d'Abreu, Manoel Pinto de Sousa,  
Constantino d'Almeida Mattos, Abilio Gomes Ferreira  
da Costa, Antonio Correia Muchado, Augusto  
Pereira Lampais e Manoel d'Araujo Monteiro.  
Os sete primeiros cidadãos tomaram imme-  
diatamente assento, após o que o senhor Anto-  
nio d'Araujo Costa que occupou a cadeira da  
presidencia, tomou a palavra para congratular-se  
com o advento da Republica, agradecer a honra da  
sua investidura n'aquelle  
logar, e prometter durante o tempo que o occu-  
pare e dar os interesses do municipio com  
a maxima dedicacão. O cidadão Alfredo Costa  
por seu termo fez declarações semelhantes e  
s pediu licença para alli tornar publica a  
adhesão ao novo regimen do reverendo padre  
Manoel da Costa Freitas Reis. O cidadão Fran-

Francisco Maria d'Almeida e Silva fallou tam-  
 bem no mesmo sentido e por ultimo pedem ain-  
 da para fallar o cidadão Daniel Augusto dos San-  
 tos, presidente que foi da extinta Camara Mu-  
 nicipal, para declarar que com a mesma dic-  
 ção com que serião o deporto regimen monarchi-  
 co, passara a adherir ao regimen que a Republica  
 acaba de inaugurar, e isto por se convencerem de que  
 as tradicionais instituições monarchicas ja não  
 podiam satisfazer os interesses da nossa Patria.  
 Como este tambem o cidadão Antonio Angelo  
 Pinheiro da Gama, se declarou adherente ao  
 novo estado de cousas politicas. E por nada mais  
 haver a tratar encerrou-se a sessão aos gritos de  
 Viva a Republica. E em Antonio Pereira de Mattos,  
 secretario, a subscricao.

P.  
 Arraiz  
 Alvarado  
 Espinosa  
 Albuquerque  
 Barros

João (Firmado)  
 Aroujo Costa  
 Almeida  
 Refer. Berar. <sup>ser. P. alim</sup>  
 Alfredo Rodrigues da Costa



# Da Casa do Foral aos Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão

por António Joaquim Pinto da Silva<sup>1</sup>

No dia 15 de Agosto de 1328, estando o Rei D. Afonso IV em Coimbra, nos primeiros anos do seu reinado (tinha subido ao trono três anos antes, em 1325), passou carta de foral de 'hum meu paço em Famalicam que eu ei em este logar o qual foi de Pero Roiz de Palmeira'.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso IV, Livro 3º)

O nome deste nobre remete-nos para as origens da Terra de Vermoim já que Pedro Rodrigues da Palmeira, mais conhecido por Pedro Rodrigues de Pereira, era neto de Gonçalo Rodrigues da Palmeira, o primeiro tenente (governador) conhecido da Terra de Vermoim.

Gonçalo Rodrigues da Palmeira, um nobre galego, era primo dos Travas e tinha sido mordomo da corte da rainha D. Teresa.

Deve-se ter passado, no entanto, para o lado de D. Afonso Henriques, o que lhe terá permitido aparecer como Tenente de Vermoim.

Os Palmeiras - Pereiras tiveram outra relação marcante com a Terra de Vermoim já que eram eles a família patronal do Mosteiro de Landim.

O que tem este paço do Rei D. Afonso IV a ver com a história dos Paços do Concelho?

Tem a ver com a hipótese, que me parece, pelo menos, possível, de este paço que como muitas outras propriedades, passou da Coroa para a Casa de Bragança, ser a Casa do Paço onde se reuniu pela primeira vez a Comissão Municipal, em 1835, e onde funcionou a Câmara Municipal até data incerta de 1836.

Aliás, há quase oitenta anos atrás, o investigador Bento Antas da Cruz, em artigo publicado no 'Notícias de Famalicão' de 1 de Fevereiro de 1936, escrevia, infelizmente sem dizer em que se baseava:

'Casa do Foral. Antigo paço dos duques de Bragança com sua quinta anexa, e emprazado por eles a Domingos Tomé da Fonseca e mulher Ângela Correia de Figueiredo, da casa de Amins, na freguesia de Chorente, no termo de Barcelos.

É construção do século XIII, muito embora sem as características da época, porque as perdeu pelas diferentes transformações que já sofrera.

Primitivamente, esta casa, serviu de centro e sede da governança da terra, havendo uma sala própria e destinada para as audiências do mordomo do Rei e da Câmara do concelho, que deliberava sobre as determinações do seu foral, conferido por D. Sancho I, em 1 de Julho de 1205, e recebendo por este motivo a designação de Casa do Foral'.

A referência a Domingos Tomé da Fonseca era bastante mais antiga e tinha aparecido pela primeira vez na 'Memória Histórica' do abade do Louro, Domingos Joaquim Pereira, publicada em 1867.

Mas, ao contrário do que esta referência parece querer dizer, sabemos hoje que a Casa do Paço, embora tenha sido emprazada a Domingos Tomé da Fonseca, só o poderá ter sido por renovação, já que ela pertencia à família da mulher deste, Ângela Correia de Figueiredo, desde, pelo menos, o início do século XVII.

Vamos traçar, resumidamente, uma linha de sucessão familiar que nos leva directamente a Duarte Aguiar que, com as obras realizadas em 1920-1921, acabou de vez com a história da Casa do Paço que foi totalmente destruída.

.....  
1 Arquivo Histórico, Câmara Municipal.

Baseados principalmente nos Registos Paroquiais, mas também noutras fontes (imprensa, Registo Predial e sítios de genealogia), são onze gerações que fazem a ligação entre Margarida Fernandes, do Paço (falecida, viúva, em 1612) e as obras de 1920-1921, executadas pelo referido Duarte Aguiar.

1 – Margarida Fernandes e ...

2 – Susana Fernandes e Domingos Moreira

3 – Ângela Moreira e Belchior Correia

4 – Ângela Correia de Figueiredo (1650-1711) e Domingos Tomé da Fonseca

5 – Madalena Maria da Fonseca e Francisco de Faria Salgado (falecido em 1741)

6 – Manuel Caetano de Faria Salgado e ...

(Há uma referência, em 1748, a um João Rodrigues, assistente na Eira do Paço e caseiro de Manuel Caetano de Faria Salgado)

7 – Manuel de Faria Salgado e Custódia Maria

8 – Genoveva de Faria Salgado e António José Gomes Moreira

9 – Quitéria Leonor de Faria Salgado e Joaquim de Aguiar Pimenta Carneiro (vereador em 1836)

10 – Francisco Inácio de Aguiar Pimenta Carneiro e Maria da Glória Magalhães

11 – Duarte Vasco de Magalhães Aguiar e Maria Eugénia Lages

Esta ligação familiar com a Casa do Paço nunca se perdeu e é ainda bem visível, por exemplo, na notícia do casamento de Duarte Aguiar, publicada no 'Lusitano' de 14 de Novembro de 1901. 'Conсорcia-se hoje a Sra. D. Maria Eugénia Lages com o Sr. Duarte Aguiar, da Casa do Paço, desta vila'.

Sublinhe-se, mais uma vez, que esta identificação da Casa do Paço com o paço do Rei D. Afonso IV é apenas uma hipótese.

Seja como for, e mesmo não acompanhando, por falta de qualquer informação adicional, Bento Antas da Cruz que via a Casa do Paço como o paço do concelho medieval de Famalicão, a sua história e o facto, evidentemente, de ser talvez a melhor casa (em termos de prestígio) no centro urbano da então pequena vila de Vila Nova de Famalicão levaram as autoridades e principalmente o administrador do concelho Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro, a aqui instalar a Comissão Municipal e os primeiros tempos de vida do novo concelho.

Embora as Câmaras Municipais, segundo obra recente, sejam produto nominal das antecâmaras medievais, a Comissão Municipal procurou, logo em 1836, construir um edifício que fosse uma demonstração do novo poder municipal entretanto criado em Vila Nova de Famalicão.

'No paço medieval, a câmara de dormir é a câmara por excelência, de tal modo que é ela que estrutura os outros espaços e lhes determina a própria designação, ou seja, antecâmara, a que a precede, e trascâmara, a que se lhe segue.

A câmara de dormir é um local reservado e intimista que, de alguma forma, se torna por vezes sinónimo de toda a habitação senhorial. Aliás, é interessante sublinhar que é precisamente este carácter muito restritivo (indicador claro do que, em termos medievais, se pode entender por privacidade e apreender do alcance deste conceito) que ficou associado à designação das Câmaras Municipais: com este nome, designa-se, afinal, o espaço onde só os vereadores do concelho na verdade, e por antonomásia, *os maiores e mais chegados de casa* - podiam entrar para resolver, em assembleia municipal, os assuntos da sua competência.

(José Custódio Vieira da Silva, História da Vida Privada em Portugal, direcção de José Matoso, I, 2010, p. 82).

A Comissão Municipal, em 6 de Fevereiro de 1836, provavelmente num dos seus últimos actos, tentou conseguir a construção de um novo edifício para instalação dos serviços públicos o que não foi conseguido, até por ser ilegal o modelo de financiamento proposto.

O que este documento não diz, e o desaparecimento do primeiro Livro de Actas da Câmara Municipal impede de conhecer, é onde pretendia a Comissão Municipal localizar este edifício.

A meu ver, dada a planta da vila e a dimensão do edifício, haveria duas hipóteses prováveis, a nascente Rua de Santo António, então chamada Rua da Igreja, ou a fachada Norte da actual Praça D. Maria II.

Sabemos que o arranjo e ampliação da Rua da Igreja, ou seja, a ligação do centro ou Largo do Terreiro ao Campo da Feira, foi uma das primeiras prioridades da nova Câmara e, por outro lado, é certo que em 1836 havia muito terreno disponível nesta rua para a construção do edifício, com a vantagem de ficar imediatamente a seguir ao Largo do Terreiro ou Terreiro Público (actual Praça 9 de Abril) e à igreja matriz.

A outra hipótese,, a da fachada Norte da Praça D. Maria II, que aliás chegou a ser pensada em 1871-1872, ara a construção do novo Paço do Concelho, tinha a desvantagem de ficar, então, muito afastada do centro da vila.

Lembremos que anos depois, em 1845, a Câmara Municipal protestava contra o traçado da nova estrada real do Porto a Braga (Rua Adriano Pinto Basto), por ficar muito longe do centro da povoação.

Esta noção de centralidade tem, aliás, uma longa história em Vila Nova de Famalicão, em que tudo parecia andar à volta da Esquina.

Cem anos depois, em 1948, o Ante-Plano de Urbanização do engenheiro urbanista Miguel de Resende, situava a construção do novo Teatro mesmo em frente aos Paços do Concelho, nos terrenos a Norte do actual Centro Comercial Vinova, o que levou o jornalista e vereador José Casimiro da Silva a dizer que quando a cidade nova estivesse construída, estava muito bem localizado mas, para já, ficava muito longe... Portudoisto julgo razoável considerar como hipótese mais provável que a construção do novo Paço do Concelho estivesse pensada para o início, na época, da Rua de Santo António, junto à Praça 9 de Abril.

\*\*\*

A impossibilidade, por ilegalidade na obtenção proposta das verbas necessárias, levou a Câmara Municipal primeiro a alugar e depois a adquirir o prédio da Rua Direita, então recentemente construído por Francisco José de Azevedo que era, aliás, o tesoureiro do Município.

Vasco César de Carvalho, na sua obra 'A Justiça', publicada em 1947, e para onde remeto o leitor interessado, descreve com pormenor esta compra e a divisão interior do edifício.

Gostaria apenas de lhe juntar o que escreve o notário e jornalista Rodrigo Terroso (1866-1925) nas suas memórias a que chamou 'Figuras Antigas', publicadas entre 1917 e 1918 no jornal 'Estrela do Minho'.

'No edifício da cadeia, por aquela época, estavam o Tribunal, a Câmara e a Administração.

A administração estava no primeiro andar, ao cimo do primeiro lanço de escadas: no gabinete de entrada, mobilado modestamente, com duas mesas de pinho e as pernas cobertas a baeta vermelha, a secretaria. O Ramos era doente. O serviço não matava e os superiores não reclamavam que fizesse esforços. Boas pessoas ambos - o Adriano Acácio de Moraes Carvalho, administrador, que aparecia sempre tarde, e o Francisco António da Silva Ferreira, secretário, que entrava às vezes depois dele e que não se perdia muito tempo por lá.

A Câmara era a nascente - o salão - e a secretaria ficava a Sul, com frente também para nascente.

A Sul ficava o tribunal, com os gabinetes para Poente. Debaixo do salão do Tribunal era o quarto do Gama [António José da Gama, carcereiro, pai do notário José António da Gama e avô do também notário António Ângelo Pinheiro da Gama e do fotógrafo Ilídio Jaime Pinheiro da Gama], à esquerda, seguidamente à prisão dos homens; para Poente havia umas lojas com o solo em terra e havia um quarto, a cozinha e ao fundo outras lojas'.

\*\*\*

Quando, em 1881, a Câmara e o Tribunal se mudaram para o novo edifício, esta casa da Rua Direita continuou a funcionar como cadeia.

As condições prisionais eram de tal forma más que logo cinco anos depois se tentou construir um novo edifício para a cadeia.

No dia 13 de Fevereiro de 1886, realizou-se uma reunião nos Paços do Concelho, da Comissão Administrativa da Cadeia Comarcã, para deliberar sobre a adopção do projecto para a nova cadeia.

Aprovado este projecto, o Vice-Presidente Adriano Pinto Basto apresentou uma proposta, na sessão da Câmara de 5 de Junho, para a realização de um empréstimo conducente à construção da nova cadeia, assim justificada:

‘É de todos reconhecida a urgentíssima necessidade da construção da cadeia comarcã, neste concelho. Não insisto neste ponto, porque tal necessidade está à vista de todos os que conhecem a actual, sem condições algumas para tal fim e, sobretudo pela sua insalubridade é mais um verdadeiro foco de infecção que uma cadeia’.

Entretanto o projecto era enviado ao Ministério da Justiça, para aprovação.

Mas as divergências políticas locais que então se verificavam, impediram, quer a aprovação do projecto da nova cadeia, quer a realização do empréstimo destinado a esta obra e aos melhoramentos do Campo da Feira.

Pretendendo salvar esta última obra, o mesmo Adriano Pinto Basto renovaria a sua proposta de realização de um empréstimo, na sessão de 25 de Setembro, afectando-o apenas às obras do Campo da Feira.

‘Em onze de Março do corrente ano, foi enviado ao excelentíssimo Governador Civil do Distrito, para ser submetida à aprovação do Ministério da Justiça, na conformidade da Lei, o plano para a construção da cadeia comarcã.

É certo que, desde então até hoje, isto é, passados mais de seis meses, não tem a Câmara obtido solução alguma a tal respeito.

Correm com insistência uns rumores, não sei se verdadeiros se inventados, de que um certo obstruccionismo se opõe à realização de tão indispensável melhoramento.

Se é verdade, vá a quem compete a glória de tão insigne feito, que eu contento-me em ser o autor da proposta apresentada e aprovada em sessão de cinco de Junho último.

Os munícipes avaliarão de quem melhor os serviu’.

Deste modo, só onze anos depois, integrada no Plano de Melhoramentos do Presidente da Câmara Municipal, José de Azevedo e Meneses Cardoso Barreto, se fizeram algumas obras de reforma da cadeia, devidas sobretudo aos esforços do Vice-Presidente, na altura e futuro Presidente da Câmara, José Elísio Gonçalves Cerejeira.

Isto mesmo era notado por Rodrigo Terroso, no seu jornal ‘O Minho’. Diga-se, aliás, que Rodrigo Terroso nunca gostou muito do Plano de José de Azevedo e Meneses, a quem chamava de ‘obra teórica do Sr. Meneses’.

Mas reconhecia que ‘o edifício ficará muito melhorado - que até aqui, nem tinha comodidade, nem luz, nem higiene (O Minho, 14 de Outubro de 1897).

Mas a verdade é que, mesmo com as obras de 1897, as condições da cadeia não melhoraram muito e, em 15 de Novembro de 1914, dizia a ‘Estrela do Minho’:

‘Desde muito que o camartelo saneador de velhos pardieiros, devia ter destruído a nossa casa de reclusão.

Aquilo é um antro que nos envergonha como povo civilizado e portanto deve desaparecer dali por humanidade e por decência.

A sociedade tem o dever de sanear-se isolando do seu convívio os que prevaricaram. O direito que lhe não assiste é o de prevaricar por seu turno faltando às leis da humanidade devida ao seu semelhante’.

E, no ano seguinte, era o próprio Manuel Pinto de Sousa que, na sua coluna ‘Trabalhar’, escrevia:

‘E a nossa cadeia, se é que e pode dar tal nome ao infecto casarão sem ar e sem luz que serve de prisão pública?

Quando é que Famalicão se redime desse crime de lesa humanidade, de conservar os prevaricadores numa enxovia hedionda, negando a seres nossos irmãos o ar sadio que se respira, a higiene indispensável à vida?

O que não pode é continuar ali a envergonhar Famalicão esse imundo pardieiro a que chamam cadeia e que de há muito o camartelo destruidor devia ter feito desaparecer da nossa vista! (Estrela do Minho, 11 de Julho de 1915).

A necessidade de construção de uma nova cadeia era tão consensual a todas as opiniões políticas que, anos depois, era a monárquica ‘A Paz’ quem dizia no seu número de 7 de Abril de 1923:

‘Nem oferece segurança nem satisfaz às necessárias condições de higiene.

É um pardieiro a desfazer-se, uma torre de bugalhos a esboroar-se, uma prisão donde só não foge quem não queira fugir.

É um cubículo abafado, sem ar nem luz, onde se definham aqueles que a Justiça lá manda internar como castigo dos seus crimes.

A sua substituição impõe-se, por isso, não só como medida de segurança, mas também em nome da humanidade que precisamos ter com os desgraçados que lá tenham de cumprir as suas penas.

Está isso reconhecido há mais de quarenta anos. Desde então que a imprensa local vem pedindo a construção dum novo edifício prisional, onde os reclusos estejam seguros, mas estejam bem, sem que a sua saúde perigue, e onde possam até aproveitar a sua actividade, trabalhando dentro das prisões.

Muitas Câmaras têm prometido meter ombros à empresa, mas nenhuma até hoje o fez.

Pois bem, aquilo não pode continuar a servir de cadeia’.

Mais uns anos passados e no seu discurso de tomada de posse, vemos o presidente da primeira Comissão Administrativa, nomeada após a revolução de 28 de Maio de 1926, Dr. Francisco Alves Correia de Araújo, dizer que entre as muitas coisas que havia para fazer na vila, uma das principais seria a construção de uma nova cadeia ‘pois a que existe é um verdadeiro antro’. (Acta de 24 de Julho de 1926).

Em 1930, pela enésima vez, Manuel Pinto de Sousa volta à carga na sua coluna ‘Trabalhar’:

‘A nossa cadeia não pode continuar a ser habitada. É um casarão onde todas as condições higiénicas faltam completamente.

Há mais de trinta anos que este jornal vem clamando contra o barbarismo de se obrigar a viverem ali seres humanos.

A sociedade, coarctando a liberdade dos delinquentes, afastando-os do convívio das pessoas honestas, como é justo, não pode, contudo, condenar aqueles ao duplo castigo de habitarem antros onde se respira a morte.

Mais ainda, a velha cadeia que possuímos não tem condição alguma de segurança, pois, por mais de uma vez, os presos se têm evadido com relativa facilidade.

Depois, a velha forma de conservar os presos de todas as categorias juntos, sem lhes dar trabalho, serve só para tornar maiores criminosos pelo convívio com estes, os que pela primeira vez delinquiram e podem facilmente regenerar-se, tornando-se úteis à sociedade.

É, portanto, indispensável que uma comarca importante como Famalicão, tenha um edifício prisional moderno, com oficinas onde os presos trabalhem e não sejam pesados à nação com o seu sustento.

Para construí-lo peça-se ao Governo o subsídio necessário, como com outras terras se tem feito, pondo o concelho o restante, a fim de arrasar-se o antro que na Rua Direita abriga os pobres reclusos, triste condição a que todos os cidadãos estão sujeitos.



Impor o trabalho obrigatório nas prisões é um elemento salutar para os encarcerado, que deste modo melhor suportarão o tempo de cativo.

E do produto do seu trabalho, além de pagarem a sua manutenção, podem ainda amealhar algumas economias para, quando libertos do cárcere, virem novamente para o meio social exercer a sua actividade (31 de Agosto de 1930)

Mais dez anos se passaram e, em Abril de 1940, alguns membros da Comissão das Construções Prisionais, acompanhados do Presidente da Câmara e do Governador Civil, visitaram a cadeia que reconheceram ser urgente substituir.

Mas, apesar de na época a Câmara ter um projecto de expropriação dos prédios contíguos e de remodelação do edifício, acharam que seria preferível e se tornaria mais económico, a construção de um novo edifício mais próximo do Tribunal.

Inclinaram-se, pasme-se, para os terrenos a Oeste dos Paços do Concelho, na traseiras das Escolas e 'asseguraram que a cadeia naquele local, em nada afectaria as crianças das escolas'. (Estrela do Minho, 21 de Abril de 1940).

Finalmente, entre 1945 e 1947 (Vasco de Carvalho, Biografias, p. 39-41), foi construída a nova cadeia (actual Quartel da GNR) o que levou Alexandrino Costa a comentar:

'Vai ser construída nas *Guelas de Pau* a nova cadeia. Longe? Perto? E lá que vai ser construída, e quem lhe puser defeitos de localização, que faça por não ir lá parar'. (Estrela do Minho, 11 de Abril de 1943).

Para terminar com este edifício da Rua Direita, diga-se que nestes anos de meados da década de quarenta do século XIX, a Câmara Municipal teve como projecto instalar nesta casa o Arquivo Municipal e o Biblioteca, o que teria permitido salvar o Arquivo da destruição dos incêndios de Abril e Maio de 1952.

Como dizia o já referido Alexandrino Costa no seu 'Guichet de Reclamações', publicado na Estrela do Minho, de 27 de Outubro de 1940: 'O arquivo judicial e o arquivo da Câmara e o arquivo da Secção de Finanças, chamam-se arquivos, mas não façam caso: foi nome que lhes puseram'.

\*\*\*

Embora Vasco de Carvalho coloque o início da história da construção do novo Paço do Concelho em 1872, gostaria de recuar nove anos, a 21 de Março de 1863, quando o Governador Civil de Braga, Januário Correia de Almeida, em reunião com a Câmara Municipal, propõe a construção de um novo edifício para os Paços do Concelho, pelo facto da casa da Rua Direita ser manifestamente insuficiente para albergar todos os serviços municipais e de Justiça.

A Câmara, no entanto, não parece ter ficado convencida dessa necessidade, já que não há qualquer deliberação ou alusão à construção de um novo edifício nos anos imediatos.

O projecto seria, pela primeira vez, discutido na sessão da Câmara de 12 de Outubro de 1872, para ser definitivamente aprovado, conjuntamente com a realização de um empréstimo, na sessão extraordinária de 20 de Novembro.

O processo arrastar-se-ia, no entanto, durante anos, só sendo retomado em 1875, e por iniciativa dos magistrados.

Só neste ano de 1875, se começaria a discutir a escolha do local para implantação da construção, esquecendo, aliás, uma decisão tomada em 1872.

Como já se disse anteriormente uma das hipóteses que se colocou para a construção dos Paços do Concelho foi o terreno com frente para a Praça D. Maria II e a Rua Alves Roçadas, como se vê do ofício dirigido pela Câmara ao Governador Civil sobre uma reclamação acerca do traçado da então chamada Rua das Lameiras, datado de 25 de Junho de 1872.

‘Em 1858, por ordem do Governo, procedeu-se ao levantamento de uma planta topográfica da povoação da vila, cuja planta, confeccionada pelo distinto engenheiro D. Luís de Azevedo, está arquivada na secretaria da Câmara.

Nessa planta já foi apontada a rua de que trata o orçamento, seguindo a mesma directriz, e já então aquele engenheiro abandonava o leito do antigo caminho, por que propugnam os reclamantes, dando preferência à directriz daquela ficar paralela à estrada que conduz a Braga e que corta a povoação da vila, condições em que se não acha o leito do predito caminho.

Muito posteriormente, numa outra planta, levantada pelo senhor engenheiro Chelmiki, foi traçada pelo mesmo modo a directriz da projectada rua, trabalho esse que mereceu a aprovação do senhor 1º engenheiro distrital.

E ultimamente o senhor engenheiro que veio a esta vila designar o local da construção da nova casa da Câmara, repartições públicas e cadeia, obra de urgente necessidade e que se projecta, assentara de harmonia com a Câmara, que se efectuasse essa construção, ficando uma das frentes do dito edifício para o Campo da Feira e a outra para a nova rua, prevista nas duas plantas’.

A outra hipótese colocada foi a das antigas cocheiras da Companhia Viação Portuense, na actual Avenida Narciso Ferreira, juntamente com um campo do doceiro e aferidor Leonardo José Rodrigues de Carvalho, dono e construtor do prédio na Rua Adriano Pinto Basto que hoje permite ligação pedonal com a já referida Rua Alves Roçadas.

Nas cocheiras da Companhia Viação Portuense viria a funcionar um teatro, com o chão em terra, socorrendo-nos, mais uma vez, das memórias de Rodrigo Terroso.

Finalmente, e provavelmente entrando em conflito com a Comissão de Melhoramentos, seria escolhido o Campo de Melo e Freitas, pela vereação da presidência de Francisco Inácio Tinoco de Sousa.

Embora a Câmara tenha procurado sanar o conflito assim crido, através de ofício de 11 de Agosto de 1876, dirigido ao director das Obras Públicas do distrito, que era o presidente da Comissão, o certo é que, a partir daqui, desaparecem todas as referências a esta Comissão de Melhoramentos, que provavelmente se dissolveu.

‘A Câmara Municipal de minha presidência encarrega-me de levar ao conhecimento de V. Exa. que, tendo-se reunido no dia 16 de Junho último, para o fim especial de tomar conhecimento do ofício que nesse dia se esperava receber da comissão de melhoramentos, nesta vila, de que V. Exa. é muito digno presidente, no qual a mesma comissão devia indicar qual o local mais conveniente para a colocação do novo edifício para os Paços do Concelho, e como não se recebesse este ofício no correio da manhã, e achando-se a Câmara reunida para aquele fim especial, tendo vindo de grande distância muitos vereadores para se tratar deste assunto, resolveu ela escolher os terrenos nos campos de Daniel Augusto dos santos, entre as estradas de Barcelos e Braga, para nele se construir aquele edifício’.

Entretanto tinha sido solicitada a necessária autorização do Governo, através da representação aprovada em sessão de 10 de Agosto de 1876.

A autorização do Governo seria concedida por despacho do Ministério do Reino de 19 de Fevereiro de 1877, o que possibilitou a realização da escritura provisória de expropriação amigável, logo a 11 de Abril, desse mesmo ano.

Por essa escritura era expropriado o Campo de Melo e Freitas, com uma área de 15.805 metros quadrados, ‘a principiar na esquina que faz frente para a estrada de Braga e Barcelos indo em volta pelos terrenos de Luís José da Silva, fundos dos quintais de Manuel Moreira Pinto, viúva de José Pereira de Oliveira, Maria Joaquina da Costa e Sousa, Manuel Joaquim da Costa e Sousa e Domingos Ferreira, até ao ponto em que se completar aquela medição, confrontando os mesmos campos, pelo Nascente com a estrada de Braga, Sul com a parte dos mesmos campos que não é compreendida na expropriação, Poente com os quintais acima referidos.

Estavam assim escolhidos os terrenos para os novos Paços do Concelho, referidos como sendo de Daniel Augusto dos Santos, o que não é correcto.

Os terrenos eram na verdade da sua mulher, Balbina Nunes Veloso, a 'felicíssima' herdeira do capitão José Veloso Rebelo.

Esta família era dona da maior parte dos terrenos no que poderemos chamar as traseiras da vila, no lado Nascente da Rua Direita, desde os actuais Paços do Concelho ao Campo da Feira, a que se chegou a juntar, em tempos, o Cadafal e a Segonha.

Documento da conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão, fala no 'Casal de Gaspar João', foreiro à Casa de Bragança, Gaspar João que me parece ser o antepassado desta família no início do século XVII.

A construção da estrada nova do Porto a Braga, atravessando estes terrenos a meio, possibilitou a sua urbanização, facto que Daniel Santos, desde o seu casamento, nunca impediu, levando-o a ser considerado um grande benemérito do crescimento da vila.

Uma evidência é que só a construção desta nova estrada viria a permitir o aparecimento dos Paços do Concelho neste local.

\*\*\*

Em apontamento de Vasco de Carvalho, conservado no seu arquivo na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, verifica-se que a velha Casa do Paço ainda serviu em 1883 para escola oficial do sexo masculino, transitando depois para uma das casas de Florindo da Silva Maia, na Rua Adriano Pinto Basto.

O constante saltitar das escolas (a do sexo feminino chegou a estar nas casas de Fortunato Cardoso Pereira no Largo da Cruz Velha, entrada da actual Rua Artur Cupertino de Miranda), levou a Junta de Paróquia de Vila Nova de Famalicão, a solicitar terreno à Câmara Municipal, junto aos Paços do Concelho, para a construção de uma escola para os dois sexos, financiada através de subscrição, feita sobretudo no Brasil.

O jornal republicano 'O Porvir' noticiava no seu número de 10 de Julho de 1895: 'Principiaram já no Campo do Tribunal, as obras da casa da escola há pouco arrematadas'.

Em 7 de Agosto desse ano de 1895 o mesmo jornal referia que 'continuam com actividade as obras neste importante quanto simpático melhoramento.

Fala-se em inaugurar solenemente aquele edifício achando-se já colocada, no lugar onde deve ficar, uma peça do soco, que servirá de pedra inaugural'.

Nos finais de Maio de 1897 principiaram as obras de pedreiro para conclusão do edifício escolar, arrematadas pelo grande mestre-pedreiro Manuel António Bouças.

Entretanto o professor oficial do sexo masculino, Joaquim Carneiro de Azevedo Costa foi colocado como professor na Escola Normal de Braga (Magistério Primário) o que originou a primeira vinda, como professor interino de António Maria Pereira, casado com uma sobrinha de Adriano Pinto Basto.

As obras ficaram concluídas em Setembro de 1900, o que foi triunfalmente noticiado na 'Estrela do Minho' de 7 de Outubro desse ano.

'Está finalmente concluída a escola paroquial, dos dois sexos, da vila.

Terminou-se enfim o templo majestoso da instrução, há tantos anos reclamado.

Agora que a vila possui honrosa trilogia de edifícios soberbos, o tribunal, o hospital e a escola, falta-lhe uma igreja digna da nossa linda vila.

A que aí está é uma vergonha completa. Nada a recomenda'.

No entanto, a abertura da escola não correu tão bem como se esperava. Primeiro parecem ter surgido divergências entre os professores sobre a parte do edifício que cada um devia ocupar (O Regenerador,

13 de Outubro de 1900). Depois porque enquanto a professora da escola feminina, D. Carolina Augusta Botelho imediatamente se transferiu para a nova escola, o professor da escola masculina, Manuel Jaselino Dias da Costa, recusou-se a fazê-lo durante algum tempo (O Lusitano, 24 de Outubro de 1900).

Entretanto chegou a mobília mandada construir na Companhia Aurifícia, do Porto, ‘fabricada em pinho de Flandres e ferro, o que de mais moderno é aconselhado pela pedagogia. (Estrela do Minho, 11 de Novembro de 1900).

Neste edifício funcionou também o ‘Instituto Conde de S. Cosme do Vale’, financiado por este titular e que tinha como objectivo a frequência gratuita de algumas cadeiras secundárias.

O projecto deste pequeno liceu, com várias disciplinas, chegou a ter o seu horário de funcionamento publicado, no meio da polémica que entretanto se estabeleceu entre progressistas e regeneradores.

Dizia a Estrela do Minho, de 10 de Fevereiro de 1901: ‘Tentar-se envenenar com a baba peçonhenta da política mais abjecta, a figura radiante e sublime da instrução popular, o mesmo é que atirar com uma virgem imaculada para a orgia bacante das saturnais’.

As disciplinas previstas eram Francês, Português, Geografia, Latim, Desenho, Matemática, História, Comércio e Literatura.

A verdade é que, além das aulas de português e francês, regidas pelo professor José Maranhã Lopes Serra, só parecem ter funcionado as aulas de comércio do professor Magalhães Vidal, ‘inteligentíssimo professor do Liceu do Porto (Estrela do Minho, 10 de Março de 1901).

Aulas de comércio que só duraram até Agosto deste mesmo ano (Estrela do Minho, 13 de Outubro de 1901).

A guerra entre progressistas, que tinham criado oficialmente o Instituto, em 1900 e regeneradores não ficaria por aqui, levando, em Julho de 1902, a que a Câmara regeneradora tivesse tomado posse do edifício da escola, expulsando dali as aulas de ‘secundário’ de português e francês dadas pelo professor Maranhã.

Contava a Estrela do Minho, de 6 de Julho de 1902: ‘A Junta de paróquia foi intimada, ontem, pela autoridade administrativa, a entregar o edifício das Escolas Conde de S. Cosme do vale, proibindo nele o funcionamento das cadeiras secundárias, gratuitas, que, há um ano, o nobre Conde de S. Cosme do Vale, tem subsidiado’.

Logo a seguir a Junta de Paróquia publicava um comunicado onde se dizia que ‘provisoriamente, continua a leccionar-se em casa do seu professor José Maranhã Lopes Serra, à Praça da Mota, as disciplinas gratuitas de português e francês, custeados pelo benemérito benfeitor desta vila, o senhor Conde de S. Cosme do Vale’

Este Instituto, entretanto regressado à Escola, funcionou pelo menos até final de 1911, devendo ter acabado por falta de financiamento pouco depois.

Em Setembro de 1914 já o professor Maranhã tinha transferido a sua residência e as suas aulas para o Porto, onde viria a falecer em Março de 1915.

Quanto à escola nocturna, regida pelo cego Manuel dos Santos Marques, também deve ter acabado no final do ano lectivo de 1912-1913 já que este professor e poeta, em Novembro deste último ano já era o responsável pela Escola Móvel do Calendário.

Este edifício da escola serviu igualmente para uma série de instituições.

Desde o Orfeão Famalicense, que aí fez os seus ensaios no ano da fundação, 1916, à Caixa Geral de Depósitos que aí funcionou antes da construção do seu prédio nas instalações da antiga ‘Mercearia Caetano’, na esquina da Rua de Santo António e da Praça D. Maria II, ou o Celeiro Municipal, que aqui esteve instalado na época da I Guerra Mundial (Gazeta de Famalicão, 8 de Abril de 1916)

\*\*\*

Mais três edifícios foram construídos neste terreno. A casa dos magistrados, a Creche-Mãe, e o Posto Médico, edifício construído pelos Serviços Médico-Sociais da Federação das Caixas de Previdência, e que levou, aliás, à demolição do edifício da Creche-Mãe, em 1948.

A casa dos magistrados foi construída em 1929, na sequência do Decreto nº 11.991, de 29 de Julho de 1926, que no seu artigo 60º obrigava todos os municípios, com excepção de Lisboa e Porto, a fornecer casas mobiladas aos juizes e procuradores.

A Creche, cuja necessidade foi tantas vezes defendida por Manuel Pinto de Sousa, foi criada em 1929, embora já em 1914 se tivesse feito uma tentativa, chegando a ser convocada uma reunião para o Salão Olímpia.

‘Convidam-se todos os cavalheiros que tenham interesse pela fundação do Asilo Maternal a reunir no próximo domingo, 19 (Estrela do Minho, 12 de Julho de 1914)

No entanto só no início de 1929 e com o impulso das professoras do então existente Colégio Moderno é que se conseguiria, finalmente, criar esta instituição.

Terminada a planta do edifício em Dezembro de 1929 e depois de uma demorada construção a Creche viria a ser inaugurada em 1932.

Segundo a Estrela do Minho de 5 de Agosto de 1934, a Creche albergava nesta altura quinze crianças.

\*\*\*

Depois das obras de desaterro do Campo do Tribunal, foi decidido iniciar as obras de construção do jardim, seguindo o modelo do Jardim do Palácio de Cristal, no Porto.

Nos livros de Contabilidade da Câmara Municipal, existe o registo do pagamento feito a António Lopes da Silva, do Porto, do custo das árvores para embelezamento dos terrenos dos Paços do Concelho e, principalmente, com o delineamento dos arruamentos dos mesmos terrenos (31 de Dezembro de 1885).

No mesmo dia eram pagas a Joaquim Luís do Rego as despesas com a plantação de arvoredos e arruamentos.

Em Março de 1886 o mesmo Joaquim Luís do Rego já recebia uma verba mensal para a conservação do arvoredos do ‘Largo do Tribunal’.

Em 1900 foi feita a renovação deste jardim, obra dirigida por Jerónimo Monteiro da Costa, ‘importante impulsor da horticultura e da construção e reconversão de jardins e praças da cidade do Porto.

Foi sócio da Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense, sucessora do Horto das Virtudes, fundada em 1890 por Marques Loureiro (sítio PortoCompasso, 3 de Junho de 2011).

Ao mesmo tempo que se renovava o jardim começava-se a murar o terreno.

A vedação do jardim do Tribunal foi, que se saiba, lembrada pela primeira vez por Rodrigo Terroso (O Minho, 13 de Janeiro de 1898).

Em 17 de Junho de 1900 a Estrela do Minho noticiava que iam começar muito breve as obras do muro do jardim do Tribunal, ‘um bom serviço prestado pela Câmara’.

Mas Joaquim José da Rocha não concordava. Claro que era preciso um muro de suporte, quer para embelezamento do local, quer para sustentar a terra.

Mas o modo como resolveram fazer a obra é que não:

‘Há bouças de lavrador que têm muros mais bem feitos’. (O Regenerador, 28 de Julho de 1900).

Em 1916 novas alterações se realizaram, desta vez coordenadas pela empresa Alfredo Moreira da Costa, também do Porto, entre as quais a construção de um lago, que levou a monárquica ‘Gazeta de Famalicão’ a escrever: ‘Tem sido muito admirado o lago que a Câmara mandou construir no jardim do Tribunal.

Aquilo não é um lago, é uma bacia’. (24 de Junho de 1916).

Em 1920-1921, mais uma alteração, elaborada pela já referida Companhia Hortícola-Agrícola Portuense, que ocorreu a par da destruição dos muros que rodeavam estes terrenos.

Finalmente, uma última alteração do jardim ocorreu em 1947 quando, por proposta de 3 de Fevereiro, foi resolvido substituir as robínias por espécies consideradas mais próprias para jardins.

Os Serviços Florestais cederem à Câmara Municipal grande número de espécies de grande porte que foram colocadas na Rotunda Primeiro de Maio, vindo as de lá para este jardim. (Quatro Anos de Gerência, p. 94)

\*\*\*

Ao lado do jardim, julgo que no terreno onde depois foram construídos os edifícios da casa dos magistrados e da Creche-Mãe, havia um terreno não ajardinado que foi tendo sucessivas propostas para a sua utilização.

Em 1898 pensou-se em construir aqui o Quartel dos Bombeiros.

Em 1902 a construção de um mercado de suínos e galinhas.

Em 1911 falava-se na possibilidade de construir uma escola, ou a nova cadeia, ou ainda o Asilo.

Nesse mesmo ano propunha-se a construção do Teatro.

Em 1914 a Câmara chegou a aprovar, no Senado Municipal, a construção do mercado.

Aqui se realizou, em 1916, a Parada Agrícola organizada pelo Sindicato Agrícola de Famalicão.

Neste mesmo ano chegou a servir de campo de jogos de um dos novos clubes que em Famalicão apareceram por essa época.

Havia o maior e melhor organizado, o 'Sport Club de Caçadores', capitaneado por Vladimiro Alexandre de Sousa Fernandes, filho do senador Sousa Fernandes, e que jogava no 'Stand', ou 'Campo de Tiro' do Clube de Caçadores, em Louredo.

Mas, segundo a Gazeta de Famalicão, de 6 de Maio de 1916, existiam também a 'União Foot-Ball Famalicense, que debuta no Campo do Tribunal e o Grupo Foot-Ball Português, parece que ainda sem local certo para se exhibir'

Este abandono de anos e há anos criticado, reflectia-se na Estrela do Minho, de 4 de Maio de 1919.


'Há muitos anos que a Câmara possui aquele terreno adjacente da Praça da República, uma gleba de terra que nestes calamitosos anos de fome podia ao menos ter produzido algum pão e batatas.

Se não tem destino para qualquer benefício público, porque não há-de pelo menos alugar-se aquela terra há tanto tempo perdida, só servindo para o rapazio jogar às pedras?'

\*\*\*

Concluindo, a escolha deste terreno para a construção dos Paços do Concelho, só justificada pelas novas estradas nacionais, permitiu reequilibrar a vila, na sua zona norte, ou alta, saindo, poderíamos dizer fugindo do 'buraco negro' que a 'Esquina' representava.





**II – Seminário:  
Monumentos Balneários  
do noroeste peninsular  
– da proto-história à Idade Média**





# Las saunas castreñas: santuarios “urbanos” en la protohistoria cantábrica

## The hillfort’s saunas: “Urban” sanctuary in the cantabrian protohistory<sup>1</sup>

por Ángel Villa Valdés<sup>2</sup>

**Resumen** Entre la rutinaria arquitectura doméstica que caracteriza el paisaje urbano de los castros del occidente de Asturias, algunos edificios se singularizan por su destacada posición y originalidad constructiva. Son las grandes cabañas o casas de asamblea y las denominadas saunas castreñas, tipologías ambas que participan de la voluntad de monumentalización de los espacios castreños destinados al servicio de la comunidad. Un esfuerzo por magnificar determinadas arquitecturas, constatado antes en las acrópolis del Bronce Final, pero que durante la Edad del Hierro se proyecta sobre el tejido urbano de los poblados procurando un intencionado protagonismo escenográfico. Son parte esencial de espacios de carácter comunitario, concebidos para la representación social, en torno a los cuales se desarrollarán probablemente todos aquellos ritos de orden político o religioso con que se reafirma la identidad y cohesión grupal.

Nuestra intención es actualizar lo conocido acerca de las saunas castreñas, reivindicar su relevancia en el pensamiento social de las comunidades castreñas así como informar acerca de las actuaciones realizadas para dignificar su aspecto, favorecer su preservación y, cuando las circunstancias lo permiten, promover la exposición pública de una de las creaciones arquitectónicas más originales de la Cultura Castreña del noroeste de la Península Ibérica.

**Palabras clave:** Asturias, Galicia, Edad del Hierro, Fuego común, símbolos religiosos prerromanos

**Resumen** Among the routine domestic architecture that characterizes the urban landscape of the hillforts of western Asturias, some buildings are characterized by their architectural originality and prominent emplacements. They are the large buildings known as longhouse or “assembly houses” and the “Castreñan saunas,” two typologies that share the aim of monumentalization already present in the Late Bronze Age Acropolis, but now intertwined in the urban fabric of the settlements, on which they are projected with indisputable scenographical protagonism. In this way, new communal spaces are born, conceived as a framework for social representation, and around which probably orbited all those political or religious rites that served to reaffirm the group’s identity.

Our intention is to update what is known about the preroman saunas, assert its relevance in the social thought of the Iron Age communities and report on actions taken to dignify their appearance, promote their preservation and, when circumstances permit, promote the exhibition public of one of the most original architectural creations of the hillfort’s culture in the northwest of the Iberian Peninsula.

**Key words:** Asturias, Galicia, Iron Age, Common fire, Preroman religion

<sup>1</sup> Artículo parcialmente reproducido en el Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos N° 177, 2011.

<sup>2</sup> Arqueólogo de la Consejería de Educación, Cultura y Deporte del Principado de Asturias (España).

Email: [angel.villavaldes@asturias.org](mailto:angel.villavaldes@asturias.org)

## Apuntes sobre la geografía castreña en Asturias y la distribución territorial de las saunas protohistóricas

La Comunidad Autónoma del Principado de Asturias se extiende sobre una estrecha franja de terreno bañada por las aguas del Cantábrico y con la cordillera Cantábrica como abrupto y omnipresente telón de fondo. Un sinfín de valles y cursos fluviales segmentan este pasillo litoral en el que los contrastes de oriente a occidente se suceden en la litología y geomorfología dominantes determinando formas de paisaje muy variadas. La implantación del fenómeno castreño muestra asimismo una gradación creciente hacia poniente desde los dominios calizos orientales, donde los castros son prácticamente desconocidos, hasta las cuencas occidentales de los ríos Narcea, Navia y Eo en torno a los cuales se identifica la mayor concentración de asentamientos. Las evidencias arquitectónicas de saunas o monumentos con horno se distribuyen, por el momento, sobre yacimientos localizados en esta última área, en particular en los excavados en el interfluvio Navia-Eo. Es éste un territorio con un rico patrimonio arqueológico en el que destacan por su abundancia los poblados fortificados. Hasta 70 han sido catalogados en unos 1.700 Km<sup>2</sup>. Un espacio en el que además se localizan yacimientos emblemáticos para la Edad del Hierro en Asturias y la mayor parte de los castros excavados de la región.

Entre los castros catalogados en este territorio se cuentan algunos hitos de la arqueología protohistórica peninsular, casos de Coaña o Pendia, así como otros de investigación más reciente pero de notable importancia en el estudio del mundo castreño. Prácticamente en todos ellos, al menos los excavados con cierta extensión, han proporcionado el descubrimiento de nuevos edificios termales sumando claves con las que avanzar en el estudio de su función y significado simbólico.

En Asturias el grupo más numerosos se concentra en el valle del río Navia si bien este patrón encuentra continuidad al oeste del río Eo, ya en tierras gallegas, con dos paralelos en la provincia de A Coruña y un tercer caso probable en la de Lugo<sup>3</sup> (fig. 1-2)

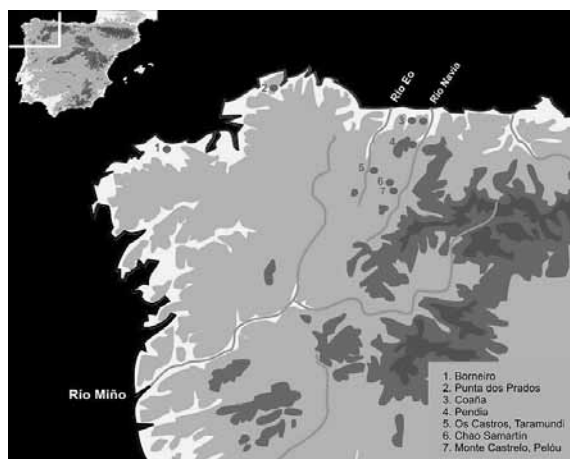


Fig. 01. Localización de las saunas excavadas en el área cantábrica.

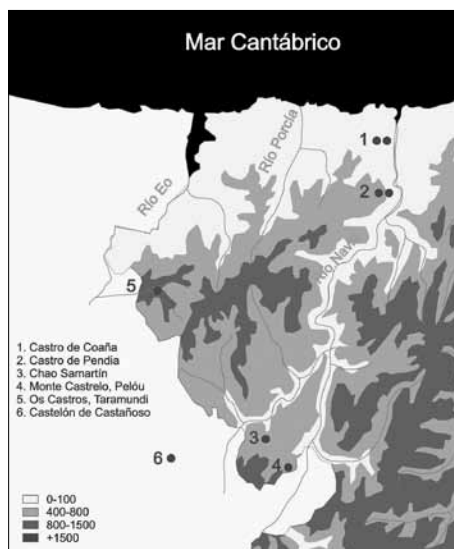


Fig. 02.

Saunas castreñas identificadas en el área del Navia-Eo

<sup>3</sup> En el concejo de A Fonsagrada, en el castro de Castelón de Castañoso, fue reconocida hace algunos años una estructura de cabecera absidial y cámara (López et alii, 1987:51), cuya estructura y dimensiones podrían corresponder con las de un monumento ajustado al patrón de las saunas del Navia.

El avance de las excavaciones en estos yacimientos permite, amén de confirmar la antigüedad de las primeras construcciones (siglos V-IV a.C.), afinar en la determinación de sus características morfológicas originales y los cambios con que habrían de alcanzar el primer siglo de la Era.

Estas cuestiones de orden formal y constructivo fueron abordadas en buena medida en trabajos anteriores; por ello, nos limitaremos en esta ocasión a matizar alguna de las hipótesis expresadas anteriormente e incorporar al discurso aquellos elementos más novedosos registrados en este último lustro de investigación.

### **Cronología de los descubrimientos y de las intervenciones de restauración**

Los primeros edificios fueron descubiertos en los castros de Coaña y de Pendia durante las excavaciones dirigidas por Antonio García y Bellido y Juan Uría en 1940 y 1941 (fig. 3). Francisco Jordá identificó entre 1959 y 1961 una nueva ruina en el primero de ellos, completando el corpus de las cuatro saunas indígenas conocidas en Asturias hasta finales de siglo. A pesar de la excavación incompleta y la avanzada degradación que presentaba alguna de las ruinas, su aspecto no ocultaba la evidente familiaridad estructural entre ellas así como ciertas concomitancias en la selección de los emplazamientos (Villa, 2000).

El pensamiento dominante en la investigación portuguesa de la época inclinó a sus descubridores a proponer una lectura funeraria de los mismos (García y Bellido, 1941: 198; Uría, 1941). Jordá, años más tarde hará una somera descripción de la segunda ruina e incidirá en el uso ritual del complejo que él denominó “recinto sacro”, si bien relacionándolo con el culto a las aguas, en su opinión, extendido por el noroeste peninsular durante la dominación romana (Jordá, 1983: 23).

La intervención conservadora en estos conjuntos pioneros no se acometió hasta 1999. Ese año se realiza la excavación de los dos edificios del castro de Pendia, con la que se pusieron a la luz elementos esenciales de su estructura y se completa la restauración (Villa, 2007). Unos años más tarde, en 2007, se procede de manera similar en el Castelón de Villacondide, nombre local con el que también se conoce el castro de Coaña<sup>4</sup>. En esta ocasión, la intervención arqueológica aporta, además de evidencias inéditas de orden estructural, dataciones absolutas que confirman el origen protohistórico de los monumentos y la probable vigencia, al menos de uno de ellos, hasta el primer siglo de la Era (fig. 4).



Fig. 03. El Castro de Pendia (Boal)



Fig. 04. El Castro de Coaña. La línea indica la posición del “recinto sacro”

<sup>4</sup> Intervención codirigida por Alfonso Menéndez Granda.



Fig. 05. Castro de Chao Samartín (Grandas de Salime). A la izquierda, se destaca en blanco la vía de acceso a la Acrópolis de la Edad del Bronce.

En todo caso, y volviendo a su restauración, la diferente degradación de cada edificio motivó soluciones y medidas de conservación también variadas. Así, frente a la limitada extensión recuperada en Pelóu, cuyo cuerpo principal fue destruido por fortificaciones posteriores y su cabecera reducida a las hiladas de base (Montes et al. 2009), se consideró pertinente proceder al sellado de la estructura (fig. 6-7). En Taramundi, donde, aunque degrada la planta se conservaba en casi todo su perímetro, se completó en 2011 la consolidación de muros con reposición de hiladas para favorecer el aislamiento de la inevitable agresión meteórica. El caso del Chao Samartín fue distinto. La entidad constructiva y la estabilidad estructural del edificio facilitaron, a la espera de la consolidación integral del yacimiento, su exhibición pública con trabajos puntuales de restauración y la cubierta estacional de las paredes mediante un sistema de tejadillos de pizarra sustentados sobre armazón de castaño (Villa 2007).

Durante los años que mediaron entre ambas actuaciones fueron descubiertos otros tres edificios en otros tantos asentamientos castreños: Chao Samartín (1990) y Monte Castrelo de Pelóu (2004), ambos en Grandas de Salime, y, el más reciente, Os Castros de Taramundi (Taramundi), en 2006. Fue éste un periodo en el que la función termal de los monumentos resultó definitivamente aceptada así como su origen prerromano, si bien es cierto, como más adelante trataremos, que hubo quienes seguían defendiendo, contra toda evidencia la fundación romana de los balnearios castreños (Calo, 1997: 151; Ríos, 2000)<sup>5</sup>. (fig. 5)



Fig. 06. Monte Castrelo de Pelóu (Grandas de Salime)



Fig. 07. La sauna de Monte Castrelo de Pelóu fue sepultada y parcialmente destruida por la construcción de fortificaciones de fines de la Edad del Hierro y época romana.

<sup>5</sup> Sin duda, una de las causas que generan mayor confusión en la literatura arqueológica es la proliferación de compiladores. Presuntos investigadores que, sin experiencia alguna en los trabajos de campo que tratan, se procuran campo y teoría propios a consta de florilegios y críticas exacerbadas. El termalismo castreño no es una excepción. Hace unos años, una de las personas citadas, D. Sergio Ríos González, fue condenado por los tribunales de justicia al considerar los magistrados que se había apropiado de trabajos ajenos "sin haber solicitado autorización ni haberlo indicado mediante la correspondiente cita". Sección 4ª de la Audiencia Provincial de Oviedo. (Villa, 2004: 348).

Creo necesario señalar que, paradójicamente, el progreso notable experimentado en estos últimos años en lo que respecta al conocimiento de las saunas castreñas, de su estructura, de su antigüedad y de su significado, no ha sido consecuencia de proyectos de investigación en sentido estricto. O mejor dicho, las investigaciones han debido justificarse, casi ocultarse, tras intervenciones orientadas oficialmente a la recuperación y puesta al servicio del turismo de lo que se ha venido en denominar “recursos culturales”, es decir, yacimientos arqueológicos. El conflicto cotidiano consiste en procurar que nuestros gobernantes comprendan que no existe divulgación ni promoción de bienes arqueológicos que se precie si no están precedidas y sustentadas por la investigación. Que no existe una arqueología comercial y otra académica, una actividad científica de baja o alta intensidad según el fin con que se actúe sobre un yacimiento, pues la Arqueología desprovista de interés por el conocimiento, por la investigación, es un instrumento inútil reducido a mero pretexto burocrático al servicio de los más disparatados intereses.

Lo cierto es que, amparados en proyectos de conservación y exhibición turística de las ruinas, las intervenciones sobre las saunas castreñas han proporcionado información suficiente para modificar radicalmente su interpretación histórica.

En territorio gallego, el más próximo de los monumentos excavados al núcleo naviego se localiza en el castro de Punta dos Prados, en Espasante (fig. 8). Fue excavado entre 1987 y 1989 por Emilio Ramil y objeto de consolidación integral a partir de 1990 (Ramil, 1996). Durante los años 2002 y 2003 se realizaron nuevas excavaciones que ampliaron notablemente el área abierta en torno al edificio y aportaron datos esenciales para conocer el contexto arqueológico del mismo. Si Ramil le había atribuido, en ausencia de fechas C-14 y vistos los materiales asociados, una cronología altoimperial (siglos I-II d.C.), las estratigrafías y dataciones más recientes sugieren que la construcción original del edificio puede remontarse a los siglos IV-III a.C. (Parceró et alii, 2009: 87-91) confirmando una larga secuencia de uso “con varias fases y posibles episodios de reforma, en la misma línea de lo ya documentado para otros monumentos similares de la zona asturiana” (*ibidem*, 103; Villa, 2000: 112).

El segundo de los monumentos se localiza en el castro de Borneiro, concejo de Cabana de Bergantiños, también en la provincia de A Coruña (fig. 9). Las excavaciones realizadas en los años treinta del pasado siglo por González García Paz pusieron al descubierto un pequeño conjunto constructivo integrado por un horno de planta circular y otra estancia rectangular adosada (González, 1933: 330). Fue Antonio García y Bellido quien primero sugirió su identificación con los edificios descubiertos en Coaña y Pedia (García y Bellido, 1968: 35). Algunos años después, a la luz de las excavaciones realizadas entre 1960 y 1983, se cuestionó tal correspondencia vinculando aquellos espacios con actividades de tipo industrial (Romero, 1987: 60). Sin



Fig. 08. Edificio de Punta dos Prados, Espasante (Ortigueira)



Fig. 09. En el castro de Borneiro, al igual que en los castros del Navia, el conjunto de sauna y gran cabaña se alza sobre la entrada principal al recinto. El descubrimiento reciente de la *pedra formosa* confirma su utilización en las saunas cántabras (foto: López, 2009: 71).

embargo, la reciente intervención arqueológica realizada en este sector del yacimiento, que significó además de su reexcavación, la consolidación de las ruinas, ha venido a confirmar la apreciación inicial de García y Bellido. Tanto la estructura del conjunto como los elementos recuperados, entre los que se cuenta una primera piedra formosa, constituyen evidencias suficientes para relacionar la construcción con el grupo de saunas castreñas cántabras (López, 2009: 70).

### Nuevos datos para comprender viejos edificios: Coaña y Taramundi

Desde la aparición del libro *Pedra Formosa. Arqueología experimental* (Silva, 2007) en el que se expusieron los avances en el estudio de las saunas castreñas de Asturias, varios de aquellos edificios fueron objeto de nuevas campañas arqueológicas. Como se ha dicho anteriormente, en Coaña, durante 2007 se procedió a la intervención en el “recinto sacro”. Las ruinas de las dos saunas fueron totalmente excavadas y consolidadas. En el poblado fortificado de Os Castros de Taramundi, durante el verano de 2008 finalizó la excavación del edificio descubierto dos años antes (sólo parcialmente descrito en la obra mencionada). En 2011 se completó la consolidación y el acondicionamiento básico del recinto para la apertura al público<sup>6</sup>.

En Coaña, la completa exhumación de los restos de la sauna nº1, la descubierta por Jordá, confirmó la existencia de los elementos descritos hasta entonces de visu: cabecera absidiada con acceso desde el exterior, tabique transversal en el que se abría la boca de alimentación del horno anterior, luego sellada, y un depósito antepuesto a éste constituido por losas verticales de pizarra (fig.10). De particular interés resulta destacar que la clausura del vano de alimentación del horno, que marca el punto del final del edificio como espacio termal, se realizó mediante fábrica de mampostería menuda de pizarra levantada sobre los sedimentos correspondientes a las últimas quemas realizadas en el horno (fig.11). Afortunadamente estos materiales pudieron ser datados y, a pesar de la amplitud de la horquilla temporal calibrada a 2 sigma, permiten acotar el periodo en que se realizó la obra (Cal BC 10- Cal AD 140)<sup>7</sup> y ofrecer una aproximación al tiempo de vigencia de la sauna, por su coherencia con la obtenida en el horno del Chao Samartín a partir de restos orgánicos sellados durante la última reforma del edificio, que está fechada en torno al cambio de Era (Cal BC 62-Cal AD 84)<sup>8</sup>.



Fig. 10. Castro de Coaña. Aspecto de la cabecera de Coaña 1 tras la consolidación de las ruinas.



Fig. 11. Coaña 1. Boca de alimentación del horno cegada. Fue levantada sobre los restos del último combustible empleado en la sauna.

<sup>6</sup> Intervención dirigida por Alfonso Menéndez Granda de la empresa MS Áqueo. Para una visión general del castro tras la intervención puede visitarse [www.castrosdeasturias.com](http://www.castrosdeasturias.com)

<sup>7</sup> Beta-236944

<sup>8</sup> CSIC-1776

Otra cuestión interesante es el reconocimiento de los canales tallados en el sustrato rocoso cuya traza podría indicar la existencia de un edificio anterior al conservado, en cuyo perímetro se insinúa en encuentro del lienzo meridional con una primitiva cabecera también absidal (fig. 12). Los relictos recuperados de un pavimento de losas apuntan la extensión inicial del edificio en alguna de sus dos hipotéticas fases. Se trata, en todo caso, de una prueba fehaciente que subraya la preferencia secular de la comunidad castreña por mantener una de sus construcciones emblemáticas en determinada ubicación, sin duda alguna por su indisociable vinculación con otros espacios esenciales en la liturgia social del poblado.

En el edificio denominado Coaña 2, la excavación alcanzó el sustrato geológico en toda su extensión. Pudo así valorarse, en la antecámara, la entidad real del rebaje rectangular practicado en la base pizarrosa donde Jordá, tal vez forzando su equivalencia con los presentes en el modelo convencional de *pedra formosa* portuguesa, creía haber reconocido un depósito de agua (Jordá, 1983: 23). No obstante, vistas las cotas, posición estratigráfica, y morfología actual se plantean serias dudas sobre tal función.

La cámara principal revela que las irregularidades del terreno forzaron, amén del aterrazamiento de la plataforma sobre la que se extiende el edificio, la nivelación de los cimientos para establecer el plano sobre el que se alzan los muros y a partir del cual se instaló el consiguiente horizonte de circulación que discurría entre 0,20 y 0,50 m sobre la roca. La sala dispuso, como es común en el resto de edificios asturianos, de un tanque inmediato al horno cuya posición fue adelantada en reformas posteriores que transformaron la su cabecera. Así lo muestran las mortajas rebajadas en la roca donde se encajaban las losas verticales que delimitaban el recipiente (fig.13).



Fig. 12. Castro de Coaña. La disposición de los canales excavados en la roca apuntan la existencia de un edificio anterior en el lugar ocupado por la sauna 1.



Fig. 13. Coaña 2. En la imagen se aprecia el trazado absidal del edificio primitivo así como los encajes para alojar las paredes del tanque en la cámara principal.

La excavación corroboró la planta absidal y cerrada del proyecto original. Un espacio concebido para albergar la fuente de calor del edificio al que, posteriormente, se añadiría una sala de traza rectangular abierta y sustentada sobre un potente relleno de zahorra que regulariza los escarpes de la roca. Esta reforma, practicada en un momento avanzado de su historia, repite el patrón advertido en otros edificios y le proporciona una estructura muy similar al que ofrecieron en su periodo postrero el de Chao Samartín, en Grandas de Salime, o Punta dos Prados en Ortigueira.

Las fechas obtenidas remiten su fundación a fines del siglo V o comienzos del IV a.C.<sup>9</sup> y, por consiguiente, confirman la antigüedad supuesta al proyecto original a partir de las dataciones obtenidas en los edificios del Chao Samartín y Monte Castrelo de Pelóu (Villa, 2007).

<sup>9</sup> Beta-236945  
Beta-236946



El último de los edificios excavados ha sido el del poblado fortificado de Os Castros, en Taramundi. Sus características más significativas, que ahora reproducimos, han sido dadas a conocer recientemente (Menéndez & Villa, 2010).

Se trata de una construcción con desarrollo de tendencia rectangular si bien las modificaciones patentes en planta y alzado dieron como resultado un perímetro de geometría bastante irregular. Su organización espacial muestra similitudes muy significativas con los modelos evolucionados de Pendia 2, Chao Samartín y Coaña 2, edificios cuyo uso se prolongó, aunque sometido a múltiples reformas en la distribución y servicio de las estancias, desde el siglo IV a.C. hasta el siglo I d.C. (fig.14-15).



Fig. 14. Os Castros de Taramundi. Vista cenital del edificio termal.

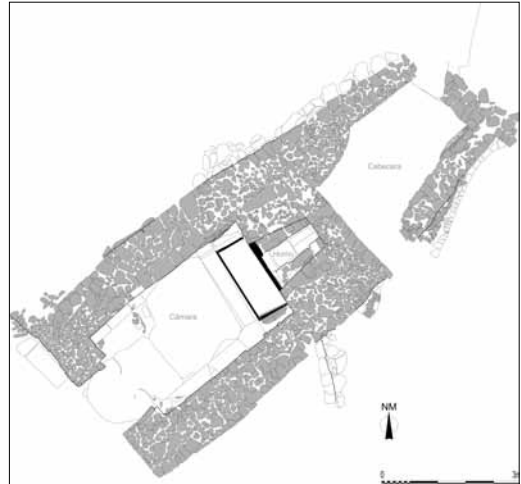


Fig. 15.

Os Castros de Taramundi. La planta y paramentos del edificio revelan una larga secuencia de reformas (dibujo: E. Martín).

Una vez definido el perímetro íntegro de la ruina, se reconocen tres de los espacios característicos que se suceden en dirección NE-SO: cabecera, horno y sala de vaporización.

La estancia de cabecera, como ya se había informado en trabajos anteriores, adquirió su morfología definitiva en una fase avanzada de la ocupación del poblado. Un espacio fruto de múltiples refacciones de las que resultó una sala pseudorectangular, de unos 3,30 m de longitud por 1,75 m de anchura cuyo firme es hoy la propia roca regularizada.

Los lienzos de mampostería muestran una fábrica irregular y acumulativa, muros reformados con diferentes grosores en los que vanos abiertos y cegados revelan variaciones también en la circulación. En el tabique occidental se abre, al nivel del suelo y protegido por un cargadero de losa, la boca de un horno en cuyo seno aún se conservaban abundantes restos del último carbón empleado. El espacio de combustión es un angosto pasillo rectangular con pavimento de losa dispuesto al ras del suelo que se extiende entre dos poderosos machones interpuestos entre la cabecera y la cámara principal.



Fig. 16. Os Castros de Taramundi. Tanque adosado al horno instalado en el piso de la cámara principal.

Finalmente, se dispone la cámara principal destinada a la vaporización. Sus paramentos están prácticamente arrasados como consecuencia de los expolios y la acción del arado. Presenta forma cuadrangular con amplio vano de ingreso abierto hacia el sureste. Está pavimentada con dos grandes losas de pizarra (probablemente reutilizadas de un edificio

anterior) y otras piezas menores. La losa dispuesta a la entrada conserva sendos encajes y una mortaja para acoger las jambas de la puerta. El pavimento mantiene un desnivel acusado para facilitar la recogida del agua condensada en un tanque instalado en el piso, al fondo de la sala. Se trata de una cubeta rectangular que se dispone transversalmente adosada al horno. Está delimitada por cuatro losas verticales encajadas en otros tantos rebajes practicados en una quinta pieza de fondo. Los efectos de la exposición directa al calor son evidentes en la losa inmediata al horno así como en otra dispuesta como refuerzo (fig. 16).

Los muros, particularmente arrasados en la fachada meridional, presentan fábrica de pizarra tabular trabada con barro y se asienta al tiempo sobre la roca y sobre el muro de la gran cabaña de la Edad del Hierro, profundamente transformada también en época romana (Villa et alii: 2007, 271-272).

La disposición de los derrumbes indica que la cubierta de la sala se realizó a dos aguas, con losas de pizarra que instaladas a modo de falsa bóveda, se proyectaban en voladizo hasta el encuentro de los dos faldones en la cumbre. Su ruina provocó el colapso de la techumbre originando una acumulación masiva de grandes losas encajadas, similar a la documentada en la sauna del Chao Samartín.

En el exterior del edificio, partiendo del muro meridional, se conserva una canalización que se prolonga hacia el sur excavada en la roca de base. Debíó prestar servicio en el proyecto original del edificio si bien fue inutilizada con las reformas de época romana.

En ausencia de dataciones absolutas con las que establecer la fecha de fundación del edificio, el registro estratigráfico, que en Os Castros de Taramundi se remonta a fines de la Edad del Bronce, muestra la contemporaneidad del último formato arquitectónico con los horizontes de ocupación altoimperiales (siglo I d.C.).

En 2011 finalizó, de acuerdo con lo establecido en el plan director del yacimiento, la consolidación y acondicionamiento para la visita de un amplio sector del área excavada. La intervención sobre las ruinas se completó con la instalación de pasarelas, carteles explicativos y servicio de audio-guías en diferentes lenguas.

### **Saunas y castros en Asturias: estado de la cuestión**

Las novedades registradas en estos últimos años de investigación nos permiten proponer una lectura arqueológica bastante ajustada respecto a las cuestiones de orden arquitectónico que atañen a estos singulares monumentos así como su tiempo de vigencia. Evidentemente, esta propuesta no puede en modo alguno segregarse de la evolución que la Arqueología castreña ha conocido durante la última década y a partir de cuyos progresos es posible proponer un contexto histórico coherente y verosímil para la implantación del termalismo castreño, término sin duda inapropiado por lo restringido y ambiguo de su significado como procuraremos justificar más adelante.

#### ***El contexto: los castros en Asturias y la controversia sobre su antigüedad***

Durante largo tiempo y hasta hace muy pocos años, la preponderancia del material romano recuperado en los castros del occidente de Asturias enmascaró, hasta llevar a su práctica negación, la existencia de horizontes indígenas de la Edad del Hierro (Carrocera, 1995: 59).

Pero fue, esencialmente, la abundancia y riqueza de las minas de oro la razón esgrimida por algunos investigadores como causa generadora de la implantación castreña en esta región. Ésta sería, en último caso, fruto de la planificación romana tras la conquista del área trasmontana cantábrica y, en particular, de la puesta en explotación de los abundantes y ricos yacimientos auríferos astur-galaicos, recursos de extraordinario interés para el Estado tras la reforma monetaria de Augusto. De la magnitud de ese empeño durante los primeros siglos de la Era dan cuenta la multitud de labores mineras inventariadas, hasta tal punto omnipresentes en

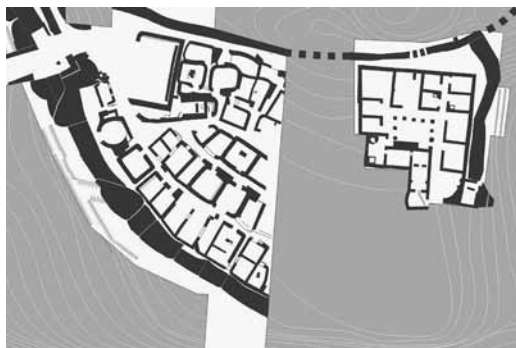


Fig. 17. Plano del recinto amurallado del Chao Samartín en el que a mediados del siglo I d.C. se alzaba una *domus* clásica. Las instalaciones termales que entonces se instalaron se ajustan a los patrones convencionales en el mundo romano.



Fig. 18. Piezas procedentes de Monte Castelo de Pelóu (arriba) y Coaña (abajo) que reproducen motivos plásticos representados sobre la piedra formosa del Alto das Eiras.

los territorios occidentales, que llegaron a ser consideradas germen de un poblamiento castreño cuya distribución respondería a las exigencias imperiales en cuestiones como el asentamiento de la población minera o la organización de las vías de comunicación.

De todo aquello sólo resta hoy la constatación de que la intensa actividad minera desplegada por Roma tras la conquista, fue el catalizador que prolongó la ocupación de estos castros, ya por entonces centenarios (Villa, 2005), ralentizando un abandono que hacia levante se produjo de forma mucho más brusca (Camino, 2005: 108). He aquí el motivo por el cual el influjo romano dejó una huella notablemente más poderosas en castros como Coaña, Taramundi o Chao Samartín (fig. 17), frente al episódico contacto que se aprecia en la mayor parte de los asentamientos excavados del resto de la región y que, aún en los casos recipientarios de funciones específicas de alguna relevancia en el ámbito militar o administrativo (Llagú o Campa Torres, por ejemplo) apenas alcanzaron las décadas centrales del siglo II d.C. (Berrocal et al., 2001: 322).

En este contexto, arruinada la visión de un mundo castreño tardío, surgido al rebufo de la iniciativa imperial, no podía sostenerse por mucho más tiempo que las saunas fuesen mera arquitectura de emulación, un producto más de la aculturación romana, simple adaptación rústica de hábitos y espacios termales importados. Las evidencias arqueológicas acumuladas durante la última década permiten hoy incardinar temporalmente el surgimiento y vigencia de estos monumentos y reivindicarlos como una de las creaciones más originales de la cultura castreña del noroeste peninsular.

### Saunas y pedras formosas

A fines del siglo V o comienzos del IV a.C. comenzaron a construirse en los castros del valle del Navia edificios singulares, de uso termal, con tratamiento arquitectónico monumental y a los que se les otorgó una posición preeminente sobre la puerta de acceso a los poblados, dentro del recinto delimitado por la muralla. Responden, además, a un patrón que se reproduce en todos ellos con asombrosa fidelidad en la métrica y en la estructura.

En su diseño original, los edificios mostraban perímetro rectangular con cabecera semicircular y

cubierta a dos aguas. Ésta se sustentaba en falsa bóveda y cuarto de esfera conseguidos por aproximación de hiladas fabricadas con losa de pizarra. En planta se sucedían, a partir de un único vano de entrada, tres ambientes diferenciados: antecámara de acceso lateral, cámara y horno; una distribución que les procura una evidente familiaridad con los monumentos portugueses y que algunos otros elementos ocasionalmente registrados ayudan a reforzar como son, entre otros, el uso de pesados dinteles monolíticos (Pendia 2, Castro de Roques o Maximinos en Braga), el remate de la cúpula del horno con piezas circulares perforadas (Pendia 1 y Forno dos Mouros, en Monte da Saia) o la presencia de tallas en piedra con paralelos evidentes en los motivos ornamentales desarrollados sobre algunas *pedras formosas*. Es el caso de los fragmentos de labras con sogueado recogidos en el entorno de la sauna de Monte Castrelo de Pelóu o la cruz botanada inscrita sobre una pizarra del castro de Coaña (fig. 18) tal vez integrados en su día en la estructura del edificio. Considerando hasta qué punto la geología regional impuso soluciones constructivas diferentes en ambientes domésticos funcionalmente afines, cabe contemplar que la ausencia generalizada de los grandes paneles graníticos meridionales pudieron tener su paralelo en los viejos edificios del Navia sobre materiales más vulnerables o perecederos. De hecho, la utilización de pedras formosas ha quedado probada tras el descubrimiento de un fragmento en el castro de Borneiro (López, 2009: 70) si bien su uso en el valle del Navia podía deducirse en el Chao Samartín a partir de la entalladura practicada sobre la losa que pavimenta la cámara y que, probablemente, recibía la pieza con que se clausuraba la estancia.

No obstante, al margen de afinidades de orden simbólico y ritual que más adelante abordaremos, las divergencias formales, funcionales y de emplazamiento son suficientes para reconocer la existencia de dos modelos de monumentos: el edificio común en el valle del Navia, o si se prefiere, de tipo cantábrico, (pues sus paralelos más o menos fieles se extienden hasta el finisterre coruñés), y el tipo meridional o *pedra formosa* difundido en el interfluvio Miño-Douro<sup>10</sup>. Estas diferencias regionales derivan esencialmente de su relación con las fuentes de agua y condicionan, creo que de manera capital, su posición y funcionamiento aún participando del mismo significado trascendente y su condición de preámbulo inevitable en el itinerario que franqueaba el ingreso del visitante en las áreas de uso estrictamente doméstico. Los edificios meridionales se asientan en las inmediaciones de fuentes o manantiales que proporcionan el suministro indispensable para la liturgia balnearia y requieren de posiciones normalmente deprimidas respecto a las cumbreñas, más adecuadas para el establecimiento de las citánias. En el patrón cantábrico los monumentos se levantan, en el espacio intramuros, en zonas preeminentes frente a las puertas de los poblados, eludiendo en general la condición hipogea y ajenos a cualquier dependencia acuífera natural, circunstancia que inevitablemente implica variaciones respecto a la celebración del rito de las *pedras formosas* (Silva, 2007).

### **Entre el rito y el mito: algunas propuestas sobre el significado y función de las saunas castreñas**

A fines de la Edad del Bronce se construyó en torno a la gran roca que preside la explanada superior del Chao Samartín un recinto delimitado por estructuras de cierre magníficas que tan sólo custodiaban un gran edificio elevado en el centro de la meseta y un bosque de robles. Se trataba de un lugar ajeno a cualquier actividad doméstica o de habitación en el que la totalidad del registro arqueológico subraya su función cultural. El crestón cuarcítico que se proyecta sobre los acantilados a modo de mascarón caprichoso y prominente, interrumpe la línea empalizada que se abre tras ella para formar un pasillo entre la fachada del edificio y la propia

<sup>10</sup> La referencia a ambos tipos constructivos con epítetos relativos a circunscripciones administrativas romanas, "lucense y bracarense", muy del gusto de aquellos que han propugnado el origen romano de saunas y castros, no resulta demasiado apropiado una vez constatada la antigüedad de ambos tipos de monumentos.

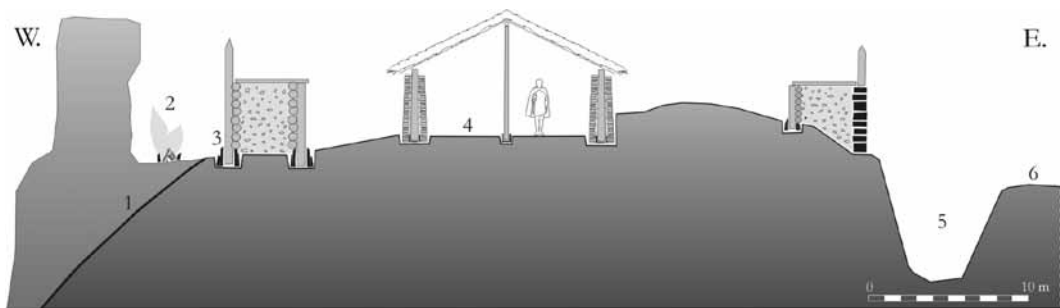


Fig. 19. Sección idealizada de la Acrópolis del Chao Samartín. Se indican los lugares de procedencia de las muestras datadas que han permitido establecer su fundación en torno al año 800 a.C.

roca, a cuyo pie se hizo arder una hoguera (fig.19). Un escenario ciertamente sugestivo que inevitablemente evoca otra de las rocas míticas en Asturias como es Peña Tú, en Puertas de Vidiago. Allí, las interpretaciones más recientes proponen la vigencia de la roca como referencia mítica mucho más allá del segmento temporal que apuntan las variaciones estilísticas de su decoración. En realidad se propone la roca como origen mismo del mito y no a partir de su conversión en soporte de grabados y pinturas (de Blas, 2003). Visto el particular tratamiento otorgado en la organización espacial de la Acrópolis del Chao Samartín no parece descabellado pretender que algo similar hubiese ocurrido también aquí, evidencias que se prestan para interpretar la construcción del recinto como consecuencia de una doble intención, la monumentalización de un lugar sacro mediante la artificiosa amplificación de su visibilidad y, por qué no, la apropiación del símbolo por parte de un grupo o comunidad en un espacio frecuentado desde tiempos neolíticos (Villa, 2010). Al tiempo, fosos y empalizadas establecen la segregación del espacio ritual del dedicado al ámbito de lo doméstico.

Con este pequeño excursus pretendemos ilustrar hasta qué punto comienzan a perfilarse argumentos que permiten relativizar, al menos como factor excluyente, la importancia de las prestaciones defensivas en la selección de los emplazamientos castreños. La magnificencia de fosos y murallas han ensombrecido otras circunstancias de carácter inmaterial (y por consiguiente, de interpretación inevitablemente controvertida) que no deben ser alegremente descartadas. En el Chao Samartín resulta evidente el peso de alguno de estos factores ideológicos sobre los mecanismos de selección que lo elevaron a hito paisajístico desde la prehistoria hasta época moderna.

En definitiva estamos refiriéndonos al origen religioso de algunos asentamientos, a su papel clave y secular en la vertebración de la geografía sagrada de un territorio. Lugares de encuentro supracomunitarios o *concellibula* que se mantendrán operativos durante generaciones, si bien adaptados al lenguaje semiótico de cada época: *témenos* durante la Edad del Bronce, poblado fortificado con monumento termal y casa de asamblea durante la Edad del Hierro, *caput civitatis* bajo dominio romano y necrópolis (con templo, tal vez) en tiempos altomedievales y temprana modernidad (Villa et al., 2008). Por ello nos resulta verosímil la sugerencia de que, tal vez, algunas pedras formosas pudieran haber sido erigidas inicialmente en lugares aislados, sagrados, “espacios neutros de congregación” para las comunidades castreñas en torno a los cuales se propiciaba la reunión y se acordaban alianzas o dependencias (Lemos et al., 2008: 326).

De todos modos, la fundación en lugares aislados no es el caso de Asturias donde estos edificios surgen a comienzos de la segunda Edad del Hierro integrados en núcleos de población ya centenarios. Quedan atrás los espacios segregados, las acrópolis cercadas por fosos y empalizadas para dar paso a una nueva localización de los espacios rituales que se ofrecen, a modo de frontispicio del núcleo urbano del castro, una vez superado el umbral del recinto amurallado. La puerta, la vía en su tramo inicial, previo al ingreso en el caserío doméstico<sup>11</sup>, la gran cabaña de asamblea y la sauna componen la escenografía repetida en estos

<sup>11</sup> Los caminos ofrecen en este paso ante la puerta, la sauna y la gran cabaña una amplitud considerablemente superior a los angostos callejones que conforman la red viaria interior de los poblados.

poblados como lugar propio para la celebración, la reunión, el convite o cuantos actos de representación pudiese requerir el protocolo ceremonial comunitario.

Por lo que respecta a la interpretación funcional de *pedras formosas* y saunas castreñas todos los argumentos arqueológicos, epigráficos y literarios evidencian su desarrollo en un contexto inequívocamente ritual. Otra cuestión es el significado del ceremonial y su posible relación con el culto a una u otra divinidad. Para Almagro éstos edificios serían escenario propio para ritos de iniciación en fraternías mediante los cuales, tras el paso por el más allá (representado por el circuito termal y probable inhalación de estupefacientes), el joven saldría “renacido” como guerrero (Almagro: 1997, 210). El culto a las aguas ha sido otro lugar común para diversos autores como Jordá, si bien éste lo consideraba en un contexto de “celto-romanización” de la población castreña, nunca anterior al siglo I d.C. (Jordá, 1983: 30). Otros investigadores no dudan del origen prerromano de los edificios, apuntado su carácter iniciático en relación con divinidades de naturaleza acuática como las *matres* de las aguas o su equivalente, las ninfas (Colmenero, 2000: 401), o con la diosa *Nabia*, en la que, a partir de lecturas cada vez menos restrictivas, se advierten atributos propios de una divinidad polivalente, propiciatoria de salud, abundancia, vigor y felicidad, cuyas raíces se hunden en el sustrato pre-indoeuropeo con referentes en las principales representaciones prehistóricas de la fecundidad (Silva, 2007: 16).

En el valle del Navia, la relación de los edificios termales con el agua, en particular con los cursos fluviales, se refuerza tras haber sido descubiertas, sumergidas en arroyos próximos a los castros de Pendia y Coaña (fig.20-21), sendas pilas graníticas similares a la dispuesta en el conjunto termal de éste último (fig.22). La primera, se halla hundida en el arroyo que discurre al pie del asentamiento<sup>12</sup>, la segunda se localizó a unos

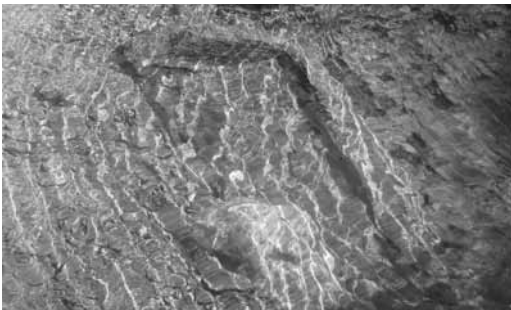


Fig. 20. Pilón granítico sumergido en el arroyo que discurre al pie del castro de Pendia (foto: F. Rodríguez del Cueto).



Fig. 22. Coaña 2. Conjunto excavado por A. García y Bellido en el que inmediato al edificio se encuentra un gran pilón granítico similar a los descubiertos en los arroyos de Pendia y A Barcúa.



Fig. 21. Pilón granítico descubierto en el arroyo de A Barcúa, en las proximidades del castro de Coaña.

<sup>12</sup> Comunicación verbal de Fernando Rodríguez del Cueto, director de las excavaciones arqueológicas en el castro de Pendia.

3,8 Km de distancia en el cauce conocido hasta el siglo XIX como de *A Barcúa*<sup>13</sup>, según informaba José María Flórez en la memoria de las excavaciones de Coaña (Flórez, 1878: 17).

El culto a las aguas, fuentes o ríos posee en Asturias y sus regiones limítrofes un fuerte arraigo que se mantiene aún vigente en la mitología tradicional del país. La localización en veneros y arroyos de piezas metalúrgicas, que remonta esta conexión al menos a la segunda mitad del milenio II a.C., escapa, por su reiteración, a la consideración de depósito fortuito. Así ocurre, como ejemplo más representativo, con el lote de 8 hachas planas depositado en la fuente de Frieres (Posada la Vieja, Llanes) o con la recogida en el arroyo de Figares (Salas). Hallazgos de naturaleza similar correspondientes a diversas etapas de la Edad del Bronce se han registrado igualmente en las tierras vecinas de Castilla-León y Cantabria (de Blas, 2008: 641). El contexto sagrado que rodea a los ambientes acuáticos se hace explícito también durante la Edad del Hierro



Fig. 23. Detalle de uno de los fragmentos de la diadema áurea de Moñes (Piloña) antes conocida como de Ribadeo. (foto: O. García Vuelta, 2007)

en otro documento arqueológico único: las diademas con guerreros de Moñes (Piloña). Las imágenes repujadas sobre finas láminas de oro ofrecen una visión excepcional del ideario simbólico de las gentes castreñas y sus mitos, de la exaltación del guerrero y el tránsito al más allá, todo ello con el medio acuático como telón de fondo. Un conjunto de escenas en las que se suceden figuras de jinetes e infantes, peces, aves y batracios y que simbolizan, en opinión de Marco Simón, la representación de la apoteosis guerrera a través, precisamente del tránsito acuático, al más allá (1994: 329) (fig.23).

En este contexto, lo más sugerente del hallazgo de las pilas sumergidas en Pencia y Coaña radica en que ambas puedan estar señalando el escenario, el símbolo primigenio que alienta e inspira la liturgia desarrollada en las saunas castreñas: “las aguas

primordiales”. Aquellas en las que la inmersión provoca “el retorno a lo preformal, con su doble sentido de muerte y disolución, pero también de renacimiento” (Cirlot, 1988:54). Las saunas proporcionan la atmósfera ritual necesaria para que el agua, elemento esencial, soporte e icono del mito, active los procesos de cambio, destrucción y nueva creación -de regeneración en definitiva- que son razón última de todo rito iniciático. Su construcción representa la voluntad de apropiación y manejo de lo sagrado<sup>14</sup> restringiéndolo a un espacio arquitectónico canónico en el que administrar su potencial transformador. Un espacio severamente condicionado por angostos pasos y un ambiente de penumbra en el que el lugar más recóndito del recorrido se reserva para la fuente de calor, el fuego.

Si consideramos este último aspecto, el de la accesibilidad, no parece probable que el significado del fuego pueda reducirse a la condición de simple complemento necesario. Desencadenante y catalizador de la reacción que ha de provocar la trasmutación del individuo, su alojo en la estancia más profunda y, por consiguiente, más distante del afuera profano y amenazador, exalta su consideración simbólica como elemento arcano y

<sup>13</sup> El arroyo se conoce hoy con el nombre de Palmián. El viejo hidrónimo de *A Barcúa*, que hace referencia a la forma del pilón granítico, es prácticamente desconocidos para los vecinos actuales de *A Ronda*. Fue trasladado en 1992 al área de atención de visitantes del castro de Coaña (Villa, 2007 b: 416).

<sup>14</sup> El traslado de la divinidad, de las propiedades del lugar sagrado (aquel que en palabras de Mircea Eliade el hombre no escoge, sólo descubre) a donde los hombres habitan.

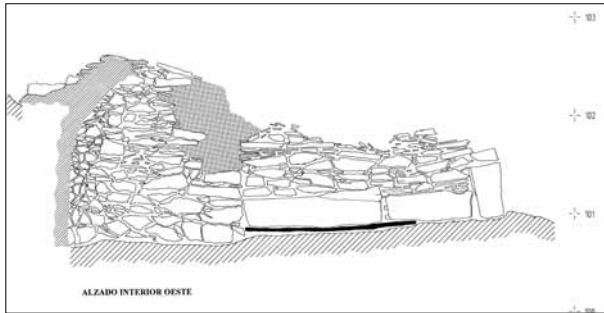


Fig. 24. Alzado interior de la cámara y celda de cabecera del edificio nº1 del castro de Pendra. (dibujo: S. Hevia González)



Fig. 25. Cabecera y relicto de la cámara principal de Pendra 1 donde se aprecia el tanque antepuesto al horno y las losas que revestían piso y zócalo.



Fig. 26. La cabecera del Chao Samartín fue reformada a modo de *sudatio*, con acceso independiente y sendos bancos adosados a la pared frente a la boca del horno.



Fig. 27. Vista cenital de la sauna del Chao Samartín.

valioso. No es casual que la celda que lo acogía fuese concebida como *tholos*, plasmación arquitectónica del “centro”, de la estabilidad, la superioridad, del refugio transmundano. ¿Qué protegía entonces tan celosamente este edículo? En nuestra opinión, lo custodiado en esta especie de tabernáculo no era otra cosa que el *fuego común* (fig.24-25).

De estar en lo cierto, estos monumentos albergarían el corazón mismo de la institución política que constituye la comunidad castreña. El fuego sagrado que pudo acompañar las nuevas fundaciones generadas por el crecimiento segmentario característico de esta sociedad (Fernández-Posse, 2002), que alumbraba simbólicamente el nacimiento de cada nuevo hogar en el poblado y que puede ser reconocible sin gran esfuerzo como arquetipo del origen común y la unidad del grupo.

La quiebra del hermetismo consustancial a la localización dispensada al fuego en los monumentos de la Edad del Hierro pone de manifiesto, una vez más, la mudanza ideológica a la que fueron abocadas estas comunidades tras el sometimiento a Roma y la deriva hacia la desarticulación de la sociedad tradicional y su pensamiento político, lo que requirió, entre otras cosas, la mutación del significado religioso de sus cultos de tipo acuático y termal (Díez, 1997: 91). De hecho, entre las reformas más significativas que habrían de experimentar los viejos edificios termales, aquellas que les proporcionaron la estructura con que alcanzaron el siglo I d.C. y que anunciarían la desacralización previa a su ruina, se cuenta la modificación de la cabecera y el añadido de una nueva estancia, a modo de *sudatio*, con acceso desde el exterior, hacia la que se abre una boca que facilitaba la vigilancia y alimentación del horno, sin mayor misterio que el requerido por cualquier otro dispositivo termal público o doméstico (fig. 26-27).





Fig. 28. La ornamentación de algunas pedras formosas, en este caso de la citânia de Briteiros, y la posición forzada de retorno al exterior evocan poderosamente el instante del nacimiento.

ción de nuevas unidades familiares, ritos vinculados con la muerte o el luto, creación de nuevos poblados o celebración de una victoria) como en ceremonias asociadas a determinados actos políticos supracomunitarios (recepción de embajadores, bodas, firma de pactos, resolución de conflictos o celebración de banquetes). Un repertorio temático que apunta su vinculación ceremonial con las grandes cabañas de asamblea y sugiere un cierto grado de dependencia entre ambos edificios, asociación litúrgica que su proximidad espacial parece corroborar.

La vinculación entre grandes cabañas y monumentos termales es una constante en cuantos castros se han excavado suficientemente. El Chao Samartín, Monte Castrelo de Pelóu, Pendia, Coaña, Taramundi o Borneiro prueban que la asociación de edificios y la reiteración de los emplazamientos están lejos de poder explicarse como un fenómeno casual. En consecuencia, cabe considerarlos parte de un todo, escenarios en los que la disposición “urbanística” complementa tanto la significación simbólica como la función litúrgica.

Conocemos poco acerca del registro arqueológico asociado a las grandes cabañas, interpretadas tradicionalmente como de servicio común. Las estratigrafías y dataciones absolutas han permitido establecer su fundación durante la Edad del Hierro si bien el ajuar asociado a las mismas es más bien escaso. Incluso los edificios excavados más recientemente y que ha proporcionado dataciones absolutas, no arrojaron mayor luz sobre estos espacios que un evidente distanciamiento del registro habitual en ambientes domésticos. Paradójicamente, el conjunto de materiales más representativo es el de la gran cabaña de Pendia de donde procede un conjunto de hachas pulimentadas y algunos fragmentos de caldero de bronce con remaches. Un conjunto corto pero significativo repertorio que permite atisbar el uso ritual de la estancia a partir del inequívoco contenido simbólico del mobiliario (de Blas & Maya, 1974; de Blas & Villa, 2007). El uso de estos edificios como escenario de festines y celebraciones comunitarias no ha sido objeto de mayor discusión, si bien su relación funcional con los monumentos balnearios ha sido menos explorada. A partir de un texto de Diodoro relativo a las bodas de Viriato, se formuló una primera hipótesis por la que podrían vincularse determinado tipo de banquetes con la ablución ritual practicada en las *pedras formosas* (Pena Graña, 1999: 115), en la misma

<sup>15</sup> La expresión mítica “surgido de las ondas” o “salvado de las aguas” simboliza la fecundidad y es, en opinión de Cirlot, una imagen metafórica del parto” (1988: 55).



Fig. 29. Gran cabaña o longhouse del castro de Pencia. Se alza junto al segundo de los edificios termales.

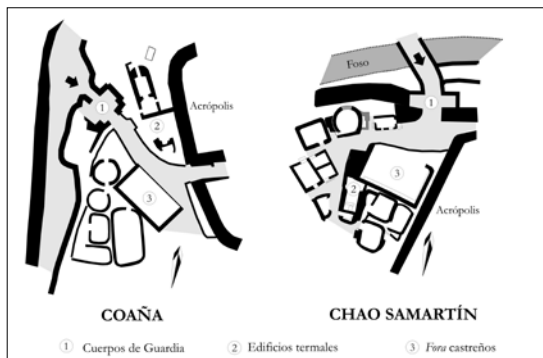


Fig. 30. En época romana el antiguo espacio ceremonial de la Edad del Hierro constituido por la vía de ingreso en el poblado, la sauna y la gran casa de asamblea, es respetado si bien conforme a nuevos patrones constructivos y funcionales.

línea, Armada Pita, señala que “a celebración de baños formando parte da ritualización previa ó banquete propiamente dito paréceme una posibilidade con certo fundamento”, conclusión que expresa a partir del rastreo de tal relación en culturas de ámbito indoeuropeo (Armada, 2001: 80).

Las grandes cabañas o casas de asamblea constituyen un tipo de edificio presente en todos los poblados excavados con cierta extensión. Destacan por la hipertrofia de sus dimensiones que llegan a duplicar o triplicar la superficie habitual en el resto de construcciones domésticas. Frente a los 12-20 m<sup>2</sup> de extensión común en las cabañas convencionales, alcanzan por norma los 45 m<sup>2</sup> (Os Castros o Mohías) y con frecuencia superan los 60, 70 u 80 m<sup>2</sup>, como ocurre en Coaña, Pencia, Pelóu o Chao Samartín. En estos espacios amplios y, aparentemente despejados, el registro arqueológico indica un inequívoco alejamiento de funciones domésticas o residenciales, menudeando, sin embargo, los ajuares que sugieren valores de orden simbólico (en este sentido debe interpretarse el conjunto de hachas, una metálica y varias de piedra pulimentada, descubiertas en el castro de Pencia) coherentes al fin con su proyección monumental y la posición principal que ostentan (fig. 29). De hecho, no existen argumentos para cuestionar su interpretación como espacios sociales vinculados con la organización de las comunidades indígenas propuesto hace ya algunos años para los castros portugueses (Silva, 2006: 53), función que, como hemos expuesto más arriba, compartieron con las saunas durante la Edad del Hierro.

Roma comprendería pronto la utilidad de algunos de estos lugares, de su función secular como centros clave en la vertebración del pensamiento social y la actividad política de las comunidades castreñas. Por esta razón, lejos de promover la destrucción o el remplazo de los viejos blasones prerromanos, bajo una eficaz (y rastreada)<sup>16</sup> tutela militar se prolonga su vigencia, al menos, durante el primer siglo de la Era pero ajustando tanto la estructura social como los escenarios urbanos de representación al nuevo rol, esencialmente administrativo, que habían de jugar estas poblaciones. Un tiempo en el que Roma propicia el ascenso social de grupos familiares destinados a tomar las riendas del poder local y que ejercerán formalmente al amparo de la legitimidad que proporcionan los símbolos seculares del castro, si bien reducidos éstos en su significado a espacios de representación más o menos solemnes, en este caso sí, remedo rústico de lejanos *fora* romanos (fig. 30).

<sup>16</sup> La huella de la presencia militar romana durante el siglo I d.C. en los castros del occidente asturiano es notable, habiéndose rastreado su influencia en aspectos diversos como el armamento (Villa, 2009), la cerámica (Montes & Hevia, 2010), el numerario (Gil & Villa, 2006; Villa & Gil, 2006) o la poliorcética (Villa *et al.*, 2006).

## Para concluir: ¿saunas, templos, santuarios?

Los edificios que venimos denominando saunas castreñas fueron depositarios de valores trascendentes directamente derivados de su contacto con la divinidad. Aquella que no supieron entender los escritores clásicos o que, al menos, no acertaron a precisar cuando los calificaron de ateos, denominación por otro lado de significado ambiguo pues era utilizada por los griegos para referirse a aquellos pueblos que adoraban a unas divinidades distintas a las suyas e inasimilables con los dioses de su panteón (Usener, 1895: 278). Una cuestión tanto más ajustada a nuestro caso al tratarse probablemente de entidades no personales que pueden asimilarse con fenómenos y agentes naturales, de cuales no conocemos otra representación que la que creemos interpretar como tal en la plástica geométrica que ornamenta, mediante líneas onduladas, sogueados y lazos, las *pedras formosas*, las sítulas o las diademas áureas. Motivos repetidos sobre los más diversos soportes cuyo significado difícilmente puede ser aceptado como mero ejercicio ornamental. En este sentido, su pervivencia

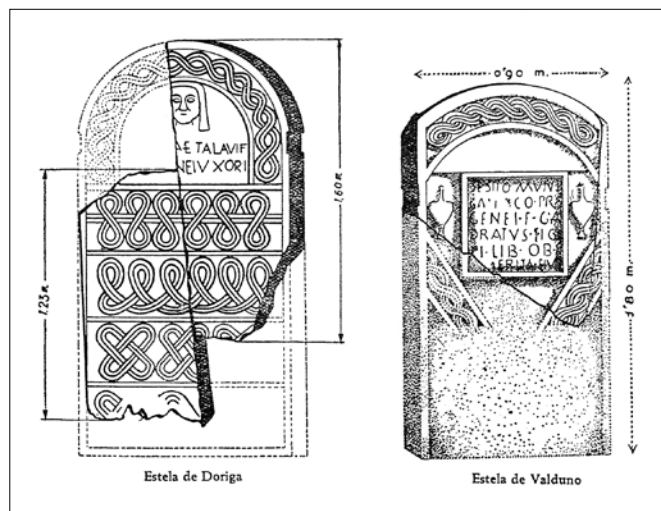


Fig. 31. Estelas de La Doriga (Salas) y Valduno (Las Regueras) donde se reitera, ya en época romana, la vinculación de elementos geométricos como lazos y sogueados con la idea de tránsito al más allá.

sobre reveladoras labras de época romana con profundo sentido religioso, fundamentalmente de ambiente funerario (fig.31), ponen de manifiesto la vigencia del sentido trascendente que animó su talla y la originalidad respecto a los patrones estéticos dominantes, cuestión ésta sobre que sirvió de base para proponer la probable existencia de un taller o foco artístico regional (Fernández Fúster, 1952).

Si hemos de ser coherentes con lo expuesto, la denominación de “saunas” para referirnos a estos edificios resulta del todo inexacta, restrictiva e innecesariamente ambigua pues en realidad nos encontramos ante pequeños santuarios “urbanos” en los que se custodian los agentes básicos

del pensamiento religioso, una porción de divinidad que encuentra en estos espacios arquitectónicos las condiciones óptimas para proyectar su potencial purificador y benéfico sobre los hombres y la comunidad.

Su progresiva desacralización sólo puede explicarse como parte de un proceso de dismantelamiento general de aquel pensamiento religioso, de sus mitos tradicionales y de los espacios rituales más genuinos. El marco en el que hemos intentado explicar su desarrollo corresponde a un periodo de fuertes pero desiguales transferencias culturales entre dos mundos, en el que los cambios se sucedieron de forma brusca, en parte por la condición periférica de estos territorios, lo que en opinión de Bialostocki acelera la contaminación de significados (1973: 173; Bermejo, 1994: 31), en parte por la participación de agentes aculturadores altamente eficientes como el ejército o la implantación de la minería aurífera a gran escala.

Tab. 1. Fechas C 14 mencionadas en el texto (Beta: INTCAL04; CSIC: INTCAL98)

Signatura	Material	Edad Convencional	Edad Calibrada 2 Sigma
Beta-201679	Carbón	2510 + 40 BP	Cal BC 790-500 Cal BC 460-430
Beta-236946	Carbón	2380 + 50 BP	Cal BC 740-690 Cal BC 660-640 Cal BC 550-380
Beta- 236945	Carbón	2320 + 40 BP	Cal BC 410-360
Beta-201682	Carbón	2290 + 60 BP	Cal BC 420-200
Beta-201681	Carbón	2220 + 60 BP	Cal BC 400-110
CSIC-1776	Carbón	1996 + 40 BP	Cal BC 92-70 (3.2%) Cal BC 62-Cal AD 84 (83.9%) Cal AD 104-119 (1.7%)
Beta-236944	Carbón	1930 + 40 BP	Cal BC 10 – Cal AD 140

## Bibliografía

- Almagro Gorbea, M. (1997): "Guerra y sociedad en la Hispania celta", en *La guerra en la Antigüedad. Una aproximación al origen de los ejércitos en Hispania*. Ministerio de Defensa. Madrid, 207-221.
- Armada Pita, X. L. (2001): "Monumentos termals castrexos: unha contribución á súa interpretación", en *Anuario Brigantium*, 2001, n.º 24. A Coruña, 80 .
- Bermejo Barrera, J. (1994): *Mitología y mitos de la Hispania prerromana I*. Madrid.
- Berrocal rangel, L.; Martínez Seco, P.; Ruiz Triviño, C. (2002): *El Castiellu de Llagú. Un castro astur en los orígenes de Oviedo*. Bibliotheca Archaeologica Hispana 13. Madrid.
- Blas Cortina, M.A. de (2003): "Estelas con armas: arte rupestre y paleometalurgia en el norte de la Península Ibérica", en *El arte prehistórico desde los iconos del siglo XXI. Primer Symposium Internacional de arte prehistórico de Ribadesella*. Asturias, 391-417.
- Blas Cortina, M.A. (2007): "El Bronce pleno y final", en J. Rodríguez Muñoz (Coord.): *La Prehistoria en Asturias*. La Nueva España, 637-658.
- Blas Cortina, M.A.. de & Maya González, J.L. (1974): "Hachas pulimentadas en castros asturianos", en *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, nº 81. Oviedo, 199-216.
- Blas Cortina, M.A. de & Villa Valdés, A. (2007): "La presencia no accidental de un hacha de talón en un fondo de hogar en el castro del Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)", en *El hallazgo leonés de Valdevimbre y los depósitos del Bronce Final Atlántico en la Península Ibérica. Museo de León, Estudios y catálogos 17*. León, 281-289.
- Calo Lourido, F. (1997): *A Cultura castrexa*. Historia de Galicia. Vigo.
- Camino Mayor, J. (2005): "Prehistoria e Historia Antigua", en A. Fernández y F. Frieria (Coord.): *Historia de Asturias*. Oviedo, 15-148.
- Carrocera Fernández, E. (1995): "El territorio de los astures: los castros" en *Astures. Pueblos y culturas en la frontera del imperio romano*, pp. 53-65. Asociación Astures-Gran Enciclopedia Asturiana. Gijón.
- Cirlot, J.E. (1988): *Diccionario de símbolos*. Barcelona
- Díez de Velasco, F. (1997): "Introducción", en *Termalismo antiguo*. Madrid, 87-94. Madrid.
- Fernández Fúster, L. (1952): "Un nuevo núcleo artístico en el Norte de España", en *Archivo Español de Arqueología*, vol. XXV. Madrid, 161-163.
- Florez y González, J. M. (1877): *Memoria relativa a las excavaciones de El Castellón en el Concejo de Coaña (Asturias)*. Oviedo.

- García y Bellido, A. (1941): "El Castro de Coaña (Asturias) y algunas notas sobre el posible origen de esta cultura", en *Archivo Español de Arqueología XIV*. Madrid, 188-217.
- García Vuelta, O. (2007): *Orfebrería castreña*. Museo Arqueológico Nacional. Madrid.
- García y Bellido, A. (1942): "El castro de Pendia", en *Archivo Español de Arqueología*, XV, 48, pp. 288-307. Madrid.
- García y Bellido, A. (1968): "Cámara funeraria de la cultura castreña", en *Archivo Español de Arqueología*, 4. Madrid, 16-40.
- Gil Sendino, F. & Villa Valdés, A. (2006): "La circulación monetaria en los castros asturianos" en M.P. García-Bellido (Coord.): *Moneda y ejército en la Hispania altoimperial*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 501-519.
- González y Fernández-Valles, J.M. (1954): *El litoral asturiano en la época romana*. Instituto de Estudios Asturianos. Oviedo.
- González García Paz, S. (1933): "Noticia sobre las exploraciones arqueológicas en los castros de Borneiro y Baroña", en *Boletín de la Universidad de Santiago*. Santiago de Compostela, 323-351.
- Jordá Cerdá, F. (1983): *Nueva guía del Castro de Coaña (Asturias)*. Guías de Arqueología Asturiana nº 1. Fundación Pública de Cuevas y Yacimientos Prehistóricos de Asturias. Oviedo.
- Lemos, F. S.; Cruz, G. & Fonte, J. (2008): "Estruturas de banhos do territorio dos *Bracari*: os casos de Briteiros e de Braga", en *Férvedes* 5. Vilalba-Lugo, 319-328.
- López González, L.F. (2009): "Escavación arqueolóxica e consolidación no castro de Borneiro, Cabana de Bergantiños (A Coruña)", en *Actuacións arqueolóxicas*. Ano 2007. Xunta de Galicia, 70-71.
- López Fernández, E.; Saavedra, P.; Álvarez Chain, M.; Santamarina, A. (1987): *Fonsagrada y su concejo*. León.
- Marco Simón, F. (1994): "Heroización y tránsito acuático: sobre las diademas de Moñes (Piloña, Asturias)", en J. Alvar y J. Mangas (Eds): *Homenaje a José María Blázquez, Vol. II*. Madrid, 319-348.
- Menéndez Granda, A. & Villa Valdés, A. (2009): "Os Castros de Taramundi: reseña sobre el plan director e informe relativo al avance de las excavaciones arqueológicas", *Excavaciones Arqueológicas en Asturias* 6, 2003-2006. Principado de Asturias. Oviedo, 455-463.
- Montes López, R.; Hevia González, S.; Villa Valdés, A. & Menéndez Granda, A. (2009): "Monte Castrelo de Pelou (Grandas de Salime). Avances sobre su secuencia estratigráfica e interpretación histórica", *Excavaciones Arqueológicas en Asturias* 6, 2003-2006. Principado de Asturias. Oviedo, 313-322.
- Parcero-Oubiña, C.; García-Vuelta, Ó. & Armada, X.L. (2009): "Contextos y tecnologías de la orfebrería castreña: en torno a una nueva arracada de Punta dos Prados (Espasante, Ortigueira, A Coruña)", en *Complutum*, vol. 20, nº 1. Madrid, 83-108.
- Pena Graña, A. (1999): "Notas sobre la organización institucional celta en los territorios políticos autónomos (Treba) de la antigua Gallaecia", en *Os Celtas da Europa Atlántica*. Actas do 1.º Congreso galego sobre a cultura celta. Ferrol, 111-160.
- Ramil González, E. (1996): "O monumento con forno do Castro dos Prados-Espasante (Ortigueira, A Coruña). Memoria de investigación", en *Brigantium*, Vol. 9. A Coruña, 13-60.
- Ríos González, S. (2000): "Consideraciones funcionales y tipológicas en torno a los baños castreños del NO de la Península Ibérica", en *Gallaecia* 19. Santiago, 93-124.
- Rodríguez Colmenero, A. (2000): "Pedras formosas. Un nuevo matiz interpretativo", en C. Fernández Ochoa y V. Entero (Eds.): *Termas romanas en el occidente del Imperio. II Coloquio Internacional de Arqueología en Asturias*. Gijón, 397-402.
- Silva, A.C.F. (2007): *Pedra Formosa*. Vila Nova de Famalição.
- Silva, A.C.F. (2006): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira.
- Uría Riu, J. (1941): "Ritos funerarios en las Cámaras de Briteiros y Coaña", *Revista de la Universidad de Oviedo*, 5. Oviedo, 95-111.
- Usener, H. (1895): *Gottemamen. Versuch einer Lehre von der religiösen Begriffsbildung*. Bonn. Por cita en Bermejo, 1994.
- Villa Valdés, A. (2000): "Saunas castreñas en Asturias", en C. Fernández Ochoa y V. García Entero (Eds.): *II Coloquio Internacional sobre termas romanas en el Occidente del Imperio*. Gijón, pp. 97-114.
- Villa Valdés, A. (2004): "Saunas castreñas, propiedad intelectual y tribunales", en *Gallaecia* 23. Santiago de Compostela, pp. 347-348.
- Villa Valdés, A. (2005): "Castros y recintos fortificados en el occidente de Asturias: estado de la cuestión", en *Boletín Auriense*, 2003. Museo Provincial de Orense, 115-146.
- Villa Valdés, A. (2007): "Trabajos de conservación y mantenimiento en castros del valle del Navia", en J. Fernández Reyero y P. León Gasalla (Coord.): *Intervenciones en el patrimonio cultural asturiano*. Oviedo, 524-551.

- Villa Valdés, A. (2007 b): "Reseña del inventario arqueológico del concejo de Coaña y algunos apuntes relativos a su poblamiento prehistórico", en *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 1999-2002*. Oviedo, 413-418.
- Villa Valdés, A. (Ed.) (2009): *Museo Castro de Chao Samartín. Catálogo*. Consejería de Cultura y Turismo del Principado de Asturias y Asociación de Amigos del Parque Histórico del Navia. Oviedo.
- Villa Valdés, A. (2010): "¿De aldea fortificada a *Caput Civitatis*? Tradición y ruptura en una comunidad castreña del siglo I d.C.: el poblado de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)", en *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Universidad Autónoma de Madrid 35, 2009*. Madrid, 7-26.
- Villa Valdés, A. & Gil Sendino, F. (2006): "Aproximación al modelo de implantación de Roma en Asturias", en M.P. García-Bellido (Coord.): *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.). El abastecimiento de moneda*.
- Villa, A.; Menéndez, A. & Gil, F. (2006): "Fortificaciones romanas en el castro de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)", en Á. Morillo (coord.): *Actas del II Coloquio de Arqueología Militar Romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*. Universidad de León, 581-599.
- Villa Valdés, A.; Monte López, R.; Hevia González, S.; V. Passalacqua, N.V., Wilson, A.C. & Cabo Pérez, L. (2008): "Avance sobre el estudio de la necrópolis medieval del Chao Samartín en Castro (Grandas de Salime, Asturias)", en *Territorio, sociedad y poder: revista de estudios medievales 3*. Oviedo, 57-84.



# Balneários Castrejos: Do Primeiro Registo à Arqueologia Experimental

por Armando Coelho Ferreira da Silva\*

João de Oliveira Machado\*\*

Rui Lobato\*\*\*

O conhecimento da arquitetura, pública e privada, dos povoados fortificados do Noroeste peninsular tem vindo a conhecer um aprofundamento significativo com o desenvolvimento da investigação proto-histórica regional, com particular destaque para as instalações balneares, enquanto construções mais monumentais da cultura castreja, atendendo quer à sua estrutura quer à sua composição decorativa, de longa historiografia e diversidade interpretativa.

Estas criações arquitetónicas pré-romanas, com possível origem em “cabanas de sudação” de materiais perecíveis, aparecem monumentalizadas durante a fase proto-urbana da cultura castreja (séc. I a.C. – I d.C.) na sua área meridional, podendo situar-se cronologicamente na fase III da nossa proposta de periodização (Silva, 1986).

Conhecem-se diversos exemplares por todo o Noroeste (fig. 1), desde o Norte da Galiza e Astúrias à margem esquerda do rio Douro, com dois núcleos e tipologias individualizados pela localização geográfica



Fig. 1. Localização dos balneários castrejos do Noroeste Peninsular.

\* Professor catedrático. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. acfsilva@sapo.pt

\*\* Arqueólogo. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Pedra\_formosa@hotmail.com

\*\*\*Engenheiro Civil. ruiifs@gmail.com



(um entre as bacias do Douro e Minho, de tipo I, e outro no Norte da Galiza e Astúrias, tipo II), pelo material de construção (granito/xisto), particularidades de implantação (zonas baixas/zonas altas), estruturas (planta do forno subcircular/retangular, átrio no alinhamento do eixo central/posição lateral) e técnica construtiva (utilização de monólitos/alvenaria), entre as mais significativas, de que se poderá individualizar outra variante (tipo III), pela singularidade da sua construção rupestre.

### Do Primeiro Registo à Arqueologia Experimental

Os monumentos para banhos da área meridional castreja são construções hipogeias, que apresentam uma estrutura arquitetónica-tipo composta, genericamente, por quatro divisórias complementares: um átrio, uma antecâmara, uma câmara e uma fomalha, estando normalmente situadas junto a fontes ou linhas de água, nas partes baixas dos povoados. Possuem claras preocupações estéticas, havendo-se por referência especial o trabalho ornamental que quase sempre aparece gravado na estela que divide a antecâmara da câmara.

A identificação de um destes elementos, por essa razão de imediato apelidado de Pedra Formosa, na Citânia de Briteiros, desprovido de contexto arqueológico, abriu o debate acerca do seu enquadramento (Machado, 2005), vindo a posterior escavação, em contexto arqueológico, de um outro elemento similar, a desencadear as mais diversas interpretações e, como reflexo das mesmas, modos de apresentação e expressão gráfica destes monumentos.

É, com efeito, longa a controvérsia em torno da sua funcionalidade, mesmo depois de afastada a versão, mais vulgarizada, que os entendia como «fornos crematórios» postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos (Romero Masiá, 1976, pp. 136-157). Tal função funerária (Ribeiro, 1930-34); (Cardozo, 1932); (Cardozo, 1969); (Uria Ríu, Escavaciones en el Castellón de Coaña, 1941) (Uria Ríu, 1941); (García y Bellido, O problema dos enterramentos na cultura castreja, 1966); (García y Bellido, 1968); (Lorenzo Fernández, 1948); (Tranoy, 1981) e outras hipóteses, como a de fornos de cozer pão (Gomez-Tabanera, 1980) ou cerâmica (Fernández Fuster, Sobre la interpretación de los monumentos con “Pedras Formosas”, 1953); (Fernández Fuster, 1954); (Fernández Fuster, La “Pedra Formosa” de Briteiros, 1955), fornos de fundição (Monteagudo, 1952) ou ainda matadouros de animais (Azevedo, 1946), que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, podem considerar-se abandonadas perante a consolidação da sua interpretação funcional como instalações para banhos de tipo sauna (Conde Valvis, 1955); (Chamoso Lamas, 1955); (Almeida, 1974); (Silva, Citânia de Sanfins, 1983), (Silva, A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, 1983-84) e (Silva, 1986).

O paralelo, entretanto estabelecido com um monumento congénere referenciado no castro de Ulaca (Solosanco, Ávila), na Meseta, permitiu uma nova abordagem sobre as áreas de dispersão e o significado desta prática banhear, ora interpretada em contexto de proto-celtização ou celtização relacionada com rituais iniciáticos dos guerreiros castrejos (Almagro Gorbea & Moltó, Saunas en la Hispania prerromana, 1992); (Almagro Gorbea & Álvarez Sanchís, 1993). Na nossa opinião, porém, esta solução não exclui a de poder funcionar também, cumulativamente ou em separado, em rituais não apenas relacionáveis com a iniciação de jovens guerreiros. Assim nos é sugerido pela existência de dois edifícios na Citânia de Briteiros, no Entre-Douro-e-Minho, e em Pendia e Coaña, nas Astúrias, bem como pela própria iconografia dos monumentos castrejos, cuja tipicidade e constância ornamental, à base de círculos, SS encadeados, linhas onduladas e cordas, poderão indiciar uma representação relacionável com a estruturação tripartida da soberania, força e fecundidade, segundo o esquema duméziliano, no quadro de uma mitologia bem organizada em torno de um panteão dirigido por um conjunto de divindades maiores, presentes em todos os povos indo-europeus antigos, do Atlântico à Índia, invocando partilha de uma herança comum.

A escavação do monumento de Santa Maria de Galegos, em Barcelos, que nos apareceu em apreciável estado de conservação, forneceu a planta mais acabada deste género de construções bem como outros valiosos dados de espólio para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área castreja, não se resolvendo, porém, mesmo com as escavações posteriores de outros monumentos congêneres, incluindo o do Alto das Eiras (Queiroga & Dinis, 2008-2009), diversos problemas relacionados com a sua estrutura arquitetónica.



Fig. 2. O monumento para banhos do Alto das Eiras (Vila Nova de Famalicão)

Por este motivo e considerando o avanço dos dados obtidos em relação aos que constam da numerosa bibliografia que pormenorizadamente descreve e discute estes monumentos, ousámos empreender uma ação de Arqueologia Experimental, de reconstituição à escala real, do monumento para banhos do Alto das Eiras (fig. 2), para resolução das questões construtivas e posterior ensaio do seu funcionamento, como excecional contributo para o confronto mútuo e esclarecimento da posição por nós assumida face às diversas teses explicativas.

### Arqueologia Experimental e Etnoarqueologia

A **Arqueologia Experimental** e a **Etnoarqueologia** (Vázquez Varela, 2000) são ainda hoje de certo modo marginalizadas quando comparadas com outros domínios complementares da Arqueologia (Sampaio & Aubry, 2008, p. 12). Elas deveriam ser, porém, consideradas fundamentais, mesmo num contexto paralelo à investigação mais tradicionalista.

Com a sua prática, serve-se o passado, proporcionando observações mais fundamentadas na interpretação do registo arqueológico, ao mesmo tempo que se contribui para “*o termo de certas teorias obsoletas ou, pelo menos, para esclarecer questões que, por inércia, foram conformando determinadas conjecturas em asseverações sem, contudo, se terem testado pela via experimental os pressupostos que as determinaram*” (Sampaio & Aubry, 2008, p. 12).

Com larga tradição na Escandinávia e Grã-Bretanha (Bahn & Renfrew, 2000), estes métodos podem, *grosso modo*, compreender a replicação de processos tecnológicos de produção, a recriação/experimentação funcional e os estudos tafonómicos, demonstrando processos que pensamos terem ocorrido no passado, e sobre os quais percecionámos uma realidade/resultado arqueológico.

Na aplicação destes métodos, é também importante a questão da escala, que se pode configurar desde uma dimensão reduzida, vg., na tecnologia de talhe de um simples objeto microlítico, até âmbitos de maior amplitude como, por exemplo, a reconstituição de estruturas arquitetónicas isoladas ou agrupadas, formando aldeias ou cidades, de que podemos destacar, a propósito, os casos paradigmáticos de Ljere Research Center (Dinamarca), ButserAncientFarm (Hampshire, Inglaterra) (fig. 3), WeatStow (Suffolk, Inglaterra), Chantier Médiéval de Guédelon (Borgonha, França) (fig. 4), Middelaldercentret (Dinamarca) ou Lofotr Viking Museum (Borg, Noruega) (fig. 5).

A possibilidade que nos é proporcionada pela experimentação, por exemplo, na reprodução das técnicas dos artesãos proto-históricos e, deste modo, na reaprendizagem do saber fazer ou construir, faz-nos aperceber, às vezes até com certa incredulidade, quão próximos estão da nossa artesanaria tradicional, apelando, por isso, ao ensaio de tentativas paralelas no campo da etnoarqueologia.



Fig. 3. Butser Ancient Farm (Hampshire, Inglaterra).



Fig. 4. Lofotr Viking Museum (Borg, Noruega).



Fig. 5. Chantier Médiéval de Guédelon (Borgonha, França).

E o planeamento/programação metodológica da aplicação destas ações carecerá imperativamente de uma base sólida, em especial, nos trabalhos que antecedem a experimentação, quer na inquirição dos elementos cientificamente exumados, quer na elaboração prévia de hipóteses/teses (com aconselhável recurso ao referido conhecimento etnográfico) de resposta às questões formuladas.

Nestas circunstâncias, a propósito dos monumentos tratados neste nosso enfoque, se houve por bem considerar que uma aproximação etnoarqueológica e experimentalista funcionaria como recurso diferenciador

de investigação e estímulo à criação de mais conhecimento, permitindo avaliar até que ponto se pode aceitar o objeto da nossa observação como diretamente referenciável ao passado proto-histórico ou como algo que se terá deformado por processos intermédios, mesmo quando só resultado de questões historiográficas. E, nesta perspetiva, procurámos atribuir/acrescentar, com base em paralelos etnográficos, além de uma reinterpretação da sua reconstrução funcional, técnica e processual, assente em pressupostos puramente operativos, um quadro conceptual/mental do utilizador face ao monumento, inspirado no quadro religioso da sua função iniciática tal como a percebemos praticada pelas comunidades castrejas.

### **O Projeto “Pedra Formosa” A exposição como meio de investigação e comunicação**

Iniciado em 2006, o projeto *Pedra Formosa* (fig. 6), tinha como mote primordial uma exposição de arqueologia, que queríamos como oportunidade de investigação, estudo e aprendizagem, mas também de comunicação, reflexão e maravilhamento, conforme preconizado por uma nova Museologia (Zubiar Carreño 2004, p. 329-346).

O projeto museológico era desafiante, é certo, pela tentativa de construir um monumento (à escala real) dentro de um espaço expositivo que é, por si só, um “monumento” (um edifício balnear arqueológico dentro do Mosteiro dos Jerónimos). Não se limitando à montagem da exposição, com esta iniciativa, desencadeou-se um conjunto original de ações prévias (fig. 7), de arqueologia experimental, sempre prevenidas por um olhar desperto para possíveis vícios historiográficos e soluções etnográficas.

Inquiridos, por diversas vezes, sobre o perigo da megalomania do projeto (e, a bem dizer, onerosa) face a uma proposta alternativa de utilização de ferramentas interativas em contextos expositivos, sempre fomos perentórios em não abdicar, principalmente na fase concetual, da utilização de todos os recursos possíveis, incluindo o virtual, considerando-o, porém, como uma forma cumulativa, enquanto auxiliar, quer na fase prévia, de teste de modelos (fig. 8), quer na validação de algumas opções museológicas, em associação com a robustez dos materiais utilizados estimados em 200 toneladas de granito.

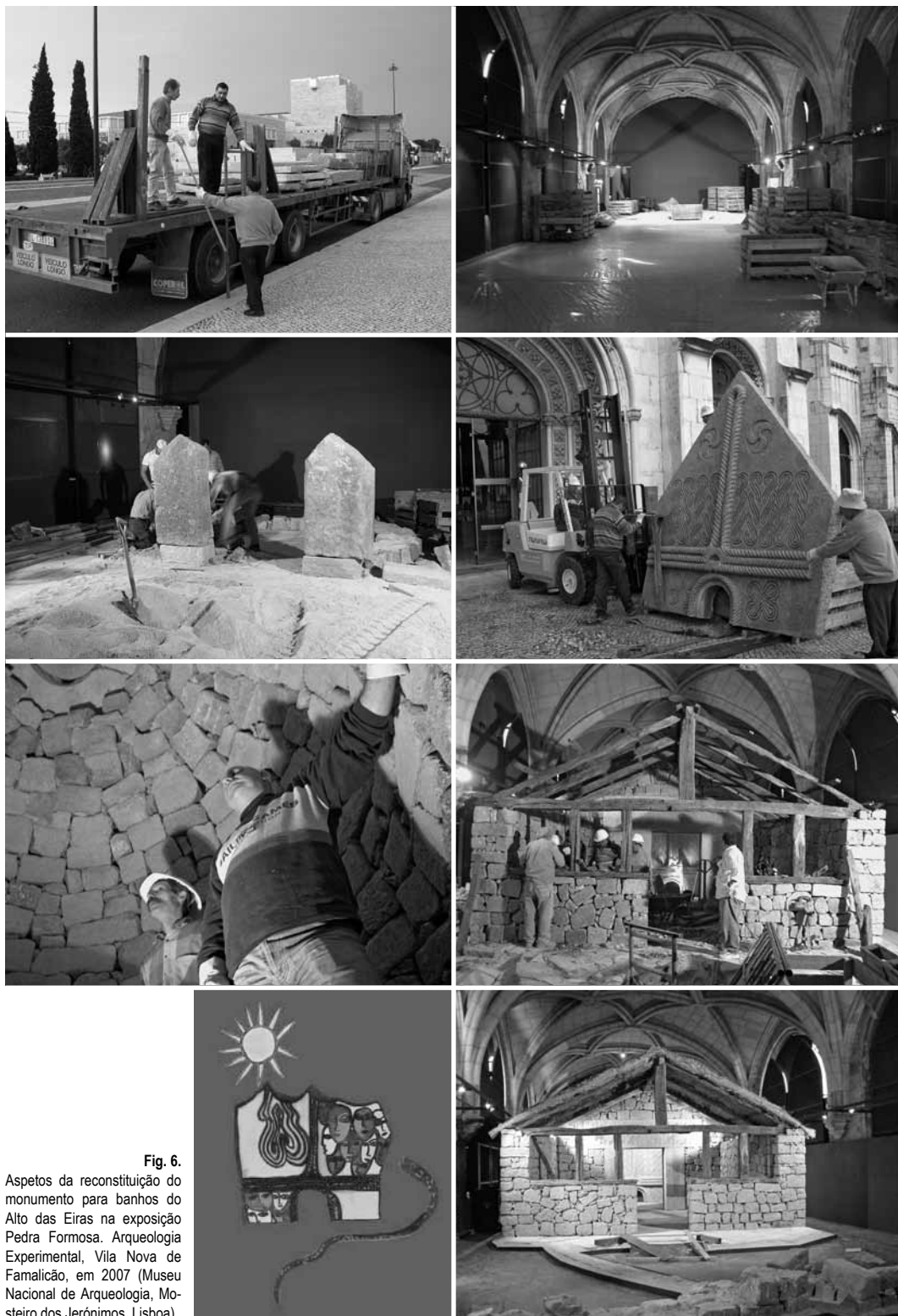
Entendemos, de facto, não haver confrontos entre paradigmas, ou o digital ou o real, pois acreditamos que cada qual ocupa o seu lugar. Mas estamos certos que o encontro do visitante com o objeto tridimensional (e sempre que possível, à escala real) é mais vantajoso, uma vez que o apelo aos sentidos, e não apenas como garantia de acessibilidade de públicos com necessidades especiais (Mineiro, 2004), permite uma experiência multissensorial única, do olhar, tocar, ouvir, ler e degustar, gratificante e memorável, e causadora, mesmo ao mais comum dos visitantes, de vislumbre e até deslumbramento.

Um episódio que lhe diz respeito poderá melhor traduzir o mérito desta opção:

*No decorrer de um debate sobre questões de museologia que, por essa ocasião, teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, um participante afirmou, para espanto de todos, que a única exposição que tinha visto na sua vida fora a da “Pedra Formosa”, que estava no Museu Nacional de Arqueologia. E a estupefação foi geral, quando disse ser arquiteto, mas, acrescentou, invisual.*

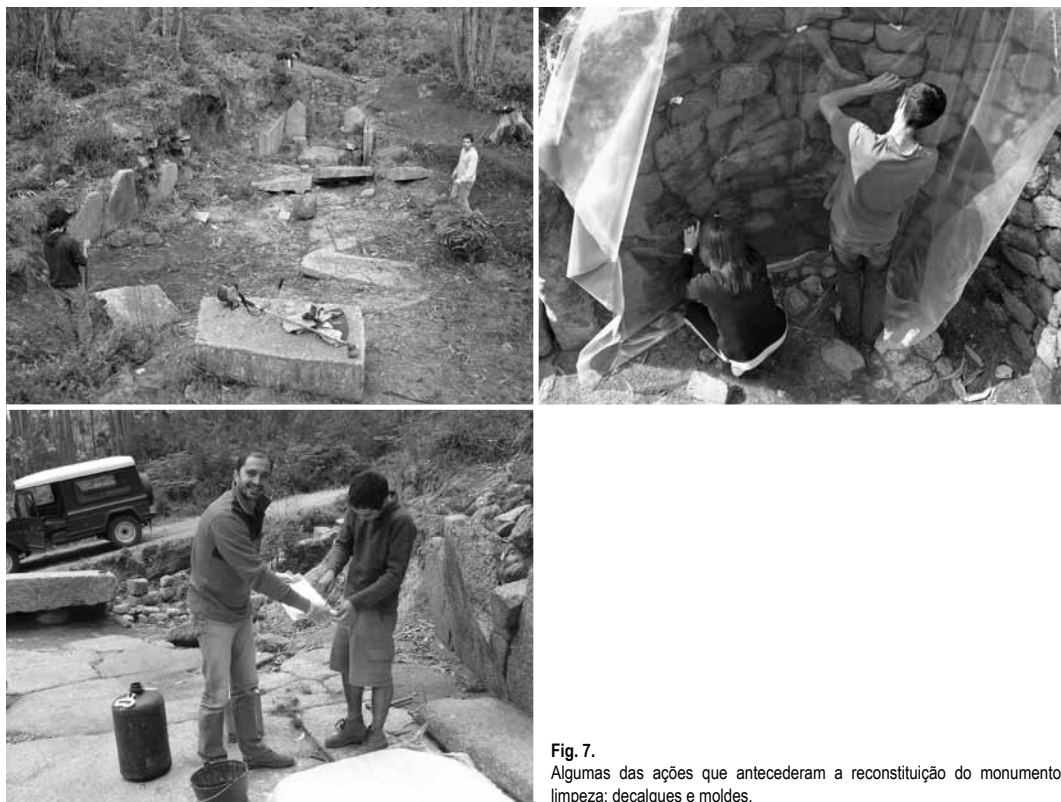
*A “Pedra Formosa” foi a única exposição que eu vi na minha vida!...*

Estamos convictos que o projeto *Pedra Formosa* se tornou extremamente vantajoso, principalmente quando comparado com os modelos museológicos mais tradicionais, uma vez que rompe com o estatismo, para adquirir, sobretudo com o apoio de novas tecnologias, modelos dinâmicos, reais ou simulados, ambientais e visuais, que dramatizam ou cenarizam a mensagem pretendida. E, ao solucionar-se de forma facilitada e eficiente a pedagogia acerca de questões de índole mais técnica, sobra mais tempo para a conjetura sobre o

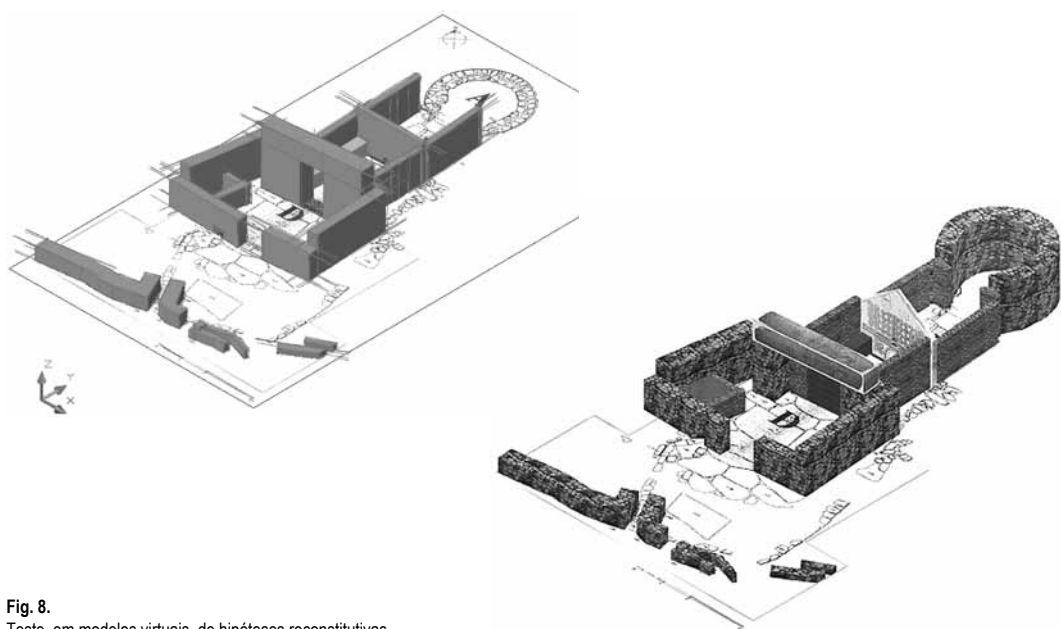


**Fig. 6.**

Aspetos da reconstrução do monumento para banhos do Alto das Eiras na exposição Pedra Formosa. Arqueologia Experimental, Vila Nova de Famalicão, em 2007 (Museu Nacional de Arqueologia, Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa).



**Fig. 7.**  
 Algumas das ações que antecederam a reconstituição do monumento:  
 limpeza; decalques e moldes.



**Fig. 8.**  
 Teste, em modelos virtuais, de hipóteses reconstitutas.

entendimento cognitivo destes monumentos. Permite também uma abordagem polifacetada, com adequação aos distintos níveis de conhecimento e aos diferentes e simultâneos objetivos pedagógicos, com respeito pela liberdade do visitante, que segue o seu próprio ritmo, podendo deter-se o tempo que desejar, ir e voltar quantas vezes quiser, aspeto que é muito desejável, pois a segunda experiência, apesar da redução no efeito novidade, se torna geralmente muito mais seletiva e penetrante que a primeira. Em balanço final, consideramos ainda esta iniciativa como altamente rentável e economicamente viável, porque a experiência da visita pode ser partilhada por um grande número de visitantes de forma simultânea, e o público mostra-se disposto a pagar uma entrada em troca de informação, formação e lazer de qualidade.

Ao concebermos uma exposição deste género, não a perspetivamos apenas como meio de comunicação, mas também, para alcançar outra dimensão, que possa considerar-se como forma de expressão artística mediadora de construções arquitetónicas e decorativas originais, na forma, no espaço, nos contornos, na cor, na luz, na textura, no som e em todos os elementos da arte e do desenho, além da semiótica da representação, característica de um substrato artístico da matriz regional.

Mas, para que uma exposição adquira esta categoria, requer-se uma intencionalidade e uma originalidade no seu processo criativo direcionado para as respetivas áreas do saber. E, na conceção do projeto, recorrendo à arquitetura e ao design, numa perspetiva interdisciplinar, tornámo-lo mais eloquente, unindo à transmissão de conhecimentos uma sensibilidade estética capaz de ser recebida emocionalmente pelo espetador, no seu dramatismo, no seu lirismo, na sua harmonia, na sua serenidade.

Nesta exposição não se mostra como se fez um ato de Arqueologia Experimental, mas expõe-se antes uma experiência, para que cada visitante a vivencie à sua própria maneira, não havendo lugar para qualquer imposição.

Em termos museológicos, esta exposição manifesta-se não só como uma mostra documental (ao modo dos países de Leste), ou apenas como apresentação estética (como as dos países do âmbito mediterrânico, entre os quais Espanha e Portugal), mas também como uma exposição técnica e didática (como as que mais interessam aos países de influência anglo-saxónica) ou ainda como uma abordagem antropológica e ecológica, como as que se apreciam noutras circunstâncias (vg., no México) (Zubiar Carreño 2004, p. 332). Ao tentar aliar, numa abordagem única, tão diferentes tendências regionais ou nacionais, esta exposição ter-se-á tornado, em si mesma, um *case-study*, que se deseja completar com a análise do processo do banho, regenerador, iniciático, que a reinstalação do monumento permitirá praticar.

De resto, ao fazer distinguir tão claramente esta reconstituição em exposição do monumento original, mais se apela à preservação da beleza primordial, insubstituível, da ruína, a "arte da ruína", no Alto das Eiras e da sua *Pedra Formosa*, como emblema do seu território.

Que um experimentalismo exigente nos materiais, nas técnicas e nas soluções, como mais uma opção da interpretação arqueológica à escala real e estratégia de comunicação em museologia, transforme esta *Pedra Formosa* em pedra angular de uma solução museológica, inovadora, como se quer para a arqueologia de Vila Nova de Famalicão.

## Bibliografia

- Almagro Gorbea, M., & Álvarez Sanchís, J. (1993). La "sauna" de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, pp. 177-232.
- Almagro Gorbea, M., & Moltó, L. (1992). Saunas en la Hispania prerromana. *Espacio, Tempo y Forma: Actas de la Mesa Redonda "Aguas Mineromedicinales, Termas curativas y Culto a las Aguas en la Península Ibérica*, 3 (5). Madrid.
- Almeida, C. (1974). O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973. *III Congresso Nacional de Arqueologia*, (pp. 149-172). Porto.
- Azevedo, A. (1946). O "Monumento Funerário" da Citânia (Nova Interpretação). *Revista de Guimarães*, 56 (1-2), pp. 150-164.
- Bahn, P. & Renfrew, C. (2000). *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. London: Thames & Hudson.
- Cardozo, M. (1932). A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da "Pedra Formosa". *Revista de Guimarães*.
- Cardozo, M. (1969). O acesso ao interior da câmara funerária hipogeia da Citânia de Briteiros. *Archivo Español de Arqueología*, 42, pp. 204-208.
- Chamoso Lamas, M. (1955). Santa Mariña de Aguas Santas (Orense). *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 10 (30), pp. 41-88.
- Conde Valvis, F. (1955). Las termas romanas de la "Cibdá" de Armea en Santa Marina de Aguas Santas. *III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia 1953)*, (pp. 432-446). Zaragoza.
- Fernández Fuster, L. (1954). Interpretación de la "Pedra Formosa" de Briteiros. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 9 (27), pp. 15-33.
- Fernández Fuster, L. (1955). La "Pedra Formosa" de Briteiros. *III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia 1953)*, (pp. 372-374). Zaragoza.
- Fernández Fuster, L. (1953). Sobre la interpretación de los monumentos con "Pedras Formosas". *Archivo Español de Arqueología*, 26, pp. 379-384.
- García y Bellido, A. (1968). Cámara funeraria de la cultura castreña. *Archivo Español de Arqueología*, 41, pp. 16-44.
- García y Bellido, A. (1966). O problema dos enterramentos na cultura castreja. *Revista de Guimarães*, 76, pp. 5-24.
- Gomez-Tabanera, J. (1980). Aspectos de la cultura castreña en sus manifestaciones en Asturias y de los modos de producción en las sociedades protohistóricas del NW de la Península Ibérica. *I Seminário de Arqueologia de Noroeste Peninsular*, 2, pp. 87-110. Guimarães.
- Lorenzo Fernández, J. (1948). El monumento proto-histórico de Águas Santas y los ritos funerarios de los castros. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 2 (10), pp. 157-211.
- Machado, J. (2005). *Balneários castrejos no Norte de Portugal: Algumas considerações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mineiro, C., coord. (2004). *Museus e Acessibilidade. Coleção Temas de Museologia*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Monteagudo, L. (1952). Monumentos propiedad de la Sociedad Martins Sarmento. *Archivo Español de Arqueología*, 25 (85), pp. 112-116.
- Queiroga, F., & Dinis, A. (2008-2009). O Balneário Castrejo do Castro das Eiras. *Portugalia, XXIX-XXX*, pp. 139-152.
- Ribeiro, F. (1930-34). Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães*, pp. 171-175; 205-208.
- Romero Masiá, A. (1976). *El Habitat Castreño*. Santiago de Compostela: Colexio de Arquitectos de Galicia.
- Sampaio, J. & Aubry, T. (2008). Testar e Recriar em Arqueologia: balanço e perspectivas. *Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional. Volume IV: Arqueologia Experimental. Recriações do passado em ritmos do nosso tempo*, (pp. 10-21). Porto
- Silva, A. (1983). *A Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*. Paços de Ferreira.
- Silva, A. (1983-84). A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portugalia (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste)*, (pp. 121-129). Porto.
- Silva, A. (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (2ª ed., 2007).
- Silva, A., coord. (2007). *Pedra Formosa: Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Museu Nacional de Arqueologia.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité* (Vol. 7). Paris: Publications du Centre Pierre Paris.
- Uria Riu, J. (1941). Escavaciones en el Castellón de Coaña. *Revista de la Universidad de Oviedo*, 2.
- Uria Riu, J. (1941). Ritos funerários en las cámaras de Briteiros y Coaña. *Revista de la Universidad de Oviedo*, 3.
- Vázquez Varela, J. M. (2000). *Etnoarqueología: Conocer el pasado por medio del presente*. Vigo: Diputación Provincial de Pontevedra. Servicio de Publicaciones.
- Zubiar Carreño, F. J. (2004). *Curso de museología*. Gijón: Ediciones Trea.





# Algumas considerações em torno dos balneários da Citânia de Briteiros

por *Gonçalo Cruz\**

*José Antunes\*\**

*Teresa Costa\*\*\**

**Resumo:** Apresenta-se uma descrição formal das duas estruturas de banhos existentes na Citânia de Briteiros (Guimarães), detalhando alguns aspetos do ponto de vista interpretativo. Descrevem-se também neste trabalho os critérios subjacentes à valorização do balneário sul de Briteiros.

**Palavras-chave:** Citânia de Briteiros; Balneários; Idade do Ferro; Noroeste Peninsular.

**Abstract:** A general description of the two bath houses known at the Citânia de Briteiros archaeological site is made, focusing on some interpretation features. Included in this paper there are explained the criteria behind the recent architectural intervention at the southern bath house of Briteiros.

**Key-words:** Citânia de Briteiros; Bath houses; Iron Age; North-western Iberia

## Os Banhos da Citânia de Briteiros

A Citânia de Briteiros esteve, desde muito cedo, intimamente ligada ao estudo dos célebres “monumentos com forno”, sobretudo devido ao achado, possivelmente, ocasional, da Pedra Formosa, em finais do século XVII, ou inícios do século XVIII, de acordo com as informações inferidas de Francisco Craesbeck (CRAESBECK 1992). Devido às suas dimensões e configuração, insólitas para um observador do século XVIII e, ainda assim, impressionantes para a Arqueologia do século XXI, a Pedra Formosa transformou-se num ícone artístico da denominada “Cultura Castreja”, bem como elemento simbólico que, embora representando um contexto histórico, é hoje associado a comunidades como Guimarães e a freguesia de S. Salvador de Briteiros, ou a coletividades, como a Sociedade Martins Sarmento. A peça inspirou também o imaginário popular, nas suas diversas vertentes. Mas para além da relevância da Pedra Formosa, frisada por Francisco Craesbeck (CRAESBECK 1992) e Contador de Argote (ARGOTE 1734), no século XVIII, divulgada e internacionalizada por Francisco Martins Sarmento no século XIX (cf. Atas do Congresso de 1880), e que conduziu a uma generalização da sua designação, enquanto classificação técnica, no decurso de novos achados congéneres (ALMEIDA 1974; LEMOS et al. 2002; DINIS 2002; SILVA e MACIEL 2004; SILVA e MACHADO 2007; VILLA VALDÉS 2007), o estudo dos “monumentos com forno” de Briteiros conheceu um assinalável impulso com a construção da estrada nacional entre Briteiros e o Bom Jesus, em 1930 e 1932. Com efeito, apesar do impacto tremendo que provocou no sítio arqueológico, a construção da EN 309 viria a revelar a existência de dois destes monumentos, atualmente designados como “balneário sul” e “balneário este”. A partir das obras de construção da estrada, e dos trabalhos arqueológicos coordenados por Ricardo Freitas Ribeiro e Mário Cardozo (CARDOZO 1931), foi publicada uma apreciável quantidade de informação que alimentou uma vasta bibliografia, em grande medida orientada para a discussão funcional dos “monumentos com forno”, uma expressão neutra, que utilizamos .....

\* Sociedade Martins Sarmento. Investigador do Citcem – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Arqueólogo.

\*\* Sociedade Martins Sarmento. Investigador do Citcem – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Historiador.

\* Câmara Municipal de Guimarães. Arquitecta.

nesta introdução por ser a designação adotada na bibliografia disponível até à década de 1980. Esta discussão funcional conheceu uma significativa alteração a partir de 1974, com a publicação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida no âmbito do III Congresso Nacional de Arqueologia (ALMEIDA 1974), em que divulgou os trabalhos efetuados no monumento da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. Esta publicação acabou por determinar o abandono da classificação como “monumento funerário” (sempre utilizado, no entanto, por Mário Cardozo, nas reedições que promoveu), e o recurso à designação como “balneário” ou “sauna castreja”, utilizado hoje pela maioria dos investigadores.

Se, de facto, a associação destas construções à utilização da água (no seguimento, aliás, das reflexões de Sarmiento no século XIX), como locais destinados à prática da sauna, reúne alargado consenso, a interpretação da sua utilização, bem como os rituais e significados associados às atividades que decorreriam em tais espaços, continuam em aberto. Não se pretende, com esta comunicação, explorar ou tentar esclarecer estas interpretações. Numa recente publicação (LE MOS et al. 2008b), na qual participou um dos autores deste trabalho, Gonçalo Cruz, os dois edifícios de banhos da Citânia de Briteiros foram amplamente descritos, incluindo uma abordagem às diferentes interpretações que se colocam. Com o presente trabalho, pretendemos somente descrever as características formais dos dois edifícios existentes na Citânia de Briteiros, e explanar os objetivos subjacentes à valorização recente dos banhos sul.

### Os banhos este

A estrutura de banhos localizada a nordeste da acrópole da Citânia foi primeiramente identificada em 1932, aquando da construção da segunda fase da estrada nacional (correspondente ao troço Citânia-Bom Jesus). Se a associação entre esta estrutura e o edifício mencionado por Francisco Craesbeck em 1726 está correta, ideia que é, todavia, uma conjectura, o balneário este estaria, no século XVIII, parcialmente a descoberto, com a sua estela central na vertical, descrita nos seguintes moldes:

*“Em alto da dita çitania está da parte do Naçente hua cousa donde se achou a pedra formosa (...), a qual consta estar antigamente no dito çitio, posta ao alto. (...) Pello discurso do tempo caio a dita pedra fermoza no chão, o que sabendo o Chantre de Braga, Ignacio de Carvalho (...), a mandou tirar do dito çitio...”* (CRAESBECK 1992, p. 44)

A partir desta informação, sabemos que a Pedra Formosa estaria ainda integrada no respetivo edifício de banhos quando foi recolhida, e que o foi, porque tinha caído. Este edifício de banhos estava, como nos informa Craesbeck, localizado não muito longe da acrópole, do lado nascente. Efetivamente, esta descrição coincide com a localização dos banhos este. É certo que a descrição de Craesbeck não coincide com a de Jerónimo Contador d’Argote (ARGOTE 1734), que menciona a localização original da Pedra Formosa e de outras pedras decoradas, numa estrutura localizada do lado sul (ARGOTE 1734, p. 459). No entanto, atribuímos maior credibilidade ao texto de Craesbeck, contemporâneo da remoção da Pedra Formosa, até porque Argote parece ter-se socorrido da informação do próprio Craesbeck, utilizando frases idênticas. Tudo aponta para que tenha ocorrido, em inícios do século XVIII, o que chamaríamos hoje um saque de pedra, no balneário da Pedra Formosa “mãe”, promovido pelo Abade de Santo Estevão de Briteiros, Inácio de Carvalho, muito possivelmente com o objetivo de salvaguardar as peças decoradas, entre as quais a Pedra Formosa. Consideramos muito pouco provável que existam duas estruturas de banhos na encosta nascente da Citânia de Briteiros (o que quereria também dizer que existiriam então três edifícios similares no povoado) pelo que consideramos muito possível esta associação entre a Pedra Formosa “mãe” e o balneário que conhecemos a este.

Em 1932, quando os vestígios dos banhos este foram detetados por Mário Cardozo, poucos dias depois da sua destruição parcial (CARDOZO 1935) a estrutura não conservava qualquer vestígio dos elementos

decorados que teria tido: nem de uma pedra formosa, nem das paredes da antecâmara e da câmara, nem das ombreiras da porta entre o pátio e a antecâmara, nem mesmo da cobertura. Por outro lado, conservava-se parte da parede do pátio, e da fornalha, construídas com pedra miúda, o que leva a supor que teria ocorrido um saque anteriormente às obras de construção da estrada nacional, que tinha incidido sobre as grandes placas retangulares das paredes da zona central do edifício, sobre a pedra formosa e sobre parte das lajes do pavimento da câmara e da antecâmara. Pode eventualmente considerar-se que este saque tenha ocorrido em 1932, quando os trabalhadores das obras da estrada nacional truncaram o edifício no sentido longitudinal. É contudo pouco provável que tal saque tenha ocorrido sem que Mário Cardozo se apercebesse da situação, ou sem que os trabalhadores a tivessem mencionado, já para não falar que tal operação, na primeira metade do século XX, teria que mobilizar mais meios para desmontar todos os elementos, e não teria passado, portanto, despercebida. O facto de em 2008 se ter recolhido um fragmento de ombreira decorada (LEMOS et al. 2008b), na sacristia da Igreja de Santo Estevão de Briteiros, junto da qual se tinha recolhido a Pedra Formosa em 1718, vem reforçar a ideia, mencionada por Argote (ARGOTE 1734), de que vários elementos decorados foram recolhidos, juntamente com a Pedra Formosa, pelo Abade Inácio de Carvalho, Chantre de Braga. A identificação dos banhos este com a Pedra Formosa “mãe” foi inicialmente estabelecida por Mário Cardozo (CARDOZO 1935), sendo uma hipótese que se nos afigura como a mais provável, igualmente reforçada por outros investigadores (MACHADO 2005; SILVA e MACHADO 2007).

O levantamento das estruturas que restam do balneário este, efetuado em 2006 (LEMOS et al. 2007), permitiu aferir vários pormenores relativamente à distribuição dos compartimentos do edifício, bem como às suas dimensões originais. Tratava-se de uma construção com três espaços interiores, a que se agregou um pátio exterior lajeado, apresentando uma configuração em tudo semelhante ao edifício de banhos localizado a sul, e que se descreverá na secção seguinte. No entanto, teria sido um balneário de maiores dimensões, com 12 metros de comprimento e cerca de 2,5 metros de largura, implantado entre a terceira e a segunda linhas de muralha da Citânia, e quase encostado a esta última. O eixo longitudinal do edifício tem uma orientação Sul-Norte, correspondendo estas orientações respetivamente ao pátio e à fornalha. Não se encontraram, no interior do pátio, vestígios do tanque de água fria, mas este deveria estar encostado à parede oeste, sendo que o acesso se faria pelo lado este, seguindo, portanto, a morfologia dos banhos sul. Conservam-se algumas lajes dos pavimentos da câmara e da antecâmara, nomeadamente o bloco, em granito “dente-de-cavalo”, que deve ter suportado a pedra formosa, sendo visível um dos sulcos de encaixe da mesma, bem como a zona polida de depressão, correspondente à passagem sob a estela. Apesar de se tratar de um edifício de maiores dimensões, com uma decoração significativamente mais profusa que os banhos sul, parece ter uma implantação mais discreta em relação ao espaço do povoado. Na verdade, a forte afetação da sua envolvente, provocada pela construção da estrada nacional, alterou irreversivelmente uma visualização clara da sua implantação. O registo da estratigrafia das valas de fundação, mediante futuras escavações arqueológicas, poderá revelar dados interessantes quanto à cronologia do edifício, bem como à forma como se processava o abastecimento de água ao mesmo.

## Os banhos sul

A estrutura de banhos localizada a sul foi descoberta aquando da construção da primeira fase da estrada nacional 309 (troço S. Salvador de Briteiros-Citânia), em Setembro de 1930 (CARDOZO 1931). A abertura da caixa de estrada tinha já destruído um troço significativo da rua que desce da acrópole da Citânia na direção da plataforma localizada a sudoeste, bem como as últimas secções do que se veio a verificar ser a conduta de abastecimento de água. Esta conduta tinha já sido identificada, a montante, por Martins Sarmento no

século XIX, que, contudo, não conseguiu seguir o seu traçado (SARMENTO 1905, p. 120). A identificação dos vestígios do edifício de banhos, então não interpretado como tal, foi feita a partir da cobertura da fomalha, parcialmente intacta. A escavação dos restantes vestígios da construção, coordenada por Ricardo Freitas Ribeiro, viria a revelar o que se considera um dos mais bem preservados balneários que conhecemos, embora tenha sido desaterrado, sem qualquer registo estratigráfico, como era ainda comum na década de 1930, e apesar do restauro de que imediatamente foi alvo, com reposição de alguns elementos (CARDOZO 1931). Após a escavação, e a descoberta de uma nova pedra formosa, a partir da qual se reinterpreto a implantação da Pedra Formosa “mãe”, o trajeto previsto para a estrada nacional foi alterado de modo a preservar o que desde logo se considerou um dos pontos mais interessantes do monumento.

Quase em simultâneo com o processo de escavação, foi feito o restauro do edifício, com recolocação da pedra formosa na posição vertical, e reposição de dois dos monólitos da cobertura, que se encontravam depositos no interior da câmara (CARDOZO 1931). Mas além da reposição de elementos que se encontravam no local, o restauro consistiu também na inclusão de novos elementos, praticamente todos inspirados em pedras originais. Colocaram-se dois novos monólitos na cobertura da câmara, no seguimento dos dois originais, acrescentou-se um novo esteio na cobertura da fomalha, reconstruíram-se integralmente as paredes da antecâmara (erradamente inspiradas nas paredes do pátio) e fez-se uma réplica da base da ombreira da porta entre o pátio e a antecâmara, que se conservava do lado sul, colocando-a simetricamente do lado norte. A reconstrução destes elementos foi cuidadosamente marcada por Mário Cardozo num desenho em perspectiva (CARDOZO 1931), que hoje nos ajuda a perceber o que efetivamente se conservava do edifício original. De facto, as paredes da antecâmara seriam idênticas às paredes da câmara (existindo um fragmento de monólito das paredes originais), com um sulco esculpido para encaixe das lajes de cobertura. Não teriam, portanto, a configuração que lhes foi dada pelo restauro. De qualquer forma, a estrutura original foi, em geral, mantida e respeitada, correspondendo os elementos atualmente visíveis ao aspeto e dimensões do edifício, à época da sua utilização.

O edifício de banhos sul seria, portanto, uma construção com cerca de 10 metros de comprimento, orientado de sudoeste (pátio e acesso) para nordeste, com uma largura variável entre 1,80 na câmara, e 2,50 metros no pátio. Possuía um pátio exterior, com dimensões idênticas aos restantes compartimentos, pelo qual se acedia ao edifício através de uma escada. Conserva-se a maior parte das paredes deste pátio, do pavimento, construído com pequenas lajes poligonais, o murete do tanque de água fria e a saída para escoamento das águas. O interior dividia-se em três compartimentos: antecâmara, câmara e fomalha. Entre a antecâmara e a câmara dispõe-se a pedra formosa, decorada, na sua face frontal, com linhas em relevo perfeitamente simétricas e concêntricas em relação ao orifício de passagem que se abre junto ao pavimento. Apresenta esta face três círculos rebaixados, dois deles simétricos, esculpidos na secção inferior (um deles sem decoração, outro com um trísceles dextrogiro), o terceiro, de diâmetro maior, na extremidade superior, coroando o conjunto, com um trísceles sinistrogiro. Desarmonizados em relação à decoração, que se distingue, aliás, de forma evidente, alguns testemunhos epigráficos ponteiavam a superfície da pedra, com as gravações AVCA e CAA (LEMOS et al. 2008b), esta última no centro da estela. A face posterior apresenta algumas decorações, mas que não parecem estar esteticamente harmonizadas com o conjunto, sendo possível que tenham sido gravadas após a colocação da estela.

O balneário sul era abastecido por uma conduta em pedra que percorre um trajeto de cerca de 320 metros, entre uma antiga mina de água, localizada já na vertente este do monte, e o edifício de banhos (LEMOS et al. 2008a). Foi esta canalização construída, em grande parte, ao longo de uma via pública, sendo bastante provável que tenha servido para abastecimento das zonas habitacionais que atravessa, aspeto ilustrado pela existência de derivações e de, pelo menos, uma fonte pública de abastecimento, escavada ainda no século

XIX (SARMENTO 1905). Encontra-se todavia por estabelecer uma relação cronológica entre a construção dos banhos sul e a projeção deste sistema de abastecimento, sendo presumível que, numa primeira fase, o edifício de banhos fosse alimentado por outra fonte (o que terá determinado a sua construção naquele local) e que a construção desta grande canalização tenha correspondido a uma necessidade técnica de abastecimento, determinante para manter o balneário em funções. Como referido acima, os últimos metros desta canalização foram destruídos em 1930, embora se tenham conservado alguns vestígios deste último troço, correndo paralelamente ao balneário, a norte (LEMOS et al. 2008b).

### Valorização dos banhos sul

Em finais de 2006, a Sociedade Martins Sarmiento, com a colaboração da Câmara Municipal de Guimarães, elaborou uma candidatura a uma medida específica do Programa Operacional da Cultura, no sentido de suprir um conjunto de fragilidades associadas ao balneário sul. Os problemas associados ao edifício prendiam-se então com a estabilidade da estrutura, ameaçada pelo facto de ter recebido uma considerável afluência de visitantes nas últimas décadas, a acumulação de águas e terras decorrentes da localização do monumento e do efeito de barragem provocado pela proximidade da estrada nacional, e a dificuldade interpretativa daquele espaço, a nível de utilização cultural, agudizada pela degradação da envolvente e pela insuficiente informação disponível. O projeto apresentado procurou suprir os problemas identificados, desenvolvendo uma intervenção de âmbito arquitetónico e paisagístico, mas também, numa perspetiva científica, que informou as restantes componentes da intervenção, recolher informações concretas quanto às atividades construtivas associadas ao edifício, e sua cronologia, definição da trajetória original da canalização de abastecimento e registo completo dos motivos decorativos da pedra formosa. Desenvolveram-se então linhas de intervenção, articuladas nas diferentes áreas envolvidas (Arquitetura, Conservação e Arqueologia), consubstanciadas num projeto assinado por um dos autores deste trabalho, Teresa Costa.

Fruto de intervenções menos cuidadas, nomeadamente no que concerne ao traçado da estrada nacional 309, a cota original do terreno adjacente ao balneário sul, encontrava-se sobejamente alterada. Se por um lado, a execução desta via conduziu à descoberta de tão importante estrutura, por outro, a alteração que introduziu na modelação do terreno, em nada contribuiu para a sua valorização e preservação.

Assim sendo, a proposta de intervenção neste espaço surgiu com o intuito de minimização dos danos então causados, introduzindo um percurso de visualização da estrutura que, simultaneamente, a “repusesse” na sua cota original, relativamente ao terreno que a suporta.

Dadas as incertezas e dúvidas subsistentes nos estudos científicos sobre esta matéria, a diminuta secção da caleira existente conduziu ao pressuposto de que, o caudal de água que transportava, não seria significativo. No entanto, e para refrear a eventual velocidade que lhe pudesse ser conferida pela força da gravidade, existia já um “tanque” com dois recetáculos interligados, posicionado sensivelmente a meio do troço de caleira existente.

Entretanto, entendeu-se a intervenção arquitetónica como um mero instrumento de compreensão da estrutura arqueológica e sem relevância de *per sí*. Aplicados estes princípios, optou-se pela manutenção na íntegra, do terreno natural da envolvente imediata do balneário – repondo-se, apenas, aquelas que terão sido as suas cotas originais – e pela execução de um tanque de retenção, no término do troço de caleira existente. Para o revestimento do terreno existente, apenas uma cobertura vegetal de grande resistência, tipo “prado sequeiro”, sem grande floração e com uma variação cromática próxima da que prolifera no monte, para que se consiga uma mais correta integração do objeto, no todo da Citânia.

Mantendo-se a pretensão conceptual, não só de uma clara distinção entre as pré-existências e a nova intervenção, mas também de soluções construtivas simples e funcionais, optou-se por executar o tanque de retenção de águas, em granito da região, porém, serrado e amaciado. Ou seja, elegeu-se o material que dá forma ao tanque pré-existente, divergindo apenas o seu acabamento, pretendendo-se, assim, a viabilização da estratificação histórica das diversas intervenções. Deste tanque, parte o novo troço de caleira (rompendo, respeitando as cotas, o murete que rodeia o balneário, construído no século XX), para cuja execução se elegeu a chapa de aço.

Por fim resta ressaltar que, tanto os muros de vedação, como a área de terreno anexada, foram trabalhados/modelados de forma a minimizar o impacto da intervenção e de forma a repor aquela que terá sido a pendente original do monte.

A intervenção arqueológica foi realizada por uma equipa que integrou os investigadores Alexandre Valinho, João Nuno Marques e Rui Pedro Barbosa (limpeza, levantamento e escavação) e Lara Bacelar Alves (levantamento da pedra formosa). No decorrer dos trabalhos realizados recolheram-se os seguintes elementos, sumariamente descritos no relatório preliminar (VALINHO et al. 2007):

- a) Definição dos cortes operados no substrato geológico com vista à implantação do edificado, bem como os contextos de enrocamento que garantiram as estabilidade do conjunto;
- b) Identificação do troço original da canalização de abastecimento, que corria paralelo ao edifício, do lado norte, desembocando no tanque do pátio;
- c) No interior da estrutura verificou-se a oxidação das paredes e do pavimento da fornalha, bem como o arranque da escada de acesso ao pátio;
- d) Na sondagem efetuada no interior do pátio foram identificados contextos sedimentares de enchimento e regularização, nos quais foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos enquadráveis no contexto cronológico definido como “fase III” por Armando Coelho Silva e Manuela Martins (MARTINS 1990; SILVA 2007), correspondente aos finais do século II e século I a.C.;
- e) No âmbito do registo gráfico das decorações da pedra formosa, foi detetada, além da epígrafe AVCA, anteriormente conhecida (CARDOZO 1931), a sigla CAA (presumivelmente um nexa do conhecido antropónimo *Camali*), além de decorações simétricas e complementares dos motivos anteriormente visíveis, mas bastante mais erodidos.

A nível da estabilidade e tratamento das estrutura, os trabalhos foram dirigidos pelo conservador/restaurador Luís André Assis e consistiram numa pequena operação de consolidação da cobertura da fornalha, bem como remoção de fungos e outros agentes biológicos da totalidade do edificado.

### Considerações finais

Os elementos atualmente disponíveis acerca dos edifícios de banhos da Citânia de Briteiros permitem-nos considerar que estes espaços simbolizam uma prática ancestral, ritual e revestida de um forte simbolismo, que seria a sauna, com todas as atividades complementares, algumas descritas pelo geógrafo Estrabão, em época romana. Existem, naturalmente, e embora o seu funcionamento como espaço de banhos seja bastante consensual, muitas questões por resolver associadas aos “monumentos com forno” da Idade do Ferro. Estas questões consistem sobretudo numa definição mais clara das atividades realizadas nestes espaços, do significado dessas atividades e a forma como eram percecionadas pelas comunidades castrejas, a cronologia de edificação e utilização destes edifícios e a razão subjacente ao seu abandono, mesmo nos casos em que o povoado em que se inseriam não foi abandonado (veja-se o caso de Tongóbriga). Efetivamente, grande parte

destas questões são sobretudo do foro antropológico, baseando-se necessariamente numa compreensão abrangente das comunidades da Idade do Ferro, da sua estrutura social, das suas concepções do ritual, do oculto e da morte, bem como dos seus tabus. Do ponto de vista cronológico, e embora não dispondo de dados suficientes no que respeita ao edifício dos banhos este, que seria o maior, sabemos hoje que o balneário sul foi edificado na II Idade do Ferro, contrapondo portanto a ideia de que estes edifícios e práticas associadas eram um produto da Romanização (CALO LOURIDO 1993/94).

Esclarecido desde há muito o mistério da Pedra Formosa, rebatido insistentemente por Martins Sarmento (cf. Atas do congresso de 1880; SARMENTO 1879), embora com as dúvidas que naturalmente subsistem em relação ao posicionamento original do célebre monólito, os banhos castrejos de Briteiros, e de todos os outros povoados, particularmente no Entre-Douro-e-Minho, constituem uma linha de investigação futura que deverá incidir sobre os edifícios existentes, a sua envolvente, as estruturas a eles associadas, mas também sobre novos monumentos que vão surgindo em diferentes castros, particularmente em *oppida*, ou grandes citânias deste contexto geográfico.

Entretanto, a valorização efetuada no balneário Sul de Briteiros proporcionou uma melhor perceção destes espaços, propiciando uma desejada fruição cultural do que se constitui como um *ex-libris* da Proto-história do Noroeste Peninsular.

## Bibliografia

- ALMEIDA, C. (1974) O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Porto, pp. 149-172.
- Actes du Congrès International D'Antropologie et D'Archéologie Préhistoriques* (9ª Session, Lisbonne 1880), 1884, Lisboa.
- ARGOTE, J. (1734) *Memorias para a Historia Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Título 1, Tomo 2º, Lisboa, Lisboa Occidental.
- CALO LOURIDO, F. (1993/1994) Arte Castrexa: Escultura e Decoración Arquitectonica, *Cuadernos de Estudios Galegos*, vol. 41 (106), Santiago de Compostela, pp. 75-110.
- CARDOZO, M. (1931) A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da “Pedra Formosa”, *Revista de Guimarães*, vol. 41, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento;
- (1935) Possível identificação do primitivo local da “Pedra Formosa” na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, vol. 45, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 150-153.
- CRAESBECK, F. (1992) *Memórias Ressuscitadas da Provincia do Minho em 1726 / Francisco Xavier da Serra Craesbeck*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto.
- DINIS, A. (2002) O balneário do Alto de Quintães (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da Arqueologia de Entre Douro e Minho, *Mínia*, vol. 10, III série, Braga, Universidade do Minho, pp. 159-180.
- LEMOS, F.; LEITE, J.; BETTENCOURT A.; AZEVEDO, M. (2002) Balneário Pré-romano de Braga, *Al-Madan*, vol.12 II série, Lisboa, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 43-46.
- LEMOS, F.; MARTINS, M.; CRUZ, G. (2007) *Relatório de trabalhos arqueológicos de 2006. Citânia de Briteiros (BRIT06)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- (2008) *Relatório de trabalhos arqueológicos de 2007. Citânia de Briteiros (BRIT07)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- LEMOS, F.; CRUZ, G.; FONTE, J. (2008) Estruturas de Banhos do território dos *Bracari*: Os casos de Briteiros e de Braga, *Férvades* nº 5, Actas do I Congresso Internacional de Arqueoloxía de Vilalba, Vilalba, Museo de Prehistoria e Arqueoloxía de Vilalba, pp. 319-328.
- MACHADO, J. (2005) *Balneários Castrejos do Norte de Portugal, Algumas considerações*, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, cópia digital.
- MARTINS, M. (1990) O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado, *Cadernos de Arqueologia*, série Monografias, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.



- SARMENTO, F. (1879) *Observações à Citânia do Sr. Doutor Emílio Hübner*, Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira;
- (1905) *Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães*, Revista de Guimarães, vol.22, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
- SILVA, A. (2007) *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- SILVA, A. e MACHADO, J. (2007) Banhos Castrejos do Norte de Portugal, *Pedra Formosa, Arqueologia Experimental*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Nacional de Arqueologia.
- SILVA, A. e MACIEL, T. (2004) Balneários castrejos do Norte de Portugal. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques, *Portugália*, vol. 25 nova série, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 115-132.
- VALINHO, A.; MARQUES, J.; BARBOSA, R.; ALVES, L. (2007) “Valorização do Balneário Sul da Citânia de Briteiros – Intervenção Arqueológica” (S. Salvador de Briteiros – Guimarães). *Registo, sondagens arqueológicas e levantamento de Arte Rupestre*. Relatório preliminar de intervenção, Palimpesto Lda., cópia digital.
- VILLA VALDÉS, A. (2007) Banhos castrejos da Galiza e Astúrias, *Pedra Formosa, Arqueologia Experimental*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Nacional de Arqueologia , pp. 66-92.

# O balneário castrejo do Monte Padrão, Santo Tirso

por Álvaro de Brito Moreira\*

**Resumo:** O balneário castrejo do Monte Padrão foi identificado em 2007 no âmbito da realização de sondagens de avaliação do potencial arqueológico da plataforma intermédia da face sudoeste do povoado, cujas características evidenciavam a possibilidade de existência de um balneário castrejo. Ao significado científico e patrimonial da sua descoberta, um dos poucos exemplares identificado através de escavação planeada, acresce o facto do monumento aparentemente se encontrar bem conservado, como sugere o estado de preservação dos elementos arquitectónicos identificados, o comportamento da topografia da área envolvente e respectivas estratigrafias associadas.

**Palavras-chave:** Monte Padrão; Balneário; Sauna; Cultura castreja.

**Abstract:** The Iron Age sauna of Monte Padrão hillfort was identified in 2007 during the surveys of archeological potential evaluation of peripheral areas from the intermediate platform which develop on the southwest side of the acropolis, whose features showed essential conditions for the installation of a iron age sauna. To the scientific and patrimonial significance of its identity, one of the few specimens discovered through planned excavation, added the fact that the monument apparently finds well preserved, being aware of the state of preservation from architectonic elements identified, the behavior of the surrounding topography and associated stratigraphies.

**Key-words:** Monte Padrão, Bath, Sauna, Castro Culture.

## Introdução

O Monte Padrão constitui actualmente uma referência incontornável no panorama da arqueologia do norte de Portugal, cujo interesse científico tem vindo a ser evidenciado pelos resultados das intervenções arqueológicas desenvolvidas nas duas últimas décadas, como reflecte a extensa bibliografia publicada sobre o imóvel<sup>1</sup>. Na sequência de um trabalho de investigação sistemático da responsabilidade científica do autor<sup>2</sup>,

\* Director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Santo Tirso. Investigador do CITCEM -Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», UP/UM.

<sup>1</sup> SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; COUSELO 1973, 7-13; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; MOREIRA 1991, 28-34; 1997, 13-82; 1997a, 83-87; 2005a, 255-276; 2005b; 2006; 2006a; 2007, 32-34; 2008, 129-145; 2009, 9-93; 2009a, 160-175; 2010, 269-291; 2010a, 215-317; 2011, 455-449; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39; VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76.

<sup>2</sup> O projecto de investigação científica que norteia a intervenção arqueológica que temos vindo a desenvolver no Monte Padrão – *Projecto de estudo, valorização e dinamização do Monte Padrão e Estação Arqueológica do Monte dos Saltos* – conforme o título sugere, consiste numa abordagem de âmbito geográfico bem definido, cujo enfoque, ao nível da escavação, centra-se fundamentalmente em duas estações. Em termos de contextualização o espaço em análise encontra-se definido a norte pelo rio Ave, a sul pelo rio Leça e pela costa atlântica a oeste, compreendendo uma área geográfica de aproximadamente 390 km<sup>2</sup> que abrange parcialmente os concelhos de Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde, Matosinhos, Maia e Valongo. Este território configura uma unidade geo-histórica cujas características geomorfológicas propiciaram, desde tempos remotos, o desenvolvimento de uma intensa actividade agro-pecuária e marítima que, até há relativamente pouco tempo, lhe conferiu um *fácies* rural, cujas características tem vindo a alterar-se desde o incremento do processo de industrialização, desenvolvido na região a partir de meados do séc. XIX. A região regista abundantes vestígios relativos à Pré-história Recente, designadamente associados à cultura megalítica, assim como ao Calcolítico e Bronze Final, manifestando-se na Idade do Ferro como um espaço muito dinâmico, de elevada densidade populacional, que conheceria em época romana um intenso desenvolvimento.

que teve início em meados da década de 1990, a Câmara Municipal de Santo Tirso assumiu o projecto monográfico de estudo, salvaguarda e musealização do imóvel. A área arqueológica encontra-se classificada como **Monumento Nacional** desde 1910 e beneficia de uma ZEP criada em 2011<sup>3</sup>.

O local é referenciado desde finais do séc. XVI, de forma mais ou menos desenvolvida, na bibliografia de hagiógrafos, cronistas, corógrafos e viajantes, relacionando-o, fundamentalmente, com a figura egrégia de S. Rosendo e o mosteiro de Monte Córdova<sup>4</sup>. Entre os autores mais significativos contam-se referências de Frei Leão de S. Tomás, André Resende, Carvalho da Costa, D. Rodrigo da Cunha e Gaspar Estaço. Nas respostas ao inquérito paroquial de 1758 o reitor de Monte Córdova, Padre Veríssimo de Araújo, também contribuiu para a preservação da memória da ocupação medieval do Monte Padrão, assim como para a história da toponímia local. Identificam-se ainda contributos mais recentes no âmbito da história da autoria de Alberto Pimentel e Fernando Pires de Lima (PIMENTEL 1902, 50-54; LIMA 1948, 543). Das várias referências conhecidas de autores estrangeiros são dignas de registo o relato do périplo efectuado por Ambrosino de Morales, em 1572 (IGLESIAS 1999, 57-58), os livros da autoria de Fray Benito de la Cueva “*Historia de los monasterios e priorados anejos a Celanova*” e, “*Celanova Ilustrada y Anales de San Rosendo*”, recentemente editados (CUEVA 1991, 93-97; 2007). A partir do início da primeira década do século XX, com a classificação da estação arqueológica como Monumento Nacional, tem início a história do imóvel enquanto monumento arqueológico.

### Localização

O Monte Padrão localiza-se na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, a poucos quilómetros a sudeste da sede do concelho. O acesso ao castro pode fazer-se a partir da povoação de Monte Córdova, em direcção ao lugar de Quinchães, tomando-se, de seguida, o caminho florestal que permite o acesso à Capela do Senhor do Padrão, que se localiza no sopé do castro. As suas coordenadas geográficas são: Longitude (Greenwich) – 8° 52' 51" (leste) / Latitude (norte) – 41° 18' 53" / Altitude – 413 m (CM 1:25 000, SCE 1977, fl. 98 -Santo Tirso) (Fig.1).

O seu topónimo ficou a dever-se ao achado de uma cruz de remate de um cruzeiro, recolhido na acrópole do povoado no primeiro quartel do século XVIII, tendo dado origem à edificação da capela do Senhor do Padrão, construída no segundo quartel do séc. XVIII, concretamente entre 1738 e 1742<sup>5</sup>.

.....  
<sup>3</sup> O imóvel foi inicialmente classificado com a designação de Castro de Monte Córdova (Decreto de 16 de Junho de 1910 / Diário de Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910), tendo sido rectificada a sua denominação para Castro do Monte do Padrão em 1951 (Decreto n.º 38491 / Diário de Governo, n.º 230, de 6 de Novembro de 1951 – Dec. Lei n.º 38.491, art. 3). A Portaria 372 de 2011 publicada no DR IIª Série nº 35 de 18 de Fevereiro de 2011, fixou uma Zona Especial de Protecção – (...) *É fixada a zona especial de protecção (ZEP) do Castro do Monte Padrão, sito na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, classificado como monumento nacional por decreto de 16 de Junho, publicado no Diário de Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910, com a alteração de denominação concretizada pelo Decreto n.º 38 491, publicado no Diário do Governo, n.º 230, de 6 de Novembro de 1951, de acordo com a delimitação constante da planta anexa à presente portaria, da qual faz parte integrante (...).*

<sup>4</sup> Entre os contributos mais significativos para a historiografia da estação veja-se; RESENDE 1593; Parte II, 403; CUNHA 1623, Parte I, 143; ESTAÇO 1625, 20; TOMÁS 1651, 159-160; ARGALZ 1675; COSTA 1706, 326; LEAL; FERREIRA 1873-1928, v. p. 471-472; VASCONCELOS 1895, 1213; PIMENTEL 1902, 50-54; CUEVA 1991, 93-97; 2007, 76-78; FERNANDES 1996, 107.

<sup>5</sup> A referência toponímica – Monte Padrão – relaciona-se com a edificação da capela e documenta-se apenas a partir da sua construção em 1738 como, *Senhor do Padram do Mosteiro Velho*  
Entre a bibliografia mais significativa sobre o imóvel veja-se; Melo 2004, 95-100; CORREIA 2004, 4; MOREIRA 2005b, 57.



Fig. 1. Carta Militar 1:25000, fl. 98 – Santo Tirso, SCE 1977 (s/escala)

### Caracterização geográfica

A estação arqueológica ocupa um esporão rochoso do maciço montanhoso conhecido por serra de Monte Córdova, que corresponde a um dos relevos mais significativos da sua vertente oeste. Localiza-se na área limite das bacias hidrográficas dos rios Ave e Leça, integrando a face norte a rede de drenagem do rio Ave e, a face sul, a do rio Leça. A sua implantação, de grande protagonismo na paisagem, proporciona uma posição de destaque na região, permitindo um amplo controlo dos principais eixos de circulação. Topograficamente, caracteriza-se por possuir uma plataforma superior de planta oval, relativamente plana, com cerca de 1,7 ha que, *grosso modo*, corresponde à área definida pela primeira muralha do povoado. A acrópole desenvolve-se no sentido norte/sul por cerca de 180 m e, no sentido leste/oeste, por cerca de 100 m, perfazendo uma área aproximada de 17.000 m<sup>2</sup> (Fig. 2).



Fig. 2. Vista aérea do Monte Padrão

O modelado existente proporciona boas condições naturais de defesa. As faces norte, sul e oeste possuem vertentes com pendor acentuado, apresentando-se a encosta leste mais suave e curta, configurando uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso.

A área geográfica em que o povoado se insere corresponde à zona climática designada por Terra Temperada/Quente Atlântica que compreende o tramo superior do rio Leça e parte da vertente oeste do maciço de Monte Córdova, confinando a norte, sul e oeste com a zona identificada por Terra Temperada/Quente Litoral. Do ponto de vista climático caracteriza-se por uma marcada influência atlântica registando uma significativa amplitude térmica anual. Os valores médios registados são: 14° C de temperatura média anual; 16° C de temperatura média do mês mais quente e precipitação média anual na ordem dos 1200 mm a 1600 mm m<sup>3</sup>.

O substrato geológico da região corresponde à grande mancha de granito da face oriental do concelho de Santo Tirso, identificando-se a variedade porfiróide como predominante (Fig.3).

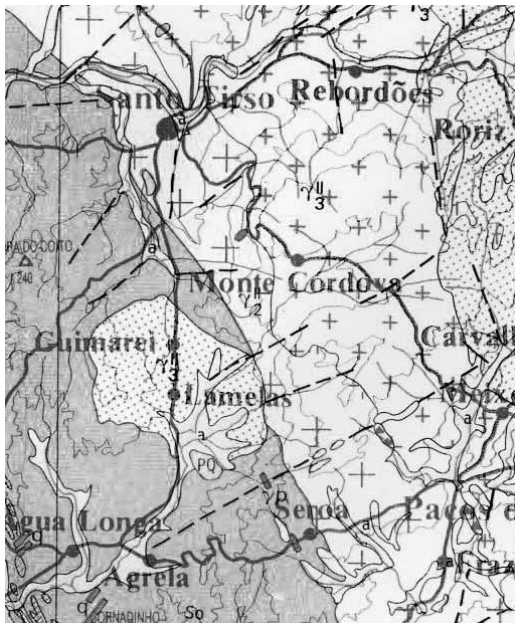


Fig. 3. Carta Geológica (1:50 000), fl. 9C (Porto), 1957 (s/escala)

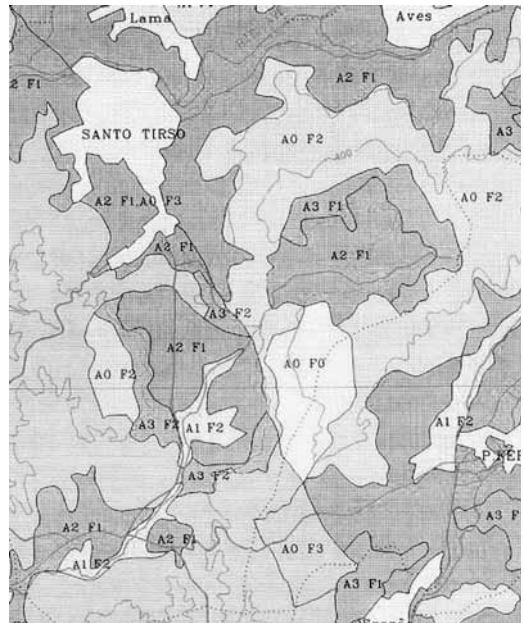


Fig. 4. Carta de Aptidão da Terra, DRA Entre-Douro-e-Minho, Esc. 1.100.000, fl. 9 (s/escala)

Na área envolvente do castro existem terrenos de elevada aptidão agrícola ao longo das margens do rio Leça, em faixas estreitas e descontínuas, que confrontam com terrenos de aptidão agrícola moderada que ocupam praticamente toda a área da depressão do planalto de Monte Córdova, cujo recorte configura a rede de drenagem do tramo superior do rio Leça (Fig. 4).

Ao longo dos tempos a actividade humana na envolvente da área arqueológica, a ritmos diferenciados, através da prática da agricultura, da pastorícia e da silvicultura, tem intervindo profundamente na composição dos solos, na topografia e no coberto florestal. Entre os principais factores de transformação da paisagem destaca-se a construção de socacos, operados em toda a região em zonas com declives superiores a 4-5 %, com vista ao aumento da espessura e ao nivelamento dos solos, de forma a permitir uma utilização intensiva da terra através da utilização de métodos de rega tradicionais e evitar a erosão<sup>6</sup>. Este processo, que alterou significativamente a topografia original de toda a região, foi potencialmente incrementado com a introdução da cultura do milho, da batata e do feijão, nomeadamente a partir do momento em que estes produtos passaram a constituir a base da alimentação da população.

### Ocupação e evolução crono-estratigráfica

As referências da cultura material e as sequências estratigráficas identificadas no Monte Padrão documentam uma longa ocupação que tem início no Bronze Final e se desenvolve até ao 2º quartel do séc. XVII,

<sup>6</sup> O sistema adoptado pela "Agroconsultores e Geometral" na elaboração das Cartas de Solos e Aptidão da Terra foi o definido para a classificação de terras para usos diversos (*land suitability evaluation* – FAO 1983) recomendado pela FAO (FAO 1976). A classificação resultou da ponderação de um conjunto de factores que concorrem para a formação e evolução da terra, tais como; substrato rochoso, material orgânico, clima, relevo, a vegetação e a acção transformadora do homem ao longo dos tempos. Entre os principais factores de alteração do solo original destacam-se os terraceamentos operados em toda a região, facto que introduziu um importante elemento de artificialidade, que deverá ser tido conta no momento estudo de períodos muito recuados.

registando-se um hiato entre o terminus da ocupação romana e a Alta Idade Média. Os dados actualmente disponíveis permitem esboçar uma periodização balizada em oito fases que parametrizam os principais momentos de ocupação (MOREIRA 2007, 32-34; 2010, 270291).

Fase I	... ?/900 a.C.		500 a.C.
Fase II	500 a.C.		138/136 a.C.
Fase III	138/136 a.C.		Tibério/Cláudio
Fase IV	Tibério/Cláudio		1ª Metade do séc. II
Fase IVa	1ª Metade do séc. II		Meados do séc. III
Fase V	... ?/934		Finais séc. XIII
Fase VI	Finais séc. XIII		Meados do séc. XVII (1623/1651)
Fase VII	1738		---__

### O castro

O período a que se reporta o momento de construção e funcionamento do balneário em análise regista o apogeu do povoado castrejo, a que correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na plataforma superior, assim como as de natureza defensiva que envolvem a acrópole e a vertente sudeste que, neste período foram alvo de significativos trabalhos de restauro e ampliação. Esta fase tem início no segundo quartel do séc. II a.C., na qual se registam os primeiros contactos directos entre romanos e indígenas, desenvolvendo-se até meados do séc. I da nossa Era. Os primeiros encontros directos verificaram-se com a campanha de *Decimus Junius Brutus*, em 138/136 a.C. tendo sido seguidos por vários outros de natureza militar e comercial até à definitiva conquista do Noroeste Peninsular no âmbito das guerras cántabras. Esta fase é consensualmente identificada como o momento de apogeu da *Cultura Castreja*, no qual se desenvolve um fenómeno de reorganização do quadro do povoamento, com destaque para o surgimento de grandes povoados, vulgarmente designados por “lugares centrais”, aos quais, teoricamente, corresponderia uma certa preponderância militar, económica e política na sua área de influência directa. As transformações que o registo arqueológico evidencia a partir do séc. I a.C. corporizam duas diferentes perspectivas de análise e interpretação -a primeira, valoriza uma influência exógena, de cariz militar, enquanto a segunda realça a preponderância da raiz endógena do processo de transformação, revelador de um elevado estágio de desenvolvimento, relativamente autónomo ao processo decorrente da conquista romana.

O Castro do Padrão regista nesta fase uma ampla área habitacional e um complexo sistema defensivo. No interior do recinto formado pela primeira muralha foram intervencionadas oito estruturas de carácter habitacional, nas quais se identificam três distintas fases construtivas, estrutural e cronologicamente sequenciais. Do primeiro momento (Fase II) foi identificada uma estrutura de pequena dimensão localizada no extremo norte da acrópole cujas características documentam o primeiro momento de construção de alvenaria, cuja cronologia se baliza entre 500 e 200 a.C.. À Fase IIA corresponde apenas uma construção identificada na face norte da plataforma superior, cuja. Da segunda fase construtiva (Fase IIIB) na face norte foram detectados quatro construções circulares e um pequeno muro de divisão pertencente a uma estrutura de delimitação de um núcleo habitacional. Na face sul da plataforma superior identificam-se duas estruturas circulares, subjacente às estruturas romanas que configuram a *Domus sul*. Por último, na face leste, com cronologia relativa à Fase IIIB, identifica-se uma

estrutura subjacente à *Domus Leste*, cujas características construtivas, designadamente do aparelho, ao nível do calibre e estereotomia, são cronologicamente consistentes com a última intervenção no sistema defensivo.

Do sistema defensivo do povoado apenas se conhece parte da primeira muralha e um pequeno segmento de um pano de reforço localizado na face sul da plataforma superior que se desenvolve para sudoeste criando uma segunda cintura de muralhas. Todavia, os taludes e plataformas visíveis a meia encosta permitem admitir a existência de uma estrutura defensiva complementar na face nascente do povoado, que corresponde a uma zona de ligação ao interior do planalto, cujas condições topográficas menos expressivas impõem maior vulnerabilidade defensiva.

Estruturalmente a muralha forma um muro contínuo e uniforme, apresentando uma ligeira inclinação para o interior em toda a sua extensão, interrompida por pequenos elementos semicirculares criados como elementos de reforço e distribuição de tensão. A estrutura é composta por um paramento simples de apenas uma face, em alvenaria de granito com aparelho poligonal, sem travamento, cuja estereotomia, muito característica deste período, evidencia elevados padrões construtivos. O aparelho é composto por blocos de dimensão média de recorte irregular com tratamento da superfície a pico fino, com junta seca bem ajustada, com os interstícios preenchidos com pequenos elementos alinhados à face. O alçado revela uma superfície muito uniforme evidenciando uma criteriosa selecção dos blocos e um trabalho discriminado para cada um deles de forma a garantir uma integração e ajuste perfeito em todas as faces. O alicerce assenta no afloramento granítico.

A cultura material documentada nesta fase corresponde ao auge tecnológico, cujo enquadramento ocorre já na esfera do mundo romano, evidenciando um significativo desenvolvimento técnico e elevado índice económico e cultural.

A cerâmica, na fase anterior praticamente limitada a recipientes de perfil em S, modestamente decorada com motivos incisos, amplia o seu repertório de formas registando uma maior adequação na relação forma/função, assim como significativos progressos do ponto de vista técnico ao nível do processo de fabrico. Generaliza-se a utilização do torno. As pastas passam a ser mais depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros de cor bege, rosado e amarelo, resultantes de cozeduras oxidantes a elevadas temperaturas. As inovações enriquecem a morfologia e o repertório de formas, registando-se a partir desse momento a vulgarização das talhas (*dolia*), painéis de suspensão com “asa de orelha” e de “asa interior”, almofarizes, etc. As decorações, mais abundantes e diversificadas, frequentemente conjugam várias técnicas, sendo agora mais comuns os motivos impressos e as aplicações plásticas. O instrumental lítico utilitário reduz-se significativamente, sendo de realçar a generalização da utilização da mó circular e do torno rápido. Os metais, amplamente documentadas na região (MARTINS 1990, 164-165), conhecem nesta fase uma ampla difusão e registam importantes avanços técnicos no processo de fabrico.

Nesta fase o enquadramento geopolítico do castro far-se-ia no âmbito da área meridional da cultura castreja, concretamente na referência macro-espacial identificada como território da unidade gentilícia dos *Fidueneae*, tendo com referência estrutural a Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, cujos limites se concretizam a oeste pela linha de cumeeira da serra da Agrela<sup>7</sup>, demarcando o término oriental de um outro território, cujo “lugar central” se identifica no castro de Alvarelos, a que corresponderia a unidade gentilícia dos *Madequisenses*, os tramos superiores dos rios Sousa e Ferreira a leste, o rio Ave a norte e o rio Leça a sul<sup>8</sup>.

Esta proposta interpretativa do ordenamento do povoamento regional concretiza-se a partir da estrutura dos assentamentos, das coordenadas geográficas, dos parâmetros cronológicos e componentes étnicas,

<sup>7</sup> Na vertente sul do seu território encontram-se os seguintes castros; Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso e Castro da Torre, Areias Santo Tirso.

<sup>8</sup> Entre outros, fariam parte do seu território os seguintes castros; Castro de S. Paio, Labruge, Vila do Conde; Castro da Retorta, Retorta, Vila do Conde; Castro Boi, Vairão, Vila do Conde; Monte Castro, Lavra, Matosinhos; Castro de Santa Cruz, Gemunde, Maia; Castro de Avioso, Santa Maria de Avioso, Maia (MOREIRA 2010, 67-82, Est. X, XI).

técnico-económicas, sociais e culturais, assim como através da valorização de uma relação de proximidade geográfica, no princípio de existência de uma hierarquia na estrutura povoamento e, fundamentalmente, em aspectos de carácter sociocultural, expressos no domínio religioso, designadamente através da identificação do culto de divindades tutelares próprias que evidenciam círculos de pertença, fenómeno a partir do qual se tem vindo a reconhecer os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Neste caso, a proposta decorre da análise das epígrafes dedicadas a *Turiaco* identificadas em, Lamoso, Paços de Ferreira e Santo Tirso, representando uma evocação de uma forma especial de protecção divina relacionada com as actividades produtivas, a prosperidade e a fecundidade que, com *Iupiter* e *Cosunea*, divindades amplamente documentadas na região, formaria uma tríade de divindades superiores, identificadas respectivamente com a *fecundidade/prosperidade a sabedoria e a força* (MOREIRA 2005, 9-25; 2010, 281-283).

## O balneário

O balneário do Monte Padrão foi identificado em 2007 no âmbito da realização de sondagens de avaliação do potencial arqueológico da área periférica de uma plataforma intermédia que se desenvolve na face sudoeste da acrópole, cujas características evidenciavam as condições ideais para a instalação de um balneário castrejo<sup>9</sup> (Est. VI, 1-2). Ao significado científico e patrimonial da sua identificação, um dos poucos exemplares descoberto através de escavação planeada, acresce o facto de, aparentemente, o monumento se encontrar bem conservado, como sugere o estado de preservação dos elementos arquitectónicos identificados, a topografia da envolvente e as estratigrafias associadas, perspectivando a sua escavação um importante contributo para o conhecimento da cronologia, estrutura arquitectónica e dinâmica operacional deste tipo de equipamentos, cuja funcionalidade está hoje perfeitamente atestada como sendo destinados a banhos<sup>10</sup>, eventualmente relacionados com a componente religiosa, cuja origem remota se associa às “cabanas de sudação”<sup>11</sup>, que, pelo aparato e técnica construtiva, se destacam das restantes manifestações arquitectónicas que notabilizaram esta cultura na fase do seu apogeu, vulgarmente designada como protourbana (SILVA 2007, 14).

.....

<sup>9</sup> A área intervencionada implanta-se numa plataforma natural localizada na face sudeste da acrópole do povoado a uma cota intermédia, que configura uma área intermédia entre a acrópole e a vertente sudeste. Do ponto de vista da escavação, a intervenção resumiu-se à realização de três sondagens tendo resultado numa área intervencionada de 24 m<sup>2</sup> (12 x 2 m), e em 8m<sup>2</sup> (4 x 2 m). A intervenção decorreu segundo o método de escavação em área, a partir da decapagem horizontal dos estratos naturais, tendo por base uma quadricula de 2 x 2 m para efeitos de referência (Est. VIII, 1-2). O registo compreendeu a execução do desenho de planos intermédios, cortes e plantas, registo fotográfico e o posicionamento tridimensional (referência altimétrica, coordenada e abcissa) das referências arqueológicas mais significativas para a compreensão da evolução estratigráfica e a interpretação funcional dos diferentes espaços.

<sup>10</sup> A historiografia arqueológica documenta desde a década de 1930 uma significativa diversidade interpretativa deste tipo de monumentos, cuja funcionalidade foi associada a fornos de diferente utilidade -cozer pão ou cerâmica, crematórios de fundição -, ou mesmo de matadouro, que foram sendo progressivamente abandonadas em detrimento da sua interpretação funcional como balneários a partir da década de 1950 (VALVÍS 1955, 432-446; LAMAS 1955, 68-69; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1983, 101, 135; 1983-84, 125; 2007, 66-67; SILVA; MACHADO 2007, 21-30), assinalando-se para o território nacional o contributo muito significativo para a sua interpretação técnico-funcional a escavação do balneário de Santa Maria de Galegos, Barcelos, cujo estado de conservação permitiu clarificar muitos dos seus principais aspectos funcionais e construtivos.

<sup>11</sup> A concordância das fontes clássicas com a interpretação funcional dos equipamentos foi já suficientemente referida por outros autores, em particular com a referência de Estrabão (III, 3, 6) (...) *Dizem que alguns povos que habitam junto do rio Douro têm hábitos espartanos: untam-se com óleo duas vezes, tomam banhos de vapor, que fazem com pedras aquecidas pelo fogo e [depois] banhos de água fria* (...).



## Localização e implantação

O edifício localiza-se no remate da plataforma intermédia da face sudoeste do castro, cuja topografia configura uma área de transição entre a acrópole e as plataformas inferiores do povoado (Fig. 5). A sua implantação concretiza-se numa pequena depressão, modelada por um desnível natural recortado em torno de uma nascente permanente, em conformidade com a inserção deste tipo de monumentos, geralmente localizados na proximidade de linhas de água ou de nascentes nas zonas baixas dos povoados, relacionando-se directamente com o abastecimento dos banhos de água fria e de produção de vapor, de acordo com a interpretação funcional deste tipo de equipamentos, fundamentada em elementos estruturais da arqueologia experimental e referências etnoarqueológicas (Est. VI, 1). A modelação do terreno, cuja hipsometria evolui a partir da implantação do átrio no sentido nordeste, permite perspectivar a sua concretização parcialmente soterrada, tomando a forma particular de uma construção semi-hipogeia, com carácter ctónico, como é característico deste tipo de monumentos, invocando contextos característicos de rituais iniciáticos<sup>12</sup>. Esta particularidade, como foi já referido, para além do significado ritual, estará relacionada com aspectos específicos do seu funcionamento, nomeadamente a captação e abastecimento de água e, particularmente, a manutenção do calor. No Monte Padrão é evidente esta solução construtiva uma vez que o local de captação de água se localiza a uma cota superior, na face noroeste do átrio, possibilitando a sua condução por efeito gravitacional de forma que se precipitasse natural-mente no tanque.

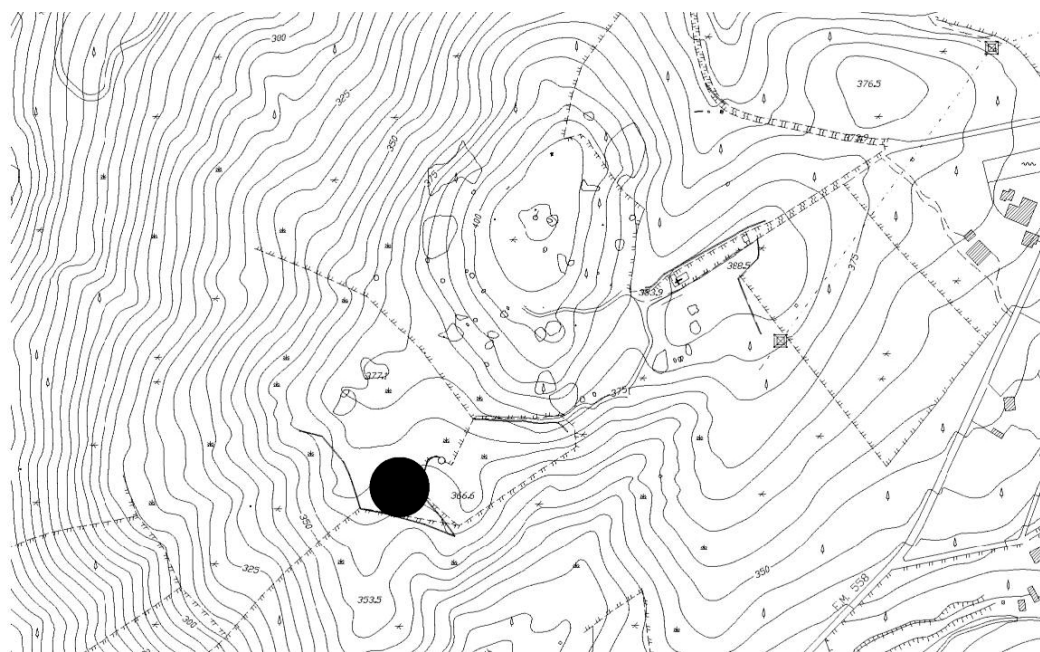


Fig. 5. Localização do balneário

## Nascente e dispositivos de condução de água

O abastecimento de água, elemento imprescindível ao funcionamento do equipamento, far-se-ia através de uma nascente localizada a cerca de 6 m a noroeste do átrio, cuja condução se concretizava através de

<sup>12</sup> Sobre os paralelos proto-históricos e etnológicos europeus veja-se -ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 192-202.

um equipamento de canalização subterrânea, formado por vários blocos paralelepípedicos de cerca 60 cm de comprimento com um sulco longitudinal escavado no topo, adossados por encosto simples. O dispositivo remata na face externa do alçado oeste do vestíbulo onde se estrutura uma cresta que conduz a água directamente para o interior do tanque instalado no átrio, formando uma pequena queda de cerca de 50 cm de altura ao nível da cota superior do tanque. A diferença altimétrica existente entre a nascente e a localização do edifício permitiria que a condução da água se concretizasse por efeito gravitacional garantindo uma permanente renovação do tanque (Est. VI, 2). A solução construtiva aproxima-se à identificada no balneário de Sanfins, Paços de Ferreira,<sup>13</sup> cuja nascente também se localiza a noroeste do átrio a uma cota relativamente superior, sendo a água canalizada directamente para o tanque localizado no átrio através de uma cresta de posicionamento semelhante ao identificado no Padrão (Est. VII, 2-3).

### **Planta e estrutura arquitectónica do átrio**

O átrio define-se pela estrutura que conforma o alçado noroeste que evolui transversalmente ao alinhamento do corte, desenvolvendo um ângulo de 90° com a conduta de água e o tanque que lhe está parcialmente subjacente. A alvenaria de granito que compõe o paramento é composta por um aparelho de blocos de calibre uniforme, de formato paralelepípedico, relativamente bem talhados, com tratamento ao pico em todas as faces com excepção da anterior. Os blocos encontram-se ajustados por encosto directo não revelando a utilização de qualquer tipo de argamassa. A inexistência de uma face externa trabalhada, aliada ao elevado calibre dos blocos, permite admitir que o edifício na face oeste pudesse estar parcialmente soterrado, aproveitando a diferença de cota que a topografia do terreno oferece, conferindo ao complexo um carácter oculto, em consonância com a simbologia ritual que certamente estaria subjacente à sua utilização em determinadas ocasiões e celebrações religiosas. A estrutura na face sudoeste assenta directamente sobre o afloramento limitando-se actualmente a apenas uma fiada do seu aparelho original, sendo admissível que na sua face nordeste se encontre melhor preservada, uma vez que o comportamento da topografia amplia o potencial estratigráfico (Est. VII, 1). Parte da estrutura é actualmente composta apenas por um bloco de grande dimensão que assenta directamente sobre a laje longitudinal da face noroeste do tanque. Na face superior, sobre a qual se projecta a canalização, evidencia-se um pequeno rebordo talhado que constituiria o apoio do tramo final da canalização que, projectando-se para além da face interna do bloco, possibilitaria que a água se precipitasse directamente para o interior do tanque (Est. I).

### **O tanque**

O tanque identificado no átrio foi apenas parcialmente intervencionado tendo sido reconhecida parte da laje longitudinal da face sudoeste, sobre a qual se encontra implantado o muro perimetral oeste, a laje de topo da face sul, e um pequeno segmento da laje longitudinal sudeste (Est. I). As lajes são monólitos de formato rectangular com 70 cm de altura e 18 cm de espessura média. Os diferentes elementos encontram-se estruturados apenas por encosto directo, conservando-se uma espessa camada de argila ao longo das arestas internas que constituía um vedante eficaz, como aliás se verificou no decurso da intervenção. O fundo é formado pelo afloramento granítico que foi afeiçoado e polido, sobre o qual as lajes se encontram directamente

.....  
<sup>13</sup> Para uma aproximação da bibliografia disponível sobre o monumento veja-se a nota 16.

apoiadas. Estas revelam um forte polimento apresentando as arestas arredondadas. O granito de grão fino, muito distinto do existente na região<sup>14</sup>, revela uma selecção criteriosa, especificamente orientada para a função a que se destinava. As lajes encontravam-se aparelhadas e muito bem ajustadas com as juntas vedadas com argamassa argilosa, garantindo a total estanquicidade da piscina<sup>15</sup> (Est. IX, 2-3). A face externa do tanque, por critérios estratégicos da intervenção, foi escavada apenas até ao nível superior, no qual se detectaram vários blocos com a face polida que poderão corresponder a elementos deslocados do lajeado do átrio (Est. IX, 1).

## Estrutura

A estrutura do monumento, que se percebe pela configuração do átrio e pelo estudo comparado de exemplares próximos, nomeadamente da Citânia de Sanfins, da Citânia de Briteiros, do Castro das Eiras e de Santa Maria de Galegos, permite admitir o desenvolvimento de uma planta que se integra na tipologia comum dos edifícios conhecidos entre Douro e Minho, correspondendo ao núcleo cultural da área meridional da Cultura Castreja<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> O substrato geológico da região corresponde à grande mancha de granito da face oriental do concelho de Santo Tirso, identificando-se a variedade porfíroide como predominante, que se caracteriza por possuir grão grosso e abundante biotite.

<sup>15</sup> A utilização de argamassas à base de barro foi também adoptada como solução construtiva, nomeadamente de isolante, com o objectivo de manutenção de calor, foi identificada na união da cobertura da antecâmara do monumento de Santa Maria de Galegos, em Briteiros, Guimarães, e no Alto das Eiras, Famalicão, onde no exterior, designadamente na antecâmara, foi utilizada para promover o isolamento e estanquicidade do espaço (SILVA; MACHADO 2007, 28).

<sup>16</sup> Com a descoberta do balneário do Monte Padrão, Santo Tirso, passam a ser 16 os monumentos conhecidos na área meridional da cultura castreja -1. Monte Castro, Sardoura, Castelo de Paiva (PINHO 1947, 50-53; CARDOZO 1949, 487-516; CORTEZ 1948, 269-281; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 7; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 32-33; 2. Freixo, Marco de Canaveses (SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 3; DIAS 1997; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 34-35; 3. Castro de Ribalonga, Ribalonga, Alijó (PARENTE 2003; MACHADO 2005a; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 36-37; 4. Castro de Vermoim, Vila Nova de Famalicão (SARMENTO 1999 (1880); SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 38-39; 5. Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (ARGOTE 1734; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX, XXXIII; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 5; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 39-41; 6. Alto das Eiras, Pousada de Saramagos, Vila Nova de Famalicão (SARMENTO 1999 (1880); QUEIROGA 1992; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 13b; DINIS 1993; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 42-43; QUEIROGA; SILVA 2007, 66, Est. IX; DINIS 2008-2009, 139-147; 7. Forno dos Mouros, Monte da Saia, Chavão, Barcelos (SARMENTO 1999 (1880); CARDOZO 1951, 5-28; 1985, 159, n.º 98; BELLIDO 1968, 5-24; ALMEIDA 1996; SILVA 2007, 67-68, Est. IX; ALMAGRO-ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 4, n.º 3; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 44-45; 8. Castro de Sabroso, S. Lourenço de Sande, Guimarães (SARMENTO 1906, 41-51; CARDOZO 1960; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO-ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 17; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 32-33, 46-47; 9. Citânia de Briteiros (I), S. Salvador de Briteiros, Guimarães (CRAESBEECK 1992, 44-45; ARGOTE 1738; SILVA 1876, 136; HÜBNER 1879, 19; 1880; SARMENTO 1879, 157; VASCONCELOS 1905; CARDOZO 1928, 139-152; 1929; 1932, 87-102; 1935, 150-153; BELLIDO 1968, 16-44; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 16; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 48-49; 10. Citânia de Briteiros (II), S. Salvador de Briteiros, Guimarães (RIBEIRO 1930-1934, 171-175, 205-208; CARDOZO 1932; BELLIDO 1968; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 16; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 50-51; 11. Maximinos, Braga (LEMOS; LEITE; BETTENCOURT; AZEVEDO 2003, 43-46; SILVA; MACHADO 2007, 52-53; 12. Alto das Quintas, Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso (DINIS 2002, 159-179; MACHADO 2005a; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 54-55; 13. Santa Maria de Galegos, Barcelos (ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. n.º 11; ALMEIDA 1996; MACHADO 2005a; SILVA 2007, 68-69, Est. IX, XXXI; SILVA; MACHADO 2007, 56-57; 14. Castro de Roques, Vila Franca, Viana do Castelo (SILVA; MACIEL 2005, 115-131; MACHADO 2005a; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 58-59; 15. Castro das Eiras, Arcos de Valdevez (QUEIROGA 1992; MACHADO 2005a; SILVA 2007, Est. IX SILVA; MACHADO 2007, 48-49).

A proposta interpretativa da composição arquitectónica do monumento, que aqui se apresenta de forma simplificada, consiste numa abordagem prospectiva da escavação a realizar e num exercício interpretativo da dinâmica funcional deste tipo de equipamento, cujos fundamentos têm por base as evidências arqueológicas identificadas, aspectos de natureza arquitectónica e a análise dos edifícios conhecidos na região, valorizando a possibilidade de existência de um grupo de artífices que poderá ter operado em itinerância, como se depreende da afinidade das soluções construtivas e a coerência da gramática decorativa dos conjuntos conhecidos (Est. IV-V).

Assim, assumindo como referência um padrão tipológico regional e a evidência dos elementos escavados, seu dimensionamento e posição relativa quer ao conjunto edificado, quer ao afloramento rochoso, propôs-se um dimensionamento geral dos espaços. Planimétrica e altimetricamente foram transpostas as proporções conhecidas das diversas câmaras, o que, desde logo, equaciona, ainda que de forma experimental, a tectónica do edifício e dos seus eventuais elementos caracterizantes. O ângulo da cobertura, a estimativa da altura interior e da passagem livre dos portais, toma como referencial de base a proporção das “Pedras Formosas” da região. A geometria estrutural do modelo, enquanto tal, está alicerçada na axialidade, regularidade e na ortogonalidade, referenciando-se uma vez mais aos exemplos similares de proximidade (Est. IV, 1-3).

Ao nível da construção assumiram-se também os métodos e os materiais utilizados na região. A proporção adoptada é adequada e viabiliza a utilização pontual de elementos de cantaria de granito, nomeadamente nas lajes de cobertura das câmaras, excepção feita ao átrio, e na execução de vãos, ombreiras e padieiras de portais. Os restantes paramentos, ainda que se conheçam exemplos em que também são assim construídos, são aqui representados apenas esquematicamente, podendo também ser constituídos por sobreposição simples de blocos graníticos de estereotomia diversa e irregular, como sugerem os elementos escavados da parede posterior ao tanque. Quanto à câmara de combustão, aqui tipologicamente caracterizada como circular, encimada por calote esférica, seria mais adequadamente constituída por blocos de média ou pequena dimensão, viabilizando construtivamente a forma pretendida (Est. V, 1). No átrio, conferida a característica de axialidade e simetria é proposta a execução de uma cobertura mais ligeira que as anteriores, por força do dimensionamento dos vãos a vencer, constituída por vigas, madres e ripado de madeira, rematadas por colmo ou outra matéria vegetal semelhante. Esta tecnologia conhecida e corrente, é aqui articulada nos pormenores de apoios com as soluções de talhe e travamento nas paredes, da cobertura em laje das câmaras e viga central principal. O provável soterrar de todo o conjunto, servindo entre outros, os propósitos de consolidação de toda a estrutura, por compressão, e o de isolamento térmico, devido ao seu uso, far-se-ia com excepção da zona do átrio, cuja previsível estrutura não comporta este acabamento, mantendo também assim possível e desimpedida a entrada.

### **Estratigrafia e materiais**

A estratigrafia documentada possibilitou a leitura integral da área intervencionada, destacando-se o corte longitudinal leste que regista a sequência estratigráfica do tanque, assim como a fundação da estrutura que corresponde ao muro da face noroeste do 1º vestíbulo, sobre o qual se encontraria implantada a canalização de abastecimento do tanque. O espólio arqueológico recolhido é essencialmente composto por cerâmica indígena que integra o vasto reportório formal e decorativo característico da Fase III. Os materiais romanos são constituídos por cerâmicas de construção, cerâmica comum e materiais de importação, nomeadamente ânforas vinárias béticas, tipo Haltern 70, em concordância com as referências cronológicas de funcionamento do complexo arquitectónico.

## Corte estratigráfico longitudinal oeste A-A' (Q.63-68)

Documenta estratigraficamente a totalidade da área intervencionada, registando a sucessão dos estratos desde a superfície do terreno à rocha de base, na qual assenta em praticamente toda a extensão, com excepção parcial das Q. U66 e 67, onde a escavação foi interrompida para não debilitar estruturalmente o muro noroeste do 1º vestíbulo do edifício. Apresenta um ligeiro pendor no sentido norte/sul registando uma oscilação de cota de 2,38 m desde a face superior norte ao limite inferior sul. Revela uma espessura relativamente homogénea acompanhando o perfil do terreno que é coincidente com o da rocha de base (Est. II).

**00** – Estrato de espessura uniforme com ligeiro espessamento na face sul a partir da depressão registada na superfície do terreno na Q.U67, onde se verifica maior concentração de pedras de derrube, eventualmente pertencentes ao muro nordeste do 1º vestíbulo do edifício. Na Q.U67 assenta directamente sobre a estrutura que delimita o vestíbulo, interrompendo o estrato 01, que no corte oponente não se documenta. Camada composta por terra compacta com abundante matéria orgânica, de textura levemente argilosa. Abundante pedra miúda proveniente da desagregação do granito e alguma cerâmica comum e de construção, muito fragmentada. Corresponde a um largo período cronológico que abarca a Fase III, IV, IVa, V e VI. Regista ainda a presença esporádica de blocos de quartzo leitoso de média dimensão.

**01** – Camada de terra de compactação média, de textura pouco argilosa e material orgânico. Espessura uniforme com excepção da área onde o muro noroeste do vestíbulo se integra no corte. Na extremidade sul, em parte da Q.U67, e integralmente na Q.U68, assenta directamente sobre o afloramento granítico revelando na sua face inferior maior concentração de materiais provenientes da desagregação da rocha de base. Nesta área, que compreende a face externa do edifício, apresenta maior concentração de pedra. Conserva alguns materiais arqueológicos, designadamente cerâmica de construção e cerâmica comum de grande amplitude cronológica, maioritariamente de pequena dimensão e muito erosionada. Constitui uma camada de deposição natural que agrega elementos relativos à destruição do edifício.

**02** – Desenvolve-se em todas as quadrículas a norte da estrutura do vestíbulo, correspondendo à face exterior do edifício. Apresenta uma espessura relativamente uniforme que oscila entre 15 e 20 cm. É formada por terra negra, muito argilosa, com abundantes carvões de pequena dimensão de compactação média/alta. Na face inferior, nos locais em que assenta directamente sobre o afloramento (Q.U63, U64, e parte da Q.U65), regista maior concentração de material de desagregação do granito, assim como uma elevada concentração de pedras de pequeno e médio calibre. Na face sul da Q.U65, onde se concretizou a instalação da canalização, apresenta menor espessura devido à formação de duas bolsas (02A/02B) resultantes da circulação de água. Encontra-se delimitada a sul pela estrutura que compreende o limite do 1º vestíbulo. Os materiais arqueológicos identificados são essencialmente compostos por cerâmicas muito fragmentadas e roladas, de ampla cronologia que compreende as Fases III, IV e IVa. Regista-se a presença muito significativa de blocos de diferente calibre de quartzo leitoso, nomeadamente nas quadrículas superiores, depositadas directamente sobre o afloramento ou nos seus interstícios. Trata-se de uma camada que documenta o momento posterior ao abandono da estrutura, cuja formação terá ocorrido durante um período relativamente prolongado de tempo.

**02a** – Bolsa de argila de elevada plasticidade muito compacta. Resulta da acumulação de sedimentos sobre a canalização. Eventualmente, estará relacionada com o primeiro momento de colapso da instalação, correspondendo a sua formação ao momento posterior da sua desactivação. Desenvolve-se na face superior da canalização, com ligeira projecção para sul. Não revelou qualquer tipo de espólio arqueológico.

**02b** – Bolsa de terra negra, muito argilosa, com abundantes carvões de compactação média/alta. Não revelou qualquer tipo de espólio arqueológico.

**03** – Camada de deposição natural formada após a desactivação da estrutura. É composta por uma espessa camada de terra de coloração muito escura, relativamente compacta, de textura muito argilosa, onde se verifica a presença de carvões de pequena dimensão. Desenvolve-se exclusivamente na área compreendida entre a canalização e a face exterior da parede que delimita a face nordeste do 1º vestíbulo do edifício. Assenta parcialmente sobre o afloramento granítico desde o limite sul da canalização até meio da Q.U66. A espessura é variável verificando-se uma maior expressão na face norte, em particular na área em que o afloramento apresenta um declive mais acentuado. Conserva alguns elementos pétreos na face superior associados a espólio cerâmico de época romana e medieval facto que permite aventar a hipótese do espaço ter sido utilizado ao longo de uma ampla cronologia, designadamente como área de captação de água que, hipoteticamente, ter-se-á mantido muito para além do funcionamento da estrutura original.

**03a** – Camada de terra argilosa e saibrenta de elevada compactação resultante da desagregação do granito e da deposição de sedimentos pela acção da água. Na face norte assenta sobre o afloramento encontrando-se por intervirer na restante área. Está definido pelo afloramento a norte e pela estrutura sudoeste do 1º vestíbulo. A sua espessura é relativamente uniforme apresentando uma largura ligeiramente superior na parte central. Não foram recolhidos materiais arqueológicos, registando-se apenas uma concentração de pedras na face norte do estrato.

### **Corte estratigráfico longitudinal leste B-B' (Q. 63-68)**

Regista integralmente a realidade estratigráfica da área intervencionada, documentando a sucessão dos estratos desde a superfície do terreno à rocha de base. Estrutura-se em 3 layers fundamentais, considerando-se a existência de uma pequena bolsa na camada 01 (01A) e duas na camada 03 (03 A e 03B). Desenvolve-se ao longo da vala de sondagem acompanhando o perfil do terreno que revela uma diferença de cota de cerca de 80 cm entre a face norte e a extremidade sul. Regista a sequência estratigráfica do tanque identificado no interior do átrio, assim como da estrutura que corresponde ao muro da face noroeste do 1º vestíbulo, sobre o qual se encontraria implantada a canalização de abastecimento do tanque (Est. III).

**00** – Camada de terra compacta com abundante matéria orgânica, de textura levemente argilosa, com pedra miúda resultante da desagregação do granito e alguma cerâmica comum e de construção muito fragmentada. Na área envolvente à estrutura que configura o muro oeste do 1º vestíbulo do edifício revela maior concentração de pedra de derrube tanto a norte como a sul. Desenvolve-se ao longo de toda a vala de sondagem. Apresenta uma espessura homogénea, revelando apenas um aumento da espessura nas quadrículas da extremidade sul (U68, U69), onde o pendor de inclinação do terreno diminui revelando uma maior acumulação na face leste. Corresponde a uma camada de deposição natural.

**01** – Camada de terra de compactação média, de textura pouco argilosa, com abundante material orgânico. Espessura uniforme com estreitamento significativo na face norte da Q.U65, onde o afloramento revela um ressalto significativo. Também na zona intermédia da Q.U66, que corresponde à área onde o muro da face oeste do vestíbulo se integra no corte, revela uma diminuição de espessura, sem que, no entanto, se interrompa. Apresenta alguns materiais de construção e cerâmicas comuns de grande amplitude cronológica muito fragmentadas e roladas. Constitui a camada que agrega os elementos relativos à destruição do edifício, designadamente os materiais de alvenaria que o compunham. A partir do limite sul do tanque assenta directamente sobre o afloramento.

**01a** – Corresponde a uma bolsa que se desenvolve ao longo da Q.U65 e da face norte da Q.U66, encontrando-se balizada entre o ressalto do afloramento granítico e a estrutura que configura o muro oeste do 1º vestíbulo. Documenta uma área de acumulação de sedimentos relacionada com o funcionamento da canalização de abastecimento do tanque identificado a sul da estrutura perimetral do vestíbulo, à qual, aliás, se sobrepõe em parte. Desenha uma camada estreita, de espessura uniforme e perfil descendente. É composta por terra muito argilosa com abundantes areias de aspecto ferruginoso. Atendendo ao funcionamento da nascente ainda hoje se encontra permanentemente embebida em água, correspondendo ao limite inferior da face superior da canalização.

**02** – Desenvolve-se em todos os quadrados a norte da estrutura do 1º vestíbulo, apresentando uma espessura irregular, que oscila entre 5 e 15 cm, assumindo no interior do tanque uma espessura significativamente superior. É composta por uma terra negra, muito argilosa, com abundantes carvões de pequena dimensão, de compactação média alta. Na face inferior assenta directamente sobre o afloramento registando uma maior concentração de material de desagregação do granito. Os materiais arqueológicos associados são compostos por cerâmicas de diferente natureza e cronologia, apresentando-se geralmente muito fragmentados e rolados. Merece particular atenção a presença muito significativa de blocos de diferente calibre de quartzo leitoso, nomeadamente nas quadrículas superiores. No interior do tanque a camada apresenta-se nivelada pela face superior das lajes revelando uma espessura que ronda os 40 a 50 cm. Regista espólio cerâmico numeroso e bem conservado. A camada é interrompida na face sul a partir da laje exterior do tanque. Trata-se de uma camada que documenta o momento posterior ao abandono da estrutura, cuja deposição terá ocorrido durante um período relativamente prolongado de tempo.

**03** – Constitui a primeira camada de deposição natural após a desactivação da estrutura. É composta por uma espessa camada de terra de coloração muito escura, relativamente compacta e textura muito argilosa, onde se verifica a presença muito significativa de carvões de pequena dimensão. Assenta parcialmente sobre a laje que cobre o fundo da estrutura e na face sudeste sobre a camada de argila. Conserva alguns elementos pétreos que, eventualmente, integrariam a estrutura e que se depositaram imediatamente após colapso da instalação. Conserva algum espólio cerâmico de época romana e medieval, que permite considerar a possibilidade da utilização do espaço ao longo de uma ampla cronologia, designadamente como área de captação de água.

**03a** – Bolsa de areia de pequena dimensão que configura uma deposição intermédia entre as argilas do fundo e a camada que documenta o momento subsequente à desactivação da estrutura.

**03b** – Bolsa composta de argila muito compacta de elevada plasticidade. Corresponderá, eventualmente, ao primeiro momento de degradação da instalação documentando a sua formação o colapso do revestimento das juntas das lajes que, em alguns casos, se conservou *in situ*, e que se terá depositado imediatamente à desactivação da instalação. Ocupa apenas parcialmente o fundo do tanque.

## Materiais

O espólio arqueológico recolhido é essencialmente composto por cerâmica, registando-se, de forma esporádica, o aparecimento de alguns metais e utensilagem lítica. Globalmente, a cerâmica apresentava-se muito fragmentada e rolada, tendo sido resultado de deposições esporádicas, em conformidade com a especificidade das áreas intervenionadas, que não constituíam espaços habitacionais, áreas detriticas ou vertedouros. A cerâmica indígena, que constitui o acervo mais significativo, pode dividir-se em dois grupos -o primeiro, constituído por formas de reduzida dimensão cujas pastas apresentam tonalidades mais claras, resultantes de cozeduras oxidantes; o segundo integra formas de média dimensão com grande variabilidade de pastas nas quais os elementos nãoplásticos predominantes são a mica, o quartzo e, em menor quantidade, feldspatos. As formas representadas são essencialmente potes de perfil em S, talhas de média dimensão, painéis de asa interior e, em menor percentagem, copos e púcaros. Os seus acabamentos são relativamente grosseiros e de fraca qualidade. Os materiais romanos, também presentes, são constituídos por cerâmicas de construção, comuns e de importação, nomeadamente ânforas e sigillata hispânica. A cerâmica medieval integra as Fases V/VI sendo constituída, fundamentalmente, por produções locais ou regionais, formando um conjunto bastante uniforme ao nível tecnológico, do qual se distinguem claramente dois grupos. O primeiro, de fabrico mais grosseiro, é formado por cerâmicas de armazenamento, sobretudo por potes de perfil em S e bordo em forma de aba. As pastas são mal depuradas de aspecto arenoso e friável. O acabamento, muito rudimentar, é essencialmente elaborado por um alisamento incipiente. As decorações, pouco frequentes, são maioritariamente compostos por cordões aplicados ao nível do bordo, com depressões de perfil oval ou motivos puncionados na área do bojo ou nas asas. O segundo grupo, de fabrico mais cuidado, integra uma produção de expressão regional. Este tipo de cerâmicas, vulgarmente designado por cerâmica do Prado, encontra-se bem documentado. Trata-se de um fabrico muito característico quer pelos rasgos morfológicos e decorativos quer pela tecnologia de fabrico e constituição das pastas. Ao nível da forma são peças particularmente elaboradas e profusamente decoradas revelando, invariavelmente, a conjugação de vários motivos – perfurações, cordões aplicados, motivos incisos, golpeados, cintas verticais entre outros. Os materiais cerâmicos de construção são compostos essencialmente por telha de meia cana.

## Síntese

Os balneários castrejos constituem construções de superior relevância cultural, quer pela sua expressão arquitectónica, quer pelo papel que desempenhavam na estrutura da sociedade castreja. Estes edifícios, genericamente

datados da última fase desta cultura, correspondem a um momento de esplendor social, económico e cultural que se reflecte de forma exuberante na organização estrutural e arquitectónica dos povoados, designadamente no ordenamento proto-urbano que alguns conheceram, no qual se torna patente o propósito de estruturação hierárquica e organização do espaço, na imponência das estruturas defensivas e nas múltiplas expressões artísticas patentes, nomeadamente a escultura e a ourivesaria. A descoberta de mais um exemplar deste tipo de complexo arquitectónico, integrado num núcleo já de si numeroso e significativo, constitui um contributo relevante para a compreensão do horizonte cultural, político e religioso, em que se concretiza o seu auge civilizacional que terá resultado de um processo endógeno de desenvolvimento civilizacional e cultural que assimila várias influências, mas cuja identidade e originalidade prevalece e se desenvolve à margem do processo de romanização do território.

## Referências Bibliográficas

### Abreviaturas -Instituições

CMPF	Câmara Municipal de Paços de Ferreira
CMST	Câmara Municipal de Santo Tirso
CMVNF	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
CM	Carta Militar
DRA	Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho
FAO	Food and Agriculture Organization
FLUP	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
MMAF	Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso
MNA	Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa
Pad	Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso
SCE	Serviços Cartográficos do Exército

### Abreviaturas – Referências documentais

Censual	Censual do Cabido da Sé do Porto, Porto 1924
DR	AZEVEDO, Rui -Documentos medievais portugueses. Documentos régios I, Lisboa, 1958-1961.
DP	Documentos Particulares. Documentos Medievais Portugueses, Lisboa, 1940.
DC	Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et Chartae (Olisipone, 1867).
L. Velho I	Livros de linhagens. Livro Velho 1, Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, Lisboa, 1961.

### Bibliografia

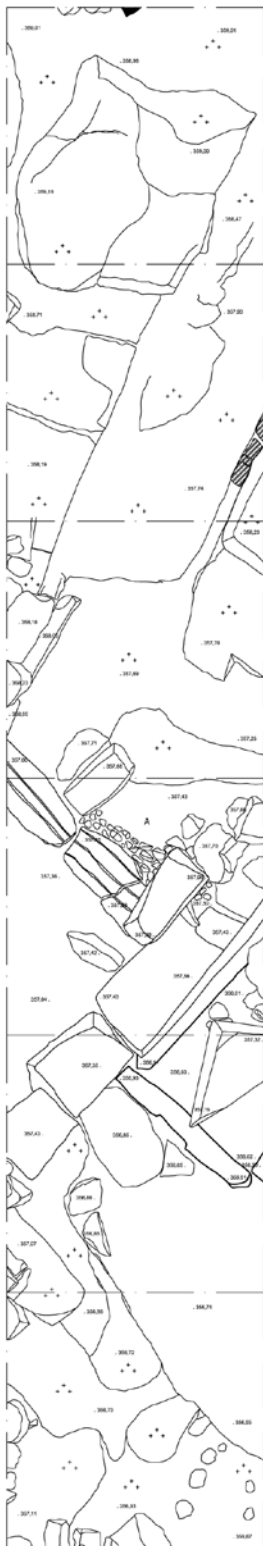
- ALARCÃO, Jorge  
(1988) – *Roman Portugal*, Warminster, England, vol. I, II, Fasc. 1, Lisboa.
- ALMAGRO GORBEA, M.; ÁLVAREZ SANCHÍS, J. R.  
(2003) – La “sauna” de Ulaca: saunas y baxos iniciáticos en el mundo céltico, *Cuadernos de arqueología de la Universidad de Navarra*, 1, Navarra, pp. 177-232.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado  
(1996) – *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, VII volumes, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, FLUP, policopiado, Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira  
(1974) – O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 149-172.
- ARGAIZ, Gregorio  
(1675) – *La soledad Laureada por San Benito y sus hijos en las Iglesias de España*, t. III, Teatro monástico de la provincia Bracarense, Alcalá.



- ARGOTE, J. C.  
(1732-34) – *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*, 4 vol., Lisboa.
- BELLIDO, A. Garcia y  
(1968) – Câmara funerária de la cultura castreña, *Revista de Guimarães*, 76 (1-2), pp. 5-24
- CARDOZO, Mário  
(1928) – A Pedra Formosa, *Revista de Guimarães*, 38, Guimarães, pp. 139-152.  
(1929) – A Pedra Formosa, *Revista de Guimarães*, 39, Guimarães, pp. 87-102.  
(1932) – A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa», Guimarães.  
(1935) – Possível identificação do primitivo local da «Pedra Formosa» na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 45(3-4), Guimarães, pp. 150-153.  
(1949) – Nova estela funerária do tipo da «Pedra Formosa», *Revista de Guimarães*, 59 (3-4), Guimarães, pp. 487-516.  
(1951) – Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento, *Revista de Guimarães*, 61 (1-2), Guimarães, pp. 5-28.  
(1960) – Cartas de Ricardo Severo para Martins Sarmento, *Revista de Guimarães*, 70 (1-2), pp. 5-20.  
(1985 = [1935]) – *Catálogo do Museu Martins Sarmento, 1ª parte: Secção lapidária e de escultura*, Guimarães.
- CENTENO, Rui Manuel Sobral  
(1987) – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.
- CORREIA, Francisco Carvalho  
(2004) – A Capela do senhor do padrão, Monte Córdova. Elementos para a sua história, *Jornal de Santo Thyrsó*, 5 de Março de 2004, Santo Tirso.  
(2004) – Para a História do Património artístico do concelho de Santo Tirso. A capela do senhor do Padrão (Monte Córdova), *Página Literária de Cultura Tirsense*, n.º 159, *Jornal de Santo Thyrsó*, 2004 Santo Tirso.
- CORTEZ, F. R.  
(1948) – Actividade arqueológica de Portugal durante 1947, *Archivo Español de Arqueología*, 21 (72), pp. 269-281
- COSTA, D. António Carvalho da  
(1706) – *Corografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa.
- COUSELO, Jesús Ferro  
(1973) – Monte Córdova, priorado de San Rosendo de Celanova em Portugal, Boletim Auriense, III, Arquivo Histórico Provincial de Orense, *El pleito de Celanova com la Ordem de Cristo*, Livro n.º 354, pp. 7-13.
- CRAESBEECK, F. X. S.  
(1992) – Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726, 1, Ponte de Lima, pp. 44-45.
- CUEVA, Fray Benito de la  
(1991) – *Historia de los monasterios y priorados anejos a Celanova*, edición, notas e índices por María Teresa Gonzalez Balasch, introducción por José Ignacio Fernández de Viana y Vietes, Granada.  
(2007) – *Celanova Ilustrada y Anales de San Rosendo*, Textos, edición y notas de Miguel Angel González Garcia, José Ramón Hernández Figueiredo e Manuel Ángel Pereira Soto, Cambados.
- CUNHA, D. Rodrigo  
(1623) – *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 2ª parte, Porto.
- DIAS, Lino Augusto Tavares  
(1997) – *Tongobriga*, Lisboa.
- DINIS, António Pereira  
(1993) – *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, FLUP, Porto (Tese de mestrado, policopiado).  
(2002) – O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia de Entre-Douro-e-Minho, *Mínia*, 3ª Série, 10 Braga, pp. 159-179.
- ESTAÇO, Gaspar  
(1625) – *Várias antiguidades de Portugal*, Lisboa.
- FAO  
(1976) – A Framework for Land Evaluation, *FAO Soils Bulletin*, 32, Roma.  
(1983) – Guidelines: Land Evaluation for Rainfed Agriculture, *FAO – Soils Bulletin*, 52, Roma.
- FARTO, J. Angel Acuña  
(2000) – Propuesta de conservación para la estación arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2 – 3, 2ª Serie, Porto, pp. 65-76.
- FERNANDES, R. M. Rosado  
(1996) – *De Antiquitatibus Lusitaniae*, (Tradução e comentário de R.M. Rosado Fernandes), Lisboa.
- HÜBNER, Emílio  
(1879) – Citânia, *Archeologica Artistica*, 1 (5), p. 19.  
(1880) – Citânia, Altherthümer in Portugal, *Hermeszeitschrift für Classische Philologie*, Berlin.

- IGLESIAS, Miguel Anxo Araújo  
(1999) – *San Rosendo, Bispo e Fundador*, Parroquia de San Rosendo e Concello de Celanova.
- LAMAS, M. Chamoso  
(1955) – Santa Mariña de Aguas Santas (Orense), *Cuadernos de Estudos Gallegos*, 10(30), Santiago de Compostela, pp. 41-88,
- LEAL, A. Pinho; FERREIRA, A.  
(1873-1928) – *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 12 vol(s).
- LEMOS, Francisco Sande; LEITE, J. M. F.; BETTENCOURT, Ana M. S.; AZEVEDO, M.  
(2003) – O balneario pré-romano de Braga, *Almadan*, II Série, 12, Almada, pp. 43-46.
- LIMA, Joaquim Alberto Pires de Lima  
(1948) – *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*; vol. III, Junta Provincial do Douro Litoral, Porto.
- MACHADO, João  
(2005) – *Outeiro do Castro (Vale de S. Cosme, Vila Nova de Famalicão)*, CD-ROM, CMVNF, Vila Nova de Famalicão.  
(2005a) – *Balneários castrejos no Norte de Portugal: Algumas considerações*, FLUP, Seminário de Projecto (Policopiado), Porto.
- MARTINS, Manuela  
(1985) – Sondagens arqueológicas no Castro de Monte Padrão em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, Série II (2), Braga, pp. 217-230.  
(1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia – Monografias, n.º 5, Braga.
- MELO, Maria do Rosário  
(2004) – A capela do senhor Jesus do Padrão. Elementos para o conhecimento do Património Religioso do concelho de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 2-3, Porto, pp. 95-100.
- MOREIRA, Álvaro Brito  
(1991) – A estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, CMST, Santo Tirso, pp. 28-34.  
(1997) – Vidros Romanos do Noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelos, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, 2ª Série, Santo Tirso, pp. 13-82.  
(1997a) – Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso. Uma placa esmaltada proveniente da estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, 2ª série, Santo Tirso, pp. 83-87.  
(2005) – A origem romana da cidade de Santo Tirso, *Escola Secundária de Tomaz Pelayo – 50 anos da sua história*, Santo Tirso, pp. 9-25.  
(2005a) – O castro do Monte do Padrão. Património e Identidade, *Actas do colóquio “O castro: um lugar para habitar”*, Penafiel, 5 e 6 de Novembro de 2004, *Cadernos do Museu*, 11, Penafiel, pp. 255-276.  
(2005b) – *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze final ao fim da Idade Média*, Vila da Feira.  
(2006) – *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze Final ao fim da Idade Média*, Santo Tirso, CMST, Santa Maria da Feira.  
(2006a) – O castro do Monte do Padrão. Estudo, valorização e musealização, CD, Edição bilingue, Porto.  
(2007) – *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção arqueológica*, CMST, Santa Maria da Feira.  
(2008) – Castro do Monte do Padrão. Projecto de Estudo, Valorização e Dinamização, *Actas do Seminário – Castrenor “A cultura Castrexa: Acciões e estratexias para o seu aproveitamento sócio-cultural”* Mondariz, Pontevedra, 22 e 23 de Xuxo 2006, Santiago de Compostela, 2008, pp. 129-145.  
(2009) – A ocupação medieval do castro do Padrão. A igreja e o Mosteiro de Monte Córdova, *Monte Córdova, Santo Tirso. Elementos para uma Monografia*, Braga, pp. 9-93.  
(2009a) – La ocupación medieval del castro de Padrão. La iglesia y el monasterio de Monte Córdova, *Actas del Congreso Internacional, “Rudesindus. S. Rosendo. Su tiempo y su legado”*, Mondoñedo, Santo Tirso (Portugal) y Celanova, 27-30 de Junio, 2007, Santiago de Compostela, pp. 160-175.  
(2010) – *Castellum Madiae*. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela (policopiado), Santiago de Compostela.  
(2010a) – O Monte Padrão no quadro do povoamento medieval entre Douro e Minho, *Rudesindus – Pastor Egrégio, Monge piedoso, defensor do solo pátrio*, Porto, pp. 215-317.
- MOREIRA, Álvaro de Brito; CORREIA, Francisco Carvalho  
(2011) – *Santo Thyrsos de Riba D’Ave*. Notas e Comentários, Santo Tirso.
- PARENTE, J.  
(2003) – *O castro de S. Bento (Concelho de Vila Real) e o seu ambiente arqueológico*, Vila Real.
- PIMENTEL, Alberto  
(1902) – *Santo Thyrsos de Riba D’Ave*, Santo Tirso.

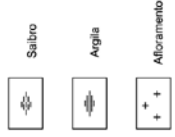
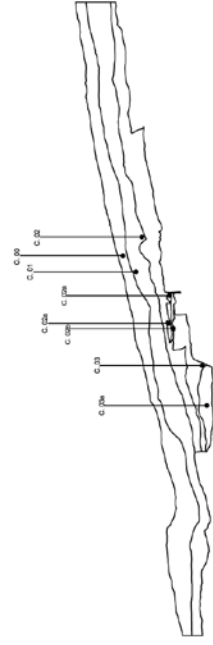
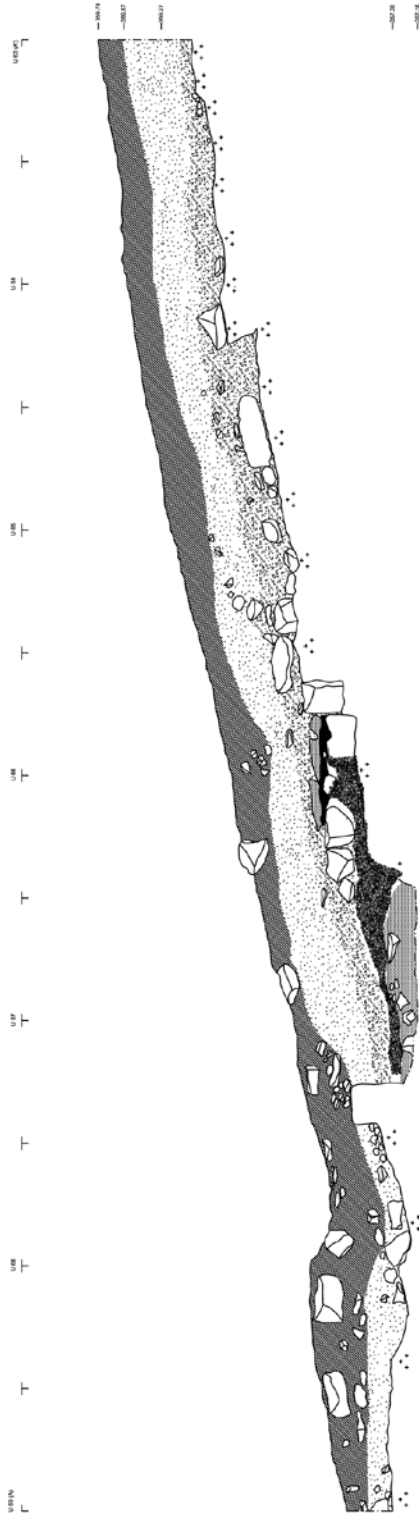
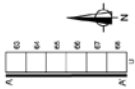
- PINHO, M. R. M.  
(1947) – Elementos para a história de Castelo de Paiva, Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Esposende, pp. 50-53.
- PONTE, Salete  
(1984) – Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro, *Lucerna*, Porto, pp. 111-114.
- QUEIROGA, Francisco  
(1992) – *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*, (Tese de doutoramento), policopiado, Oxford.
- QUEIROGA; Francisco Reimão; DINIS, António Pereira  
(2008-2009) – O balneário castrejo do Castro das Eiras, *Portugália*, Nova Série, vol. XXIX-XXX, Santa Maria da Feira, pp. 139-147.
- RESENDE, André  
(1593) – *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Lisboa.
- RIBEIRO, F.  
(1930-34) – Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 40(3-4), 1930, pp. 171-175; 44 (3-4), 1934, pp. 205-208.
- SANTARÉM, Carlos Faya  
(1951) – O castro de Monte Padrão, *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. 1, (1), Santo Tirso, pp. 49-66.  
(1955) – O castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54, *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. 3 (4), Santo Tirso, pp. 397-429.
- SARMENTO, Martins  
(1879) – Arte pré-romana, *O Occidente*, 2, Lisboa, p. 157.  
(1906) – Materiais para a archeologia do concelho de Guimarães, *Revista de Guimarães*, 23(1), pp. 41-51.  
(1999 = [1880]) – *Antiqua*, SMS, Guimarães.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira  
(1983) – *Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*, Paços de Ferreira.  
(1983-1984) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugália*, Nova Série, 3-4, (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), Porto, pp. 121-129.  
(1986) – *Cultura castreja no noroeste de Portugal*, CMPF, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.  
(1995) – A evolução do habitat castrejo e o processo de Proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C., RH-FLUP, Porto, pp. 505-546.  
(2007) – *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão* (Coord.). Vila Nova de Famalicão.  
(2007a) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira; MACHADO, João  
(2007) – Banhos castrejos do Norte de Portugal, *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão* (Coord. Armando Coelho Ferreira da Silva). Vila Nova de Famalicão, pp. 21-62.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira; MACIEL, Tiago  
(2005) – Balneários castrejos do Noroeste peninsular. Notícia de um novo monumento do castro de Roques, *Portugália*, Nova Série, 25, Porto, pp. 115-131
- SILVA, J. P. N.  
(1876) – Esculptura romana conhecida pelo nome de Pedra Formosa, achada em Portugal, e o que ella representa, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 2ª Série, 9, Lisboa, p. 136.
- TOMÁS, Frei Leão de S.  
(1651) – *Benedicta Lusitana*, Coimbra = Fac-simile, Lisboa 1974, 2 vols.
- VALDEIRAS, Manuel Garcia  
(1997) – En defensa da musealización da estación arqueolóxica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, n. 1º, 2ª Série, Porto, pp. 131-137.
- VALVÍS, F. Conde  
(1955) – Las termas romanas de la «Cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas, III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia, 1953), Zaragoza, pp. 432-446.
- VASCONCELOS, José Leite  
(1905) – *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa.



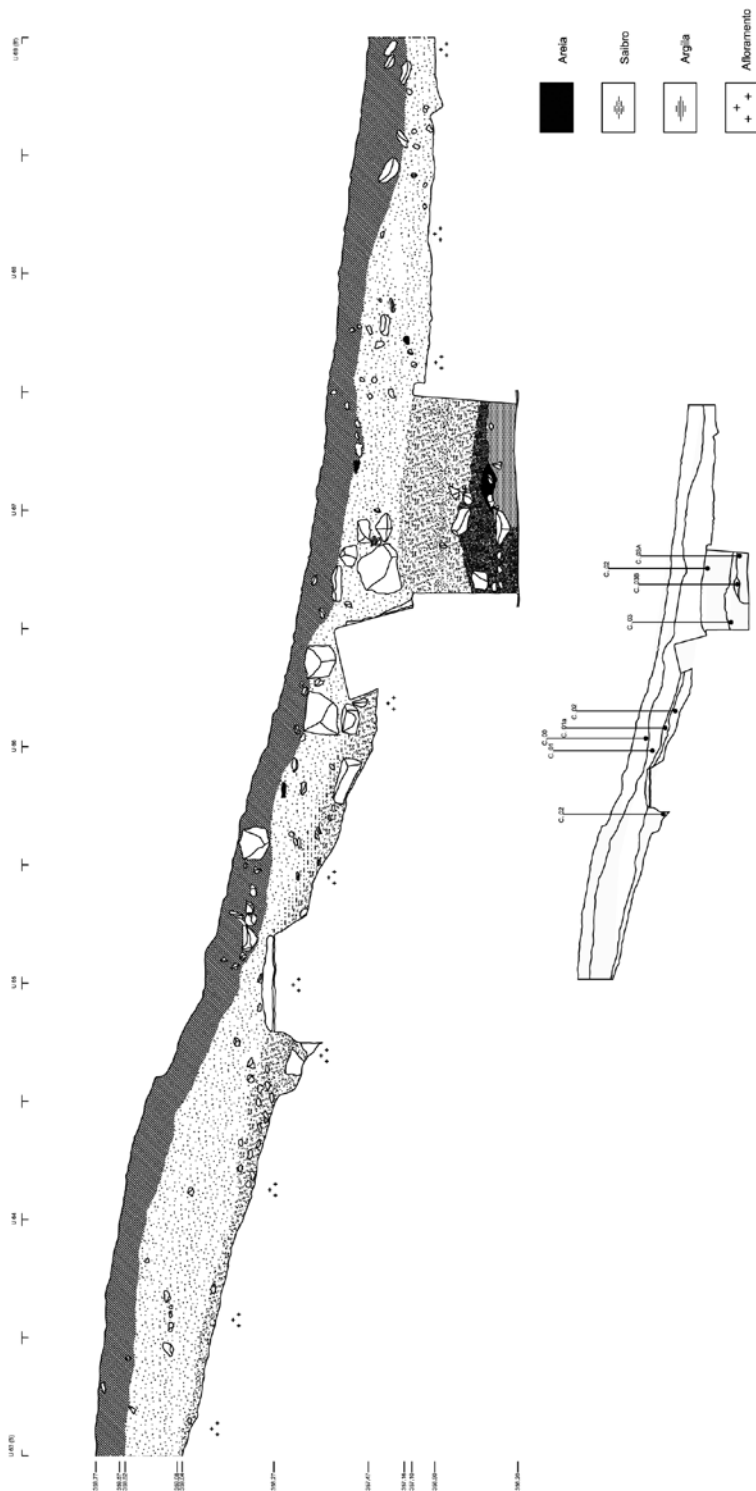
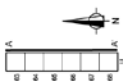
Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso  
Monte Padrão 2007 (Pad. 07A)  
Sondagem 3  
Levantamento planimétrico  
Esc.: 1:50

-  Cerâmica
-  Quartzito
-  Afloramento
-  Saibro argiloso

Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso  
 Monte Padrão 2007 (Pad. 07A)  
 Sondagem 3  
 Corte estratigráfico longitudinal oeste  
 Esc.: 1:50



Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso  
Monte Padrão 2007 (Pad. 07A)  
Sondagem 3  
Corte estratigráfico longitudinal leste  
Esc.: 1:50



Est. IV



Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso  
Monte Padrão 2007 (Pad. 07A)  
Balneário castrejo - Proposta interpretativa

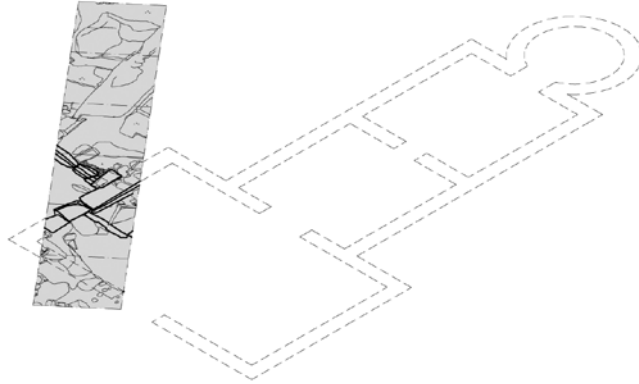


Fig. 1 - Esquema de implantação do edifício sobre a planta da área intervencionada

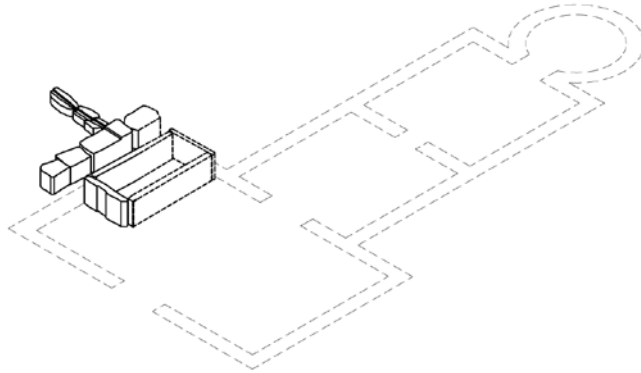


Fig. 2 - Extrusão dos elementos identificados sobre o esquema de implantação do edifício

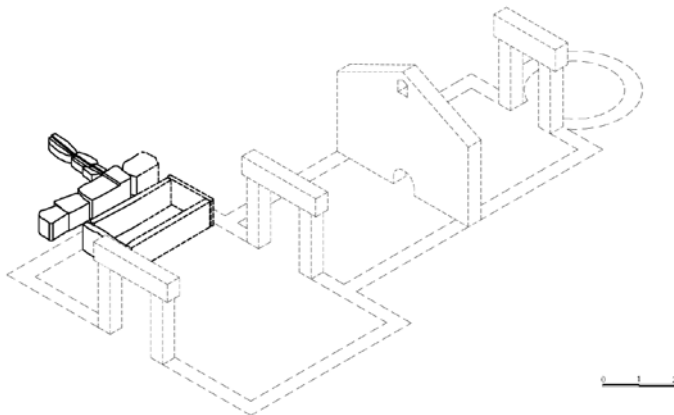


Fig. 2 - Extrusão dos elementos identificados sobre o esquema de implantação do edifício com representação dos eventuais elementos estruturantes

Est. V

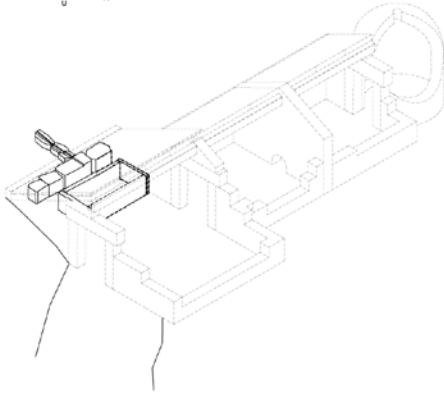
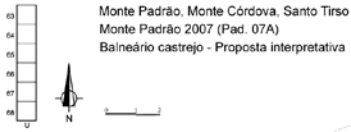


Fig. 1 - Proposta de modelação dos elementos estruturais do edifício em função dos vestígios conhecidos e dos paralelos regionais

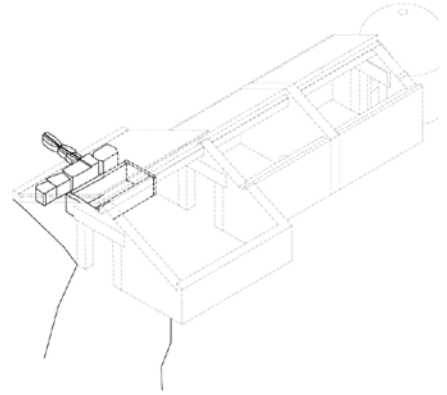


Fig. 2 - Modelação da conformação e articulação dos diferentes vestibulos

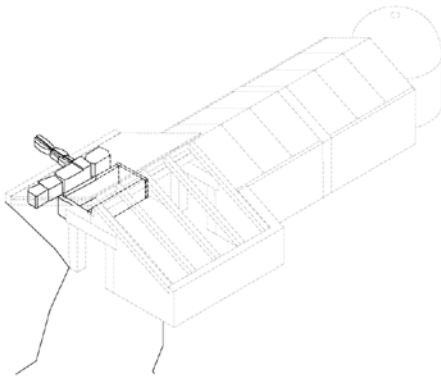


Fig. 3 - Modelação com ensaio de articulação do suporte de cobertura dos diferentes vestibulos

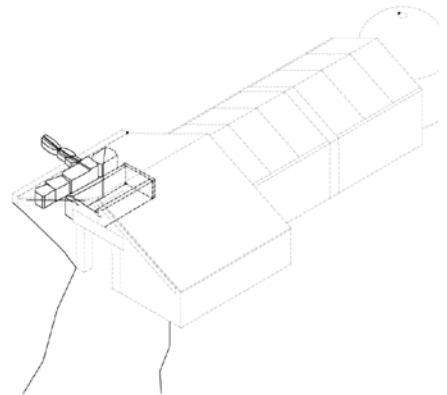


Fig. 4 - Modelação da cobertugal integral dos diferentes modulos do edificio

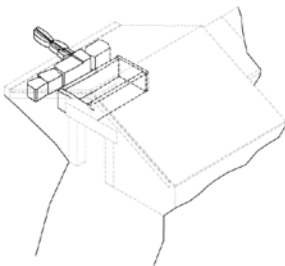


Fig. 5 - Aspecto final da construção em função da necessidade da consolidação da estrutura por compressão e de isolamento térmico.





1 – Vista geral do local de implantação do balneário castrejo do Monte Padrão



2 – Pormenor da canalização de abastecimento do balneário numa fase intermédia da escavação.



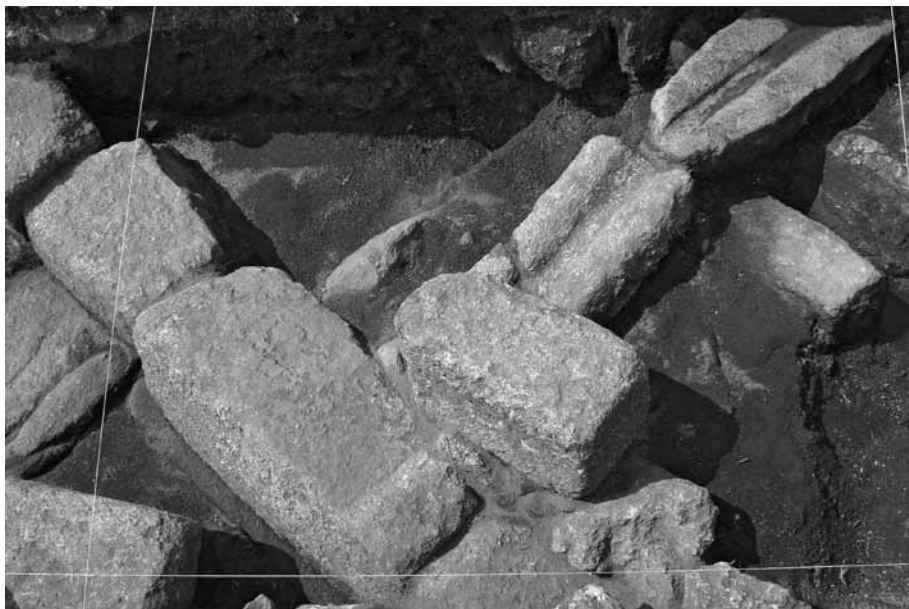
1 – Vista geral da vala de sondagem após a identificação dos elementos estruturantes do edifício.



2 – Pormenor do muro perimetral do átrio e a sua articulação com o tanque e respectiva canalização de bastecimento de água



3 – Pormenor do assentamento da primeira fiada do muro oeste do átrio sobre a lage longitudinal do tanque.



1 – Pormenor dos elementos estruturais (canalização, muro perimetral oeste, tanque) identificados durante o processo de escavação.



2 – Vista geral da área intervencionada.



1 – Pormenor da fase final da escavação.



2 – Pormenor do interior do tanque onde é visível o afloramento que configura o fundo.



2 - Pormenor do enchimento do tanque após a finalização da escavação no qual é visível o elevado grau de estanqueidade e a operacionalidade do sistema de abastecimento de água.



# Projecto de valorização, reabilitação e conservação das termas romanas de S. Pedro do Sul

## Programa de trabalhos, metodologia e conceito de intervenção

por João Mendes Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** O projecto de valorização, reabilitação e conservação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul tem como base ideológica a recuperação do edifício classificado, propondo a intervenção mínima necessária para a utilização, visita e percepção do edifício. Esta processa-se ao nível da adaptação dos espaços, procurando sugerir o ambiente romano, através da escala, da luz e da presença da água, como elementos primordiais para uma melhor apreensão e compreensão da época romana e da sua monumentalidade.

**Palavras-chave:** Conservação, Reinterpretação, Água, Memória

**Abstract:** The recovery, rehabilitation and conservation project of the Roman Baths of S. Pedro do Sul is based on the recuperation of a classified building and monument, aiming for the minimum intervention needed for the use, visit and comprehension of the building. This intervention is defined by the adaptation of the existing spaces, seeking to suggest the roman ambience, through the use of scale, light and water, as primary elements used for the understanding of the roman era and its monumentality.

**Key-words:** Conservation, Reinterpretation, Water, Memory

O projecto de valorização, reabilitação e conservação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul e respectivas dependências levanta algumas questões, que poderíamos chamar éticas, uma vez que se referem a princípios aplicáveis em operações semelhantes sobre qualquer tipo de intervenção no património construído. Este problema é tanto mais importante quando se trata de intervenções que tentam retirar o espaço edificado do silêncio, para lhe conferir outras valências funcionais, como acontece neste caso. Não temos dúvidas sobre a legitimidade de tais operações de reutilização, tantas vezes meios únicos de manter e conservar os edifícios. Temos, no entanto, dúvidas maiores quando os projectos de reutilização fazem prevalecer a forma para novos usos, sobre as estruturas preexistentes destruindo a integridade do conjunto, na sua coerência formal, compositiva e construtiva.

A posição que defendemos é a releitura, no lugar da intervenção, aceitando sobreposições e oposições estilísticas ou linguísticas, em que a preexistência é utilizada como matéria de projecto, como posição activa e culta que pode actuar, restaurando.

No entanto, esta metodologia geral é suficientemente flexível para permitir um método pessoal de relação com o desenho, com a teoria e a história, através de uma arquitectura desenhada, introspectiva, ligada ao sítio. A arquitectura faz-se por sugestão do que já existe fixo pela história: o presente contém o passado.

O primeiro passo é a análise do lugar, do edifício, da sua história e do seu significado histórico, artístico e sociocultural, da sua lógica formal e construtiva, da sua relação com a envolvente. É necessário compreender profundamente que edifício foi, compreender as sucessivas transformações a que foi sujeito e verificar a sua adequação ao programa proposto. Para compreender a história e a evolução arquitectónica deste conjunto patrimonial, contamos com o apoio científico dos técnicos do Igespar, cuja experiência profissional e cujos

<sup>1</sup> Arquitecto

estudos pluridisciplinares realizados sobre as Termas Romanas de S. Pedro do Sul se revelaram, com toda a certeza, essenciais à nossa própria intervenção.

Pretendemos seguir os princípios de restauro e de conservação do património construído definidos na Carta de Veneza<sup>2</sup>, aprovada em 1964, e consagrados no mais recente documento internacional – a Carta de Cracóvia<sup>3</sup> – em 2000, tendo como objectivo conservar e valorizar os valores estético e histórico do monumento, baseando-nos no respeito pela substância antiga do documento autêntico. O projecto deve, então, ser precedido e acompanhado de investigação pluridisciplinar científica que possibilite o profundo conhecimento do monumento.

Consideramos que as intervenções no património construído, seguindo os preceitos dos referidos documentos, devem basear-se no princípio da mínima intervenção, evitando-se a reconstrução dentro do estilo do edifício de partes inteiras do mesmo, sendo a reconstrução de partes limitadas apenas aceite a título excepcional e obrigatoriamente baseada em documentação indiscutível. Salienta-se, ainda, que se for necessário, para adequado uso do edifício, a incorporação de partes especiais e funcionalmente extensas, deve reflectir-se nelas a linguagem da arquitectura actual. Consideramos, com efeito, que o restauro acaba quando a hipótese começa, repudiando a falsificação dos documentos históricos e artísticos e valorizando a sua autenticidade. Deve, por isso, ser evidente o respeito por todas as contribuições válidas de todas as épocas na edificação de um monumento e o dever de se integrar harmoniosamente no conjunto os elementos destinados a substituir partes destruídas ou em falta, porém distinguindo-se com evidência das partes originais.

Cabe ao arquitecto ter a sensibilidade para, ao ler o edifício inserido no sítio, perceber o que está em causa – o modo e o tipo de intervenção – através dos quais faz uma síntese que acrescenta novos significados e utilidades (mais valias) ao existente sem o destruir ou anular.

No projecto de reabilitação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul são equacionados os seguintes parâmetros: a vocação do monumento, que se exprime pela abrangência territorial e pela caracterização disciplinar ou interdisciplinar; o programa científico, o conjunto de conteúdos que se pretende transmitir; o programa de reconstrução, tendo como ponto de partida uma ligação forte e assumida com os vestígios de fundação romana, o programa de recuperação, seleccionando as peças e testemunhos de acordo com a evolução e conteúdos do edifício.

A recuperação deste monumento obedece a um discurso claro, onde os aspectos arquitectónicos do edifício e o seu acervo artístico devem funcionar como uma elocução dentro desse discurso. Trata-se de um lugar capaz de criar âmbitos de encontro e de comunicação que cria espaços para a intensificação de uma experiência sensorial, onde o diálogo entre os visitantes e o Monumento se torna possível.

Tendo este projecto dois momentos distintos mas intrinsecamente relacionados, o restauro e reconstrução dos elementos e a remodelação necessária para a fruição do espaço (enquanto reinterpretção do espaço e enquanto edifício-museu), o trabalho a desenvolver apoia-se no seguinte princípio: o da transparência entre o existente e o novo, entre o passado e o presente. A marcação inequívoca entre dois tempos diferentes de intervenção passa pela utilização de uma linguagem inequivocamente contemporânea, que evita a sobreposição ao existente e que respeita a leitura actual do Monumento.

.....  
<sup>2</sup> CARTA DE VENEZA, Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS, Veneza, 1964

<sup>3</sup> CARTA DE CRACÓVIA, Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Conferência Internacional sobre Conservação, Cracóvia, Polónia, 26 de Outubro de 2000

No geral, a intervenção é desenhada em gestos simples. Utilizando a pré-existência como matéria de projecto, a nossa posição activa de intervenção é a valorização da leitura do edifício no seu todo, incluindo a nossa própria intervenção, deixando clara a sua evolução histórica.

A intervenção é adaptada às novas necessidades, conservando os valores que identificam e caracterizam o Monumento. Neste âmbito, propõe-se uma intervenção intensiva em significado e conteúdo, sobrepondo ao existente, valores actuais de mutabilidade e comunicação, conciliando informação e acção.

Em “O Tempo, esse grande escultor”<sup>4</sup>, Marguerite Yourcenar escreveu: “Os grandes amadores de Antiguidades restauravam por piedade, por piedade nós desfazemos a sua obra. Talvez nos tenhamos mais habituado à ruína e aos ferimentos. (...) Aceitamos mais facilmente que essa beleza separada de nós, abrigada em museus e não já em nossas casas, seja uma beleza morta. O nosso sentido do poético compraz-se nestas imperfeições; o nosso gesto pela arte abstracta faz-nos amar estas lacunas, estas fissuras que neutralizam de algum modo o poderoso elemento humano desta estatuária. De todas as modificações causadas pelo tempo, nenhuma afecta tanto as estátuas como a alteração do gosto daqueles que as admiram”. As atitudes históricas perante os monumentos, assim como o aparecimento em momentos determinados de correntes teóricas e práticas de conservação e restauro, são sempre diversas e determinadas por contextos específicos.

O nosso projecto assenta no conceito de conferir à ruína um significado. Quer como vestígio arqueológico, como matéria expositiva ou como matéria inacabada, susceptível de ser trabalhada, a ruína estará sempre associada a um novo conceito de ocupação do espaço.

A recuperação das Termas Romanas de S. Pedro do Sul antevê, assim, uma nova funcionalidade. É proposto um espaço diverso das sucessivas intervenções que este foi tendo ao longo dos anos, dotando-lhe um novo significado, enraizado e apoiado no espaço que se foi desenvolvendo.

Após uma análise às Termas e ao programa proposto, ressalva-se a necessidade de requalificar e dar novo uso e significado aos espaços existentes. Para estes espaços, a intervenção tem como objectivo a preservação das qualidades do Monumento e da sua envolvente, bem como a introdução de infra-estruturas necessárias à protecção, manutenção e fruição do edifício.

Actualmente, constata-se a não existência de rede de infra-estruturas. Deste modo, propomos dotar o edifício de uma nova concepção e disposição dos sistemas infraestruturais que dêem resposta aos novos mecanismos tecnológicos e sejam flexíveis. A rede de infra-estruturas não deve entrar em conflito com o edifício, por isso devem existir passagens com autonomia e passíveis de serem visitáveis (bem como manipuláveis, adaptáveis e modificáveis). Nesse sentido, propomos a concepção de pavimentos e paredes técnicas (espaços servidores) como soluções versáteis para a manipulação das redes infra-estruturais ajustáveis, recusando a solução tradicional de ocultar sistemas rígidos e inacessíveis de redes de cabos, tubos e condutas.

Na reabilitação das Termas Romanas propomos, sempre que possível, recuperar os sistemas construtivos. O restauro deve ser o mais fiel às técnicas tradicionais, recorrendo-se a soluções construtivas adequadas, de forma a não se perder a identidade e o significado histórico do edifício. Nas infra-estruturas necessárias ao cumprimento do programa, propõe-se a utilização de materiais actuais bem como sistemas construtivos diferentes, mas que respeitam a leitura actual do conjunto.

Num edifício-museu, o seu espólio é o próprio espaço e a sua evolução. O percurso do visitante coincide com o espaço e com as várias funcionalidades de que será dotado. O percurso é vital para que o visitante

.....  
<sup>4</sup> YOURCENAR, M. (2006) – *O Tempo, esse grande escultor*, Difel



possa sentir o espaço de uma maneira consciente e fazê-lo viver. Deste modo, propomos que o percurso e o espaço possam criar uma ligação íntima e física entre o visitante e o Monumento.

Entendemos que o visitante deve facilmente identificar no projecto e na construção os vestígios da época romana, de que remonta a fundação das Termas. Para tal, parece-nos essencial repor a altura original do edifício romano, entendendo o edifício como uma estrutura edificada completamente fechada.

Neste projecto, pretendemos que o elemento água volte a ser utilizado. A sua introdução relaciona-se com a tentativa de devolver à água o protagonismo que teve no edifício. A sua presença é imprescindível para a compreensão e leitura do que o espaço foi. No entanto, não existe a ideia de recriar o que existiu anteriormente, mas uma alusão à vivência quotidiana das Termas. O elemento água adquire uma conotação lúdica, visto cruzar-se com a história e a gravidade do edifício pré-existente, conferindo-lhe um novo significado e uma nova leitura.

Deste modo, propomos que seja recuperado o sistema de introdução e condução de água, permitindo que exista um movimento de água por todo o edifício, associado a uma ideia de percurso. O contacto da água com o público poderá permitir breves momentos de contemplação, reflexão e pausa na visita. Um destes momentos estará relacionado com a piscina dita de D. Afonso Henriques.

A água torna-se o objecto aglutinador dos diferentes espaços, quer na sua presença física, quer do ponto de vista histórico. Pretendemos que se estabeleçam relações a nível visual ou auditivo, indiciando percursos ou antevendo espaços. Deste modo, parece-nos importante tratar o edifício do ponto de vista acústico, contribuindo para uma diferente percepção mediante determinado(s) espaço(s), através de diversas intensidades de som.

O conceito de luz para um espaço desta natureza não se prende tanto com os procedimentos do “iluminar” antes com revelar os elementos aí existentes. A iluminação para este Monumento tem por intenção jogar com as características do edifício, de forma a tornar o mais invisível possível o seu suporte físico e ser capaz de indiciar os usos e memórias dos espaços.

Para tal, a intensidade da luz e o ritmo de colocação das luminárias não deve e não pode obedecer a um desenho de repetição e os suportes dos focos de luz devem ser tomados invisíveis. A colocação dos mesmos de uma forma que não desenhe um ritmo no lugar, permite um jogo aleatório de luz e sombra, sendo o espaço apreendido por este jogo e não pela marcação das fontes de luz. Por outro lado, deve-se resistir a pôr em evidência qualquer um dos lugares ou elementos do Monumento, permitindo que quem por ele caminhe se experimente.

A resolução do programa está inerente a uma reutilização contemporânea do edifício preexistente. A intervenção deve ser adaptada às novas necessidades, conservando os valores que o identificam e caracterizam.

Neste âmbito, propõe-se a leitura do edifício como dois volumes. No primeiro volume, a nascente, recupera-se a forma e dimensões originais, os sistemas construtivos e materiais tradicionais, bem como, os revestimentos exteriores e interiores. Recupera-se ainda a geometria da fachada, nomeadamente a métrica dos cheios e vazios e a escala dos vãos, através da reconstrução das paredes derrubadas pela cheia de 1995 e o telhado em falta (em continuidade com as águas existentes).

Quanto ao volume a poente, que constitui o edifício de origem romana, a opção é de manter a ideia de ruína associada a um novo conceito de ocupação do espaço e trabalhada quer como vestígio arqueológico, quer como matéria expositiva ou como matéria inacabada. Pretende-se estabelecer as condições necessárias para o usufruto deste espaço, assim como, para a presença sensorial da água. Aqui, o visitante poderá observar a

piscina interior da 2ª fase romana (P2), a piscina interior da 1ª fase romana (P3) e os antigos balneários com as suas banheiras no volume poente adjacente, onde também existem vestígios de piscinas romanas (P4 e P5).

A entrada no edifício faz-se pela ala nascente através de uma nova porta, rasgada a eixo da cumeeira do telhado, num alçado que reinterpreta de uma forma contemporânea o alçado que ruíu. No alçado nascente são propostas três aberturas, de acordo com o número e métrica existentes antes do derrubamento. Todas as janelas serão tratadas como um “buraco”, não sendo visível o caixilho em metal, enfatizando a leitura de ruína.

De maneira a permitir o acesso de pessoas de mobilidade condicionada ao interior do edifício, desenha-se uma rampa de acesso, associada a esta entrada. No interior instala-se a recepção (onde se inicia o percurso de visita à exposição percorrendo o eixo longitudinal do edifício), os sanitários e espaços de exposição.

Na recepção, o espaço é organizado por um balcão longitudinal em contraplacado. O pavimento, em madeira, apoia-se sobre uma estrutura metálica que o nivela com a cota do espaço da piscina P2. A poente, propõe-se uma parede de vidro, garantindo a visibilidade da piscina P3 e dos aparelhos verticais da época romana. A espessura/largura da parede romana que existiu é sugerida pela inscrição de expositores e vitrinas na caixilharia de vidro, ao nível da recepção e piso superior.

O programa funcional e expositivo localiza-se no lado nascente, visto tratar-se do corpo menos exposto a humidades constantes, facilitando a criação de condições para a conservação dos elementos expostos. A capela e o átrio que a antecede constituem o núcleo expositivo sobre a história genérica do edifício. Subindo ao coro e continuando pela nova sala de exposição no piso superior encontra-se o núcleo expositivo da história das termas. Desse espaço acede-se a uma varanda sobre a piscina interior (P2), sobre os antigos balneários e sobre o espaço onde se situava o antigo átrio romano. Através das janelas do alçado nascente é possível observar a piscina exterior P1 – a grande *natatio*.

Na capela e coro deverão ser restaurados e recuperados, sempre que possível, pavimentos, coberturas, elementos decorativos e revestimentos, nomeadamente os azulejos. A cobertura e o pavimento do segundo piso deverão ser reconstruídos com recurso a técnicas tradicionais. No que diz respeito às infra-estruturas, pretende-se colocá-las no pavimento, assim como, dotar o edifício de condutores técnicos verticais entre pisos, situando-os junto às instalações sanitárias.

O sector poente engloba parte do percurso da visita, centrada directamente nas piscinas interiores das termas. A intenção é de repor as águas quentes e frias de S. Pedro do Sul na piscina P2.

Visto que estes espaços serão expostos a humidades e temperaturas elevadas é conveniente criar um sistema de ventilação eficiente. A evacuação das condensações efectuar-se-á naturalmente através de novos vãos situados estrategicamente.

A sugestão da forma e escala do espaço romano é dada através da construção de uma abóbada em tijolo manual, que seguirá as marcas da abóbada romana nas paredes de topo. Esta vai ser fixa na estrutura da cobertura e não tocará nas paredes romanas. Desta forma, mais uma vez, a nova intervenção se destaca do existente.

De maneira a suggestionar o ambiente das termas romanas, é também introduzida iluminação superior através de um lanternim de secção redonda e forma cónica. Na face superior, o lanternim é inclinado para sul de maneira a captar mais luz para o interior do espaço. É através deste lanternim que também será feita a ventilação deste espaço.

Relativamente ao pavimento em volta da piscina principal P2, pretende-se a recuperação do existente. O percurso desde a piscina P2 até à porta de saída, com a possibilidade de observar a piscina da primeira fase romana, tal como o antigo balneário e vestígios da piscinas P4 e P5 no volume adjacente, é feito parcialmente

e sempre que necessário para vencer obstáculos, através de passadiços metálicos, cuja transparência permite visualizar os vestígios arqueológicos.<sup>5</sup>

A proposta de intervenção nas Termas de S. Pedro do Sul conjuga aspectos variados, desde a sua relação com a cidade ao tratamento paisagístico da envolvente próxima. Neste sentido, pretende-se facilitar e valorizar os acessos ao edifício através de uma sinalética adequada que promova o entendimento rápido e eficaz das entradas no edifício.

A intervenção paisagística parece-nos fundamental no seu contributo para o entendimento das Termas como um projecto alargado, que explore as potencialidades do território envolvente e valorize a relação entre o edificado e a paisagem circundante, espaço público e construções próximas que mereçam a nossa atenção.

Considerando a memória acumulada do local, as Termas deverão ser valorizadas na relação com elementos exteriores que o justifiquem, como é o caso da capela a Nascente, e do rio Vouga.

O projecto integra a vivência do natural e do construído, a paisagem associada e a arquitectura, o fenómeno da utilização do espaço em si, articulando o recurso exterior com o interior.

O tratamento e a caracterização do espaço exterior deverão apoiar-se numa abordagem cuidada dos elementos que compõem a sua envolvente. Esta abordagem/aproximação poderá fazer-se através da criação de percursos de aproximação ao edifício, tirando partido das entradas já existentes (quando possível), dando especial relevo à entrada existente na fachada Norte, de construção romana, recuperando assim o antigo acesso ao edifício.

No tratamento do espaço exterior deverá ser incluída uma proposta de trabalho de pavimentos e espaços verdes que indique claramente áreas de estar e de passagem e, ao mesmo tempo, hierarquize percursos. Propomos a manutenção do arvoredo existente, trabalhando o espaço como “parque” que se estende e relaciona com os espaços contíguos, entendendo o edifício como um projecto museológico aberto.

.....  
<sup>5</sup> Fig. 1 – Implantação, Fig. 2 – Planta do Piso 0, Fig.3 – Planta do Piso 1, Fig. 4 – Planta de Cobertura, Fig. 5 – Alçado Norte e Alçado Sul, Fig. 6 – Alçado Poente e Alçado Nascente, Fig. 7 – Cortes Transversais, Fig. 8 – Cortes Longitudinais

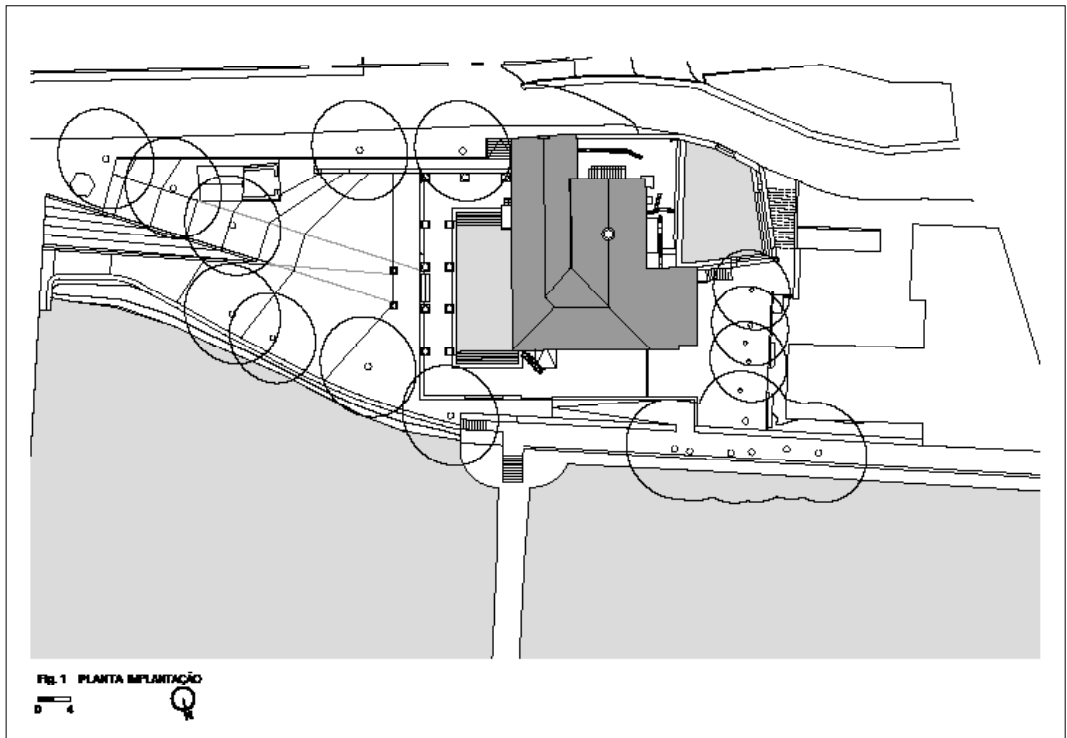


Fig. 1

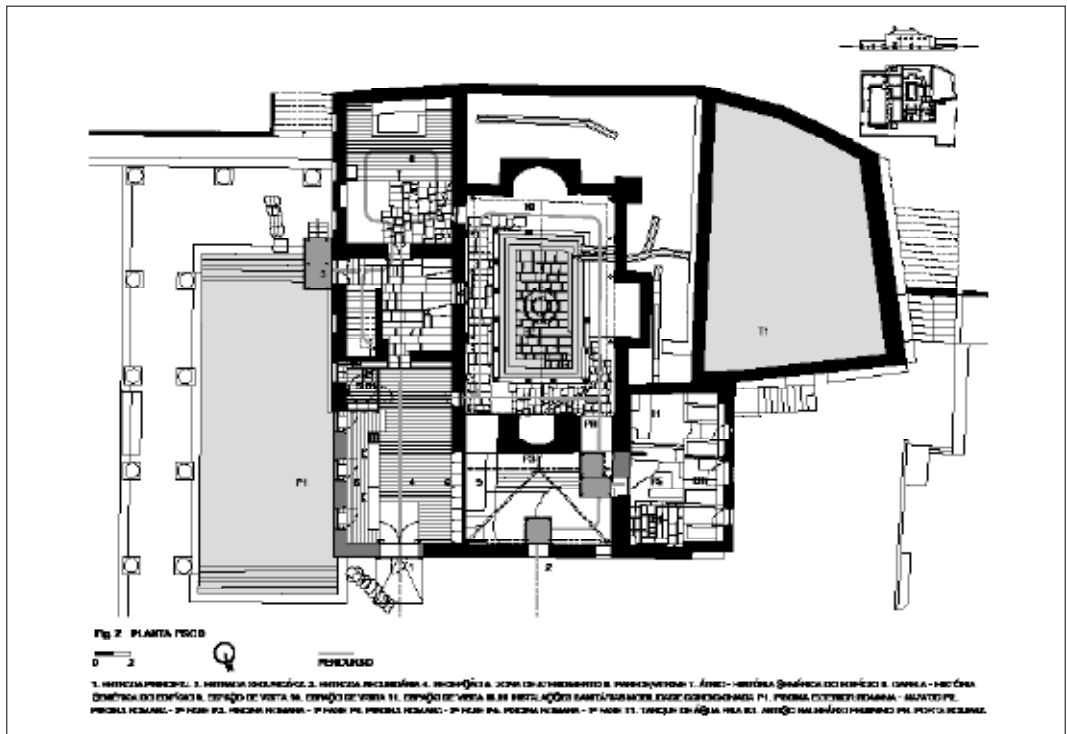


Fig. 2

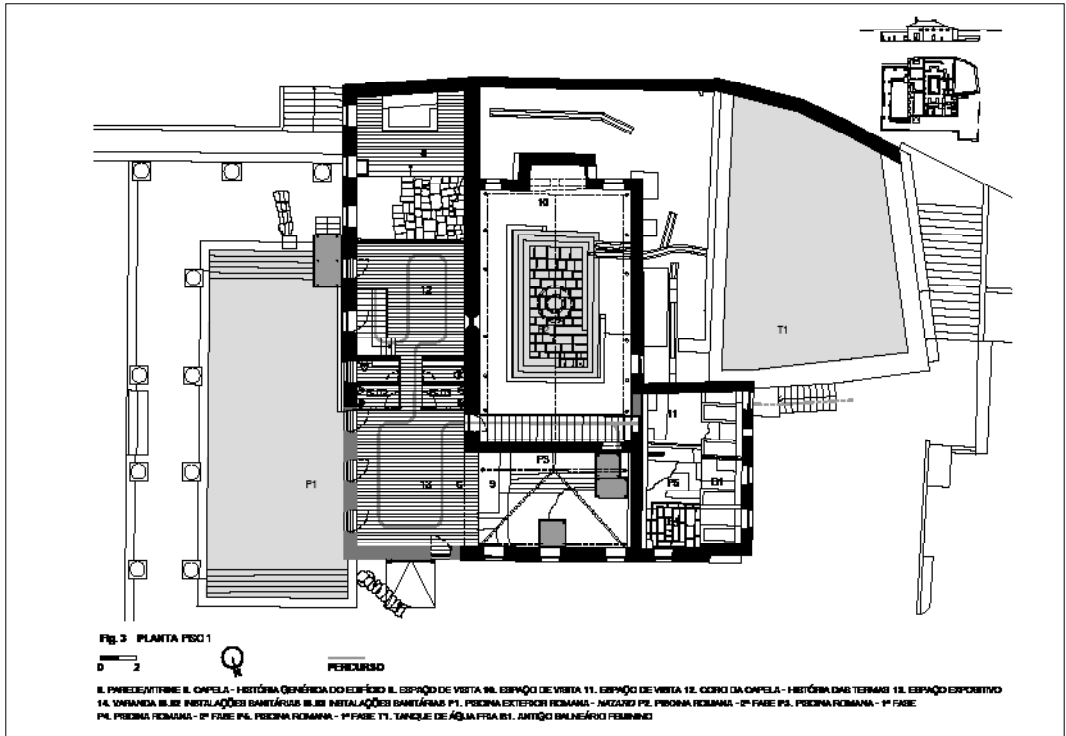


Fig. 3

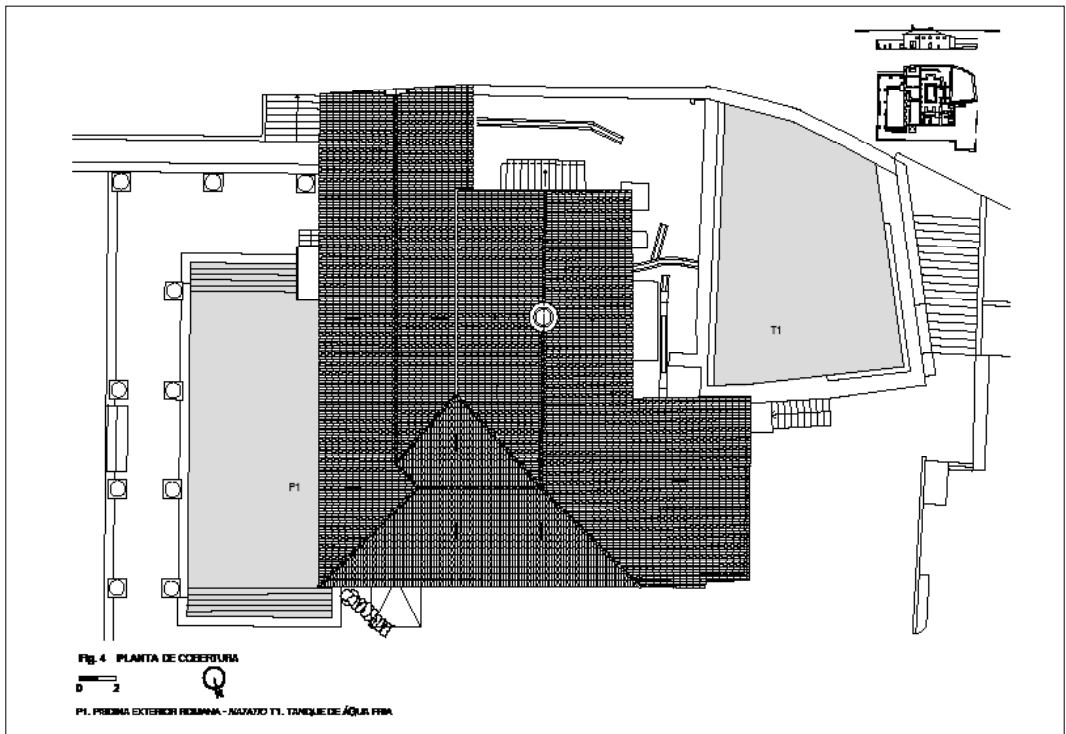


Fig. 4

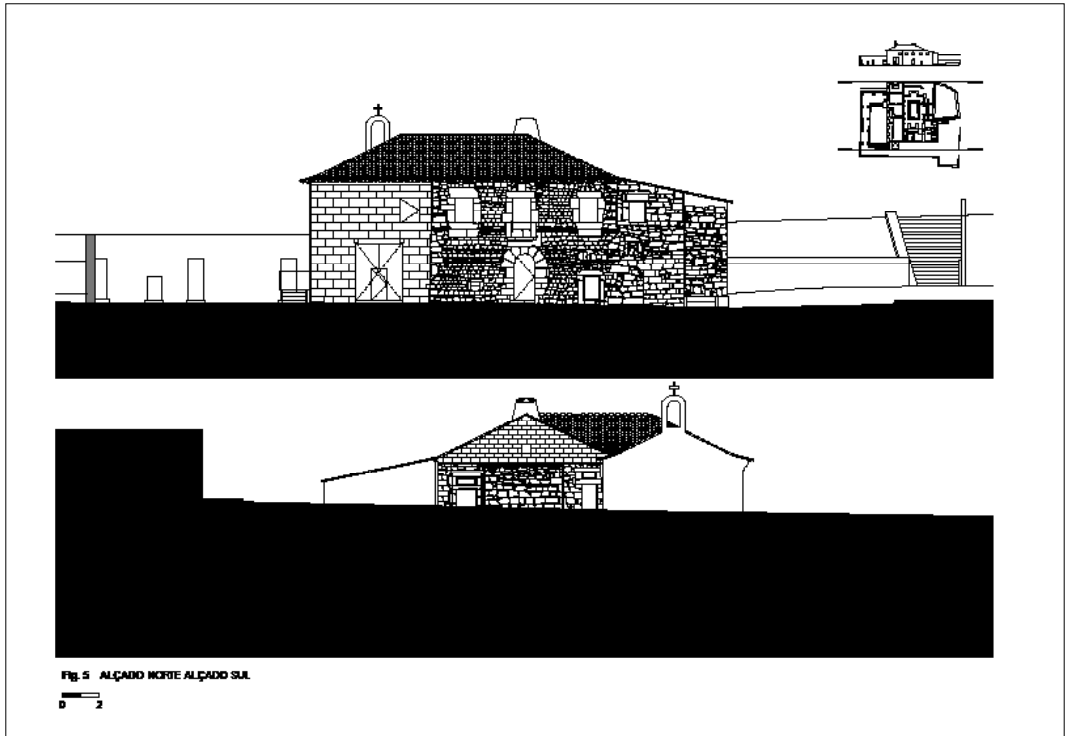


Fig. 5

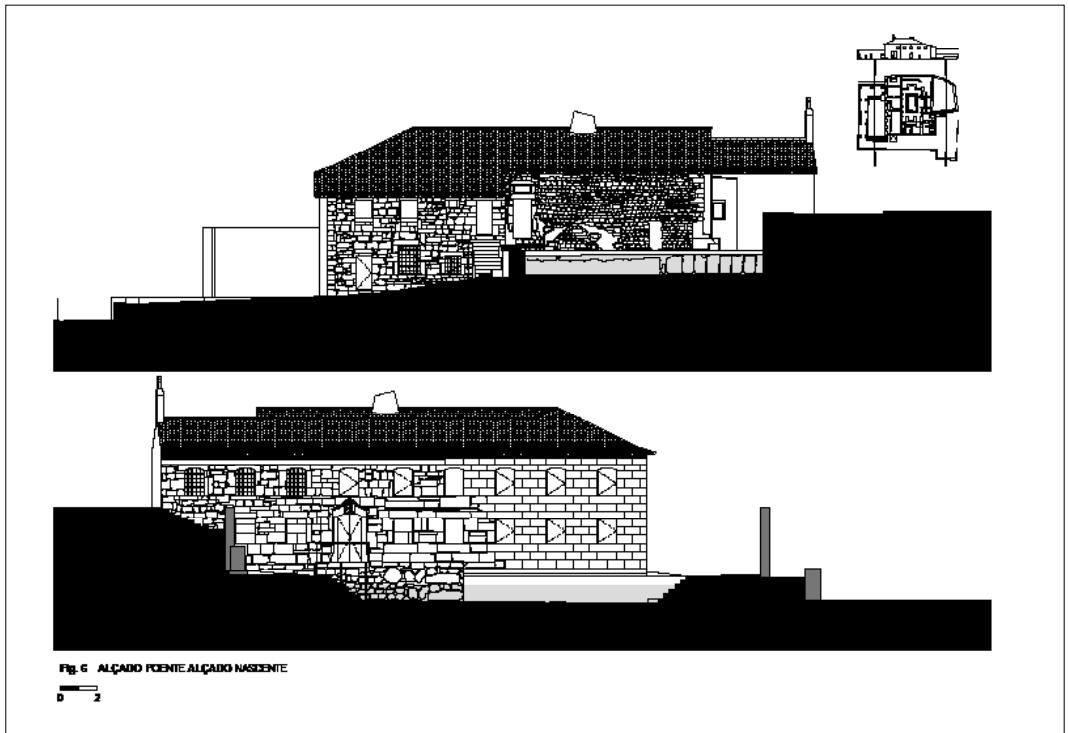


Fig. 6

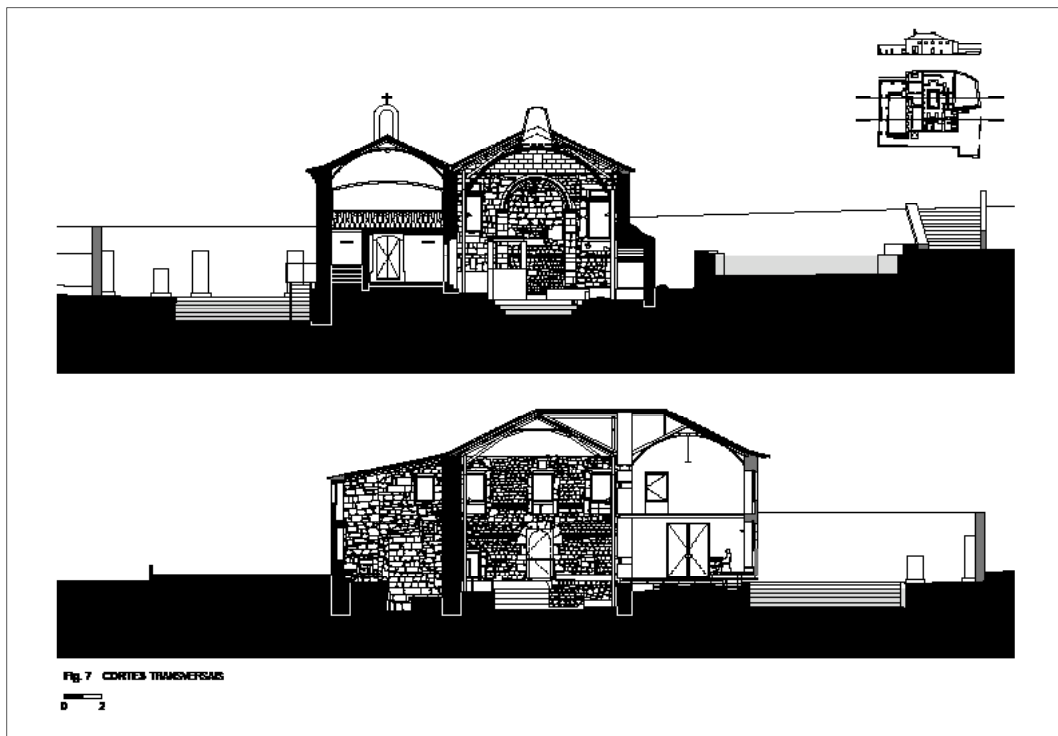



Fig. 7



Fig. 8



**III – Seminário:  
Os Novos caminhos da história  
local e regional  
– 30 anos de Boletim Cultural**





# Antigas e Novas Revistas de História Local e Regional: Objectivos e Alcances\*

por Isabel M. R. Mendes Drumond Braga\*\*

1. No percurso dos historiadores, como em tudo, há causas e conseqüências, caminhos que levam a becos sem saída e outros que permitem apreciar paisagens e chegar a destinos interessantes. Independentemente das trajectórias empreendidas ao longo dos anos há as motivações para as mesmas: o gosto pessoal, as oportunidades, os convites, mas também as imposições, quer as que são regulamentares quer as que decorrem de arbitrariedades. No meu caso particular, sempre recusei uma só temática de investigação. O gosto pela História, em especial a História Moderna, as muitas disciplinas leccionadas ao longo dos anos, os desafios de alguns que já nos deixaram, a curiosidade sobre determinados assuntos, a necessidade de fazer comparações e a busca incessante de respostas sempre me moveram a investigar, a procurar o desconhecido, a aprofundar temas nem sempre bem vistos pelos mais conservadores e, na maioria dos casos, os resultados do labor empreendido foram gratificantes para mim mesma. A recusa do tema único para investigar, desde que se tenha a arte de não cair em generalidades e em estudos lineares e pouco aprofundados, é enriquecedora e gratificante, permite uma visão mais dinâmica e alargada da História mas, em compensação exige uma enorme biblioteca – com tudo o que a mesma implica – e muito tempo para estudar. Esta sempre foi a minha opção. Dela nunca me arrependi.

Ora, este intróito serve para explicar como acabei por escrever sobre historiografia regional e local. Nos anos lectivos de 1997-1998 a 2000-2001, fui presenteadada, a contra gosto e à minha revelia, com a disciplina anual de Teoria da História e do Conhecimento Histórico, depois desmembrada em I e II, na versão semestral. Como entendo que um professor universitário é, em primeiro lugar e antes de mais, um investigador, consequentemente alguém que deverá produzir conhecimento original e de qualidade para transmitir, discutir e motivar os seus alunos, ensinando-lhes não só as matérias mas, e sobretudo, os percursos que levam a determinados fins de tal modo que, num futuro próximo, o discente esteja apto a fazer investigação, ainda que sob orientação superior, considere que enquanto docente de uma disciplina que não era nem é da minha especialidade ou interesse e da qual discordo até da designação, deveria contribuir para motivar os alunos a conhecer e a estudar as revistas de história local e regional. Esse labor levou-me a estudar a história da história local e regional, a acção das Universidades nessa matéria, muito particularmente após a criação dos primeiros cursos de Mestrado e, naturalmente, as revistas quer as antigas quer as mais recentes, isto é, as que apareceram após 1974. Aos alunos foi sugerido o estudo de uma revista à escolha e os melhores trabalhos foram posteriormente publicados<sup>1</sup>. Eis o caminho percorrido até os resultados se terem tornado públicos, na maioria dos casos após ter deixado a leccionação da referida disciplina.

.....

\* O texto que aqui se apresenta retoma e sistematiza investigação apresentada em trabalhos anteriores, nomeadamente Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Poder Local e Historiografia Universitária sobre Temáticas Regionais (1974-2000)", *O Poder Local em Tempo de Globalização. Uma História e um Futuro. Comunicações*, coordenação de Fernando Taveira da Fonseca, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Viseu, Palimage, 2005, pp. 171-192; também publicado in *Brigantia*, vol. 26, Bragança, 2006, pp. 675-692 e Idem, "Historiografia Universitária sobre Temáticas Regionais Insulares (1974-2000)", *Isleña*, n.º 34, Funchal, 2004, pp. 4-20.

\*\* Professora Auxiliar com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. isabeldrumondbraga@hotmail.com

<sup>1</sup> Cf. *Revistas Portuguesas de História Regional: Estudos*, coordenação de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Cascais, Patrimonia, 2003.

2. Nos últimos anos foi visível um crescente interesse pelos estudos de história local e regional<sup>2</sup>. Não se trata de uma inovação no panorama historiográfico nacional já que, pelo menos desde o século XVIII, se foram sucedendo períodos de interesse por tal temática. Contudo, algo mudou. Se desde há muito se tem consciência da necessidade de monografias para se alcançarem resultados satisfatórios no que respeita ao conhecimento do global, sem que, de modo algum, se entenda a história do país como uma aritmética simples das diferentes histórias regionais; também é verdade que só nos últimos anos se tem assistido a um crescente interesse pelo estudo de temas diversos – políticos, económicos, religiosos, sociais, mentais, culturais e do quotidiano – devidamente contextualizados e entendidos como uma nova história local e regional<sup>3</sup>. Isto é, uma história feita com recurso a metodologias actuais, apelando a uma temática diversificada, fontes de natureza dispar e bibliografia actualizada, nacional e estrangeira, para permitir as pertinentes comparações.

As décadas de cinquenta e sessenta assistiram à entrada da história regional nas Universidades, a par do interesse pela geografia regional devida a autores como Amorim Girão, Orlando Ribeiro e Virgílio Tabora<sup>4</sup>. No caso dos trabalhos da autoria de historiadores, salientem-se os pioneiros. O de António Cruz, relativo ao Porto, em 1967 e, sobretudo, o de António de Oliveira, dedicado a Coimbra, em 1971. Antes de 1974, diversas teses de licenciatura, muitas delas inéditas, abordaram o estudo de certas cidades ou regiões<sup>5</sup>. Destaque-se o trabalho sobre o Algarve da autoria de Joaquim Romero Magalhães, escrito em 1970, que mais tarde, insistirá no mesmo espaço geográfico, mas num período cronológico posterior, no seu doutoramento, datado de 1984. De referir ainda a iniciativa da Academia Portuguesa da História que se traduziu na realização e publicação das actas de um colóquio sobre áreas regionais, em 1975<sup>6</sup>, no qual participaram alguns professores universitários.

É após 1974 e, sobretudo a partir da década de oitenta, que o número de obras dedicadas à história local e regional nos meios académicos cresceu de forma decisiva. António de Oliveira, com base nos dados compilados no *Repertório Bibliográfico*, apurou que, entre 1974 e 1994, os estudos de história local representaram 4,1% dos títulos dos professores universitários e dos académicos<sup>7</sup>, o que deixou de fora muitos trabalhos de Mestres e Doutores que não prestavam serviço em instituições do ensino universitário nem pertenciam a academias. No ensino superior foram criadas disciplinas de história da cidade local, de história local e regional bem como cursos de pós graduação e cursos de Mestrado dedicados exclusivamente à temática local e regional ou com seminários sobre tais matérias, além de projectos de investigação desenvolvidos em Institutos e Centros de História<sup>8</sup>. De notar que a produção de tantos trabalhos levou à reflexão teórica sobre .....

<sup>2</sup> Sobre as dificuldades de definição destes conceitos, cf. Pedro Gomes Barbosa, “A História Rural de base Regional”, *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, coordenação de Álvaro Matos e Raul Rasga, Lisboa, Colibri, 1993, pp. 55-63.

<sup>3</sup> José M. Amado Mendes, “Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas”, *Beira Alta*, vol. 49, fasc. 1-2, Viseu, 1990, pp. 125-134. Cf. também, Idem, “Caminhos e Problemas da Historiografia Portuguesa”, *História da História em Portugal*, vol. 2 (*Da Historiografia à Memória Histórica*), Lisboa, Temas & Debates, 1998, pp. 75-76.

<sup>4</sup> António de Oliveira, “Problemática da História Local”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX. Actas do Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 23-24; José Tengarrinha, “Historiografia dos Estudos Históricos Locais em Portugal”, *Perspectivas de História Local: Galicia y Portugal*, direcção de Joseba Agirreazkuenaga e Mikel Urquijo, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del País Vasco / Argitarapen Zerbitzua Euskal Herriko Unibertsitatea, 1996, pp. 37-38.

<sup>5</sup> Luís Reis Torgal, “História...Que História? Algumas Reflexões Introdutórias à Temática da História Local e Regional”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987, p. 860, refere que cerca de um quarto das dissertações de licenciatura defendidas na Faculdade de Letras de Coimbra foram monografias de tipo regional ou local.

<sup>6</sup> *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975.

<sup>7</sup> António de Oliveira, “Da História das Pátrias à História Local”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de Estudos de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 20.

<sup>8</sup> Refira-se, por exemplo, o projecto de estudo transdisciplinar da Região Centro, a decorrer no Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Cf. informações sobre o mesmo in João Marinho dos Santos, “Editorial”, *Revista*

as metodologias mais apropriadas, de tal modo que apareceram textos específicos sobre tais matérias, como as notas de António Machado de Faria relativas à articulação entre temática e cronologia<sup>9</sup>; de Jorge Alarcão, que dissertou acerca do modo como se deveria elaborar uma monografia, com indicações sobre os diferentes tipos de fontes<sup>10</sup>; de A. H. de Oliveira Marques vocacionado especialmente para a história medieval urbana<sup>11</sup>; de Armando Malheiro da Silva, que traçou um itinerário da história regional desde o século XVI, apresentou diversas propostas do início do século XX e propôs metodologias actuais<sup>12</sup>; de Jorge Borges de Macedo que fez a articulação entre poder e áreas regionais<sup>13</sup>; de José Viriato Capela, direccionado para a apresentação de propostas de abordagem da história municipal<sup>14</sup>; e de José Antunes Estêvão, o qual teve em conta uma perspectiva interdisciplinar na abordagem de temas contemporâneos<sup>15</sup>.

O surto da história medieval urbana deu-se nos anos oitenta, a partir do Mestrado de História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, criado em 1981<sup>16</sup>. Os Mestrados de História Medieval e História Moderna, das Faculdades de Letras de Lisboa, Coimbra e, Porto e mais recentemente, da Universidade do Minho deram também origem a diversas monografias sobre cidades, mosteiros, cabidos, colegiadas, misericórdias e regiões<sup>17</sup>. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a criação,

.....  
*de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 1, Coimbra, 2001, p. 8. Por outro lado, foi noticiada a criação da segunda unidade cultural da Universidade do Minho, a instalar em Guimarães. O projecto foi viabilizado através da assinatura de um protocolo de colaboração entre a Universidade do Minho, a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães. A primeira tutela científica e tecnicamente o projecto, a segunda cede o espaço e a terceira financia com uma verba anual na ordem dos 17 mil euros. Ficará assim sediado o Núcleo de Estudos de Património e História Local que se irá dedicar ao estudo do património, da história local, da bibliografia e dos arquivos. Cf. as informações fornecidas por Paula Ramos Nogueira, no *Diário de Notícias*, n.º 48530, de 5 de Fevereiro de 2002, p. 42.

<sup>9</sup> António Machado de Faria, "Considerações acerca da Importância da História Local relativamente à do País", *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 1-7.

<sup>10</sup> Jorge de Alarcão, *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra, 1988.

<sup>11</sup> A. H. de Oliveira Marques, "Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 13-42; Idem, "Cidades Medievais Portuguesas (Algumas Bases Metodológicas Gerais)", *Ibidem*, pp. 43-67; Idem, "Lisboa Medieval (Introdução Metodológica ao seu Estudo)", *Ibidem*, pp. 68-79; Idem, "As Cidades Portuguesas nos Finais da Idade Média", *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 7, Lisboa, 1992, pp. 27-34, artigo no qual se faz o ponto da situação e se aborda a problemática teórica.

<sup>12</sup> Armando B. Malheiro da Silva, "O Minho nas Monografias (séculos XIX-XX). Notas para uma Revisão Sistemática dos Estudos Locais", *Bracara Augusta*, vol. 43, n.º 94-95 (107-108), Braga, 1991-1992, pp. 27-96.

<sup>13</sup> Jorge Borges de Macedo, "Unidade de Poder e Diversidade de Situação nas Áreas Regionais em Portugal. Consequências Metodológicas", *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, coordenação de Álvaro Matos e Raul Rasga, Lisboa, Colibri, 1993, pp. 11-33.

<sup>14</sup> José Viriato Capela, "História Municipal, História Local e História Nacional (Notas para um Projecto de Estudo)", *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Lisboa, Colibri, 1995, pp. 721-729.

<sup>15</sup> José Antunes Estêvão, *Reconstituição Histórica de Comunidades Locais (séculos XVIII-XX): teorias, métodos, problemas e fontes*, 2.ª edição, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2000.

<sup>16</sup> A. H. de Oliveira Marques, "As Cidades Portuguesas nos Finais da Idade Média", *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 7, Lisboa, 1992, pp. 27-34.

<sup>17</sup> Indicações sobre as obras de história local e regional produzidas pós 1974 podem ser vistas in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, I.N.I.C., Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990; José Viriato Capela, "Braga em Investigações Universitárias Recentes", *Bracara Augusta*, vol. 44, n.º 96 (109), Braga, 1993, pp. 485-493; *Bibliografia Anual de História de Portugal. Da Pré-História a 1974*, 3 volumes publicados relativos aos anos de 1989, 1990 e 1991, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, 1993, 1995; *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)*, Lisboa, Coimbra, Instituto Camões, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995; Maria Helena da Cruz Coelho, "A História

em 1990, da pós-graduação em História Regional e Local e, sobretudo, do Mestrado com a mesma designação, iniciado em 1994, deram impulso a diversos trabalhos. De notar que o referido Mestrado funcionou em Lisboa e em Portimão, neste último caso desde 1998, beneficiando do protocolo assinado entre a Faculdade de Letras de Lisboa, a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Portimão, tendo contado com alunos licenciados em História, Direito, Arquitectura, Sociologia e Antropologia<sup>18</sup>. A Faculdade de Letras contou ainda com um mestrado em Cultura e Formação Autárquica, que funcionou em Cascais, desde 1998, dirigido por José Tengarrinha. Isto para nos ficarmos antes da aplicação do processo de Bolonha.

Em 1990, com a criação do Instituto Alexandre Herculano de Estudos Regionais e do Municipalismo, dirigido por Pedro Gomes Barbosa, a Faculdade de Letras de Lisboa passou a contar com um órgão dedicado ao ensino, à investigação e à colaboração com as autarquias, especialmente no âmbito do Património e da História Local. Disso mesmo dão conta os referidos cursos de pós-graduação e de mestrado em História Regional e Local e os 19 protocolos até hoje assinados com câmaras um pouco de todo o país, nomeadamente: Amadora, Cuba, Felgueiras, Fornos de Algodres, Gavião, Loulé, Loures, Lourinhã, Mação, Machico, Moita, Montijo, Ourém, Ponte da Barca, Santarém, Santa Comba Dão, Torres Novas, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha, bem como com as juntas de freguesia de Campo Grande, Charneca e Lumiar (Lisboa) e Bário (Alcobaça)<sup>19</sup>. Sem esquecer a iniciativa da Associação de Estudantes em colaboração com o Instituto, que se traduziu na realização, em 1992, das *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*<sup>20</sup>.

Tendo como base os registos bibliográficos da Biblioteca Nacional até 2000, completados pontualmente, conseguimos obter indicações de 180 títulos de história local e regional resultantes de provas académicas (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, teses de Mestrado e de Doutoramento) nas épocas Medieval e Moderna, consideradas, respectivamente, entre os séculos XII a XV e XVI a XVIII, independentemente das designações do Mestrado ou do Doutoramento em que foram produzidos. Neste universo contaram-se 35 Doutoramentos, que representaram 19,4% e 145 Mestrados, ou seja 80,6% das obras em estudo.

A maior parte dos trabalhos foi da autoria de mulheres. Isto é, 100 títulos, representando 55,6 % dos estudos produzidos por elementos do sexo feminino, contra 80, ou seja, 44,4 % produzidos por homens<sup>21</sup>. Se pensarmos em termos de Mestrados ou provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, o panorama não se alterou em termos absolutos, o mesmo se pode afirmar em relação ao mais alto grau: 16 Doutoramentos feitos por elementos do sexo masculino (quatro na área Medieval e 12 na Moderna) contra 19 realizados por mulheres (10 sobre a época Medieval e nove sobre a Moderna).

De notar que diversos autores escolheram para temas de Mestrado e de Doutoramento a mesma zona num período cronológico diferente, uma região mais alargada ou, pelo menos, algum tema de história regional independentemente de ser o espaço antes estudado. Nestas circunstâncias temos Amélia Aguiar Andrade,

.....  
e a Historiografia Municipal Portuguesa”, *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional. Actas do Colóquio*, Braga, Universidade do Minho, 1998, pp. 37-55; Francisco Ribeiro da Silva, “Historiografia Municipal Portuguesa”, *Ibidem*, pp. 57-77; Maria Helena da Cruz Coelho, “Balanço sobre a História Rural produzida em Portugal nas últimas Décadas”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de Estudos de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 23-40; Margarida Sobral Neto, “Reconstituição da Vida Material de Comunidades Rurais em Contexto Senhorial: problemas, fontes e métodos”, *Ibidem*, pp. 41-50; Armando Luís de Carvalho Homem, “O Medievalismo em Liberdade: Portugal Anos 70/90”, *Signum*, n.º 3, São Paulo, 2001, pp. 173-207.

<sup>18</sup> Cf. *Mestrado em História Regional e Local (1999-2001)*, Lisboa, Colibri, 1999.

<sup>19</sup> Agradecemos ao Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa as informações acerca das actividades do Instituto Alexandre Herculano.

<sup>20</sup> *Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, coordenação de Álvaro Matos e Raul Rasga, Lisboa, Colibri, 1993.

<sup>21</sup> Sobre a participação das mulheres na escrita da história cf. Armando Luís de Carvalho Homem, “Mulheres Historiadoras no Portugal das Últimas Décadas (Anos 50/Anos 90)”, *Actas dos 3.ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 1, (*A Mulher e a Sociedade*), Cascais, Câmara Municipal, 1997.

Ana Maria Rodrigues, Hermenegildo Fernandes, Hermínia Vasconcelos Vilar, Isabel dos Guimarães Sá, João Cosme, João Nunes Oliveira, Laurinda Abreu, Manuel Sílvio Conde, Manuela Santos Silva, Maria da Conceição Falcão Ferreira, Maria de Fátima Reis, Martinho Vicente Rodrigues e Salvador Magalhães Mota. Outros autores escreveram uma das dissertações sobre uma área regional e diversos trabalhos sobre outras localidades. Pensemos em Ângela Beirante, José Marques, José Viriato Capela, Maria de Fátima Botão e Saul António Gomes.

No que se refere às Escolas, e tendo apenas em mente as dissertações de Doutoramento relativas à história regional, pode verificar-se, pelo quadro seguinte, que liderou a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, seguindo-se a de Lisboa.

**Quadro 1.** Doutoramentos em História Regional por Estabelecimentos de Ensino

Estabelecimento	Medieval	Moderna	Total
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	3	2	5
Faculdade de Letras de Coimbra	2	7	9
Faculdade de Letras de Lisboa	4	3	7
Faculdade de Letras do Porto	1	3	4
Universidade do Minho	2	3	5
Outras <sup>22</sup>	2	3	5
Total	14	21	35

Já no que se refere aos Mestrados e provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, a situação é algo diferente. Liderou claramente a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a qual produziu 45% das provas apresentadas, seguindo-se a grande distância, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, que se ficou pelas 19%.

**Quadro 2.** Mestrados e Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em História Regional por Estabelecimentos de Ensino

Estabelecimento	Medieval	Moderna	Total
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	21	6	27
Faculdade de Letras de Coimbra	5	12	17
Faculdade de Letras de Lisboa	2	17	19
Faculdade de Letras do Porto	34	31	65
Universidade do Minho	10	5	15
Outras <sup>23</sup>	1	1	2
Total	73	72	145

.....

<sup>22</sup> Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário Europeu, Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Universidade Portucalense.

<sup>23</sup> Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Universidade dos Açores.

Uma vez que a produção universitária não se limita a dissertações, vejamos agora o que se tem passado em relação à colaboração dos universitários nas revistas de história local e regional. Se a primeira revista deste género data de 1884, ainda se publica e é propriedade da Sociedade Martins Sarmento, referimo-nos à *Revista de Guimarães*<sup>24</sup>, outras foram aparecendo e marcando o panorama cultural português, ao longo das décadas. Vejamos títulos como *Arquivo Coimbrão* (1923), *Gil Vicente* (1925), *Anuário do Distrito de Viana do Castelo* (1932), *Boletim de Trabalhos Históricos* (1933), *Arquivo de Viana do Castelo* (1934), *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1935), *Anais do Município de Coimbra* (1937), *Olisipo* (1938), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* (1938), *Revista Municipal de Lisboa* (1939), *Revista Altitude* (1941), *Beira Alta* (1942), *A Cidade de Évora* (1942), *Arquivo de Beja* (1944), *Bracara Augusta* (1949), *Póvoa do Varzim. Boletim Cultural* (1958), *Cetobriga* (1964), *Anais do Município de Faro* (1969), de entre outros, independentemente da periodicidade e de alguns títulos não abordarem apenas as temáticas históricas<sup>25</sup>.

Não obstante, a prática de se publicarem revistas regionais remontar ao século XIX, uma boa parte das que actualmente se publicam são títulos recentes, aparecidos pós 1974, num contexto de valorização da cultura por parte das autarquias. Essa atitude teve paralelo em iniciativas diversas também a nível regional. Pensemos na realização de colóquios, alguns organizados pelos institutos politécnicos e escolas superiores de educação, ao longo dos anos 80, em Lamego-Mangualde-Viseu, Portalegre e Santarém<sup>26</sup> e ainda pelo Ateneu Comercial do Porto, nessa mesma cidade. Nos anos 90, a mesma prática continuou, recordemos os de Lagos, Porto, Évora, Braga-Barcelos-Vila-Nova-de Famalicão, Bragança, Guimarães, Santarém, Torres Vedras uns organizados pelas Universidades, outros pelas dioceses, outros pelas autarquias e, independentemente da organização, sempre com o apoio daquelas. No século XXI, assistimos à continuação deste tipo de actividades, por exemplo, com as *Jornadas de História do Concelho de Gouveia*, organizadas conjuntamente pelo Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Gouveia, em Março de 2001, além de se manterem iniciativas anteriores, como por exemplo, a de Torres Vedras, cujo congresso anual já tem carácter internacional, devido ao labor cuidado e criterioso de Carlos Guardado da Silva.

Sem pretensões de esgotar o assunto, e tendo como base as recolhas já efectuadas por outros<sup>27</sup> e a nossa própria investigação, vejamos algumas das revistas de história regional que apareceram pós 1974, por localidade. Indica-se ainda o proprietário e a data do primeiro número e nunca do último pois, como escreveu Manuel Canaveira “todos os periódicos possuem certidão de nascimento mas nenhum deles tem a de óbito”<sup>28</sup>, sendo possível que uma revista desapareça ou suspenda a saída de números, aparecendo anos depois, quando já todos pensavam que tinha terminado a sua publicação.

.....

<sup>24</sup> Sobre esta revista veja-se a pequena notícia quando completou 50 anos de publicação in Mário Cardoso, “O Cinquentenário da nossa Revista”, *Revista de Guimarães*, vol. 50, n.º 1-2, Guimarães, 1940, pp. 7-9.

<sup>25</sup> Rosalina Branca da Silva Cunha, “Repertório de Revistas Portuguesas de História (1818-1974)”, *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 1, n.º 2, Lisboa, 1981, pp. 313-354.

<sup>26</sup> Luís Reis Torgal, “História...Que História? Algumas Reflexões Introdutórias à Temática da História Local e Regional”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, 1987, pp. 843-867.

<sup>27</sup> Manuel Filipe Canaveira, *Revistas de História*, texto apresentado no Seminário João de Barros, integrado nas Conferências do Convento dos Estudos Gerais da Arrábida, 1995, exemplar mimeografado.

<sup>28</sup> Manuel Filipe Canaveira, *Revistas de História* [...], p. 6.

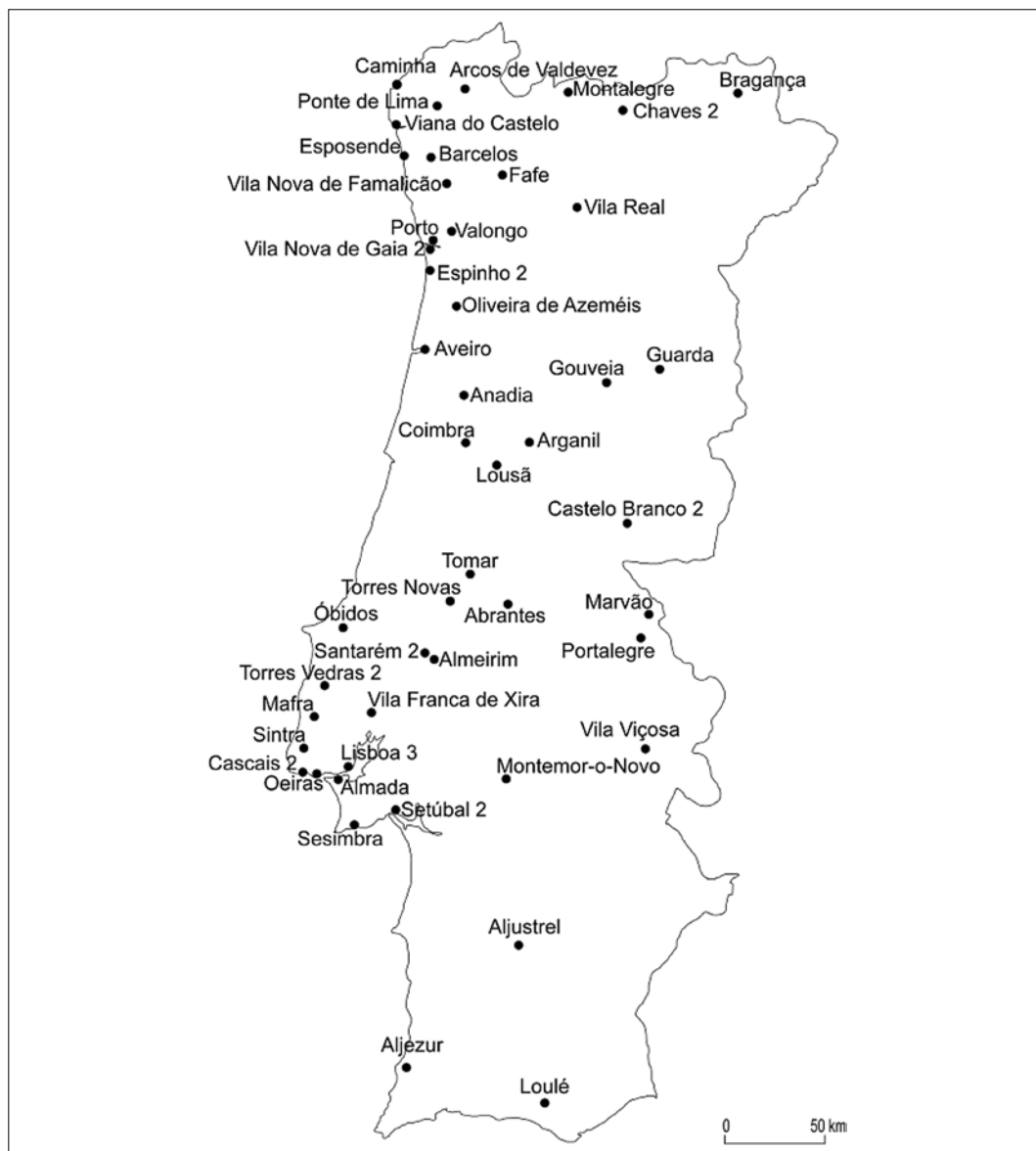
Quadro 3. Revistas de História Regional aparecidas entre 1974 e 2000

Local	Título	Propriedade	Data
Abrantes	<i>Abrantes. Cadernos para a História do Município</i>	Câmara Municipal	1982
Aljezur	<i>Espaço Cultural</i>	Câmara Municipal	1986
Aljustrel	<i>Vipasca. Arqueologia e História</i>	Câmara Municipal	1992
Almada	<i>Al-Madan</i>	Centro de Arqueologia de Almada	1982
Almeirim	<i>Cadernos Municipais</i>	Câmara Municipal	1994
Anadia	<i>Aqua Nativa</i>	Associação Cultural da Anadia	1991
Arcos de Valdevez	<i>Terra de Val de Vez</i>	Grupo de Estudos do Património Arcuense	1980
Arganil	<i>Arganília</i>	Particular	1992
Aveiro	<i>Estudos Aveirenses</i>	Instituto Superior de Ciências de Informação e Administração de Aveiro	1993
Barcelos	<i>Barcelos. Revista</i>	Câmara Municipal	1982
Bragança	<i>Brigantia</i>	Assembleia Distrital	1981
Caminha	<i>Caminiana</i>	Particular	1979
Cascais	<i>Boca do Inferno</i>	Câmara Municipal	1996
Cascais	<i>Arquivo de Cascais</i>	Câmara Municipal	1990
Castelo Branco	<i>Cadernos de Epigrafia</i>	Centro de Estudos Epigráficos da Beira	1978
Castelo Branco	<i>Trebaruna</i>	Centro de Estudos Epigráficos da Beira	1981
Chaves	<i>Aquae Flaviae</i>	Grupo Cultural Aquae Flaviae	1989
Chaves	<i>Chaves Revista</i>	Câmara Municipal	1997
Coimbra	<i>Munda</i>	Grupo de Arqueologia e Arte do Centro	1981
Espinho	<i>Boletim Cultural</i>	Câmara Municipal	1979
Espinho	<i>Boletim Municipal</i>	Câmara Municipal	1991
Esposende	<i>Boletim Cultural</i>	Câmara Municipal	1982
Fafe	<i>Cadernos Municipais</i>	Câmara Municipal	1986
Famalicão	<i>Boletim Cultural</i>	Câmara Municipal	1980
Gouveia	<i>Guadela</i>	Câmara Municipal	2000
Guarda	<i>Revista Altitude</i>	Assembleia Distrital	1980
Lagos	<i>Cadernos Históricos</i>	Comissão Municipal dos Descobrimentos	1990
Lisboa	<i>A Cidade e as Terras</i>	Governo Civil	1991
Lisboa	<i>Biblioteca</i>	Bibliotecas Municipais de Lisboa	1997
Lisboa	<i>Cadernos do Arquivo Municipal</i>	Arquivo Municipal	1997
Loulé	<i>Al-Ulyã</i>	Arquivo Histórico Municipal	1992
Lousã	<i>Arunce</i>	Câmara Municipal	1989
Mafra	<i>Boletim Cultural</i>	Câmara Municipal	1992
Marvão	<i>Ibn Maruán</i>	Câmara Municipal	1991
Montalegre	<i>Cadernos Municipais</i>	Câmara Municipal	1981
Montemor-o-Novo	<i>Almansor</i>	Câmara Municipal	1983



Local	Título	Propriedade	Data
Óbidos	<i>Cadernos Municipais</i>	Câmara Municipal	1998
Oeiras	<i>Oeiras Municipal</i>	Câmara Municipal	1987
Oliveira de Azeméis	<i>UI-Vária</i>	Associação de Defesa e Conhecimento do Património Cultural Oliveirense	1994
Ponte de Lima	<i>Arquivo de Ponte de Lima</i>	Câmara Municipal	1980
Portalegre	<i>A Cidade</i>	Atelier de Artes Plásticas	1981
Porto	<i>Douro. Estudos e Documentos</i>	Instituto do Vinho do Porto Universidade do Porto Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1996
Santarém	<i>Cadernos Culturais</i>	Câmara Municipal	1989
Santarém	<i>Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Santarém</i>	Assembleia Distrital	1988
Santo Tirso	<i>Cadernos Municipais</i>	Câmara Municipal	1984
Sesimbra	<i>Sesimbra Cultural</i>	Câmara Municipal	1989
Setúbal	<i>Movimento Cultural</i>	Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal	1985
Setúbal	<i>Património</i>	Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal	1983
Sintra	<i>Vária Escrita</i>	Câmara Municipal	1994
Tomar	<i>Boletim Cultural e Informativo</i>	Câmara Municipal	1981
Torres Novas	<i>Nova Augusta</i>	Câmara Municipal	1991
Torres Vedras	<i>Torres Cultural</i>	Câmara Municipal	1988
Torres Vedras	<i>Vedra</i>	Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras	1990
Valongo	<i>Vallis Longus</i>	Câmara Municipal	1985
Viana do Castelo	<i>Estudos Regionais</i>	Centro de Estudos Regionais	1989
Vila Franca de Xira	<i>Cira. Boletim Cultural</i>	Câmara Municipal	1985
Vila Nova de Gaia	<i>Solar. Cadernos da Cultura Gaiense</i>	Câmara Municipal	1991
Vila Nova de Gaia	<i>Revista Municipal</i>	Câmara Municipal	1998
Vila Real	<i>Estudos Transmontanos e Durienses</i>	Biblioteca Pública e Arquivo Distrital	1983
Vila Viçosa	<i>Cadernos Municipais</i>	Câmara Municipal	1983

Sistematizando, podemos referir que dos 60 títulos de natureza e periodicidade diversas, aparecidos pós 1974, que conseguimos identificar, muitos dos quais continuam em publicação, a maior parte foi ou é pertença das Câmaras Municipais de forma directa ou através de instituições por elas tuteladas, como arquivos e bibliotecas. Caso de cooperação entre Universidades e instituições de outra natureza é a publicação bianual da revista *Douro. Estudos e Documentos*, propriedade do Instituto do Vinho do Porto, da Universidade do Porto e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Raras se mostram as publicações de grupos de estudos e ainda mais as de particulares.



Mapa 1. Localidades que publicaram revistas de História Local e Regional aparecidas entre 1974 e 2000

Referência ainda para o facto de diversas localidades terem publicado mais do que um título, por regra, de efêmera duração. Tais foram os casos de Cascais, Castelo Branco, Chaves, Espinho, Lisboa, Santarém, Setúbal e Torres Vedras. Finalmente, observando o mapa, nota-se um predomínio de revistas no litoral Norte e no Centro do país o que contrasta com o Sul, nomeadamente parte do Alentejo e Algarve.

O aparecimento deste surto de revistas de história local e regional teve início em 1979 e, se tivermos em conta a situação até ao ano 2000, apenas nos anos de 1995 e 1999 não se publicaram novos títulos. O início e o fim da década de 80 foram promissores. O mesmo se pode afirmar aos anos de 1990 a 1992, como se pode ver pelo gráfico. No entanto, não se notam grandes assimetrias ao longo do período em estudo.

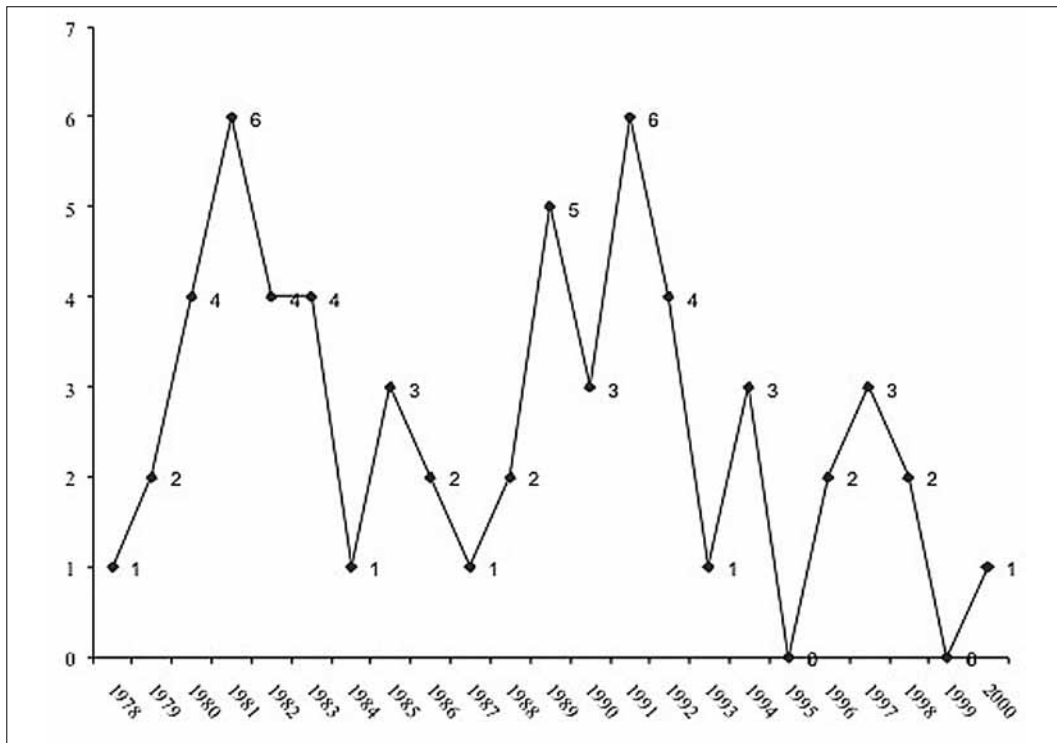


Gráfico 1. Número de Novos Títulos por Ano (1974-2000)

Não nos cumpre avaliar a qualidade ou a menor valia de cada uma das revistas regionais, cumpre-nos contudo, reforçar a ideia da importância das revistas em geral, no que se refere à divulgação de novas pesquisas, no caso em apreço no domínio da História. Isto é, a renovação pode e deve passar pelos trabalhos publicados nas revistas<sup>29</sup>. Neste contexto, as de história regional contam, desde há muito, com uma ampla participação de investigadores formados nas Universidades e, em muitos casos, nelas trabalhando, o que acaba por reforçar os laços, nem sempre estreitos, entre os cultores da história regional e os académicos, mesmo quando estes não elegeram para tema de dissertação de Mestrado ou Doutoramento um assunto regional<sup>30</sup>. Efectivamente, se nos últimos anos aumentaram os títulos de história regional no que se refere aos periódicos, também não podemos esquecer que, como vimos antes, a produção universitária sobre cidades, vilas ou regiões, conheceu igualmente um notável incremento.

Na impossibilidade de procedermos à contagem e cálculo da percentagem de participação de docentes universitários nas diferentes revistas de história local e regional<sup>31</sup>, deixemos algumas indicações de carácter

<sup>29</sup> J. Amado Mendes, "Desenvolvimento e Estruturação da Historiografia Portuguesa", *História da História em Portugal*, vol. 1 (*História da Historiografia em Portugal séculos XIX-XX*), Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 240; Idem, "A Renovação da Historiografia Portuguesa", *História da História em Portugal* [...], vol. 1, pp. 385-390

<sup>30</sup> Sobre as desconfianças mútuas – actualmente ultrapassadas – entre académicos e eruditos locais, no que se refere à investigação e escrita da história regional, cf. José M. Amado Mendes, "Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas", *Beira Alta*, vol. 49, fasc. 1-2, Viseu, 1990, pp. 125-134; Pedro Gomes Barbosa, "História e Memória Local", *Al-Ulyã*, n.º 2, Loulé, 1993, pp. 9-16, especialmente pp. 10-11.

<sup>31</sup> Para o caso da revista *Póvoa do Varzim. Boletim Cultural*, que em 2008 completou 50 anos, cf. Franquelim Neiva Soares, "Póvoa do Varzim. Boletim Cultural. Balanço do Cinquentenário", *Póvoa do Varzim. Boletim Cultural*, n.º 42, Póvoa do Varzim, 2008, pp. 225-250.

qualitativo. Se é recorrente a presença de textos de professores do ensino superior nas mais diversas revistas, vejamos alguns casos em concreto, sem preocupações de exaustividade e apenas com textos de historiadores e arqueólogos ou com relevância para a história e para a arqueologia.

Assim, de entre outros, na *Al'Ulyã* (Loulé) contam-se Helena Catarino, que aí publicou a sua dissertação de Doutoramento, Luís Miguel Duarte, Maria Helena da Cruz Coelho e Pedro Gomes Barbosa. No *Arquivo de Cascais* (Cascais) salientem-se A. H. de Oliveira Marques †, Ana Maria Ferreira †, Carlos Fabião, João Cordeiro Pereira †, João José Alves Dias, João Luís Cardoso, João Medina, José da Encarnação, Manuel Mendes Atanásio †, Teresa Rodrigues e Victor Gonçalves. No *Arquivo Coimbrão* (Coimbra) aparecem-nos os nomes de António de Oliveira, João Rui Pita, José Amado Mendes, Maria José Azevedo Santos, Manuel Augusto Rodrigues, Nélson Correia Borges e Pedro Dias. Na *Boca do Inferno* (Cascais) destaquem-se A. H. de Oliveira Marques †, António Borges Coelho, António José Telo, João Medina, José Augusto Seabra, José Nunes Carreira, José da Encarnação, José Manuel Tengarrinha, Mário Vieira de Carvalho e Victor de Oliveira Jorge. No *Boletim Cultural* (Famalicão) podem apreciar-se textos, alguns dos quais resultantes de conferências apresentadas na cidade, da autoria, de entre outros, dos docentes Amadeu Carvalho Homem, Armando Malheiro da Silva, Franquelim Neiva Soares, Jorge Fernandes Alves, José Amado Mendes e Norberto Ferreira da Cunha. Na *Brigantia* (Bragança) podem ler-se artigos de Fernando de Sousa, Franquelim Neiva Soares, Geraldo Coelho Dias, Isabel Drumond Braga, José Manuel Azevedo e Silva, José Marques, Manuel Cadafaz de Matos, Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José de Azevedo Santos, Natália Ferreira Alves, Norberta Amorim e Nuno Simões Rodrigues. Os *Cadernos Históricos* (Lagos) contaram com A. A. Marques de Almeida, António Borges Coelho, Armindo de Sousa †, Humberto Baquero Moreno, Isabel Morgado de Sousa e Silva, Isabel Drumond Braga, João Silva de Sousa, José Nunes Carreira, Luís de Albuquerque †, Luís Miguel Duarte, Manuel Augusto Rodrigues, Maria Benedita Araújo, Maria de Lurdes Correia Fernandes, Maria Helena da Cruz Coelho, Pedro Gomes Barbosa e Vítor Serrão. Nos *Estudos Regionais* (Viana do Castelo) podem ler-se trabalhos de Armando Malheiro da Silva, Francisco Ribeiro da Silva, Isabel Drumond Braga, José Marques e José Viriato Capela. Por seu lado, *A Cidade* (Portalegre) apresenta artigos de Amílcar Guerra, António Camões Gouveia, António de Oliveira, António Ventura, Bernardo Sá Nogueira, Carlos Fabião, Humberto Baquero Moreno, Isabel Drumond Braga, João Medina, Joaquim Veríssimo Serrão, Jorge Borges de Macedo †, Manuel Mendes Atanásio †, Maria Benedita Araújo, Maria de Deus Beites Manso, Maria de Lurdes Rosa, Maria José Pimenta Ferro Tavares, Mário Viana, Paula Lourenço, Pedro Gomes Barbosa e Vítor Serrão. O primeiro número da *Guadela* (Gouveia) publicou um artigo de José Pedro Paiva. A *Ibn Maruán* (Marvão) tem contado com Adel Sidarus, Carmen Balesteros e Jorge Oliveira, que aí publicou a sua dissertação de Doutoramento; enquanto a *Munda* (Coimbra) teve a colaboração frequente de docentes da Universidade de Coimbra, nomeadamente José Amado Mendes, José da Encarnação, José Manuel Azevedo e Silva, Leontina Ventura, Luís Reis Torgal, Maria José Azevedo Santos, Manuel Augusto Rodrigues, Nélson Correia Borges, Pedro Dias e Rui Cascão. Menos diversificada foi a participação na *Vária Escrita* (Sintra) registem-se, contudo, os nomes de Cecília Barreira, João Medina e João Silva de Sousa<sup>32</sup>.

3. Independentemente do momento em que cada uma das revistas de história local e regional apareceu, parece claro que, entre os objectivos dos fundadores, estava a promoção da História de uma região, de uma

.....  
<sup>32</sup> O levantamento de uma parte destes dados foi feito pelos alunos de Teoria da História e do Conhecimento Histórico I da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2001-2002, nomeadamente Alexandre Lomelino de Freitas, Ana Cristina de Sousa Franco, Catarina Buchó, Clania Lima, Jorge Revez, João Pedro Branco, Nuno Miguel Baptista, Paula Fernandes, Sandra Miller e Vitaline Ferreira. Alguns dos trabalhos realizados foram objecto de publicação na obra *Revistas Portuguesas de História Regional: Estudos*, coordenação de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Cascais, Patrimonia, 2003.

cidade ou de uma vila. Isto é, visava dar-se a conhecer o passado local, através de documentação guardada nos arquivos municipais, distritais, das Misericórdias e nos arquivos nacionais. Em alguns casos, as revistas não sendo só dedicadas a cultivar as matérias históricas incluíam artigos relevantes sobre outras temáticas, tendo como denominador comum, o facto de estarem sempre centrados na região em que se incluíam.

Nas últimas décadas, às antigas revistas muitas outras se juntaram de Norte a Sul do país. Este crescimento acelerado de publicações periódicas de história local e regional teve paralelo, como vimos, com o desenvolvimento dos estudos históricos regionais nas Universidades portuguesas, em especial a partir de meados da década de 80 do século XX, e com a realização de colóquios e congressos promovidos pelas autarquias ou pelas Universidades com o apoio daquelas. Ou seja, o aumento significativo do número de periódicos inseriu-se num movimento geral, consequentemente mais abrangente, de valorização do local e do regional.

O facto de muitos antigos alunos dos cursos de História das várias Universidades terem responsabilidades nos municípios, nomeadamente na área cultural, tem propiciado profícuos contactos e ampla colaboração entre iniciativas das câmaras e professores do ensino superior. Da amplitude desta realidade só se conhecem dados qualitativos acerca da realização de colóquios, congressos e conferências, a par de algumas observações sobre a publicação de teses e de outros trabalhos monográficos, uns patrocinados pelas edilidades outros publicados em parceria entre as câmaras e outras instituições, a par da escrita de artigos nas revistas de história local e regional por parte de docentes do ensino superior. Importa, pois, levar a cabo estudo exaustivo sobre esta plurifacetada matéria. Fica a sugestão.

Termino com uma nota lamentavelmente pouco promissora. O actual alcance das revistas de história local e regional, no que se refere à participação de universitários, poderá vir a estar comprometido a breve prazo. Com os actuais entendimentos de só se ter em conta, de só se dar crédito, a trabalhos publicados (actas de congressos e artigos de revistas) que passem por duas avaliações de indivíduos externos, que futuro poderemos esperar para as colaborações como as que hoje aqui abordámos. As revistas universitárias já, quase todas, passaram a exibir uma comissão de avaliadores, terão as revistas de história regional e local que empreender o mesmo percurso?

# A universidade e os municípios: história de uma colaboração

*por Pedro Gomes Barbosa<sup>1</sup>*

Começamos por agradecer o convite que nos foi feito para participar neste encontro que procura fazer o balanço dos trabalhos e intervenções a nível da História Regional e Local, pedindo desculpa por não podermos aí estar fisicamente, mas apenas em espírito e em palavra, desejando as maiores felicidades a esse evento tão importante. E saudamos todos, sejam aqueles que, em boa hora, decidiram fazer este colóquio (organizadores, Câmara Municipal de Famalicão), e também todos aqueles a que o interesse por estes temas aqui reuniu.

Começemos por um pouco da nossa história. A História do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”.

Em 1991 era criado, no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa o Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo, que tomou como patrono “Alexandre Herculano”, incontestavelmente um dos nossos maiores historiadores, mas também um defensor do poder municipal, na esteira daquilo que teriam sido, assim acreditavam os Românticos, o poder dos municípios durante a Idade Média. No ano anterior tinha sido aprovado o Curso de Pós-Graduação em História Regional e Local, mais tarde transformado em Mestrado. Recentemente foi aprovada uma área de Doutoramento na mesma especialidade.

A criação do Instituto tinha um triplo objectivo. Por um lado, enquadrar os investigadores, ainda poucos, à altura, na nossa Faculdade, que se dedicavam ao estudo da História Regional e Local, nas suas múltiplas vertentes. Em segundo lugar, apoiar os alunos da Pós-graduação que então se iniciava. Por último, estabelecer pontes com as Autarquias, através de protocolos de colaboração, com o intuito de levar a investigação académica a esses órgãos do Poder Local, mas ao mesmo tempo aproveitar as experiências que elas tinham, através de trabalhos no terreno, em várias áreas que considerávamos importantes: a defesa do Património Cultural e intervenção na sua salvaguarda, trabalhos de índole arqueológica, estudos sobre Gestão Autárquica e organização administrativa territorial, nomeadamente na questão da Regionalização, defendida por alguns de nós, mesmo antes que o assunto entrasse em discussão política. E, obviamente, os estudos da História Regional e Local e a sua integração no todo da História Nacional, de que é parte integrante.

O que se pretendia, também, e ainda se pretende, era fazer com que a Universidade saísse do seu “isolamento científico”, colocando as capacidades dos seus investigadores, e de outros que começavam a trabalhar no Instituto, ao serviço da comunidade. Era (é) uma troca de serviços, no sentido mais estrito do conceito, já que o que nos moveu não foi o utilizar desse subterfúgio para conseguir apoios para a nossa investigação. O investigador fornece os seus conhecimentos, fruto de elaborações teóricas, postas agora em prática frente ao concreto, testando as suas virtualidades e os seus defeitos, e corrigindo os modelos de análise com a humildade científica tantas vezes apregoada, mas poucas vezes praticada.

Quais foram, então, os pressupostos que conduziram à proposta de colaboração autárquica?

Em primeiro lugar, o facto de alguns dos que aderiram ao projecto, e de início não foram muitos, já que se pensava que esta actividade não tinha a “dignidade académica”, trabalharem havia já vários anos com Autarquias, a nível particular, e em diversos campos, desde o Património à Arqueologia. Este trabalho tinha permitido a alguns de nós detectar algumas carências com que elas, nessa altura, se debatiam. Nomeadamente com a falta de quadros qualificados o que hoje, felizmente, já não acontece com tanta frequência. Era também

.....  
<sup>1</sup> Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. pgb@fl.ul.pt

a forma de fazer um diagnóstico sério, e de apresentar propostas credíveis e com um mínimo de relação com a realidade. A auscultação dos autarcas conduziu, na altura, a duas coisas: que inventariássemos as necessidades sentidas pelos representantes do Poder Local, e que tomássemos consciência de que a investigação só é fecunda quando consegue sair do isolamento dos gabinetes e das comunicações com os nossos pares, para também prestar serviço à comunidade.

Parafraseando o Magnífico Reitor da Nossa Universidade, aquando da assinatura de um protocolo, a 12 de Setembro de 2008, com o Ministério da Administração Interna, as Ciências descobriram há já algum tempo a forma de comunicar com o exterior, através do desenvolvimento das tecnologias. Para as Ciências Sociais e Humanas, esse “T” da tecnologia traduz-se no apoio à sociedade civil.

O grupo de arranque deste projecto não foi, evidentemente, o pioneiro, nem reivindicamos a paternidade da ideia (e esse é um facto secundaríssimo), mas pensamos ter contribuído para alertar a instituição universitária para essa necessidade. Desde esse momento muito caminho se percorreu, mas muito mais há ainda por percorrer.

Pensamos, igualmente, que temos que sair do nosso campo específico de trabalho, e não reduzir a colaboração com os Municípios ao pequeno mundo em que nos movemos.

Nos primeiros tempos, a acção do Instituto passou por duas actividades complementares. A acção de campo, a pedido das Autarquias, e a formação de quadros, no âmbito da Cultura e do Património, incluindo aqui as questões relacionadas com a Biblioteconomia e com a Arquivística.

A actividade de campo dizia respeito sobretudo às áreas da intervenção arqueológica, da intervenção a nível do Património, tanto o “erudito” quanto o “popular”, dos inventários e da organização de Colóquios e Conferências, para além de artigos, resultados dos nossos trabalhos. Como exemplos dessa intervenção, podemos destacar o Plano Arqueológico de Alcobaça, que mais tarde se estendeu ao restante Património Cultural. As intervenções a pedido da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, centradas especialmente no levantamento patrimonial, mas que necessidades posteriores de salvaguarda e protecção desses bens impuseram trabalhos arqueológicos em zona de risco, não tendo sido possível, contudo, salvar da completa destruição um aldeamento do século XIII.

A pedido da Câmara Municipal de Ourém, uma equipa do Instituto “Alexandre Herculano” procedeu, durante três anos, a trabalhos de campo nesse concelho, hoje continuados por uma equipa da própria autarquia, e com a direcção de uma técnica que connosco colaborou desde o início. O mesmo se diga em relação à autarquia de Loures, a segunda a assinar um protocolo com o nosso Instituto, onde foram feitas intervenções várias a nível do Património, e igualmente ciclos de conferências e estudos já publicados. Nessa Autarquia, colaborámos também com a Comissão Municipal de Turismo, durante quatro anos, no âmbito de pareceres sobre intervenções em património de interesse municipal.

Com o Município da Moita a colaboração tem também sido importante, não só na realização de colóquios e conferências, mas igualmente na intervenção arqueológica no interior da capela de S. Sebastião, escavando a necrópole que se encontrava no seu interior, como trabalho prévio a uma intervenção de restauro arquitectónico.

Mas a acção do Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo não se confinou à região envolvente a Lisboa. A nossa acção estendeu-se ao Ribatejo, com protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Santarém e Torres Novas (esta, contudo, sem grandes resultados práticos), ao Algarve onde, para além de colaboração pontual com a Câmara Municipal de Loulé, entrevistamos nos trabalhos arqueológicos no centro histórico de Portimão, nas Beiras, onde o Instituto esteve presente em escavações arqueológicas, etc.

O maior projecto actualmente em curso, dirigido pelo Professor Doutor João Carlos de Senna-Martinez e pelo Mestre em História Regional e Local Carlos Mendes desenvolve-se no município de Macedo de Cavaleiros, mas já neste momento ultrapassou os limites concelhios, no tocante ao Património Artístico, com a participação

de colegas do Instituto de História da Arte. Tanto na vertente arqueológica quanto na artística participam ou participaram, em regime temporário ou permanente, alunos ligados a ambos os Institutos.

A formação de quadros foi feita sobretudo no Curso de Pós-Graduação em História Regional e Local. Na realidade, os primeiros três cursos, com um número médio de 22 alunos, foram frequentados maioritariamente por técnicos autárquicos. E é com alguma ponta de orgulho que dizemos que a maior parte desses alunos continuaram a manter estreitos laços com o nosso Instituto, a que recorrem muitas vezes. Mas nas edições seguintes, se não tivemos uma maioria de técnicos autárquicos, formámos gente que foi rapidamente absorvida pelas Autarquias.

Em 1996 o Curso de Pós-Graduação passa a Mestrado, embora a estrutura se mantenha quase inalterada. Sem querer ser exaustivo, pois existiam (e existem) seminários obrigatórios e opcionais, o Curso abrangia a Metodologia para a História Regional e Local, Património Cultural, Biblioteconomia, Introdução à Museologia, Arquivística, Demografia Histórica, Arqueologia, Organização e Gestão Autárquicas, Geografia Humana, Planeamento do Território, Intervenção em Centros Históricos, Demografia Histórica, História do Municipalismo, entre outras matérias. Hoje, após algumas modificações, estamos com um sistema que permite ao mestrando especializar-se em duas áreas fundamentais: Gestão do Património Cultural e Territórios Identitários, ou seja, Planeamento do Território. A diferente designação tem a ver com o facto de “Gestão do Território” já existir, como área específica, nos mestrados do antigo Departamento de Geografia, hoje Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, com quem trabalhamos numa base regular. Optámos por modificar o nome, muito embora boa parte dos seminários sejam dados por colegas desse Departamento, assim como da Faculdade de Arquitectura. Introduzimos, para as duas áreas, o seminário de Organização e Gestão Autárquicas. No presente ano lectivo, optou-se pela fusão entre o nosso Mestrado e o de Cultura e Gestão Autárquica, que era ministrado em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais. Desta forma pensamos otimizar os recursos humanos a nível de docentes, e concentrar os alunos de ambos os Mestrados.

Um outro ponto alto foi o facto de a Reitoria da nossa Universidade ter encarregue o Instituto, através do seu Director, da coordenação científica do Programa Foral (Formação para as Autarquias Locais), cujo primeiro curso teve lugar em Torres Vedras.

Também com essa Autarquia a colaboração tem sido estreita, não só a nível de consultas sobre temas de Património, mas igualmente com a realização de um Congresso anual, Torres Veteras, que teve este ano a sua 13ª edição. Se esses encontros se iniciaram com um carácter local e regional, de há quatro edições a esta data que tomou uma dimensão internacional, com participantes espanhóis, franceses, ingleses, polacos e italianos.

O mesmo se diga dos Seminários Internacionais “Tarouca e Cister”, com a sua terceira edição neste mês de Setembro, e que reuniu especialistas nacionais e estrangeiros, e cuja temática ultrapassa o âmbito dos estudos cistercienses e bernardinos.

Hoje sentimos que este modelo tem que ser renovado. Por isso, esperamos que já a partir do próximo ano lectivo se concretize um Mestrado interdisciplinar, que estamos a trabalhar com os nossos colegas de Geografia, no âmbito de uma colaboração que ultrapassa a docência, para entrar também no campo da investigação aplicada. Eu próprio colaboro num projecto do Centro de Estudos Geográficos, na elaboração do Plano de Pormenor da Área Protegida da Serra de Montejuento.

Mas esta vertente não foi a única, como ficou dito. A colaboração com as Autarquias foi ponto essencial do nosso trabalho. Nesse âmbito foram assinados 32 protocolos, embora tenhamos que reconhecer que uma boa parte ficou apenas no papel. Ainda assim, a intervenção do Instituto tem sido múltipla e fecunda, mais ou menos sobrecarregada conforme os anos. E o apoio a outros encontros culturais, como na Ericeira, no início dos anos 90, e de que resultou um livro publicado pelas Edições Colibri. Neste momento estamos a trabalhar como município de Odivelas a nível de uma exposição sobre D. Dinis.



Finalmente, a promoção ou o apoio a publicações. Para além de outras actividades como conferências ou condução de visitas de estudo.

Em resumo, é esta a nossa actividade, desenvolvida ao longo destes anos, por vezes com muita dificuldade interna, mas com grande proveito, pensamos, para as Autarquias e para o Instituto.

Se hoje o Instituto está menos activo, isso deve-se sobretudo ao facto de estarmos numa fase de “passagem do testemunho”. É preciso que os mais novos comecem a assumir as responsabilidades, e que os mais velhos, como eu, comecem a pensar em transmitir o testemunho. E também porque é necessário que nos adaptemos aos novos tempos. Sem isso, corremos o risco de morrer. Como escreveu Teillard de Chardin, “a especialização paralisa, a ultra-especialização mata”. E não queremos morrer, depois de tanto esforço para sobreviver.

COLÓQUIO

# OS NOVOS CAMINHOS DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

30º ANIVERSÁRIO  
BOLETIM CULTURAL [BC]

ENTRADA  
LIVRE



**24 SETEMBRO 2010**  
**MUSEU BERNARDINO MACHADO**  
**VILA NOVA DE FAMILIÇÃO**



## B.C. – Continuidades vs descontinuidades

por Artur Sá da Costa<sup>1</sup>

Seria difícil encontrar melhor forma de celebrar o 30º aniversário do “Boletim Cultural” (BC), dando à estampa mais um número (o vigésimo terceiro), e promover o colóquio “Os novos caminhos da história local e regional”, tendo em vista debater, com reputados e experimentados especialistas, o papel e a importância, que este género de publicações periódicas municipais – não apenas o da Câmara Municipal de Famalicão – desempenh(ar)am, em primeiro lugar, nas políticas culturais do seu território e comunidades, como no plano nacional e, especificamente, a nível do incentivo à investigação e do contributo dado na renovação dos estudos da história local e regional. Eles – os “Boletins Culturais” – são o “rostro e instrumento das políticas culturais” (Apresentação, Bol. Cultural nº ¾, III série) dos municípios, que germinaram com a liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974, ancoradas na corrente de pensamento oitocentista que se projetou na promoção e na investigação da história local e regional, tirando partido da autonomia do poder local e, em particular da opção assumida (por alguns) de investir no setor cultural e desta forma rasgando horizontes e abrindo um novo ciclo nas políticas culturais municipais. É óbvio, que eles não são um fenómeno isolado. Fazem parte de um todo, onde entram muitas outras iniciativas (algumas também editoriais) e atividades, donde emerge e engrossa um forte e inovador movimento cultural que muda a face do país. Daí que, eles sejam simultaneamente rosto e instrumento dessas políticas culturais autárquicas.

Trinta anos volvidos, podemos proclamar, acrescentando ao parágrafo inicial de “apresentação” do primeiro número do “Boletim”: “pela primeira vez na história do município famalicense, surge uma publicação periódica de carácter cultural”, dizia, podemos adicionar esta frase: nunca, na história do município, uma revista cultural viveu tanto tempo! Dir-me-ão, não se está a ignorar o “Boletim” da Casa de Camilo, que arrancou nos anos 60 do século passado, e apesar das intermitências, fez três séries? A resposta é simples: são géneros diferentes e distintos. O mesmo se dirá da revista literária “O Soneto Neo-Latino”, a qual emerge e se sustenta na força e criatividade de dois intelectuais e poetas famalicenses (Júlio Brandão e Álvaro de Castelões). Enquanto aquele, é uma revista especializada em literatura como de resto o Soneto Neo-Latino, tendo como objecto de estudo a obra incomensurável e a figura arrebatadora do novelista de Seide, o “Boletim Cultural”, por seu turno, assume-se como revista, segundo os fundadores, de natureza histórica, tendo como horizonte o percurso milenar e o futuro de Vila Nova de Famalicão, na pluralidade dos seus diferentes setores de actividade e na multiplicidade e diversidade social e cultural que a caracterizam. Tendo uma natureza diferente e objetivos mais amplos, o “Boletim” não tem a sustentá-lo uma instituição cultural específica, no caso a Casa de Camilo, sendo fruto do projecto cultural do município, onde, de resto, aquele se encaixa para dele se autonomizar.

A história conta-se em poucas palavras. O (BC) nasceu em 1980, vai na 3ª série, mudou de director (duas vezes), de formato (três vezes) e de coordenador editorial (uma vez); alargou o número de colaboradores, ampliou e diversificou as áreas temáticas abordadas; afinou metodologias, abrindo-se às modernas correntes da historiografia; juntou académicos e professores com os investigadores locais, cuja carta de alforria foi forjada na vida, no estudo e sobretudo, no amor à terra que os viu nascer ou que os acolheu. Porém, manteve-se leal aos princípios genéticos fundacionais: “historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes”. Nas passagens de testemunho entre os seus sucessivos responsáveis, que o fizeram, sofreu alguns hiatos, retirando-lhe alguns números e roubando-lhe o direito a ostentar o título de “periódico anual”, que gosta de exibir e se esforça por cumprir. Mas pode gabar-se de ter 30 anos, 21 volumes e 23 números (dois foram

<sup>1</sup> Diretor do Departamento de Cultura da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

duplos), estando, à beira de alcançar 5.000 páginas de trabalhos inéditos sobre a multiseular história do município e da sociedade famalicenses. Acima de tudo, a par da perseverança e da fidelidade às suas raízes, o que caracteriza o “Boletim”, é a sua relação directa e intemporal, diria fraternal, que mantém com a terra e as gentes, que estuda e serve, alheio às mudanças no governo municipal e às alternâncias político/ideológicas, próprias, diria mesmo naturais e inevitáveis numa sociedade democrática.

O “Boletim Cultural” do município de Vila Nova de Famalicão faz, neste ano de 2010, como acima se disse, trinta anos, sendo, a nível nacional, um dos mais antigos da era democrática nascida com a revolução do 25 de Abril. O seu aparecimento inscreve-se no movimento político-cultural, de amplitude nacional, que emerge, à entrada da década de oitenta do século vinte, e que se estende progressivamente a meia centena de municípios, quando optam, sem qualquer concerto entre si, por publicar, com regularidade variável, “Boletins” e “Revistas”, de natureza cultural. Está por fazer uma avaliação de conjunto e mais em detalhe do conteúdo e da relevância cultural destas publicações. Em todo o caso, os estudos já realizados (Isabel M.R. Mendes Drumond Braga, *Poder Local e Historiografia Universitária Sobre Temáticas Regionais*, 2005) permitem-nos concluir, que estamos perante um acontecimento cultural inovador, que abre um novo ciclo no poder local democrático, sem paralelo na história do municipalismo português. É um fenómeno que vai a par, sendo, a um tempo, motor e parte, de um movimento político-cultural mais amplo, desencadeado pelas autarquias portuguesas à revelia do centralismo cultural da Administração Central. Ao invés da lamúria inoperante da falta de recursos financeiros, algumas autarquias escolheram o caminho virtuoso do investimento no sector cultural, em contramão das reduzidas competências que lhes estavam ao tempo legalmente atribuídas.

Foi esta opção, de há três décadas, impulsionada por escassas dezenas de municípios, que marcou a face cultural do país: a descentralização cumpriu-se sem decreto, e a democratização cultural efectiva-se. Podem-nos lembrar que o poder central promulgou a Lei das finanças locais, ajudou (pudera!), mas, é bom recordá-lo, os investimentos financeiros das autarquias no setor cultural há muito que ultrapassaram os que o Ministério da Cultura gasta anualmente em todas as suas atividades.

Assim nascem, um pouco por todo o território nacional, bibliotecas, museus, auditórios/teatros, galerias, arquivos e outros equipamentos culturais, nomeadamente, centros de documentação e de investigação, que passam a ser frequentados por novos públicos e a ser utilizados por jovens investigadores e criadores, alguns vindos dos centros universitários.

Mais tarde, já bem dentro deste século, dá-se a contaminação e o movimento estende-se, embora de forma desigual e desequilibrada ao todo nacional. Eis uma realidade que deveria merecer atenção e reflexão aos centralistas empedernidos. Sem este movimento cultural autárquico muita documentação se teria perdido para sempre, valiosos imóveis de interesse público e, em geral o vasto património histórico/cultural fora dos grandes centros urbanos teria caminhado irremediavelmente para a degradação, como teriam sido adiadas *ad aeternum* investigações arqueológicas e históricas, privando-se as comunidades locais do conhecimento das suas raízes e da construção da sua identidade.

Os “Boletins/Revistas” são parte deste fenómeno, ora funcionando como motor/alavanca, ora como ponto de encontro/local de chegada e de embarque para novas aventuras e inovadoras investigações. São a um tempo cais de partida e porto de abrigo. Tanto servem de plataforma para o incentivo à investigação e à promoção de estudos de história local e regional, como de âncora para a publicação e divulgação de trabalhos em curso ou já concretizados de índole diversa, tanto na temática, como na metodologia, sobre o território, o património ou a sociedade.

Um dos traços que os definem e caracterizam é esta capacidade de mobilização, de abertura e de atração, transformando-os em polos de convergência de experiências e saberes empíricos com os de índole universitária.

## Continuidades vs. Descontinuidades

O mais surpreendente é verificar, compulsados os 21 volumes das 3 séries editadas, que não houve rupturas, mesmo quando se operaram as mudanças de direção e na coordenação editorial. Houve sim continuidade e, as alterações inevitáveis que ocorreram não colocaram em causa o projeto inicial: “Historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes”.

Em todo o caso, esta lealdade para com a ideia fundadora não excluiu nas duas séries seguintes, a introdução de novas linhas editoriais, sobretudo no alargamento das áreas temáticas, acentuando a diversidade pluridisciplinar, fazendo, por exemplo, conviver trabalhos de história local com literatura e sociologia.

Do mesmo modo, a linha de continuidade entre as três séries, não impediu que o (BC) abrisse as suas páginas à colaboração dos outros pelouros da Câmara Municipal, dando-lhe transversalidade para refletir deste modo uma das características essenciais do projeto cultural municipal: um projeto do próprio município, ele também parte integrante dos outros setores, tendo como seu instrumento o Departamento de Cultura.

Porém, o “Boletim Cultural” não fica prisioneiro ao seu “território”. Pelo contrário, abre-se ao exterior. Desde logo, à comunidade que o sustenta, à região onde se insere e ao todo nacional de que faz parte. E acima de tudo, acolhe nas suas páginas o mundo universitário, publicando estudos – sobre a realidade local/regional, acentue-se – bebendo da sua experiência e aprendendo com as metodologias científicas que são seu apanágio.

Dito isto, é forçoso sublinhar que a partir da II série abandonou-se a divulgação/reedição acrítica de textos históricos sobre o concelho, imprimindo-se neste ponto uma orientação diferente. Os fundadores do Boletim queriam historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes para “levar para fora esta realidade local”. Esta é, sem dúvida uma ambição legítima, à qual todos são sensíveis e aderem. Todavia, a concretização deste objetivo inscreve-se atualmente na ideia/conceção de que o local é global, ou seja, a nova conceção ora imprimida vê o local no global. Aquele é parte integrante do todo regional, nacional ou universal. A questão é saber como singularizar o local no universal e, através do seu estudo e conhecimento difundir-lo e incorporá-lo no todo nacional. No fundo, estamos perante uma nova conceção de história local e regional, ou pelo menos a atribuir-lhe uma outra função. Uma história, que alarga e multiplica os temas que estuda, feita com metodologias científicas, que usa novas fontes. Nesta fase, a preocupação não é tanto divulgar “lá fora”, mas sim conhecer as singularidades locais regionais, projetando e valorizando a personalidade histórica e cultural das comunidades locais regionais, tendo consciência de que a difusão é uma resultante inevitável, que será tanto maior quanto mais singular e relevante ela for no todo nacional.

Dou, dois exemplos ao acaso. O trabalho do Prof. Jorge Alves sobre a cooperativa elétrica do Vale D’Este, publicado na II série, ou o que se divulga sobre Afonso Costa, têm uma dimensão local, pela relação territorial que estabelecem connosco, mas são por definição e natureza de amplitude nacional e até universal, na medida, em que o trabalho da cooperativa do Vale D’Este está integrado na história da eletrificação do país, e no movimento cooperativo mundial. De igual modo, a figura nacional de Afonso Costa, não pode deixar de incorporar o património histórico municipal, tendo a particularidade de nos interessar sobremaneira por que, entre nós se dá especial atenção à I República e, sobretudo, à figura cimeira do ex – Presidente da República Bernardino Machado. Muitos outros casos, retirados dos vários números do (BC) poderiam ser aqui citados, conduzindo-nos todos à mesma conclusão.

Mais um exemplo: a conferência do Prof. Fernando Rosas sobre o ex – ministro Daniel Rodrigues, também publicada na II série, tem sem dúvida dimensão nacional, apesar de se tratar de uma figura republicana local, emergindo da homenagem que o município de V.N. de Famalicão lhe consagrou. Basta observar que aquele eminente historiador enquadra este ex-ministro da República na política financeira da I República (equilibrou as

finanças públicas, sem o chicote, terá dito Rosas). Que melhor forma poderíamos encontrar para projetarmos lá fora a realidade local? A nossa singularidade/identidade?

Para finalizar deixo-vos uma breve análise comparativa das áreas temáticas publicadas nas três séries (ver em anexo os índices temáticos e por autores da I e III série. Os da II já estão publicados no Boletim Cultural ¾).

**I série:** A história e a literatura predominam, enquanto a ecologia, economia, filosofia e ornitologia aparecem em menor número.

Camilo e Bernardino Machado, as duas personalidades mais marcantes do município, são os únicos autores locais estudados.

Na história, cabem a arqueologia, imprensa, memória e património; na literatura, destaca-se a biografia, bibliografia, ensaio camiliano, enquanto na sociologia entram a administração local, cultura, educação, imprensa e urbanismo. (Ver gráfico, série 1)

**II série:** Nesta série, a história e a literatura são temas maioritários, enquanto a sociologia se destaca, aparecendo muito atrás a filosofia política e a economia.

Dentro da história sobressaem os trabalhos sobre o Estado Novo. Na literatura, alarga-se o estudo aos autores contemporâneos (novos autores). Cria-se mesmo um capítulo próprio para estes.

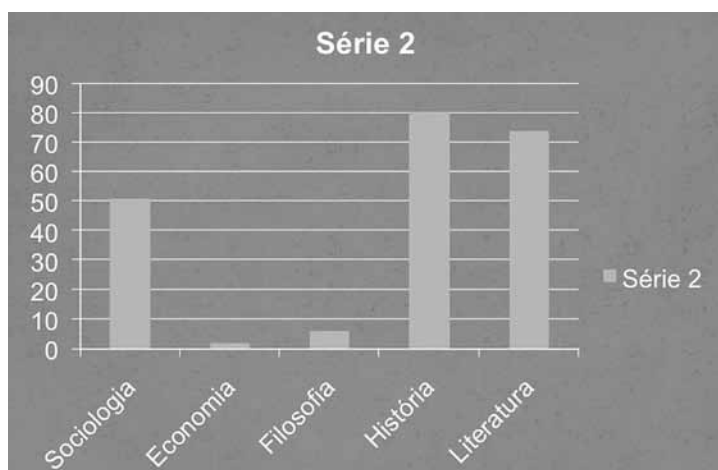
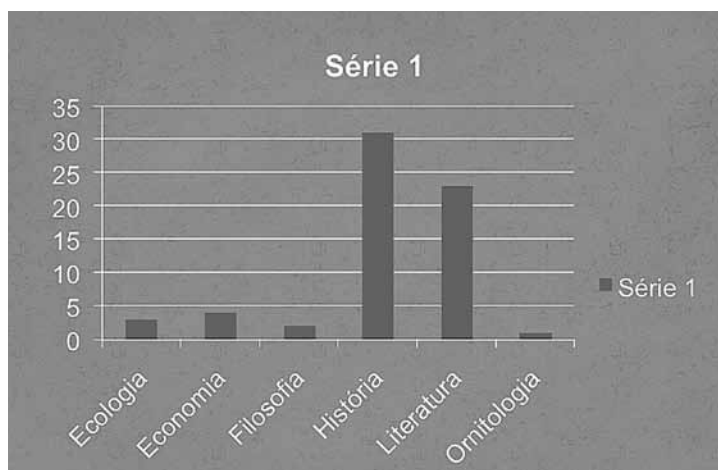
Pela 1ª vez, aparecem os temas da museologia, da leitura pública, do associativismo e da demografia. (Ver gráfico, série 2)

Três traços caracterizam esta série. Um olhar transversal às várias unidades culturais do Departamento de cultura e à própria Câmara Municipal; a abertura ao exterior, com colaboradores não ligados à Câmara Municipal, sobretudo, professores, investigadores e académicos oriundos das várias universidades portuguesas e galegas.

Alargam-se os horizontes para novas personalidades locais. Camilo e Bernardino perdem exclusividade; surge um painel de estudos biográficos de figuras locais/nacionais: Nuno Simões, Conde de Arnoso, Daniel Rodrigues, Armando Bacelar, Lino Lima, Cardeal Cerejeira, António Rego, Tomaz Pereira, Alberto Sampaio, Manuel Faria, entre outros. (Ver um balanço mais alargado sobre esta série, in “[8,18]=11B.C.s=10 volumes”, “Boletim Cultural”, III série, nº ¾).

**III série** – Os três grandes temas das séries anteriores (história, literatura, sociologia) mantêm-se, embora mudem de posição no ranking: a literatura supera a história. Ampliam-se as matérias tratadas, afirmando-se as novas metodologias de estudo. (Ver gráfico, série 3)

A conclusão geral é óbvia: as áreas temáticas da história e da literatura são maioritárias e transversais nas III séries. Este é, sem dúvida um dos traços dominantes que as unem, a ponto de se poder afirmar, neste particular, que as continuidades prevalecem sobre as descontinuidades. Todavia, a forte presença da sociologia a partir da II série evidencia o alargamento do horizonte ao estudo de novas temáticas, sinalizando o abandono do paradigma tradicional da história local. Uma tendência que se acentua com a envolvimento dos universitários, através de estudos elaborados com metodologias científicas, que de resto também são adoptadas por investigadores locais, os quais deitam mão de novas fontes, depositadas em instituições culturais municipais e por elas organizadas (Arquivo Histórico, Biblioteca Municipal (fundo local), Centros de Estudo e Documentação dos museus (Bernardino Machado, Indústria Têxtil, Casa de Camilo e Gabinete de Arqueologia). É este caldo de cultura que ampara e potencializa a mutação genética, que conduz à nova história local e regional!







# Boletim Cultural

## 1.ª série

## Índice

## Autores

por Amadeu Gonçalves<sup>1</sup>

– “Apresentação”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 3-4.

ARAÚJO, M. A. Martins de

– “Breves Apontamentos sobre as Memórias do P. João Rosa, relativas ao encanamento do rio Este”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 87-89.

– “Banda de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 119-121.

BAPTISTA, Jacinto

– “Bernardino Machado e António Sérgio”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 57-61.

BASTOS, Raul Duarte de Aguiar Tavares

– “Plano Geral de Urbanização de Vila Nova de Famalicão: antevisão de uma cidade”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 79-81.

BOAVIDA, Eduardo; MACHADO, Paulo; PEREIRA, Álvaro

– “A Importância da Investigação em Demografia no Âmbito dos Planos Directores Municipais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 129-158.

BRAGA, Pinheiro

– “Testemunhar o Presente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 61-64.

BRANDÃO, Júlio

– “José Augusto Vieira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 42-45.

– “Brasão de Armas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 47.

CABRAL, Alexandre

– “Breves Reflexões sobre «O Bem e o Mal» de Camilo Castelo Branco”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 65-69.

– “Camiliana”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), p. 70.

– “Camiliana”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 64.

CARDOSO, José

– “Desenvolvimento Cultural: algumas reflexões”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 63-70.

– “Nota da Redacção”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), p. 3.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 4-7.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Exposição «Vida e Obra de Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 20-21.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Bernardino Machado: breves notas biográficas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 9-19.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Homenagem a Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), p. 58.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Dia 5 de Outubro. Cerimónias Oficiais”. In

.....

<sup>1</sup> Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão

*Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (fev. 1984), p. 104.

- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Romagem ao Túmulo de Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), p. 112.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Almoço no Centro Social da Paróquia de Castelões”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 113-116.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. D. Manuela Eanes: uma visita diferente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), p. 117.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Últimos Instantâneos de uma Jornada Memorável”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 124-125
- “Comemorações do 778.º Aniversário do Foral de D. Sancho I”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1984), pp. 53-57.

CORREIA, F. Carvalho

- “Subsídios para a História da Nobreza Concelhia. O Casal do Pessegueiro, de Areias, e Álvaro Pinheiro Barreto, Fidalgo de Mouquim”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 101-114.

COSTA, P. António Carvalho da Costa

- “Julgado de Vermoim, que antigamente entrava por muitas terras, que hoje são do termo de Guimaraens”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 3-15.

CUNHA, Alberto Peters

- “Perspectivas Concelhias de Desenvolvimento industrial nos Anos 80”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 51-64.

CUNHA, Fanny Andrée Font Xavier da

- “Bernardino Machado e o Minho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 59-65.
- “Bernardino Machado e o Minho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 63-90.
- “«O Defensor da Cruz» – Pioneiro da Imprensa Famalicense?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 93-94.

DURÃES, Margarida

- “Breve História da Formação do Município de Famalicense, em 1835”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão. 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 13-25.

EANES, Ramalho

- “Discurso do Senhor Presidente da República General Ramalho Eanes”. In *Boletim Cultural*. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 109-111.
- “Uma Explicação”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), p. 5.

FERNANDES, Agostinho

- “Editorial”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 3-4.
- “Editorial”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), p. 3.
- “Sessão de Boas-Vindas na Câmara Municipal. Discurso do Presidente da Câmara Dr. Agostinho Fernandes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 105-108.
- “Discurso do Sr. Presidente da Câmara no Acto Solene da Inauguração do Monumento a Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 119-123.
- “A Defesa que Fazemos da Descentralização é Coerente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 101-106.

FERNANDES, Eduardo Oliveira

- “A Defesa do Meio Ambiente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 65-71.

FERNANDES, Gomes

- “Urbanismo e Ordenamento do Território: uma perspectiva nacional e metropolitana”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 53-69.

FERNANDES, Rogério

- “Bernardino Machado e os Problemas da Educação Contemporânea”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 39-56.

FIGUEIREDO, Eurico de

- “A Problemática da Adolescência no «Amor de Perdição»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 71-85.
- “Conflito Adolescente nas «Efesiacas» e no «Amor de Perdição»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 83-92.
- “Fontes Documentais para a História de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 2.
- “Fontes Documentais para a História de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), p. 2

FREITAS, Alcino António Laranja de

- “Notas sobre as Aves do Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 7 (Set. 1987), pp. 69-100.

GOUVEIA, António Augusto Batalha

- “Vila Nova de Famalicão: a origem do topónimo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 59-61.
- “Toponímia do Concelho de Vila Nova de Famalicão: Oliveira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 43-46.

GRUPO DE INTERVENÇÃO ECOLÓGICA

- “Salvemos o Rio Este”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 91-92.

HIDALGO CUÑARRO, José Manuel

- “Excavaciones Arqueológicas en los Castillos de Troña y Vigo (España): campañas 1981-1985”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 25-62.

INGERSON, Alice E.

- “Uma História Cultural e Comparada da Indústria Têxtil no Vale do Ave”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 71-106.
- “A Intervenção da Câmara no Processo de Desenvolvimento Cultural do nosso Concelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 117-120.
- “A Intervenção da Câmara no Processo de Desenvolvimento Cultural do nosso Concelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 129.

LOUREIRO, Jaselino F. da Cruz

- “Exposição sobre Fradelos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 93-95.

MACHADO, Bernardino

- “O Minho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 67-70.

MACHADO, Vicente Pinheiro

- “Situação Actual da Agricultura na Região e Perspectivas para a Década de 80”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 27-50

MAGNO, Carlos

- “A Liberdade de Expressão é a Coluna Vertebral da Democracia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 83-87.

MARQUES, A. H. de Oliveira

- “Bernardino Machado: do 2.º exílio à morte”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 91-97

MARTINS, Antero

- “Palavras do Exmo. Sr. Antero Martins, Presidente da Câmara, na Sessão de Abertura do I Encontro Municipal de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 9-11.

MELO, Manuela

– “A Televisão é uma Força de Dois Gumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 6 (Set. 1985), pp. 89-93.

OLIVEIRA, A. Lopes de

– “Uma Página do Jornalismo Centenário Famalicense”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 95-109.

OLIVEIRA, António Cândido

– “Problemas do Urbanismo e de Ordenamento do Território em Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 83-86.

– “Património Monumental no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 115-117.

PEREIRA, Armando

– “Intervenção de Síntese”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 95-99.

PEREIRA, Domingos Joaquim

– “Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 3-25.

PINTO, Almeida

– “Palavras do Dr. Almeida Pinto, Presidente da Assembleia Municipal, na Sessão de Encerramento do I Encontro Municipal de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), p. 97.

– “Primeiras Jornadas Arqueológicas. “Os Povoados Fortificados do Noroeste Peninsular”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), p. 24.

– “I Festival Municipal de Folclore”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 114

– “ublicações do Município Famalicense”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 122-123.

QUEIROGA, Francisco

– “Património Histórico de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 47-51.

– “Escavações Arqueológicas no Castro das Ermidas: a campanha de 1983”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 5-43.

– “Corte Estratigráfico no Castro de Penices”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 7 (Set. 1987), pp. 3-22.

– “Razões Fundamentais para a Realização do I Encontro Municipal de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), p. 7.

REGO, Raul

– “A Casa de Camilo e Outras Casas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 79-82.

– “Bernardino Machado: a mentalidade democrática na república portuguesa”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 23-37.

SÁ, P. Augusto Carneiro de

– “O Mosteiro de Santa Maria de Landim”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 91-115.

SALGADO, P. Benjamim

– “O Tombo da Igreja de Antas, 1555”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 49-62.

SANTOS, Joaquim Ribeiro dos

– “Os Marcos Miliários do Troço Cale-Bracara da Via Olisipo-Bracara no Espaço Geográfico do Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 49-58.

– “Do Românico no Concelho de Vila Nova de Famalicão: breve notícia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 27-41.

– “Das Pontes Antigas no Concelho de Vila Nova de Famalicão: breve notícia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 17-35.

SANTOS, Maria do Rosário G. Ribeiro dos

– “Uma Leitura do Soneto «Os Meus Amigos»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 71-77.

SEABRA, José Augusto

- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Discurso do Sr. Ministro da Educação, Dr. José Augusto Seabra, na Sessão de Encerramento do Ciclo de Conferências”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 99-103.
- “II Encontro Municipal”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), p. 44.
- “II Encontro Municipal. Conclusões do II Encontro Municipal”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 107-109.

SILVA, António Pinto da

- “O Cartório da Igreja de S. Tiago de Antas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 37-45.

SILVA, José Casimiro da

- “A Imprensa de Famalicão na Concretização do Progresso da Terra e na Cultura do seu Povo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 71-73.

SILVA, Manuel Araújo

- “25 Anos de Evolução Industrial: e agora?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 115-127.

SIMÕES, Manuel

- “Cada de Camilo: que futuro?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 87-89.
- “Cultura: ser ou ter, eis a questão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 73-81.

SOARES, Franquelim Neiva

- “Monografia de S. Pedro de Esmeriz. As Visitas Pastorais e os Visitadores de Esmeriz – VIII”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 111-149.

SOUSA, Orlando

- “Dois Vasos Pré-Históricos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 63-67.

SUMMAVIELLE, Parciódio

- “Administrar o Município de Hoje”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 51.

TELES, Gonçalo Ribeiro

- “Perspectivas de Crescimento Urbanístico e de Ordenamento do Território no nosso Município”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 65-69.

TINOCO, Joaquim Passos

- “Considerações sobre a Casa de Cultura de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 77-78.
- “Topónimo de Ceide”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 48.
- “Valores Patrimoniais do Concelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 47-48.

VIEIRA, José Augusto

- “Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 7-41.
- “Vila Nova de Famalicão Extraído de «O Minho Pitoresco» de José Augusto Vieira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), p. 6.



# Boletim Cultural

## 1.ª série

### Índice temático

por Amadeu Gonçalves<sup>1</sup>

#### I. ECOLOGIA

ARAÚJO, M. A. Martins de

– “Breves Apontamentos sobre as Memórias do P. João Rosa, relativas ao encanamento do rio Este”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 87-89.

FERNANDES, Eduardo Oliveira

– “A Defesa do Meio Ambiente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 65-71.

GRUPO DE INTERVENÇÃO ECOLÓGICA

– “Salvemos o Rio Este”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 91-92.

#### II. ECONOMIA

##### II.I Agricultura

MACHADO, Vicente Pinheiro

– “Situação Actual da Agricultura na Região e Perspectivas para a Década de 80”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 27-50

##### II.II Indústria

CUNHA, Alberto Peters

– “Perspectivas Concelhias de Desenvolvimento industrial nos Anos 80”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 51-64.

SILVA, Manuel Araújo

– “25 Anos de Evolução Industrial: e agora?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 115-127.

##### II.III Indústria Têxtil

INGERSON, Alice E.

– “Uma História Cultural e Comparada da Indústria Têxtil no Vale do Ave”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 71-106.

#### III. FILOSOFIA

##### III.I Filosofia Política

BAPTISTA, Jacinto

– “Bernardino Machado e António Sérgio”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 57-61.

REGO, Raul

– “Bernardino Machado: a mentalidade democrática na república portuguesa”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 23-37.

.....

<sup>1</sup> Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão



## IV. HISTÓRIA

### IV.I Arqueologia

HIDALGO CUÑARRO, José Manuel

- “Excavaciones Arqueológicas en los Castillos de Troña y Vigo (España): campañas 1981-1985”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 25-62.
- “Primeiras Jornadas Arqueológicas. “Os Povoados Fortificados do Noroeste Peninsular”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), p. 24.

QUEIROGA, Francisco

- “Património Histórico de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 47-51.
- “Escavações Arqueológicas no Castro das Ermidas: a campanha de 1983”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 5-43.
- “Corte Estratigráfico no Castro de Penices”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 7 (Set. 1987), pp. 3-22.

SOUSA, Orlando

- “Dois Vasos Pré-Históricos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 63-67.

### IV.II Historiografia

CORREIA, F. Carvalho

- “Subsídios para a História da Nobreza Concelhia. O Casal do Pessegueiro, de Areias, e Álvaro Pinheiro Barreto, Fidalgo de Mouquim”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 101-114.

COSTA, P. António Carvalho da Costa

- “Julgado de Vermoim, que antigamente entrava por muitas terras, que hoje são do termo de Guimaraens”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 3-15.

DURÃES, Margarida

- “Breve História da Formação do Município de Famalicense, em 1835”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão. 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 13-25.
- “Fontes Documentais para a História de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 2.
- “Fontes Documentais para a História de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), p. 2

PEREIRA, Domingos Joaquim

- “Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 3-25.

SOARES, Franquelim Neiva

- “Monografia de S. Pedro de Esmeriz. As Visitas Pastorais e os Visitadores de Esmeriz – VIII”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 111-149.

VIEIRA, José Augusto

- “Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 7-41.

### IV.III Imprensa

- “«O Defensor da Cruz» – Pioneiro da Imprensa Famalicense?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 93-94.

OLIVEIRA, A. Lopes de

- “Uma Página do Jornalismo Centenário Famalicense”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 95-109.

#### IV.IV Memória

– “Comemorações do 778.º Aniversário do Foral de D. Sancho I”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1984), pp. 53-57.

GOUVEIA, António Augusto Batalha

– “Vila Nova de Famalicão: a origem do topónimo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 59-61.

– “Toponímia do Concelho de Vila Nova de Famalicão: Oliveira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 43-46.

LOUREIRO, Jaselino F. da Cruz

– “Exposição sobre Fradelos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 93-95.

#### IV.VI Património

– “Banda de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 119-121.

– “Brasão de Armas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 47.

– “Património Monumental no Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 115-117.

SÁ, P. Augusto Carneiro de

– “O Mosteiro de Santa Maria de Landim”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 91-115.

SALGADO, P. Benjamim

– “O Tombo da Igreja de Antas, 1555”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 49-62.

SANTOS, Joaquim Ribeiro dos

– “Os Marcos Miliários do Troço Cale-Bracara da Via Olisipo-Bracara no Espaço Geográfico do Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 49-58.

– “Do Românico no Concelho de Vila Nova de Famalicão: breve notícia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 27-41.

– “Das Pontes Antigas no Concelho de Vila Nova de Famalicão: breve notícia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 17-35.

SILVA, António Pinto da

– “O Cartório da Igreja de S. Tiago de Antas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 37-45.

– “Valores Patrimoniais do Concelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 47-48.

### V. LITERATURA

#### V.I Biografia

BRANDÃO, Júlio

– “José Augusto Vieira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 42-45.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 4-7.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Exposição «Vida e Obra de Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 20-21.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Bernardino Machado: breves notas biográficas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 9-19.

– “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Homenagem a Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), p. 58.

- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Dia 5 de Outubro. Cerimónias Oficiais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (fev. 1984), p. 104.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Romagem ao Túmulo de Bernardino Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), p. 112.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Almoço no Centro Social da Paróquia de Castelões”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 113-116.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. D. Manuela Eanes: uma visita diferente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), p. 117.
- “Comemorações do 5 de Outubro. Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Últimos Instantâneos de uma Jornada Memorável”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 124-125

CUNHA, Fanny Andrée Font Xavier da

- “Bernardino Machado e o Minho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 59-65.
- “Bernardino Machado e o Minho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 63-90.

## V.II Bibliografia

- “Publicações do Município Famalicense”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 122-123.

## V.III Ensaio

MACHADO, Bernardino

- “O Minho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 4 (Set. 1983), pp. 67-70.

MARQUES, A. H. de Oliveira

- “Bernardino Machado: do 2.º exílio à morte”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 91-97

## V.IV Camiliana

CABRAL, Alexandre

- “Breves Reflexões sobre «O Bem e o Mal» de Camilo Castelo Branco”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 65-69.
- “Camiliana”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), p. 70.
- “Camiliana”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 64.

FIGUEIREDO, Eurico de

- “A Problemática da Adolescência no «Amor de Perdição»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 71-85.
- “Conflito Adolescente nas «Efesiacas» e no «Amor de Perdição»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 83-92.

REGO, Raul

- “A Casa de Camilo e Outras Casas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 79-82.

SANTOS, Maria do Rosário G. Ribeiro dos

- “Uma Leitura do Soneto «Os Meus Amigos»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 71-77.

SIMÕES, Manuel

- “Cada de Camilo: que futuro?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 87-89.
- “Topónimo de Ceide”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), p. 48.

## VI. ORNITOLOGIA

FREITAS, Alcino António Laranja de

- “Notas sobre as Aves do Concelho de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 7 (Set. 1987), pp. 69-100.

## VII. SOCIOLOGIA

### VII.I Administração Local

PEREIRA, Armando

- “Intervenção de Síntese”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 95-99.
- “Razões Fundamentais para a Realização do I Encontro Municipal de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), p. 7.

SUMMAVIELLE, Parcídio

- “Administrar o Município de Hoje”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 51.

### VII.II Cultura

CARDOSO, José

- “Desenvolvimento Cultural: algumas reflexões”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 63-70.
- “A Intervenção da Câmara no Processo de Desenvolvimento Cultural do nosso Concelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 2 (Jun. 1981), pp. 117-120.
- “A Intervenção da Câmara no Processo de Desenvolvimento Cultural do nosso Concelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 3 (Abr. 1982), pp. 129.

SIMÕES, Manuel

- “Cultura: ser ou ter, eis a questão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 73-81.

TINOCO, Joaquim Passos

- “Considerações sobre a Casa de Cultura de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 77-78.

### VII.III Educação

FERNANDES, Rogério

- “Bernardino Machado e os Problemas da Educação Contemporânea”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 5 (Fev. 1984), pp. 39-56.

### VII. IV Imprensa

MAGNO, Carlos

- “A Liberdade de Expressão é a Coluna Vertebral da Democracia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 83-87.

MELO, Manuela

- “A Televisão é uma Força de Dois Gumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 6 (Set. 1985), pp. 89-93.

SILVA, José Casimiro da

- “A Imprensa de Famalicão na Concretização do Progresso da Terra e na Cultura do seu Povo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 71-73.

## VII.V Urbanismo

BASTOS, Raul Duarte de Aguiar Tavares

- “Plano Geral de Urbanização de Vila Nova de Famalicão: antevisão de uma cidade”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 79-81.

BOAVIDA, Eduardo; MACHADO, Paulo; PEREIRA, Álvaro

- “A Importância da Investigação em Demografia no Âmbito dos Planos Directores Municipais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 7 (Set. 1987), pp. 129-158.

BRAGA, Pinheiro

- “Testemunhar o Presente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 61-64.

FERNANDES, Gomes

- “Urbanismo e Ordenamento do Território: uma perspectiva nacional e metropolitana”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 6 (Set. 1985), pp. 53-69.

OLIVEIRA, António Cândido

- “Problemas do Urbanismo e de Ordenamento do Território em Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 83-86.

TELES, Gonçalo Ribeiro

- “Perspectivas de Crescimento Urbanístico e de Ordenamento do Território no nosso Município”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, 1.ª série, n.º 1 (Nov. 1980), pp. 65-69.

# Boletim Cultural

## III série

### Temático

por Amadeu Gonçalves<sup>1</sup>

#### I. ECONOMIA

##### ii.i Feiras

MOTA, Jorge Bruno Coelho

- “Feiras de Famalicão: espaços de trocas comerciais e de encontros culturais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 105-115.

##### ii.ii Indústria Têxtil

ALVES, Jorge Fernandes

- “Riopele: revisitação de um sonho fabril”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 69-77.

PEREIRA, Augusto Castro

- “Indústria dos Botões: o Louro”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 79-86.

#### II. FILOSOFIA

##### ii.i Filosofia Política

OLIVEIRA, Custódio

- “Subsidiariedade: um princípio estratégico essencial para os dias de hoje”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 153-155.

#### III. HISTÓRIA

##### iii.i Arqueologia

LEITE, Felisbela Oliveira

- “As Moedas Romanas da Estação Arqueológica de Perrelos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2005), pp. 27-40.

##### iii.ii Estado Novo

CORDEIRO, José Manuel Lopes

- “Ao Serviço do Povo Venceremos”: a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 119-158.

.....  
<sup>1</sup> Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão

FERREIRA, Arminda Esmeralda de Araújo

- “Nuno Simões: reflexão de um republicano sobre as colónias”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 287-296.

LAGES, José Manuel

- “Guerra Colonial, uma história por contar! Suportes em papel nas várias formas de comunicar”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 259-281. – “Aspectos Desconhecidos da Guerra Colonial. O Hospital Militar da Marinha de Hamburgo: uma das retaguardas da guerra”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5 (2009), pp. 159-162.

Museu Bernardino Machado

- “Comemorações do 40.º Aniversário das Eleições Legislativas de 1969”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 329-406.

### iii.iii História Local

CASTRO, Maria de Fátima

- “As Capelas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Dores na Freguesia de Santa Maria de Landim”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1 3.ª série (2005), pp. 15-25.

CUNHA, Manuel

- “Riba de Ave: preservar a memória”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 93-94.

FREITAS JÚNIOR, José Joaquim Rodrigues

- “Do Porto a Braga de Carroção, em 1856: “Apontamentos de Viagem”, de Rodrigues de Freitas. Apresent. Jorge Fernandes Alves. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 47-80.

LAGES, José Manuel

- “Manifestações Colectivas Religiosas e Culturais: a festa religiosa e a romaria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 53-66.

MACHADO, João Afonso

- “Os Pinheiros de Barcelos em V. N. de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 13-20.
- “A Capela e a Romaria do Senhor dos Aflitos em S. Tiago da Cruz: apontamentos para a sua história”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 17-31.
- “A Monarquia do Norte em V. N. de Famalicão (segundo a imprensa local)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 281-286.

PINTO, Orlando Rocha

- “Breves Aspectos da Desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar de Quintães da Freguesia de Requião (V. N. de Famalicão) e do seu Fundador”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 49-54.

### iii.iv Monografias

BENTE, José Oliveira

- “S. Salvador de Ruivães: subsídios para a sua monografia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 81-86.

SAMPAIO, Alberto

- “Lavouras e Lavradores (Norte de Portugal): as *Vilas do Norte de Portugal* – um resumo de Alberto Sampaio”. Nota prévia Emília Nóvoa Faria, António Martins. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 427-439.

SILVA, António Joaquim Pinto da

- “Relatórios de Gerência da Vereação de Álvaro Marques (1952/57)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 179-219.

- “Urbanismo e Obras Particulares na Cidade de Vila Nova de Famalicão (1851-1921)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 241-256.
- “Os Códigos de Posturas Municipais de Vila Nova de Famalicão no Século XIX”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 341-405.
- “O Boletim do Grupo dos 29”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 59-79.

VIEIRA, António Martins

- “História Sumária da Freguesia de Vale de (S. Cosme)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 27-45.
- “Freguesia e Paróquia de Gondifelos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 21-47.
- “Pontes Romanas e Pontes Românicas: o que as caracteriza”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 23-40.
- “História da Capela da Lapa e o Museu”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 49-58.

### iii.v Memória

NUNES, Henrique Barreto

- “Esta Frágil Memória de um Povo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 145-151.

### iii.vi República

CUNHA, Norberto Ferreira da

- “A Revolta Estudantil de 1907”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 317-318.

LOPES, Filipa Sousa

- “Ser Eleitor (de 1910 a 1974)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 309-318.

MARQUES, Manuel Machado Sá

- “Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 229-234.
- “Recordando meu avô Bernardino”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 235-238.
- “A Greve Académica de 1907: sua relação com a constituição da Família Machado Sá Marques”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 319-324.

MUSEU BERNARDINO MACHADO

- “Documentos. Revolta Académica de 1907”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 325-335.

QUEIRÓS, António José

- “José Domingos dos Santos: um republicano no exílio (1927-1954)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 105-122.
- “As Eleições Legislativas de 1925 em Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 275-279.

## IV. LITERATURA

### iv.i Bibliografias

GONÇALVES, Amadeu

- “Índice Boletim Cultural (II Série). Autores. Temático”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 527-552.
- “Publicações Municipais. Publicações Patrocinadas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 571-601.



## iv.ii Biografias

ALVIM, Luísa

- “Os Manifestos de Carvalho de Travassos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 181-190.
- “Armando Soares Coelho. Biografia. Bibliografia (1924-2006)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 231-232.

CASTRO, Maria de Fátima

- “Agostinho M. da Silva, Escrivão de Direito”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 41-46.

COSTA, Armindo

- “Alberto Sampaio: o grande historiador do Minho. Discurso de Encerramento das Comemorações do Centenário da Morte de Alberto Sampaio”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 413-414.

COSTA, Artur Sá da

- “Armando Soares Coelho: cidadão, escritor”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 244-246.

COUTINHO, Salvador

- “Ao Armando Soares Coelho todos devemos muito”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 241.

CRUZ, Mafalda Ivo

- “Seis Rosas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 267.

CUNHA, Manuel

- “Armando Soares Coelho e o Tempo em que viveu em Riba de Ave”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 233-234.

FARIA, Emília Nóvoa; MARTINS, António

- “Bernardino de Sampaio Araújo: um famalicense nas hostes liberais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 65-95.

FERREIRA, António Mega

- “O Meu Caso com o Eduardo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 257-258.

FONSECA, Filomena

- “Armando Soares Coelho: ao escritor em jeito de homenagem”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 243.

GONÇALVES, Amadeu

- “A Minha Homenagem a Júlio Brandão (1869-1947). Kronos: uma cronologia (viva)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 139-228.

MACHADO, Ivo

- “Armando Soares Coelho: um livro”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 237.

## iv.iii Camiliana

BENTE, José de Oliveira

- “A Via Dolorosa: bosquejo camiliano”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 95-102.
- “Por Terras de Vila Nova de Famalicão: encontros da ficção com a realidade na obra de Camilo Castelo Branco”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 193-226.

OLIVEIRA, Filipe

- “Álvaro Folhadela Marques (1893-1957): o edil”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 253-256.

PAIVA, Odete

- “Lino José de Sousa Pereira: um presidente de câmara empreendedor”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 95-103.

- “O Poeta Júlio Brandão e a Casa de Pereiras: teias de um nascimento”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 131-137.
- “Os Genes Famalicenses no Brasil de Setecentos: os contratadores de diamantes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 15-26.

#### iv.iv Ensaio

AMARAL, Fernando Pinto do

- “Uma «Deambulação de Palavras»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 259-260.

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

- “Colóquio Recordar Eduardo Prado Coelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 239-256.

CARRILHO, Manuel Maria

- “EPC”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 269-270.

COSTA, Artur Sá da

- “A Tertúlia do Ave: Camilo, Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Bernardino Machado e amigos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 441-492.

- “[8, 18]=11 B.Cs.=10 volumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 495-525.

- “Livro Municipal: o mal-amado das políticas culturais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 555-569.

COSTA, Artur Sá da; GONÇALVES, Amadeu

- “Da História como Memória e Simbolismo Funerário”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 259-270.

DIAS, Cláudia de Sousa

- “Armando Soares Coelho: estudos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 247-250.

DIOGO, Américo Lindeza; SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de

- “Literatura e Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 117-120.

FARIA, Emília Nóvoa

- “Uma Tipografia Famalicense nas Letras Poveiras”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 47-51.

GONÇALVES, Amadeu

- “Literatura & Imprensa: do local ao global”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 121-144.

- “Manuel da Silva Mendes com Vila Nova de Famalicão e em Macau: entre o anarquismo e a filosofia oriental”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 113-128.

- “O Neo-Realismo em V. N. de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 81-117.

MARTINS, Guilherme de Oliveira

- “Eduardo ou o Elogio da Atenção”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 265.

Epistolografia

- “Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado e desta para o marido a 6 de Outubro de 1910”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 273-274.

CARVALHO, Vasco de; TROVISQUEIRA, Leopoldo

- “Vasco de Carvalho e o Barão de Trovisqueira: correspondência com e do neto Leopoldo Trovisqueira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 271-312.

MENDES, José Amado

- “Alberto Sampaio, precursor da história do presente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 415-426.

## iv.v Memória

AFONSO, Simonetta Luz

– “[Eduardo Prado Coelho]”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 261.

MONTEIRO, Manuela

– “Armando Soares Coelho Senhor Engenheiro”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 239.

MOREIRA, Vasco

– “Ao Engenheiro Armando Soares Coelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 242.

SÁ, Jorge Reis

– “Armando Soares Coelho: virá a morte e terá os meus olhos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 238.

SERGUILHA, Luís

– “Armando Soares Coelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 235-236.

## iv.vi Poesia

COELHO, Armando Soares

– “Sonho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 240.

MOURA, Vasco Graça

– “eduardo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 263.

## V. SOCIOLOGIA

### v.i Arquivos

RIBEIRO, Fernanda

– “Os Arquivos na Era da Pós-Custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 129-133.

SILVA, Armando B. Malheiro da

– “Arquivos Familiares e Pessoais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 153-175.

### v.ii Associativismo

COSTA, Artur Sá da

– “Município e Associativismo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 171-178.

LIMA, Licínio C.

– “O Associativismo na Região do Vale do Ave”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 159-166.

PEREIRA, Augusto

– “Subsídios para o Estudo do Movimento Associativo Famalicense: 1911, o ano das associações em Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 87-92.

SILVA, Augusto Santos

– “As Associações Culturais de Base e o Trabalho de Projecto: 17 sugestões de um estudante interessado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 167-170.

### **v.iii Educação**

- “Impacto de Actividades Experimentais na Motivação e Aquisição de Conhecimentos em Contextos Informais”. Azevedo M.-M. ... [et. al.]. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 97-100.

### **v.iv Emigração**

ALVES, Jorge Fernandes

- “Leituras sobre a Emigração em Portugal: revisitar *O Problema da Emigração* de Afonso Costa”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 297-307.

### **v.v Etnografia**

- “Abílio Magalhães Brandão: apontamentos folclóricos famalicenses: folclore e etnografia, costumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 163-235.

### **v.vi Museologia**

FARIA, Margarida Lima de

- “Qual o Papel dos Museus na Sociedade Actual?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 135-143.

### **v.vii Património**

MATOS, Rogério Bruno Guimarães

- “Património Arquitectónico Pré-Industrial no Vale do Ave: azenhas & açudes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 41-47.

PEREIRA, Miriam Halpen

- “Memória, História e Património”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 125-128.

PEREIRA, Nelson Bruno Lima

- “Vila Nova de Famalicão: património cultural – desafios”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 55-64.

### **v.viii Sociedade. Feminismo**

FERNANDES, Maria Adília

- “A Imagem da Mulher na Imprensa Famalicense: início do século XX”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 145-152.

- “Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas, de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 87-95.

- “As Mulheres e a Primeira Guerra Mundial”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 319-326.

### **v.ix Urbanismo**

LEMOS, Clara; Pedro, Fernando Figueira

- “O Centro Urbano de Vila Nova de Famalicão: três décadas de desenvolvimento”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 285-320.



# Boletim Cultural

## III Série

## Autores

por Amadeu Gonçalves<sup>1</sup>

AFONSO, Simonetta Luz

– “[Eduardo Prado Coelho]”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 261.

ALVES, Jorge Fernandes

– “Riopele: reavistação de um sonho fabril”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 69-77.

– “Leituras sobre a Emigração em Portugal: visitar *O Problema da Emigração* de Afonso Costa”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 297-307.

ALVIM, Luísa

– “Os Manifestos de Carvalho de Travassos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 181-190.

AMARAL, Fernando Pinto do

– “Uma «Deambulação de Palavras»”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 259-260.

– “Armando Soares Coelho. Biografia. Bibliografia (1924-2006)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 231-232.

BENTE, José de Oliveira

– “A Via Dolorosa: bosquejo camiliano”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 95-102.

– “S. Salvador de Ruivães: subsídios para a sua monografia”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 81-86.

CARRILHO, Manuel Maria

– “EPC”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 269-270.

– “Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado e desta para o marido a 6 de Outubro de 1910”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 273-274.

CARVALHO, Vasco de; TROVISQUEIRA, Leopoldo

– “Vasco de Carvalho e o Barão de Trovisqueira: correspondência com e do neto Leopoldo Trovisqueira”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 271-312.

CASTRO, Maria de Fátima

– “As Capelas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Dores na Freguesia de Santa Maria de Landim”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1 3.ª série (2005), pp. 15-25.

– “Por Terras de Vila Nova de Famalicão: encontros da ficção com a realidade na obra de Camilo Castelo Branco”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 193-226.

– “Agostinho M. da Silva, Escrivão de Direito”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 41-46.

COELHO, Armando Soares

– “Sonho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 240.

– “Colóquio Recordar Eduardo Prado Coelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 239-256.

CORDEIRO, José Manuel Lopes

– “Ao Serviço do Povo Venceremos”: a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 119-158.

.....  
<sup>1</sup> Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão

COSTA, Armindo

- “Alberto Sampaio: o grande historiador do Minho. Discurso de Encerramento das Comemorações do Centenário da Morte de Alberto Sampaio”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 413-414.

COSTA, Artur Sá da

- “Editorial. Projecto Transversal e Plural”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 11-12.
- “Apresentação. Pioneirismo das Autarquias na Vida Cultural”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 11-12.
- “Município e Associativismo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 171-178.
- “Apresentação. Boletins Culturais, rosto e instrumento das políticas culturais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 11-13.
- “Armando Soares Coelho: cidadão, escritor”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 244-246.
- “A Tertúlia do Ave: Camilo, Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Bernardino Machado e amigos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 441-492.
- “[8, 18]=11 B.Cs.=10 volumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 495-525.
- “Livro Municipal: o mal-amado das políticas culturais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 555-569.
- “Editorial. 30 Anos, 22 Volumes: perseverança, continuidade”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 11.

COSTA, Artur Sá da; GONÇALVES, Amadeu

- “Da História como Memória e Simbolismo Funerário”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 259-270.

COUTINHO, Salvador

- “Ao Armando Soares Coelho todos devemos muito”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 241.

CRUZ, Mafalda Ivo

- “Seis Rosas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 267.

CUNHA, Manuel

- “Riba de Ave: preservar a memória”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 93-94.
- “Armando Soares Coelho e o Tempo em que viveu em Riba de Ave”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 233-234.

CUNHA, Norberto Ferreira da

- “A Revolta Estudantil de 1907”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 317-318.

DIAS, Cláudia de Sousa

- “Armando Soares Coelho: estudos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 247-250.

DIOGO, Américo Lindeza; SOUSA, Sérgio Paulo Guimarães de

- “Literatura e Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 117-120.

FARIA, Emília Nóvoa

- “Uma Tipografia Famalicense nas Letras Poveiras”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 47-51.

FARIA, Emília Nóvoa; MARTINS, António

- “Bernardino de Sampaio Araújo: um famalicense nas hostes liberais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 65-95.

FARIA, Margarida Lima de

- “Qual o Papel dos Museus na Sociedade Actual?”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 135-143.

FERNANDES, Maria Adília

- “A Imagem da Mulher na Imprensa Famalicense: início do século XX”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 145-152.

- “Considerações em torno de um Livro de Matrículas das Toleradas, de Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 87-95.
- “As Mulheres e a Primeira Guerra Mundial”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 319-326.
- FERREIRA, Arminda Esmeralda de Araújo
- “Nuno Simões: reflexão de um republicano sobre as colónias!”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 287-296.
- FERREIRA, António Mega
- “O Meu Caso com o Eduardo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 257-258.
- FONSECA, Filomena
- “Armando Soares Coelho: ao escritor em jeito de homenagem”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 243.
- FREITAS JÚNIOR, José Joaquim Rodrigues
- “Do Porto a Braga de Carroção, em 1856: [Apontamentos de Viagem], de Rodrigues de Freitas. Apresent. Jorge Fernandes Alves. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 47-80.
- GONÇALVES, Amadeu
- “Literatura & Imprensa: do local ao global”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 121-144.
- “Manuel da Silva Mendes com Vila Nova de Famalicão e em Macau: entre o anarquismo e a filosofia oriental!”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 113-128.
- “A Minha Homenagem a Júlio Brandão (1869-1947). Kronos: uma cronologia (viva)!”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 139-228.
- “Índice Boletim Cultural (II Série). Autores. Temático!”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 527-552.
- “Publicações Municipais. Publicações Patrocinadas”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 571-601.
- “O Neo-Realismo em V. N. de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 81-117.
- “Abílio Magalhães Brandão: apontamentos folclóricos famalicenses: folclore e etnografia, costumes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 163-235.
- “Impacto de Actividades Experimentais na Motivação e Aquisição de Conhecimentos em Contextos Informais”. Azevedo M.-M. [et. al.]. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 97-100.
- LAGES, José Manuel
- “Manifestações Colectivas Religiosas e Culturais: a festa religiosa e a romaria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 53-66.
- “Guerra Colonial, uma história por contar! Suportes em papel nas várias formas de comunicar”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 259-281.– “Aspectos Desconhecidos da Guerra Colonial. O Hospital Militar da Marinha de Hamburgo: uma das retaguardas da guerra”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5 (2009), pp. 159-162.
- LEITE, Felisbela Oliveira
- “As Moedas Romanas da Estação Arqueológica de Perrelos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2005), pp. 27-40.
- LEMONS, Clara; Pedro, Fernando Figueira
- “O Centro Urbano de Vila Nova de Famalicão: três décadas de desenvolvimento”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 285-320.
- LIMA, Licínio C.
- “O Associativismo na Região do Vale do Ave”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 159-166.
- LOPES, Filipa Sousa
- “Ser Eleitor (de 1910 a 1974)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 309-318.



MACHADO, Ivo

– “Armando Soares Coelho: um livro”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 237.

MACHADO, João Afonso

- “Os Pinheiros de Barcelos em V. N. de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 13-20.
- “A Capela e a Romaria do Senhor dos Aflitos em S. Tiago da Cruz: apontamentos para a sua história”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 17-31.
- “A Monarquia do Norte em V. N. de Famalicão (segundo a imprensa local)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 281-286.

MARQUES, Manuel Machado Sá

- “Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 229-234.
- “Recordando meu avô Bernardino”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 235-238.
- “A Greve Académica de 1907: sua relação com a constituição da Família Machado Sá Marques”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 319-324.

MARTINS, Guilherme de Oliveira

– “Eduardo ou o Elogio da Atenção”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 265.

MATOS, Rogério Bruno Guimarães

– “Património Arquitectónico Pré-Industrial no Vale do Ave: azenhas & açudes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 41-47.

MENDES, José Amado

– “Alberto Sampaio, precursor da história do presente”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 415-426.

MONTEIRO, Manuela

– “Armando Soares Coelho Senhor Engenheiro”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 239.

MOREIRA, Vasco

– “Ao Engenheiro Armando Soares Coelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 242.

MOTA, Jorge Bruno Coelho

– “Feiras de Famalicão: espaços de trocas comerciais e de encontros culturais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 105-115.

MOURA, Vasco Graça

– “Eduardo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), p. 263.

MUSEU BERNARDINO MACHADO

- “Documentos. Revolta Académica de 1907”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 325-335.
- “Comemorações do 40.º Aniversário das Eleições Legislativas de 1969”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 329-406.

NUNES, Henrique Barreto

– “Esta Frágil Memória de um Povo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 145-151.

OLIVEIRA, Custódio

– “Subsidiariedade: um princípio estratégico essencial para os dias de hoje”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 153-155.

OLIVEIRA, Filipe

– “Álvaro Folhadela Marques (1893-1957): o edil”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 253-256.

PAIVA, Odete

– “Lino José de Sousa Pereira: um presidente de câmara empreendedor”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 95-103.

- “O Poeta Júlio Brandão e a Casa de Pereiras: teias de um nascimento”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 131-137.
- “Os Genes Fomalicensens no Brasil de Setecentos: os contratadores de diamantes”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 15-26.

PEREIRA, Augusto Castro

- “Indústria dos Botões: o Louro”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 79-86.
- “Subsídios para o Estudo do Movimento Associativo Fomalicense: 1911, o ano das associações em Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 87-92.

PEREIRA, Miriam Halpen

- “Memória, História e Património”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 125-128.

PEREIRA, Nelson Bruno Lima

- “Vila Nova de Famalicão: património cultural – desafios”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 55-64.

PINTO, Orlando Rocha

- “Breves Aspectos da Desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar de Quintães da Freguesia de Requião (V. N. de Famalicão) e do seu Fundador”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 49-54.

QUEIRÓS, António José

- “José Domingos dos Santos: um republicano no exílio (1927-1954)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 105-122.
- “As Eleições Legislativas de 1925 em Vila Nova de Famalicão”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 275-279.

RIBEIRO, Fernanda

- “Os Arquivos na Era da Pós-Custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 129-133.

SÁ, Jorge Reis

- “Armando Soares Coelho: virá a morte e terá os meus olhos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), p. 238.

SAMPAIO, Alberto

- “Lavouras e Lavradores (Norte de Portugal): as *Vilas do Norte de Portugal* – um resumo de Alberto Sampaio”. Nota prévia Emília Nóvoa Faria, António Martins. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 427-439.

SERGUILHA, Luís

- “Armando Soares Coelho”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 235-236.

SILVA, António Joaquim Pinto da

- “Relatórios de Gerência da Vereação de Álvaro Marques (1952/57)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 179-219.
- “Urbanismo e Obras Particulares na Cidade de Vila Nova de Famalicão (1851-1921)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 241-256.
- “Os Códigos de Posturas Municipais de Vila Nova de Famalicão no Século XIX”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 341-405.
- “O Boletim do Grupo dos 29”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 59-79.

SILVA, Armando B. Malheiro da

- “Arquivos Familiares e Pessoais”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 153-175.

SILVA, Augusto Santos

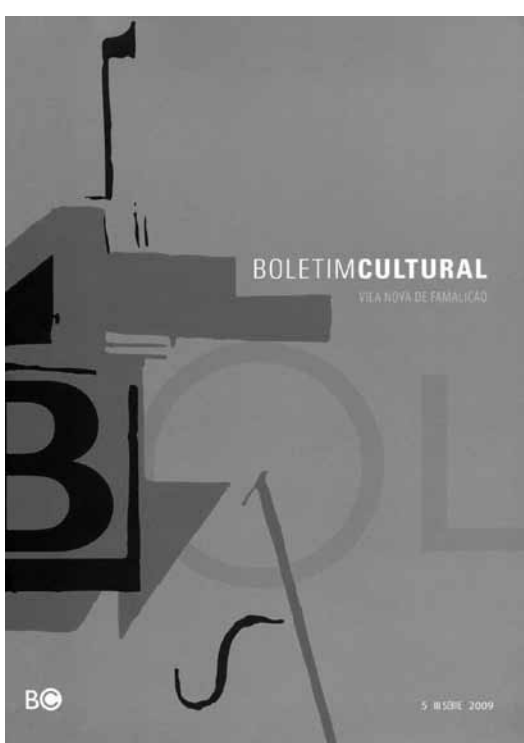
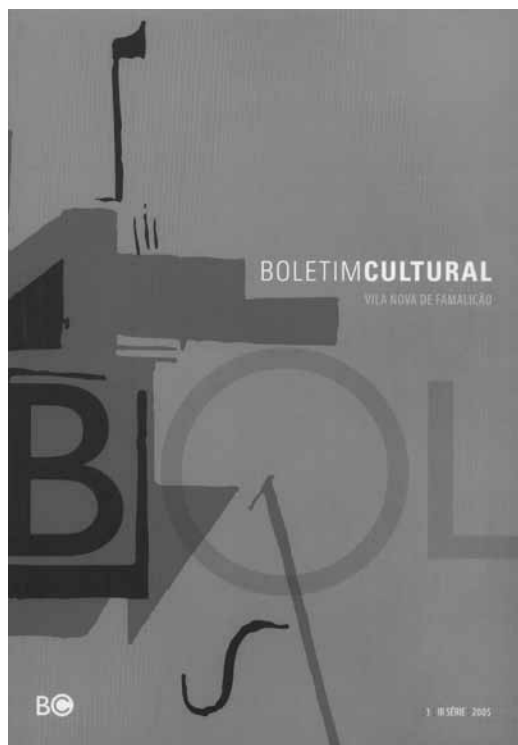
- “As Associações Culturais de Base e o Trabalho de Projecto: 17 sugestões de um estudante interessado”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 167-170.

VIEIRA, António Martins


- “História Sumária da Freguesia de Vale de (S. Cosme)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 27-45.
- “Freguesia e Paróquia de Gondifelos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 21-47.
- “Pontes Romanas e Pontes Românicas: o que as caracteriza”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 23-40.
- “História da Capela da Lapa e o Museu”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 49-58.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

- “Informação Cultural”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 1, 3.ª série (2005), pp. 223-238.
- “Informação Cultural”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 2, 3.ª série (2006), pp. 323-334.
- “Comemorações do Centenário da Morte de Alberto Sampaio (1841-1908)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 411-412.
- “Informação Cultural”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 3/4, 3.ª série (2007/8), pp. 605-619.
- “Informação Cultural”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 5, 3.ª série (2009), pp. 409-414.





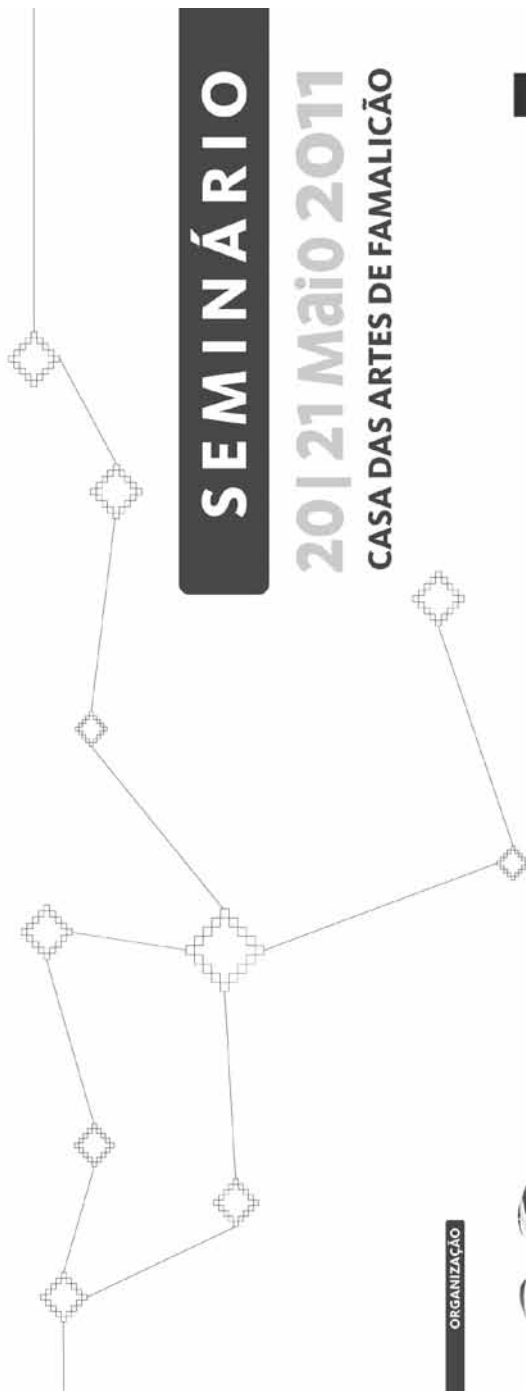


**IV – Seminário:  
Rede de Museus.  
Territórios. Identidade. Património**



# REDE DE MUSEUS

Território. Identidade. Património



**SEMINÁRIO**

**20 | 21 Maio 2011**  
**CASA DAS ARTES DE FAMILIÇÃO**

ORGANIZAÇÃO



COLABORAÇÃO







# O Castro das Eiras no contexto da Cultura Castreja e da Rede de Castros do Noroeste Peninsular

por Armando Coelho Ferreira da Silva<sup>1</sup> e Paulo Costa Pinto<sup>2</sup>

## Introdução

A ocupação humana do noroeste da península ibérica, no primeiro milénio a. C., foi marcada pelo emergir de um conjunto de povoados fortificados que, num processo paulatino, fizeram evoluir a matriz ocupacional do território desde pequenos aglomerados habitacionais do final da Idade do Bronze até aos grandes núcleos urbanos do final da Idade do Ferro.

Durante este processo de longa duração, esta evolução do habitat no noroeste peninsular no primeiro milénio a. C., deu origem a cerca de 6000 povoados, com uma dimensão e cronologia muito variada, mantendo, porém, alguns elementos conformadores de coesão, quer ao nível material quer ao nível simbólico, que permitiram que ao longo do século XX fossem identificados como constituindo uma cultura arqueológica individualizada.

Uma abundante historiografia foi produzida sobre esta cultura arqueológica batizada que foi como Cultura Castreja e que um dos autores deste artigo referenciou com o nome preciso de Cultura Castreja do Noroeste Peninsular, tendo efetuado um trabalho de síntese sobre a parte portuguesa da mesma, em sede de dissertação de doutoramento.<sup>3</sup>

Dos pequenos povoados da Idade do Bronze aos grandes aglomerados urbanos que prosperam sob domínio romano, é tecida uma rede de elementos comuns nas dimensões económica, social e espiritual, que conferem ao Noroeste Peninsular uma identidade e um papel significativo no contexto das culturas arqueológicas da “primeira Europa”, desde logo atestado pelo facto de corresponder a uma das três maiores concentrações de povoamento sistematicamente fortificado de todo o continente.

De entre os cerca de 6000 povoados inventariados, cabe ao conjunto da bacia hidrográfica do Ave um papel muito relevante, que aqui analisaremos, particularizando o caso do Castro das Eiras, no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Esta relevância da cultura castreja do noroeste peninsular no contexto da primeira Europa é incontornável, quer pela dimensão física dos povoados, quer pela quantidade e qualidade do contributo científico que vêm gerando, quer ainda pela monumentalidade que ostentam.

A sua identidade é pela primeira vez referenciada com um forte simbolismo quando, depois de retornar a Roma em 136 a.C., o conquistador Décimo Júnio Bruto toma o cognome de Calaico.

A sua originalidade já é reconhecida pelo historiador e geógrafo grego Estrabão que, por volta da mudança da era, descreve os povos que aqui habitam a par dos da Lusitânia.

Essa mesma identidade vem a ser confirmada por Caracala quando no início do século III funda a província da Hispania Superior Callaecia e é reconfirmada pela criação da província da Galécia por Diocleciano em finais do século III, apenas acrescentada do *Conventus Lucensis*.

.....  
<sup>1</sup> Professor Catedrático. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> Gestor de Projectos Culturais na Comunidade Inter.

<sup>3</sup> SILVA, A. C. F. 1986, *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins;

A especificidade da Cultura dos Castros do Noroeste encontra apoio numa especialização artesanal que se identifica particularmente na área dos trabalhos metalúrgicos e da cerâmica que gera formas e técnicas originais (por exemplo com o recurso à mica na elaboração das pastas) e num proto-urbanismo com traços comuns em toda a área geográfica em apreço.

Finalmente, a sua identificação encontra apoio numa relação de *economia-mundo*, com referentes em substratos celtas e mediterrânicos e no emergir de novas expressões simbólicas com predominância masculina, onde as estátuas de guerreiros são elementos fundamentais.

Toda esta monumentalidade e reconhecimento parecem escapar à maior parte da historiografia que estuda a fundação nacional, mesmo quando reconhecem a existência de fortificações que supõem ainda estruturar o território em pleno século X<sup>4</sup>.

A presença dos vestígios da cultura castreja estende-se também à língua e particularmente à onomástica, com as principais entidades do quadro geográfico a radicar num substrato linguístico a que temos que reconhecer uma grande antiguidade.

A onomástica relacionada com a cultura castreja é hiperabundante, a começar pelo elemento **gal** no próprio nome do país e da região. Boa parte dos hidrónimos da região norte já tinha o étimo da atual designação aquando das primeiras referências históricas. Assim e a mero título de exemplo, o Ave era já *Avus*, designação indo-europeia que se refere à omnipresença da água neste vale, o Neiva era já *Nabia*, divindade da vegetação referida em quase duas dezenas de inscrições inventariadas até à data. A mesma antiguidade é reconhecida ao *Minius* /Minho, ao *Lima* /Lima, ao *Celadus* /Cávado e ao *Durius* /Douro.

De igual modo se passa com a oronímia, onde já na antiguidade encontramos, por exemplo, as referências a duas das principais serras da região havidas como divindades maiores, o *Marão* / *Marandigui* e o *Larouco* / *Larocui*.

Em Vila do Conde a documentação medieval refere mesmo um topónimo que aparenta estar relacionado com o processo de celtização – *Celteganes* – cuja evolução para Centegães e posteriormente para Santagões levanta a questão de podermos estar perante um exemplo de evolução etimológica que em muitos outros casos se poderá verificar e que esconda uma ainda mais massiva utilização de nomes de origem pré-romana atrás da referência hagiológica.<sup>5</sup>

Também o perfil demográfico regional que, na sua estrutura, pouco se alterou da antiguidade até à segunda metade do século XX, encontra raiz na demografia antiga. Esta relação expressa-se quer no número de comunidades que encontra, senão uma correspondência direta, uma aproximação entre o número de Castros e o número de freguesias atualmente existentes, quer nas estruturas habitacionais que na região norte continuaram a possuir muitos elementos arquitetónicos em comum com as antigas expressando uma demografia de *extended family*.

Os povoados do período castrejo não se limitam, na memória da população medieval, aos testemunhos toponímicos, eles constituem verdadeiros marcos histórico-geográficos, sempre presentes na documentação, estruturando mentalmente o território, a par dos rios. São, por isso, a forma mais comum de referência geográfica medieva, na conhecida fórmula que tem suscitado tanto interesse aos estudiosos *subtus mons castro...*

Esta expressão e as suas congéneres sugerem obrigatoriamente domínio, muito embora o sentido preciso desse domínio seja hoje de natureza desconhecida, não se sabendo, de facto, se se tratava de um domínio de natureza militar, pressupondo uma reocupação que nem sempre é evidenciada no registo estratigráfico,

<sup>4</sup> Amaral, Luís Carlos. O povoamento da terra bracarense durante o século X in Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA, Porto, III Série, vol. 10, 2009, p.125. O autor refere que a foz do Ave era defendida a norte e a leste por “(...)um conjunto significativo de fortificações (Terroso, Argifonse e Bagunte)(...)”.

<sup>5</sup> PMH. Dip.et Chart. Documentos 302, 306, 368 e 371

ou se os autores medievais se referem apenas a um suposto domínio visual, ainda que essa realidade seja desmentida pelo facto de alguns dos locais mencionados não serem diretamente visíveis dos castros *sob* os quais são colocados. Bastaria porém uma postura menos rigorosa por parte dos autores medievais para a tese do domínio visual poder ser considerada.

Não temos também certeza se a referência *subtus* não poderá radicar na ideia de domínio simbólico, herdado do tempo em que estes povoados exerciam um mando efetivo sobre o território que os envolvia, influência que teria permanecido mais de mil anos na consciência coletiva.

O certo é que a fórmula usada para a localização das mais diversas propriedades medievais remete para os espaços que outrora tinham sido os castros e que se mantinham um milénio mais tarde presentes no conhecimento de todos, ao ponto de serem usados como referentes geográficos, não enquanto simples elevações, mas enquanto povoados fortificados de antanho.

Esse conhecimento é acompanhado de uma sacralização dos espaços referentes aos antepassados e também da pervivência dos seus cultos, de raiz naturalista, em pleno período de afirmação cristã.

Esta é, aliás, uma dimensão que se verificou até muito tarde, com bolsas de resistência na devoção a espaços naturais e se verifica ainda sob a forma de um sincretismo que cristianizou muitos dos antigos espaços sagrados e mesmo algumas figuras heroicas possivelmente divinizadas. Cabem aqui os dois montes dedicados a S. Miguel-o-Anjo no concelho de Vila Nova de Famalicão, ambos com o anjo guerreiro<sup>6</sup> a cristianizar castros, ou S. Torquato Félix, bispo da Citânia, avultando de entre os muitos exemplos de cristianização de espaços que teimavam em ocupar um lugar de destaque nas crenças populares, fosse pela sua ligação às divindades da natureza, fosse pela sua ligação ao culto dos antepassados.

Caberá, finalmente, uma última referência para uma pervivência da organização social, baseada em modelos organizativos de tipo feudal, conforme nos é testemunhado nos pactos de hospitalidade que perpetuam uma relação em muito semelhante com a que se vem a verificar por toda a Europa medieval, onde uma sociedade de estamentos é uma clara versão das sociedades tripartidas e trifuncionais, tal como se vislumbra na simbólica do mundo dos castros.

Assim, um olhar atento da nossa investigação histórica à realidade social, cultural e económica da proto-história do noroeste peninsular, muito faria ganhar à compreensão do enigma da formação das *Terras* enquanto entidades administrativas, mas também identitárias, que garantem para si uma estranha solidez de implantação, que quanto a nós não pode ser inteligível sem o estudo da realidade proto-histórica que lhe está subjacente.

### O exemplo do Castro das Eiras

O Alto do Castro das Eiras, em Vila Nova de Famalicão é um exemplo claro daquilo que vimos afirmando.

Este castro situa-se no troço final da linha de alturas que desce da Serra da Cabreira, onde se incluem a serra dos Carvalhos e a da Falperra.

O povoado ergue-se num planalto onde notavelmente, no raio de um quilómetro, se eleva também o Castro e Castelo de Vermoim e o Castro de Santa Cristina.

Este planalto, com orientação NE/SW, divide os vales dos rios Pelhe e Pele e corresponde a uma das mais notáveis concentrações arqueológicas do país, não apenas pela grande dimensão do Alto das Eiras, um dos maiores povoados da região, mas também pela presença dos monumentos megalíticos da Chã dos Montes de Vermoim, num dos quais apareceu uma fibula castreja, indiciando uma relação segura das populações dos castros vizinhos com estes monumentos.

.....  
<sup>6</sup> Silva, A.C. 2003.

Em 1990 o povoado foi objeto de uma escavação arqueológica por parte de Francisco Reimão Queiroga e António Pereira Dinis, tendo a mesma colocado a descoberto as ruínas de um notável edifício de banhos castrejos, que fora já assinalado e interpretado por Martins Sarmiento um século atrás, e que fora redescoberto por Francisco Queiroga, então arqueólogo municipal em Vila Nova de Famalicão.<sup>7</sup>

Considerando apenas a sua dimensão, este sítio indicia já ter ocupado um papel relevante na hierarquia dos povoados castrejos.

Dali se divisa uma notável quantidade de castros, pelo que não é difícil promover um exercício académico tomando-o como referente de centralidade.

Desde logo e ultrapassando o raio de um quilómetro, onde se situam os castros já referidos, encontramos no vale do rio Pelhe, em Vale de S. Martinho, o Castro do Cruito e em Vale de S. Cosme, o Castro das Bocas. Para Oeste, no vale do rio Pele, o horizonte alarga-se mostrando, a menos de quatro quilómetros, os castros de S. Miguel-o-Anjo, de Ruivães, de Santa Tecla, em Santa Maria de Oliveira e de S. Miguel -o-Anjo de Vermil, este já no concelho de Guimarães.

Alargando a nossa atenção a um raio de vinte km, erguem-se, entre muitos outros, os castros de Bagunte, em Vila do Conde, do Monte da Saia, em Barcelos, e do Senhor dos Perdidos, no limite do vale do Ave, já em Felgueiras.

A relação entre estes povoados mais longínquos e o Castro das Eiras (bem como com o seu vizinho S. Miguel de Vermil) sugere a possibilidade de estarem ligados aos *Nemetati*, de que nos dá notícia Ptolomeu, II, 6, 40, situando-os a norte do Douro e a sul de *Bracara*. E, se o território de entre Leça e Ave estava, como julgamos, ocupado pelos *Madequisenses*, enquanto pertencentes aos *Calaeci Bracarum* /Calaicos dos Brácaros, é no vale do Ave, sobretudo na sua margem direita, ainda que podendo estender-se ao limite natural que o separa da bacia do Sousa, que devemos procurar esta entidade étnica (Fig 1).

As referências epigráficas na região ao radical *Nem-* são relevantes ( Fig.2, Quadro I ) seja sob a forma direta integrada em epítetos divinos, como o *Nemeoeco* de Burgães, seja sob a forma transliterada *Nimid*<sup>8</sup> ( expressão sonorizada do gaulês *Nemeto*, que tem o significado de «bosque sagrado»<sup>9</sup>). Os *Nemetati* seriam assim o povo do “bosque sagrado”.

É para esta identidade que a investigação arqueológica e linguística nos faz remeter desde os tempos proto-históricos, em que o Alto das Eiras, à época, representaria a capitalidade deste território no quadro de uma organização simbólica do espaço regional concebido como microcosmos que reproduziria a imagem formada por quatro quarteirões em torno de um centro, segundo modelização, de fundo indo-europeu, conhecida em diversas expressões e áreas do mundo celta, germânico, itálico, iraniano até à Índia,<sup>10</sup> evocativa da ancestralidade da organização da sociedade castreja ( Quadro II ).

## A Rede de Castros do Noroeste

Apesar de estudarmos há mais de um século a nossa proto-história, o seu conhecimento raramente ultrapassa o círculo dos especialistas ou dos vizinhos imediatos dos grandes castros. Isto apesar da sua enorme monumentalidade e da sua omnipresença.

.....  
<sup>7</sup> Queiroga- Dinis 2009.

<sup>8</sup> CIL II 5607: *Nimidi* ou *Nimid*; Sarmiento 1895b = 1933a, p. 423-427: *Nimid* ou *Niminid*; Untermann 1985, p. 366: *Nimidi*; Tovar 1960, p. 114 (nota 150) – 115:.

<sup>9</sup> Simone 1985; Delamarre, p. 233-234

<sup>10</sup> Sterckx 2005, p. 241.247

Para superar a opacidade de um tão importante período da nossa história e ganhar base social de apoio para a preservação destes monumentos, há que inverter esta situação.

O grande óbice ao reconhecimento da importância da cultura castreja do noroeste peninsular radica, em primeiro plano, no desconhecimento da dimensão do fenómeno.

Este desconhecimento acontece, quer quando falamos da população em geral, quer quando nos referimos à maior parte dos decisores políticos.

Tornou-se desde cedo claro que para conseguir a sua preservação e valorização teria que se fazer um esforço no sentido de dar a conhecer pelo menos o conjunto dos grandes povoados castrejos que, na proto-história e durante boa parte da romanização, estruturaram a ocupação humana na região.

A noção de que estes grandes monumentos tinham um papel a desempenhar no desenvolvimento regional está já presente, no contexto de uma primeira crise do Vale do Ave, quando em 1991 um dos signatários desta comunicação – Armando Coelho Ferreira da Silva – propôs, com Joaquim Santos Simões, em sessão pública na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, a classificação dos grandes Castros do Noroeste pela UNESCO como forma de dinamizar, pela via do turismo e da cultura, a economia regional.

Em 2004, na sequência da publicação pelo escritor João Aguiar do romance *uma Deusa da Bruma*, o CACEC ( Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos), sediado no Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, decidiu promover uma homenagem ao notável escritor, organizando o *Colóquio Uma Deusa na Bruma*, que foi levado a efeito no dia 20 de Maio de 2004.

Dali saiu mandatado um grupo de trabalho que tinha por missão estabelecer os contactos institucionais que levassem à constituição de uma Rede Promotora dos Castros do Noroeste, divulgando-os a uma escala internacional e estabelecendo um código de boas práticas para a sua gestão.

Quer a divulgação quer o código de boas práticas visavam um mesmo objetivo estratégico – a consciencialização, por parte das populações locais e dos potenciais visitantes, da riqueza científica e da enorme importância dos Castros enquanto materialidade que, ao longo do primeiro milénio a.C. e da romanização foi estabelecendo a sua presença no Noroeste Peninsular, garantindo ao mesmo tempo que esse reconhecimento se não transformasse num fator de degradação para os sítios arqueológicos.

Desde logo o grupo de trabalho estabeleceu, como elemento central para a prossecução daqueles objetivos, a classificação dos Castros de maior relevo como Património Cultural da Humanidade. Respondia-se, assim, a um apelo lançado nesse ano pela Comissão UNESCO de Portugal que se propunha apoiar uma classificação, desde que fosse proposta por Portugal e Espanha.

Numa primeira estimativa calculou-se que integrariam a Rede e potencialmente candidatar-se-iam a esta classificação cerca de 30 povoados de entre os cerca de 5.000 inventariados no Noroeste.

Entre os anos de 2004 e 2007 multiplicaram-se as iniciativas que tinham por função dar sequência a um programa apresentado em Guimarães, na Sociedade Martins Sarmento, quando o grupo de trabalho se formalizou como Comissão, no dia 24 de Setembro de 2004.

Tratava-se de um projeto complexo, como são todos os que implicam redes de cooperação.

Foi, então, assente a criação de uma Rede de Castros que se assumiriam apenas como pré-candidatos, tendo como instituições-líder a Sociedade Martins Sarmento e o Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos pelo lado português e a Conselheria de Cultura da Xunta de Galicia pelo lado espanhol.

Obedecendo ao espírito do que deve ser uma Rede <sup>11</sup>para ele foram apresentados caminhos, mas não soluções pré-formatadas, por sabermos que tais soluções ainda nem sequer existiam, tendo que ser geradas

.....  
<sup>11</sup> Lameiras Campagnolo – Campagnolo 2002.

na ligação com os intervenientes, agregando as propostas da comissão às suas intenções e às suas necessidades diferenciadas.

Não se estava aliás, em 2004, na condição de apresentar uma estrutura orgânica definida, a que as instituições pudessem aderir, porque se intuiu que ela acabaria por gerar entropias junto de cada uma das diferentes entidades que tutelam os arqueossítios que se pretendia levar ao reconhecimento público e à classificação de mais alta importância ao nível mundial.

As ideias necessitavam de ser amadurecidas, debatidas e confrontadas com a realidade de instituições tutelares tão diversas como associações, pequenos municípios, o nascente IGESPAR, ou os governos de Portugal e Espanha.

Essa necessidade de tempo para encontrar o modelo certo, foi agravada pelo facto de, no período 2004/2011, terem sido várias e sistemáticas as alterações na envolvente externa ao projeto:

Mudou o governo da República Portuguesa.

Alterou-se o governo autonómico da Galiza – ao nível dos dirigentes políticos, da estrutura interna e das orientações de política cultural.

Mudaram os dirigentes autárquicos – ou porque mudaram as opções partidárias das populações ou porque finalizou um ciclo político.

Modificou-se a estrutura técnica de avaliação de projetos na região norte de Portugal. A CCDR-N substituiu a CCR-N com três mudanças de quadros dirigentes, o IGESPAR substituiu o IPA e parte do IPPAR, a Direção Regional de Cultura sucedeu a outra parte da Direção Regional do Porto do IPPAR, o Instituto Português de Museus e Conservação tomou as funções do Instituto Português de Museus e do Instituto de Conservação e Restauro.

Alterou-se até o quadro de apoio estrutural comunitário, tendo sido introduzido o QREN com características consideravelmente diferentes.

Era evidente que uma tal alteração de envolvente externa teria de condicionar a elaboração da engenharia institucional da rede de cooperação que se pretendia criar.

Foram-se, então, gerindo com cuidado as expectativas, assumindo abertamente que nos encontrávamos numa fase de estudo e levando adiante o complexo momento inicial do projeto.

O entusiasmo encontrado durante a fase de estudo de terreno foi grande e em boa parte porque tinha sido encontrada a motivação que permitia colocar autarcas e arqueólogos a trabalhar em rede – a classificação dos Castros como Património da Humanidade.

A esta classificação juntou-se potencialmente um novo e interessante quadro de classificação – o Património Europeu – que apesar de surgir no âmbito de alguma confusão institucional, poderia servir, no contexto de uma rede, para ajudar a proteger e divulgar alguns dos sítios que não venham a ser reconhecidos pela UNESCO.

Em todo o processo era importante não perder de vista os objetivos essenciais da Rede de Castros do Noroeste, mantendo a consciência de que sendo uma boa motivação a classificação não é um fim em si mesmo.

As reprovações das pré-candidaturas ou candidaturas de Cascais e do Património Imaterial da Galiza/Minho alertaram para as dificuldades e para a necessidade de exigência na preparação deste projeto.

Fomos também ajudados pelo exemplo de candidaturas bem estruturadas e com todo o sentido, como a do Douro Paisagem Vinhateira, que partiram do equívoco de que a classificação ajudaria à posterior solução de problemas de gestão.

Na realidade, ali a classificação foi aprovada, mas isso não ajudou, tanto quanto poderia, ao desenvolvimento da região. Do mesmo modo não ajudou à consciencialização coletiva e política do valor em presença e à sua consequente proteção, sendo com facilidade posta em causa pelos chamados Projetos de Interesse Nacional.

Toda esta aprendizagem foi e será vital para o funcionamento da Rede de Castros do Noroeste, tornando claro que o processo devia começar, tanto quanto possível, por ver primeiro resolvidos os problemas estruturais dos espaços a classificar, para posteriormente propor as candidaturas a uma qualquer classificação.

Neste contexto, potenciais classificações deverão funcionar como fator de motivação para todo o trabalho a desenvolver e, claro, como fator de potenciação dos investimentos efetuados, mas não são um fim em si mesmas, são um meio para promover o ordenamento do território, a divulgação, a proteção e o aproveitamento do extraordinário património cultural que ainda temos encerrado nos Castros do Noroeste, o qual todos os dias é ameaçado e pouco a pouco tem sido destruído.

### **O trabalho da Comissão para a criação da Rede de Castros do Noroeste**

A Comissão para a criação da Rede de Castros do Noroeste foi uma estrutura de missão que apenas funcionou do lado português, nunca se tendo constituído do lado espanhol. Esta estrutura definiu cinco funções para a Rede de Castros do Noroeste – RCNo – que deverão estabelecer as linhas chave da sua atuação e de algum modo definem a oferta que a Rede proporciona a quem a ela pretender aderir:

Em primeiro lugar, a estrutura criada terá de aferir a qualidade intrínseca do conjunto a candidatar. No universo de cerca de 5000 Castros em todo o Noroeste, nem todos estão, obviamente, em condições de integrar uma lista de sítios visitáveis, candidatáveis a classificações como património europeu ou mundial. A Rede estabelecerá um conjunto de critérios de adesão, cujo cumprimento teria de ser verificado no terreno.

Em segundo lugar, a RCNo terá de ser capaz de arquitetar o processo de valorização do conjunto dos Castros, funcionando como plataforma de candidatura a projetos de valorização comuns, apoiando a criação ao nível local de estruturas de gestão que possam levar por diante os planos existentes para cada sítio, sempre em articulação com o nível global.

Em terceiro lugar, a Rede constituirá também a estrutura de controlo de qualidade dos processos a desenvolver e do funcionamento de cada arqueossítio, garantindo que cada ponto da rede se estabelece como pólo de excelência quer do ponto de vista da conservação, quer da investigação quer ainda da relação com os seus diversos públicos.

Em quarto lugar, a Rede funcionará como plataforma de marketing, isto é, de procura e adaptação aos diversos públicos potenciais dos Castros integrantes. Para isso, desenvolverá rotas de visita e estabelecerá parcerias que lhe permitam alimentar a sustentabilidade económica de cada um dos respetivos projetos.

Em quinto lugar, depois desses projetos de valorização estarem em curso, a RCNo servirá de plataforma de preparação das candidaturas a Património Europeu e a Património Mundial, a apresentar pelos Estados português e espanhol, tentando assegurar que as comunidades que apoiarem a candidatura nestes moldes terão não apenas um retorno cultural, mas também um retorno económico através do reforço dos fluxos de visitantes interessados em destinos de turismo cultural ao Noroeste Peninsular.

### **Metodologia – o Ponto da Situação**

Como proposta de metodologia a adotar para a continuidade da implementação da criação da Rede de Castros do Noroeste e das candidaturas às classificações como Património Europeu ou Mundial, foi apre-



sentado um conjunto de passos, divisíveis em quatro fases (que em alguns momentos se sobrepõem), cuja implementação analisaremos, estabelecendo o ponto de situação à presente data.

São elas:

- A avaliação inicial
- A estruturação orgânica, definição de ações comuns, do modelo operativo e dos critérios de adesão
- A divulgação da rede e a implementação do Projeto de Gestão e Marketing.
- A apresentação de candidaturas.

### **Fase de Avaliação Inicial**

Tratou-se de uma fase de análise estratégica em que se elaborou um relatório sobre a envolvente interna e externa do projeto, identificando as forças e as fraquezas as oportunidades e as ameaças que sobre ele incidem.

Esta fase permitiu identificar os objetivos estratégicos a atingir, selecionando-os de entre os agora propostos ou de entre outros que possam surgir.

Tratando-se de uma fase que informou o projeto estratégico para a Rede de Castros do Noroeste foi uma das mais complexas, correspondendo não apenas ao momento de recolha de informação mas também ao momento da elaboração teórica sobre todo o trabalho que se seguirá.

Esta etapa obedeceu aos seguintes passos:

- *Organização de uma base de dados sobre os sítios Pré-Candidatos.*

Foi elaborada uma base de dados sobre cada um dos sítios, com recurso ao envio de um inquérito aos Municípios e outros organismos que tutelam diretamente os sítios que possam integrar a Rede. Baseado na internet este inquérito teve a vantagem de não apenas permitir a elaboração de uma base mais rigorosa por parte do grupo de trabalho, como também teve o mérito de iniciar um procedimento de alerta aos Municípios e às outras entidades de tutela direta, para algumas das necessidades que decorrem deste processo, permitindo por outro lado o preenchimento e logo a pré candidatura de vários arqueossítios que não tinham sido previamente perspetivados pela comissão.

- *Realização de reuniões parcelares com os responsáveis científicos dos sítios em questão, quando existiam, tendo em vista a partilha de impressões sobre o potencial dos sítios e sobre a metodologia desejavelmente aplicável ao nível local, para o desenvolvimento do projeto de investigação.*

Todos os responsáveis científicos dos Castros que pré-aderiram à rede através do preenchimento do inquérito foram pessoalmente contactados por elementos da Comissão.

- *Elaboração do projeto de criação da estrutura de gestão que formalizasse a identidade jurídica à rede de sítios pré-candidatos.* Este projeto definiu a orgânica da estrutura e estabeleceu a missão, os objetivos de curto, médio e longo prazo e foi entregue no IGESPAR tendo em vista a promoção da articulação com o Estado Português.

- *Realização de reuniões com cada Município envolvido no sentido de avaliar o seu interesse em participar na rede de pré-candidatos e divulgar o seu modo de funcionamento.* Estas reuniões que aconteceram em todos os municípios que pré-aderiram à Rede foram, em 19 municípios, complementadas por conferências tornando claros os objetivos do processo a públicos concelhios mais alargados.

- *Reunião com os representantes do ICOMOS em Portugal para que participe e debata dos critérios de atuação.* Estas reuniões nunca aconteceram e constituem uma fragilidade para o processo.

- *Reunião com representantes da Xunta da Galiza e o Principado das Astúrias.*

Estas reuniões foram efetuadas e foram objeto de declarações públicas de apoio a uma candidatura comum, que nunca foi todavia formalizada.

– *Definição declarada dos sítios que integrarão a RCNo.*

Em 2009 e como consequência natural da formalização da RCNo foi divulgada uma lista de dez castros no Noroeste de Portugal que integram uma primeira lista.

### **Estruturação orgânica, definição de ações comuns e modelo operativo.**

– **Formalização da Rede.** A Rede foi formalizada num primeiro formato como Rede Castros do Noroeste de Portugal em Setembro de 2009. Este formato consiste num acordo estruturado entre os primeiros oito primeiros municípios, a Sociedade Martins Sarmento e a Secretaria de Estado da Cultura, com representação da Universidade do Porto, da Universidade do Minho.

– *Prosseguimento da realização das Conferências Semestrais como forma de controlo público do andamento do processo e de integração de contributos de terceiros. As Conferências Semestrais funcionarão assim como uma forma de avaliação e controlo de qualidade do processo da candidatura dos Castros do Noroeste a Património Mundial.*

Suspensas após a terceira realização, as conferências semestrais de controlo público constituem uma falta no projeto que se compreende dadas as incertezas institucionais que o rodearam. As conferências de controlo público são essenciais para colocar pressão no processo e agregar a opinião pública, devendo ser retomadas ainda que com a periodicidade considerada como mais adequada.

– *Realização por parte da Rede, com o apoio financeiro de programas nacionais ou internacionais, de um Projeto de Gestão e Marketing dos Castros do Noroeste Peninsular.*

Desde 2009 por falta de financiamento não foi efetuado qualquer investimento.

Esta matéria é particularmente sensível, quer pelo volume de investimento necessário, quer pelo volume de trabalho que implica, quer ainda pelo risco que acarreta de turistificar os Castros. Ao contrário de outros eixos de turismo patrimonial, o Noroeste Peninsular não é conhecido pela sua extraordinária herança arqueológica. Há, pois, que garantir uma continuada cobertura mediática, que, a par da qualificação da oferta ao nível local, afirme na prática um produto quase completamente novo.<sup>12</sup>

Não se trata de turistificar o património nem de o transformar num produto de marketing, mas sim de criar um produto de marketing e de turismo cultural no seu entorno, que apoie a preservação, a apresentação e a divulgação do mesmo, sem nunca desagregar a sua capacidade de atração que radica na genuinidade e no conhecimento que encerra<sup>13</sup>.

Essa divulgação deverá passar desde logo por três ações capazes de lhe conferir escala:

- A elaboração de catálogo de grande qualidade referente aos sítios envolvidos na Rede. Destinado a um público profissional e capaz de atrair a atenção desse público para o conjunto que pretendemos promover.
- A realização de um documentário sobre os Castros do Noroeste, capaz de atingir grandes públicos com interesse na área do património cultural.
- A organização de uma exposição que possa percorrer alguns dos principais espaços museológicos mundiais atingindo desse modo uma alta visibilidade junto dos mercados que forem fundamentais para a estratégia de afirmação desta região do ponto de vista do turismo cultural.

.....

<sup>12</sup> A expressão *produto quase completamente novo* surge aqui num contexto que importa explicar. O produto em questão corresponde à apresentação do património e não ao património ele próprio.

<sup>13</sup> KRIPPENDORF, 1987.

– Criação, no interior ou no exterior da Rede de Castros do Noroeste, de uma plataforma de **trabalho com os operadores turísticos** que atuam na região Norte de Portugal/Galiza e que garantam o acesso a mercados emissores de visitantes para a Rede.

Este trabalho também se encontra por fazer.

– Promoção de um **sistema de avaliação** da Rede, em colaboração com as estruturas da UNESCO, avaliando das práticas seguidas na valorização de cada sítio pré-candidato, implementando assim um processo de controlo de qualidade para o conjunto da Rede de Castros do Noroeste.

A Comissão definiu os Critérios de adesão à Rede de Castros do Noroeste que estabelecem um código de boas práticas, como entretanto a rede apenas foi formalizada, mas não pode avançar o sistema de avaliação ficou na fase inicial:

### **Critérios de Adesão à Rede de Castros do Noroeste**

– Criação em cada sítio envolvido na rede de uma **estrutura própria de gestão**, dependente ou independente das Autarquias, mas sempre com um quadro relacionado com a investigação, a conservação e a comunicação.

Este objetivo está longe de ser conseguido. Não obstante, o seu espírito, que é o de que cada sítio que queira integrar a Rede deve ter uma gestão profissional (incluindo um corpo técnico relacionado com as questões científicas), pode ser cumprido, se os sítios forem concessionados a empresas prestadoras de serviços ou a associações sem fins lucrativos que cumpram a mesma função.

– Elaboração de um **projeto de gestão estratégica**.

Um longo caminho necessita de ser percorrido nesta área, mas a Rede e a sua estrutura poderá sem dúvida ajudar à concretização dos projetos. O recurso a empresas de consultoria em gestão de projetos culturais é com certeza essencial, para boa parte dos casos.

– Conceção de um **projeto de investigação**.

A maior parte dos sítios pré-candidatos são já objeto de projetos de investigação científica. Apenas a articulação com a RCNo não está prevista, mas poderá acontecer se esta estrutura puder servir de plataforma para a candidatura a apoios mais dimensionados para a investigação.

– Criação de um **plano de conservação**.

Ao contrário do que acontece com os projetos de investigação, praticamente nenhum sítio possui um Plano de Conservação. Consideramos essencial que cada sítio os possua, os quais devem especificar os objetivos e metodologias de conservação previstas bem como a calendarização da sua implementação. Isto evitará não apenas os impactos negativos dos visitantes, mas também evitará que os investimentos efetuados em estruturas de apoio a visitantes não sejam depois fragilizados pela má conservação do objeto das visitas.

– Elaboração para cada sítio de um **plano de divulgação** próprio, mas articulado com o do conjunto dos Castros da Rede.

Não deverá ser objetivo da Rede diminuir a identidade de cada um dos arqueossítios envolvidos, muito pelo contrário. Todavia essa definição de identidade terá de existir e dar origem a um projeto de comunicação e divulgação que possa depois ser coordenado com o do conjunto da RCNo, evitando duplicações e ganhando escala.

– Promoção, em cada Castro de um **Plano de Pormenor** que garanta a integração do Arqueossítio na paisagem envolvente, propondo a recuperação da mesma, sempre que necessário e possível.

A questão do Plano de Pormenor para cada um dos Castros é vital para a qualificação da rede. O Plano de Pormenor, figura jurídica e instrumento de gestão do território com mais força legal do que os Planos Diretores Municipais, permitirá a sustentabilidade a prazo da qualidade dos espaços envolventes aos Castros da RCNo, impedindo que as dinâmicas de visita ou as dinâmicas naturais da ocupação do território degradem a capacidade de atração que esta ainda possa ter.

### **Implementação das Candidaturas dos Castros da RCNo a Património Europeu e Património Mundial**

Findas as fases anteriores, e nalguns casos (particularmente ligados com a divulgação), em simultâneo com a sua parte final, deverão ser apresentadas oficialmente as candidaturas a património Europeu e a Património Mundial dos sítios da Rede que estiverem em condições de ser apresentados pelos Estados português e espanhol.

Independentemente dos resultados das candidaturas que, quando comparada com outras de sítios arqueológicos europeus já classificados como Património Mundial, como Skara Brae, nas Orkney, ou Skellig Michael na Irlanda, terá com certeza muitas hipóteses de ser bem sucedida, a Rede continuará a desempenhar a sua missão de garantir que os investimentos pessoais e financeiros efetuados terão retorno ao nível da vivência cultural e ao nível económico.

Neste momento, a configuração de uma rede formalizada sem que os critérios de adesão tenham sido objeto formal do contrato estabelecido pode criar alguma dúvida quanto ao destino futuro desta rede, mas cria seguramente uma oportunidade que importa ver funcionar, propondo formalmente novas adesões e aproveitando as sinergias criadas, mesmo nestes tempos de crise, para promover estes povoados, que foram espaços de encontro de culturas na “primeira Europa”.

### **Bibliografia**

- Amaral, L. C., 2009: O povoamento da terra bracarense durante o século X. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, III Série, vol. 10. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Delamarre, X. 2003: *Dictionnaire de la langue gauloise: Une approche linguistique du vieux-celtique continental*. Paris (3ª ed.).
- Krippendorf, J. 1987: *Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages*. L'Harmattan.
- Lameiras Campagnolo, M.O – Campagnolo, H., 2002: O conceito de Rede: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas. *Forum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Instituto português de Museus, p. 25-39.
- Queiroga, F. R. – Dinis, A. P. 2009: O balneário castrejo do Castro das Eiras. *Portugalia*, 29-30. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 139-152.
- Schulten, A. 1935: Nemetati. *Real Encyclopedie*, col. 2382.
- Silva, A. C. F., 1986: *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (2ª ed., 2007).
- Silva, A. C. F., 2003: Expressões guerreiras da sociedade castreja. *Madrider Mitteilungen*, 44, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern, p. 41-50.
- Simone, C. 1985: Celtico nemeto – “bosco sacro” ed i suoi derivati onomastici. *III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas de la Península Ibérica*, p. 371-374.
- Sterckx, C. 2005: *Taranis, Sucellus et quelques autres*. Bruxelles (Mémoires de la Société Belge d'Études Celtiques).
- Tovar, A., 1960: Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, 1, p. 99-126.

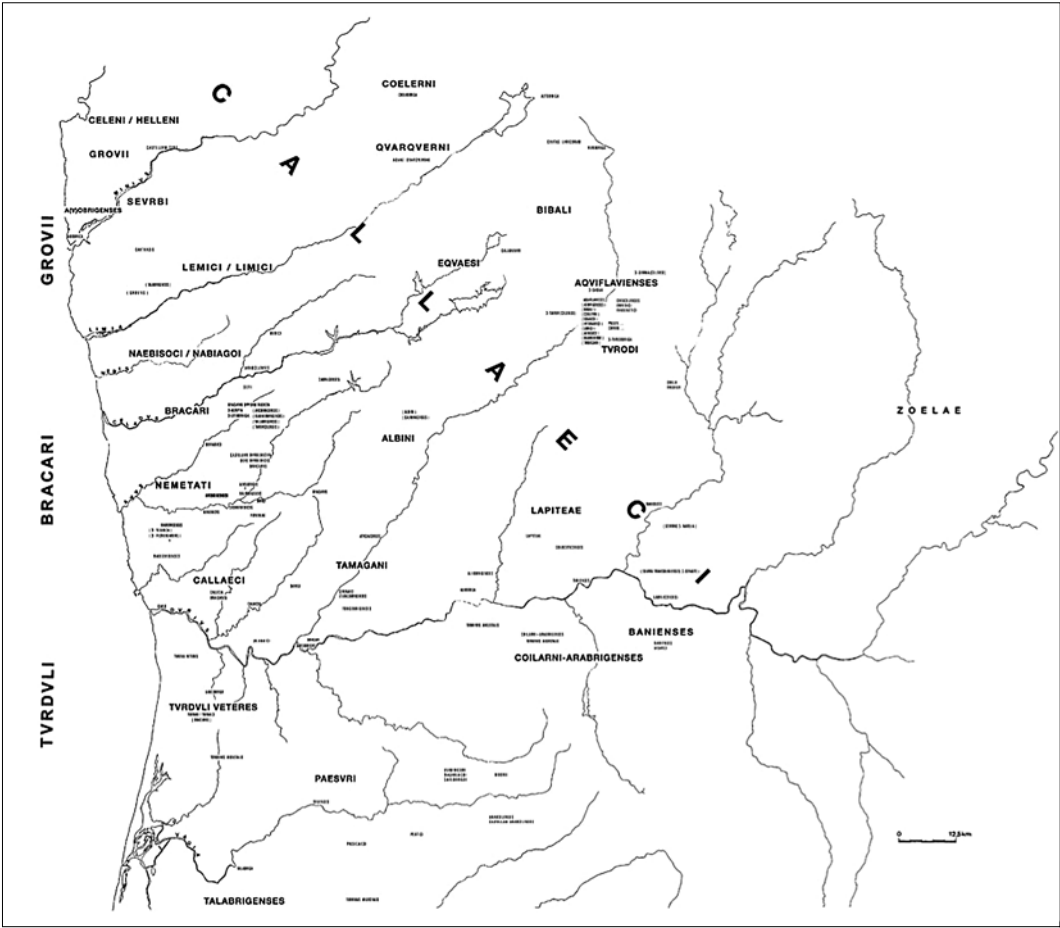


Fig. 1



Fig. 2

NEMETATI (Pto II, 6,40)  
Cosus Nemeoecus  
Cusus Nemeoecus  
Numidi / Nimidi Fidueneorum

VALABRIGENSES  
Castro das Eiras

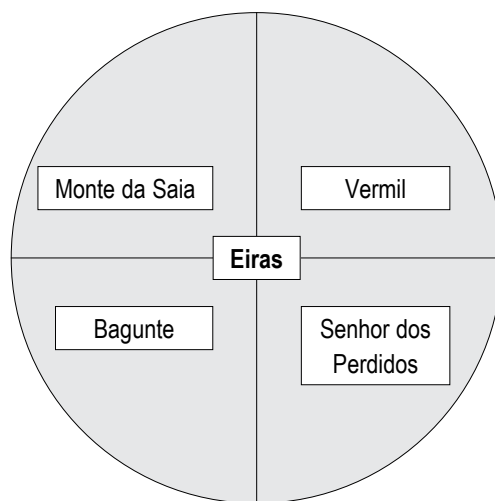
DURBEDICI  
Castro de Vermil

AVICI / A(VO)BRIGENSES  
Senhor dos Perdidos

CELTICI ?  
Celtaganes > Santagões  
Bagunte

Monte da Saia

Quadro I



Quadro II



# Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: um percurso de 25 anos

*por José Manuel Lopes Cordeiro<sup>1</sup>*

A ideia de criação de um museu consagrado à indústria têxtil na região da Bacia do Ave começou a ganhar contornos na década de 80 do século XX quando eram já visíveis as consequências das profundas transformações que aquele sector tinha registado desde o 25 de Abril. Essas transformações decorriam, por um lado, da reconversão do tecido produtivo daquela região e, por outro, do progressivo desaparecimento de inúmeras empresas têxteis, algumas delas centenárias, incapazes de se adaptar às novas condições sociais e económicas suscitadas por aquelas mesmas transformações.

Numa tentativa de caracterização das razões que motivaram esse processo de falências, conjugam-se as características que o sector têxtil adquiriu ao longo do período do Estado Novo – particularmente após a II Guerra Mundial –, com as decorrentes da situação criada após o 25 de Abril. No primeiro caso, destaca-se o facto de a maioria dessas empresas não ter utilizado os lucros realizados durante o período do Estado Novo para investir na sua modernização tecnológica, na introdução de métodos de gestão adaptados à evolução que a economia ia registando, na formação dos seus quadros e trabalhadores, na inovação e na melhoria da qualidade dos seus produtos, em suma, no aperfeiçoamento da sua capacidade e competitividade, que lhes permitisse enfrentar o futuro numa situação mais vantajosa e confortável.

Efectivamente, no período imediatamente após o 25 de Abril a maioria destas empresas encontrava-se numa situação de desprotecção e incapacidade para fazer face à rápida transformação que se estava a processar na sociedade e economia portuguesas. Uma grande parte destas empresas encontrava-se descapitalizada, as administrações estavam prisioneiras de uma estrutura de accionistas que muitas vezes obstaculizava a adopção das melhores soluções para enfrentar os problemas que então surgiam, os seus parques de máquinas encontrava-se numa situação de obsolescência, a segurança que durante décadas lhes tinha proporcionado o mercado nacional e, principalmente, o mercado colonial volatilizara-se, e encontravam a maior das dificuldades se adaptarem às novas condições laborais, nomeadamente às reivindicações salariais que então dispararam no seio do operariado. Na tentativa de fazer face a esta complexa realidade, adoptaram como solução o pedido de empréstimos à banca, iniciando um processo de endividamento progressivo que viria a revelar-se fatal.

A entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia em 1 de Janeiro de 1986, quando muitas destas empresas se encontravam em grandes dificuldades, tendo algumas delas já entrado em falência, apenas veio agravar a sua situação. Dotadas de uma escassa inovação tecnológica, empregando uma mão-de-obra intensiva, só se poderiam manter à custa de um grande esforço de modernização e de especialização produtiva, soluções para as quais já era tarde recorrer. Estas deveriam ter sido adoptadas durante o período do Estado Novo, particularmente a partir de meados da década de 50, quando se tornou evidente que a concorrência do Japão como produtor de têxteis, requeria a adopção de uma estratégia que pudesse fazer face a essa potencial ameaça. Nessa altura, os países industrializados da Europa que tinham uma tradição têxtil responderam através da modernização do seu equipamento, da especialização produtiva e da melhoria da produtividade, de forma a compensar os custos salariais mais elevados, a fim de manterem a sua quota de mercado. Outras soluções envolveram a opção pela deslocalização, primeiro para a periferia da Europa – como foi o caso de Portugal – e, mais tarde, para o Oriente, produzindo nas mesmas condições

.....  
<sup>1</sup> Director do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave. Professor da Universidade do Minho.



que os seus concorrentes directos. Como nada disto tinha sido efectuado atempadamente, as falências foram inevitáveis e o sector têxtil nacional iniciou um rápido processo de desindustrialização, com o desaparecimento de dezenas de fábricas históricas e, conseqüentemente, dos seus arquivos, dos seus equipamentos – os quais, em virtude da sua antiguidade apresentavam um elevado interesse histórico e patrimonial –, assim como das suas instalações, muitas delas mantendo-se num estado de abandono e outras demolidas.

### **Do inventário do património industrial à necessidade de criação de um museu**

Com a consciência de que as conseqüências da situação atrás descrita provocariam a curto prazo o desaparecimento de todos os vestígios das primeiras fases do processo de industrialização do sector têxtil da Bacia do Ave iniciou-se em 1986 o Inventário do Património Industrial desta região, por iniciativa do então Programa de Arqueologia Industrial da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e com o apoio do então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, tendo como prioridade o concelho de Santo Tirso. Contudo, rapidamente se chegou à conclusão que a realização do Inventário, embora importante – não se tinha realizado, até então, nenhum inventário do património industrial – não era suficiente. Era necessário avançar para a criação de um museu, que permitisse a salvaguarda e a conservação do património industrial móvel em vias de desaparecimento, dos arquivos empresariais, e também o registo das memórias de todos aqueles que tinham estado ligados a uma actividade que há quase século e meio marcava indelevelmente a região da Bacia do Ave.

A concretização de uma sessão de apresentação do projecto de criação de um Museu Têxtil deu o seu primeiro passo em 8 de Julho de 1987 com a realização nas instalações da Universidade do Minho em Guimarães – então no Palácio de Vila Flor –, para a qual foram convidadas as autarquias da Bacia do Ave em cujos territórios a indústria têxtil tinha desempenhado um papel significativo, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Vila do Conde. Apesar da boa receptividade com que o mesmo foi recebido, apenas a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão mostrou, na prática, interesse em integrar aquele projecto, o que, constituindo um aspecto positivo, encerrava alguns problemas que um pouco mais tarde se vieram a manifestar de um modo negativo.

Efectivamente, após a adesão de Famalicão ao projecto do museu, as outras autarquias passaram a encará-lo com algo que tinha deixado de lhes pertencer, desinteressando-se de nele colaborar, situação que na realidade nem chegou a acontecer, não compreendendo que o mesmo constituía um projecto supra-municipal que ia ao encontro do seu próprio interesse e principalmente das populações que representavam. É claro que se naquela época já existisse a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) – constituída em 1991 – o problema teria sido ultrapassado pois, à partida, era a esta entidade que o projecto seria apresentado. Como tal não se verificava, o projecto do museu passou a ser exclusivamente desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, embora mantendo sempre o seu âmbito regional, como desde o início a sua própria denominação indicava: Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

### **A museologia industrial em Portugal em meados da década de 80**

Quando, em Julho de 1987, se iniciou o Projecto do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, a realidade museológica portuguesa ao nível do património industrial e da sua museologia era ainda muito incipiente. Uma breve análise do panorama então existente revela-nos a existência dos seguintes projectos museológicos:

### *Ecomuseu Municipal do Seixal*

Aquele que constituiu o primeiro museu industrial português – embora, pela sua concepção de Ecomuseu contemplasse a musealização de outras realidades patrimoniais do concelho do Seixal –, tinha sido inaugurado em 1982 (então com a denominação de Museu Municipal do Seixal, que alterou no ano seguinte para Ecomuseu), e encontrava-se então limitado ao Núcleo Sede instalado provisoriamente na Torre da Marinha (Arrentela), tendo em 1986 aberto ao público o primeiro dos seus núcleos museológicos, o Moinho de Maré de Corroios, após a realização de obras de restauro.

### *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*

Em 1987, o futuro Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (assim denominado a partir de 30 de Abril de 1992) ainda se encontrava numa fase de projecto. Após a realização de uma intervenção arqueológica entre 1986 e 1992 nas antigas Tinturarias da Real Fábrica de Panos de Lã, passou-se à fase da sua musealização, constituindo-se em 1992 o primeiro núcleo do Museu de Lanifícios. O projecto só ficou concluído em 17 de Maio de 2011, com a inauguração do Núcleo da Real Fábrica Veiga, consagrado à industrialização dos lanifícios, que constitui a sede do Museu e o seu Centro de Documentação/Arquivo-Histórico.

### *Museu de Portimão*

Embora dispusesse de uma Comissão Instaladora desde 1983, a concretização do Museu de Portimão só se iniciou após a aquisição pela Câmara Municipal de Portimão, em Fevereiro de 1996, da antiga fábrica de conservas “La Rose” da firma “Feu Hermanos”, cujas obras de recuperação e adaptação se iniciaram em Setembro de 2004 visando a sua transformação em museu municipal. Embora a sua componente principal esteja relacionada com o património industrial, o seu acervo contempla também o património naval, arqueológico, etnográfico e subaquático, e ainda a colecção do antigo Presidente da República (entre 1923 e 1925) Manuel Teixeira Gomes, para além de arquivos documentais/fotográficos e testemunhos orais e histórias de vida. A sua abertura ao público teve lugar em 17 de Maio de 2008.

### *Museu do Trabalho Michel Giacometti (Setúbal)*

O Projecto do Museu do Trabalho Michel Giacometti foi também criado em 1987. Após a aquisição, em 1991, pela Câmara Municipal de Setúbal, da antiga fábrica de conservas de peixe “Perienes”, e da sua adaptação, o Museu abriu as portas ao público em 1995. O seu acervo inclui colecções de alfaías agrícolas pertencentes a Michel Giacometti, assim como maquinaria industrial relativa às conservas e também à indústria de litografia.

Para além destes museus, quase todos criados por iniciativa do poder local, quando o Projecto do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave se iniciou existiam também dois museus de empresa:

### *Museu da Água da EPAL (Lisboa)*

Inicialmente com a denominação de Museu da Água Manuel da Maia, em homenagem ao arquitecto e engenheiro militar setecentista que foi um dos autores do plano de construção do aqueduto das Águas Livres e do sistema de abastecimento de água a Lisboa, o primeiro núcleo do Museu – a Central Elevatória dos Barbadinhos – foi inaugurado em 1 de Outubro de 1987.

### *Museu da Electricidade (Lisboa)*

Antes de se transformar no Museu da Electricidade, a Central Tejo foi o palco, em 1985, da primeira grande exposição de arqueologia industrial realizada em Portugal, por iniciativa do então Instituto Português

do Património Cultural (IPPC), a qual teve como título “Arqueologia industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender”. Apesar do êxito desta exposição e da possibilidade da mesma se transformar no embrião da exposição permanente de um museu nacional de arqueologia industrial sediado na Central Tejo, a ideia não foi avante e em 1990 o edifício da Central acolheu o Museu da Electricidade da EDP. Volvidos dez anos, o Museu passou por um período de reabilitação dos seus edifícios e equipamentos, reabrindo novamente ao público em 2006.

Apesar da sua relativamente recente constituição a área da museologia industrial tem registado um considerável sucesso – desde então, surgiram em Portugal vários museus industriais de grande qualidade –, traduzindo o relativo dinamismo que este sector tem manifestado. A comprová-lo importa destacar a atribuído Prémio do Conselho da Europa ao Museu da Água (em 1990) e o Prémio do Mundo do Trabalho (em 2011), na primeira edição da DASA (Exposição Mundial do Mundo Trabalho), atribuído em Dortmund.

### **Linhas gerais do pré-programa do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave**

Aquando da sua constituição em 1987, o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave apresentou as linhas gerais do seu pré-programa, que ainda hoje conservam no essencial a sua actualidade, razão pela qual aqui as reproduzimos:

i) um museu descentralizado: a relação entre a indústria têxtil e os cursos de água da Bacia do Ave assume tal evidência que será desnecessária uma grande ênfase nesta questão: estes cursos de água não só forneceram (e ainda fornecem) a energia indispensável para o accionamento das fábricas (rodas hidráulicas, turbinas, centrais hidroeléctricas), razão para a implantação das primeiras unidades industriais nas margens desses rios, como constituíram (e constituem) canais de escoamento dos efluentes produzidos pelas mesmas, marcando indelevelmente um traço na nova paisagem criada pela indústria.

Nas margens do Ave, do Vizela, do Este, do Selho, do Ferro e do Bugio, encontramos as marcas desse processo cuja memória pretendemos fixar. Deste modo, se bem que o Museu da Indústria Têxtil necessite de possuir um “núcleo central” – de preferência instalado num antigo edifício fabril –, onde estejam estabelecidas as infra-estruturas e os serviços necessários à sua actividade, será indispensável constituir progressivamente diversos núcleos museológicos em toda a Bacia do Ave, a fim de possibilitar uma tradução adequada do processo de industrialização que atravessou toda aquela sub-região. Aliás, toda a Bacia do Ave (se exceptuarmos talvez o caso do rio Este) possui uma continuidade muito precisa, ao nível das actividades industriais nela desenvolvidas, que torna completamente artificiais as várias fronteiras concelhias;

ii) um museu como um centro de animação cultural: pensar um museu como representação da sociedade industrial criada a partir de meados do século XIX, significa não nos limitarmos apenas aos locais de produção e aos equipamentos, mas a tudo aquilo que definiremos como património industrial no sentido lato desta expressão; sem qualquer ambição de exaustão apontaremos algumas das suas componentes essenciais: sector de produção industrial, objectos e documentos sobre a história das empresas, produtos industriais, documentos e objectos sobre a história dos sindicatos e do movimento operário, documentos e objectos sobre o desenvolvimento dos meios técnico-industriais de transportes e comunicações, edifícios industriais e a sua arquitectura, a ciência e a sua relação com o desenvolvimento industrial, objectos e documentos sobre o tema “indústria e ambiente”, objectos sobre o tema “arte e indústria”.

São inúmeras, portanto, as possibilidades de estabelecimento de uma relação estreita entre o Museu e a comunidade circundante, cuja colaboração na actividade museológica permitirá a fixação de uma memória na

qual aquela se verá representada. Por outro lado, a renovação museológica que (também) a arqueologia industrial produziu no campo da museologia técnica e industrial, contribuiu para o surgimento de novos conceitos de museu: os museus “abertos” (*open-air museums*) e os ecomuseus, ou seja, aqueles em que os visitantes podem observar um motivo musealizado tal como ele se produzia na vida real; no nosso caso, consistirá na criação de núcleos museológicos que conservem, tanto quanto possível, as instalações e os equipamentos originais a funcionar, simulando a manutenção de uma actividade já desaparecida. Esta possibilidade, no caso de um museu descentralizado, não será difícil de realizar e contribuirá para aumentar a sua capacidade de atracção;

iii) um museu-centro de investigação: recusando uma concepção que, infelizmente, ainda não desapareceu por completo, a de constituir um simples armazém-mostruário de peças sem uma coerência própria, que dificilmente representaria a complexidade das transformações provocadas pelo surgimento da sociedade industrial, propõe-se a criação de uma instituição fundamentada e implantada de maneira diferente, em permanente renovação, incorporando os resultados que a investigação na sua área temática for proporcionando;

iv) um museu como expressão da cultura técnica: um museu industrial, na nossa época de profunda e permanente renovação tecnológica, deverá ampliar as funções pedagógicas que normalmente estão atribuídas aos museus; isto é, deverá não só explicar a técnica no seu contexto económico, social e produtivo, como contribuir para a diminuição do tradicional divórcio entre a cultura técnica e a cultura humanística, que se encontra tão enraizado na nossa sociedade; em Portugal, assim como em alguns outros países, existe uma desvalorização social e pedagógica da cultura técnica, o que tem influido negativamente no nosso sector da formação profissional e, conseqüentemente, no próprio desenvolvimento do país; a actividade do Museu da Indústria Têxtil deverá englobar um conjunto de iniciativas que, dentro do seu âmbito temático, contribuam precisamente para resgatar a importância social e pedagógica da cultura técnica, entre as quais cumpre destacar um estreito relacionamento com os diferentes níveis de ensino tecnológico e profissional. A publicação regular de uma revista científica do Museu é um dos vários objectivos que pretendemos assegurar.

### Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave: um percurso de 25 anos



Desde a sua criação em 1987, o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave percorreu já um longo caminho, no qual se inscrevem algumas dificuldades mas também assinaláveis êxitos. Embora ainda hoje existam alguns problemas por resolver – nomeadamente quanto às suas instalações definitivas –, tal não tem impedido a realização de uma actividade permanente, envolvendo diversas frentes de trabalho, que aqui procuraremos apresentar de uma forma sintética.

Desde a fundação que uma das preocupações que norteou a actividade do Museu foi a da constituição da sua colecção, que hoje em dia integra a sua Exposição Permanente e, também, a Reserva Visitável. Já há alguns anos que o Museu dispõe no seu acervo uma colecção completa das máquinas

Fig. 1.  
Carda, fabricada pela Tweedales & Smalley Ltd,  
Castleton, North Manchester, em 1959.

que integram o ciclo de produção da indústria têxtil algodoeira, estando algumas delas aptas a funcionar. Todas as máquinas da colecção do Museu, aliás, como todo o seu acervo, foram doadas por empresas têxteis da região da Bacia do Ave, do Porto e de outras regiões do país. Aquando da sua incorporação, algumas destas máquinas encontravam-se em condições pouco satisfatórias, tendo sido depois recuperadas na oficina de restauro do Museu. Em muitas das visitas que o Museu recebe, principalmente de alunos de escolas dos diferentes níveis de ensino, estas máquinas são colocadas em actividade, possibilitando a percepção do ambiente que existia numa fábrica em laboração. O Museu conserva também uma muito completa colecção de aparelhos de laboratório utilizados na indústria têxtil, assim como outras peças e maquinismos relacionados com esta actividade industrial.

Outra das preocupações que desde o primeiro momento o Museu assumiu foi a necessidade de, na sua prática corrente, desenvolver uma actividade de investigação. Na realidade, quando em 1987 se iniciou este Projecto existia um grande atraso na investigação tendo sido o Museu o primeiro a investigar e a divulgar o processo de industrialização na Bacia do Ave, quer através da realização de conferências, publicações ou exposições<sup>2</sup>. Esta preocupação resulta do facto de sempre se ter considerado, ainda que a contracorrente, que aos museus também compete investigar na sua área específica a fim de que esta actividade contribua para a renovação dos conteúdos que apresenta ao público, inovando e tornando-se assim mais atractivo. Como, alguns anos mais tarde, foi exemplarmente salientado por Luís Raposo, e que de certo modo se transformou na nossa orientação “... aquilo por que nos batemos é por museus que investiguem, conservem e exponham. E o façam exactamente pela ordem indicada – única que lhes pode garantir espaço de afirmação específica. Museus, que estejam antes de mais alicerçados em actividades de pesquisa próprias (...); museus, enfim, que tenham a coragem de apresentar, em permanência, um núcleo expositivo central: a síntese do saber de cada época, na sua respectiva área de especialidade. Depois disto, uma vez garantida a actividade vegetativa básica que há-de constituir a sua principal razão de ser, podem os museus passar ao terreno próprio das iniciativas mediáticas destinadas a envelhecer rapidamente”<sup>3</sup>.

Deste modo, o Museu procura que todas as suas exposições sejam acompanhadas por catálogos que apresentem uma síntese o mais completa possível sobre a temática abordada na Exposição, ao mesmo tempo que confere uma particular importância à publicação de obras sobre a industrialização da Bacia do Ave e do seu património industrial, como é o caso da revista científica *Arqueologia Industrial*, que conta com a colaboração da Associação Portuguesa para o Património Industrial, e constitui a única revista sobre esta temática que se publica em Portugal.

O Museu, juntamente com o CITEVE e o CCG (Centro de Computação Gráfica) desenvolveu também nos últimos anos o Projecto “Museu Têxtil do Futuro”, resultante de uma candidatura apresentada e aprovada pelo QREN. Este Projecto revestiu-se de grande importância para o Museu permitindo-lhe efectuar uma reformulação da Exposição Permanente, tornando-a mais atractiva, com a introdução das novas tecnologias informáticas. Assim, no âmbito deste Projecto, a Exposição Permanente foi enriquecida com três plasmas (cada um consagrado às diferentes aplicações – Passado, Presente e Futuro), que permitem aos visitantes, através da sua exploração, um maior conhecimento das diferentes facetas da realidade da indústria têxtil. No âmbito do mesmo Projecto, a Exposição Permanente foi também enriquecida com um conjunto de áudio guias, que são disponibilizados aos visitantes, a fim de que estes possam explorar individualmente todo o acervo do Museu que se encontra em Exposição.

<sup>2</sup> Cf. o catálogo de uma das primeiras Exposições realizadas pelo Museu: J. M. Lopes Cordeiro (1992), *Património Industrial do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal: Museu da Indústria Têxtil.

<sup>3</sup> Luís Raposo (1996), “Museus: um ponto de vista conservador”. In *A Linguagem das Coisas*. Mem Martins: Publicações Europa-América, pp. 150-152.

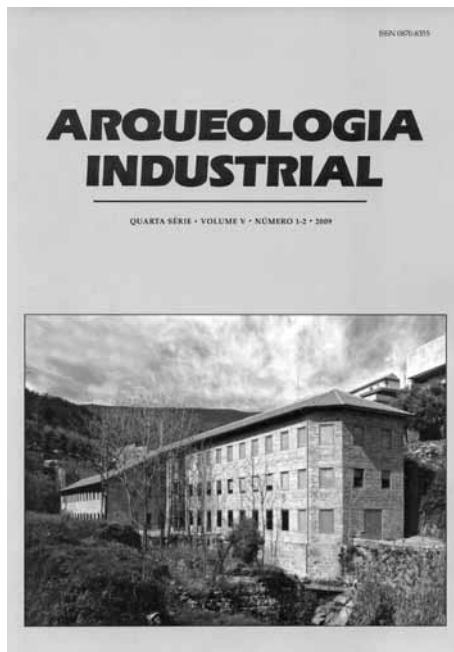
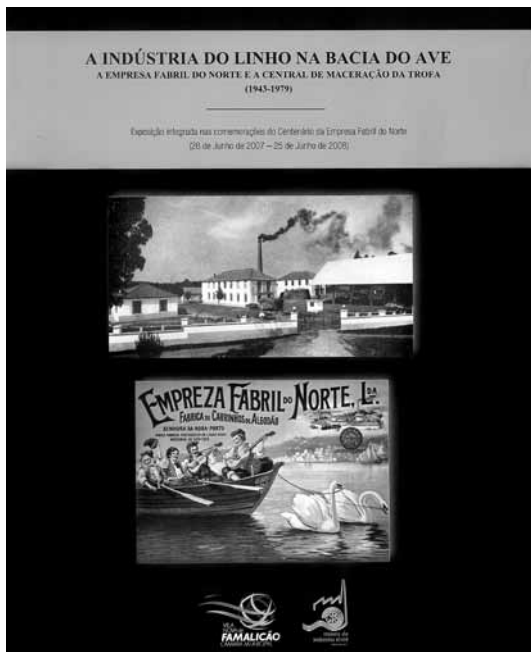


Fig. 2. Edições do Museu: à esquerda, o Catálogo da Exposição sobre a indústria do linho na Bacia do Ave; à direita, um exemplar da revista *Arqueologia Industrial*.

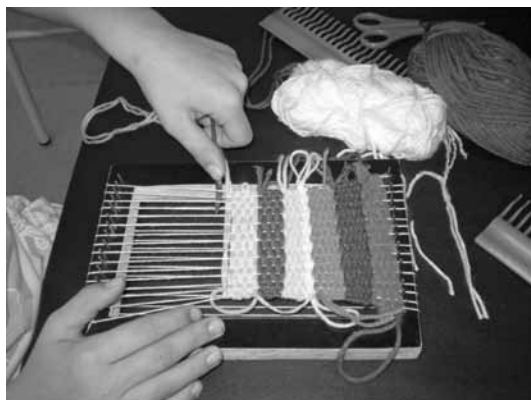


Fig. 3. Através de três aplicações diferentes – Passado, Presente e Futuro – os visitantes adquirem um maior conhecimento das diferentes facetas da realidade da indústria têxtil.

Desde 2009, o Museu realiza todos os anos as “Conferências da Primavera” que têm como objectivo abordar temas específicos na área da história industrial e empresarial, junto do público estudantil e da população do concelho de Vila Nova de Famalicão, para as quais tem contado com a participação de reputados investigadores nacionais naquelas áreas. Em 2012, as “Conferências da Primavera” realizaram-se em Riba d’Ave e integraram-se nas comemorações dos 150 anos do nascimento do industrial famalicense Narciso Ferreira.

A constituição de um centro de documentação e, a partir de 2003, de um centro de arquivos empresariais – intimamente ligados à actividade de investigação – constituiu outro dos objectivos que o Museu tem procurado levar a cabo e em relação ao qual conseguiu alcançar um considerável sucesso. Sempre fruto de doações – de empresas, de organismos oficiais e de particulares – o Museu reuniu ao longo destes 25

anos um acervo documental de extraordinária importância e verdadeiramente único no contexto nacional. Efectivamente, o Centro de Documentação do Museu dispõe de um acervo bastante diversificado no domínio da indústria têxtil, incorporando livros e revistas técnicas, catálogos de máquinas e de equipamentos, relatórios e um variadíssimo tipo de documentos, para além de bibliografia actual sobre história industrial, património e museologia industrial. Alguns destes livros e revistas datam da segunda metade do século XIX e são, na sua maioria, publicados no estrangeiro (Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, etc). Merecem especial destaque os acervos profissionais de vários engenheiros têxteis – que integraram as primeiras gerações de engenheiros têxteis portugueses, formados no estrangeiro – que, após se reformarem, doaram ao Museu o espólio de toda uma vida consagrada à indústria têxtil.



Fig. 4.  
Aspecto do Centro de Documentação  
do Museu.

Constituiu também uma preocupação do Museu, desde o início, a salvaguarda dos arquivos das empresas têxteis que se encontravam em processo de falência e cuja massa documental se encontrava em risco de destruição e total desaparecimento. Infelizmente, por razões que se prendem com a ausência de mecanismos legais que, em caso de falência, possam ser accionados para se salvaguardarem os arquivos empresariais, uma boa parte desses arquivos perdeu-se<sup>4</sup>. Mesmo assim, sempre que foi possível, o Museu conseguiu salvar alguns destes arquivos, ainda que parcialmente, os quais foram incorporados no Centro de Arquivos Empresariais, criado em 2003.

Ainda associado à actividade de investigação, o Museu desenvolveu um Programa de História Oral a fim de fixar para a posteridade as memórias de todos os que trabalharam na indústria têxtil da Bacia do Ave: operários e outros trabalhadores, técnicos e empresários. A História Oral assume uma grande importância uma vez que, muitas vezes, constitui a única forma de se ter conhecimento de aspectos específicos da actividade industrial, das movimentações sociais, ou das especificidades relacionadas com a actividade empresarial.

.....  
<sup>4</sup> Ver, a propósito, Miriam Halpern Pereira (2003), “Os arquivos particulares”, *Museu da Indústria Têxtil. Boletim Informativo*, Vila Nova de Famalicão, II Série, 1: 7, e também, José Manuel Lopes Cordeiro (2003), “Uma tarefa urgente: salvar arquivos de empresa”, *Forum*, Braga, 32: 97-134, José Manuel Lopes Cordeiro (2007), “Algumas necessidades básicas para a salvaguarda dos arquivos históricos das empresas portuguesas”, in Eduardo Beira (Ed.), *Indústria de Moldes no Norte de Portugal: Protagonistas. Uma colecção de testemunhos*. Oliveira de Azeméis: CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, pp. 59-63.

A primeira fase deste Programa de História Oral, ao qual procuraremos dar continuidade a fim de constituir uma componente permanente do trabalho do Museu, traduziu-se na constituição de dossiers próprios para cada entrevistado, dispondo da gravação, transcrição e outros elementos recolhidos aquando das entrevistas.



Fig. 5.  
Dossiers do Programa de História Oral.

Uma das actividades regulares desenvolvida pelo Museu consiste na a realização de visitas guiadas a grupos de estudantes dos diferentes graus de ensino, da região da Bacia do Ave e, também, de outras zonas do país. Esta é uma actividade muito importante pois, para além do papel educativo e formativo que uma visita pode proporcionar, o Museu está também a contribuir para a formação de públicos. O Museu participa também no programa de Educação Patrimonial “Viagens pelo Património Cultural” que o Município de Vila Nova de Famalicão iniciou no ano-lectivo de 2003/2004, orientado para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, e recentemente ampliado aos alunos dos 2º e 3º Ciclos, bem como ao Ensino Secundário. No âmbito do serviço educativo o Museu tem vindo também a oferecer várias iniciativas bastantes distintas de forma a alcançar as diferentes faixas etárias, desde a já referida população estudantil a seniores e outros de várias idades. Entre as actividades dedicadas à população sénior o Museu promoveu a iniciativa “Meadas do Tempo”, que constituiu um apreciável êxito, não só pela volumosa participação como pelo gosto que se pôde observar em cada um dos visitantes por retomarem o contacto – agora no Museu – com os equipamentos e máquinas a que dedicaram todas as suas vidas.



Fig. 6.  
Atelier pedagógico



Todos os anos o Museu recebe centenas de crianças e jovens que participaram com alegria e interesse nos diferentes ateliers que o Museu coloca à sua disposição e nas outras actividades que tem vindo a desenvolver. Sintetizando esta primeira etapa de um quarto de século de vida podemos dizer que, para além de todas as actividades e iniciativas acima descritas, este contacto quase permanente com os jovens é o que mais nos anima a dar continuidade ao desenvolvimento e enriquecimento deste Projecto. Na realidade, o Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave é também um jovem, e conta com um grande futuro à sua frente.

# O museu da Guerra Colonial

## Breve História da Guerra Colonial.

*por José Manuel Lages\**

A guerra colonial no século XX arrastou-se por um período de treze anos, em três regiões distintas de África que ocupámos em resultado das descobertas realizadas no século XV. Outras potências europeias experimentaram a mesma situação, como aconteceu com a Espanha, a Inglaterra e a França, só para falar dos maiores colonizadores à volta do Mundo.

A partir de 1950, ou talvez seja correcto dizer, após a I e a II guerra Mundial, foi reavivado o direito à independência por que já haviam lutado outros povos no século anterior como foi o caso das Américas.

Depois da II Guerra mundial as nações africanas, dominadas pelas europeias durante 500 anos, deram início à reivindicação da sua independência. É fácil entender o que defendiam os colonizadores que exploravam as riquezas daquelas terras, eles não concordaram nada com o pedido para saírem dali e voltarem para suas casas. Então, os nacionalistas africanos começaram a organizar-se e pegaram nas armas que tinham à mão, as catanas com que cortavam o capim e os “canhangulos” que carregavam tiro a tiro, para matar caça. Esses povos escolheram a via da força, já que o diálogo lhes tinha sido recusado pelos portugueses.

A resposta dos portugueses não se fez esperar e durante demasiados anos a guerra prolongou-se de forma trágica, com muitas vítimas para os dois lados. Mais para o lado dos grupos de libertação, pois o seu adversário confrontou-os de início mais bem equipado.

A guerra colonial foi decidida e alimentada num regime de Ditadura, saída de um golpe de Estado em 28 de Maio de 1926 e construída segundo os modelos do fascismo italiano e do nacionalsocialismo alemão.

Em 1961, o povo português foi empurrado para a guerra em África sem ser consultado, uma vez que não havia eleições democráticas e os resultados eram falsos.

Os jovens eram chamados para a tropa até que regressavam a casa, três ou mais anos depois. A grande maioria ia para a especialidade de atirador mas havia também outras especialidades como a de amanuense, enfermeiro, cozinheiro, cavalaria e muitas mais.

Os jovens das gerações de 1961 a 1974 foram envolvidos na guerra nas províncias ultramarinas da Índia, Angola, Moçambique e na Guiné. Dizem os combatentes que esta guerra só serviu para os destruir e que não estiveram preparados convenientemente para esta guerra ao nível do armamento e dos exercícios de manobras em terras de clima frio como nos quartéis de Santa Margarida, ou Lamego e depois colocaram-nos em ambientes com mais de 40 graus à sombra. Para além dos aspectos apontados, neste início de guerra foram mal armados, mal alimentados, mal instalados e mal informados para esta guerra designada de “guerrilha”. Os guerrilheiros actuavam com o objectivo de desmoralizar as nossas tropas, criando ciladas, emboscadas, e armadilhas por onde os portugueses passavam. Não se mostravam, seguiam a tropa colonial sem serem detectados e no momento mais favorável para provocar baixas e destruição, atacavam de surpresa.

As consequências desta forma de fazer guerra foram trágicas para nós, morreram muitos homens, quase doze mil no conjunto das colónias, e cerca de 50 mil ficaram estropiados com graves deficiências para o resto da vida. Quanto aos traumatizados psicologicamente, os médicos falam em muitos, muitos milhares de antigos combatentes.

Durante a guerra tivemos cerca de 50 enfermeiras pára-quadistas que acompanhavam os feridos em combate desde o mato, onde os iam buscar de helicóptero, até ao hospital ou enfermaria mais próxima.

.....  
\* Diretor Científico do Museu da Guerra Colonial.

Nos intervalos dos combates, havia momentos para divertir a “malta”, fora e dentro da picada, cantar e tocar música, cartas a sempre a bater na mesa, jogos de bola quando era possível, a piada certa que podia fazer rir durante o dia inteiro. No norte de Moçambique houve uma companhia que até criou um cancionero musical, adaptando às músicas mais populares daquele tempo letras de crítica aos chefes da guerra e sobre as condições de vida dos militares.

A correspondência era um apoio psicológico muito importante para os soldados. O momento de distribuição do correio era marcante, podia chegar só de quando em vez, mas isso não impedia que alguns escrevessem todos os dias, uma ou mais cartas à mãe, à namorada ou às madrinhas de guerra. Momentos de descontração havia poucos. De quinze em quinze dias apareciam os “fotocine” com a máquina para projectar um filme. Antes do Natal levavam o gravador e a máquina de filmar para gravar as célebres mensagens de Natal para a família que as via na Televisão.

Nesta guerra não houve heróis. Em Portugal, o governo daquela época só distinguia com medalhas os militares que, segundo o regulamento, apresentasse um “feito Heróico” em função da Exaltação da Raça ou em pró da continuação do Império, e as medalhas eram entregues numa cerimónia no Terreiro do paço em Lisboa, no dia 10 de Junho de cada ano.

Durante o ano de 1973 realizaram-se reuniões de capitães descontentes com a sua situação como profissionais e também defendendo o urgente fim do regime. Oficiais dos três ramos das Forças armadas organizaram-se então em movimento e escreveram um Programa par, em data a combinar, a Ditadura que sacrificava os Jovens em África fosse substituída por outro Poder que acabasse com a Guerra e deixasse Portugal em Democracia. Assim, no dia 25 de Abril de 1974, o Movimento da Forças armadas restituiu a Liberdade aos Portugueses.

Foi graças ao 25 de Abril que terminou a Guerra colonial e foi criado um clima de Paz e Liberdade no Nosso País.

### **O Museu da Guerra Colonial.**

A génese deste projecto remonta ao ano de 1989 e teve o seu início num trabalho pedagógico/didáctico a que se chamou “ Guerra Colonial, uma história por contar”. Este foi realizado por professores e alunos do Externato Infante D. Henrique de Ruilhe, Braga e desenvolveu-se em várias freguesias dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Braga, e Barcelos e tinha por objectivo fazer o levantamento e a recolha do espólio dos combatentes utilizando a metodologia da história oral. Como resultado recuperámos aquilo a que chamamos “o Baú da Guerra” que depois de aberto forneceu-nos fontes importantíssimas para o estudo do combatente português na guerra colonial. Assim, recuperaram-se e ordenaram-se vários documentos tais como: processos de morte e de ferido, correspondência, diários pessoais e de companhia, documentos de acção social e psicológica, relatos e processos confidenciais, objectos de arte, fotografias, objectos religiosos, bibliografia e documentos vários, enfim um manancial de fontes que nos permitem organizar o itinerário do combatente português na guerra colonial.

Em 1992, estabeleceu-se a parceria de colaboração entre o Externato Infante D. Henrique e a Delegação dos Deficientes das Forças Armadas de Vila Nova de Famalicão com o objectivo de iniciar novos ciclos de trabalho mútuo e de estudos regionais que permitiram a criação da exposição “Guerra colonial, uma história por contar” bem como lançar as bases para o “ Museu da Guerra Colonial”.

Para dar resposta às várias solicitações de “preservar, estudar e divulgar”, em Maio de 1998, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, A Delegação da ADFA de Vila Nova de Famalicão e a sua Direcção

Nacional e o Externato Infante D. Henrique, celebraram entre si um protocolo de colaboração que serviu de acto solene e formal para a criação do Museu Guerra Colonial de Vila Nova de Famalicão. As finalidades foram definidas claramente: a recolha, a preservação e divulgação de fontes e estudos, a reformulação técnica da exposição permanente do museu, a constituição de um centro documental e o alargamento a novos estudos e parcerias.

O Museu está organizado segundo temas que assentam naquilo a que chamamos “o itinerário do combatente na guerra colonial” e tem um perfil pedagógico de informação histórica e cultural para as gerações do pós guerra e para o público em geral com a intenção de preencher uma lacuna sobre este período recente da História de Portugal.

Os conteúdos dos diferentes temas contêm materiais escritos e iconográficos recolhidos desde 1989 e estão assim organizados:

1. Portugal Continental, Insular e Ultramarino – informações gerais.
2. O itinerário do combatente:
  - 2.1. O embarque – Através de imagens, documentos e objectos dá-se a conhecer a envolvimento do embarque, os meios de transporte e as condições vividas nas viagens até ao destino reservado a cada militar;
  - 2.2. O Dia a dia – Retratam-se os momentos da não operacionalidade: os convívios, o tratar da higiene e das roupas, a caça, os passatempos e os momentos de desporto;
  - 2.3. As operações militares – A operacionalidade: situações de guerra, obstáculos, contextos geográficos, os meios de transporte e apoios utilizados e o armamento;
  - 2.4. Os nativos – O relacionamento com as populações e a curiosidade pelas suas culturas. Aqui podem ser observadas fotografias que retratam todos estes aspectos;
  - 2.5. A acção social e psicológica – Observam-se apoios às populações ao nível do ensino básico, construções diversas e no apoio médico. Dá-se a conhecer as comunicações murais entre militares e os panfletos de acção psicológica do exército português para os movimentos de libertação e as populações e dos movimentos de libertação para as tropas portuguesas e populações;
  - 2.6. A religiosidade – As influências da igreja e do capelão militar no contexto de guerra bem como a cultura e as crenças religiosas de cada combatente;
  - 2.7. Os horrores da guerra – Memórias fotográficas e iconográficas;
  - 2.8. Os ferimentos de Guerra. Formas de comunicação com a família. Hospitais e centros de recuperação militar na metrópole e no estrangeiro;
  - 2.9. A morte – Formas de comunicação com a família. O impacto das linguagens. O processo de morte;
  - 2.10. A correspondência – Os postais, as cartas, os aerogramas;
  - 2.11. As madrinhas de guerra – o seu papel e a sua importância;
3. O fim do império – O 25 de Abril de 1974.
4. As consequências da guerra:
  - 4.1. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas -ADFA;
  - 4.2. O Anexo Militar;
  - 4.3. O stress de guerra.

Este Museu é e será a memória de um período da Nossa História recente que devemos conhecer, respeitar para Compreender e valorizar a geração de jovens portugueses que se sacrificaram e morreram pela Pátria.



# O Museu da Guerra Colonial e os Museus Militares

por Mariana Jacob Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:** O convite para a presente comunicação prende-se com a necessidade de contextualizar o Museu da Guerra Colonial, em Famalicão, no panorama dos museus militares, e compreender em que medida é possível a sua articulação em rede no que concerne à temática específica do conflito que o museu supramencionado procura estudar – Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar.

**Palavras-chave:** Museu Militar, Exército, Guerra Colonial, ICOMAM

**Abstract:** This essay was written based on research studies for the MA in Museum Studies, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. The main purpose is to contextualize the Museum of Colonial Wars in Famalicão on the panorama of military museums, and understand if it is possible to create a collaborative network.

**Key-words:** Military Museum, Army, Colonial War, ICOMAM

## 1. Introdução

O presente artigo tem como base a investigação desenvolvida, entre o período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2011, no âmbito do trabalho de projecto apresentado, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia. A investigação foi realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alice Lucas Semedo.

O convite para a presente comunicação prende-se com a necessidade de contextualizar o Museu da Guerra Colonial, em Famalicão, no panorama dos museus militares, e compreender em que medida é possível a sua articulação em rede no que concerne à temática específica do conflito que o museu supramencionado procura estudar – Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar. Relativamente à denominação do conflito, no seio do Exército, e de uma forma geral, observa-se que os militares, com mais anos de serviço, utilizam a designação Guerra do Ultramar, enquanto os militares mais modernos utilizam Guerra Colonial. Isto explica-se pois na base da política ultramarina do Estado Novo procurava-se afirmar a noção moral e espiritual de um império que representa-se um todo português, como era reflexo a afirmação de António Oliveira Salazar «Não há possessões portuguesas, mas sim pedaços de Portugal disseminados pelo Mundo». Assim, na década de cinquenta do século XX são abandonados os conceitos de império e de colónia, tendo os territórios ultramarinos recebido a designação de províncias e o Ministério das Colónias passa a denominar-se Ministério do Ultramar.

O presente artigo encontra-se organizado em duas partes. Tendo em consideração que o conceito de *museu militar* inclui um grande número de instituições extremamente diversificadas, o primeiro ponto procura definir o que é um *museu militar*, a nível nacional e internacional, bem como as características que diferenciam estes museus das demais instituições museológicas. É ainda neste ponto que tem lugar uma breve abordagem ao comité internacional do ICOM para os museus de armas e de história militar designado por *International Committee for Museums of Arms and Military History*.

<sup>1</sup> Licenciada em Arqueologia e Mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Entre Dezembro de 2006 e Setembro de 2011 desempenhou, no Museu Militar do Porto, funções de Técnica Profissional de Museologia da Secção de Interpretação e Exposição, em acumulação com as de Técnica Superior Conservadora da Secção de Conservação e Restauro.

Num segundo momento, procede-se à caracterização, através de dados recolhidos no Observatório de Actividades Culturais, do panorama museológico no que respeita aos museus militares (independentemente da sua tutela). Inclui, ainda, uma referência mais exaustiva aos seis museus militares que se encontram na dependência da Direção de História e Cultura Militar do Exército português – o Museu Militar dos Açores; o Museu Militar de Bragança; o Museu Militar de Elvas; o Museu Militar de Lisboa; o Museu Militar da Madeira; e o Museu Militar do Porto.

Finalmente, é feita a reflexão sobre uma possível colaboração entre o Museu da Guerra Colonial (de Famalicão) e o Museu Militar de Elvas, como ponto de partida para a criação de uma rede de cariz internacional para o estudo da temática – *Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar*.

## 2. Museus Militares – considerações teóricas

Observando o panorama internacional é possível concluir que no âmbito do conceito de *museu militar* se incluem um grande número de instituições extremamente diversificadas relativamente à tipologia de tutela, colecções, génese, edifícios, recursos humanos e localização. A sua terminologia incorpora dois conceitos, *museu* e *militar*, que aqui importa explicar. O *International Council of Museums (ICOM)*<sup>2</sup> define *museu* da seguinte forma,

1. Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.

A definição legal de museu do ICOM é amplamente aceite pela comunidade profissional. O conceito de *militar* está relacionado, em Portugal, com as Forças Armadas, constituídas pelos ramos da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

A partir da definição do ICOM, André Kirouac propõe a sua adaptação para o âmbito dos museus militares,

A military museum is a non-profit, permanent institution, which acquires, preserves, researches, interprets and exhibits the tangible and intangible evidence of military history and serves society by raising awareness of the impact of war and of pacifist values<sup>3</sup>.

A definição de *museu militar* de André Kirouac é bastante completa pois inclui todas as funções básicas de um museu, tais como a necessidade de ser uma instituição que tem um propósito a longo prazo e sem fins lucrativos; que incorpora bens museológicos através das diferentes modalidades; que conserva e assegura a segurança desses mesmos bens; que estuda e documenta cada um dos seus objectos e, finalmente, que interpreta e expõe as suas colecções permitindo o acesso às mesmas (através de exposições, serviços educativos, investigação ou mesmo publicações). Como podemos ainda concluir, são valorizados não só os testemunhos materiais mas também os testemunhos imateriais da história militar pois nas Forças Armadas o papel da sua memória colectiva actua enquanto,

.....  
<sup>2</sup> Extraído dos Estatutos do ICOM, adoptados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001), Artigo 2º.

<sup>3</sup> KIROUAC, André (2009), The military museum as an advocate for peace, *MAGAZINE*. UK: ICOMAM, Issue 2, Basilica Press, ICOMAM, p. 22.

suporte essencial da identidade e, por essa via, do espírito de corpo que, mais do que em qualquer outra instituição, deve marcar de forma indelével as solidariedades horizontais e, sobretudo verticais, entre os seus elementos, dele fazendo depender, entre uma multiplicidade de factores, a sua maior ou menor eficiência<sup>4</sup>.

As funções museológicas referidas associam-se ao cumprimento da sua missão que é servir a sociedade «by raising awareness of the impact of war and of pacifist values» com impacto na forma como na actualidade se encaram os museus militares, um meio de transmitir às gerações actuais e futuras as vivências dos militares, no passado. Tanto mais que, na grande maioria dos países, o serviço militar deixou de ser obrigatório e, que, conseqüentemente, se corre o risco de ver desaparecer paulatinamente o conhecimento directo da vida militar activa com todas as experiências que ela encerra, aumentando, por isso, a probabilidade de se verem repetidas as experiências bélicas do passado.

Finalmente, importa referir que, em Portugal, a definição de *museu militar* foi estabelecida pelo ramo do Exército, mais especificamente pela Direcção de História e Cultura Militar nas *Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército* (Capítulo I, Artigo 3.º, Alínea 1),

1. O Museu militar é um órgão de natureza cultural depositário e expositor do espólio de interesse histórico-militar, com possibilidade para garantir um destino unitário, designadamente a bens culturais militares e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos, incluindo o acesso regular ao público.

No que respeita à tipologia dos museus militares, tendo em conta a especificidade das suas colecções, é internacionalmente aceite que estes museus se localizam no âmbito dos museus de história. Segundo Kenneth Hudson, o papel dos museus militares tem sido o de equiparar a história com campanhas políticas e militares, estando deste modo implícito que para estes museus a história é principalmente uma questão de guerras, gerais, almirantes e tratados, sendo que a dimensão social não tem sido objeto de reflexão<sup>5</sup>.

A análise do percurso dos museus militares, a nível nacional e internacional, permite observar que ao longo da sua existência, estes museus têm actuado não só como instituições museológicas, mas também como *memoriais* (de personalidades ou de campanhas militares) e, por essa razão foi-se assistindo a uma tendência para a inexistência de um espaço de reflexão sobre os contextos que procuram glorificar. Contudo, desde a última década do século passado é possível constatar um reposicionamento, de grande parte destes museus, em relação à sociedade e, conseqüentemente, à sua afirmação como museus de história social.

A consciência social nos museus militares tem-se vindo a reflectir na substituição das exposições cumulativas de *militaria* que serviam para ilustrar algum tipo de evolução cronológica por exposições que procuram explicar as causas dos conflitos dentro dos seus diferentes contextos. É nesta perspectiva, que a afirmação de Alice Semedo ganha especial relevo, «Os museus tentam assumir-se como locais onde se examina, se explora o conhecimento, a memória e a história, recusando o papel de meros lugares de afirmação da autoridade cultural»<sup>6</sup>. Um dos museus, de referência internacional, que melhor ilustram aquilo que foi dito é o *National Army Museum* (Reino Unido). Na publicação digital *Annual Review: Spring 2008-Summer 2009* (disponível em: <<http://www.nam.ac.uk/sites/default/files/review-2008-09.pdf>>, [consultado em 13-07-2011 às 21:15]) do *National Army Museum* é possível conhecer alguns comentários dos visitantes que espelham o sucesso do cumprimento da sua missão e do seu posicionamento como museu de história social,

.....  
<sup>4</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2005), O Exército e o Registo da Memória. As Monografias das Unidades, *Actas do VI Colóquio «Portugal na História Militar»*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda, p. 1.

<sup>5</sup> HUDSON, Kenneth (1987) – *Museums of influence*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 115-119.

<sup>6</sup> SEMEDO, Alice (2008), *Museus Educação e Cidadania, Actas [da] Conferência Museus e Sociedade*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, p. 29.



‘I never got in close to the reality of war as here and now. That reality was present with much respect for the simple soldiers and the human being behind every soldier’.

‘Very good experience for myself and 10 year old son. My son summed it up when he said “nobody really wins a war”’.

Finalmente, Hernández Hernández reflecte que os museus militares se podem incluir nos museus de história tendo em conta que as suas coleções representam a actividade militar ao longo da história, mas também possuem algumas características dos museus de ciência e técnica pois conservam e mostram a evolução da ciência e da técnica nos diversos campos de actuação dos diferentes ramos das Forças Armadas<sup>7</sup>.

### **International Committee for Museums of Arms and Military History**

Tendo em conta os comités internacionais definidos pelo ICOM, os museus militares, enquadram-se no *International Committee for Museums of Arms and Military History* (ICOMAM). Este comité teve origem no ano de 1957 com a denominação de *International Association of Museums of Arms and Military History* (IAMAM). Conforme William Reid refere num artigo sobre o papel dos museus militares na sociedade europeia, o IAMAM contaria com cerca de trezentos membros, alguns dos quais pertencendo a nações que em períodos de guerra foram inimigas e que na actualidade (1992) os seus conservadores desfrutavam de amizades pessoais e uma estreita cooperação profissional<sup>8</sup>.

O ICOMAM assume-se como o único comité internacional que desenvolve investigação sobre este tema no âmbito da museologia e propõe-se fomentar o estudo e conservação de armas, armaduras, artilharia, fortificações, uniformes, estandartes, medalhas, de uma forma científica e permitindo resgatar o seu impacto ao nível político, económico, social e cultural. Assim, este comité tem como objectivo demonstrar de que forma as armas e a história militar são parte do património cultural da humanidade.

Actualmente, o ICOMAM é constituído por cem membros, entre os quais se contam alguns museus de referência internacional, como é o caso do *Museo del Ejercito Espanol* (Espanha), *Musée de l’Armee* (França), *Imperial War Museum* (Inglaterra), *Militärhistorisches Museum Dresden* (Alemanha), *Musée Militaire Vaudois* (Suíça), *Musée de L’Armée et d’histoire militaire* (Bélgica), *Metropolitan Museum of Art / Dept of Arms and Armor* (Estados Unidos da América), *Rijksmuseum* (Holanda). Relativamente a Portugal, regista-se apenas um membro – a Fundação da Casa de Bragança.

Os museus de armas e história militar têm grande representatividade a nível mundial, tendo em conta que só na Europa, em 1997, existiam mais de mil museus militares, tanto em países que estiveram envolvidos na I e na II Guerra Mundial, mas também em países como a Suíça que não se encontra em estado de guerra, internacionalmente, desde 1815<sup>9</sup>. O Reino Unido assume-se como um dos países com mais museus que se relacionam com algum aspecto das Forças Armadas, sendo que, em 1990, foi publicado um relatório da *Museums & Galleries Commission* (actual *Museums, Libraries and Archives Council*) – designado por «The Museums of the Armed Services», que identifica duzentas instituições desta natureza.

### **3. Museus Militares em Portugal**

No panorama museológico português, o Observatório das Atividades Culturais (OAC) regista trinta e sete museus e nove núcleos relacionados com a tipologia de museu militar (dados referentes a Dezembro

.....  
<sup>7</sup> HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (2006), El discurso museológico en los museos militares: génesis, conceptualización y narrativa museológica, *Revista de Museología*, n.º 37, Madrid, Asociación Española de Museólogos, p. 9.

<sup>8</sup> REID, William (1997), El papel de los museos militares en la sociedad europea, *MILITARIA – Revista de Cultura Militar*, n.º 9, Madrid, Universidad Complutense, p. 175.

<sup>9</sup> REID, William (1997), El papel de los museos militares en la sociedad europea, *MILITARIA – Revista de Cultura Militar*, n.º 9, Madrid, Universidad Complutense, p. 175.

de 2010). Os critérios de selecção dos registos foram: ser tutelado pelo Ministério da Defesa ou ter no nome a palavra *militar*.

Ao fazer-se a distribuição dos dados do OAC pelo estatuto jurídico e tutela contabilizam-se quarenta e um museus/núcleos públicos e apenas cinco não públicos (ver figura 1).

Estatuto Jurídico	Tutela		Museu	Núcleo	Total	
Público	Administração Central	Ministério da Cultura	1	0	1	41
		Ministério da Defesa	27	5	32	
	Administração Regional	Madeira	1	0	1	
	Administração Local	Câmaras Municipais	5	2	7	
Não Público	Associações		2	0	2	
	Fundações		1	2	3	
<b>Total</b>			<b>37</b>	<b>9</b>	<b>46</b>	

Figura 1. Distribuição dos dados do OAC por estatuto jurídico e respectiva tutela. © Mariana Jacob Teixeira

Os museus públicos com tutela militar são os museus / núcleos dos três ramos das Forças Armadas: Marinha, Exército e Força Aérea. No que respeita aos museus públicos de tutela civil é possível concluir que a maior parte dos museus se encontram no âmbito da Administração Local, como é o caso do Museu Militar do Forte de Santa Luzia (ver figura n.º 2), na dependência da Câmara Municipal de Elvas. Estes museus foram na sua maioria criados através de protocolos de colaboração entre o Exército e as autarquias.



Figura 2. Fotografia de pormenor da exposição do Museu Militar do Forte de Santa Luzia, em Elvas. © Mariana Jacob Teixeira

Relativamente aos museus não públicos a quantidade diminui substancialmente,

identificando-se apenas o Museu da Guerra Colonial, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, o Museu Oferendas ao Soldado Desconhecido, o Forte do Bom Sucesso e o Museu da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Além dos museus referenciados pelo OAC é possível identificar outros museus que no seu acervo incluem colecções de armas e de história militar. Alguns exemplos são:

#### a) Museus Públicos

*Ministério da Cultura* / Instituto dos Museus e da Conservação: Museu da Guarda, Museu nacional dos Coches, Museu de Alberto Sampaio e Paço dos Duques.

*Administração Regional dos Açores*: Museu de Angra do Heroísmo.

*Administração Local:* Museu Municipal Leonel Trindade (Câmara Municipal de Torres Vedras), Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Câmara Municipal da Figueira da Foz), Museu da Pólvora Negra (Câmara Municipal de Oeiras), Museu- Biblioteca Condes de Castro (Câmara Municipal de Cascais), Museu Municipal de Santarém (Câmara Municipal de Santarém), Museu Convento dos Lóios (Câmara Municipal de Santa Maria da Feira).

## **b) Museus Não Públicos**

*Associação* para o Museu dos Transportes e das comunicações: Museu dos Transportes e Comunicações (a coleção é propriedade da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e encontra-se em depósito no Museu das Alfândegas).

*Fundação* da Casa de Bragança: Museu Biblioteca da Casa de Bragança.

### **O caso específico dos museus militares do Exército português**

A Direcção de História e Cultura Militar (DHCM) constitui o órgão consultor e dinamizador dos aspectos relacionados com o património histórico-militar do ramo do Exército das Forças Armadas portuguesas, designadamente, o material destinado a fins museológicos, decorativos ou culturais. Deste modo, a DHCM é responsável pela gestão do património cultural móvel do Exército português que se encontra nos museus militares na sua dependência directa, mas também o de outras Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército.

No que respeita ao património cultural existente nas Unidades/Estabelecimentos/Órgãos do Exército ainda não foi possível à DHCM fazer o seu levantamento com exaustão. Contudo, têm sido feitas diligências nesse sentido, tais como a definição do conceito de *coleção visitável militar* (*Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército*, Capítulo I, Artigo 4.º). Ou ainda, a criação da Circular da Direcção de História e Cultura Militar n.º 3, de 2008, que se encontra disponível na página da DHCM na Intranet do Exército e, que inclui os procedimentos para o levantamento e inventário dos bens culturais móveis existentes.

Segundo a investigação desenvolvida por Francisco Amado Rodrigues na sua dissertação de mestrado – *Uma Nova Rede de Museus para o Exército Português*, defendida em 2005, foram identificados 29 museus / núcleos museológicos / outras denominações existentes no Exército português, a saber: Biblioteca e Museu da Academia Militar; Museu do Criptólogo General Silvino Marques do Batalhão de Informação e Segurança Militar; Secção Museológica do Centro de Audiovisuais do Exército; Museu dos Comandos; Biblioteca e Núcleo Museológico do Centro de Psicologia Aplicada do Exército; Museu e Arquivo Histórico do Colégio Militar; Museu de História Natural do Colégio Militar; Museu da Ciência do Colégio Militar; Museu da Direcção dos Serviços de Saúde; Sub-secção de Museu e Biblioteca da Escola Militar de Electromecânica; Museu Tenente-coronel de Cavalaria Salgueiro Maia da Escola Prática de Cavalaria; Biblioteca e Museu da Escola Superior Politécnica do Exército; Cartoteca, Fototeca e Museu do Instituto Geográfico do Exército; Museu e Arquivo Histórico do Instituto Militar dos Pupilos do Exército; Sala de Exposições Coronel Luís António Vasconcelos Dias da Manutenção Militar; Centro Museológico e de Documentação das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento; Museu de Artilharia Anti-aérea do Regimento de Artilharia Anti-aérea N.º 1; Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas do Regimento de Engenharia N.º 1; Museu do Regimento de Lanceiros N.º 2; Museu de Transmissões do Regimento de Transmissões; Museu da Escola Prática de Transmissões; Museu da Serra do Pilar do Regimento de Artilharia N.º 5; Museu do Regimento de Infantaria N.º 14; Secção Museológica de Artilharia da Escola Prática de Artilharia; Sala de Honra do Regimento de Cavalaria N.º 3;

Sala de Honra do Regimento de Infantaria N.º 2; Museu do Regimento de Cavalaria N.º 4; Museu das Tropas Pára-quedistas da Escola de Tropas Aerotransportadas; Museu do Regimento de Infantaria N.º 15.

Relativamente aos museus militares na dependência da DHCM, tal como os museus em geral, definem-se pela existência de um acervo que se entende como a totalidade dos artefactos, na posse legal do museu (independentemente da modalidade de incorporação), que constituem o património cultural da instituição. O acervo destes museus destaca-se pela particularidade das suas coleções heterogéneas que incluem objetos originais, réplicas e maquetas que se relacionam com acontecimentos, muitas vezes decisivos historicamente. É importante ressaltar, que nestes museus militares, uma percentagem significativa das coleções é constituída por objetos funcionais que estiveram em uso na sua época, tais como armas, uniformes, falerística, instrumentos musicais, viaturas, entre outros, que refletem diferentes níveis dos seus contextos (sociais, culturais, económicos e políticos).

A secção seguinte do texto lida com uma descrição sumária do momento de criação e das características do acervo dos seis museus militares na dependência da DHCM.

### Museu Militar de Lisboa

O Museu Militar de Lisboa foi criado através do Decreto Geral n.º 296 de 10 de dezembro de 1851, nas instalações da antiga Fundação de Baixo e do Arsenal do Exército, na cidade de Lisboa. As coleções que constituem o seu acervo têm as seguintes temáticas: o Exército, os Descobrimentos e a Expansão portuguesa; a I Guerra Mundial; as campanhas militares em África nos séculos XIX e XX; a evolução do armamento; as peças de artilharia, em bronze, do século XVI ao século XIX (ver figura n.º 3); a artilharia portuguesa, espólio do antigo Arsenal do Exército. As coleções



Figura 3. Museu Militar de Lisboa. Pátio dos Canhões.

têm uma abrangência nacional, encontrando-se, em grande percentagem relacionadas com o fundo antigo deste Museu, principalmente no que se refere ao espólio proveniente do antigo Arsenal do Exército.

### Museu Militar do Porto

O Museu Militar do Porto foi criado através do Decreto-Lei nº 242/77, de 8 de junho. Está instalado na zona Oriental da cidade do Porto, num edifício de arquitetura residencial característica dos finais do século XIX. As coleções que constituem o seu acervo têm as seguintes temáticas: a presença do Exército português no Mundo; as Revoluções portuguesas; o Porto Militar – a evocação dos principais acontecimentos político-militares de que o Porto foi palco, e que ditaram a história da Cidade e do País; e a evolução do dispositivo militar no Campo de Batalha. As coleções deste Museu estão ligadas a temas de âmbito nacional, mas também à temática específica da história militar da cidade do Porto.

### **Museu Militar de Bragança**

O Museu Militar de Bragança foi criado através da Portaria do Ministério da Defesa Nacional N.º 106/87, de 16 de fevereiro, encontrando-se instalado na Torre de Menagem do Castelo de Bragança (classificado como Monumento Nacional). As coleções que constituem o seu acervo têm as seguintes temáticas: a Fortificação Medieval; Peças de armaria até ao século XVIII; História militar do Nordeste Transmontano; Invasões Francesas; Moçambique 1895 (Batalhão de Caçadores n.º 3). As coleções deste museu estão ligadas à história da região, mais especificamente do Nordeste Transmontano, à história do espaço que o museu ocupa e ainda a temáticas nacionais como é o caso das Invasões Francesas e da evolução das peças de armaria.

### **Museu Militar dos Açores**

O Museu Militar dos Açores localiza-se em Ponta Delgada (Açores), num edifício histórico classificado como Imóvel de Interesse Público – o Forte de S. Brás. Este Museu, juntamente com o Museu Militar da Madeira, tem como documento fundador o Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 72 de 1993. As coleções que constituem o seu acervo têm as seguintes temáticas: II Guerra Mundial; História militar dos Açores; e Fortificações e infraestruturas militares na região. As coleções deste museu estão ligadas à história da região, mais especificamente da Região Autónoma dos Açores, bem como ao espaço que o museu ocupa.

### **Museu Militar da Madeira**

O Museu Militar da Madeira localiza-se no Funchal (Madeira), num edifício histórico classificado como Monumento Nacional – o Palácio de São Lourenço. As coleções que constituem o seu acervo têm as seguintes temáticas: a Madeira no contexto da Expansão portuguesa; a história militar da Madeira; e as fortificações e infraestruturas militares na região. Desta forma, as coleções deste museu estão ligadas à história da região, bem como ao espaço que o museu ocupa.

### **Museu Militar de Elvas**

O Museu Militar de Elvas foi criado através do Despacho do Ministério da Defesa Nacional n.º 12555/2006, de 24 de maio. O Museu ocupa as instalações do Regimento de Infantaria n.º 8 (extinto com a reestruturação do Exército de 2006) que constituem

um conjunto de construções de relevante valor histórico, a saber: o Convento de S. Domingos, classificado como Monumento Nacional, o Quartel do Casarão e a Muralha Fernandina. As coleções que constituem o seu acervo têm as seguintes temáticas: história do Serviço de Saúde do Exército (ver figura 4); Viaturas do Exército; Hipomóveis e Arreios militares do Exército; história da Fortificação de Elvas; Guerra do Ultramar português.



**Figura 4.** Museu Militar de Elvas. Mesa de traumatologia universal, proveniente da coleção da Direção do Serviço de Saúde.

#### 4. Considerações finais: a articulação entre os museus militares e o Museu da Guerra Colonial

O Museu da Guerra Colonial, localizado em Vila Nova de Famalicão, depende de uma Associação constituída pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pela Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Vila Nova de Famalicão e pelo Externato D. Henrique de Ruilhe de Braga. O Museu referido foi organizado essencialmente com espólio dos combatentes das áreas de residência dos alunos do Externato D. Henrique de Ruilhe de Braga, tais como fotografias, uniformes, armas, diários de companhia, entre outros.

A exposição permanente deste Museu, bem como as exposições apresentadas pelos museus militares do Exército português são normalmente concebidas com base nos testemunhos materiais e imateriais dos militares portugueses que participaram no conflito referido, entre 1961 e 1974, constituindo deste modo um discurso produzido pelos agentes sobre si próprios. Tendo em conta que, «A experiência de guerra suscitou nos sujeitos a constituição e formalização coletiva das memórias, sustentadas por meios importantes de ritualização e celebração, fazendo com que cada narrativa da guerra se interligue com a história do grupo que combateu», entende-se que estas narrativas expositivas visam a criação dos *lugares* da memória coletiva enunciados por Pierre Nora, numa evidente valorização do passado e da leitura pedagógica que ele possibilita.

Em 2011, assinalaram-se os cinquenta anos do início do conflito referido, sendo que pela sua proximidade temporal é ainda um tema doloroso e polémico, contudo este passado recente não vai desaparecer e é importante que seja analisado e interpretado sem preconceitos e procurando reflectir sobre os contextos económicos, políticos, sociais e culturais de todos os seus intervenientes.

Neste âmbito, a possibilidade de criação de redes de colaboração que trabalhem este tema permitiriam o alcance de resultados difíceis de obter individualmente pelas instituições como o Museu da Guerra Colonial. A criação de redes justifica-se quando há interesses comuns e reciprocidade, ou seja, um reconhecimento do outro e da sua cultura institucional. Os projetos em rede têm funções educativas, sociais e culturais, pressupondo um trabalho em equipa, assim como negociações entre entidades e a partilha de responsabilidades e decisões.

Desta forma, seria crucial a colaboração entre o Museu da Guerra Colonial e o Museu Militar de Elvas que possui um *Centro de Estudos sobre a Guerra do Ultramar português*. A colaboração tornaria possível a partilha de recursos, tais como: empréstimo ou depósito de objetos; itinerância de exposições; recolha do património imaterial relativo à temática da Guerra Colonial; apoio técnico na gestão das coleções, nomeadamente para o seu estudo, conservação e segurança. Após a articulação entre as duas instituições museológicas referidas, o desafio seria a extrapolação desta colaboração para uma rede de colaboração entre instituições civis e militares, a nível nacional mas também internacional.

#### 5. Referências bibliográficas

- COELHO, Maria Inês (2008), *Marcas do Ex-combatente: Um olhar sociológico sobre a Guerra Colonial Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 2006 – “El discurso museológico en los museos militares: génesis, conceptualización y narrativa museológica”. *Revista de Museología*. Madrid: Asociación Española de Museólogos, n.º 37, p. 8-26.
- HUDSON, Kenneth, 1987 – *Museums of influence*. Cambridge: Cambridge University Press. International Council of Museums, 2006 – *ICOM code of ethics for museums*. France: ICOM.
- KIROUAC, André, 2009 – “The military museum as an advocate for peace”. *MAGAZINE*. UK: ICOMAM, Basilica Press, Issue 2, April, p. 22-23.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2005), *O Exército e o Registo da Memória*. As Monografias das Unidades, *Actas do VI Colóquio «Portugal na História Militar»*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda, p. 1-15.
- REID, William, 1997 – “El papel de los museos militares en la sociedad europea”. *MILITARIA – Revista de Cultura Militar*. Madrid: Universidad Complutense, n.º 9, p. 175-186.
- SEMEDO, Alice, 2008 – “Museus, educação e cidadania” in CADILHA, Sérgio, – *Actas [da] Conferência Museus e Sociedade*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, p. 27-35.



# O Centro de Estudos do Surrealismo Rede de Museus e Centros de Arte Contemporânea

por António Gonçalves<sup>1</sup>

Nos anos 90 assistimos ao surgimento de um razoável número de Museus e Centros de Arte Contemporânea no contexto nacional e internacional. Focando-nos no contexto nacional podemos depreender que esse surgimento veio trazer uma nova dinâmica, desenvolvimento cultural e uma vasta oferta de acontecimentos. Falamos da criação de espaços que albergam colecções que servem de base de estudo e desenvolvimento de actividades expositivas e culturais em redor destes Centros.

Não são meros espaços de exposição, onde as colecções se depositam, antes, promovem dinâmicas capazes de atrair mais público e difundir os conteúdos.

Assistimos a uma descentralização das actividades culturais e passa a existir uma rede de instituições que ampliam a oferta cultural numa maior extensão do território. Estas mesmas redes vão proporcionar uma maior articulação de acções e troca de experiências, que se acabam por reflectir nos resultados de cada uma das instituições.

Os novos espaços estão munidos de condições para uma boa elaboração dos trabalhos e para um melhor acondicionamento dos bens culturais que neles se depositam e mostram. Aparecem excelentes espaços para os serviços educativos que vão criar uma relação mais estreita com o público e em especial com os mais jovens nomeadamente os alunos das escolas.

Alguns exemplos de sucesso como o do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, que acabou por se tornar um caso singular e uma base de exemplo para outros Centros de Arte. Serralves veio a criar um edifício de raiz, para ali apresentar maioritariamente exposições temporárias, aproveitando todo o espaço envolvente, os jardins e a casa, para desenvolver uma actividade diversificada e que complementasse a actividade do Museu. Uma fórmula encontrada para levar um grande número de público ao Museu. De certa forma e seguindo um pouco este exemplo outros foram os Centros que se foram edificando, procurando-se que o projecto destes espaços pudesse ser assegurado por arquitectos reconhecidos que acabam por trazer atenção para os edifícios que projectam. Temos o exemplo da Casa das Histórias de Paula Rêgo, em Cascais, onde o projecto nasce da intenção de desenvolver um Centro de Arte que tem por base um acervo de obras da Pintora Paula Rêgo e a partir desta a programação desenvolve-se com a realização de exposições que se relacionam com a obra desta Pintora. Já o Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães ou o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, em Bragança partem da recuperação de um edifício já existente e nele apresentam exposições temporárias. Não possuem colecções e a dinâmica do espaço é feita com produções próprias ou itinerâncias que ali são recebidas. Alguns destes Centros também possuem espaços de auditório com grandes capacidades desenvolvendo assim, uma actividade mais diversificada, desde concertos musicais a peças de teatro, projecção de cinema e exposições de artes plásticas, como o exemplo do Centro Cultural de Ílhavo. Dadas estas características e condições muitas exposições começaram a circular e a articulação passou a ser maior, dando uma outra amplitude às mostras de espólio muitas vezes desconhecido.

O Centro de Estudos do Surrealismo da Fundação Cupertino de Miranda, surge de certa forma numa base diferente, pois ocupa o edifício existente da Fundação e ali vai ampliando a sua colecção.

A Fundação Cupertino de Miranda, está implantada no centro da cidade de Vila Nova de Famalicão e conta com 49 anos de existência, desde o momento em que os seus Fundadores definiram os seus estatutos a 2 de Outubro de 1963. Arthur Cupertino de Miranda (1892-1988) e Elzira Celeste Maya de Sá Cupertino de Miranda (1892-1978) abraçaram a intenção de constituir uma Fundação cujo objectivo nobre seria o legado perpetrado pela

<sup>1</sup> Director Artístico da Fundação Artur Cupertino de Miranda.



acção cultural e assistencial. Natural do Louro, freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão, Arthur Cupertino de Miranda, desde cedo, revelou capacidades que lhe permitiram tornar-se numa das mais importantes figuras da banca no seu tempo. Esse património chega até nós, através das acções que se tem vindo a desenvolver.

A actividade afirma-se através da definição como instituição particular de solidariedade social, reconhecida de utilidade pública e sem fins lucrativos, que prossegue objectivos de carácter cultural e social. Estas funções materializam-se pelas acções desenvolvidas no Museu, Biblioteca, Auditório e Livraria, instrumentos fundamentais na promoção e divulgação de iniciativas culturais nas diferentes áreas de expressão. De lembrar o serviço educativo, cujo objectivo passa por desenvolver programas culturais e educativos, que apresentem e animem o espaço museológico e os demais espaços da Fundação, através de actividades dirigidas a públicos de todas as faixas etárias, conseguidas pela acção de uma cooperação pedagógica com os principais intervenientes, comunidade escolar e público geral. Através do contacto com as obras de arte pretende-se estimular a concepção de novos olhares e a produção de experiências em torno da arte, através da realização de programas de cariz cultural, que estimulem o desenvolvimento de um pensamento crítico com base nos conteúdos do Museu.

Estas valências são permitidas pela colecção do Museu, localizado na torre que o edifício acolhe e tornam a Fundação um edifício emblemático que se funde na vida diária da cidade e dá corpo à Praça D. Maria II. Esta colecção, que se entende como uma colecção em construção, iniciou-se com doação inicial dos seus fundadores, sendo destacável a pintura o tríptico “A Vida” do pintor António Carneiro, obra-prima da Arte Portuguesa, que conta já com 111 anos de vida e dá as boas-vindas ao visitante que se desloque ao Museu. Frente a frente com esta obra, está o designado “espaço Mário Cesariny”, assumido como homenagem ao poeta e pintor, que melhor definiu e representou de forma exemplar o Surrealismo, como expressão artística e literária. Depois deste encontro a viagem pelo Museu prossegue e somos encantados com uma subida que nos conduz por um percurso pelas obras que nos revelam o Movimento Surrealista. A delimitação da colecção, embora aberta, no plano histórico, atende a percursos individuais e a progressões históricas antecedentes e consequentes. A terminar o percurso pelo Museu surge o trabalho de um nome incontornável da fotografia – Fernando Lemos, onde são visíveis em espaço próprio e permanente um registo de imagens captadas pela sua objectiva que o notabilizam como fotógrafo, e são reveladoras da singularidade e autenticidade da sua intervenção artística.

O Museu conta no seu acervo, datado maioritariamente do século XX, com uma importante Colecção de obras de arte, composta essencialmente por artistas surrealistas, mais especificamente do Surrealismo português, que é proveniente de doações, aquisições e legados de que se destacam as colecções de Cruzeiro Seixas, Mário Cesariny, Eurico Gonçalves, Julio dos Reis Pereira e Fernando Lemos. Integra pintura, desenho, escultura, fotografia, colagem, objectos, obra gráfica, livros, manuscritos, correspondência, entre outros. Assumem importância os núcleos de Cruzeiro Seixas, Mário Cesariny, Fernando Lemos, Julio dos Reis Pereira, Eurico Gonçalves e Gonçalo Duarte pela sua dimensão. A colecção adopta hoje uma identidade própria, importante para o concelho e para o país.

O Centro de Estudos do Surrealismo tem por objectivo reforçar um património cada vez mais representativo do Surrealismo português e internacional, enriquecendo continuamente a colecção de obras deste movimento e permitindo delinear de uma forma cada vez mais completa o percurso daqueles que viveram esta aventura. O Centro vem desenvolvendo um trabalho contínuo de estudo, pesquisa e preservação das obras, num esforço para tornar visíveis as obras do acervo através da programação constante de exposições. Desta forma se deparou com a necessidade de ampliar o seu espaço físico, para conseguir outras condições de mostra e de base de trabalho para a continuidade do seu trabalho. O desafio foi lançado ao Arquitecto Souto Moura e a ideia de uma nova torre surge ao lado da existente, para que ali se possa albergar toda a colecção e se possam receber exposições temporárias, permitindo outras condições para estruturar relações com outros Centros de artes numa articulação em rede.

Com esta ampliação a cidade poderá beneficiar de um espaço renovado e capaz de sustentar a dinâmica que se tem vindo a desenvolver nesta Instituição, dando continuidade aos pressupostos do seu Fundador.

# Museus de arte sacra e turismo religioso: O caso de Vila Nova de Famalicão

*por Varico da Costa Pereira<sup>1</sup>*

**Resumo:** O Património Religioso é uma componente fundamental dos destinos turísticos, detendo um lugar importante na economia deste sector, sobretudo, em cidades e locais onde a presença do património religioso e as manifestações relacionadas com o domínio da crença e das práticas religiosas são relevantes.

Os museus de arte sacra, além de receberem a comunidade local, também, são espaços vocacionados para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao fenómeno cultural e religioso. A gestão destes espaços, não deve estar direcionada, apenas, para o repositório e conservação dos objetos, tem que estar preparada para receber turistas, retirando potenciais benefícios e maximizando-os.

**Palavras-chave** – Turismo Religioso, Museus, Museus de Arte Sacra, Desenvolvimento local

**Abstrat:** The religious heritage is a key component of tourist destinations, holding an important place in the economy of this sector, especially in cities and places where the presence of the religious heritage and demonstrations related to the field of religious belief and practice are relevant.

The museums of religious art, in addition to receiving the local community, too, are areas specific to the development of tourism activities related to cultural and religious phenomenon. The management of these spaces should not be directed only to the repository and conservation of objects, have to be prepared to receive tourists taking potential benefits and maximizing them.

**Keywords:** Religious Tourism, Museums, Religious Art, Local Development

## Introdução

O texto que, agora, apresentamos surge do desafio lançado pelo município de Vila Nova de Famalicão, na sequência, do seminário organizado em Maio de 2011, subordinado ao tema “Redes de Museus – Território, Identidade e Património”.

O nosso trabalho pretende fazer uma explanação sobre a relação entre os museus de arte sacra e o turismo religioso. Apesar da relação, entre estes parecer evidente, nem sempre é assim, pois, desde a potencialidade de um território até à sua estruturação como produto turístico, temos várias etapas para ultrapassar.

Nas últimas décadas a área da museologia tem sofrido inúmeras transformações, quer no campo teórico, quer no prático. Essas transformações vieram questionar o modelo tradicional de museu, entendido como uma coleção, um edifício e um público.

As mais recentes reflexões, sobre esta temática, têm sugerido novos modelos de museus, assentando no conceito alargado de património e centrando o seu objetivo no desenvolvimento da comunidade, constituindo-se como uma consciência coletiva, para garantir uma evolução sustentada.

O turismo poderá desempenhar um papel fundamental nesta transformação, porque concessionaria novas funções ao museu e este concorre, cada vez mais, com outras indústrias do lazer. O museu é cada vez menos um simples repositório e converte-se, cada vez mais, num meio de comunicação. Estes dois fatores levam

.....  
<sup>1</sup> Director Técnico da Turel – Turismo Cultural e Religioso, Docente universitário no ISMAI e investigador do CEDTUR/CETRAD e membro da direção da Obra Nacional da Pastoral do Turismo.

a que o museu se preocupe cada vez mais com o acolhimento do visitante e com a relação com os seus públicos, entre os quais se encontram os turistas.

Atualmente os museus enfrentam o desafio de atrair mais visitantes, adotando uma gestão estratégica orientada para o mercado e para as suas necessidades, de modo a garantir uma viabilidade financeira e, em simultâneo, cumprir com a respetiva função social.

Os museus de arte sacra poderão beneficiar de uma nova dinâmica com o turismo religioso. O património religioso, que abrange outras realidades que não a religiosa, pode, também, ser utilizado para outros fins. Em Portugal os bens culturais de carácter religioso constituem o sector mais extenso do universo patrimonial português, admite-se que esse conjunto venha a corresponder a cerca de 75% de todo o património conhecido.

Atente-se que, mesmo quando estamos perante motivações de cariz religioso, a viagem e a estadia das pessoas que se deslocam a um determinado Santuário ou outro local de culto, implicam sempre a visita cultural, a contemplação da arte. Neste sentido, o turismo religioso poderá contemplar nos seus programas a visita aos museus de arte sacra, tendo em conta as afinidades temáticas existentes.

O concelho de Vila Nova de Famalicão apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo cultural e do turismo religioso, uma vez que possui recursos museológicos suficientes para a estruturação deste produto e sua utilização como forma de desenvolvimento local.

Numa primeira fase este texto vai abordar o turismo religioso numa perspetiva conceptual, a fim de podermos compreender as várias tipologias deste produto. Seguidamente apresentamos a relação entre o turismo religioso e os museus de arte sacra, concretizando as nossas ideias acerca da temática. Por fim, apoiados na análise empírica aplicada ao concelho de Vila Nova de Famalicão, cujos resultados, se espera, contribuam para uma discussão ao nível regional.

## 1. Turismo Religioso: Conceitos e Perspetivas

A cultura, em especial naquilo que se relaciona com as tradições e os modos de vida, constitui um fator de atração turística importante. O turismo transformou diversos recursos culturais em produtos turísticos. Associado a este processo temos a própria transformação conceptual da noção de “turismo”. Ao conceito tradicional, o do turismo como utilização do tempo livre em viagens ou estadia em outros locais, acrescentaram-se dimensões como a “cultural”, a “gastronómica”, a “radical” e a “religiosa” (Lanfant 1999).

Pelos dados oficiais, após o turismo de negócios, o turismo religioso lidera as estatísticas, como o segmento que mais se tem desenvolvido. Ainda não está claro o impacto sociocultural provocado pelo turismo religioso. No entanto, segundo a análise de especialistas, é possível observar que o turismo religioso tem favorecido o crescimento das economias locais. Fatores como o alojamento, comércio, alimentação e lazer são diretamente afetados pelo fluxo turístico, afetando a reconfiguração do uso do espaço e o planeamento de infraestruturas da organização económica.

As viagens em busca de espaços próprios para as manifestações da fé, envolvem pessoas de várias culturas e diferentes nacionalidades em todo o mundo. Verificada esta realidade, a indústria do turismo intensificou o investimento nos centros de peregrinação, através de ações diretas sobre a realidade local e o uso da comunicação social e do marketing para incentivar o fluxo de visitantes. As cidades e lugares envolventes começaram a investir no planeamento e obras para ampliar a sua capacidade de receção e proporcionar alternativas de lazer aos turistas.

A prática do turismo religioso assume diversas facetas. Enunciamos algumas: (i) as peregrinações aos locais sagrados, famosos ou não, mas que são venerados por pessoas de uma ou mais religiões; (ii) a visita

ao património religioso; (iii) as festas religiosas que são celebradas periodicamente; (iv) os espetáculos e as representações teatrais de cunho religioso; e (v) os congressos, encontros, seminários, ligados às atividades de evangelização dos fiéis.

Neste contexto, são diversas as definições deste fenómeno. A ausência de um consenso sobre o tema, como acontece noutras formas de turismo, revela a sua complexidade. O que se pretende neste ponto é fazer um ensaio dos diferentes conceitos e perspetivas que existem sobre o turismo religioso, tentando selecionar a definição que melhor se adequa ao modo como ele é aqui entendido.

Começando pelo conceito oficial:

O turismo religioso é compreendido como uma organização que movimenta inúmeros peregrinos, em viagens pelos mistérios da fé ou da devoção a algum santo. A sua prática realiza-se de diversas maneiras: peregrinações aos locais sagrados, festas religiosas que são celebradas periodicamente, espetáculos e representações teatrais de cunho religioso, os congressos, encontros e seminários ligados à evangelização<sup>2</sup>.

Alguns autores revelam que não só o turismo religioso deriva das peregrinações como o turismo em si. MacCannel (1973) e Horne (1984) argumentam que o turismo não é mais do que a peregrinação do mundo contemporâneo, assim como o turista é, também, o peregrino contemporâneo. Este último autor ainda vai mais longe, ao considerar os *guidebooks*, autênticos textos doutrinários. Graburn (1977) tem uma posição muito próxima ao classificar o turismo de “sacred journey” (viagem sagrada). Neste contexto, os turistas tornam-se parcialmente peregrinos, pois, as atividades em que se envolvem constituem, de certa forma, rituais de rutura com a rotina quotidiana, tal como acontece com os rituais religiosos em muitas culturas (Turner e Turner, 1978).

Com estas posições quase que poderíamos dizer que o turismo seria, de certa forma, uma nova religião, porque o turismo ainda continua à procura de objetos e lugares únicos como a Torre Eiffel, a Catedral de Santiago ou a Amazônia, entre outros locais, que se transformaram em verdadeiros templos sagrados que merecem uma visita obrigatória de todos os seus fiéis (turistas).

Nolan e Nolan (1989:43) reproduzem a ideia de muitos administradores de santuários: “*um turista casual depois de experimentar as emoções num santuário pode regressar como um peregrino*”. Um caso “real” e bastante mediatizado foi o do escritor brasileiro Paulo Coelho, um agnóstico que percorreu o “Caminho Francês de Santiago de Compostela”, num momento de introspeção, acabando por converter-se num fiel convicto no final da caminhada, tornando-se, assim, numa excelente forma de propaganda do Caminho de Santiago no seu país, e não só, o que lhe valeu uma medalha de honra da cidade compostelã. Depois desta experiência relatada no livro “O Alquimista”, o número de brasileiros a percorrer o caminho de Santiago tem vindo a aumentar.

Numa outra abordagem, o turismo religioso pode ser definido na perspetiva sociológica, como uma forma de aceder à cultura das grandes religiões, caracterizando-se pela atração cultural, a arte do sagrado. O turismo religioso é encarado, assim, como um fenómeno da sociedade em que a amplitude ultrapassa, de uma forma clara, a ligação que os crentes têm à sua própria religião. Veja-se, como exemplo, o vasto património arquitetónico de cariz religioso que passou a ser considerado património da humanidade. Caso dos mosteiros da Batalha e dos Jerónimos em Portugal e Nôtre-Dame em França. Ambrósio (1999) entende que se justapõe um binómio cultural e espiritual. O que nos leva admitir e salientar a complementaridade do cultural e do espiritual, dando lugar a uma valorização dos indivíduos. Cultural será compreender o conjunto de possibilidades que se oferecem a alguém que deseje cultivar-se humanamente; espiritual será compreender as coisas segundo um ponto de vista subjetivo, como se fosse um convite a descobrir, através da meditação, uma certa interioridade

A religião é, desde sempre, o motor espiritual de todas as civilizações, a maior parte dos monumentos herdados do passado resultam da própria religião, Cunha (2001:267 e 268) classifica todos os locais de culto

.....  
<sup>2</sup> Definição oficial de Turismo Religioso, segundo a Conferência Mundial de Roma, realizada no ano de 1960, OMT, Madrid.

no mundo como “núcleos recetores de religiosos”. Estes locais são, há largos séculos, grandes centros de atração de pessoas. O caso de Meca para o islamismo, Benares para o hinduísmo, Lhasa para o budismo e Lourdes, Fátima, Santiago de Compostela e Roma para o cristianismo. Calcula-se que 5 milhões de pessoas visitem Lourdes e, estima-se que anualmente 4 milhões visitem Fátima. O seu valor turístico é evidente, senão vejamos o caso do santuário da “Virgem del Rocío” (Espanha) que foi declarado local de interesse turístico nacional no ano de 1969 devido aos benefícios económicos que os turistas traziam ao santuário e à região (Crain, 1996:40). Muitas vezes, a beleza do local onde se insere o santuário é para as pessoas da região o mais belo lugar, aquele onde se leva o visitante para lhe apresentar a aldeia (Sanchis, 1983:41).

Esta breve análise de estudos sobre o turismo religioso prova, claramente, que o conceito está longe de ser claro. Há uma série de conceitos diferentes que podem ser agrupados debaixo do termo “turismo religioso” ou que podem estar relacionados intimamente com ele.

Depois desta revisão de literatura em torno do turismo religioso, de reflexão sobre o tema, e de ter utilizado a expressão “turismo religioso” para definir alguns aspetos mais próximos das peregrinações, que são atividades exclusivamente religiosas e se realizam nos lugares especiais chamados santuários. Outras atividades existem que, não sendo preponderantemente religiosas tocam, entretanto, e muito propriamente, as realidades religiosas: ou porque o grupo realiza sistematicamente ações religiosas, por exemplo, a missa diária, procurando viver num certo clima de fé ao longo do percurso e dos dias de turismo, ou mesmo só porque no seu itinerário estão incluídos monumentos, museus e outros objetos religiosos, enquanto tais. Esta última categoria poderá permitir classificar de turismo religioso praticamente todas as iniciativas que incluam nos seus roteiros a visita a grandes monumentos, de qualquer religião.

Neste sentido o turismo religioso não pode ser considerado unicamente como uma peregrinação ou praticado exclusivamente por motivos religiosos. Por menor consciencialização religiosa que um turista tenha, ao entrar num local sagrado e aproximando-se do sentido religioso do local está a praticar turismo religioso.

Não podemos restringir este conceito aos grandes grupos que trazem um sacerdote como guia e pretendem assistir a um ato religioso no local sagrado que visitam. Qualquer indivíduo ou família que em viagem de turismo, aproveita a passagem por um determinado país para visitar uma igreja ou santuário para uns momentos de introspeção ou contemplação, está num momento de lazer a utilizar bens e serviços, ao seu dispor, de natureza religiosa. Assim, o património e as manifestações religiosas podem desempenhar um papel espiritual e cultural, ao dar oportunidade a um visitante de se recolher nos seus claustros, de apreciar o seu valor artístico e monumental.

O turismo religioso tem-se relacionado com o património cultural de origem religiosa concebendo uma grande variedade de produtos culturais, contudo, esta relação nem sempre tem sido equilibrada. Os recursos económicos e financeiros adicionais que o turismo religioso pode gerar para a conservação e restauro do património religioso são os benefícios mais apontados. O património religioso pode ser concebido como um recurso principal para uma comunidade, o que exige uma utilização equilibrada. Neste contexto, os museus de arte sacra são parte de uma unidade global e parceiros privilegiados, no diálogo entre passado e futuro, todavia, na atual sociedade do lazer, disputam o nosso tempo livre com um cada vez maior número de atrações.

O turismo religioso utiliza como motivações principais a valorização cultural, a fruição dos atrativos do destino, onde se incluem as visitas a espaços musealizados, preferencialmente museus onde a presença de arte sacra se destaca. Estas visitas são um complemento cultural que, muitas vezes, estão associados a roteiros ou circuitos definidos pelos operadores turísticos. No entanto, os destinos de turismo religioso possuem um património religioso vastíssimo que, em muitos casos, coincide com a existência de museus de arte sacra, lembramos o caso de Santiago de Compostela ou de Braga, onde as Catedrais possuem museus de arte sacra.

Esta breve discussão permite concluir que o turismo religioso compreende um conjunto muito vasto de atividades sujeitas a uma exploração mercantil, envolvendo indivíduos motivados por razões muito diversificadas. Mesmo quando estamos perante motivações de cariz religioso a viagem e a estadia das pessoas que se deslocam a um determinado santuário, ou outro local de culto, implicam sempre consumo de bens e serviços que são fornecidos por empresas e outras instituições ligadas ao turismo. Neste sentido, a visão “romântica” do peregrino desinteressado e, sobretudo, imune à oferta mercantil da economia do turismo é fortemente interrogada pelo terreno concreto em que a sua experiência se realiza.

## 2. Museus de Arte Sacra e Turismo Religioso

Nas últimas décadas os museus têm vindo a assumir a necessidade de alargar as suas funções, para passarem a ter uma função social, que vá de encontro às aspirações das comunidades, intervindo ativamente no seu desenvolvimento. Essa nova dimensão social rompeu com o modelo tradicional de museu, e fez alargar o seu espaço de atuação, levando-o a adotar um património coletivo.

Para a International Council of Museums (ICOM) “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição” (Cnp/Icom, 2003: 16).

Apesar da definição oficial da ICOM, segundo os paradigmas que preconizam a função social do museu, este passou a ser visto como um agente de desenvolvimento da comunidade onde se insere, em que o conceito de património foi alargado à imaterialidade e ao meio ambiente, onde se procurou a interdisciplinaridade e a participação da população nos processos museológicos, de forma a transformar os museus em agentes de democratização da cultura.

A discussão sobre os museus e o turismo parte de uma clarificação do conceito de museu atual e da emergência de novos paradigmas na sociedade, aos quais o museu do futuro não poderá ficar indiferente, sobretudo, como forma de potenciar a sua atratividade junto do público turista, mas também se pretende afirmar como equipamento de lazer, da comunidade local.

Consciente dos desafios desta relação procura-se demonstrar com este trabalho que existem benefícios claros resultantes de uma aproximação entre estes campos. A partilha de conhecimento entre estes dois poderes – o turismo e os museus – será fundamental para o diálogo entre estas duas áreas, e o seu sucesso dependerá da discussão conjunta de formas de trabalho em equipa, para que objetivos comuns e benefícios mútuos possam ser alcançados, com reflexos positivos junto das comunidades locais.

Os museus passam a ser um novo modo de produção cultural que trazem uma nova vida às localidades e aos objetos, transformando-se em verdadeiros ativos da oferta turística, surgindo um pouco por todo lado. As sociedades – tal como todos nós – têm necessidades diversas e a receita de equilíbrio entre as dimensões dos museus, do território e do turismo, podem não ter uma resposta comum. Os museus ainda que partilhem de uma imagem de marca comum – instituições de prestígio e grande valor simbólico –, variam grandemente em tamanho e orçamento, e as suas coleções baseiam-se, em regra, na cultura material das suas comunidades, pelo que, dificilmente qualquer teoria de marketing pode ser transversalmente aplicada, na medida em que o museu se insere numa comunidade e território únicos, com os quais tem que dialogar para construir os seus significados, pois só assim se poderá constituir como um museu de referência e uma atração turística.

É claro que o objetivo principal do museu continua a ser conservar e preservar, mas o museu tradicional está ultrapassado, o público dos museus cresceu e diversificou-se, emergiram novos tipos de museus: etno-

grafia, folclore, museus da educação, museus de sociedade, entre outros, onde o envolvimento da comunidade local no projeto museológico e de conservação, é uma das alterações mais assinaláveis.

O museu da atualidade oferece exposições superpovoadas, vendem catálogos a preços elevados e *souvenirs* na loja do museu, que se situa, estrategicamente, próxima da saída. Estes museus apresentam uma frequência elevada de visitantes e promovem-se centrados nas audiências e na opinião pública.

A sociedade atual enfrenta, hoje, novos desafios que têm determinado o crescimento de uma visão sustentável, assente na valorização e preservação de recursos endógenos que, por sua vez, tem contribuído para que o património cultural assuma maior importância enquanto fator de desenvolvimento local e regional.

A arte sacra tem vindo a ocupar um lugar de destaque nos museus de igrejas e catedrais, mas, também, ao nível dos museus locais, tal é a sua importância e proliferação que já nos permite classificar, os museus de arte sacra, conforme a respetiva dimensão. Em Portugal existe um número significativo de Museus de Arte Sacra<sup>3</sup>, apesar de na sua maioria serem de pequena dimensão.

Os museus de arte sacra de grande dimensão, como seria o exemplo dos museus do Vaticano, concentram-se em grandes destinos de turismo religioso. No nosso país registamos alguns exemplos de média dimensão<sup>4</sup>, como o Tesouro Museu da Sé de Braga, o Museu Alberto Sampaio, o Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Porto ou o Museu de Arte Sacra do Funchal, entre outros.

Os museus de pequena dimensão ou extensão local, enquadram-se mais no âmbito deste trabalho, e caracterizam-se por uma gestão com base no voluntariado, numa atividade investigativa residual, num número pouco significativo de visitantes, e em exposições de pequena dimensão, normalmente, permanentes. Exemplos disso são o do Museu Etnográfico e de Arte Sacra de Nossa Senhora da Abadia, o Museu de Arte Sacra de Nossa Senhora de Porto d'Ave, os Museus de Arte Sacra do Concelho de Vila Nova de Famalicão, mas sobre estes últimos, falaremos mais em pormenor no ponto seguinte do texto.

Os museus de arte sacra são criados com a intenção de salvaguardar e preservar o património religioso e histórico e de promover o desenvolvimento local. Este tipo de projetos tem grande aceitação junto das autoridades eclesiais, certamente movidas pelo reflexo das orientações emanadas pelo Concílio Vaticano II, acerca da disposição de ornamentos, imagens e outras obras de arte sacra presentes nos templos católicos.

No caso dos museus de pequena dimensão, em todas as etapas da formação do museu, o envolvimento da pequena comunidade local é essencial, quer através de iniciativas individuais, por doação de peças ou ofertas monetárias, quer ainda pela participação nas diversas iniciativas dinamizadas pelo promotor, em prol da angariação de verbas ou mesmo recolha de objetos, para o espólio do museu.

Independentemente da sua dimensão ou tipologia, o museu deve utilizar, cada vez mais, o marketing para atrair turistas (Weil, 1999). Face à realidade atual, de crise económica, os museus perdem financiamento das administrações públicas, para o seu funcionamento, logo o museu passou do valorizar ao rentabilizar. Os museus devem, pois, reforçar o interesse no turismo, oferecer atividades e produtos culturais que atraiam, entretenham e cativem turistas, só assim podemos fomentar o desenvolvimento do museu.

Os museus de arte sacra são uma associação entre a religião e a cultura, devendo o turismo estar agregado, como defendemos ao longo deste texto

.....  
<sup>3</sup> Os museus de arte sacra inserem-se na tipologia dos Museus de Arte, onde o seu acervo é constituído exclusivamente de obras de arte, como esculturas, pinturas e instalações, neste caso, de origem religiosa.

<sup>4</sup> Resumidamente, caracterizam-se por uma gestão profissional, uma actividade de investigação, um número significativo de visitas e um conjunto variável de exposições.

### 3. Museus de Arte Sacra em Vila Nova de Famalicão: caminhos para o aproveitamento turístico

Apesar de não termos dados concretos de todos os concelhos do país, Vila Nova de Famalicão é um dos concelhos com registo de mais núcleos museológicos vocacionados para a arte sacra, a saber: Museu de Arte Sacra, na capela da Lapa, cidade de Famalicão; Museu da Igreja de Santiago de Antas; Museu Cívico, Cultural e Religioso de Mouquim; Museu de Nossa Senhora do Carmo em Lemenhe.

Estas estruturas de base local têm objetivos bem claros, pois, pretendem não só dar a conhecer o seu património, mas favorecer e impulsionar o restauro e conservação de documentos e objetos de arte sacra.

A salvaguarda e preservação da arte sacra são pressupostos base nestes projetos. Mas, entendemos que, também, devem associar a promoção como forma de projetar e divulgar o museu, só desta forma podem resultar no desenvolvimento local. Para que estes projetos se tornem casos de sucesso. Aos pressupostos anteriores devemos acrescentar a aceitação e integração da população, instituições locais e entidades eclesíásticas.

O município de Vila Nova de Famalicão, como agente dinamizador local, tem desenvolvido ações bem-sucedidas, que poderão ajudar a concretizar os pressupostos anteriormente assinalados, apresentando-se como um caso de boas práticas.

As iniciativas que a Câmara de Vila Nova de Famalicão dinamizou, destacam-se pelo seu carácter interventivo e inovador na forma como impulsionam a museologia do concelho e na sua relação, com a comunidade local e com o turismo.

Para assinalar o Dia Internacional dos Museus, no ano de 2010, o município de Vila Nova de Famalicão, lançou um projeto que agregou mais de uma dezena de museus do concelho que abriram as suas portas e promoveram visitas guiadas, de forma gratuita. O projeto de parceria desenvolvido entre a autarquia e as várias estruturas museológicas do concelho, teve como objetivo principal, atrair aos museus o maior número de pessoas, nomeadamente famílias e jovens, incentivando o conhecimento pela história e memória coletiva local. Para além das visitas guiadas, vários museus, promoveram diversas atividades de animação e divulgação. Ainda no âmbito desta parceria, assinala-se, a “Noite dos Museus”, com o horário alargado até à meia-noite. Atividades, como esta, são promovidas em museus como o do Vaticano, (está entre os museus mais visitados no Mundo – 6 milhões de visitantes), que realiza visitas noturnas, ou seja, os museus adaptam-se a novas demandas, alargam horários, certamente para atrair visitantes mais jovens.

O seminário sobre “Redes de Museus: Território. Identidade. Património, realizado em 20 e 21 de Maio de 2001, foi mais uma das iniciativas que contribuíram para a disseminação desta temática, tratou-se de um espaço de reflexão e debate onde o ficou, unanimemente, reconhecida a importante rede de equipamentos culturais que o município possui. Onde sobressai um conjunto diversificado de museus, com qualidade, singularidade e dinamismo, (Casa-Museu Camilo Castelo Branco, o Museu Bernardino Machado e o Museu do Surrealismo da Fundação Cupertino de Miranda, Museu Ferroviário de Lousado, Museu da Indústria Têxtil, o Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves, e os Museus de Arte Sacra).

Vila Nova de Famalicão possui espaços museológicos de excelência, que justificam plenamente um modelo de gestão em rede, que potencie este património como um produto turístico, articulado com outras ofertas turísticas, nomeadamente ao nível da gastronomia, do lazer, da cultura e do património.

No que refere aos Museus de Arte Sacra a Câmara Municipal, lançou um terceiro projeto, em Maio de 2012, para assumir uma gestão partilhada dos quatro museus de arte sacra do concelho (Museu de Arte Sacra, na Capela da Lapa, cidade de Famalicão; Museu da Igreja de Santiago de Antas; Museu Cívico, Cultural e Religioso de Mouquim; Museu de Nossa Senhora do Carmo em Lemenhe). O projeto consistiu na assinatura de protocolos de colaboração, entre a Câmara e as Fábricas das Igrejas, visando “tornar os museus seres vivos, abri-los à comunidade escolar, e aos turistas em geral, promovendo visitas guiadas e formação de guias,



assumindo o custo do consumo de energia a 50%, obras e recursos humanos para implementar a abertura em horários fixos, incentivo, quanto a nós, muito importante, numa época de crise económica.

Neste momento, e apesar de estar em marcha a criação de horários fixos de abertura, os Museus de Arte Sacra, apenas funcionam com marcações prévias para os responsáveis dos museus.

Reconhecemos o esforço e apresentamos algumas contribuições que consideramos pertinentes para uma efetivação de políticas de promoção dos Museus de Arte Sacra do concelho de Vila Nova de Famalicão:

- Lançamento de ações de sensibilização aos Operadores Turísticos e imprensa
- Melhorar a acessibilidade ao nível dos horários e infraestruturas
- Monitorização do grau de satisfação junto dos visitantes
- Criação e atualização de conteúdos para um guia do museu
- Formação especializada de guias em história da arte e da religião
- Dinâmica de exposições com novas exposições temáticas
- Criação de roteiros temáticos pelos Museus de Arte Sacra
- Cooperação com os Museus de Arte Sacra de Braga, Guimarães e Porto
- Dinamizar exposições temporárias.
- Renovação das técnicas expositoras: composições cenográficas, meios audiovisuais, desenho e realidade virtual.
- Contato dos visitantes com a população do território no qual estão inseridos.
- Apresentarem-se como museus vivos que tenham em conta as necessidades e problemas das comunidades e dos públicos e não museus mausoléu, nem museus mercado.

Estas sugestões poderão ser replicadas em outros territórios e museus, pois, a sua abrangência coaduna-se com uma atuação de acordo com as novas tendências da gestão museológica, conforme o vínhamos afirmando ao longo deste texto. A procura turística nos museus varia em função de quatro fatores essenciais: a qualidade e dimensão da coleção, a localização, a superfície expositiva e as visitas guiadas

O turismo outorga, assim, novas funções ao museu e este concorre, cada vez mais, com outras indústrias de lazer. O museu é cada vez menos um simples conservatório e converte-se cada vez mais num meio de comunicação (Lumley, 1988:25; Hooper-Greenhill, 1998). Estes dois fatores levam a que o museu se preocupe cada vez mais com o acolhimento do visitante e com a relação com os seus públicos entre os quais se encontram os turistas.

Surgem outras questões que aqui não teremos espaço para tratar como: Devem os museus ser gratuitos para os seus visitantes ou devem aceitar a mercantilização da cultura? Este dilema não é de fácil solução, e deixaremos a temática para outra oportunidade.

Em suma, o museu deve ser um espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com o seu património. Deve proporcionar elos de integração social, tendo em conta nos seus discursos e linguagens expositivas, os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo o seu reconhecimento e a sua valorização.

## Considerações Finais

Este artigo tentou demonstrar, de um modo geral, a relação entre o turismo religioso e os museus de arte sacra.

As duas realidades têm potencialidades de desenvolvimento em conjunto, ao nível da estruturação de produtos turísticos inovadores e complementares.

Na sua relação com o turismo, os museus têm sido, e são, fundamentais na produção de cultura e património cultural. Os museus têm-se promovido como atrações turísticas para ser rentáveis económica, política e socialmente. Eles são um novo modo de produção cultural que outorgam uma segunda vida às localidades, aos objetos e aos modos de vida, convertendo-se num verdadeiro ativo da oferta turística.

Os museus devem assumir uma gestão estratégica que vise atrair mais visitantes, adotando uma mais orientada para o mercado e para as suas necessidades, para a manter a sua viabilidade financeira, e em simultâneo cumprir com a sua função social. Porém, verifica-se que existe um conhecimento muito incipiente do uso potencial dos museus pelo turismo, e vice-versa, mas já se identificam benefícios claros que podem resultar do desenvolvimento do turismo cultural e do turismo religioso associados aos museus de arte sacra.

O museu do futuro deve ser um espaço de reflexão, que se auto questiona permanentemente e que, por isso, acompanha as dinâmicas do seu território e da sua comunidade, tendo noção das suas limitações.

O concelho de Vila Nova de Famalicão apresenta um potencial nesta área, pois, detém recursos suficientes para se afirmar como destino de turismo cultural, associando o conjunto de todos os museus do concelho. Os quatro museus de arte sacra existentes, associados ao património religioso construído (Igrejas, capelas, santuários), às festas e romarias, poderão desempenhar um papel essencial no desenvolvimento deste tipo de turismo.

Uma das principais conclusões, que retiramos, é que estamos perante uma estratégia assumida pelo município e pelos agentes locais de desenvolvimento, que poderão dar a dimensão turística, que estes espaços precisam, pensamos que o primeiro passo já foi dado. Será, também, necessário aproveitar as potencialidades turísticas de cidades como Braga e Guimarães, e integrar os museus de Vila Nova de Famalicão como complementos de visita a estas cidades, pois, neste momento, Famalicão ainda tem dificuldades em apresentar uma oferta turista estruturada que lhe permita oferecer um produto, por si só, a uma procura cada vez mais exigente. Essas potencialidades, de certo modo, ainda estão sub-exploradas e constituem uma oportunidade de desenvolvimento sustentado.

As instituições ligadas ao turismo, em conjunto com os agentes privados devem juntar sinergias e reunir as condições financeiras para que a criação de uma oferta de qualidade a todos os níveis, acessibilidades, alojamento, restauração, transportes, entre outros, pois a promoção, por si só não é suficiente para a criação de um destino turístico de qualidade.

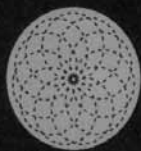
As políticas locais neste sector turístico têm de ser elucidadas, eficazes e executáveis, pois, são os próprios atores locais que têm tido uma atitude progressista e dinâmica, criando iniciativas particulares que evidenciam a potencialidade deste produto.

Com base nestes pressupostos, recomendamos a criação do produto conjunto de turismo cultural e religioso, entre Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, estimulando a cooperação entre municípios, através de estruturas existentes, como a Turel e o Quadrilátero Urbano, reforçando as relações entre as quatro cidades, pois, só em conjunto se poderá beneficiar das potencialidades e poder atrativo das principais cidades.

À laia de conclusão diremos que os museus de arte sacra não podem atuar de costas voltadas com o turismo, particularmente, com o turismo religioso, sobretudo em territórios onde o património religioso é abundante. Terminamos como iniciamos este texto, a gestão dos museus de arte sacra, não deve estar direcionada, apenas, para o repositório e conservação dos objetos, tem estar preparada para receber turistas retirando potenciais benefícios e maximizando-os.

## Bibliografia

- AMBRÓSIO, Victor (1999) – *A peregrinação como base do turismo religioso*. Universidade Nova de Lisboa. (Tese de Mestrado).
- CNP/ICOM (2003) – *Código Deontológico para os Museus*, Lisboa, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.
- CRAIN, Mary M. (1996) – “Contested Territories: The Politics of Touristic Development at the Shrine of El Rocío” in *Southwestern Andalusia*, in Jeremy Boissevain, *Coping with Tourists: European Reactions to Mass Tourism*, Volume 1. Oxford, Berghahn Books, 65-72.
- CUNHA, Licínio (2001) – *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Verbo.
- GRABURN, M. (1977) – “Tourism: the sacred journey”, in Valene Smith, (ed). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*, Philadelphia, Philadelphia University Press.
- HOOPER-GREENHILL, E. (1998) – *Los museos y sus visitantes*. Gijón. Trea.
- HORNE, David (1984) – *The Great Museum. The Re-Presentation of History*. London and Sydney. Pluto.
- LANFANT, Marie-Françoise (1999) – “Identité, mémoire, patrimoine et ‘touristification’ de nos sociétés”, *Sociétés*, 46, 433-440.
- LUMLEY, L. (ed.) (1988) – *The Museum Time-Machine*. London: Routledge.
- MACCANNEL, Dean (1973) – “Staged Authenticity: Arrangements of Social Space in Tourist Settings”, in *American Journal of Sociology* 79 (nº 3), 589-603.
- NOLAN, M. L. e NOLAN, Sidney (1989) – *Christian Pilgrimage in Modern Western Europe*. The University of North Carolina Press.
- OMT, (1998) – *Introducción al Turismo*, 1ª Edición, Madrid, Egraf.
- SANCHIS, Pierre (1983) – *Arraial: Festa de um Povo, As Romarias Portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- TURNER, Victor e Edith Turner (1978) – *Image and pilgrimage in christian culture: anthropological perspectives*, Oxford, Blackwell.
- WEIL, S. E. (1999) – “El museo y el público”. *Revista de Museología*, 16: 17-25.



Fundação  
**CASTRO ALVES**

Museu de Cerâmica





# Vida e história do Museu de Cerâmica

por Manuela Granja<sup>1</sup>

O Museu de Cerâmica é um dos filhos, nascido em 1979, que brota do sonho e da utopia de um homem: Manuel Maria Castro Alves (1935 – 1998), os quais irrompem no já distante ano de 1971.

É então que nasce o primogénito, o Centro de Arte e Cultura Popular de S. Pedro de Bairro, donde emerge em 1991 a Fundação Castro Alves.

Numa breve síntese poder-se-á dizer que a Fundação Castro Alves é constituída por três sectores:

Escola de Música, que começa a funcionar em 1971, na Junta de freguesia de Bairro; Escola/Oficina de Cerâmica criada em 1979, num armazém da fábrica têxtil de Castro Alves; Museu de Cerâmica, que abre ao público no ano de 1987, em instalações constituídas para o efeito.

Concretiza-se assim o SONHO e a UTOPIA de um HOMEM. Acrescente-se o óbvio. O objetivo de Castro Alves era educar e formar jovens, pelo que, desde o início, mesmo antes de construir estúdios e oficinas, proporcionou uma iniciação à arte dos jovens da sua fábrica e da freguesia de Bairro e povoações limítrofes.

Para compreendermos a obra que nos legou e as suas motivações temos que conhecer a sua personalidade. Uma e outra estão umbilicalmente ligadas.

Castro Alves era um homem sensível e idealista. Porém, persistente e generoso, o que lhe permite partilhar com os outros os seus ideais e os seus bens. Ainda jovem sentiu vocação para as atividades artísticas e a mágoa por não o ter conseguido concretizar, que o acompanha ao longo da vida. Filho de uma família pobre, fez a 4ª classe e foi empurrado para o trabalho, desde tenra idade, iniciando-se como operário têxtil numa tecelagem. Fez uma aprendizagem rápida, aventurando-se em pequenos negócios, que inventa. Por exemplo, organiza sorteios de peças de calçado, louça e outras coisas úteis para a vida doméstica, com cartões numerados, que distribuía, os quais ficavam habilitados a prémios. Outro negócio que organizou foi a venda de lenços de mão e atalhados de felpo, que comprava nas fábricas da região e vendia nas feiras de Famalicão, Amarante, Felgueiras e Paredes. Com o pecúlio financeiro acumulado nestes negócios monta uma pequena empresa de confeções, adquirindo um tear, depois outro e mais outro.



Comendador Castro Alves



Primeiro grupo de jovens que frequentaram a Escola de Música



Ficha do 1º emprego com 13 anos (4 agosto 1948, onde trabalhou até 31 outº 1959)

<sup>1</sup> Administradora da Fundação Castro Alves, responsável pelo museu de cerâmica.



Antiga fábrica – Manuel Maria Castro Alves, Teares Malhas e Confeções



O Pintor Júlio Resende falando aos jovens artesãos da Escola de Cerâmica

Surge assim na região a primeira fábrica de roupa de interiores.

Fecharam-lhe as portas para fazer desabrochar as inclinações artísticas que palpitavam dentro de si, mas, uma vez sustentado o negócio, dedica-se a facultar aos outros aquilo que a vida lhe negou.

O Comendador Castro Alves – em 1981 recebeu a comenda de Grão Mestre das Ordens Portuguesas – desabafou inúmeras vezes que tinha uma paixão pelas Belas Artes, tendo sido impedido de desenvolver este dom e de prosseguir os estudos, em face das dificuldades económicas familiares. E sempre afirmou que a sua motivação era dar às crianças dos outros (até porque não tinha filhos) aquilo que lhe foi negado.

O seu sonho começa a materializar-se no ano de 1971, com a Escola de Música a funcionar na sede da junta de freguesia de Bairro e numa garagem da sua fábrica. O curioso é observar que Castro Alves transpõe para o seu projeto social e cultural a mesma estratégia que adotara nos negócios que lhe deram sucesso. Define os objetivos e, passo a passo, de uma forma sustentável, concretiza-os.

Em julho de 1974 inaugura o auditório da Escola de Música. Cinco anos depois, em 1979, o Centro

de Arte e Cultura Popular de Bairro dá um salto de gigante: iniciam-se as atividades da Escola/Oficina de Cerâmica. Júlio Resende dá a 1ª Aula. Estamos no dia 10 de junho de 1979.

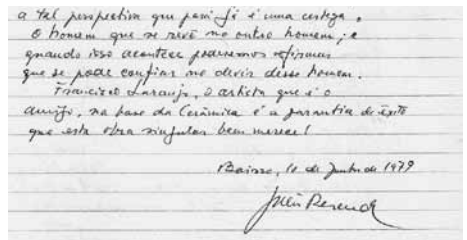
No livro de atas o consagrado pintor regista para o futuro esta legenda:

**Uma rara conjunção de três fatores:  
a iniciativa idealista de um industrial,  
a orientação consciente e terna de um professor,  
e a pureza reconfortante de uma criança.  
Quem terá dúvidas sobre o devir do Homem?**

Do grupo de fundadores da Escola de Cerâmica fazem parte os professores da Escola de Música, Fernanda Resende Dias e o Maestro António Resende Dias, e os Pintores Júlio Resende e Francisco Laranjo. Estes dois últimos são os grandes impulsionadores da Escola de Cerâmica.

Na ata de abertura, Júlio Resende não tem dúvidas e aposta na competência de Francisco Laranjo:

**“O artista que é o amigo, na base da Cerâmica é a garantia de êxito que esta obra singular bem merece”.**



Não demorou muito para que o tempo desse razão a mestre Júlio Resende. Quatro meses depois, em dezembro de 1979 realiza-se a 1ª exposição, na Fundação Cupertino de Miranda, com os trabalhos produzidos pelos artesãos, organizada pelo Rotary Club de V.N. de Famalicão.

No Catálogo da Exposição, o pintor/professor Francisco Laranjo formula um desejo:



Quatro dos trabalhos expostos na primeira exposição de cerâmica.





Catálogo da 1ª exposição de cerâmica



Fernando Sousa com Castro Alves

**“... Primeiros trabalhos que refletem uma iniciação e uma arte milenária que profundas raízes deixou em Portugal – A Cerâmica. Agora em Bairro, a oficina – escola que com quatro meses de atividade pretende dar continuidade a esse projeto – o de que essas raízes se firmem também no concelho de Vila Nova de Famalicão...”**

Participar nesta exposição, nove artesãos com idades entre os 11 e os 16 anos. Francisco Laranjo sabe que tudo ainda está no começo, mas não deixa de olhar para os seus alunos e para os seus trabalhos com admiração:

**“... Tão simples e espontâneos os trabalhos assim são os alunos que sem nunca terem contactado tal matéria, começam a manifestar o seu espírito no barro cujas impressões deixam marcadas ...”**

O desejo de Francisco Laranjo cumpriu-se. A Escola Oficina consolidou-se, dela nasceu um viveiro de artesãos e muitos milhares de peças criadas pelas suas mãos e imaginação, que se espalharam por coleções particulares e desaguaram num Museu: O Museu de Cerâmica.

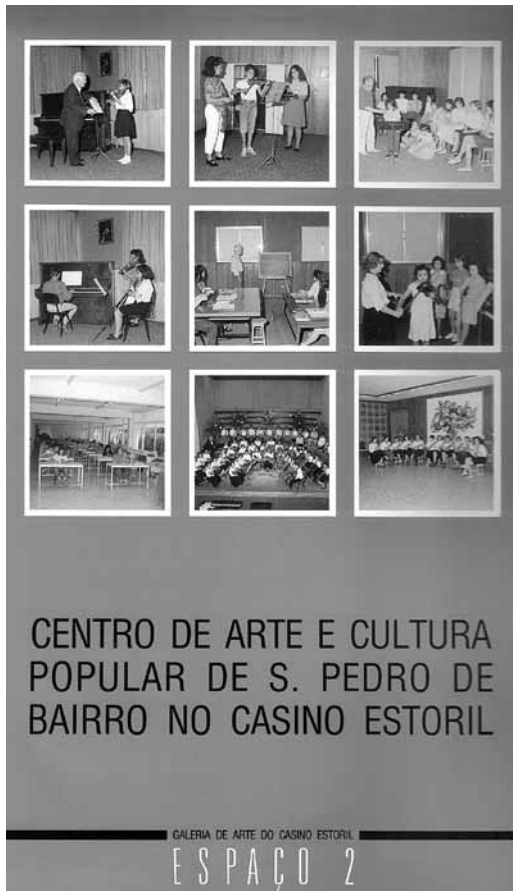
Francisco Laranjo prossegue o ensino do desenho e pintura deste primeiro grupo de jovens. No ano 1980 chega à Escola o conceituado oleiro de Barcelos, Fernando Sousa, ali permanecendo durante 1 ano, onde deixa sementes que ainda hoje frutificam.

A aprendizagem expande-se. Promove visitas de estudo, como à Olaria de João Franco, em Mafra. A Escola/Oficina consolida-se e abre-se ao exterior. Em vários pontos do país organiza exposições das peças dos seus artesãos, tanto em galerias de arte, de que são exemplos, a do jornal *O Primeiro de Janeiro*, no Porto, em 1982; na *Casa dos Crivos* em Braga, no ano



Mário Soares com Castro Alves na Casa dos Crivos





Maria Cavaco Silva, com Castro Alves e o Diretor da Galeria do Casino Estoril, Lima de Carvalho

de 1984, visitada por Mário Soares; na *Galeria do Casino Estoril*, em 1987, inaugurada por Maria Cavaco Silva; como em feiras de artesanato, entre as quais, a das Caldas da Rainha e a de Vila do Conde. Diga-se que, estas iniciativas são desenvolvidas e prosseguem até aos dias de hoje.

### Visitas de Personalidades ilustres

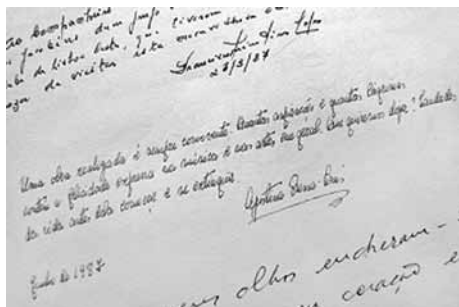
Ao Centro de Cultura e Popular de Bairro deslocam-se as mais representativas personalidades portuguesas da política, da cultura e da literatura. Os ecos deste projeto original e bem-sucedido repercutem-se pelo país.

Ramalho Eanes em 5 de outubro de 1983 deixa uma mensagem de admiração e de incentivo:

**“Faço votos para que esta obra notável, persista pelas suas motivações e nos seus objetivos.”**



Ex – Presidente da República Ramalho Eanes e esposa, Manuela Eanes, com Castro Alves



Mensagem manuscrita da escritora Agustina Bessa Luís

Agustina Bessa Luís, em junho 1987 conta-se entre os que não resistem conhecer o Centro de Arte e Popular de Bairro. Deixa também uma mensagem de admiração e de incentivo:

**“Uma obra realizada é sempre comovente. Quantas aspirações e quantas lágrimas contem a felicidade expressa na música e nas artes em geral. Que queremos dizer? Saudades da vida antes dela começar e se extinguir”.**

O Pintor Isabelino dando uma aula em 1966 na Escola /Oficina.



Isabelino e Castro Alves acompanhados pelos alunos



Marçal Grilo, Castro Alves, Maria José Sousa Fernandes e Fernando Lanhas observando a artesã Alexandrina na roda de oleiro

Em 1997 foi a vez do ministro da educação Marçal Grilo deslocar-se ao Museu de Cerâmica e à Escola /Oficina, numa visita guiada pelo arquiteto Fernando Lanhas. No livro de honra, Marçal Grilo regista a sua admiração:

**“O País surpreende-nos quando menos o esperamos. Encontrar este acervo artístico com esta qualidade constitui um momento único e certamente inesquecível.**

**Parabéns a todos os que aqui trabalham e em especial ao Senhor Comendador Castro Alves que aqui constituiu uma Fundação que o honra e que honra o País”.**

## Novas Instalações da Escola /Oficina de Cerâmica

Em outubro de 1985 abrem as novas e amplas instalações da Escola/Oficina de Cerâmica. É um passo gigante: uma ampla Oficina com uma área de 400m<sup>2</sup>, com 6 rodas elétricas de oleiro, com mesas individuais de trabalho para 19 artesãos, que aprendem e aprofundam a arte de olaria e pintura:



Em outubro de 1985 são inauguradas as novas instalações da Escola/Oficina de Cerâmica

Alexandrina Abreu, Alexandrina Pinheiro, Carlos Campos, Delfim Manuel, Fátima Maia, Isabel Cardoso, Isabel Machado, Madalena Machado, M<sup>a</sup> Fernanda Marques, M<sup>a</sup> José Cardoso, Natália Castro, Olga Marques, Olga Pereira, Paula Brás, Paula Azevedo, Pedro Gouveia, Pascal, Rosa Castro, Teresa Azevedo. Vários destes são hoje ceramistas consagrados, com oficinas próprias. Além da Oficina a Escola tem ainda áreas de armazenamento e loja de venda direta ao público.

Fernando Lanhas, o arquiteto/pintor, orientador desde 1983 da Escola/Oficina tem a partir de agora as condições ideais para potenciar a criatividade das duas dezenas de artesãos que integram a escola. É este o momento alto da Escola/Oficina, traduzido na qualidade e na quantidade de peças produzidas. O sonho, de Castro Alves, o projeto artístico de Júlio Resende, Francisco Laranjo, Fernando Sousa, Fernando Lanhas, frutificam em 1987, no Museu de Cerâmica.



Arq. Fernando Lanhas (à direita na foto) com o Comendador Castro Alves, em outubro 1985, dia da inauguração das novas instalações da Escola/Oficina de Cerâmica

## Museu de Cerâmica

Não era difícil antever o aparecimento de um Museu. Não é apenas a quantidade de peças produzidas, é sim a qualidade artística alcançada, que leva ao aparecimento de várias coleções de peças de cerâmica.

O Museu foi concebido e organizado pelo Arquiteto Fernando Lanhas. Da sua autoria é também o projeto de arquitetura e o projeto museográfico.

No Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves estão reunidas e expostas 1310 peças, todas executadas na Escola/Oficina de Cerâmica, dando testemunho da sua evolução e da criatividade dos seus artesãos.

A coleção do Museu de Cerâmica é constituída por dois núcleos: um de Olaria e outro de Esculturas de Cerâmica.

Do primeiro núcleo fazem parte uma multiplicidade de objetos artísticos, feitos e modelados na roda, designadamente, vasos, jarros, travessas, pratos, serviços de chá e café, entre outros.

O segundo núcleo integra pequenos conjuntos escultóricos, entre os quais, presépios e figuras populares.



Fotografias da exposição permanente do Museu de Cerâmica

A exposição permanente integra também uma vitrina com elementos que narram a evolução do sector de cerâmica, desde os primeiros passos, dados ainda nas primitivas instalações num armazém da fábrica de Castro Alves, até às da Escola/Oficina. Adivinha-se aqui a mão e a força criativa de Fernando Lanhas. Como se descobre o seu gosto e experiência pela museografia, que evidenciou ainda era aluno da Escola de Belas Artes do Porto.

## O Centro de Arte e Cultura Popular passa a Fundação

A morte do Comendador Castro Alves em setembro de 1998, criou um vazio impossível de preencher. A sua personalidade é inseparável da sua obra. Em todo caso, deixou um exemplo e legou-nos um património. E preocupou-se com o futuro, antecipando-o. A constituição a 6 de janeiro de 1991 da Fundação, a que deu o seu nome, é exemplo disso.



Antigas instalações da Escola de Música da Fundação Castro Alves



Museu de Cerâmica e Escola/Oficina

A nossa obrigação é honrar a sua memória, prosseguindo a sua obra. São múltiplas as oportunidades e enormes os desafios que temos pela frente. A herança que nos deixou não é apenas material, tem dimensões humanas, culturais e espirituais incomensuráveis. Este é um dos grandes desafios que temos pela frente: potenciar e rentabilizar esta dimensão imaterial do seu legado. Nesse sentido, já estão em marcha alguns projetos. Na área da música a Fundação celebrou em 1 de janeiro de 2009 um protocolo com o CCM/ARTAVE, (Centro de Cultura Musical/Escola Profissional Artística do Vale do Ave), tendo em vista desenvolver as potencialidades existentes, diversificar e qualificar a oferta neste setor.



Novas instalações da Escola de Música da Fundação Castro Alves inauguradas em 15 de maio de 2011



A Escola de Musica tem hoje dois auditórios com capacidade para 198 e 135 pessoas.

O setor de cerâmica possuiu uma Oficina de Cerâmica com 400m<sup>2</sup>; um Museu de Cerâmica com uma área de 450 m<sup>2</sup>; uma reserva com centenas de peças de olaria e cerâmica; uma loja de venda ao público; um restaurante com capacidade para 120 pessoas e um parque de estacionamento.



Peças da exposição do 30.º aniversário da Escola de Cerâmica

O trigésimo aniversário da Escola/Oficina de Cerâmica, que celebramos em 2009 evidenciou as grandes potencialidades que a Fundação tem dentro de si, unindo as várias gerações de artesãos, que passaram pela escola e agregando os amigos que acompanharam o percurso do Comendador Castro Alves.



Amindo Costa e Paulo Cunha

Cabe-nos fazer germinar as sementes que Castro Alves espalhou pelas consciências de Portugal inteiro. Na abertura da exposição, com os trabalhos produzidos pelos antigos e atuais artesãos da Escola/Oficina, estiveram presentes, o Presidente de Câmara, Arq. Armindo Costa e o Vereador da Cultura, Dr. Paulo Cunha.



Manuel de Oliveira admirando a peça escultórica Camilo Castelo Branco

A parceria com o município de V.N. de Famalicão tem permitido o desenvolvimento de outras iniciativas, tanto na área museológica, como na cerâmica. A peça escultórica de Camilo Castelo Branco, concebida na Escola /Oficina de Cerâmica é um dos exemplos da nova linha de peças executadas, muitas das quais realizadas em sintonia com os museus municipais, que Manuel de Oliveira, admirou, no final da exibição do filme *Dia do Desespero*, por si realizado em 1991 e que comentou no auditório de Seide do Centro de Estudos Camilianos.

## História Raízes Projetos

Volvidos 32 anos, não só a arte milenária da cerâmica se enraizou no concelho de V.N. de Famalicão, como Francisco Laranjo profetizou, como dela brotou o Museu da Cerâmica da Fundação Castro Alves, que Fernando Lanhas projetou. Somos adultos e experientes, temos história, criamos raízes. Definimos objetivos. Ambicionamos o futuro com projetos. Com esta força é possível relançar o projeto museológico em torno dos seguintes objetivos estratégicos:

Fazer do Museu de Cerâmica uma referência nacional; integrá-lo na Rede Portuguesa de Museus e colaborar na construção do projeto da Rede Museológica Municipal.

Tem qualidade para isso, tanto pelas coleções de arte, como pelas instalações que possui, e tem a mais-valia (e qualidade) de ter sido organizado pelo conceituado Arquiteto Fernando Lanhas.

Acresce que possui um viveiro permanente de artesãos a ampliar o seu acervo museológico; possui uma Escola/Oficina que é simultaneamente um Museu vivo e uma Escola onde a experimentação é a mãe da aprendizagem, aberta e acessível a todos os jovens e à comunidade.

Esta estratégia deve unir-nos em torno de dois eixos fundamentais, a saber:

- Um, centrado na qualificação do Museu e na dinamização da Escola/Oficina.
- Outro, voltado para o exterior, envolvendo outras instituições, nomeadamente, aprofundando os protocolos existentes com o Município de V.N. de Famalicão e com o CCM/ARTAVE (Centro de Cultura Musical/ Escola Profissional Artística do Vale do Ave).

Tendo como objetivo e motivação a concretização dos seguintes projetos:

- Informatizar o inventário do Museu; editar o catálogo; organizar as reservas.
- Prosseguir o plano de execução de réplicas em cerâmica de objetos dos Museus da Rede Municipal e do património cultural (móvel e imóvel) do concelho.



Casa-Museu de Camilo

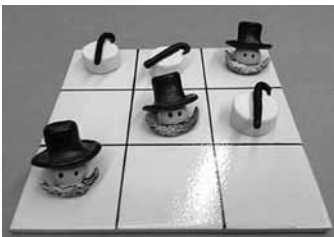


A República



Locomotiva a vapor – Núcleo Ferroviário de Lousado

- Dinamizar os Serviços Educativos, fazendo da Escola/Oficina uma extensão pedagógica e experimental para os alunos da comunidade escolar e da 3ª idade; criar *work shops* e ateliês (dentro e fora) da Escola/ Oficina de Cerâmica, tendo em vista sensibilizar os jovens para esta arte.



Oficina de Cerâmica no Museu Bernardino Machado



- Aumentar a rede de postos de venda das peças da Escola/Oficina; continuar com as exposições temporárias na região e no país; reforçar a participação nas Feiras de Artesanato.



- Participar na construção da Rede Museológica Municipal.



- Dinamizar os Amigos do Museu de Cerâmica.



- Promover debates sobre arte, interagindo com as instituições culturais e museológicas desta área. Eis uma síntese do que pretendia dizer-vos.



Termino com um voto de esperança. Vimos de longe. Temos uma história, que muito nos honra, porém, olhamos para o futuro que vamos construir, moldando-o com a nossa memória do passado, a pensar nas novas gerações, na cooperação e partilha entre todos e, nos desafios que temos pela frente.

# Gestão Integrada do Património Cultural no concelho de Vila Nova de Famalicão. O caso prático da freguesia de Gondifelos.

por *Nélson Bruno Lima Pereira*<sup>1</sup>

*Paulo Campos Correia*<sup>2</sup>

## Introdução

O trabalho que aqui se apresenta é uma versão mais alargada da comunicação realizada no âmbito do seminário “*Redes de Museus. Território. Identidade. Património*”, organizado em Maio de 2011, pelo município de Vila Nova de Famalicão, intitulada “*Gestão Integrada do Património Cultural no concelho de Vila Nova de Famalicão. O caso prático da freguesia de Gondifelos*”. Esta comunicação pretendeu demonstrar, por um lado, os passos dados pelo município de Vila Nova de Famalicão na construção do seu modelo de gestão integrada do património cultural e, por outro, as várias ferramentas que integram o respetivo modelo, as quais foram testadas e validadas através de um estudo de caso, realizado entre os anos de 2009 e 2011, tomando como modelo de estudo a freguesia de Gondifelos.

## 1. Gestão Integrada do Património Cultural no município de Vila Nova de Famalicão

### 1.1. *Percurso histórico, funcional e organizacional da gestão do património cultural no município de Vila Nova de Famalicão*

A preservação e salvaguarda do património cultural sempre foram das preocupações primordiais dos serviços culturais do município de Vila Nova de Famalicão procurando assim, estudar e divulgar a identidade e a memória famalicense. Foi com esses objetivos que o município, criou em 1982, o Gabinete de Arqueologia, com responsabilidades de tutela do património arqueológico. Uma década depois, nos inícios dos anos 90, a gestão do património cultural entra numa nova fase com a criação do Gabinete do Património Histórico-Cultural que passou a tutelar o então designado “património edificado”, continuando a tutela do património arqueológico sob a alçada do Gabinete de Arqueologia.

Em 2004, o até então designado Gabinete do Património Histórico-Cultural passa a designar-se Gabinete do Património Cultural. Mais recentemente, no ano de 2011 o município de Vila Nova de Famalicão decidiu criar o Gabinete do Património Cultural Imaterial. Deste modo, a partir de 2011, a gestão e tutela do património cultural do município de Vila Nova de Famalicão encontra-se dividida por três gabinetes: Gabinete do Património Cultural, (património arquitetónico) Gabinete de Arqueologia (património arqueológico) e Gabinete do Património Cultural Imaterial (património cultural imaterial). Importa referir que a nível orgânico, estes gabinetes encontram-se inseridos na Divisão Municipal de Cultura e Turismo que, por sua vez, é dependente do Departamento Municipal de Cultura e Turismo.

.....  
<sup>1</sup> Conservador de Museus – CMVNF / Coordenador do Gabinete do Património Cultural

<sup>2</sup> Licenciado em História / Mestre em História e Património – ramo de Mediação Patrimonial

## 1.2. Gabinete do Património Cultural: Contributos para uma Gestão Integrada dos Bens Patrimoniais

O Gabinete do Património Cultural, tem como objetivos principais o desenvolvimento de ações de inventariação, estudo, preservação e divulgação de todo o património edificado do concelho (de forma concertada e complementar com o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Arqueologia na sua área de atuação específica).

Um dos principais trabalhos delineados por este gabinete passou pela atualização do inventário patrimonial e realização de um levantamento fotográfico dos bens patrimoniais do concelho, tendo por base toda a informação disponível do trabalho de campo já realizado nos anos de 1982, 1993 e 2003/2004 e das parcerias com as Juntas de Freguesia. Este processo durou três anos – 2004, 2005 e 2006. Pela primeira vez procedeu-se à delimitação de alguns conjuntos patrimoniais e realizou-se um levantamento fotográfico mais detalhado de cada bem patrimonial. Foram inventariadas as três vilas e as quarenta e seis freguesias do concelho, o que correspondeu a um total de 1374 bens patrimoniais, que se inserem em diferentes tipos e tipologias patrimoniais, como por exemplo: igrejas, capelas, alminhas, cruzeiros, casas solarengas, fontes, escolas, pontes, moinhos, azenhas, castros, mamoas, marcos miliários, entre outros.

A partir deste levantamento, e em parceria com o Departamento de Urbanismo, procedeu-se à localização dos bens patrimoniais inventariados através da transposição da cartografia anteriormente existente (escala 1/10 000), resultante dos trabalhos para a 1ª Carta do Património Cultural, incluída no Plano Diretor Municipal (PDM) de 1994 (que não estava organizada por freguesia), para cartografia digital á escala 1/5000, organizada por freguesia. Este trabalho revelou-se fundamental para assegurar o rigor indispensável ao nível da localização e delimitação dos bens patrimoniais inventariados.

Por fim, ainda com base no levantamento patrimonial, criou-se uma nova organização da documentação produzida e já existente no gabinete como suporte ao trabalho de inventário e de investigação que implicou a criação de um arquivo documental e de um arquivo fotográfico. No que diz respeito ao arquivo documental, ele foi dividido por pastas (correspondendo as pastas a diferentes freguesias), contendo na lombada o número de identificação da mesma<sup>3</sup>. Cada uma das pastas possui os seguintes elementos: um ortofotomapa da freguesia, localizando geograficamente os bens patrimoniais e uma listagem em *Word* dos bens patrimoniais inventariados com o respetivo número de inventário<sup>4</sup>. As informações referentes a cada bem patrimonial foram divididas em cinco partes, a saber: a primeira parte refere-se às fichas de inventário e consta desta parte a ficha de inventário atual e as anteriores fichas de inventário produzidas pelo gabinete, por outros gabinetes e por outras instituições; a segunda parte inclui toda a documentação administrativa referente ao bem patrimonial, nomeadamente processos de obras e de classificação, além da correspondência recebida e enviada; na terceira parte encontra-se inserida a documentação bibliográfica. É nesta parte que se inserem todas as

.....  
<sup>3</sup> A atribuição dos números procedeu-se por ordem alfabética dos nomes das freguesias. Por exemplo, à freguesia de Gondifelos foi atribuído o número 17.

<sup>4</sup> Os números de inventário foram atribuídos de modo sequencial e segundo a seguinte fórmula: os primeiros números são o da respetiva freguesia (ex: Gondifelos = 17); se o bem patrimonial estava isolado foi-lhe atribuído o número sequencial após o último bem inventariado (ex: Alminha do Senhor dos Desamparados = 1704 (17 corresponde ao número da freguesia e o 04 ao quarto bem patrimonial da freguesia); Para uma melhor gestão, todos os bens patrimoniais que estavam relativamente próximos geograficamente, ou que possuíam alguma relação entre si foram integrados num conjunto. A esse conjunto atribui-se a letra C no final, a designação adotada é a do bem patrimonial que possui mais relevância no conjunto (Ex: Conjunto da Quinta da Fiança = 1729C (17 corresponde ao número da freguesia; 29 corresponde ao vigésimo nono bem patrimonial da freguesia e a letra C indica que é um conjunto e que possui outros bens patrimoniais). Dentro do Conjunto da Quinta da Fiança existe a Casa Solarenga da Quinta da Fiança = 1729C1, ou seja, é o primeiro bem patrimonial do conjunto da Quinta da Fiança; e a Capela de Nossa Senhora da Conceição = 1729C2, que corresponde ao segundo bem patrimonial da Quinta da Fiança.

fontes de informação, sejam monográficas, periódicas, manuscritas, orais, visuais e sonoras referentes ao bem patrimonial; a quarta parte inclui uma listagem das fotografias existentes sobre o bem patrimonial; na quinta e última parte insere-se toda a documentação gráfica, nomeadamente desenhos, croquis, postais e serigrafias.

Relativamente ao Arquivo Fotográfico, foi também dividido por pastas, correspondendo cada pasta a uma freguesia, contendo na lombada o número de identificação da mesma. No interior, as fotografias estão organizadas mediante o número de inventário do bem patrimonial, nomeadamente das mais recentes para as mais antigas.

As vantagens que esta organização da documentação trouxe para o Gabinete do Património Cultural foram de diversa ordem. Possibilitou um acesso mais alargado à documentação existente, permitindo e promovendo a consulta direta dos arquivos por um maior e diversificado leque de interessados, disponibilizando-se ainda o acesso a alguma documentação, quer através do programa informático de gestão patrimonial em uso no município – *InPatrimonium Premium*, quer através da sua relação/ligação com outras plataformas de pesquisa e divulgação mais alargadas (*Portal de Arqueologia, InWeb e Europeia*). Uma outra vantagem resultou na preservação de alguma documentação através do processo de digitalização, que permitiu não só preservar os documentos existentes em suporte material, que por diversos fatores se poderia perder, como permitiu o surgimento de novas formas e possibilidades de disponibilização e utilização dos mesmos. Por fim, contribuiu de forma decisiva para uma maior agilização do trabalho quotidiano, nomeadamente através da possibilidade de uma resposta mais rápida e eficaz quer a solicitações externas, quer internas; no apoio ao trabalho de estudo e investigação inerente ao processo de inventário e na utilização e exploração da documentação/informação disponível para “fins diversos”.

### 1.3. Génese do modelo de Gestão Integrada do Património Cultural

Tendo por base a descrição anterior do caminho entretanto percorrido, quer a nível organizacional, quer a nível da gestão interna, do património cultural do concelho de Vila Nova de Famalicão por parte dos serviços técnicos do município, é também importante destacar algumas das ferramentas e algum do trabalho desenvolvido tendo em vista a implementação de um modelo integrado de gestão patrimonial.

A aquisição em 2004 por parte do município do programa informático de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium* permitiu aos gabinetes que tutelam o património cultural do concelho terem a possibilidade de realizar uma gestão integrada, em rede, através da utilização e partilha de um único programa e de uma única base de dados que pode incluir um vasto leque de tipos e tipologias de bens patrimoniais.

No seguimento da implementação de uma candidatura a Fundos Comunitários (P.O.C. – “Portal Virtual da Arqueologia do concelho de Vila Nova de Famalicão) entretanto aprovada, e tendo em conta o trabalho já desenvolvido ao longo de vários anos pelo Gabinete de Arqueologia, o programa de gestão patrimonial foi inicialmente utilizado por esse gabinete que iniciou assim, a primeira “estruturação” da base de dados e efetuou o posterior preenchimento da mesma, o que incluiu a associação de documentação diversa relacionada (fichas de inventário, fotografias, croquis, postais, artigos de jornal, monografias, entre outros documentos) que possuía, organizada em pastas de arquivo, ou que recolheu junto de fontes diversas.

A partir do novo levantamento patrimonial e fotográfico realizado pelos técnicos do gabinete do património cultural durante os anos de 2004 a 2006 e da própria reorganização interna da documentação existente no Gabinete do Património Cultural, a gestão patrimonial em vigor no município sofreu uma nova evolução, que permitiu uma gestão mais integrada já que ambos os gabinetes passaram a possuir a mesma terminologia no que diz respeito aos números de inventário e à utilização do mesmo tipo de ficha de inventário.

Esta gestão integrada do património cultural foi visível na elaboração de uma nova Carta do Património (a ser incluída no novo Plano Diretor Municipal), proposta pelos Gabinetes de Património Cultural e de Arqueologia, que substituirá a Carta Patrimonial de 1994.

Estas ferramentas, inseridas num primeiro modelo de gestão patrimonial integrada, começaram a dar os primeiros frutos, nomeadamente através de uma gestão mais otimizada e eficiente, não só a nível interno do município (entre os vários gabinetes que tutelam o património cultural e outros que também têm responsabilidades na preservação e divulgação dos bens patrimoniais, como o Departamento Municipal de Urbanismo e Habitação e o sector do Turismo) como externo (através da prestação de respostas mais célebres e completas a estudantes e investigadores, como por outro lado, através da disponibilização de informação nas plataformas de divulgação patrimonial na Internet – *Portal da Arqueologia, InWeb e Europeia*).

No entanto, embora este modelo corresponda a algumas das necessidades básicas do processo de gestão patrimonial, sabíamos que tínhamos ainda um longo caminho a percorrer para alcançarmos um modelo mais completo que proporcionasse uma gestão patrimonial ainda mais integrada. Assim, e durante os anos de 2009 a 2011 o Gabinete do Património Cultural obteve o contributo do Dr. Paulo Campos Correia, (realizou um estágio na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão), o qual, no âmbito do desenvolvimento da sua tese de mestrado, testou o nosso modelo através de um *case study* que teve como objeto de estudo o património cultural da freguesia de Gondifelos, como veremos na segunda parte deste artigo.

## 2. O Caso Prático da Freguesia de Gondifelos

A construção do modelo de gestão integrada do património cultural do município de Vila Nova de Famalicão, a qual foi em parte objeto de análise na primeira parte deste artigo, teve um contributo importante durante os anos de 2009, 2010 e 2011. Efetivamente, durante esses três anos o modelo foi aplicado e testado, tomando como objeto de estudo a freguesia de Gondifelos; estudo esse que, posteriormente, deu origem à tese de mestrado intitulada “*Inventário e Estudo do Património Cultural da freguesia de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão). Um Modelo de Gestão Patrimonial*”<sup>5</sup>. Daí que, nesta segunda parte, iremos começar por contextualizar a freguesia de Gondifelos, quer em termos históricos, quer geográficos; em seguida, explicaremos o porquê de ter sido a freguesia escolhida para ser objeto de estudo; após essa explicação, apresentaremos as linhas de investigação, de inventariação e os resultados obtidos para, no fim, enumerarmos e explicarmos as várias ferramentas elaboradas que contribuíram para solucionar alguns problemas e enriquecer o modelo de gestão integrado em vigor no município.

### 2.1. Contexto histórico-geográfico da freguesia de Gondifelos

A freguesia de Gondifelos, pertencente ao concelho de Vila Nova de Famalicão, situa-se no limite ocidental do mesmo, fazendo fronteira a norte com a freguesia de Negreiros (concelho de Barcelos), a sul e a poente com a freguesia de Balazar (concelho da Póvoa de Varzim), a nordeste com a freguesia de Minhotães

.....  
<sup>5</sup> CORREIA, Paulo Campos – *Inventário e Estudo do Património Cultural da freguesia de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão). Um Modelo de Gestão Patrimonial*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Tese de Mestrado em História e Património – ramo de Mediação Patrimonial.

(concelho de Barcelos) e a nascente com a freguesia de Cavalões (concelho de Vila Nova de Famalicão). É a terceira maior freguesia em área do concelho, ocupando uma extensão de 8,53 km<sup>2</sup>.

Situada ao longo de um pequeno vale, circundado por pequenas elevações de terreno, a freguesia é caracterizada por uma paisagem marcadamente rural e agrícola, em que a prática da agricultura ainda assume um papel predominante. O aproveitamento dos solos para culturas agrícolas, nomeadamente o milho (grosso) e a vinha (para produção de vinho verde) é facilitada pelas inúmeras linhas de água que a atravessam, sendo as de maior caudal o rio Este e a ribeira de Couces.

Este favorável contexto geográfico levou à fixação de população em terras da freguesia desde, pelo menos, a Idade do Ferro, sendo a presença de um Castro (povoado fortificado) numa das zonas mais elevadas da freguesia testemunho dessa ocupação milenar. No entanto, a primeira referência documental conhecida até ao presente sobre a freguesia de Gondifelos surge em 1220, nas Inquirições Gerais de D. Afonso II, nas quais aparece referenciada como *Sancto Felixe de Gundefelus*. Trinta e oito anos depois, nas Inquirições de 1258, ordenada por D. Afonso III, esta freguesia surge chamada de *Gondoferus*. A evolução do seu nome passou por várias transformações ao longo dos tempos. Através da documentação podemos encontrar as seguintes designações: *Gondorelos*, *Gundofelos*, *Gondifellos* até se chegar à designação atual de *Gondifelos*.

A delimitação territorial que corresponde na atualidade à freguesia de Gondifelos só ficou decidida nos finais do século XVII. Até aí, esse espaço integrava duas paróquias, a saber: a paróquia de São Félix (possuindo a sua igreja na aldeia da Fiança) e a paróquia de Santa Marinha de Vicente (possuindo a sua igreja na aldeia da Igreja Velha, perto da aldeia da Mocha). Por razões ainda desconhecidas, em meados do século XVII decidiu-se unir estas duas paróquias, dando origem à paróquia de São Félix e Santa Marinha de Vicente, sendo a igreja paroquial construída em 1699 no monte Maninho, situado a meio das duas paróquias extintas. Tanto as paróquias extintas, como a que surgiu posteriormente, estiveram sempre sob jurisdição eclesiástica do Arcebispado de Braga. Relativamente à jurisdição administrativa, a mesma oscilou entre os concelhos de Barcelos e de Vila Nova de Famalicão.

Efetivamente, até ao ano de 1836, a freguesia pertencia, administrativamente, ao vasto concelho de Barcelos. Nesse ano, o espaço administrativo português sofreu uma enorme revolução, por parte do governo setembrista que entretanto tinha subido ao poder. Uma das primeiras medidas desse governo foi a extinção de mais de 400 concelhos, através do Decreto de 6 de Novembro de 1836. Foi por esta reorganização do espaço administrativo português que a freguesia de Gondifelos passou para o novo concelho que se tinha formado anos antes: o concelho de Vila Nova de Famalicão. No entanto, os habitantes de Gondifelos não chegaram a sentir qualquer efeito dessa passagem porque dois anos depois, através da Carta de Lei de 22 de Fevereiro de 1838, passaram de novo para a alçada do concelho de Barcelos. Com o passar dos anos, volta a mudar a jurisdição, por pedido dos habitantes: em primeiro lugar, alegavam a menor distância que distavam do centro de Famalicão. Em segundo lugar, que Gondifelos e Vila Nova de Famalicão estavam ligados por uma estrada real que lhes facilitava o trajeto e as comunicações. Em terceiro lugar, que os caminhos para Barcelos eram intransitáveis, atravessados por ribeiros que de inverno eram impossíveis e perigosos de atravessar. Em quarto lugar, que quando eram obrigados a desempenhar algum dever, judicial ou administrativo, não podiam, pela distância e estado dos caminhos, ir e vir a Barcelos no mesmo dia, o que se tornava incómodo e dispendioso. Por último, afirmavam ainda que eram mais estreitas as relações comerciais com a vila de Famalicão, onde encontravam um abundante mercado semanal, do que com a cidade de Barcelos. Estas diversas razões estão inseridas numa carta enviada ao Administrador do concelho de Barcelos datada de 25 de Abril de 1871. Após serem ouvidos os representantes locais e estatais, pelo decreto de 9 de Dezembro de 1872, a freguesia de Gondifelos passou, definitivamente, para a tutela administrativa do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Esta breve descrição geográfica e histórica de Gondifelos é importante para se entender as tipologias e os tipos patrimoniais existentes na freguesia, além das várias instituições produtoras de informação sobre os bens patrimoniais, por terem em si a tutela administrativa, eclesiástica ou judicial da freguesia.

## 2.2. Gondifelos: uma freguesia-modelo.

As ferramentas utilizadas no modelo de gestão patrimonial, as quais foram alvo de enumeração e análise na primeira parte deste artigo, devem continuar a ser testadas e melhoradas, até na continuação de futuros trabalhos de campo e inventariação dos bens patrimoniais existentes no concelho, visto que o último trabalho deste tipo, decorreu em 2004/2005. Contudo, se levarmos em conta que o concelho de Vila Nova de Famalicão possui 46 freguesias e 3 vilas, torna-se quase impossível, num curto espaço de tempo, inventariar todos esses espaços administrativos. Para contornarmos essa desvantagem, propusemo-nos realizar um estudo de caso, através de um levantamento e estudo dos bens patrimoniais de uma freguesia, a qual representasse uma amostragem do que se poderá encontrar em todo o concelho, e que, no futuro, o modelo de inventariação e estudo aplicado nessa freguesia pudesse ser transportado para as restantes freguesias e vilas do concelho.

A escolha da freguesia de Gondifelos para servir como modelo de estudo resultou de uma prévia análise a três inventários patrimoniais, nomeadamente os de 1982, 1993 e 2004/2005. Através destes inventários verificamos que a freguesia de Gondifelos reunia as duas características fundamentais para funcionar como freguesia-modelo, nomeadamente uma grande diversidade de tipologias e um elevado número de bens patrimoniais.

Relativamente à primeira característica – diversidade de tipologias – podemos afirmar que a freguesia de Gondifelos possui quase todas as tipologias patrimoniais existentes no concelho, como por exemplo: a arquitetónica civil (casas solarengas; casas brasonadas; lavadouros); a arquitetónica industrial (fábricas); a arquitetónica agrícola (casas agrícolas, casas sequeiro, espigueiros); a arquitetónica religiosa (igrejas, capelas, alminhas, cruzeiros, via-sacra); a arquitetónica molinológica (moinhos, azenhas, açudes, levadas); a arqueológica (povoados fortificados; mamoas; marcos ducais); a imaterial (festividades; feiras); etc., só para citarmos algumas, como se pode verificar pelo gráfico seguinte, que nos demonstra a distribuição por tipologias dos bens patrimoniais da freguesia de Gondifelos.

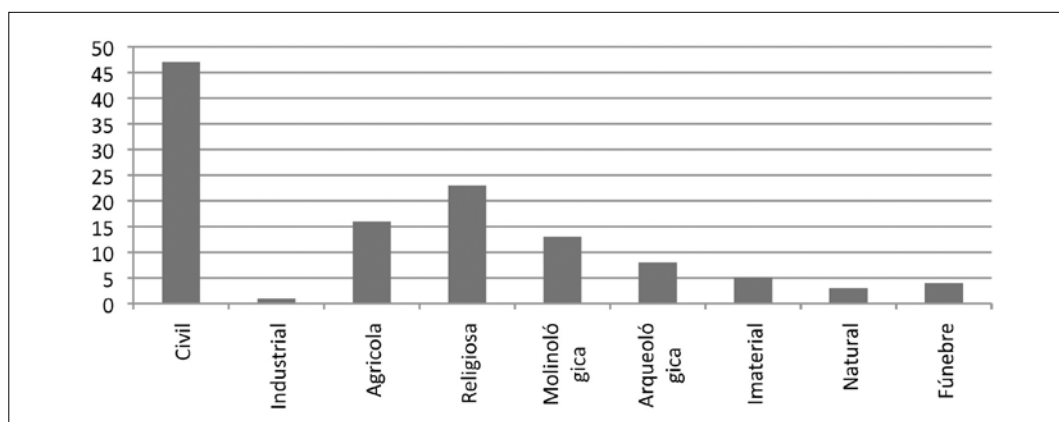


Gráfico nº 1. Número de bens patrimoniais inventariados em 2009/2010 distribuídos por tipologias

Já a segunda característica – elevado número de bens patrimoniais – sempre foi uma marca da freguesia. Pelo gráfico seguinte, pode-se verificar que nos anos de 2004/2005 (o último inventário geral realizado no

concelho) Vila Nova de Famalicão possuía 1374 bens patrimoniais inventariados. A freguesia de Gondifelos surge como a segunda freguesia com mais bens patrimoniais inventariados, apenas suplantada pela freguesia de Fradelos. Ao todo, a freguesia de Gondifelos possuía 63 bens patrimoniais, o que representava quase 5% do total de bens patrimoniais inventariados no concelho.

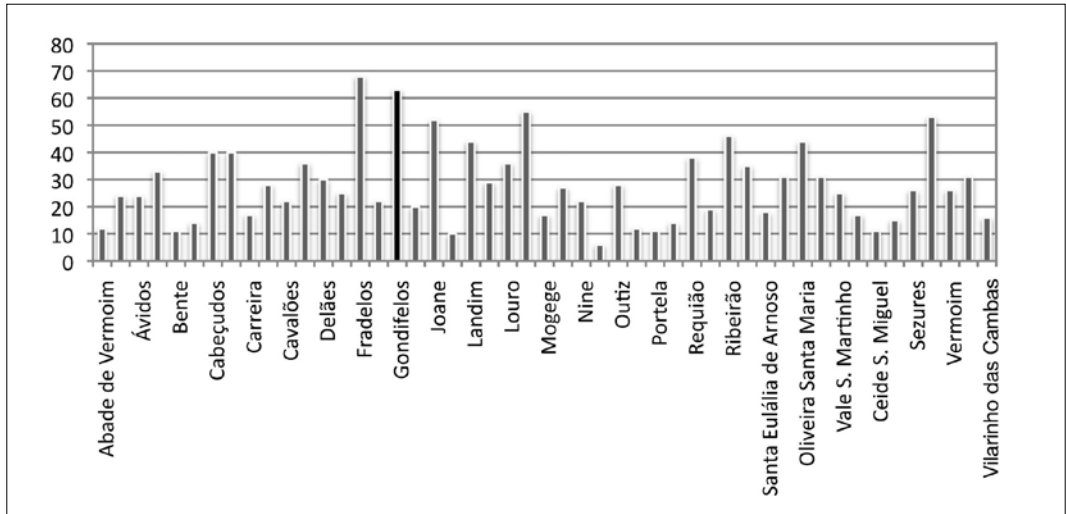


Gráfico nº 2. Distribuição por freguesias dos bens patrimoniais inventariados nos anos de 2004/2005

Após o levantamento realizado em 2009/2010 o número de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos subiu exponencialmente, tornando-a na freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão com mais bens patrimoniais inventariados. Convém esclarecer que este exponencial crescimento de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos, passando de 63 em 2004/2005 para 115 em 2009/2010 está, por um lado, intimamente relacionado com o alargamento da noção de património cultural e, por outro, aliado a um levantamento mais exaustivo no terreno, que foi acompanhado por uma investigação histórica sobre a freguesia e sobre os bens patrimoniais, existentes.

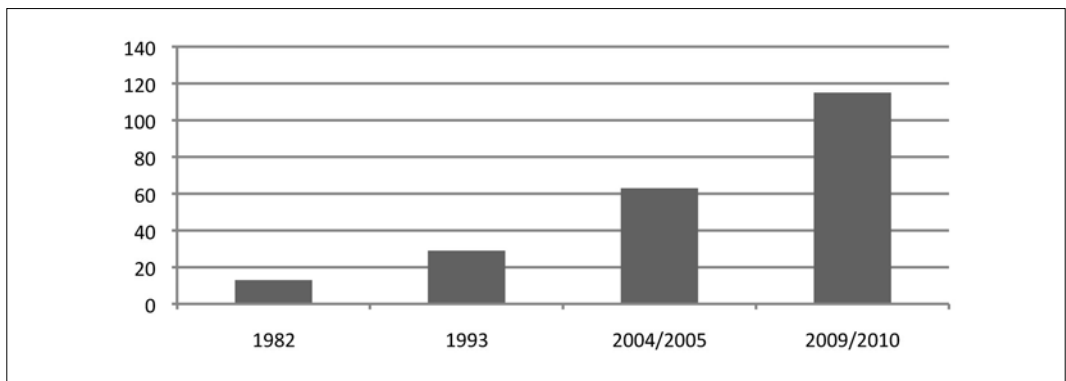


Gráfico nº 3. Número de bens patrimoniais inventariados na freguesia de Gondifelos nos anos de 1982, 1993, 2004/2005 e 2009/2010



### **2.3. Percurso de Investigação e de Inventariação**

Com a freguesia-modelo escolhida, o passo seguinte passava pela inventariação e estudo dos seus bens patrimoniais.

No que diz respeito à inventariação, o processo seguido teve como base os inventários patrimoniais realizados nos anos de 1982, 1993 e 2004/2005. Esses inventários foram uma base de trabalho essencial porque permitiram-nos, desde logo, verificar qual o universo patrimonial da freguesia e a sua respetiva localização. Deste modo, iniciamos o novo levantamento com a inclusão dos bens patrimoniais inventariados no ano de 2004/2005 (que, por sua vez, já incluía os bens patrimoniais inventariados nos anos de 1982 e 1993). A esses acrescentamos outros que, através das várias idas ao terreno e contacto com a população local, aliado à investigação efetuada em vários repositórios documentais (arquivos, bibliotecas, páginas da internet), consideramos pertinentes de serem incluídos neste novo inventário, porque reuniam em si um ou mais requisitos que se encontram inseridos na Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro). É importante também mencionar que este processo de inventário foi complementado por um exaustivo levantamento fotográfico dos respetivos bens patrimoniais.

Em relação ao processo de investigação, antes de nos centrarmos nas fontes de informação utilizadas, convém chamar a atenção para a escassez de estudos monográficos existentes sobre a freguesia de Gondifelos. O que existe são apenas meros apontamentos integrados em estudos mais alargados. Essa desvantagem levou-nos a centrar a nossa investigação em três níveis. Num primeiro nível, a investigação centrou-se em bibliotecas e sítios de internet. Esta primeira pesquisa foi essencial porque permitiu-nos contextualizar a freguesia e o concelho, além de ter permitido recolher algumas referências arquivísticas que seriam consultadas numa segunda fase. Embora tenhamos efetuado pesquisas na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Municipal de Barcelos, a biblioteca que mereceu uma atenção especial da nossa parte foi a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, mais precisamente o seu Fundo Local, já que o mesmo possui um conjunto de fontes de informação essenciais para o estudo do concelho de Vila Nova de Famalicão. Aí centramo-nos nas várias monografias locais, de autores como Vasco de Carvalho, Benjamim Salgado, Viriato Capela, A. Martins Vieira, Artur Sá da Costa, Francisco Queiroga, António Joaquim Pinto da Silva, etc., além de alguns jornais de âmbito local e regional, como o Jornal de Famalicão, a Estrela do Minho e a Estrela da Manhã.

Num segundo nível, centramos a investigação em diversos arquivos que, por variadas razões, possuem ou poderiam possuir documentação sobre os bens patrimoniais de Gondifelos, como são os casos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, dos Arquivos Distritais de Braga e do Porto e dos Arquivos Municipais de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos. Entre a documentação consultada, podemos referir os registos notariais e paroquiais; os vários arrolamentos dos bens religiosos realizados pela administração local; os livros de registo geral da diocese de Braga; as inquirições de Génere e de Bens; os livros de contribuições fiscais municipais; os livros das décimas de juro; as Actas de Vereação; os livros do Governo Civil e os livros de entrada e saída de licenças para obras, entre outros fundos e documentos.

Finalmente, num terceiro nível, completamos as informações que tínhamos recolhido nas diversas bibliotecas e arquivos acima citados, com entrevistas informais realizadas junto da população da freguesia, a qual foi um elo essencial neste processo de construção de conhecimento sobre os bens patrimoniais de Gondifelos.

## 2.4. Ferramentas Desenvolvidas

O modelo de gestão patrimonial em vigor no município de Vila Nova de Famalicão foi enriquecido com um variado conjunto de ferramentas, proporcionando aos vários gabinetes que tutelam o património cultural a utilização de alguns mecanismos que podem conduzir a uma melhor gestão integrada. Essas ferramentas centraram-se, em primeiro lugar, na elaboração de uma ficha de inventário uniformizada, a ser utilizada em simultâneo pelos gabinetes do património cultural e de arqueologia. De modo a ajudar ao preenchimento dessa ficha de inventário elaborou-se um guia de apoio ao utilizador e de normalização da terminologia. Este guia era essencial para que a informação a inserir na ficha de inventário fosse a mais uniformizada possível. Devido à dimensão do concelho, que possui 46 freguesias e 3 vilas, foi proposta a criação de uma ficha de trabalho, muito simplificada, a qual poderá ser entregue posteriormente a cada presidente de junta, de modo a que o inventário patrimonial de cada freguesia esteja constantemente em atualização. Para terminar, e como uma das funções dos respetivos gabinetes é a divulgação e salvaguarda dos bens patrimoniais concelhios, todas as fichas de inventário elaboradas sobre os bens inventariados na freguesia de Gondifelos, foram disponibilizadas em duas plataformas on-line: *Inweb* e o *Europeana*\* (\*em processo de atualização).

### 2.4.1. Ficha de Inventário Uniformizada

A primeira ferramenta desenvolvida consistiu na elaboração de uma ficha de inventário uniformizada que fosse utilizada pelos gabinetes de arqueologia e do património cultural. Embora houvesse uma semelhança em termos de campos utilizados, como cada gabinete tinha a responsabilidade de inventariar tipologias patrimoniais diferentes que, por sua vez, necessitavam de alguns campos específicos, diferentes de tipologia para tipologia, houve a necessidade de uniformizar essas fichas, levando a criação de uma única ficha de inventário, mais completa e mais homogénea.

É importante também esclarecer que a ficha de inventário elaborada e que será apresentada mais à frente teve como base os campos que já se encontravam inseridos no programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*.

Daí que a elaboração da ficha de inventário uniformizada só foi possível após a resolução de dois grandes desafios. O primeiro consistiu em sincronizar as fichas de inventário utilizadas pelo Gabinete de Arqueologia e pelo Gabinete do Património Cultural. Após essa sincronização, o segundo grande desafio consistiu em transpor esses campos para os campos da ficha de inventário inserida no programa de gestão patrimonial. Embora não possamos considerar uma ficha de inventário definitiva (o que é normal, face à constante evolução do conceito de património), é uma ficha com campos que abordam o bem patrimonial sob múltiplas perspetivas, ao mesmo tempo que o caracterizam ao pormenor, tornando-se uma ferramenta útil também para fornecer uma resposta rápida sobre alguma questão envolvendo o bem patrimonial.

Deste modo, a ficha de inventário que utilizamos para caracterizar cada bem patrimonial da freguesia de Gondifelos e que se encontra em utilização pelos gabinetes de arqueologia e do património cultural possui os seguintes campos que, como já referimos, abordam todas as tipologias patrimoniais dentro do conjunto alargado do património imóvel e do património móvel:

Tabela nº 1. Campos principais da Ficha de Inventário Uniformizada

Acessos	Imagem
Autorias	Inventariantes
Características Técnicas	Linha de Água
Componentes	Litologia
Cores	Localizações
Cronologia	Materiais
Descrição	Medidas
Designação	Numerações
Disposições Legais	Número de Imóvel
Edafologia	Outras Designações
Envolvente	Perigos
Épocas	Período
Escavações	Propriedade
Estados	Protecção
Estilos	Sistemas Agrários
Estratigrafia	Técnicas
Estrutura	Tema / Assunto
Funções	Tipo de Imóvel
Geomorfologia	Tipologias
Historial	Utilização
Horário	Valores
Iconografias	Fichas Relacionadas
Inscrições	

#### 2.4.2. Guia de apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia

A elaboração do modelo da ficha de inventário uniformizada implicou a construção de um Guia de Apoio ao Utilizador e de Normalização da Terminologia aplicada à respetiva ficha. É, sem dúvida, uma ferramenta imprescindível para uma gestão patrimonial mais otimizada. Tanto mais que o modelo de ficha de inventário será utilizado, inicialmente, por dois dos três gabinetes com responsabilidades na gestão patrimonial do concelho de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente o Gabinete do Património Cultural e o Gabinete de Arqueologia.

Como já foi referido, o gabinete de arqueologia, desde o ano de 2004, que vinha a utilizar o programa *InPatrimonium Premium* para gerir a tipologia patrimonial que tutela – a arqueológica. Quando o Gabinete do Património Cultural começou a utilizar o programa, após selecionar os campos mais pertinentes e o tipo de informação a constar neles, deparou-se com a necessidade de uniformizar os campos, o tipo de informação e a terminologia a ser utilizada no programa de gestão patrimonial. Assim, desde 2011 que o programa de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium* – passou a ser utilizado, em simultâneo, pelos gabinetes que tutelam o património arquitetónico e arqueológico.

É importante referir que a construção deste Guia de Apoio ao Utilizador do programa *InPatrimonium Premium*, apenas pretende ser uma primeira proposta para um futuro manual de procedimentos mais alargado e aplicado a todas as ferramentas que integram o respetivo programa. Um dos objetivos da construção deste manual (entre outros) é o de fornecer um “guia” para que, no futuro, quem vá preencher fichas de inventário no programa citado saiba como as deve preencher, nomeadamente ao nível da informação a constar em cada

campo e da terminologia usada, para que todas as fichas sejam homogêneas. Esta homogeneidade será fundamental para uma melhor gestão corrente do património cultural, não só na comunicação entre serviços da autarquia, mas também no relacionamento entre os gabinetes e os diversos públicos.

A estrutura seguida na construção do guia teve como modelo os *Kits do Património* elaborados pelo IGESPAR. Para cada campo do programa, elaboramos uma tabela com os seguintes campos: Definição/Objetivo; Condições de Utilização; Aplicabilidade; Terminologia; Regras de Preenchimento e Exemplos, conforme o *print screen* apresentado:

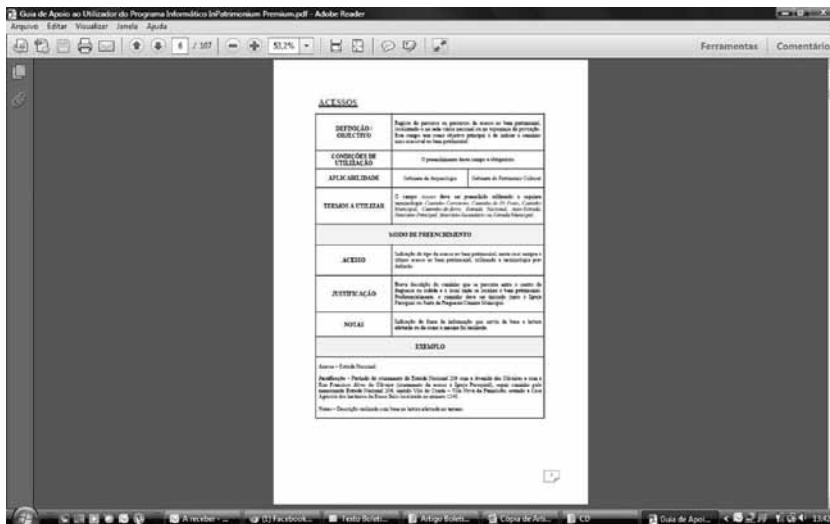


Imagem nº 1.  
Modelo da Estrutura do Guia de apoio ao Utilizador do programa de gestão patrimonial InPatrimonium Premium

Importa agora referirmo-nos a cada um dos itens que integram o referido guia. Começando pelo item *Definição/Objetivo*, como o próprio título já indicia, fornece uma pequena definição do campo, seguido dos respetivos objetivos. Relativamente ao item *Condições de Utilização*, indica se o preenchimento do campo é obrigatório ou secundário. O terceiro item desta tabela remete-nos para a sua *Aplicabilidade*. Indica se o campo que se está a descrever é aplicado ao Gabinete de Arqueologia ou ao Gabinete do Património Cultural. É um item importante porque é ele que indica quais os campos pertencentes a cada gabinete, embora a maioria dos campos sejam de utilização comum. O item *Terminologia* refere-se aos termos que se devem obrigatoriamente utilizar no preenchimento do campo. O seguinte item remete-nos para as *Regras de Preenchimento*. Neste item indicamos qual a regra ou regras que o preenchimento de um campo possui. Por fim, no último item, intitulado *Exemplos*, indicamos alguns exemplos de preenchimento dos campos ou subcampos da ficha de inventário.

No final do guia, além da listagem da “terminologia” que se deve utilizar no preenchimento de cada campo, existe um pequeno glossário com os termos que integram essa terminologia. A sua definição é importante para que quem vier a utilizar o programa saiba o que se pretende e quando deve utilizar um determinado termo.

#### 2.4.3. Fichas de trabalho – apoio ao processo de inventário – (Presidentes de Juntas de Freguesia)

Sendo o concelho de Vila Nova de Famalicão constituído por 46 freguesias e 3 vilas torna-se difícil, para o município face a esta dimensão territorial, possuir o seu inventário patrimonial sempre atualizado. Daí que, para colmatar, de alguma forma, este problema, construímos uma ferramenta de trabalho mais flexível e acessível, criando fichas de trabalho, com recurso ao programa informático *Microsoft Office Excel* que incorpora em si os bens patrimoniais inventariados, de tipologia material e imaterial, as quais poderão ser fornecidas a cada presidente de Junta de Freguesia, com o objetivo de participarem no processo de inventário, verificando por

exemplo, se os bens patrimoniais inventariados ainda existem e/ou se sofreram alguma alteração, envolvendo-os assim em todo o processo. Preencheriam alguns campos (neste modelo simplificado) com informações que os caracterizavam de um modo geral e, também, podendo ainda propor outros que não estando inventariados, poderiam após a devida avaliação técnica incorporar o inventário existente.

Como esta ferramenta informática incorporava todas as grandes tipologias patrimoniais (arquitetónicas, arqueológicas e imateriais), a mesma, antes de ser apresentada ao presidente da Junta de Freguesia de Gondifelos (que teve a responsabilidade de a “testar”, obtendo-se resultados muito positivos), foi assumido pelos responsáveis dos gabinetes que tutelam o património arqueológico e o património imaterial (de modo a ser um processo global), que quando surgissem questões relacionadas com essas duas tipologias patrimoniais, elas seriam encaminhadas para os serviços correspondentes.

De forma a realizar uma melhor sistematização dos inventários, esta nova ferramenta informática foi dividida em três folhas, contendo a primeira, o Inventário do Património Material (arquitetónico e arqueológico), a segunda, o Inventário do Património Imaterial e a terceira, fotografias respeitantes aos bens patrimoniais que estão inseridos na primeira folha.

Relativamente ao Património Material, a ficha de inventário foi pré-preenchida com os bens patrimoniais inventariados e com as informações disponíveis. A ficha foi dividida em vários campos que, por um lado, iam ao encontro da ficha de inventário que se iria utilizar no programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*, e, por outro, constituíam os campos essenciais para uma primeira caracterização do bem. Os campos criados foram respeitantes ao: *Numero Sequencial*; ao *Tipo* de bem patrimonial; à *Designação* do bem patrimonial; ao *Lugar* da freguesia onde o mesmo estava situado; à sua *Localização* mais específica (por exemplo, o arruamento); a uma pequena *Descrição* do bem patrimonial; ao seu *Período de Construção (Ano/Século/Década)*; ao nome do atual *Proprietário*; ao *Estado de Conservação* do bem patrimonial e um campo respeitante a *Observações*, onde podem ser introduzidas outras informações que possam ser consideradas pertinentes. Os campos respeitantes ao *Tipo* de bem patrimonial e ao *Estado de Conservação* possuem uma listagem pré-definida, estando no primeiro campo inserido uma listagem de todos os tipos de bens patrimoniais existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão e no segundo campo os tipos de *Estado de conservação* que também utilizamos na ficha de inventário, nomeadamente *Bom*, *Razoável*, *Mau*, *Em Ruínas* e *Destruído*. Veja-se, um exemplo da folha de inventário referente ao Património Material.

Nº	Tipo	Designação	Lugar	Localização	Descrição	Período Construção (Ano/Século)	Proprietário	Estado de Conservação	Observações
1	Igreja	Igreja Paroquial São Félix e Santo Martinho de Gondifelos	Igreja	Avenida das Oliveiras	Igreja pública, de planta irregular, composta por nave central, capela-mor, torre sineira e duas sacristias. Fachadas rebocadas e janelas de tracaria. O interior conta de altar-mor, púlpito, presbitério, coro-altar e várias alturas e capelas laterais, possuindo as imagens de S. Félix, Santo Martinho, Nossa Senhora do Pópulo, Conceição Sagrada de Jesus, Senhor das Fozes, São Sebastião, Santo António e Nossa Senhora do Rosário.	Século XVIII	Fórmula de Igreja Paroquial de Gondifelos	Bom	
21	Residência Paroquial	Residência Paroquial de Gondifelos	Igreja	Avenida das Oliveiras	Casa de habitação, de planta em L, distribuída por dois pisos, com uma fachada rebocada e janelas de tracaria, com esquadrias esbeltas.	Século XVIII	Fórmula de Igreja Paroquial de Gondifelos	Razoável	
23	Chuzeira	Chuzeira de Igreja	Igreja	Adro da Igreja Paroquial	Chuzeira de planta quadrangular, construída em granito, formada por três degraus esquadreados, sobre o qual assenta uma base arredondada com quatro fustes. O fuste liso e cilíndrico é enclausurado por capiteis de linhas simples em qual de arquivado, uma cruz de feição barroca e bases rematadas por motivos de janelas quadrangulares.	Século XVIII/XIX	Fórmula de Igreja Paroquial de Gondifelos	Bom	
4	Casa	Casa Gomes	Igreja	Rua da Igreja	Casa de habitação, de planta retangular, em granito, com fachada de arquivado, uma fachada...	1920	Manuel de Oliveira	Bom	

Imagem n.º 2.  
Folha – Inventário Património Material

A segunda folha, como já foi referido, é referente ao inventário do Património Imaterial. Tal como na folha anterior, também esta foi pré-preenchida com todos os bens patrimoniais imateriais que tínhamos encontrado ao longo da nossa investigação. Aqui, os campos criados referem-se ao *Número Sequencial*; à *Categoria* onde a manifestação imaterial está inserida; à sua *Designação*; a uma *Descrição* dessa manifestação; ao *Tipo de Registo*; à *Fonte de Informação* de onde essa manifestação foi retirada; à *Data* em que a mesma foi recolhida e a um campo respeitante a *Observações*.

Os campos *Categoria* e *Tipo de Registo* possuem, tal como alguns campos do Inventário do Património Material, uma listagem pré-definida, retirada de acordo com a legislação em vigor, respeitante ao Património Cultural Imaterial, a saber: *Tradições e Expressões Orais*; *Artes do Espetáculo*; *Festividades e Rituais*; *Gastronomia*; *Artesanato Tradicional* e *Outras Práticas* (campo *Categoria*) e *Oral*; *Vídeo*; *Áudio*; *Imagem*; *Monografia*; *Periódico* e *Manuscrito* (campo *Tipo de Registo*). Veja-se, desta vez, um exemplo da folha de inventário referente ao Património Imaterial:

Nº	Categoria	Designação	Descrição	Tipo Registo	Fonte	Data da Recolha	Observações
23	Tradições e Expressões Orais	Aneddotas sobre as Animas	A pouco éro o mulher de couro, mas a pouco andro em galgão (santandade) em um mocho, depois o couro andro luter no sa de mocho o mocho d'ou. (at LM) Quando Be l'oum, E e couro me saf há cou E o mocho f'oum f'oum	Monografia	VASCONCELLOS, J. Leiria de - Tradições Populares de Portugal, Lisboa: Degrafas Casa do Mundo, 1994. pág. 180	05.09.2010	
34	Tradições e Expressões Orais	Aneddotas sobre as Animas	A jongo foi uma vez chamar o couro para o equador a fazer certo trabalho; disse o couro: Es, as estivar solo / Vou-te dar um d'ou. / E se estivar de mocho. / Que te ir para o meu couro (f'oum ando, conto o couro)	Monografia	VASCONCELLOS, J. Leiria de - Tradições Populares de Portugal, Lisboa: Degrafas Casa do Mundo, 1994. pág. 180	05.09.2010	
25	Tradições e Expressões Orais	Prevêrto sobre as Animas	De couro é couro ézar "O couro / Pequeno corpo, / Grande equor"	Monografia	VASCONCELLOS, J. Leiria de - Tradições Populares de Portugal, Lisboa: Degrafas Casa do Mundo, 1994. pág. 180	05.09.2010	
26	Tradições e Expressões Orais	Prevêrto sobre as Animas	O mocho é em Gondifelos tem o nome de mocho e d'ou de. "D'ouso pelo rai / E não se mocho. / Como uma brata / E não se f'oum / Como um solo / E rebeu"	Monografia	VASCONCELLOS, J. Leiria de - Tradições Populares de Portugal, Lisboa: Degrafas Casa do Mundo, 1994. pág. 180	05.09.2010	O povo tem o mocho porque ali, base de f'oum, g'oum, g'oum, etc.
27	Tradições e Expressões Orais	Prevêrto sobre as Animas	O mocho é em Gondifelos tem o nome de mocho e d'ou de. "Mocho, mocho / Que não se g'oum / E rebeu"	Monografia	VASCONCELLOS, J. Leiria de - Tradições Populares de Portugal, Lisboa: Degrafas Casa do Mundo, 1994. pág. 180	05.09.2010	O povo tem o mocho porque ali, base de f'oum, g'oum, g'oum, etc.

Imagem nº 3.  
Folha – Inventário Património Imaterial

A terceira e última folha tem como objetivo principal o de ajudar os presidentes das Juntas de Freguesia, a reconhecer mais facilmente o bem patrimonial inserido no inventário do Património Material. Assim, além dos campos *Número Sequencial* e *Designação* pertencentes a esse inventário, inserimos uma fotografia respeitante ao bem patrimonial em causa, como se pode verificar através do exemplo que apresentamos de seguida:

Nº	Designação	Fotografia
1	Igreja Paroquial S. Félix e Santa Marinha de Gondifelos	
2	Residência Paroquial de Gondifelos	
3	Cruzeiro de Igreja	
4	Casa Gomes	
5	Espigueiro da Casa Gomes	
6	Casa Residencial de Aurelio Vicente Martins Rodrigues	

Imagem nº 4.  
Folha auxiliar respeitante às fotografias dos bens patrimoniais inseridos no Inventário do Património Material

A acompanhar esta ferramenta informática, foi fornecido um manual de ajuda, de modo a proporcionar uma fácil e rápida utilização da mesma, o manual foi dividido em duas partes, uma respeitante ao Património Material e outra ao Património Imaterial. Cada uma dessas partes foi subdividida pelos campos que a integram, já mencionados neste ponto. E em cada um desses campos foi inserida uma ficha uniformizada que possuía os seguintes itens: a *Definição/Objetivo* do campo; o seu modo de *Utilização* (se era de escrita livre ou se obedecia a uma listagem pré-definida); uma pequena *Explicação* do mesmo (como se deve preencher) e *Exemplos* de preenchimento. No final, o manual integrava os contactos (postais, telefónicos e electrónicos) para em caso de qualquer dúvida poderem entrar em contacto com os serviços técnicos competentes do município. Em seguida apresentamos um exemplo referente a duas páginas do manual:

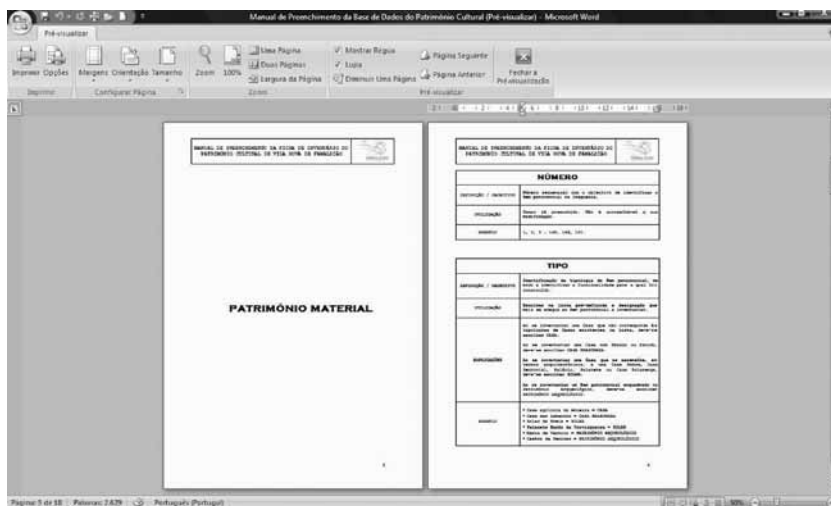


Imagem nº 5.  
Manual de explicação de  
preenchimento

Esta ferramenta informática , pode vir a desempenhar um papel relevante, para o processo de atualização constante do inventário patrimonial do concelho. Só para reforçar esta ideia, importa relembrar que o último inventário patrimonial (trabalho de campo) realizado no concelho, decorreu durante os anos de 2004/2005. Se, do ponto de vista da inventariação, existe um ganho reconhecido, do ponto de vista da relação com a comunidade (que o presidente da junta representa), a aceitação e entrosamento local será, certamente, reforçada, contribuindo desta forma, para a sustentabilidade do próprio processo/trabalho de inventariação.

#### 2.4.4. Mecanismos de Mediação e Divulgação

Uma das funções primordiais dos serviços que tutelam o património cultural (nomeadamente o Gabinete do Património Cultural e o Gabinete de Arqueologia), é a promoção e divulgação dos bens patrimoniais existentes no concelho, com o objetivo de os mesmos poderem ser conhecidos e usufruídos pela população em geral. Uma das aplicações que o programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium* proporciona é a possibilidade de aceder através da *Web* às fichas de inventário que se encontram inseridas no respetivo programa. Essa aplicação, denominada *InWeb*, apresenta (entre outras, *on-line*), desde março de 2011, a globalidade dos bens inventariados correspondente à freguesia de Gondifelos. Essas fichas podem ser consultadas através do seguinte endereço eletrónico <http://vilanovadefamaliao.inwebonline.net/geral.aspx>

Uma outra plataforma *on-line*, facultará no futuro o acesso à mesma informação sobre o património cultural de Vila Nova de Famalicão, é o portal europeu denominado EUROPEANA. O portal pode ser consultado em <http://www.europeana.eu/portal/>

Estas duas plataformas funcionam (internamente) como ferramentas de trabalho e mecanismo de mediação entre os diferentes serviços da autarquia, e (externamente) para a população do concelho e não só, como meio de divulgação dos bens patrimoniais existentes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

## Conclusão

O modelo de gestão integrada implementado neste momento (maio de 2011) no município de Vila Nova de Famalicão, não pode ainda ser considerado acabado (por natureza), já que as permanentes atualizações, aliadas à produção contínua de legislação por entidades nacionais e internacionais ligadas ao património cultural, conjuntamente com as constantes mutações e ramificações que o próprio conceito de património cultural tem vindo a sofrer nas últimas décadas, acarreta sempre novos desafios aos quais os profissionais ligados ao património cultural terão que dar respostas rápidas para tornar a gestão patrimonial, não só mais eficiente, como mais integrada, nomeadamente ao nível das várias tipologias. O modelo que sugerimos e que se encontra em vigor, é um contributo fundamental para essa gestão integrada e otimizada entre os vários gabinetes que tutelam o património cultural. A partilha da mesma base de dados, do mesmo modelo de ficha de inventário, da mesma terminologia, da mesma plataforma de divulgação patrimonial são tudo ferramentas essenciais para que a gestão integrada funcione e que esteja sempre em constante atualização. E isso é essencial, porque sabemos que uma eficiente gestão integrada do património cultural, permite-nos melhorar não só as práticas quotidianas, como otimizar a gestão dos recursos e desenvolver condições que potenciem o surgimento e desenvolvimento de diferentes projetos e iniciativas, além de promover o desenvolvimento do concelho e da região, com um objetivo último de procurar assegurar a sustentabilidade do património cultural, para as gerações futuras.





# Conservação De Museus

por Carlos Mota<sup>1</sup>

**Resumo:** Considerando que esta comunicação parte da percepção e da experiência pessoal de trabalho na área de conservação-restauro, procura-se apresentar a essência da atividade desenvolvida ao longo de cinco anos e simultaneamente, constituir uma reflexão que contribua para traçar caminhos sustentáveis ao desempenho, organização e evolução das atividades de conservação-restauro num museu de território.

**Palavras chave:** Conservação-restauro, sustentabilidade, Museu do Douro.

**Abstract:** Regarding the perception and personal working experience acquired in the conservation-restoration field this essay aims to set forth the essence of the activities developed over the past five years and simultaneously work as a reflection to establish a sustainable path towards the performance, organization and evolution of the conservation-restoration activities in a territory museum.

**Keywords:** Conservation-restoration, sustainability, Museu do Douro.

O Museu do Douro (MD) foi criado em 1997, na sequência de uma lei aprovada por unanimidade (Lei 125/97 de 2 de dezembro), pela primeira vez no País, como Museu de território, cujos objetivos gerais visam preservar, valorizar e divulgar o património material e imaterial da Região Demarcada do Douro (RDD). Região que em parte no ano 2001 foi reconhecida pela UNESCO como Património da Humanidade.

A Fundação Museu do Douro (FMD), mais tarde criada (Decreto-Lei n.º 70/2006 de 23 de março) é uma entidade privada de direito público, sem fins lucrativos e de utilidade pública, resulta da cooperação entre a sociedade civil e o estado, tem como fins a promoção de atividades culturais, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da RDD.



**Fig. 1.**  
Alçado frontal do balcão de provas de vinhos da sede da Real Companhia Velha em Peso da Régua, antes da intervenção de restauro no MD.



**Fig. 2.**  
Vista geral da oficina de conservação-restauro do MD durante o processo de restauro do balcão de provas.

<sup>1</sup> Técnico Superior de Conservação e Restauro da Fundação Museu do Douro, doutorando em Museologia na Universidade do Porto, [cfmota@gmail.com](mailto:cfmota@gmail.com)

O campo de ação da conservação-restauro<sup>[2]</sup> na FMD enquadra-se no património móvel e integrado, em particular ligado à produção e comercialização dos vinhos da região do Douro, em especial do vinho do Porto, para a sua salvaguarda e intervenção.

Os bens culturais móveis incorporados no MD são maioritariamente objetos de uso comum, etnográficos oriundos da RDD, que foram produzidos para cumprir funções entretanto perdidas, seja por obsolescência ou por desgaste consequente da utilização. Regra geral estes bens encontraram-se “abandonados” e substituídos por outros, dado que os materiais são pobres e diversificados, resultantes de uma produção por vezes pouco esmerada, sendo por isso compreensível o avançado grau de degradação, colocando-se em causa o investimento na sua preservação.



**Fig. 3**  
Vista geral do balcão citado nas figuras 4 e 5 depois da intervenção. Do resultado final salienta-se a restituição da sua função original.

O debate desta problemática tem merecido a atenção de vários autores, destacando-se aqui a reflexão de Gaynor Kavanaugh (1989)<sup>[3]</sup>, onde defende que os registos escritos apresentam muitas vezes uma visão parcial, produzida por uma classe média-alta letrada, argumentando antes que os objetos etnográficos são indicadores das realidades, ideologias ou até mesmo do *status* social do povo. Razão válida para dissolver eventuais dúvidas relativas à importância do investimento levado a cabo pelo MD na preservação dos bens culturais etnográficos da RDD.

A preferência pela estratégia metodológica da conservação *in situ* para a salvaguarda destes bens tem-se revelado difícil de implementar, não só pelos escassos recursos, como também pela morosidade do processo de sensibilização das comunidades. Para compensar o cenário, o MD tem incorporado estes “documentos” em núcleos expositivos ou em reservas.

O património móvel e integrado que o MD pretende salvaguardar apresenta uma diversidade de materiais que vai desde a madeira (de pinho, casquinha, castanho, carvalho, vinhático, entre outras espécies), passando pelo metal (ferro, aço, cobre, latão, bronze, prata e outras ligas não identificadas), o mais comum, pela cerâmica (barros, faianças, porcelanas e terracotas), a pedra (granito, xisto e calcário) o vidro, o têxtil (algodão, linho, seda), couro, papel, plástico, entre outros. Os problemas da sua preservação surgem desde logo associados ao facto de coexistirem todos, circunstância que inviabiliza a prática de alguns princípios da conservação preventiva. Em concreto torna-se necessário abordar o controlo e adequação ambiental, uma

<sup>2</sup> ICOM-CC (2008) – *Terminologia para a definição da conservação-restauro do património cultural material*, 15º Encontro trienal, 22-26 de Setembro, Nova Deli, ICOM-CC.

<sup>3</sup> KAVANAUGH, Gaynor (1989) – *Objects as Evidence or Not?*, *Museum Studies in Material Culture*, Leicester, Susan M. Pearce, Leicester University Press.

das condições chave para a conservação preventiva, pois, os valores ideais de humidade e temperatura são específicos para cada material. O ICCROM recomenda que a maioria dos orgânicos devem ser mantidos numa humidade relativa (HR) entre os 50% e 65%, com variações graduais não superiores a 5% e com uma temperatura em torno dos 20°C [4]. Sabemos que estas condições previnem os ataques microbiológicos, a secagem e deformação dos materiais, o surgimento de fendas ou fissuras, entre outras patologias, mas se verificarmos os aconselhamentos para a conservação de metais e vidro deparamo-nos com valores contrários, isto é, 40% ou inferior de humidade relativa e temperaturas entre os 15°C e 20°C, de forma a prevenir o desenvolvimento ou agravamento de problemas como a corrosão ou a *doença do vidro* [idem].

Ora, a diversidade de materiais em reserva e nas exposições do MD está presente não só entre os objetos mas também na constituição dos próprios, condição que leva à falência das anteriores recomendações. As publicações mais recentes, como IMC (2007)[5], já não apresentam tabelas com valores aconselhados alertando para o seguinte:

*"Flutuações importantes, valores muito elevados ou valores muito baixos de H.R., provocam a degradação de uma grande diversidade de materiais." [ou] "Flutuações bruscas de H.R. podem alterar a estabilidade dimensional dos objectos provocando o aparecimento de fendas, deformações, destacamentos de policromias e outras alterações indesejáveis." [...] "Regra geral, flutuações repetidas de temperatura provocam ciclos de expansão e contracção num dado material, contribuindo para a sua degradação. Em materiais compósitos este problema é agravado, porque a materiais diferentes correspondem coeficientes de dilatação diferentes."*

Neste cenário implica que se questione quais serão as estratégias mais indicadas para a conservação de objetos compostos por diversos materiais. Contudo, a resposta não é linear e certamente passará pelo bom senso, procurando na medida do possível e face ao panorama atual, a melhor solução que poderá passar pelo avanço na escala interventiva.

Talvez o caminho eticamente correto seja no sentido da prática de ações de conservação, pois todos os bens culturais têm por si só a capacidade de transmitir valores intrínsecos insubstituíveis, que poderão ser ética e deontologicamente questionados quando estes mesmos valores são submetidos a uma intervenção de restauro.



**Fig. 4**  
Processo de intervenção de objetos etnográficos enquadrado no programa de estágios/voluntariado de 2011.

4 ICCROM sd, cit. GASPAR, Vítor (2002) – *Noções de Climatologia*, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, 38.

5 IMC (2007), Anexo II Humidade relativa e temperatura, In CAMACHO, C (Coord. de), *Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos*. Lisboa, IMC, 101-103.

Assim, a escolha do nível interventivo numa proposta de conservação-restauro deverá respeitar uma hierarquia: “Preservar é um dever iniludível e permanente; conservar é uma necessidade mais ou menos urgente; restaurar é uma opção que pode sempre aguardar” [6]. No MD tal decisão é conseguida através do diálogo multidisciplinar entre o conservador-restaurador, o curador, o historiador e o museólogo, recorrendo-se por vezes a pareceres externos de químicos, físicos e de biólogos.

Tendo em conta que as atribuições do serviço de conservação-restauro do MD consubstanciam-se na salvaguarda do património cultural móvel e integrado da RDD, como atrás se referiu, equacionar a sua sustentabilidade é uma ação inerente à definição da estratégia metodológica.

Com efeito, as atividades de conservação-restauro desenvolvidas na Fundação Museu do Douro de 2006 até à atualidade apresentam as seguintes estratégias de gestão:

1. Investigar utilizando métodos laboratoriais, quando necessário, a fim de diagnosticar, executar e/ou orientar ações de conservação preventiva, nomeadamente manutenção de exposições e das coleções em Reserva, bem como a monitorização e controlo das respetivas condições ambientais e de pragas;



**Fig. 5**  
Sala de acabamentos/expurgo da oficina de Conservação-restauro do MD. Em primeiro plano encontra-se um mapa isolado em atmosfera anóxica. Esta técnica sofisticada de desinfestação é eficaz, não prejudica os objetos, os operadores, nem o ambiente. No segundo plano encontram-se obras em fase de conclusão de intervenção.



**Fig. 6**  
Vista parcial da exposição de um conjunto de pinturas da Casa do Douro, da autoria do mestre Joaquim Lopes, que ilustra uma viagem pelo Douro. Nesta exposição deu-se conta ao público da metodologia interventiva empregue no restauro as obras.

2. Apoiar e intervir *in loco* particularmente no património cultural móvel e integrado da RDD, mediante a disponibilidade de recursos humanos e materiais;

6 ALARCÃO sd, cit. CORDEIRO, F R (2010) – Problemas em intervenções de conservação e restauro. Como evitá-los?, Ge-conservacion/ conservação (1), Madrid, Open Journal System, 156, In <http://www.ge-iic.com/ojs/index.php/revista/articulo/view/17> (acedido a 2011.02.19; 23h)

7 Estes painéis a óleo sobre tela resultam de uma encomenda destinada à participação desta instituição na 1ª Exposição Colonial Portuguesa realizada em 1934 no Palácio de Cristal no Porto.

3. Desenvolver as intervenções necessárias de conservação curativa e restauro de espólio depositado, emprestado e da coleção do MD;
4. Apoiar, debater e disseminar as boas práticas de conservação-restauro de bens culturais móveis da RDD, nomeadamente no domínio da consultoria e ações de sensibilização;



**Fig. 7**  
Ação de sensibilização sobre preservação de pintura de cavalete. Destaca-se o retrato de Dona Antónia Adelaide Ferreira (AAF), propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Peso da Régua.

5. Orientar e apoiar o desenvolvimento de estágios de conservação e restauro, quer sejam curriculares, extracurriculares e profissionais; bem como a orientação de voluntários não especializados para apoio das atividades;
6. Prestação de serviços a cidadãos particulares e institucionais.



**Figs. 8 e 9.** Pormenores da mão direita do retrato de AAF antes e depois de ser intervençionado no MD. Esta obra é exibida na exposição temporária "Dona Antónia, uma vida singular".

Na atual conjuntura os constrangimentos financeiros dificultam a resolução de problemas urgentes, pelas carências de recursos humanos, logísticos, tecnológicos e materiais. Ora, para contrariar esta tendência, a conservação-restauro do MD presta também, numa lógica complementar, serviços a particulares ou a instituições com o objetivo de garantir de forma sistemática os recursos para suprir as necessidades interventivas mais urgentes no património cultural móvel que este Museu de território se propõe salvaguardar.

Uma das ilações possíveis é que a multidisciplinaridade poderá ser considerada imprescindível para a execução da maioria das intervenções de conservação-restauro de bens culturais móveis, cabendo ao Conservador-Restaurador a decisão pela escolha do método interventivo mais adequado a empregar.

“O Conservador-Restaurador trabalha directamente com bens culturais e é pessoalmente responsável perante os mesmos, o proprietário e a sociedade. O Conservador-Restaurador tem o direito de trabalhar sem obstáculos à sua liberdade e independência.”<sup>[8]</sup>.

No quadro conceptual do Museu do Douro a estratégia eleita para a preservação do património cultural é a conservação preventiva <sup>[9]</sup>, porém esta prática não pode assumir a resolução de todos os “males”, por vezes, a implementação rígida dos seus princípios pode desencadear resultados contrários aos pretendidos, especialmente em coleções etnográficas que apresentem composições heterogéneas. A título de exemplo, refira-se a madeira cujos valores ambientais favoráveis à sua preservação não são compatíveis com aqueles que favorecem a conservação de metais ferrosos. Daqui se depreende que a generalização das estratégias pode causar facilmente o insucesso de uma prática coroada de êxito noutra realidade.

No panorama atual a tendência nos países desenvolvidos é a prática direta da conservação preventiva sobre os bens culturais, devido ao seu bom estado de conservação alcançado através do investimento permanente na salvaguarda e educação patrimonial.

No caso da RDD muito há a fazer ao nível da sensibilização para a preservação e defesa do vasto património cultural, e certamente grande número de intervenções de conservação curativa urgem ser executadas, acarretando um maior investimento por parte das entidades responsáveis públicas, privadas e sociedade civil.

De entre as estratégias apresentadas destaca-se a prestação de serviços de conservação-restauro no MD, caminho inovador e pioneiro no quadro regional que procura contribuir para a continuidade do laboratório/oficina de conservação-restauro, que por sua vez constitui uma ferramenta essencial à salvaguarda das coleções sobre a sua responsabilidade. Contudo, para que esta medida tenha sucesso dever-se-á reforçar e consolidar a estratégia de marketing dirigida às elites, pois são elas que detêm maior capacidade financeira para suportar as despesas de intervenções de excelência.

A conservação-restauro terá de atuar de forma interativa com a comunidade contribuindo para a sensibilização e educação da salvaguarda patrimonial, pois só se preserva o que conscientemente se conhece. O sucesso das intervenções de conservação-restauro no património cultural coaduna-se com a conjugação de esforços no sentido de transmitir às gerações futuras a importância da preservação dos legados patrimoniais.

.....  
<sup>8</sup> ECCO, (2003) – Diretrizes profissionais (II) Código de ética, Bruxelas, European Confederation of Conservator-Restorers Organisations, art. 3.

<sup>9</sup> PEREIRA, G M, (coord. de), (2004) – *Estrutura de Projecto do Museu do Douro. Relatório de Missão*, Peso da Régua, Museu do Douro.

# Design para os museus: os museus enquanto objectos desenhados<sup>1</sup>

por Francisco Providência

## Breve prólogo

Interrogando-me sobre o que poderá interessar no Design aos arqueólogos e historiadores, conclui que talvez fosse a diferença metodológica. Que talvez pudesse ser a compreensão da especificidade ontológica do Design e isso fez-

-me pensar na sua dimensão poética onde, a meu ver, reside o seu maior potencial criativo. Por isso é isto que trago, o desejo de partilhar um ponto de vista no Design que é o meu.

O Designer desenha artefactos, dispositivos e serviços de mediação cultural; por isso poderá ser útil ao arqueólogo no momento em que comunica a sua obra ao público. Mas como é que o faz? Recorrendo a metáforas simples pode comunicar sistemas complexos. A metáfora não é exclusivo do design. Também a arquitectura recorre a metáforas “transportando-nos” para a dimensão simbólica dos espaços onde se condicionam, por essa via, comportamentos; a forma contentora é já o *conteúdo de verdade* da Arquitectura e do Design.

## Parte1

### Design lacónico para um mundo menos cínico Desenho de dispositivos de comunicação e interacção na museografia contemporânea2

A técnica é “*a forma extrema do esquecimento do ser*”. A técnica torna o homem senhor da natureza, mas ao fazê-lo, ela esquece a condição que lhe deu origem. (Heidegger)

O design tem contribuído para a cultura material, através do *desenho de artefactos, dispositivos e serviços de mediação cultural*. Se a Escola de Ulm<sup>3</sup>, constituiu a primeira experiência formativa do design apoiada na integração do conhecimento científico (T. Maldonado) por oposição e complementaridade à sua antecessora Bauhaus<sup>4</sup> originalmente centrada no conhecimento artístico (W. Gropius), os resultados da sua prática afirmaram-se universalmente por um design ergonomicamente *destinado* a funcionar, caracterizado por uma retórica estética da eficiência, expressão de modernidade e consequente às ideias *bio-miméticas* (do organicismo funcionalista) da Arte nova na aurora do séc. XX.

Ulm fecharia autofagicamente quinze anos depois da sua fundação, ao confrontar-se com uma *destinação* submissa ao capitalismo a que ideologicamente pretendia resistir. O impacto destas duas escolas alemãs da primeira metade do séc. XX, condicionará internacionalmente a *ontologia do design*, fundando a ideia de que

<sup>1</sup> O presente texto não respeita o acordo ortográfico de 1990.

<sup>2</sup> PROVIDÊNCIA, Francisco, seminário **Monumentos Balneares do Noroeste Peninsular da Proto-história à Idade média, representação e musealização**, Fundação Cupertino de Miranda, V.N. Famalicão, 11 Novembro 2010.

<sup>3</sup> Hochschule für Gestaltung Ulm (Escola Superior da Forma de Ulm), fundada em 1953 por Otl Aicher e Max Bill e encerrada em 1968 por convulsões políticas internas).

<sup>4</sup> Bauhaus (*casa em construção*), Escola técnica de formação artística fundada em 1919 por W. Gropius, sobre a herança da *Escola do Grão-Duque para Artes Plásticas* em Weimer, reinstalada em Dessau de 1923 a 1930, transferida para Berlim em 1930 e encerrada pelo Estado Alemão em 1933.



em todo o design, o desempenho prático deve dominar os argumentos da sua conformação — a *forma segue a função* (*form follows function*, L. Sullivan). Ante a evidência da insustentabilidade de uma civilização alicerçada no consumo de objectos (E. Manzini), o design passou a questionar a sua natureza e responsabilidade social, a partir da segunda metade do séc. XX, admitindo-se genericamente três vias de resposta:

1. *bio-design* (biónica), pela integração da tecnologia e gradual transferência de actividade humana para uma dimensão virtual menos consumidora de recursos, orientando-se para a integração simbiótica da tecnologia, e para a consideração darwinista do meio (mercado) como grande decisor na viabilização da forma, assim **recuperando o (bio) mimetismo das soluções técnicas desenvolvidas pelos seres vivos**;
2. *eco-design*, pela revisão social dos paradigmas económicos vigentes e a emergência de novos modelos de organização social mais criativa, mais colaborativa e menos consumista, ao incorporar materiais reciclados, procurando simbiose entre a comunidade e o ambiente num **movimento de antecipação e projecção estratégica**;
3. *meta-design*, recorrendo ao desenho das interfaces, como função metafórica do design, enquanto contributo estético para a reformulação crítica da sociedade, assim aumentando o seu tempo de vida, reduzindo conseqüentemente o impacto industrial ao incorporar materiais mais qualificados e técnicas mais elaboradas, assim contrapondo a desaceleração do consumo para a **conservação da diversidade biológica e cultural**;

As três vias para a sustentabilidade através do design, centram-se na *evolução da técnica* (adoção tecnológica), no *redesenho* da sociedade (revisão do programa) e na *valorização da poética* (a partir da experiência autobiográfica do autor). A forma das coisas, longe do tempo em que servia para encobrir a obsolescência comercial dos produtos americanos (*styling*), é o seu conteúdo de verdade (T. Adorno). A “forma” é o conteúdo, como o “meio” era já a mensagem (Mcluhan). Nesse sentido, se a tecnologia afinal nunca foi *neutra*, então os seus objectivos deverão ser ponderados quanto à sua finalidade e interesse para o Homem, já que, a sua adopção nem sempre resultou numa contribuição para o desenvolvimento humano, deixando antever a difícil compatibilização entre conforto e liberdade. Sobre a relação do homem com a máquina feita à medida da sua imitação, verifica-se que “**na essência da máquina encontramos o homem, mas na essência do homem não há nada de mecânico**” (M. Heidegger). Ao separar o sujeito do objecto, (ou a tecnologia da forma, evoluindo do artesanato para o design), a revolução científica do séc. XVI (Descartes), conduzirá a *apropriação e domínio do objecto pelo sujeito da ciência* e assim as formas técnicas pela intencionalidade do desenho. Na parte final do seu texto “O coisificar das coisas”, capítulo dedicado à influência de Heidegger na filosofia do design, Anna Calvera<sup>5</sup> conclui que, a referência conceptual da cultura do design nos últimos anos, produzida a partir da *techné*, deve a sua influência a Heidegger. Colocava-se a questão de saber qual era o âmbito operativo do design, origem do seu conhecimento específico, a que a dimensão *techné* (origem da *arte*, da *técnica* e domínio do *artesanato*) respondia, condenando o design à actividade meramente prática. Heidegger no entanto, comenta Calvera, foi o autor mais preocupado em recuperar uma origem cognitiva à *techné*, atribuindo-lhe uma dimensão estética, considerada para além das técnicas de fabrico, enquanto *esperança de superação da indiferença para com o ambiente anódino, desprovido de qualquer significação*. A dimensão estética para Heidegger, ultrapassa a percepção sensível das formas e dos materiais, para lhe conferir cultura material, respondendo pelo desenho, ao desígnio maior de **melhorar o meio ambiente de todos**, assim se ponderando a sua finalidade última de **catalisador da verdade através da poética, para além da sua finalidade primeira de resposta à necessidade prática**.

<sup>5</sup> Calvera, Anna. *De lo bello de las cosas, materiales para una estética del diseño*. Barcelona, ed. GG Diseño, 2007.

Martin Heidegger, assistindo à emergência técnica do séc. XX, questionar-se-á sobre os efeitos da sua assunção para a desumanização do homem, já que a técnica é “a forma extrema do esquecimento do ser” que, embora torne o homem senhor da natureza, esquece a condição originária pela qual existe. A poética, domínio da linguagem dirigido à verdade (*aletheia*), desconfia da técnica;

A linguagem, operada pela mais recente camada do cérebro humano, recebe e associa os impulsos das camadas inconscientes, anteriores e inferiores, do passado *reptiliano* (sobrevivência do indivíduo e da espécie) e do passado *mamífero* (condicionamento afectivo da memória pelo prazer memorizado e pela dor esquecida), para se constituir como consciência, isto é, como discurso redentor dirigido à socialização do indivíduo (Henri Laborit). Para Heidegger, só o discurso da poesia (semiconsciente ou mesmo inconsciente) é revelador da verdade; nem o do palavreado, nem o da ciência superam a sua condição de esquecimento do ser.

“O ser desvela-se na linguagem, não na linguagem científica própria dos entes, ou na linguagem do palavrório, mas antes na linguagem autêntica da poesia. (...) Na forma autoral da poesia, a palavra tinha carácter “sacral”: na língua originária, a poesia deu nome às coisas e fundou o ser”; sustenta-se assim a ideia de que o verdadeiro pensador, não é o cientista mas o poeta, porque é no carácter sagrado da palavra do poeta que se abriga a revelação do ser (M. Heidegger)<sup>6</sup>.

Mas se “a linguagem é a morada do ser” (Heidegger), ela é também a sua traição.

A linguagem, quando não é técnica, isto é, quando não se constitui como sistema de signos fechado em código funcional operativo, é reveladora do *ser através do homem*. Esta é a função da poesia; o poeta não regista uma realidade já existente, mas cria um novo mundo, dando morada ao ser; assim o Design enquanto metáfora e poesia visual.

Ao julgar o design como agente cultural dirigido à qualificação da vida, deparamo-nos com as consequências da sua imanência (existência) técnica, na valorização da representação enquanto manipulação antecipada da experiência (V. Flusser), opondo-se-lhe e contaminando-a. Ao serviço da economia pelo marketing, o desenho tem recorrido à fotografia para, através dela, explorar a empatia, como meio de inscrição e persuasão do “receptor”, subjugando-o ao seu discurso. A esteticização do mundo, no advento da reificação social hegemónica pela valorização simbólica das mercadorias, não contribuirá para a revelação do ser mas antes para a sua obturação. A questão da forma e a questão da estética da forma, não se limitam assim a um mero problema de gosto, mas constituem um problema ideológico e sobretudo moral – O design liberta ou reprime? Desenvolve ou atrofia?

No centro deste problema emerge ainda a discussão *renascentista* entre reformadores e contra-reformadores da cristandade, opondo o norte, ao sul da Europa, e através deles os modelos teológicos de uma arquitectura dirigida à experiência meditativa, solitária e racional dos seus fieis, (centrada na intimidade do indivíduo com Deus, como princípio de uma ética protestante), e a experiência estética, sensorial e alienante conduzida pela emersão do indivíduo num espaço de total simulação sensorial, em que arquitectura, pintura, escultura, música e iluminação, contribuem para a elevação colectiva e emocional dos fieis, à experimentação sensorial (aestética) de “Deus” através da Arte. Nestes modelos *iconoclastas* e *barrocos*, veiculam-se modelos de conhecimento por introspecção (reclusão) e/ou doutrinação (alienação) ainda em debate, na avaliação das suas estratégias de comunicação dirigidas à experiência pessoal e/ou à representação colectiva.

De qualquer modo, o domínio técnico da imagem pela máquina *foto-gráfica*, veio trazer à civilidade moderna acrescentados meios de comunicação e domínio social (W. Flusser). A imagem da experiência introduziu-se

.....  
<sup>6</sup> Heidegger, Martin. *Carta Sobre o Humanismo*. In: ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni, citado nas notas do artigo *Os Fundamentos da Antropologia* de Tomás de Aquino, Sávio de Barros Campos, cita Heidegger (através de Giovanni Reale na sua *História da Filosofia: De Nietzsche à Escola de Frankfurt*). In: [http://www.filosofante.org/filosofante/not\\_arquivos/pdf/Antropologia\\_Tomas\\_de\\_Aquino.pdf](http://www.filosofante.org/filosofante/not_arquivos/pdf/Antropologia_Tomas_de_Aquino.pdf).

nas zonas mais íntimas da memória de cada indivíduo, antecipando e condicionando a experiência e, assim, reduzindo o indivíduo a manipulado dispositivo de repetição. Não foi só a publicidade que fez isso; foram também os meios de informação e a arte no cinema, no espectáculo e no vídeo. Hoje a experiência está inevitavelmente contaminada pela sua representação antecipada e, por isso, transformou-se na sua ilustração ou simulação. A recuperação da “experiência” contra a simulação, passará pela redução da representação prescindindo, conseqüentemente, da (antecipação da) imagem (se é que é ainda possível fazê-lo...).

Se enquanto contributo ergonómico parece desejável que o design (desenho de artefactos e dispositivos) encontre os meios *biónicos* para o seu desaparecimento, sacrificando a forma ao maior automatismo de uso intuído (anulação da forma), enquanto valorização do indivíduo, poderá fazer sentido a criação de meios de resistência crítica à sua funcionalização pela técnica.

Coloca-se assim ao projecto em design, o problema (moral) da decisão entre duas possibilidades: **a eliminação de barreiras de mediação ou a sua ênfase.**

Enquanto projectista, e no desenho de **dispositivos de mediação cultural em função museológica**, tenho defendido a assunção de um “Design lacónico”, *contribuinte para um mundo menos cínico*, que encontra na forma mínima as condições éticas de ferramentas que não se querem substituir aos seus utilizadores. Que de certo modo, parecem resultar do apelo a uma *moral mínima*, a um denominar comum e básico que se opõe criticamente aos excessos do *expressionismo individualista*; objectos que parecem querer reencontra um nível zero do entendimento, a tábua rasa da linguagem, o vazio de todo o sistema, a partir do qual se possa criar uma *nova ecologia humana*, mais verdadeira e vital.

No interesse pela evidência do nada, reduz-se a expectativa sobre o novo produto, evitando as falsas promessas do kitsch: “A arte, só pode reconciliar-se com a sua própria existência ao virar para o exterior o seu carácter de aparência, revelando o seu vazio interior” (Rita Baleiro) e é isto que faz Donald Judd, Samuel Beckett, Steve Reich ou a tipografia Helvética.

O desenho poderá assim recuperar o seu ethos, a sua ética e identidade social enquanto designio, cumprindo a sua vocação de desenho, atribuindo *humanização à técnica*. Esta é a sua função de mediação cultural: *adequar a tecnologia ao uso*. Mas esta “humanização” poderá agravar a *coisificação do homem*, a sua alienada subjugação às coisas, alimentada por um desejo nunca satisfeito ou, pelo contrário, contribuir pela poética (origem da criatividade), para o desvelamento da verdade e satisfação do homem.

Ao projectar o artefacto, o designer questiona o mundo contemporâneo, produzindo a sua própria síntese, quer no desenho dos dispositivos, quer na assunção da sua responsabilidade ética, poeticamente veiculada. É na urgência de um “Design lacónico”, *contribuinte para um mundo menos cínico*, que encontro, pela miniaturização da forma, as condições produtivas para que os artefactos não se substituam aos seus utilizadores.

### **A tecnologia contribui para o ser?**

Atendendo a que o homem, contrariamente a outras espécies, não é técnico, isto é, não se especializou simbiótico em determinados ambientes como a aranha ao produzir a sua teia, o castor a barragem, o pássaro o ninho, o caranguejo eremita apropriando-se da concha abandonada de um búzio, etc.. O homem inadaptado da natureza, tendo há muito perdido os seus instintos, desenvolveu a tecnologia com que passou a dominar a natureza, superando as condições mais hostis (Ortega y Gasset). A primeira e mais sofisticada tecnologia foi a língua com que estendeu o homem o seu domínio sobre o mundo, origem da *tecnicidade primitiva* (Adriano Rodrigues) e das outras que se lhe seguiram até à pós-moderna.

Hoje mergulhado em dispositivos técnicos cada vez mais complexos, o homem vê-se ampliado pela acção de replicadores técnicos do seu próprio corpo: máquinas que fotografam como olhos, máquinas que memorizam como

cérebros, asas que o fazem voar e rodas que o deslocam a velocidades nunca antes experimentadas. Homem e máquina fundem-se no *fluxo da viagem*, no seu agigantamento funcional. Mas ao libertar-se dos constrangimentos, o homem também ficou seu refém, funcionário técnico das suas criações, das suas próteses e tecnologias, perdendo massa muscular, perdendo autonomia, perdendo liberdade. Hoje já não sobrevive sem telemóvel, sem televisão, sem metropolitano, sem electricidade, sem aspirina ou sem casa. Ao observar o homem contemporâneo, vê-mo-lo mergulhado na desumanidade de acidentes de viação ou alienado ao seu computador pessoal.

### **A que limites está o homem sujeito?**

Ao fazer a máquina à sua semelhança, *o homem cria a tecnologia que tem o homem na sua essência, mas na essência do homem não há nada de técnico* (Heidegger). Este paradoxo identifica o homem como ser no mundo, contingente da sua situação pessoal, da sua história, questionando-se sobre o seu papel e que, talvez por isso, se reinventa transcendente da sua própria natureza, em busca da sua verdadeira ficção de liberdade. Heidegger fala da poesia como meio de revelação da verdade, desocultando o obscurecimento que a tecnologia provoca sobre a capacidade humana de se compreender, de voltar ao ser.

A possibilidade de uma *estética poética* ou da verdade, pode fazer repensar os dispositivos técnicos reavaliando-os, redesenhando-os, para que passem, transparentes, a desocultar mais do que a obter a existência humana sob o jugo da dissimulação.

Mas a poética em design não tem nada de ornamental ou supérfluo. A poética são decisões técnicas sobre a forma e construção do objecto, assim entendido como metáfora do mundo.

Termino evocando Álvaro Lapa<sup>7</sup> apropriando-me das suas considerações sobre a Arte: **O design “é a posição livre da essência de um mundo. Mas historicamente é obras, objectos no tempo, que são factos de decisão e condição de decidir moralmente, acerca da beleza.**

**Um tema: o da beleza. Uma estrutura: a de ser livre entre homens semelhantes. Porém outros consideram essencial (no design) a luta pela expressão, a linguagem e a palavra”.**

## **Parte2**

### **A que aspiram as tuas formas?<sup>8</sup>**

A museografia tem adoptado, ao longo da história, diferentes paradigmas de representação, revelando diferentes intenções e ideias.

A *Galleria degli Uffizi*, em Florença, abriga um dos mais famosos museus do mundo que se constitui em torno da colecção privada de desenhos, esculturas e pinturas da família Medici, catalisando o espírito renascentista de uma burguesia emergente e culta que, superado o domínio financeiro e político, se dirige para o domínio da estética como superlativo humano.

Hoje, entende-se que um museu é “*uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e do seu ambiente, para educação e deleite da sociedade*”<sup>9</sup>. O papel dos museus, no processo de especialização contemporânea, oscila entre uma vocação *preservadora, experimental e educadora*.

.....  
<sup>7</sup> Lapa, Álvaro, in *A Situação da Arte, Inquérito Junto dos Artistas e Intelectuais Portugueses*, ed. Publicações Europa-América, Lisboa, 1968.

<sup>8</sup> PROVIDÊNCIA, Francisco, *A que aspiram as tuas formas?* (conferência), in: Congresso “Redes de Museus – Território, Identidade, Património”, de 20 a 21 maio de 2011, na Casa das Artes, Famalicão.

<sup>9</sup> International Council of Museums (ICOM, 2001)

Os *museus de ciência*, que ensinam demonstrando os fenómenos pela prática experimental de máquinas, são os descendentes directos das aulas de física do séc. XVIII que, na Universidade de Coimbra reuniam um conjunto de aparelhos experimentais, usados ludicamente para surpresa dos nobres e formação dos estudantes.

Os *museus etnográficos*, procurando reter frágeis ambientes culturais genuínos, começam por se constituírem como armazéns de objectos exóticos dispostos taxonomicamente pela dimensão e aparência morfológica, para se organizarem ingenuamente em torno de ambientes cénicos, procurando "demonstrar", repondo por simulação, uma experiência inacessível.

Mas outros museus herdeiros de antigos tesouros, não estão isentos de mácula já que têm origem na exibição dos despojos de guerra, saqueados ao vencido ou ao colonizado e demonstração do seu domínio. No fenómeno subjacente à apropriação do que o outro tenha de mais valioso, estarão reminiscências de antigas práticas antropófagas como a ingestão do fígado do chefe vencido assim se apropriando o vencedor de toda a sua energia vital.

O *museu tesouro*, aberto à visita popular, fomentará a elevação e orgulho da comunidade, reforçando a identidade e a pertença; assim são alguns dos maiores e mais considerados museus do mundo, ainda que criados sob o estigma imperial.

Na tradição das galerias Uffizi, muitos beneméritos deixam as suas colecções de Arte geridas para um fim social, como manifestação de magnanimidade altruísta do capitalismo, quer em fundação própria, quer como mecenas contribuintes de outras colecções, motivados pela importância da Arte enquanto representação do *superego social*.

Talvez originado pelo desejo humano de coleccionar, ocultando razões afectivas, culturais e materiais, os museus têm conservado o património da cultura material e imaterial, assumindo um relevante papel na preservação da memória, interpretação da cultura e fomento na educação humana, determinantes para a afirmação da cidadania, da diversidade cultural e, conseqüentemente, da democracia e qualidade de vida humana.

Os museus vêm-se nascer espontaneamente quando uma cultura se sente ameaçada e esta talvez seja a razão pela qual em Portugal se tem dado tão pouca importância ao património material – veja-se por exemplo o que resta dos cinquenta anos de exercício industrial de produção de motorizadas sedeada no norte do país – ou da arquitectura vernacular e da paisagem minhota. Esta é uma sociedade que se adapta demasiado depressa aos novos ambientes sem padecer qualquer nostalgia, julgando que o futuro como melhoria ante qualquer passado e, por isso conformando uma sociedade que rejeita a memória — uma sociedade sem memória é uma sociedade inteiramente disponível à aculturação, é uma sociedade debilitada, à deriva, órfã.

Como qualquer esforço de preservação da memória – toda a memória é selectiva – a musealização de artefactos, de regiões ou de cidades, acarretam sempre um juízo e uma intencionalidade tanto na escolha como na rejeição do que ficará para memória futura, ainda que a epistemologia museológica convoque a diferença entre museus, e por isso os museus não são todos iguais. Um museu de arqueologia revela-se muito distinto de um museu de ciência experimental (como os actuais Centros de ciência viva), aproximando-se pela forma vitrina, de outros como os de *história natural*, onde as espécies embalsamadas se arrumam *taxonomicamente* por tamanhos e formas.

No entanto, os *museus de história e ciências sociais*, adquirem um papel interventivo e o desejo de superarem a passiva condição de caixa conservadora, para agitar o espírito dos seus visitantes, dotando-os de maior capacidade crítica. Passam assim os museus a dar mais importância à palavra, não só na legendagem mas também no enquadramento temático das instalações. A função social do museu tem vindo a adquirir um propósito político de intervenção na organização social.

As diversas áreas de conhecimento, produziram museus epistemologicamente adequados, adquirindo formas paradigmáticas de uso. A sua função será sempre simbólica, se atendermos à etimologia do grego "*σῆμβολον*", verbo "*σὺμβάλλειν*" ou "com-jogar". No início, símbolo era meio de esclarecimento (ou *desincryptamento*) de enigmas: um objecto partido em duas partes, cuja posterior justo confronto das partes, unindo-as, permitia aos portadores de cada um dos fragmentos, comprovarem a afinidade entre emissor e receptor da mensagem. O símbolo é pois,

a expressão de um conceito de equivalência, que se expressa por uma “re-união” *porque, se o signo é sempre menor do que o conceito que representa, o símbolo representa sempre mais do que o seu significado evidente e imediato*<sup>10</sup>. Esta será, portanto, a função simbólica e social do museu: reunir a sociedade consigo própria, transferindo-lhe tecnologia para que compreenda o seu passado, o seu lugar, a sua cultura e a sua diferença.

Compreendendo a importância social e política de tal instrumento, o antigo conservador do museu de obras de arte depressa se transformou em comissário, seleccionando acervos e dispendo-os como ilustração discursiva, instalando narrativas verbais.

Derrick de Kerckhove, um especialista em comunicação, Professor da Universidade de Toronto e Director do Instituto McLuhan, aborda a museologia segundo três tipologias museográficas:

**Museu vitrina**, onde se guardam despojos de guerra e a energia vital do povo dominado; as *coleções de Arte* ou os *gabinetes de curiosidades* dos burgueses cultos do séc. XVI, ainda fazem parte deste tipo. Pela natureza disciplinar muitas das coleções arqueológicas também se apresentam deste modo. A figura do conservador nasce desta espécie funcional.

**Museu ideológico**, quando pela intervenção de comissários ou curadores, se constroem discursos sobre as documentos apresentados, assim gerindo acervos e produzindo conteúdos históricos, políticos, sociais e estéticos. Mais do que conservar, o museu passou a ser um espaço de narrativas questionando e respondendo, por vezes sob uma certa demagogia. Este é o museu moderno que interpreta o mundo e o seu tempo a partir dos documentos que guarda.

Kerckhove conclui que os museus raramente representam uma vantagem para os seus visitantes em tempo útil. e por isso propõe uma nova tipologia museográfica a que chamou **Museu acelerador**, que consiste num espaço de mediação tecnológica em que, com toda a liberdade de escolha, o visitante explore através da experiência directa, máquinas de produção de conhecimento que se liguem com as suas necessidades e problemas reais. De certo modo este é o modelo dos museus de ciência experimental que nasceram no séc. XVIII – com salas de máquinas onde se assiste experimentalmente aos fenómenos físicos, hoje ressuscitadas nos Centros de ciência viva. Estes três arquétipos museográficos servem-nos para compreender a recente disponibilidade para a **integração de tecnologias no museu**. Os museus hoje são jogos virtuais, onde se pode mexer, espreitar e manipular.

Mas neste ambiente técnico poderá questionar-se o papel do designer:

Um facilitador técnico que facilita a relação homem-máquina? Que permite a exploração humana da tecnologia? Que promove a desumanização da subjugação humana à máquina, ou a humanização da máquina (o que na prática significará a mesma coisa).

Questionado o relacionamento do homem com a máquina feita à sua medida e imitação, Heidegger observa que *na essência da máquina encontramos o homem, mas na essência do homem não há nada de mecânico*. Para Heidegger, só o discurso da poesia (semiconscente ou mesmo inconsciente) é revelador da verdade, nem o do palavreado, nem o da ciência superam a sua condição de esquecimento do ser. *“o ser desvela-se na linguagem, não na linguagem científica própria dos entes, ou na linguagem do palavrório, mas antes na linguagem autêntica da poesia. (...) Na forma autoral da poesia, a palavra tinha carácter “sacral”: na língua originária, a poesia deu nome às coisas e fundou o ser”* (M. Heidegger); o desenho das formas poderá constituir o acesso a uma função poética dos artefactos, dispositivos e serviços de intermediação cultural que constitui o objecto do Design.

### **Máquinas poéticas**

Se o poeta é aquele que faz, ao longo da história da museografia identificaremos um processo, uma genealogia museográfica que não é senão a poética museológica, intencionalmente estruturada a partir da

<sup>10</sup> <http://www.mundodosfilosofos.com.br/mito.htm>

forma, a partir do conteúdo e a partir da acção. Como vimos anteriormente no discurso de Kerckhove, poderemos estimar assim três grande arquétipos museológicos e museográficos, reunindo diferentes desígnios, origens, expectativas e modos de uso:

### **1. Metadesign: metáfora simbólica**

Tipologia: museu da Forma

Função: destinado a preservar o passado

Tipologia: museu vitrina (conservador)

Processo: pensamento indutivo

Objectivo: fruir / experiência estética

Origem: história de arte (séc.XVI)

Visitante: vigiado pela guarda do conservador

A valorização de uma segunda função comunicacional para o museu, atribui-lhe um desígnio meta-operativo, da sua valorização simbólica enquanto metáfora. O museu é entendido como espaço de fruição estética, capaz de transformar as percepções daqueles que o visitam, através de meios de encenação da sua própria forma. Essa tecnicidade da metáfora no modo como oculta e revela os objectos, é o seu maior valor poético. O museu é entendido, ele próprio, como obra de arte.

### **2. Ecodesign: consciência social**

Tipologia: museu do Conteúdo

Função: destinado a perceber o presente

Tipologia: museu palavra (ideológico)

Processo: pensamento dedutivo

Objectivo: perceber / experiência analítica

Origem: ciências sociais / antropologia (séc.XX)

Visitante: conduzido pelo guia do comissário

A museografia supera a dimensão de caixa fechada, estendendo-se ao território, a partir do qual procura compreender e valorizar etnograficamente, uma relação dos indivíduos com o ambiente. De certo modo o museu reforça o seu estatuto de serviço pedagógico e social, que começa desde logo por questionar os seus limites e objectivos, recorrendo ao discurso analítico verbal para salvaguardar os interesses maiores da sociedade. O museu é entendido como instrumento político.

### **3. Biodesign: interacção funcional**

Tipologia: museu da acção

Função: destinado a antecipar o futuro

Tipologia: museu interactivo (acelerador)

Processo: pensamento abdutivo

Objectivo: experimentar / investigação científica

Origem: ciências experimentais / design (séc.XVIII)

Visitante: autonomia do livre arbítrio

A museologia é entendida como serviço integrado através da tecnologia, quer pela realidade aumentada a partir do telemóvel, do computador pessoal, ou de outros dispositivos técnicos que promovam a continuidade da experiência museológica para além da sua origem física.

A organização biológica e simbiótica que a instituição propõe à sociedade, adquire uma dimensão funcional operativa automática de interacção permanente, mediada pelo equipamento técnico. O museu é entendido como recurso prático de sobrevivência, como instrumento social.

Entre os tecno-optimistas como Kerckhove ou Pierre Levy, reconhece-se uma evolução histórica nos paradigmas museográficos, com evidente vantagem contemporânea para aqueles que integram tecnologias interactivas (meio de uma inteligência conectiva e colectiva), reduto de maior liberdade na escolha da informação e na compreensão visual, infográfica, dos fenómenos. Mas se o acesso à informação é hoje incomparavelmente maior, a dificuldade em discriminá-la também aumentou desmesuradamente e, conseqüentemente, o nível de exposição à alienação do utente.

Sob a ideia de que há uma *evolução do conhecimento*, urge saber de que é feita a sua inovação e a sua obsolescência. Não há obsolescência como a da tecnologia; toda a tecnologia tende para a sua rápida obsolescência, condenada a desperdício, evoluindo como as espécies naturais. Mas a criatividade, fundada no pensamento abduutivo, é de natureza poética. Só a poesia imagina o mundo como poderia vir a ser, assim superando os imperativos herdados da história, diz-nos Aristóteles.

É a função poética e simbólica dos objectos que transcendendo a sua função prática-funcional, assegurará a humanização da técnica.

Slavoj Zizek, no seu texto *O design como ideologia*, recentemente publicado<sup>11</sup>, tenciona o Design entre dois polos: o puro desenho da forma estética, e o design como código, geneticamente transmitido entre organismos. Nesse pressuposto, não distingue Zizek as estruturas naturais das artificiais, considerando o design como produto da vida e para a vida dos seres humanos. *A ideologia, diz, nunca é tão aparente quanto a inocente referência à utilidade. No sistema simbólico a "utilidade" funciona como noção reflexiva; ou seja, a afirmação da utilidade está implicada como sentido* (assim se compreende aqueles que, vivendo em grandes cidades como Nova Iorque, se fazem transportar por jeeps Land Rovers, assim indicando uma vida vivida, ou pelo menos desejada, sob o signo da terra). Zizek termina o texto estabelecendo uma associação entre a actividade artística e a capacidade de persuasão sexual dos *homo sapiens*, que sobrepondo-se ao puro desempenho funcional, desperdiça aos indivíduos grandes quantidades de energia, condição que, aliás, os aproxima de outras criaturas como o pavão macho. Na verdade, a *qualidade "estética" não-funcional do objecto fabricado é primordial e a sua eventual utilidade só vem depois*, o que o subalterniza em relação à função primeira. Nesse sentido, *a definição contemporânea de homem não deveria ser "o homem é um animal que fabrica ferramentas" mas antes, "o homem é um animal que "designa" (ou desenha) as suas ferramentas"*.

Zizek atende assim à primordial importância que tem a função comunicacional dos objectos, comum tanto aos machados de pedra lascada como aos museus que hoje os expõem, reclamando a maior atenção para uma estética da recepção – perdoem-me a redundância. A forma do museu enuncia ideologias, diz coisas, não é indiferente nem neutra, mas assume o conteúdo de ideias.

Se por um lado percebemos que certas formas e desempenhos são mais ilustrativas de certas épocas da história – como por exemplo o *museu vitrina* na exibição pública dos despojos de guerra das Invasões Francesas do início do séc. XIX cumprindo, conseqüentemente, o papel de *tesouro* – por outro verificamos que não há um processo evolutivo exclusivo mas acumulativo. Quer isto dizer que o modelo *museu vitrina*, não foi substituído pelo *museu interactivo* ou *museu acelerador* mas que, ambos os sistemas, tendem a viver em simbiose, alargando a complexidade da resposta museológica e, conseqüentemente, o envolvimento semiótico dos seus utentes. Por outro lado, os modelos modernos e experienciais adoptados nos *Centros de ciência viva*, são comuns às aulas de física do séc. XVIII, assim atravessando o tempo e justificando mais a origem de uma matriz do que da sua evolução paradigmática. Assim, as estratégias de museografia parecem emergir mais de uma necessidade de adequação material à natureza dos seus documentos do que à evolução das tendências de consumo.

Os museus que no seu processo de comunicação e atracção de públicos, desejam resistir à *selecção natural* da selva cultural, estão hoje condenados a serem mais *sexys*. Esta é também uma consequência do

.....  
<sup>11</sup> Zizek, Slavoj, *O design como ideologia*, in Bártolo, José, *Revista comunicação e linguagem, Design*, no 41, ed. Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem, Universidade Nova de Lisboa, Outubro de 2010, pp 137 a 148.



processo democrático, e da garantia de total liberdade à escolha. Na livre concorrência, a atracção é condição de eficiência e a procura condição de sobrevivência. É dessa capacidade para atrair que trata a beleza? A beleza da atracção à consumação sexual é a mesma da transcendência poética? Da catarse (purificação) e sublimação (elevação), como realização simbólica que torna *experienciável* pela artificialidade da Arte o que parece faltar ao mundo: um particular sentido de ordem onde prevaleça a justiça e a liberdade.

A beleza funcional como alienado dispositivo de persuasão sexual ou comercial, produtora de um consumo insaciável, e a beleza como nostálgica aferição de sentido, como superação artificial da ausência pela construção estética da presença que apazigua a alma.

Uma beleza que carencia pela insatisfação do desejo, que é desejo de repetição e que incrementa a dependência, distingue-se de outra que nos transporta para o interior das nossas próprias experiências, onde residem marcas fundadoras na memória do ser a que desejamos verdadeiramente voltar como condição de existência plena. Se uma traz a excitação sempre insatisfeita, a outra traz a tranquilidade da transcendência do indivíduo e a sua liberdade, porque a sua realização não depende dele mas da relação com o outro.

### **Oposição entre submissão e felicidade.**

As formas poderão assim assumir uma função libertária, contrariando o processo de repressão da imagem, enquanto instrumento capitalista de alienação pela antecipação representacional da experiência e devolvendo ao consumidor o prazer da experiência em primeira pessoa, redescobrimo-se e redescobrimo o mundo a partir do próprio corpo de existências.

A poesia do design não é feita das imagens invocadas pelos seus objectos. O seu valor de metáfora está na própria assunção construtiva, nas soluções técnicas adoptadas, nos materiais e sistemas de transformação, na forma. E na forma simples do quase nada, do fácil e inteligente processo de transformar a adversidade numa vantagem operativa, nasce um prazer “artificial” que nos faz sorrir, porque é prova material de um grande milagre que acabamos de testemunhar: a liberdade através da criação de artefactos que são metáfora de uma existência sem constrangimentos, que são lacónicos e nisso a promessa de um mundo menos cínico.

Há uma diferença entre os objectos com os quais mantemos relações de afecto pela memória indexada (como se fossem uma espécie de *lugares-lugares*) e os outros, que nos são indiferentes (como se fossem *lugares-não-lugares*); a impossibilidade do designer em provocar experiências marcadores emocionais aos objectos que desenha, poderá no entanto despertá-lo para a diferença entre responder às tendências do mercado ou subvertê-las. Levanta-se a questão: deverá o designer desenhar *reactivamente* o que o mercado lhe pede? Ou pelo contrário, propor *proactivamente* o que sente necessário, antecipando-se criativamente ao futuro; isto é, desenhando o futuro e criando novas necessidades ao mercado, surpreendendo-o enfim.

### **Bibliografia:**

- Baleiro, Rita. *Minimalismo*, ed. e-dicionário de termos literários Carlos Ceia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Calvera, Anna. *Arte? diseño?* Barcelona, ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2003;
- Calvera, Anna. *De lo bello de las cosas, materiales para una estética del diseño*. Barcelona, ed. GG Diseño, 2007;
- Dionísio, Eduarda; Faria, Almeida; Matos, Luís Salgado de, Matos. *A Situação da Arte, Inquérito Junto dos Artistas e Intelectuais Portugueses*. Lisboa, ed. Publicações Europa-América, 1968.
- Flusser, Vilém. *Ensaio sobre a Fotografia*. Lisboa, ed. Relógio D'Água, 1998;
- Heidegger, Martin. *O ser e o tempo*, parte II. Petrópolis, ed. Vozes, 2002;
- Maldonado, Tomás. *Design Industrial*. Lisboa, ed. 70, arte & comunicação, 2006;
- Ortega e Gasset. José. *Meditação sobre a técnica* (tradução Margarida Isaura Almeida Amoedo). Lisboa, ed. Fim de século, 2009.

# A Rede de Museus do Algarve – reflexão e acção museológica

por Dália Paulo<sup>1</sup>

O Algarve é uma região com uma história muito marcada pelas sucessivas influências de povos que chegaram, sobretudo, por mar – fenícios, romanos, árabes – e por um isolamento em relação ao restante continente; veja-se a nomenclatura dos Reis de Portugal e dos Algarves e a dificuldade de chegar ao Algarve ainda no século passado. Este isolamento, este “outro reino”, refletiu-se também na área da Museologia e do Património. Importa fazer um percurso, mesmo que breve, sobre a constituição da realidade museológica algarvia desde o século XIX até à atualidade.

Em 1881, Estácio da Veiga inaugura o primeiro museu algarvio: o Museu Provincial de Arqueologia em Lisboa, numa dependência da Academia de Belas Artes. Museu com vida curta, de apenas um ano. Após o seu encerramento o arqueólogo algarvio funda o *Instituto Archeológico do Algarve*, em 1882, o qual consideramos como um marco inicial no pensamento museológico regional. A principal causa desta fundação foi a de solicitar ao Ministro do Reino a reorganização do Museu Provincial de Arqueologia<sup>2</sup>. Este *Instituto* previa, igualmente, a criação de delegações locais – em cada município algarvio – consubstanciando o trabalho em rede que se perspectivava para a recolha de bens patrimoniais.

Herdeiros do trabalho e do pensamento de Estácio da Veiga nascem, ainda no século XIX, dois museus em Faro: Museu Marítimo (1889) e Museu Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique (1894).

Nos inícios do século XX, Mário Lyster Franco sugere ao *Congresso Regional Algarvio*, em 1915, a ideia de trabalho em rede para um objectivo concreto: a de criação de Museus Regionais, resultantes da colaboração entre os vários municípios algarvios (Franco, 1915:1). E, nesse mesmo ano, como resultado da visita de José de Figueiredo, Inspector Regional de Museus, ao Algarve, surge, em letra de lei<sup>3</sup>, a proposta de criação de um Museu Regional de Arte e Arqueologia em Faro, a instalar no antigo convento de Nossa Senhora da Assunção<sup>4</sup>.

Contudo, apesar dos esforços de descentralização, a realidade museológica regional estava centralizada na capital de Distrito, com a presença de quatro dos sete museus existentes até ao 25 de Abril de 1974 no Algarve, como comprova o roteiro realizado pelo Instituto Português do Património Cultural em 1981, cartografando cinco museus no Algarve: Museu Marítimo Ramalho Ortigão (1889) Museu Archeológico e Lapidar Infante D. Henrique, Faro (1894), Museu Antonino, Faro (1933), o Museu Municipal de Lagos (1932) e o Museu Etnográfico Regional, Faro (1962). Existiam, no entanto mais dois museus: Manuel Cabanas em Vila Real de Santo António (1974) e o Paroquial de Moncarapacho (1972).

A grande transformação na realidade museológica algarvia acontece após o 25 de Abril de 1974. Para delinear um pensamento museológico para a região, foram muito importantes as missões realizadas por Per-Uno Agren (1976 e 1979), das quais resultou um relatório da UNESCO intitulado *Museus Regionais e Locais*. Este trabalho tinha como missão responder a uma solicitação do Governo português no quadro do

.....  
<sup>1</sup> Museóloga, Diretora Regional de Cultura do Algarve, dpaulo@cultural.pt

<sup>2</sup> As colecções integraram o Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia) e nunca regressaram ao Algarve.

<sup>3</sup> Decreto 2:042 de 11 de novembro de 1915, Diário do Governo, I Série, p. 1245-1246.

<sup>4</sup> Esta ideia nunca saiu do papel. Passados 45 anos a Câmara Municipal de Faro compra este edifício e instala aí o seu Museu Municipal, onde ainda hoje permanece.

Programa de Participação à UNESCO e onde o investigador realizou uma visita ao Algarve<sup>5</sup>, identificando nessa visita: a falta de profissionais de Museus na região; uma região turística por excelência com grande potencial; a existência de apenas um museu moderno “Museu Etnográfico Regional” em Faro”. Dessa visita resultou, igualmente, uma proposta concreta no seu relatório: a criação de uma organização de museus do Algarve, na qual os recursos existentes seriam integrados e desenvolvidos (AGREN, 1979:5). Um proposta que viria a ser concretizada 28 anos depois com a criação da Rede de Museus do Algarve.

Antes de chegar ao trabalho em Rede importa, ainda, detalhar a realidade museológica regional, o poder democrático, a desertificação do interior e a acelerada transformação da vida económica e social da região motivou uma “corrida” à salvaguarda da Identidade e das memórias colectivas, sobretudo a partir da década de 90 do século XX, um pouco no sentido do que afirma Andreas Huyssen: *“Não é a ideia de conservar tradições que assinala o início do museu, mas sim de perdê-las, combinada com um desejo profundo de (re)construção”* (Huyssen, 2009:163); reconstrução essa que por vezes se inicia tarde demais e impede que estes espaços se tornem verdadeiros recursos para o desenvolvimento integrado da região.

Hoje, a base de dados do Observatório das Atividades Culturais inventaria cerca de uma centena de unidades museológicas na região – museus, núcleos museológicos, casas-museu – predominantemente com coleções etnográficas e arqueológicas, sendo a arqueologia industrial e a arte contemporânea áreas temáticas características deste novo milénio na região. Todos os 16 concelhos algarvios têm, pelo menos, uma unidade museológica; destas, 65% são tuteladas diretamente pelo poder local, o qual tem um papel decisivo na preservação e comunicação do Património Cultural regional e nacional.

Esta análise permite elencar cinco possíveis causas para a proliferação de unidades museológicas na região algarvia: o rápido desaparecimento de muitas atividades tradicionais, confirmando a afirmação de Huyssen; estarmos numa região turística em crescimento nas últimas décadas; um recurso dos poderes públicos à Memória e à Identidade como factores de (possível) desenvolvimento local; o alargamento da noção de património e o aproveitamento dos fundos comunitários, especialmente do QCAIII (Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006).

No início do novo milénio, surge um dado novo e de extrema importância para a museologia regional e para a formação da Rede de Museus do Algarve: a credenciação e integração de 4 museus na Rede Portuguesa de Museus: Museu Municipal de Portimão e Museu Municipal de Tavira (2001), Museu Municipal de Faro (2002) e Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira (2003). Estes museus vão ter um papel fundamental no pensamento museológico da região e, como Clara Camacho sintetiza: *“é desejável que estes museus possam contribuir de forma articulada e enquadrada para a qualificação dos museus de toda a região (...) a própria dimensão da região e a sua configuração propiciam o lançamento de experiências de trabalho em rede.”* (CAMACHO: 2006, 25)

É neste quadro referencial – 4 museus credenciados pela RPM; uma realidade museológica ainda em crescimento; um forte papel das autarquias; uma ausência de articulação regional – que vai germinar a Rede de Museus do Algarve.

.....

<sup>5</sup> Em Faro visitou o “Museu Arqueológico” (actual Museu Municipal de Faro) que estava em fase de instalação no antigo convento de Nossa Senhora da Assunção (onde ainda permanece); o Museu Etnográfico Regional de tutela distrital e o Museu Marítimo, de tutela estatal. Em Lagos visitou o “Museu Regional de Lagos”, de tutela municipal, com as suas ricas coleções. Fala ainda de Tavira que não tem museu mas onde a autarquia tinha a intenção de criar um numa antiga escola, sobretudo com coleções de Arte Sacra.

## A formação da Rede de Museus do Algarve

(...)A sua situação geographica, e a excellencia e fertilidade do seu clima e solo, teem-lhe de todos os tempos attrahido uma variedade tal de povoadores, um tão complexo e variado cosmopolitismo de civilização e de dominios, que essa região vale como museu e como archivo o preço do maior thesouro(...) (CHAGAS, 1897)

A constituição de uma rede regional é uma questão recorrente na museologia algarvia desde a década de 90 do século XX. Essa constituição pretendia a transformação de um estado de isolamento e gueto dos museus algarvios para um patamar de diálogo e de partilha. Este facto era sentido pelos profissionais de museus, como demonstra José Gameiro quando identifica a “*inexistência de laços institucionais entre tutelas e órgãos de desconcentração e descentralização da região; falta de estruturas museológicas intermédias e coordenadoras de planeamento para os Museus do Algarve.*” (Gameiro, 1998:100), essa realidade foi, em certa medida, colmatada com a criação da Rede Portuguesa de Museus em 2001, que iniciou um trabalho de coordenação e do perspectivar das redes regionais que suprissem estas carências.

Ao percorremos lenta e timidamente este caminho, fomos assistindo a diversos acontecimentos fundamentais para a construção de uma plataforma comum dos museus da região.

Destacamos os cinco acontecimentos mais significativos para a concretização da Rede de Museus do Algarve:

1. A realização, em 1997<sup>6</sup>, do Encontro de “Museologia e Autarquias” em Portimão, onde, no documento síntese, se propõe a criação de programas inter-museus e de criação de Centros Regionais de recursos museológicos e a criação da Associação dos Museus Municipais com o apoio da Associação Portuguesa de Museologia.<sup>7</sup> (AA.VV, 1997: 2)
2. A assinatura de protocolos entre os museus de Faro e Portimão e o Instituto Português de Museus, no ano de 1998, permitindo o início da partilha técnica e de boas práticas.
3. A criação da Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus em 2000 e a integração dos Museus de Portimão (2001), Tavira (2001), Faro (2002) e Albufeira (2003) nessa rede.
4. A criação da MUSEAL<sup>8</sup>, revista de museologia do Museu Municipal de Faro, em 2006. Com uma vocação regional, definiu como um dos seus objectivos “*contribuir para a concretização de uma rede regional de museus*”<sup>9</sup>.
5. A realização de um workshop intitulado “*Que redes para o Algarve?*”, uma iniciativa do Museu Municipal de Faro e da Rede Portuguesa de Museus, que teve lugar em Faro, em novembro de 2006.

<sup>6</sup> Onde foi discutida a Rede Portuguesa de Museus, na sequência da Lei Orgânica do Instituto Português de Museus, n.º 161/97, de 26 de junho.

<sup>7</sup> Esta ideia não foi desenvolvida mas foi criada, a 7 de Dezembro de 2000, no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a “Secção de Municípios com Museu”. Esta secção está hoje sem função e desativada. Era importante, pela especificidade dos museus municipais, voltar a ativá-la.

<sup>8</sup> “A missão da MUSEAL consiste em divulgar reflexões e práticas na área da Museologia, com o intuito de contribuir para a criação de competências e para o incentivo à troca de informação entre os profissionais ligados a museus”. E a “vocação da revista é de âmbito regional, não desvalorizando, contudo, o contributo e a reflexão sobre experiências nacionais e transfronteiriças. Os temas a abordar incidirão sobre problemáticas e assuntos da atualidade museológica, com vista à criação de um espaço de opinião, de debate e de cruzamento de ideias.” (PAULO, 2006)

<sup>9</sup> Pelo que o primeiro número foi dedicado à *Realidade museológica algarvia, perspectivas para o século XXI*, onde se destacam para esta temática dois artigos um da autoria de Clara Camacho “A realidade museológica do Algarve e a Rede de Museus do Algarve” e outro de Isabel Soares “Que redes para o Algarve? Reflexão crítica”.

Depois do workshop, em janeiro de 2007, responsáveis técnicos de diversos Museus do Algarve, pertencentes a diferentes tutelas (autárquica, militar e de solidariedade social), reuniram-se para refletir, de modo informal mas regular, sobre a realidade museológica da região, com vista à criação de um espaço de partilha e articulação entre si. A primeira tarefa que realizaram foi o diagnóstico de levantamento das principais dificuldades sentidas pelos profissionais e que resultaram na identificação de quatro áreas problemáticas, as quais urgia discutir, aprofundar e dar resposta:

1. Diversidade de modelos de gestão e organização política e administrativa das tutelas dos Museus.
2. Reduzida experiência de relação intermunicipal e institucional, relativamente ao planeamento das políticas e atividades dos Museus do Algarve.
3. Ausência de centro de apoio museológico para programação em rede, produção de conteúdos, organização de exposições.
4. Falta de estruturas museológicas coordenadoras de formação e intercâmbio profissional, entre os Museus do Algarve. (Cf. PAULO & GAMEIRO: 2009)

Com essa cartografia realizada, equacionaram-se três hipóteses para a futura estruturação deste trabalho em rede: 1. Grupo informal de ação e reflexão museológica; 2. Protocolo entre museus ou 3. Associação de Profissionais de Museus. Foi neste momento que o trabalho interno, que se tinha vindo a realizar até ao momento, se tornou público e o grupo reuniu com seis entidades<sup>10</sup> com competências na definição de políticas regionais, para auscultar as suas sensibilidades sobre a nossa forma de organização. Momento decisivo para a escolha da nossa organização futura, foi o consenso e a unanimidade das entidades na indicação de que a melhor hipótese seria a de um modelo horizontal e inclusivo, complementar ao trabalho realizado a nível nacional pela Rede Portuguesa de Museus. Desta forma seria constituída a Rede de Museus do Algarve, como grupo informal de ação e reflexão museológica. Esta constituição estava balizada, por um lado nas necessidades do grupo, por outro, no que conceptualmente era preconizado e defendido pelo Grupo de Trabalho. Assim, queríamos uma organização de geometria variável que entroncasse no que Kelly e Mulgan definiam para rede: “a única organização capaz de crescimento sem preconceitos e aprendizagem sem guias” e “as redes são criadas para melhorar a comunicação” (Castells, 2007: 87 e 88). Para a Rede de Museus do Algarve estas duas questões nortearam o nosso trabalho: uma estrutura que pudesse crescer a cada momento e uma estrutura que nos ajudasse a comunicar melhor, entre nós (profissionais e museus) e com os outros (público e instituições).

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho continuou o seu caminho e delineou as linhas que iriam orientar a atuação da Rede de Museus do Algarve, a saber:

- A intervenção e a realização de “boas práticas” museológicas;
- Desenvolver massa crítica de apoio a projetos inter-museus;
- Intervir no aconselhamento, formação e definição das políticas museológicas no Algarve;
- Recorrer a estruturas de comunicação e organização sem grande grau de complexidade;
- Fomentar novos enquadramentos e paradigmas do papel social e formativo dos museus em redes horizontais e atividades em parceria de geometria variável.

Para além disso foi elaborada uma “*Carta de Princípios*” que tinha que ser aceite pelas tutelas, de forma livre e voluntária para fazer a adesão, através de um “*Termo de Aceitação*” que compromete e marca o início

.....  
<sup>10</sup> Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Universidade do Algarve, Direção Regional de Cultura do Algarve, Área Metropolitana do Algarve, Entidade Regional de Turismo do Algarve e Rede Portuguesa de Museus.

da entrada dos Museus na Rede de Museus do Algarve; nesse termo as tutelas designam um técnico responsável para representar a tutela na Rede.

A “*Carta de Princípios*” define a missão e os princípios orientadores da Rede. A RMA tem por missão “*articular, cooperar e partilhar responsabilidades e recursos, entre os Museus do Algarve, visando o desenvolvimento integrado da ação museológica e patrimonial da região, reforçando as opções da sua oferta cultural*”.

Os signatários aderentes da RMA, comprometem-se a aceitar e cumprir os seus 6 princípios orientadores: liberdade de adesão; cooperação em rede; serviço público e ética profissional; informação e comunicação; formação e inovação e programação museológica. (cf. AA.VV, 2009)

Podemos afirmar que a constituição da Rede de Museus do Algarve resultou deste trabalho prévio de uma década (1997-2007), onde de forma lenta se foram mudando mentalidades e se iniciou um trabalho de diálogo numa perspectiva regional.

### **A Rede de Museus do Algarve (2007-2012) – funcionamento e ações**

O “primeiro dia” para um trabalho que se queria de qualidade, deu-se a 16 de Outubro de 2007, em Albufeira, quando foi “formalmente” constituída a Rede de Museus do Algarve (RMA) por 10 entidades: Museu Municipal de Faro, Museu de Portimão, Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, Museu Municipal de Tavira, Museu Marítimo Ramalho Ortigão (Faro), Museu do Traje de São Brás de Alportel, Museu Municipal de Loulé, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Museu Dr. José Formosinho de Lagos e Câmara Municipal de Lagoa<sup>11</sup>.

Iremos, em primeiro lugar, abordar a questão da organização interna da RMA. Como estrutura informal foi definido que haveria um Grupo Coordenador, composto por cinco museus, e que seria escolhido anualmente por votação entre todos os museus integrantes da Rede. Este Grupo é responsável pela organização das reuniões<sup>12</sup> gerais, pelo cumprimento da Carta de Princípios, pela elaboração do Plano de Atividades e pelo contacto com as entidades externas. De modo a potenciar o trabalho foram definidas três eixos de atuação: 1. Informação; 2. Formação e 3. Parcerias.

O eixo da Informação visa dois objetivos específicos: a) dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela RMA ao exterior; b) servir de veículo de divulgação entre os seus membros. Contudo, esta foi a última área a conseguir ter um impacto no trabalho em rede, apesar de ter sido criado um boletim electrónico “*Notícias em Rede*”, de periodicidade trimestral, que tinha como objectivo informar e divulgar as atividades da RMA e dos museus integrantes; este boletim apenas teve uma edição de quatro números<sup>13</sup>. No ano transato, foi criado um blog<sup>14</sup> que divulga as atividades da RMA e onde se pode consultar a sua história, ações realizadas e em curso, bem como compulсар os membros da rede e uma breve descrição de cada um deles.

.....

<sup>11</sup> Com uma perspectiva de inclusão e de qualificação da museologia regional e dos seus profissionais, a Rede começou a desenvolver contactos de apresentação do trabalho que estava a desenvolver, resultando na aceitação de novos membros: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António – Núcleo Museológico; Câmara Municipal de Castro Marim – Núcleo Museológico do Castelo; Câmara Municipal de Alcoutim – Rede Museológica Municipal; Câmara Municipal de Aljezur – Museu da Terra e do Mar da Carrapateira; Câmara Municipal de Olhão – Museu da Cidade e Câmara Municipal de Vila do Bispo. Actualmente são 16 membros, sendo que dois deles estão praticamente inativos e ausentes: Aljezur e Lagoa.

<sup>12</sup> Inicialmente, entre 2007 e 2011, eram mensais e este ano de 2012 passaram a trimestrais.

<sup>13</sup> agosto de 2008 e janeiro de 2010.

<sup>14</sup> <http://museusdoalgarve.wordpress.com/>

No eixo da Formação o primeiro trabalho realizado foi um diagnóstico junto dos museus para identificar quais as necessidades e carências formativas e, simultaneamente, para verificar junto das equipas técnicas dos museus quais os recursos humanos disponíveis que pudessem vir a assegurar internamente a qualificação dos profissionais. Desde 2008 foram realizadas mais de uma dezena<sup>15</sup> de ações de formação, algumas das quais em parceria com a Direção Regional de Cultura do Algarve ou com a Rede Portuguesa de Museus. Ainda dentro deste eixo foi concebida outra linha de formação que visou, acima de tudo, o intercâmbio e a troca de experiências entre os profissionais de museus, designada “*Os Técnicos dos Museus Encontram-se*”, ali são abordadas várias temáticas que vão desde o Acolhimento e Receção, passando pelos Serviços Educativos e pelo Inventário. Podemos afirmar que é um eixo com uma participação muito ativa de todos os membros da Rede e que tem feito a diferença na qualificação dos profissionais dos museus, permitindo igualmente discutir questões regionais.

O terceiro eixo – Parcerias – é aquele que mais visibilidade tem dado aos museus membros da RMA, na medida em que tem permitido realizar ações que ganham escala regional ao incluir muitos dos museus parceiros. O primeiro projeto realizado neste eixo desenvolveu-se na área da Educação, intitulado “*Caixa-Viagem pelas Histórias do Algarve*”, contou com a participação dos 10 membros da Rede tendo sido objeto de uma candidatura ao Programa de Apoio à Qualificação de Museus da Rede Portuguesa de Museus em 2008, liderada pelos 4 museus pertencentes à rede nacional. Este projeto foi concluído com sucesso, apetrechando os serviços educativos dos museus de mais uma ferramenta para contar as “histórias” sobre o Algarve. No mesmo ano, os 4 museus algarvios da RPM – Faro, Portimão, Tavira e Albufeira – candidataram a edição de um guia bilingue intitulado “*4 museus 4 edifícios com história*”, o qual está previsto ser editado ainda este ano.

No entanto a iniciativa charneira e emblemática das parcerias estabelecidas foi a concretização da exposição “Algarve do Reino à Região”. Realizada entre 2010 e 2011, a exposição podia ser vista em 13<sup>16</sup> espaços diferentes e abordava a história de mil anos da região, desde a conquista árabe do século VIII até ao século XXI. É de realçar que cada unidade museológica abordou um tema e de entre as treze exposições, três delas decorreram no espaço público – Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim.

Importa determo-nos um pouco sobre a metodologia utilizada para a realização desta exposição. O tema geral da exposição foi selecionado pelos membros da RMA, sendo de seguida elencados vários sub-temas a tratar e cada membro, de acordo com a sua missão, a sua vocação e o seu plano de atividades, escolheu qual o sub-tema que iria tratar. A investigação desses sub-temas, a escolha dos espaços, a museografia e as datas foram escolhas individuais de cada equipa, de acordo com os recursos disponíveis. Tratando-se de uma mesma exposição, a comunicação foi tratada em conjunto, tendo sido concebida uma campanha promocional

.....

<sup>15</sup> A saber: elaboração de réplicas de objetos arqueológicos; prevenção, condução e manutenção em museus, monumentos e sítios; encadernação de documentos antigos; ilustração arqueológica e museográfica / desenho de peças; elaboração de réplicas de objetos arqueológicos; preservação de fotografia – do digital ao analógico; Património Cultural Imaterial (PCI) em museus; familiarização com ambiente “wordpress”; design de comunicação de espaços expositivos em museus; registo, recolha, tratamento e incorporação em museu de espólios arqueológicos; seminário sobre Código de Ética do ICOM; técnicas de registo audiovisual em PCI; realização, montagem e pós-produção; tratamento de dados e organização de fundos documentais; II Encontro – Organização e Gestão de arquivos de PCI; III Encontro – Conservação e Difusão de Registos PCI (textuais, gráficos, sonoros, filmográficos); inventário do património imaterial em contexto museológico: princípios, metodologias e boas práticas; acessibilidade em museus para invisuais (2012); inventário participado de Património Cultural Imaterial (2012).

<sup>16</sup> Rede Museológica de Alcoutim; Núcleo Museológico de Castro Marim; Núcleo Museológica de Vila Real de Santo António; Museu Municipal de Tavira; Museu Municipal de Olhão; Museu Municipal de Faro; Museu Marítimo Ramalho Ortigão, Faro; Museu do Trajo de São Brás de Alportel; Museu Municipal de Loulé; Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira; Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Museu de Portimão e Museu Municipal José Formosinho de Lagos.

comum com *outdoors*, folhetos, brochuras e outros materiais de comunicação. O conceito foi desenvolvido para que em cada um dos 13 espaços o visitante encontrasse informação das restantes exposições.

Tratando-se de uma experiência pioneira no território, a Direção Regional de Cultura do Algarve promoveu, em dezembro de 2010, uma visita técnica às exposições<sup>17</sup>, a qual teve como objetivos: a) dialogar com as equipas técnicas que prepararam as exposições; b) compreender e diagnosticar os pontos fortes e fracos desta experiência e, c) ajudar a fazer o balanço desta experiência em termos de comunicação. Dessa visita resultaram ações de formação específicas na área da comunicação e foram enunciados e debatidos os pontos fortes e fracos desta iniciativa. Dos pontos fortes destaca-se o aprofundamento do trabalho em rede; a criação de conhecimento para a região, com a investigação que esteve na origem das exposições e a publicação dos catálogos; o aumento do número de visitantes e a curiosidade dos mesmos. No que concerne aos pontos fracos destaca-se a ausência de capacidade de envolvimento da Entidade Regional de Turismo do Algarve como parceiro na divulgação e uma deficitária comunicação entre exposições. Porém, o balanço final é claramente positivo o que levou a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) a atribuir-lhe o Prémio Inovação e Criatividade 2011.

Desde o ano de 2011 que a RMA está a desenvolver um novo projeto de parceria, nomeadamente a concretização de mais uma exposição, agora dedicada aos “Pioneiros do Conhecimento Científico do Algarve”, com destaque para algumas figuras que marcaram a região pelo conhecimento que produziram, designadamente: Estácio da Veiga, José Formosinho, Estanco Louro ou Ataíde de Oliveira.

Na sequência de uma necessidade dos seus membros de reflectir e discutir assuntos concretos, foi, desde o final de 2010 mas com forte incidência nos inícios de 2012, criada uma nova forma de organização interna de trabalho denominada Grupos Temáticos. O primeiro a ser criado foi o de Património Cultural Imaterial cujo trabalho passou pela realização de fóruns de debate, fórum virtual<sup>18</sup>, elaboração e aplicação de questionários aos membros da RMA sobre o trabalho em curso nesta área e os recursos e ações de formação sobre esta temática.<sup>19</sup>

Em 2011 foi constituído o grupo de Arqueologia<sup>20</sup> que começou por tratar a questão das reservas dos espólios arqueológicos, realizando uma ação de formação sobre essa matéria; participou em vários encontros regionais e nacionais e elaborou um questionário para fazer o diagnóstico das reservas de arqueologia a nível regional.

Já este ano, foi criado o grupo de Conservação e Restauro ainda em fase de instalação e do delinear de caminhos de atuação conjuntos.

Estes grupos funcionam com um elemento coordenador/facilitador de um dos museus que pertence ao Grupo de Coordenação e que faz a articulação com este último grupo.

Fazendo um balanço destes (quase) cinco anos de trabalho em Rede, podemos continuar a afirmar, como o fizemos em 2009, que *“a experiência tem sido bastante positiva e gratificante, quer pela troca de experiências, quer pelo concretizar de projetos que fortalecem e qualificam a realidade museológica regional e, sobretudo, pelo carácter motivador, que uma construção feita de forma criativa e colectiva, seguramente representa para a comunidade dos Museus do Algarve, dos seus profissionais, populações e públicos”*. (PAULO & GAMEIRO, 2009: 9)

.....  
<sup>17</sup> Participaram: Isabel Victor e Clara Mineiro pelo IMC, Margarida Alçada pelo Turismo de Portugal, Dália Paulo e Rui Parreira pela DRCA Algarve e Filipe Trigo como especialista na área da comunicação.

<sup>18</sup> <http://www.voy.com/224680/>

<sup>19</sup> Vide nota de rodapé n.º 10. A temática com mais ações de formação ao longo deste anos foi o Património Cultural Imaterial.

<sup>20</sup> Que inclui um arqueólogo da Direção Regional de Cultura do Algarve e um arqueólogo da extensão de arqueologia do IGESPAR.



## Desafios para o futuro...

Realizada uma síntese sobre como nasceu, como se concretizou e como funciona a Rede de Museus do Algarve<sup>21</sup>, vamos centrar-nos no impacto externo e interno da Rede e perspectivar novos caminhos a trilhar, indo ao encontro da afirmação de Castells: “*instrumentos apropriados para uma cultura de desconstrução e reconstrução*” (CASTELLS, 2007: 607); a Rede de Museus do Algarve tem, a cada momento, e, sobretudo, anualmente – quando se faz o balanço e a auto-avaliação do ano transato – vindo a reconstruir-se e a reorganizar-se.

Do ponto de vista das equipas dos museus podemos sintetizar da seguinte forma o impacto do trabalho em rede: a) formação realizada e adequada às necessidades diagnosticadas; b) diálogo entre os profissionais que era quase inexistente; c) partilha de informação e de saberes e d) construção de pensamento e conhecimento sobre a prática profissional.

O impacto externo foi bastante positivo, sobretudo, *inter pares* com: a) a participação em vários encontros nacionais e internacionais a apresentar a experiência da constituição da RMA; b) o reconhecimento pela Rede Portuguesa de Museus da Rede de Museus do Algarve como parceira para a realização de ações regionais e c) o reconhecimento pela Associação Portuguesa de Museus com a atribuição do Prémio Inovação e Criatividade 2011.

O impacto externo, a nível regional, nas instituições e nos públicos é positivo mas é aquele que atingiu um menor grau de concretização, ou seja, as instituições reconhecem a Rede de Museus do Algarve como parceiro importante no desenvolvimento regional mas esse reconhecimento não se concretiza no apoio a iniciativas realizadas e que podiam ter maior impacto regional se as parcerias se efectivassem, a saber: a exposição “*Algarve do Reino à Região*” não conseguiu apoio da Entidade Regional de Turismo, o que lhe teria dado um maior impacto e projeção regional, nacional e internacional.

Junto dos públicos o trabalho da Rede desperta atenção mas falta muito caminho a fazer nesta área, nomeadamente através de benefícios, cartões-de-visita conjuntos, ações de promoção, maior divulgação da Rede, entre outros.

Para concluir, pode afirmar-se que este trabalho em rede transformou a prática museológica, sintetizada aqui em quatro aspectos:

1. Aumentou a comunicação entre os profissionais de museus e a forma de comunicação entre os museus, tornando-se mais informal e criativa;
2. Promoveu o aparecimento de projetos comuns entre museus, sem obrigatoriedade e com geometria variável;
3. Promoveu a discussão sobre a realidade museológica regional, envolvendo políticos, decisores e técnicos;
4. Aumentou a visibilidade regional dos museus junto dos públicos.

Analisado, mesmo que de forma sumária, o caminho percorrido ao longo dos cinco anos importa perspectivar o futuro da rede, repensá-lo e adequá-lo a estes novos tempos. Tempos de crise que são um desafio e, simultaneamente, uma oportunidade de aprofundar o trabalho em rede. E porque, citando Marx, *tudo o que é sólido se desmancha no ar* é preciso continuar e aprofundar, a cada dia, este trabalho em rede e ir construindo novos caminhos e novas redes.

.....  
<sup>21</sup> Existe uma dissertação de Mestrado a aguardar defesa na Universidade de Évora de Isabel Soares com o título “*A Rede de Museus do Algarve: funcionamento e potencialidades*” que faz uma análise muito rigorosa e que permite perceber quais foram as expectativas dos museus para integrar a rede; o que esperam da rede; como participam e qual a análise que as entidades exteriores fazem do trabalho desenvolvido pela rede nestes quatro anos.

Concomitantemente, aprofundar o trabalho em rede significa, a cada momento, ir avaliando e redirecionando o caminho de acordo com as necessidades dos seus membros. Neste momento, preconiza-se como possíveis linhas orientadoras de reflexão e ação museológica da Rede de Museus do Algarve: desenvolver uma linha editorial que permita a publicação de artigos técnicos e de divulgação; afirmar o papel social dos museus contribuindo para o pensamento sobre a região; potenciar as unidades museológicas da rede estreitando os laços com o turismo; aprofundar o trabalho em rede e potenciar recursos que sejam comuns à rede.

Nesse sentido, os caminhos, a um nível mais concreto, poderão passar por discutir e repensar os princípios orientadores e o modo de funcionamento, permitindo uma geometria cada vez mais variável dos projetos; apresentar publicamente os resultados anuais da rede, dando-lhe maior visibilidade; realizar ações de promoção conjuntas dos membros da rede para permitir um maior fluxo de visitantes entre os espaços museológicos; e, finalmente, a Rede de Museus do Algarve tornar-se um verdadeiro parceiro na definição das estratégias regionais para a museologia, bem como possibilitar e aprofundar o apoio técnico aos museus da região.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que de um tecido museológico caracterizado, sobretudo, pela ausência de diálogo e pelo aparecimento de projetos isolados – quer dos outros museus quer das pessoas – passou-se para a construção de cruzamentos e de comunicação, tendo sido necessário derrubar *fronteiras interiores* ao longo de dez anos de trabalho. Este processo foi o resultado do reforço da profissionalização das equipas e consequentemente da necessidade de partilha, de criar sinergias, de ganhar escala e de incluir os museus como parceiros no desenvolvimento regional.

## Bibliografia

- AA.VV. (1997), *Conclusões do 8.º Encontro de Museologia e Autarquias*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão (policopiado).
- AA.VV. (2008), “Rede de Museus do Algarve – Carta de princípios”, *MUSEAL*, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, n.º 1, Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 172-175.
- AGREN, Per-Uno (1979), *Portugal les musées régionaux et locaux*, Relatório n.º 2, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura (policopiado).
- CAMACHO, Clara (2006), “O panorama museológico do Algarve e a Rede de Museus do Algarve”, *MUSEAL*, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, Faro: Câmara Municipal de Faro, n.º 1, p. 08-25.
- CASTELLS, Manuel (2007), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, A Sociedade em Rede*, Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (1.ª edição 1996).
- GAMEIRO, José (1998), *Património e Museologia, Da realidade global à perspectiva regional*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve (policopiado).
- FRANCO, Mário Lyster (1915), “Congresso regional algarvio”, *O Herald*, Semanário Republicano Democrático, 31 de outubro de 1915, ano IV, n.º 2 (301), p. 1.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia e CAMPAGNOLO, Henri (2002), “O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades, museológicas portuguesas”. *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Rede Portuguesa de Museus, p.25-39.
- PAULO, Dália e GAMEIRO, José (2009), “Rede de Museus do Algarve”, *Museus em Rede*, Boletim da Rede Portuguesa de Museus, n.º 31, março de 2009, Lisboa: Instituto de Museus e da Conservação, Rede Portuguesa de Museus, p. 7-9.
- PAULO, Dália (2009, no prelo), *Do gueto à partilha nos museus do Algarve*, realizado no âmbito do Doutoramento em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 33p.
- SOARES, Isabel (2006) “Que Redes para o Algarve?” *Reflexão Crítica*, *MUSEAL*, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, n.º 1, Faro: Câmara Municipal de Faro, p. 26-35.



# Museus de Famalicão – justificar-se-à a criação de uma rede?

por Artur Sá da Costa\*

Uma das imagens mais poderosas e inovadoras, que o município de Vila Nova de Famalicão projecta no país, no início deste milénio, é a de que possui uma rede e a atractividade de equipamentos culturais (incomum, múltipla, activa), onde sobressai a Casa das Artes, com a força mediática da sua programação e um painel multicolor de um conjunto de museus, diversificados, com qualidade, singularidade e dinamismo, que se destacam no panorama museológico regional e se individualizam a nível nacional. Falamos da Casa das Artes, como da Biblioteca municipal Camilo Castelo Branco e da Rede de leitura pública municipal, com sete polos nas freguesias, do Arquivo Municipal Alberto Sampaio, centro e elo dinamizador de uma rede municipal de arquivos públicos e privados, com destaque para o arquivo da paróquia de V.N. de Famalicão e, sobretudo de mais de uma dezena de museus consolidados (4 municipais e 7 privados: Casa – museu de Camilo, museu Bernardino Machado, museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave (MIT), Casa Soledade Malvar e os privados, museu da Fundação Cupertino Miranda, museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves, Caminhos de Ferro de Lousado – núcleo ferroviário de Lousado, museu de Arte Sacra da paróquia de V.N. de Famalicão, museu da Guerra Colonial, museu da Igreja de Antas, museu Cívico e Cultural de Mouquim) (gráficos nºs 1 e 2). Outros encontram-se em fase de instalação, (Centro de Estudos de Surrealismo, Casa do Território/ núcleo de arqueologia, Sítios Arqueológicos (Estação Romana de Perrelos em Delães e o Balneário castrejo no Monte das Eiras), museu do Automóvel, Núcleo ferroviário de Nine e N<sup>a</sup> Senhora do Carmo em Lemenhe (gráficos nºs 3 e 4). Três daqueles integram a Rede Portuguesa de Museus (Casa de Camilo, museu Bernardino Machado, Fundação Cupertino de Miranda). Outros apresentaram candidatura (caso do MIT), ou pensam fazê-lo: Caminhos-de-Ferro de Lousado/ núcleo de Nine e o museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves. É inegável, para referir só os museus, que estamos perante uma rede diversificada e singular, que a torna um elemento identificador do município de V. N. de Famalicão e fazem dela uma marca inovadora e distintiva da região do Minho e do Norte de Portugal. Com ela cria-se um novo produto e um destino turístico, que lhe abrem as portas ao mundo. Uma Rede que une as raízes multisseculares e os traços marcantes do percurso histórico do município, com as realizações colectivas contemporâneas; uma rede que faz a síntese entre a preservação e defesa da herança patrimonial (material e imaterial), e as suas múltiplas potencialidades criativas e capacidades para o desenvolvimento sustentado e integrado comunitário; uma Rede que dá nome ao rosto à terra e às gentes donde emerge, servindo de instrumento educativo e pedagógico para uma cidadania activa e transformadora. Em suma: uma Rede museal que liga o passado com o presente e faz ponte (que se cruzam de forma dinâmica nos dois sentidos) entre o local e o universal. Porém, uma rede diferenciada na relevância das suas colecções, na qualidade das instalações, nos serviços que presta e na programação que oferece. É esta natureza plurifacetada, que projecta múltiplos sentidos e permite olhares poliédricos da história, do território, da sociedade e da cultura local e regional, que lhe dá força e relevância, emprestando-lhe simultaneamente, fragilidades (compreensíveis), até porque se trata de uma Rede jovem e em construção. Deve, no entanto, reconhecer-se que algumas destas unidades museológicas estão em vias de vencer certas vicissitudes que vão permitir-lhes reabrir em breve as portas ao público (Arte Sacra da Capela da Lapa), mudar a exposição permanente para novas e amplas instalações (Guerra Colonial), ou organizar a colecção, construindo uma

\* Coordenador da Rede Museológica Municipal, V. N. de Famalicão.

narrativa coerente em instalações mais amplas e adequadas, como acontece com o museu Cívico e Cultural de Mouquim. Por sua vez, o Clube do Automóvel encontrou, finalmente, espaço (4 500 m<sup>2</sup>) para organizar e expor a colecção dos seus associados. Falta acrescentar que o núcleo ferroviário de Nine tem assegurado financiamento, no âmbito de um programa comunitário<sup>1</sup>, que junta 210 cidades portuguesas com património ferroviário, tendo em vista restaurar e requalificar alguns edifícios antigos daquela estação e musealizar a sua preciosa colecção, onde se encontra a mais antiga locomotiva a vapor da CP (o 2049 de 1856/57); a Casa do Território tem o projecto de arquitectura e o programa museológico aprovados no contexto do projecto ambiental e urbanístico do Parque da Quinta da Devesa; em perspectiva de financiamento encontra-se o Centro de Estudos/Museu de Surrealismo. Mais perto de concretizar está o projeto do museu da Confraria de N<sup>a</sup> Senhora do Carmo. Ou seja, estamos perante uma Rede em construção, que se requalifica e amplia.

Diga-se que esta é uma realidade recente, que estilhaça e ultrapassa o lugar – comum do pensamento dominante, até ao final dos anos 80 do século XX, que associava, por ventura legitimamente, o concelho de Famalicão à Casa de Camilo e à Fundação Cupertino de Miranda. Ora, há muito que este *deficit* crónico de equipamentos culturais foi, entre nós, vencido, donde emergiu um forte movimento cultural, que ajudou em muito a mudar o paradigma de uma cidade amorfa, sem actividade cultural e artística e de um concelho “sem história” e “pobre em património cultural”. Uma situação que castrava o poder criativo da população, retirando-lhe o direito de acesso à cultura e ao lazer. Tudo aconteceu no início dos anos 80 do século passado, graças à aposta da Câmara Municipal num projecto cultural sustentado, e em virtude da energia criadora do empreendedorismo social e do associativismo local. Resolveu-se o problema crónico e a penúria de equipamentos culturais ( “os setores – chave”, de que fala José Mattoso ), que 150 anos de autonomia municipal não anularam. Em menos de duas décadas, nasceram 9 (nove) museus, sendo 3 municipais, 3 de instituições religiosas e outros tantos de base associativas. (gráficos n<sup>os</sup> 5; 6;7;8) Em suma: aconteceu, entre nós, na viragem do século, o triunfo da instituição museológica.

Diga-se que, se foi necessário esperar pelo final do século para se materializar algumas das aspirações e anseios das sucessivas gerações nascidas no pós – guerra. (Artur Sá da Costa, *Cultura e Poder Local, in Equipamentos Culturais, Prioridade de Uma Geração, 2001, pp. 11-20*), certos sectores famalicenses vivem ainda embalados na melopeia conservadora que amarra Famalicão a uma visão passadista, evidenciando notórias incapacidades em absorver as mudanças operadas nos últimos tempos. Revêem-se nos monumentos medievais da arquitectura românica, para logo de seguida lamuriarem-se na terra sem pergaminhos! E ficam sem perceber que eles próprios foram testemunhas dessa transformação e, participantes da construção da modernidade e da nova identidade municipal, que recusam assumir. Vangloriam o potencial arqueológico (romanização: cultura castreja), ignorando os estudos realizados e os conhecimentos adquiridos, recusando-se a participar na sua valorização e projeção internacionais. E, pasme-se! Ignoram olímpicamente os museus criados, nomeadamente, o MIT e o Bernardino Machado, citando sempre e só a Casa de Camilo e a Fundação Cupertino de Miranda.

No plano externo, os *media* replicam este discurso, evidenciando incapacidade em captarem e divulgarem esta mudança, reproduzindo nos materiais que vão editando o estereótipo tradicional. A agravar, as entidades turísticas oficiais, como a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal acentuam esta tendência, omitindo dos seus materiais de promoção o concelho de Famalicão. Esta situação, todavia, não impede a captação de visitantes para os nossos museus e para a Casa das Artes, oriundos das várias regiões do país e do estrangeiro. Esta já é uma imagem de marca da política cultural municipal,

.....  
<sup>1</sup> Programa de Cooperação Estratégica existente entre 10 cidades portuguesas com núcleos ferroviários, coordenado pela Fundação Museu Nacional Ferroviário, intitulado: «Património Ferroviário-Nacional: O Turismo científico como Produto Estratégico».

que se impõe cada vez mais, como um farol de referência e captação de públicos, com destaque, a nível de museus, para a Casa de Camilo, os Caminhos-de-ferro de Lousado, o museu Bernardino Machado, a Fundação Cupertino de Miranda e o MIT, os quais só por si captam anualmente um número de visitantes a rondar os 30.000, evidenciando uma tendência de crescimento (entre 2009 e 2010 aumentaram em cerca de 5000 o nº de visitantes nos Museus).

### **Rede Museológica, um imperativo**

Em todo o caso, pese embora este dinamismo, será difícil sustentar, que Famalicão tem uma rede museológica, no que ela pressupõe ser um corpo único e coerente, articulado e dinâmico, do universo dos museus existentes, a funcionar de forma coordenada, que tira partido das sinergias e complementaridades de uma gestão conjunta e partilhada, que sabe multiplicar as suas potencialidades, tanto a nível do trabalho intermuseológico, cooperando e convergindo em iniciativas conjuntas, multiplicando as suas capacidades educativas e sociais, como no plano da promoção externa, explorando a mais-valia patrimonial e turístico-cultural que emerge desta interação conjunta e, desta forma dotando o município de uma alavanca de competitividade e de um factor de desenvolvimento económico e social.

Esta é, sem dúvida, a grande debilidade deste sector: a falta de uma visão de conjunto da multiplicidade e especificidade das coleções e patrimónios existentes, a que anda associada a inexistência de uma interligação e de uma falha no trabalho de cooperação e gestão partilhada entre as várias unidades museológicas concelhias, sejam municipais ou de natureza privada. A que acresce a inexplicável incapacidade de rentabilizar (sob vários pontos de vista: económico, turístico, cultural, imagem de marca, factor de competitividade, etc.) este valioso cartaz turístico. Tudo porque não se faz uma gestão em rede destes equipamentos, nem sequer existe um plano estratégico, que equacione e defina as linhas orientadoras para por em marcha aqueles objectivos, e, muito menos, um plano de comunicação e marketing, que os divulgue e inscreva este destino na oferta turística nacional e internacional.

É verdade que a gestão dos museus municipais é desde 1987 coordenada pelo Departamento de Educação e Cultura, entretanto criado, cultivando-se desde então uma prática de gestão integrada do património histórico-cultural. Esta linha de acção foi reforçada em 1997, através da criação da Divisão do Património Histórico – Cultural, a qual passou a deter a tutela dos museus e do património histórico – cultural. Porém, uma unidade de serviços que não passou do papel, permanecendo a dependência institucional daquele sector do diretor de departamento. Inviabilizou-se desta forma a ideia de concentrar e reforçar a coordenação e gestão dos museus e do património. Acresce que, como vimos a maioria dos museus do concelho tem natureza privada (gráficos nºs 7 e 8) e, conseqüentemente, autonomia programática e independência de administração e gestão, agravando as dificuldades de articulação.

É certo que o município de Vila Nova de Famalicão tem celebrado protocolos de cooperação e de gestão partilhada, com algumas daquelas unidades museológicas, como ocorreu em 2008 com o museu ferroviário de Lousado <sup>2</sup>e mais recentemente (2010) com o de Arte Sacra da paróquia de V.N. de Famalicão, integrando a Câmara Municipal mesmo a direcção de outras, como acontece no museu da Guerra Colonial e nas Fundações

.....  
<sup>2</sup> O protocolo de gestão partilhada dos núcleos museológicos de Lousado e Nine foi aprovado pela câmara municipal de V.N. de Famalicão em 7 de dezembro de 2007 e posteriormente assinado em 2007 pelo município e pela Fundação Museu Nacional Ferroviário. Houve outras tentativas para o fazer, nomeadamente no ano de 2000, com a Comissão Executiva para a Instalação do Museu Nacional Ferroviário a REFER e C.P., tendo a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão aprovado um projecto de protocolo (R. 7/2/200)

Castro Alves e Cupertino de Miranda, nestes dois últimos por inerência estatutária, e naquele por ser membro fundador da Associação <sup>3</sup> proprietária do museu.

Assim sendo dir-se-á, já existe um mecanismo de ligação institucional da Câmara Municipal com os museus (públicos e privados) instalados. Sem dúvida, em todo o caso um mecanismo insuficiente para permitir uma gestão em rede, que agregue todas as unidades, e as mobilize para uma acção concertada e conjugada. A solução vigente entregue ao Gabinete do Património, directamente dependente do director do departamento, tem que ser vista como expediente de recurso e transitório. De qualquer modo, esta solução deixa por resolver a forma de integração numa gestão conjunta os museus privados, que, como se percebe, só pode ser encontrada numa estrutura coordenadora, e com base num compromisso aceite por todos.

Ressalve-se porém, que esta incipiente situação no plano organizativo não tem inviabilizado a resolução de alguns problemas concretos em alguns museus privados, inclusive a nível das suas instalações, com apoios que a Câmara Municipal disponibilizou, e com os quais estabeleceu ao longo dos anos acordos pontuais. Com todos, sem excepção. Cedeu as instalações para o museu da Guerra Colonial; integrou a Comissão Instaladora do museu de Arte Sacra da paróquia da cidade, fornecendo apoios logísticos, técnicos e financeiros, e tem atribuído sucessivos meios financeiros às duas fundações do concelho que possuem museus. E as perspectivas futuras apontam para o reforço destas relações e destes apoios materiais e financeiros.

Entre mãos, encontram-se os casos dos museus da Guerra Colonial e do Clube do Automóvel, os quais estão em vias de resolver os problemas de instalações e, conseqüentemente de possuir um amplo espaço para as respectivas exposições permanentes e serviços educativos, através de um protocolo tripartido, tendo como parceiros a Empresa Lago Discont e o Município de Vila Nova de Famalicão. Acordado está também a cedência de terrenos – já depois da encomenda, a cargo da autarquia, do projecto de arquitectura – para o futuro museu do Surrealismo. Como está aprovada uma candidatura a fundos comunitários em parceria com a Fundação Museu Nacional Ferroviário que, entre outros aspectos, atribui financiamento para musealizar o núcleo de Nine, criando um museu ferroviário *sui generis* em Famalicão: dois núcleos (Lousado e Nine), um museu, ligados por um comboio movido a vapor.

### Coordenar é fatal

Todavia, as dificuldades e as tarefas são imensas e, pela frente espera-se muito trabalho. Mas não existe alternativa. Persistir na actual situação, é teimar no individualismo e no isolamento e, o que é bem mais grave, desistir de tirar partido das potencialidades hoje existentes. Ao cabo e ao resto é por em marcha a linha de acção recomendada pelo plano estratégico do município (2008) de “reforço da gestão em rede dos equipamentos e estruturas municipais”. No fundo, trata-se de desafiar a escala e subir de patamar, ou seja, mudar de paradigma de gestão, como alguns já vêm defendendo há anos: “Não é, dir-se-á apenas uma questão de bom senso ou de racionalidade de quem observa o todo do território e capta o conjunto das várias unidades museológicas tanto municipais como privadas descobrindo-lhes complementaridades, economias de gestão e múltiplas potencialidades sinérgicas, onde não é negligenciável a sua promoção e divulgação, quer nos circuitos turísticos, quer nos públicos escolares. Sendo este aspecto importante e relativamente pacífico, que só por si justificaria esta interligação, a ideia

.....  
<sup>3</sup> A associação museu da Guerra Colonial foi constituída por escritura pública em 19 de novembro de 2001, tendo os estatutos sido publicados em 28 de dezembro de 2001 (D. R.N.º 299, III série). São sócios coletivos, o Município de V.N. de Famalicão; a ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas; ALFACoop – Cooperativa de Ensino, CRL.

da Rede Museológica adquire outra dimensão e plenitude quando se sabe que ela própria é tributária duma concessão integrada, não apenas da unidade geográfica que representa, como dos valores e do património material e espiritual da comunidade donde emerge e que reflecte. Ou seja, na diversidade e multiplicidade dos projectos já instalados ou programados brota e consubstancia-se a ideia da unidade territorial concelhia, mas também duma identidade histórico-cultural em construção. Tudo porque as estruturas museológicas, que ao longo dos últimos anos foram concebidos e ou construídas, não foram fruto do acaso ou do arbítrio. Pelo contrário, fazem parte da história do concelho, que visando a preservação da sua memória colectiva, procura a acentuação das suas singularidades, sem esquecer a (re) construção da sua identidade". (Artur Sá da Costa, *Equipamentos Culturais, Prioridade de Uma Geração*, Museu Bernardino Machado, 2001, p.44-45; *Rede Museológica Concelhia: Fundamentos e Objectivos, Equipamentos Culturais, a aposta de uma geração*, Câmara Municipal de V.N. Famalicão, 2000).

A descoordenação verifica-se em múltiplos aspectos, patente, por exemplo, na diferenciação praticada nos horários de abertura, nos preços cobrados (ou não) nas visitas, ou nas isenções concedidas nas entradas. Uma política concertada nesta área só terá vantagens para todos. A solução poderá ser encontrada na entrada conjugada, em todos museus da rede. Desde logo, com horários uniformes, que acautelem e anulem os problemas dos visitantes resultantes do desfasamento dos dias de encerramento, os quais (a existir) devem ser coincidentes. Isto no pressuposto de que não vão estar abertos todos os dias e com entradas mais acessíveis através, por exemplo, de um cartão único (mais barato), que permita aceder a todos. Também poderão ser vendidos bilhetes por pacotes (2/3 museus), a preços reduzidos, dando o mesmo bilhete acesso a todos os Museus da Rede. Nesta linha, a criação de um cartão/visita familiar, ou de grupo, a preços reduzidos, poderá ser um estímulo para putativos visitantes e um meio de captação de novos públicos. O qual, como aqueles outros, deverá estar disponível, em cada um dos museus, que integram a rede. Em todo o caso, a política de preços a praticar merece uma reflexão prévia. Inclusive, não deve excluir-se à partida o livre acesso, porventura temporário, como forma de incentivo ao interesse em conhecer e frequentar os museus e à criação de hábitos na população e, conseqüentemente, à formação de públicos. Um ponto deve ficar desde já resolvido: a entrada gratuita aos domingos (cartão de família). Esta opção, a ser adoptada não é novidade, que tem os seus defensores e está a ser seguida em alguns concelhos e em países europeus. Mas, se for outro o caminho, a primeira decisão a tomar, será uniformizar horários e preços, e adoptar formas de preços reduzidos e mais acessíveis para visitas de grupo, ou para quem pretenda entrar em mais do que um museu, na linha do que atrás se disse. Aliás, neste ponto, vigora entre nós (nos vários museus do concelho) uma grande descoordenação (a mesma já apontada nos horários de abertura): dois museus cobram entradas (Casa de Camilo e Caminhos de Ferro de Lousado) e os restantes são de livre acesso. E os preços são diferentes! Diga-se que esta realidade não é um exclusivo nosso. Existe noutros municípios, ou seja, ao lado de uns com entrada gratuita, convivem outros de acesso pago. A questão que se coloca é determinar o critério para fazer a distinção entre uns e outros. Caso não exista, a alternativa será uniformizar preços e, acentue-se, horários de abertura ao público. Em última instância decretar, caso seja possível e recomendável o livre acesso.

Porém, a cooperação inter-museus deve incorporar outras ambições. Assim, deve avançar-se (sem prejuízo da perda de autonomia e da descaracterização da identidade de cada museu, que nunca poderá ser posta em causa), para o intercâmbio de experiências, a troca de apoios técnicos, ou ações concertadas. Por exemplo, nas áreas de formação, um museu pode organizar uma acção de formação conjunta para técnicos de vários museus ou ceder temporariamente a outro um técnico (de uma área especializada que outrem não possua). A entreajuda será sempre a solução. Mas convínhamos não existe! Veja-se o que se passa com os sites. Cada museu criou o seu, mas exclusivamente para si. Um erro e uma falta de visão. Quem divulgar, que próximo do



seu museu, existem outros, e que até têm actividades interessantes, (e quem diz museus, pode adicionar-lhe, restaurantes, espaços de convívio e lazer, e muitos outros) provoca o efeito de contágio, e valoriza o seu. Aliás este espírito de cooperação deve, desde já, conduzir a uma coordenação das actividades e iniciativas levadas a cabo por cada um dos museus. Só desta forma se previnem sobreposições, que se anulam mutuamente. Como se criam condições para que cada um divulgue as iniciativas dos outros. O conhecimento atempado da programação de cada um e de todos é o primeiro passo para se evitar aqueles contratemplos, proporcionando um espírito solidário e de entreatada. O que só reforça a necessidade de coordenação e cooperação, abrindo a possibilidade da divulgação conjunta dos programas.

### **Ações Conjuntas**

De qualquer modo, esta coordenação programática não invalida a organização concentrada de iniciativas. Pelo contrário, a promoção de ações conjuntas ou convergentes, à volta de uma data comemorativa, ou de um projecto comum, repartido por todos, é uma das formas de tirar vantagens duma economia de escala e desta forma potenciar o seu impacto e projecção.

Basta pensar nos benefícios e na redução de custos que daí advém – além da óbvia redução de custos de organização – que uma promoção conjunta proporciona multiplicando os impactos mediáticos que se obtêm. Um exemplo bem-sucedido destas ações conjuntas perdura ainda nas nossas memórias: a II Bienal de Famalicão subordinada ao tema “Em torno de Camilo”, organizada em 1997 pela Câmara de Famalicão e pela Fundação Cupertino de Miranda, desdobrando a exposição pelos dois museus, com extensões à biblioteca municipal Camilo Castelo Branco e à Casa da Cultura. É um caso exemplar a todos os níveis: uma simbiose perfeita entre a literatura, encimada pela figura maior de Camilo, e as artes plásticas, cultivadas pela Fundação Cupertino de Miranda. Nunca até então (abro exceção a Júlio Pomar) a iconografia Camiliana tinha sido tão recriada!

Outro exemplo, este mais recente, que traduz a vantagem de uma organização e promoção programática conjunta das actividades dos diferentes museus, é-nos dado pela experiência obtida, nos últimos três anos, no âmbito da realização do Dia Internacional de Museus. Recorde-se que há três anos a Casa de Camilo abriu as portas dia e noite, promovendo noite fora um concerto musical e visitas noturnas à Casa Museu, enquanto a Fundação Cupertino de Miranda, realizou visitas guiadas durante todo o dia à coleção de Surrealismo e fez descontos nas suas publicações. Muita gente esteve no auditório de Seide e grupos de jovens visitaram noite dentro a Casa-Museu, e muitos outros foram ver a exposição na Fundação Cupertino de Miranda. Tê-lo-iam feito se a rotina não fosse quebrada? A experiência replicou-se nos três anos seguintes, desta feita, já com um programa comum organizado por todos os museus, com actividades diversificadas e, por vezes, inovadoras. Todavia, não suficientemente arrojado para atrair a atenção de vastas camadas de públicos. Um programa que ambicione captar o interesse de novos públicos: os que nunca ousaram ou sequer pensaram lá entrar. Para tanto é preciso quebrar rotinas e ir ao encontro dos interesses e motivações das pessoas, despertando-lhes a curiosidade, ou, quem sabe! Descobrimo entre si interesses comuns e convergentes.

O museu Bernardino Machado fez, o ano passado, essa diferença, pela ousadia e novidade. “A noite do museu,” que organizou, levou pela primeira vez ao Palacete brasileiro, que alberga o museu, centenas de jovens, revelando aos seus olhos a beleza arquitetónica e decorativa do interior do imóvel e da exposição permanente que desconheciam. Uma noite de diversão foi suficiente para torná-los nos melhores embaixadores da promoção do museu e desta jóia arquitectónica oitocentista. Uma demonstração de que o património cultural e em particular o museu, não são uma vaca sagrada, que alguns preservam e outros tantos veneram. Os seus fins são múltiplos e destinam-se a todos os cidadãos.

No mesmo plano se movimentou o museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves ao organizar um programa heterogêneo, envolvendo outras instituições culturais do concelho, e desta forma captando o interesse de centenas de pessoas. Com a CCM/Artave (Conservatório de Música e Escola Profissional do Ave) promoveu um concerto de piano dentro do próprio museu e organizou uma visita guiada para os Amigos do Museu e sócios do Clube de Automóveis Antigos e Clássicos, terminando com um convívio no Restaurante do Museu. O programa comemorativo do Dia Internacional de museus dos últimos três anos, que juntou todos os museus do concelho, ensaiou com êxito este espírito cooperativo, abrindo perspectivas animadoras. O deste ano ampliou e diversificou as atividades, fechando com este Seminário. Eis uma iniciativa, que pode ir muito mais longe. Fazer deste aniversário (ou de outros, como, por exemplo, o “Dia do Foral”, “Dia da Cidade”, ou “Dia do Município”), o “Dia/Noite dos museus do concelho”, onde todos e cada um, ofereçam uma actividade específica, a enquadrar dentro de um plano comum, com todos a abrir as portas durante todo o dia, incluindo a noite (Dia de festa e visita, non stop) e, com entradas gratuitas, visitas guiadas e promoções de iniciativas diferentes, arrojadas e inovadoras, que cativem as famílias, os jovens e os adultos. De Famalicão e de fora. Um programa desta envergadura exige concertação prévia, o que só reforça a ideia e a necessidade de cooperação e de o mínimo de organização, o qual deve, como se disse, alargar-se a outros dias do ano.

Neste contexto, e com vista a alargar e a captar o interesse de públicos cada vez mais vastos e diversificados para os museus, assume particular relevância o programa de Educação Patrimonial “Viagens Pelo Património Cultural,” lançado em 2003/2004, pelo Departamento de Cultura e Educação. Um programa destinado aos alunos das escolas do 1º ciclo do concelho envolvendo inicialmente cinco (5) museus, estendendo-se posteriormente a sete (7). Ao fim de cinco anos, o balanço cifra-se pela visita aos nossos museus de mais de trinta mil (30 000) crianças. Esta é uma nova geração de famalicenses que transportam consigo o museu como a nova escola, onde despertaram o olhar, experimentaram e adquiriram consciência de que o mundo não se fecha nas paredes da escola. A questão em aberto é saber como podemos alargar esta experiência a outras camadas escolares e à população, nomeadamente, aos 2º e 3º ciclos e à terceira idade. No fundo tudo se conjuga em sermos capazes de transformar os museus em espaços educativos: “ Há muitas e boas razões para afirmar que, à luz de tudo o que tem vindo a comprovar-se nas últimas décadas, o museu deveria ser considerado como um parceiro imprescindível, em qualquer programa educativo, minimamente estruturado e diversificado” (*Educação e Museus: novas correntes*, José Amado Mendes.)

### Promoção conjunta/Novo Destino Turístico

Mas, as ambições da rede museológica municipal e os objectivos de um plano conjunto de cooperação inter-museológica, como se disse, têm pela frente um campo de acção, totalmente inexplorado, à sua espera. É o da promoção conjunta da rede, como um todo, uma mais-valia turístico – cultural, um destino turístico com cotação assegurada nas bolsas e nas agências de turismo. Um plano que requer, antes de mais, um trabalho prévio de coordenação inter-museológica, e que exige a elaboração de material promocional, nomeadamente, de um **roteiro de todos os museus** em várias línguas, e de **roteiros temáticos**, ou parcelares, integrados com outras dinâmicas e de sectores diferenciados, como os da Hotelaria e do Comércio, articulados com outras potencialidades, como o património histórico, o gastronómico e o das artes e dos espectáculos oferecidos no concelho. Estes roteiros têm procura, geram um valor económico, cativam públicos, e podem ser vendidos às agências de turismo e de viagem, quer nacionais, quer estrangeiras. Todavia, exigem uma atitude inovadora, uma ruptura com a mentalidade comodista e conservadora instalada. Sobretudo pressupõem que se acredite nas capacidades que Famalicão hoje tem, para competir com outras cidades circum – vizinhas, num sector que ainda é considerado privilégio e tradição de

alguns. Urge afirmar sem complexos, Famalicão pode ser, nos dias que correm, um destino turístico, ancorado, sem dúvida, nas tradições históricas, ora renovadas e transmutadas e, sobretudo nas novas capacidades de índole cultural geradas nos últimos anos, com destaque para a sua diversificada rede museológica. Esta é uma outra identidade que somos, uma ponte entre a história e a contemporaneidade, que temos o dever de dar a conhecer.

### Marca Identificadora

Porém, a cooperação intermuseológica passa também por coisas simples, que devem entrar na rotina e nos hábitos dos seus gestores. Por exemplo, a promoção, distribuição e venda em cada um dos museus dos catálogos e desdobráveis, ou dos produtos de *merchandising* dos outros parceiros. E, como vimos, pela venda das entradas (se for caso disso) dos Museus da Rede através do referido bilhete único.

Como exigirá, que se crie uma **marca identificadora da rede, de um slogan, de um logótipo**, e da criação de um **site** específico, onde se divulguem os roteiros, os itinerários de acesso, as colecções, os contactos e horários, as actividades oferecidas pelos vários museus. Assim como, as actividades artísticas e culturais, os espectáculos em cena na Casa das Artes, restaurantes e alojamentos disponíveis no concelho.

De todo o modo, este plano só tem viabilidade e capacidade afirmativa se existir uma estrutura coordenadora, que poderá ter a forma de um **Comissão coordenadora**, que integre representantes da Câmara Municipal e dos museus privados, uma **Agência Especializada**, porventura **uma Associação**,<sup>4</sup> com técnicos ligados à museologia e ao turismo, a ser criada pelo Executivo Municipal e pelos responsáveis de todos os museus do concelho e que responda perante todos eles. A estes devem juntar-se os dirigentes associativos dos empresários da Hotelaria e da Restauração e dos transportes. A A.C.I.F. (Associação Comercial e Industrial de Famalicão) terá aqui um papel relevante a desempenhar. E se conseguir, como é o objectivo deste plano, fazer de Famalicão, e em particular dos seus museus, um destino turístico, dos fluxos que escolhem o Minho e o Norte como local de férias e lazer, ter-se-á alcançado um dos melhores e mais eficazes veículos de promoção e de apoio ao comércio tradicional. Nesta linha devem ser estabelecidos contactos com a Região de Turismo do Porto e do Norte de Portugal e com todos os organismos ligados ao Turismo, tendo em vista sensibilizá-los para esta questão.

### Os primeiros passos

Ora, tudo isto está por discutir. Neste aspeto este Seminário representa um ponto de viragem, quando convoca todos para o fazer. Os primeiros passos foram dados no dia 1 de Abril de 2009, num plenário com todos os responsáveis (dirigentes e técnicos) das onze unidades museológicas existentes, ou em fase de implantação no concelho, o qual deliberou avançar com a criação da rede museológica municipal, nomeando para o efeito, um **Grupo de trabalho**, mandatando-o para elaborar um plano de acção. A comissão foi também incumbida de organizar um programa conjunto para comemorar o Dia Internacional de Museus desse ano. Este programa foi organizado e concretizado, envolvendo todos os museus da rede. Entretanto o **Grupo de trabalho** realizou dias depois a sua primeira reunião, reiterando o seu apoio à necessidade e às vantagens da criação de uma rede de museus para o concelho, concordando todos os seus membros na prioridade

.....  
<sup>4</sup> Foi esta a proposta formulada no trabalho final que apresentei em 2003, no curso de Pós – graduação em Gestão Cultural, no ESMAl: “*Museus de Famalicão/A Nova Rota do Minho*”.

de definir uma imagem gráfica, um logótipo que identifique a rede e funcione como sua marca. Entenderam ainda que se torna necessário criar um *site*, com links cruzados entre todos os museus, como entenderam imprescindível editar materiais promocionais, entre os quais um desdobrável em várias línguas (um conjunto, e um para cada museu), assim como implantar uma sinalética dos itinerários dos acessos aos museus, fora e dentro da cidade.

Porém, defendeu a Comissão, todo este pacote de medidas, sem dúvida necessárias e mesmo imprescindíveis, requerem um trabalho prévio de conhecimento em detalhe de todos e cada um dos museus existentes.

Neste sentido, o **Grupo de Trabalho** optou por realizar um **inquérito** a cada um dos museus. Nem todas as respostas foram rápidas, o que arrastou o trabalho.

Contudo, em 2010 o **Grupo de Trabalho** voltou a reunir para organizar um programa comum da rede de museus para esse ano, que se consumou. Uma vez mais, comemorou-se o Dia Internacional de Museus, com um programa de actividades amplo e diversificado, provando-se reiteradamente ser possível cooperar e potenciar os benefícios destas iniciativas conjuntas.

Todavia uma questão subsiste. Como ir mais além? Desde logo transpondo esta capacidade de cooperação episódica, embora com periodicidade anual, em trabalho conjunto permanente, enquadrando-a, porventura, em termos institucionais. Estes são os desafios que temos pela frente. Tirar partido da experiência positiva do trabalho conjunto já realizado, alargando-o a outras iniciativas e, em última instância dar-lhe um corpo institucional. O plano de ação – acentue-se – deve desdobrar-se em várias direcções atacando os diferentes problemas existentes.

Enfatize-se: este desafio obteve concordância entusiástica de todos os responsáveis pelas unidades museológicas implantadas no território municipal.

## Inquérito

Uma análise, breve e parcelar que seja do inquérito aos museus concelhios, antes de mais evidencia que existe um grande desnível entre as onze unidades museológicas que integram atualmente, ainda que informalmente, esta rede. Vai um abismo entre os museus que estão apetrechados com todos os requisitos técnicos, meios humanos, serviços, instrumentos orçamentais e aqueles que não têm a (s) coleções inventariadas e organizada (s), não possuem horário de abertura ao público, nem pessoal ao seu serviço; outros existem ainda que estão a caminho de reunir os requisitos e as condições mínimas para acolherem visitantes e desempenharem a sua missão. Em suma, aquilo que chama rede museológica é uma realidade cultural e patrimonial diversificada, que lhe confere enorme riqueza e inexploradas potencialidades. Porém, desigual e desequilibrada, que a fragiliza, a exigir esforços de requalificação e de melhoria. Mais em concreto, o retrato tirado aos 11 Museus, que se assumem como tal e que, nos últimos 3 anos, vêm participando no trabalho conjunto tendente à criação de uma Rede Museológica Municipal, permite-nos desde já concluir:

### a) Identificação/Caraterização

- A rede espalha-se um pouco por todo o território concelhio, embora com alguma concentração na cidade (4 unidades entre 11) (gráfico nº 1). Serão seis se tivermos em conta as freguesias limítrofes, o que acentua a centralidade da cidade.
- A tipologia é diversificada, cobrindo maioritariamente a área das artes (6 unidades), literatura 1, história 1, etnografia 1, arqueologia industrial 1 e os transportes 1. (gráfico nº 2) Se lhe adicionarmos os Museus

em instalação, a Arte Contemporânea, com 1 unidade e os Transportes com 2, ficam reforçados, aparecendo em grande força a Arqueologia com 3 unidades, (Casa do Território/Núcleo de Arqueologia e Sítios Arqueológicos). (gráficos n°s 3 e 4)

- A Rede está em expansão. Sete novos projetos encontram-se em fase de implantação, dos quais quatro já com projetos museológicos concluídos e financiamento assegurado.
- A designada “explosão museológica” que irrompeu em Portugal e em todo o mundo no final do século passado, também ocorreu no município de V.N. de Famalicão: 7 dos 11 Museus existentes abriram as portas ao público na década de 90 do séc. XX e na primeira deste século. (gráficos n°s 5 e 6)
- A “explosão museológica” em V.N. de Famalicão está intimamente ligada ao regime democrático e, obviamente, à autonomia do poder local, bem como à capacidade realizadora das associações/instituições locais. Basta salientar que após a revolução de 25 de Abril de 74, abriram ao público 9 dos 11 Museus existentes. (gráficos n°s 5 e 6) Anote-se que este facto evidencia o fim do paradigma centralista, que representa também a libertação da força criadora dos municípios e da sua aposta num projeto cultural democrático de defesa e valorização do património histórico/cultural. Tanto mais notório quando se constata (ver gráfico n° 6) que durante cinquenta anos (o tempo que dista entre 1922, quando a I república criou o museu Camiliano, e 1972, ano em que Cupertino de Miranda inaugura a sua Fundação e o museu de Arte) o Estado Novo não mostrou interesse nem capacidade para erguer um museu! É certo, que Pinheiro Torres e Álvaro Marques reconstruíram em 1956 a Casa Museu de Camilo. Mas permanece sempre a dúvida se o teriam feito se não tivessem a acicatá-los uma forte e aguerrida opinião pública, e a presença do génio literário de Seide e não se libertam do opróbrio de a terem deixado ao abandono e à decadência durante décadas. De resto, Álvaro Marques tinha sobre o assunto uma posição clara: “ Não é à Câmara de Famalicão que compete orientar essa reconstrução, mas ao Secretariado Nacional de Informação (...). É dele, através dos seus artistas e técnicos especializados, que deve partir a iniciativa e o plano de trabalho, como parece lógico”. (Estrela do Minho, 9 de fevereiro de 1947).
- Acrescente-se que este fenómeno cultural do final do século XX não é exclusivamente municipalista, quando visto à luz da tutela dos museus. É mesmo, no que respeita a V.N. de Famalicão, maioritariamente emergente da iniciativa privada (Fundações, Associações e Igreja Católica). (gráficos n°s 7 e 8)
- Existe uma multiplicidade de horários de abertura dos museus com desencontros nos dias de encerramento (5 encerram às 2<sup>as</sup>, 1 ao domingo, outro ao sábado e domingo). Mais grave e lamentável: 3 estão fechados! (gráfico n°10)
- As diferenças existem também na política de preços de entrada: (2 cobram bilhete e todos os outros são gratuitos). (gráfico n° 11)

## **b) Recursos Humanos**

- Os Museus empregam 32 trabalhadores, sem contabilizar o pessoal de limpeza e de segurança, os quais não estão diretamente afetados à sua gestão. Não estão também incluídos os 5 trabalhadores do gabinete de arqueologia e os 2 do gabinete do património, ambos a funcionar diretamente na dependência do vereador da cultura. Quatro museus não têm pessoal ao seu serviço. (gráfico n°12). Registe-se que 45% dos trabalhadores que prestam serviço nos museus são licenciados; 22% possuem o 12º ano, enquanto 33% têm a escolaridade obrigatória. Anote-se ainda que entre os técnicos existem alguns com mestrados e pós – graduações em documentação, museologia, conservação e restauro. (gráfico n° 13)

### **c) Visitantes**

- O número total anual de visitantes nos últimos 5 anos ronda os 30 000, com uma tendência crescente nos últimos 2 anos, tendo ultrapassado em 2010 os 35 000. (gráfico nº 14). Dois museus não possuem registos de visitantes. (Arte Sacra da paróquia de V.N. de Famalicão e o da Igreja de Antas).
- O número anual de visitantes por museu é muito variável, oscilando entre os milhares e as centenas. Cinco destacam-se dos restantes, captando 5/6 (cinco sextos) do número total. (gráficos nºs 14;15;16;17;18;19). Este ponto, essencial para qualquer análise, necessita de ser aprofundado. Em todo o caso, acrescenta-se que o inquérito identifica o público escolar como o maioritário, e que os visitantes estrangeiros são uma fracção residual (ao nível das centenas). Esclareça-se que estes números dizem respeito apenas aos visitantes dos museus, ou seja, estão excluídos os públicos que participam nas atividades dos serviços educativos. Estão também excluídos os que frequentam as do Centro de Estudos Camilianos.

### **d) Serviços disponibilizados ao público**

- Os desequilíbrios entre os museus também se observam ao nível dos serviços prestados ao público. Todos têm exposições permanentes e visitas guiadas. É uma excepção. No resto, existe uma discrepância acentuada no painel diversificado de serviços que prestam. (gráfico nºs 20 e 21) Três unidades não têm serviço educativo.
- Um ponto merece destaque, 7 Museus possuem inventário das coleções, enquanto 5 têm centros de documentação e arquivo.

### **e) Atividade orientada para os públicos**

- O levantamento das actividades para os visitantes permite-nos apurar que 8 Museus possuem guiões de visitas e 5 têm desdobráveis das exposições permanentes. Apenas 5 têm catálogos editados, tantos quantos os que já instalaram Website. Mais acentuada é a percentagem dos que editam materiais de promoção das suas actividades. Quatro editam mesmo anualmente boletim/ revista. (gráficos nºs 22 e 23)

### **f) Protocolos/parcerias**

- Por último, refira-se que a maioria dos Museus (82%) celebraram protocolos com outros museus ou instituições públicas e ou privadas. (gráficos nºs 24 e 25)<sup>5</sup>

Como nota final acrescenta-se que o inquérito estende-se a outras áreas as quais só não foram aqui referenciadas por razões de economia de tempo. Estão assinaladas nos gráficos. Além do mais, este trabalho destina-se a ser apresentado ao grupo de trabalho criado pelo plenário dos Museus da Rede Municipal. Em todo o caso, neste contexto, tem interesse referir que a generalidade dos responsáveis pelos museus aponta como um dos pontos fortes das suas unidades o valor e originalidade das suas coleções. Já os pontos fracos giram em torno das carências que cada um sofre. O curioso é observar o contraste entre estas: entre a necessidade de um piano, de uma cafetaria, a falta de uma sala para organizar uma exposição e a inexistência de um trabalhador que assegure a abertura do museu. Um mundo de diferenças e de desequilíbrios a evidenciar a necessidade de investimentos na requalificação das instalações, em serviços, no recrutamento e na formação de pessoal.

Por último, a sinalética de itinerários dos Museus é mencionada como uma das ameaças, enquanto as oportunidades situam-se na abertura ao exterior e na cooperação intermuseológica.

<sup>5</sup> Já depois da realização deste seminário – no Dia Internacional de Museus – a Câmara municipal de Famalicão assinou protocolos de gestão partilhada com os museus de Arte Sacra das paróquias de V.N. de Famalicão, de Antas e de Mouquim. Significa isto que a percentagem de protocolos assinados pelos museus privados com o município é de 100%

Uma questão prévia não pode ser iludida, a qual aponta para a necessidade de se discutir este inquérito antes de se escolherem os caminhos a percorrer. A resposta que for dada ditará o tipo de rede que queremos construir.

Fica-se com uma certeza: um dos problemas mais sérios que temos pela frente é requalificar e apetrechar os museus que possuímos, melhorar a sua programação, promovê-los e divulgá-los. Um trabalho que tem que ser executado simultaneamente com os novos projectos que estão em carteira, dos quais quatro já em fase de execução (Museu do Automóvel; Casa do Território; Núcleo ferroviário de Nine; museu N<sup>a</sup> Senhora de Carmo).

Outra questão, que devemos apreciar, diz respeito ao sector da Arqueologia, que não foi até agora integrada neste plano, mas que tem todas as condições e requisitos para o ser. A sua exclusão terá sido mesmo um lapso. Desde logo, porque o potencial arqueológico do concelho é incomensurável. O acervo recolhido desde as primeiras escavações realizadas em 1982 é representativo do percurso multiseccular do município, rico e diversificado. Acresce, que já existem vários sítios arqueológicos escavados, que podem ser visitados, entre os quais, a Estação Arqueológica (romana) de Perrelos e o Balneário castrejo do Monte das Eiras. Aguardam musealização, mas já podem ser visitados, como já o são, até porque entraram recentemente no domínio público municipal. Ademais está em construção a Casa do Território, que consolidará este sector nos próximos anos, com a instalação em edifício próprio do Núcleo de Arqueologia. A interligação entre este centro interpretativo e aqueles sítios arqueológicos (e os que no futuro venham a ser estudados) é vital, que, aliás, a própria conceção da Casa do Território incorpora.

## Plano de acção

Tudo visto, ter-se-á que concluir: o Plano de Acção deve desdobrar-se em duas direcções: a) para dentro dos museus e voltado para o concelho; b) para o horizonte do país e do estrangeiro. E deve escalonar-se em dois tempos: I) o Plano imediato; II) o médio e longo prazo.

O plano de acção delineado no documento apresentado no Encontro de Museus de 2009 (*Por uma gestão em Rede dos museus, abril de 2009*) mantém-se válido, sem prejuízo de estar aberto a outras ideias e propostas. E sem perder de vista, que ele não anula a necessidade de se elaborar um **plano estratégico**, com horizontes mais largos e extensos, além de um **plano de comunicação e de marketing**, que resolva a grave e crónica questão da carência na promoção e na divulgação dos nossos museus e da sua programação.

### I – Plano Imediato:

- a) Institucionalização da Rede museológica municipal, através da aprovação pelos responsáveis de todos os museus do Concelho de uma **Carta de Compromisso**, onde se definam os objetivos a alcançar, os princípios e as linhas orientadoras.
- b) Manter e dinamizar o **Grupo de Trabalho** já criado, alargando-o aos sectores do Turismo e de Arqueologia, incumbindo-o de apresentar, até ao final de Setembro de 2011, um **plano de acção** onde se inclua:
  - Carta de objetivos e declaração de princípios (Carta de compromisso), que defina a base contratual/compromissória, que vincule todos os responsáveis dos museus aderentes à rede.
  - Nome/*slogan* identificador da Rede “Museus de Famalicão”.
  - Logótipo (marca estética /visual do produto/destino turístico).
  - Forma jurídica, ou simplesmente uma unidade de coordenação e gestão.
  - *Site* da rede, que seja uma base informativa e de partilha, de cooperação e de consulta, que faculte, entre outros aspectos, o conhecimento dos museus da Rede, as vias de comunicação, os itinerários e mapas de acesso, os horários de funcionamento, os contactos e toda a informação útil de apoio

- aos visitantes (restaurantes, alojamentos, eventos culturais, etc...), bem como a localização de monumentos e outros bens patrimoniais e paisagísticos relevantes.
- Projecto de sinalética (com padrões normalizados) dos itinerários de acesso (dentro e fora da cidade) e de localização dos próprios museus.
  - Roteiro/guia da Rede (em várias línguas: português, inglês, espanhol).
  - Desdobrável – um para cada museu (em várias línguas).
  - Roteiros temáticos, por área geográfica e por dia (s) de visita.
  - Proposta de uma política de preços de entradas (isenções para grupos mais débeis; visitas colectivas; visitas de família; redução de preços para pacotes de visitas (exemplo: grupos de dois/três museus).
  - Proposta de horários de abertura tendencialmente uniformes.
  - Calendarização das iniciativas (exposições, debates, etc.) de cada museu para 2011/2012.
  - Proposta de iniciativas conjuntas para a Noite de Museus e Dia Internacional de Museus do próximo ano e para outras datas relevantes do município, de âmbito regional e nacional.
  - Catálogo das exposições permanentes.
  - Preçário dos materiais de *merchandising* de cada um dos museus.
  - Catálogo de publicações de cada museu, o qual deve ser colocado em todas as unidades da Rede e na internet, com possibilidade de permitir a compra *online*.

## **II – Plano de Médio e Longo Prazo:**

- O plano de acção deve ainda traçar as medidas a médio e longo prazo. Assim, entre outros pontos deve prever a elaboração de um **plano estratégico** para o sector, atendendo, por um lado, à dinâmica que está projectada no curto prazo, com a melhoria dos programas de atividades, a qualidade dos serviços prestados pelos museus em funcionamento, e as novas unidades museológicas projectadas. O plano deve reflectir, por outro lado, o potencial da oferta existente em 2012, ano da realização da Capital Europeia de Cultura de 2012, no concelho vizinho de Guimarães, explorando as possibilidades de atracção dos públicos que se deslocam à região nessa altura. É indispensável também um **plano de promoção** a nível local, regional e nacional da rede, que inclua um **plano de comunicação e marketing**, onde se definam as estratégias e propostas para captar o interesse de públicos, das Agências de turismo, nacionais e estrangeiras, para a rota dos museus, dos itinerários do património, em particular do património histórico-cultural, do roteiro gastronómico, e em geral do património natural, integrando-os nos circuitos turísticos, com vista a cativar o interesse e os contributos dos empresários da hotelaria, da restauração e dos transportes e de todos os agentes culturais, económicos e sociais do concelho.

As duas direcções de trabalho enunciadas (uma centrada na qualificação, na melhoria dos serviços, na formação dos trabalhadores e programação dos museus; outra voltada para o exterior, visando a promoção da Rede e a captação de públicos) estão obviamente interligadas. Apenas se separam quando se acentua o trabalho para dentro dos próprios museus, nos seus múltiplos aspectos (atividades, serviços educativos, debates, investigação, catálogos, merchandising, manutenção ou melhoria das instalações, etc..), ou quando se enfatiza a dimensão imprescindível de abertura ao exterior ( às outras unidades museológicas do concelho, do país e estrangeiro) e aos mercados turísticos.



## Redes temáticas

A este plano acrescentar-lhe-ia uma nova linha de trabalho, que se prende com a criação de Redes temáticas, ou seja, a par da criação da “Rede de Museus”, será de por em discussão, como aconteceu neste Seminário, e abrir a possibilidade de serem dinamizadas redes temáticas (nacionais e europeias) em torno das especificidades próprias dos museus que possuímos.

Este é um novo desafio de enormes virtualidades, que aliás vai ao encontro do que algumas unidades já fazem. São os casos, da Casa-Museu de Camilo, com a projectada rede europeia das casas dos Escritores e da Associação Terras Camilianas; do MIT, através da Rota Europeia do Têxtil do Conselho da Europa (ou da Arqueologia Industrial, neste caso, envolvendo os Caminhos de Ferro de Lousado); do Museu de Cerâmica, por via da Rota da Cerâmica e do Vidro; da Fundação Cupertino de Miranda com a rota da Arte Contemporânea; do Museu Bernardino Machado, com a consolidação do projeto de internacionalização, sobretudo, com o Norte da Galiza, onde Bernardino Machado deixou marcas perenes, quando foi forçado ao exílio, em várias cidades, como La Guardia, Vigo, Corunha. Sem esquecer a Rota do turismo ferroviário das cidades Portuguesas com património ferroviário (10 cidades: Cabeceiras de Basto, Bragança, Chaves, Entrocamento, Estremoz, Lagos, Vila Nova de Famalicão, Águeda, Valença, Satarém), um projeto que integra o museu dos Caminhos de Ferro de Lousado e o núcleo de Nine, com a coordenação do museu Nacional Ferroviário.

## Rede democrática

Neste momento, é possível tirar algumas conclusões e definir uma base mínima de acção. Une-nos uma vontade de cooperar e de trabalhar em conjunto, já substanciado nos últimos 3 anos em programas comuns. O caminho está aberto para que esta convergência se replique nos anos seguintes e mais vezes durante o ano, juntando em programas conjuntos todos os que tenham condições ou o queiram fazer. Já demos conta que não é a natureza pública ou privada das tutelas que nos separa. O que diferencia os Museus (ainda bem) são as suas colecções, únicas, específicas e diversificadas, de grande valor e qualidade e de relevante interesse público. Ninguém anula ninguém. Pelo contrário, todos já interiorizaram que só ganham se convergirem para captar os interesses dos públicos para este mosaico plural de patrimónios, concentrados num pequeno território (ao alcance de um circuito), que podem proporcionar um momento único e inesquecível.

O caso do município de Famalicão representa isso mesmo, o daquelas terras em que a capacidade competitiva não está em possuir um Museu ou um Monumento que dão (ou roubam) nome às cidades e abrem e enchem os roteiros turísticos. Ao contrário, somos grandes – e esta é a nossa mais-valia cultural e turística – porque possuímos múltiplos e pequenos tesouros escondidos dos olhares mediáticos, que não existem em nenhum outro local e que são capazes de oferecer a quem os poder conhecer aquele instante único e irrepetível de felicidade. Exige-se apenas que saibamos dá-los a conhecer.

Não fiquem dúvidas: cada um só beneficia se unir esforços com os seus pares, para promover as suas colecções e actividades. A base de trabalho só pode ser o compromisso e a solidariedade, em negociação permanente, caminhando passo a passo, tendo por base objetivos e princípios comuns, suportados num grupo de trabalho, onde todos se sintam representados. Isto porque, a Rede Museológica Municipal é uma Rede de Museus, independentemente da natureza pública ou privada das tutelas, assente numa base democrática e de livre adesão.

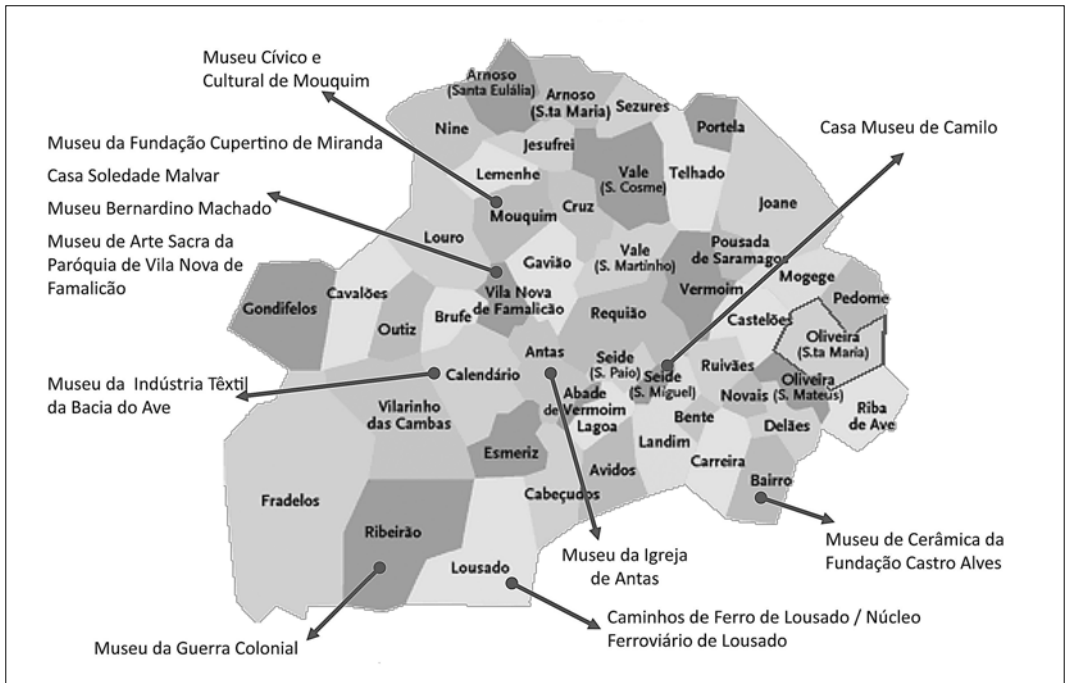


Gráfico 1. Identificação dos Museus Existentes

MUSEUS DE FAMALICÃO	TIPOLOGIA	PROPRIEDADE
Casa Museu de Camilo	Literatura/História	Município
Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave	Arqueologia Industrial Têxtil	Município
Museu Bernardino Machado	História/Política	Município
Casa Soledade Malvar	Artes Decorativas	Município
Museu da Fundação Cupertino de Miranda	Arte Contemporânea	Fundação Cupertino de Miranda
Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves	Cerâmica Artística	Fundação Castro Alves
Caminhos de Ferro de Lousado / Núcleo Ferroviário de Lousado	Transportes Ferroviários /Arqueologia Industrial	Fundação Museu Nacional Ferroviário
Museu da Guerra Colonial	História	Associação Museu da Guerra Colonial
Museu de Arte Sacra da Paróquia de Vila Nova de Famalicão	Arte Religiosa	Fábrica da Paróquia de V. N. Famalicão
Museu da Igreja de Antas	Arte Religiosa	Fábrica da Paróquia de Antas
Museu Cívico e Cultural de Mouquim	Etnografia e Arte Religiosa	Fábrica da Paróquia de Mouquim

Gráfico 2. Identificação dos Museus Existentes

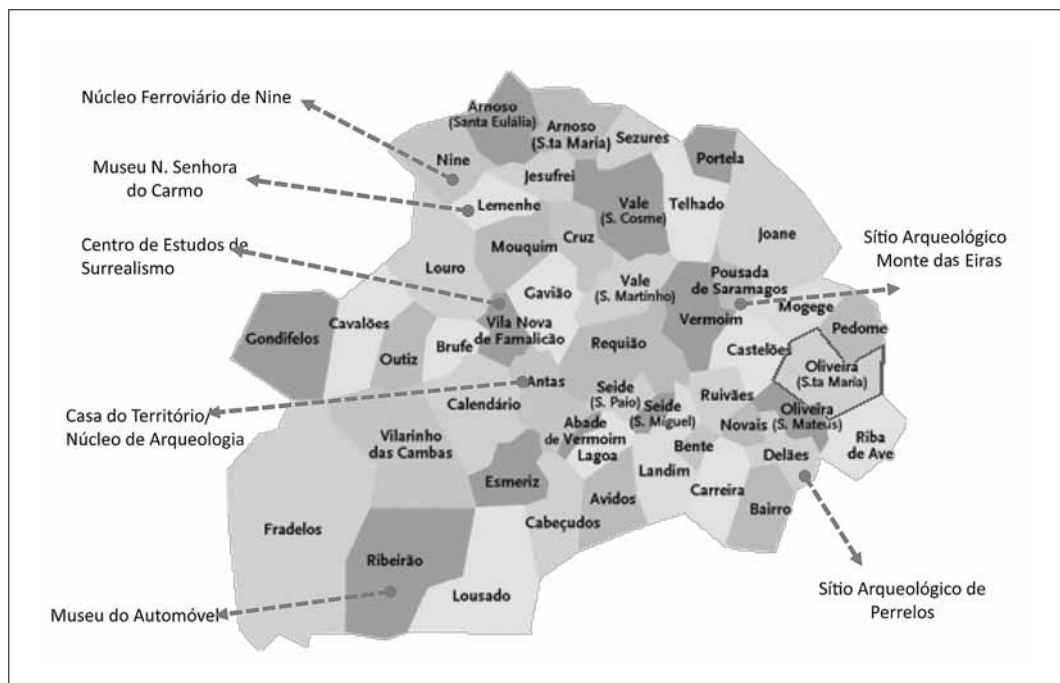


Gráfico 3. Identificação dos Museus em Instalações

MUSEUS DE FAMALICÃO EM INSTALAÇÃO	TIPOLOGIA	PROPRIEDADE
Centro de Estudos de Surrealismo	Arte Contemporânea	Fundação Cupertino de Miranda
Museu do Automóvel	Transportes	Clube Automóvel Antigo e Clássico
Núcleo Ferroviário de Nine	Transportes	Fundação Museu Nacional Ferroviário
Sítio Arqueológico de Perrelos	Arqueologia	Município
Casa do Território / Núcleo de Arqueologia	Arqueologia/Etnografia	Município
N. Senhora do Carmo / Santuário de Lemenhe	Arte Sacra	Confraria N. Senhora do Carmo
Sítio Arqueológico do Monte das Eiras	Arqueologia	Município

Gráfico 4. Identificação dos Museus em Instalação

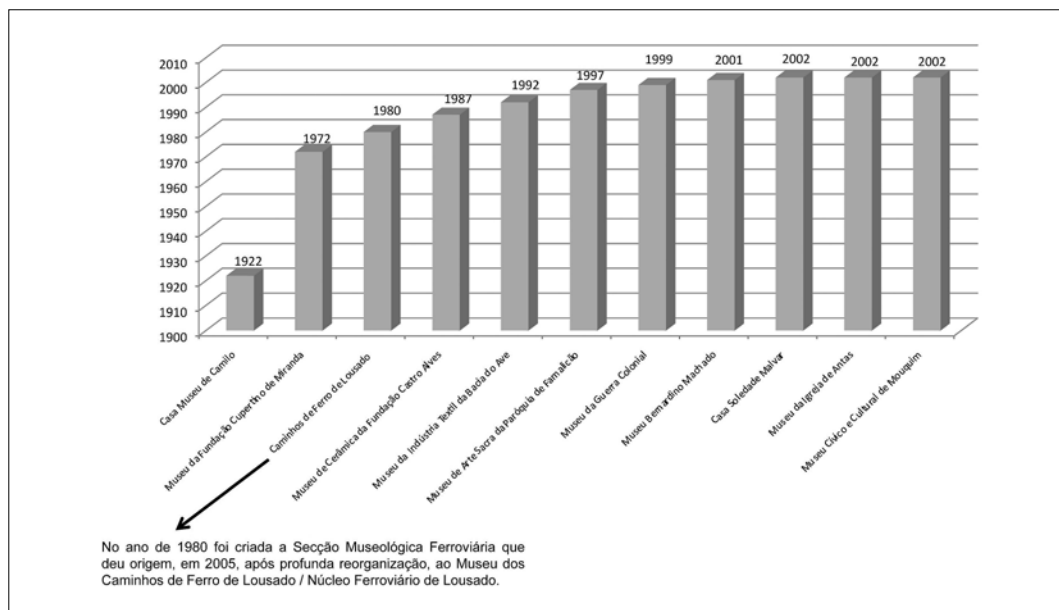


Gráfico 5. Identificação dos Museus – Ano de Abertura

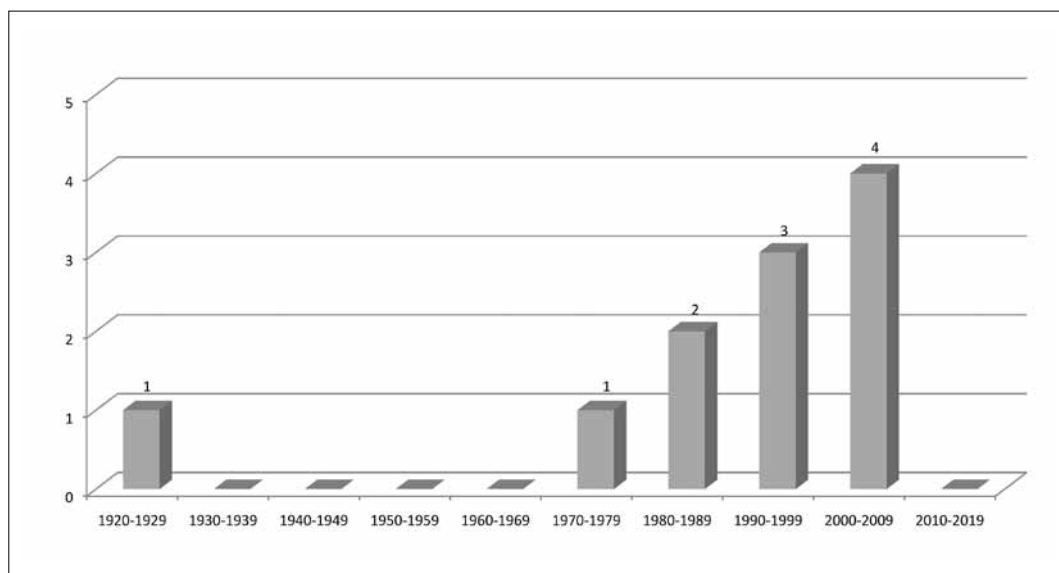


Gráfico 6. Identificação dos Museus – Abertura de museus por década

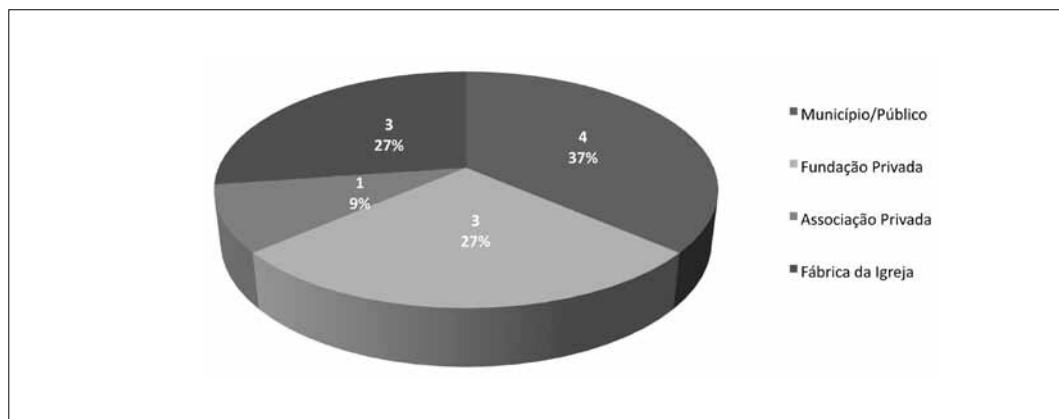


Gráfico 7. Identificação dos Museus – Tutela dos museus

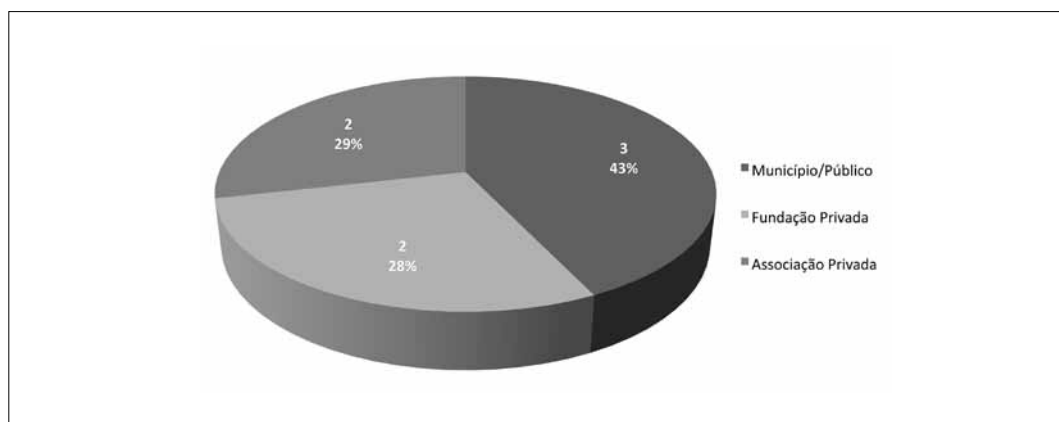


Gráfico 8. Identificação dos Museus em Instalação – Tutela dos museus em instalação

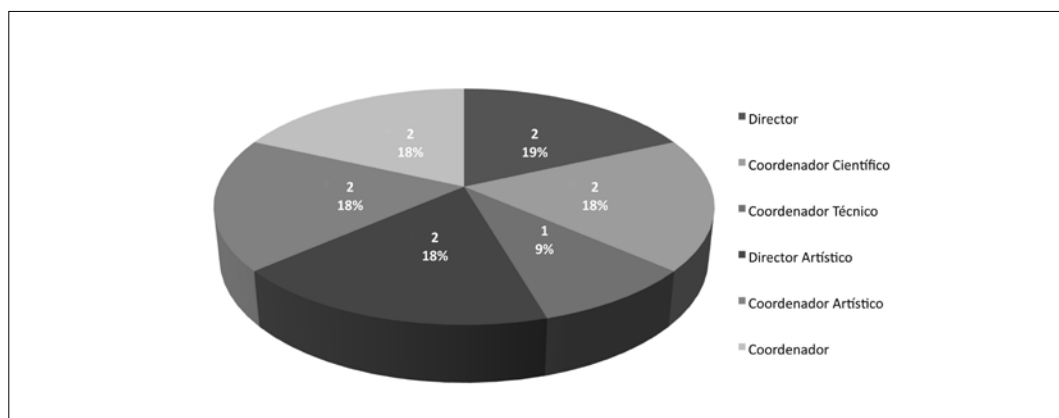


Gráfico 9. Identificação dos Museus – Responsáveis pelos museus

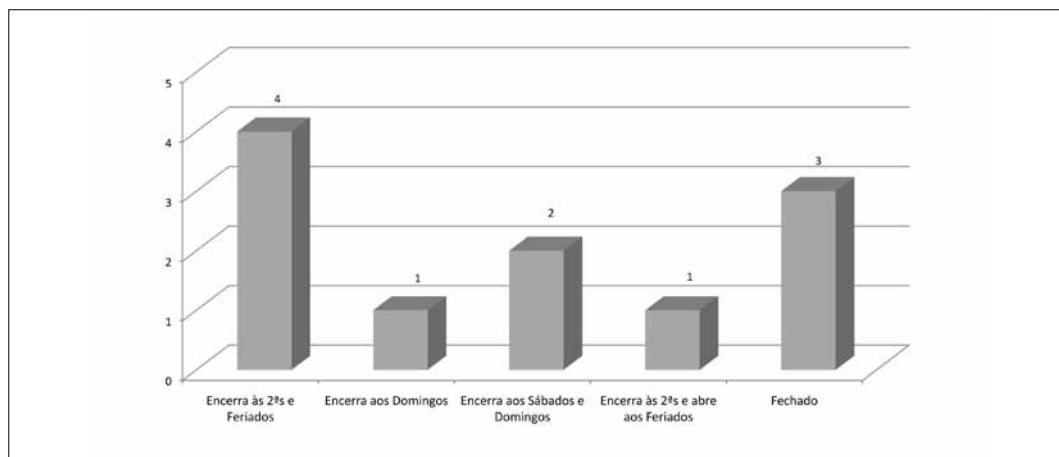


Gráfico 10. Identificação dos Museus – Horário de funcionamento

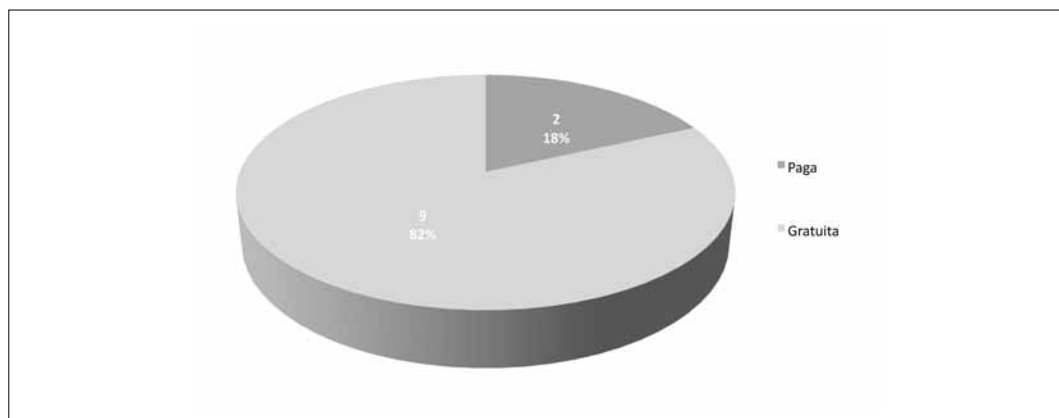


Gráfico 11. Identificação dos Museus – Entrada no museu

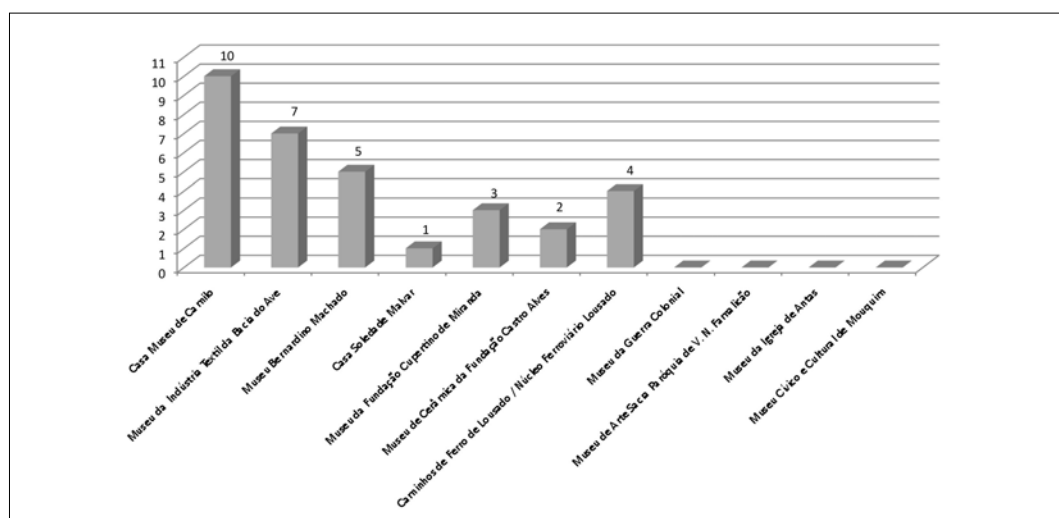


Gráfico 12. Recursos Humanos – Recursos Humanos

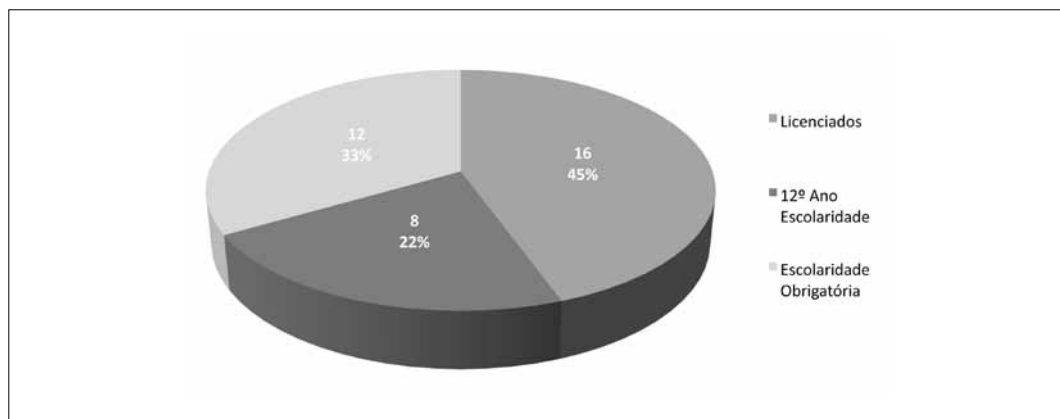


Gráfico 13. Recursos Humanos – Habilitações literárias

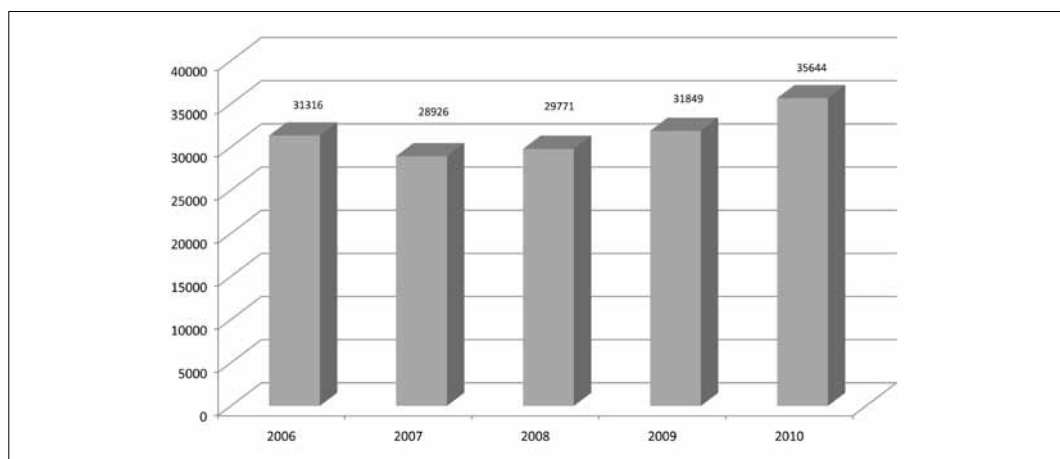


Gráfico 14. Visitantes – Total de visitantes anuais

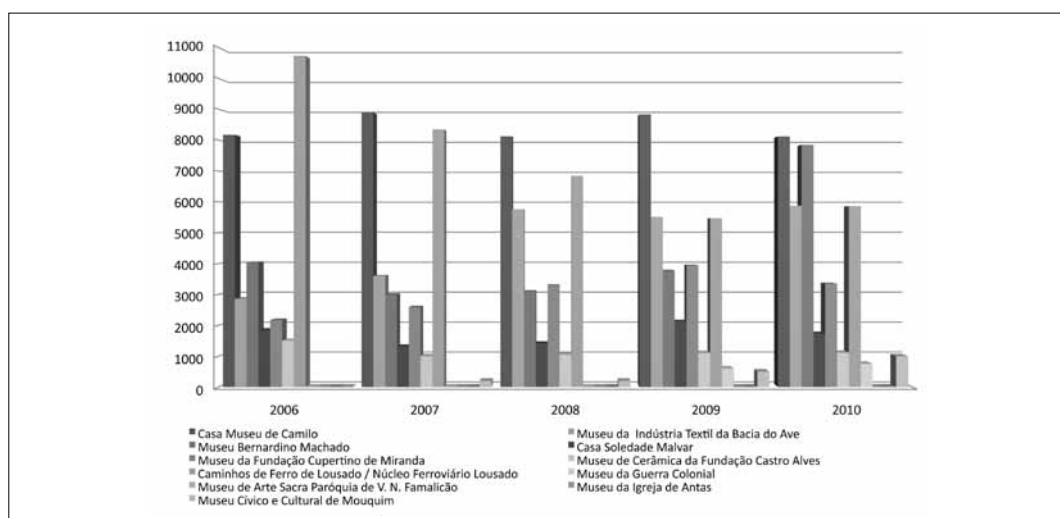


Gráfico 15. Visitantes – N.º de visitantes por museu

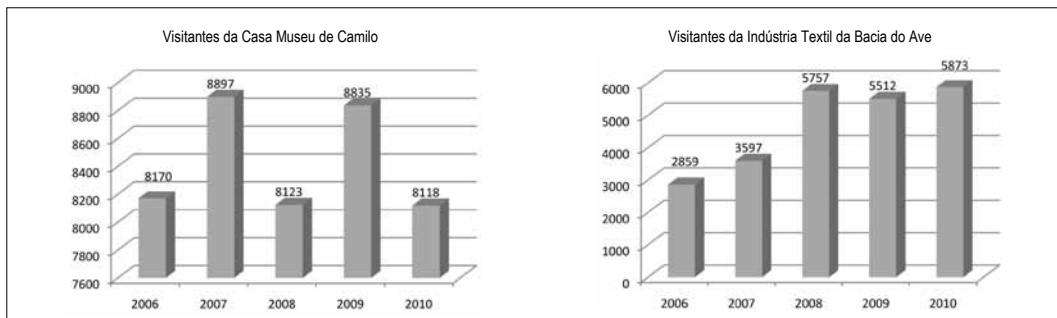


Gráfico 16. Visitantes

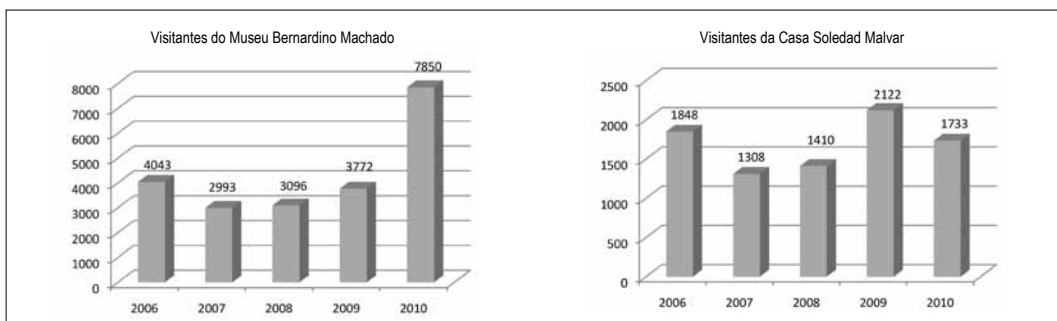


Gráfico 17. Visitantes

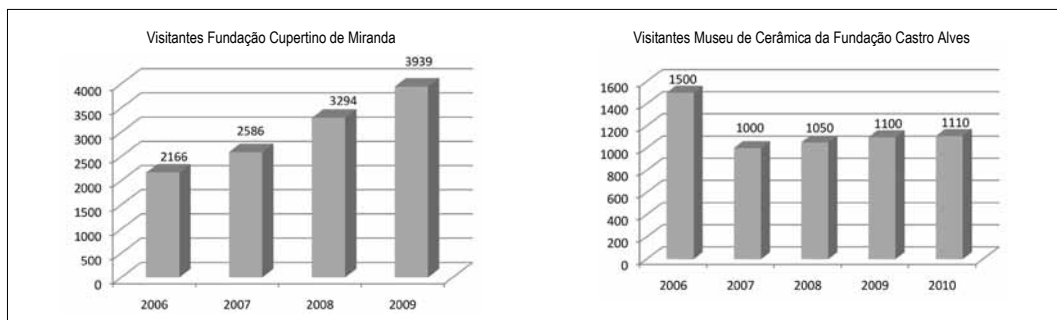


Gráfico 18. Visitantes

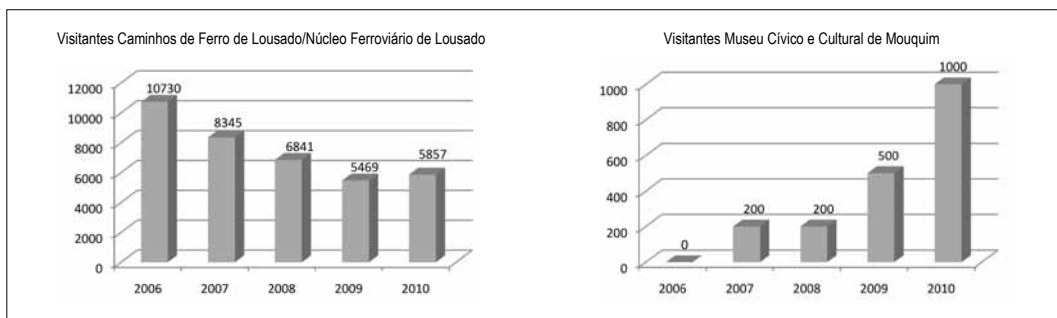


Gráfico 19. Visitantes



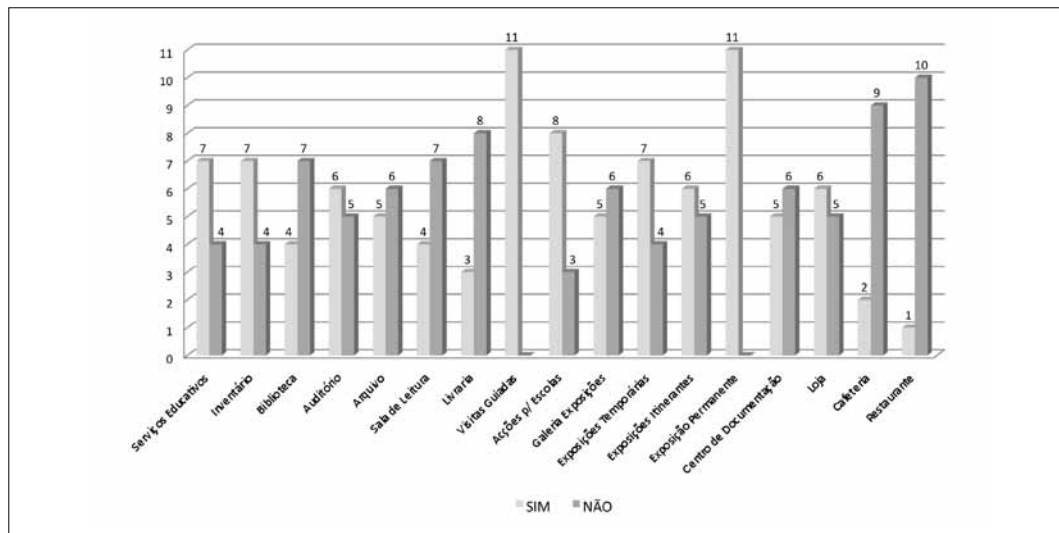


Gráfico 20. Serviços Disponibilizados ao Público

SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PARA O PÚBLICO	MUSEUS												
	Museu Nacional	Museu Nacional de História	Museu Nacional de Arte	Museu Nacional de Ciências	Museu Nacional de Literatura	Museu Nacional de Matemática	Museu Nacional de Física	Museu Nacional de Química	Museu Nacional de Biologia	Museu Nacional de Geografia	Museu Nacional de História Natural	Museu Nacional de Ciências Sociais	Museu Nacional de Artes e Ofícios
Centro Nacional de Cultura	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Arte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de História	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Ciências	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Literatura	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Matemática	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Física	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Química	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Biologia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Geografia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de História Natural	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Ciências Sociais	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Museu Nacional de Artes e Ofícios	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Gráfico 21.

Serviços Disponibilizados ao Público

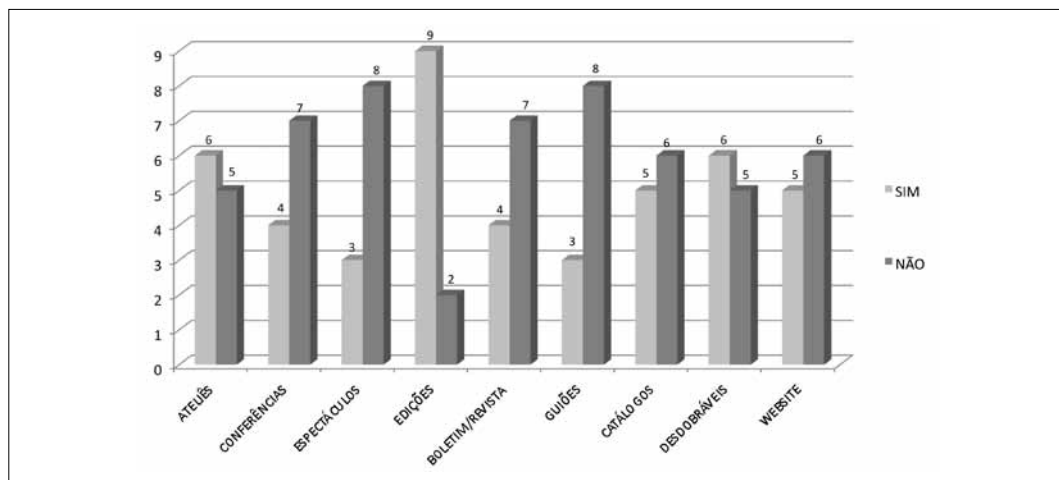


Gráfico 22. Atividades orientadas para os visitantes

ACTIVIDADES ORIENTADAS PARA OS VISITANTES	Atélias	Conferências	Espectáculos	Edições	Boletins	Guiões	Colóquios	Desdobramentos	Website
Casa Museu de Camilo	✓	✓	✓	✓	✓	⊘	✓	✓	✓
Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave	✓	✓	⊘	✓	✓	⊘	✓	✓	✓
Museu Bernardino Machado	✓	✓	⊘	✓	✓	⊘	✓	✓	✓
Casa Soledade Malvar	✓	⊘	⊘	✓	⊘	✓	⊘	⊘	⊘
Museu da Fundação Cupertino de Miranda	✓	✓	✓	✓	✓	⊘	✓	✓	✓
Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves	✓	⊘	✓	✓	⊘	⊘	⊘	✓	✓
Caminhos de Ferro de Lousado / Núcleo Ferroviário	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Museu da Guerra Colonial	⊘	⊘	⊘	✓	⊘	✓	✓	✓	⊘
Museu de Arte Sacra da Paróquia de Famalicão	⊘	⊘	⊘	✓	⊘	✓	⊘	⊘	⊘
Museu da Igreja de Antas	⊘	⊘	⊘	✓	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Museu Cívico e Cultural de Mouquim	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘

Gráfico 23.  
Atividades orientadas para os visitantes

MUSEUS DE FAMILIÇÃO	PROTOCOLOS
Casa Museu de Camilo	SIM
Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave	SIM
Museu Bernardino Machado	SIM
Casa Soledade Malvar	SIM
Museu da Fundação Cupertino de Miranda	SIM
Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves	SIM
Caminhos de Ferro de Lousado / Núcleo Ferroviário de Lousado	SIM
Museu da Guerra Colonial	SIM
Museu de Arte Sacra da Paróquia de Famalicão	SIM
Museu da Igreja de Antas	NÃO
Museu Cívico e Cultural de Mouquim	NÃO

Gráfico 24.  
Protocolos / Parcerias

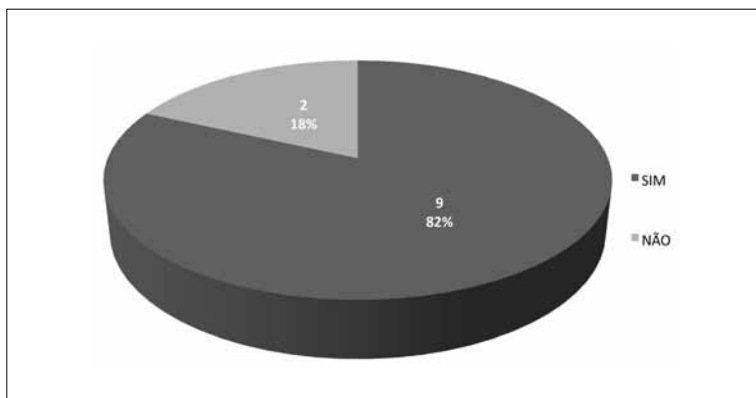


Gráfico 25.  
Protocolos / Parcerias



# O Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado e os seus Públicos

por Joana Almeida Ribeiro

## Introdução

O texto que se segue apresenta as conclusões obtidas num estudo mais alargado que, entre 2008 e 2010, se debruçou sobre as representações públicas do Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado (MCFL). Ainda que este equipamento cultural se inclua no projecto Museu Nacional Ferroviário (MNF), estrutura polinucleada à escala nacional que tem no Entroncamento a sua sede e em Vila Nova de Famalicão um dos seus núcleos de exposição, a sua condição de pioneiro e, por que não, de “balão de ensaio” da museologia (dita) ferroviária em Portugal justificou o esforço de levantamento documental e empírico dos seus públicos, nomeadamente através da aplicação de um inquérito por questionário juntos dos visitantes.

Os resultados devem ser interpretados à luz da sua natureza exploratória e do objectivo de partida de contribuir para um conhecimento de base dos visitantes deste espaço museológico: quem são e de onde vêm; como e por que vão ao museu; o que os motiva; como avaliam a sua experiência museal; como se relacionam com a temática do museu.

Não se pretende que conclusões, obtidas a partir de uma pequena amostra de visitantes, sejam generalizadas ao universo dos frequentadores do MCFL. Ainda assim, estas poderão ser o ponto de partida de um projecto mais alargado de estudo de públicos (desenvolvido no âmbito do próprio projecto museológico do MCFL) ou de um programa permanente de monitorização e acompanhamento dos visitantes. O objectivo é chamar à atenção para a necessidade de um alargamento do campo de actuação do museu para além dos circuitos tradicionais de visitantes de modo a captar definitivamente os seus “públicos potenciais” e a fidelizar os seus “públicos efectivos”, agora destituídos da indefinição que os caracterizava no início deste estudo<sup>1</sup>.

## 0. Fundamentação teórica

À luz do interaccionismo simbólico, perspectiva que tem a virtualidade de captar as características do comportamento humano, todos os fenómenos sociais (em cujo leque poder-se-ia acrescentar o processo de constituição de um museu) são «resultado de uma interacção social em que os actores, qualquer que seja a sua situação, estão constantemente a negociar uma definição partilhada da situação, tendo reciprocamente em conta os pontos de vista de cada um e interpretando os comportamentos uns dos outros à medida que vão imaginando diferentes estratégias até optar pelas linhas de acção que pretendem desenvolver»<sup>2</sup>. Segundo este ponto de vista (que hoje orienta a investigação em ciências sociais), dizem respeito ao museu, enquanto instituição vocacionada para o público, os seguintes princípios:

.....  
<sup>1</sup> Todos os documentos e conteúdos estatísticos citados e analisados ao longo do texto deverão ser consultados no Anexo e Apêndice Documental organizado no final do trabalho.

<sup>2</sup> Vd. FODDY, 1996: 20-26.

- Na escolha de linhas de actuação, cada actor (por exemplo, aqueles que representam o museu) tem em conta não apenas o seu ponto de vista sobre o outro, mas também o que ele pensa ser o ponto de vista do outro sobre si<sup>3</sup>;
- Através de interacções prévias, desenvolve-se e adquire-se um entendimento comum sobre como agir nesta ou naquela situação;
- Numa sociedade democrática, a mudança social não pode ser determinada por pareceres e normas ditados por especialistas; deve ser, de preferência, o resultado de um processo que tenha em conta os pontos de vista dos vários interessados e intervenientes.

Na verdade, há muito que se enraizou a consciência de que o outro lado do processo museológico – o público – não se resume na soma e na redução a um mínimo denominador comum das características individuais dos visitantes, recordando novamente os riscos que implicam as generalizações. A atenção especial aos visitantes decorre com naturalidade do acolhimento de conceitos que exercem uma influência decisiva na concepção de novos projectos museológicos: diversidade cultural (pautada pela necessidade de preservar, valorizar, utilizar e difundir a cultura de cada grupo) e democracia cultural (assente na abertura do museu à comunidade, no diálogo e na interactividade com os sujeitos, estimulando a sua participação activa nas actividades museológicas). De tal modo que hoje se considera inquestionável a segmentação como característica inevitável do público nos museus.

Além disso, desde há muito que as instituições museológicas, assumindo o papel de espaços de educação não formal, advogam a necessidade de um maior conhecimento sobre os seus visitantes (as suas características, experiências passadas e motivações, os seus estilos de aprendizagem...) como condição de trabalho indispensável ao cumprimento do objectivo de garantir uma eficácia comunicativa real, traduzida na relação que os visitantes, perspectivados como verdadeiros protagonistas da experiência museal, estabelecem com os objectos, afinal a razão de ser do museu. Em algumas instituições, especialmente nos centros de ciência e técnica, cuja génese não reside em colecções permanentes, a educação tornou-se o objectivo dominante e o estudo dos visitantes, baseado no trabalho de equipa e no processo de interacções entre o museu e os seus públicos, o principal instrumento de trabalho.

Convém não esquecer, todavia, que tais preocupações não são tão ingénuas como os discursos institucionais as procuram transparecer. O crescente interesse pelo estudo dos visitantes de museus é seguramente reflexo do análogo crescimento do número de visitas nos últimos 20 a 30 anos e do subsequente aumento da percentagem de despesas museológicas que são cobertas pelo valor dos ingressos exigidos ao público, nomeadamente os recursos afectos à educação<sup>4</sup>, o que traduz também o interesse utilitarista pelos visitantes e a tendencial dependência económica dos museus face aos seus públicos.

### 1. Ponto de partida:

#### O visitante de um museu de caminhos de ferro – entre o real e o estereótipo

Tem vindo a ser reiterada, noutros trabalhos, a importância que assumiram três segmentos de interessados no processo de transformação do caminho de ferro num bem cultural. Em primeiro lugar, os ferroviários, enquanto classe profissional detentora de uma memória colectiva em função da qual se gizou a identidade

<sup>3</sup> VICTOR e MELO, 2010.

<sup>4</sup> AMES, 1988: 47.

de uma corporação. Logo a seguir, os entusiastas e admiradores dos caminhos de ferro, grupo social pouco heterogéneo, esmagadoramente constituído por homens (entre altos funcionários seniores ou reformados da actividade, apaixonados pela ferrovia enquanto meio de locomoção e colecionadores de “reliquias ferroviárias”), organizado em associações que visam a valorização do comboio como meio de transporte, a evocação das suas primitivas formas de tracção e a retrospectiva da história tecnológica do comboio. No caso português, da leitura das revistas publicadas por este grupo, designadamente os boletins *O Foguete* (revista da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário – AAMNF) e *Batão-Piloto* (publicação da Associação Portuguesa de Amigos dos Caminhos de Ferro – APAC), conclui-se que actividades como o coleccionismo de símbolos do caminho de ferro, o modelismo ferroviário, o registo fotográfico e em vídeo de veículos, a leitura de publicações sobre este meio de transporte, as viagens de comboio em lazer, as excursões nas principais linhas ferroviárias e comboios da Europa, mormente nos troços onde ainda é possível viajar num comboio a vapor, e a publicação de artigos sobre as especificidades técnicas deste ou daquele exemplar do material circulante português fazem parte das seus ocupações, integrando parte significativa dos seus tempos de lazer. Por último, por se tratar de um segmento de público formado mais recentemente, a população local dos concelhos onde existem núcleos do MNF, particularmente do Entroncamento e de V. N. Famalicão, cujas opiniões, pressões e iniciativas foram fundamentais para a instalação e manutenção desses espaços museológicos, configurando um processo de produção cultural politicamente discutido (no significado que a política tem de “coisa pública”) e amplamente participado.

Se estes três segmentos sociais constituíram no passado o público-alvo da actividade museológica da CP (que até ao final de 2006 geriu os destinos do património histórico ferroviário), dir-se-ia então que em conjunto formavam não um público passivo, mas um público activo e cooperante, embora não tanto ao nível da concepção dos projectos, e muitas vezes actuante no sentido inverso à política “patrimonialista” da empresa, definindo outros rumos de desenvolvimento museológico. Pode-se dizer que, em larga medida, se deve a este público participante a própria concretização do MNF no Entroncamento e a constituição do MCFL em V. N. Famalicão. Interessa agora saber se estes grupos, atentos e interessados na valorização do património museológico, são efectivamente os frequentadores do museu.

Obviamente que não é apenas este nicho de visitantes que o MCFL pretende actualmente atrair. Não seria o cenário desejável para um museu de caminhos de ferro que, de alguma forma, procura ser um museu de história e um «museu de ciência e técnica de terceira geração»<sup>5</sup>. Na ausência de dados resultantes de uma efectiva avaliação dos públicos, a perspectiva da MNF é a de afirmar como públicos-alvo do museu «todos os passageiros dos caminhos de ferro e neste conceito, nenhum público se encontra excluído, procurando, pelo contrário fomentar-se o maior uso dos caminhos de ferro pelas novas gerações, dado o carácter menos poluente dos transportes ferroviários»<sup>6</sup>. No entanto, do ponto de vista pessoal, esta afirmação encerra em si méritos e lacunas. Por um lado, espelha a tentativa de facilitar o acesso público às colecções e à informação associada de uma forma tão abrangente quanto possível, independentemente do género, idade, capacidade física, situação sócio-económica, nível de escolaridade e de formação, “background” ou “mochila biográfica”, interesses pessoais, etc. Atribuindo-se, muitas vezes, aos museus de ciência e técnica uma falha em termos de afluência de visitantes, visível num número diminuto de frequentadores em que predominam as pessoas

.....

<sup>5</sup> GIL, Bragança, 1993: 253. Por “museu de ciência e técnica de 3.ª geração” entenda-se o museu que pretenda comunicar aos visitantes uma perspectiva compreensível dos fundamentos da ciência e da tecnologia, do conhecimento actual e das suas aplicações, evidenciando a continuidade do pensamento para além das realizações técnicas e que, simultaneamente, a apresente em associação aos seus antecedentes e no contexto histórico, social e cultural que lhe deu origem e às consequências que produziu em todos esses domínios.

<sup>6</sup> Referência extraída do site oficial da FMNF (Disponível em: <http://www.fmnf.pt>).

particularmente motivadas pela história científica e técnica que a instituição encerra<sup>7</sup>, a declaração de intenções acima proposta é, de alguma forma, uma estratégia de agregar o público não cultivado ou não esclarecido ao museu, o público que utiliza quotidianamente o comboio como meio de mobilidade. No entanto, em virtude da inexistência de estudos sobre os perfis sociológicos e culturais dos utilizadores deste meio de transporte, a afirmação corre o risco de resvalar para uma situação idêntica à anteriormente descrita: a de cativar especialmente o universo dos admiradores dos caminhos de ferro, a quem o tema da museologia “dita ferroviária” tem despertado especial atenção, e dos funcionários e antigos trabalhadores dos caminhos de ferro, para quem os espaços museológicos são uma espécie de “mascote”, um símbolo de pertença e de identidade profissional. O próprio sistema de tarifas em vigor no MNF, o qual prevê a gratuidade da visita aos trabalhadores ferroviários e membros de associações de entusiastas e amigos do MNF, parece corroborar esta ideia.

Assim, se é em rigor se diz que os meios de transporte antigos são alvos de interesse para um grupo alargado de pessoas, sendo em particular a história do caminho de ferro facilmente reconhecida e muito popular, não é menos verdade que os museus que tomam a seu cargo a tarefa de a interpretar facilmente caem no erro de satisfazer só aqueles visitantes e/ou utilizadores com interesses muito particulares, o que se traduz em exposições inadequadas e pouco frequentadas. Por isso, é tão importante desenvolver conhecimento sobre as percepções e representações públicas do objecto da musealização.

## 2. Discursos sobre o Património Histórico Ferroviário da Imprensa:

### 2.1. *Precisões metodológicas*

Em função de o recurso exclusivo a técnicas de investigação empírica, mesmo das que resultam da observação não participante (como o *inquérito por questionário*), ser mais aconselhado para situações em que do conhecimento de um assunto foi já suficientemente explorado e esgotado do ponto de vista documental, equacionou-se a revisão de fontes de informação escritas como ponto de partida deste estudo, nomeadamente através de recortes de imprensa.

A Imprensa Escrita é um indispensável instrumento para a compreensão de uma época (seja no âmbito económico, social, cultural ou religioso), comportando não só um saber prático, independente do seu ideário estético ou político, como também a ambição colectiva de um determinado grupo e, finalmente, um desejo comunitário para um amplo debate de ideias<sup>8</sup>. Com defende Foucault, a informação jornalística reivindica capacidade de produzir verdade sobre o mundo, naturalizando interditos e práticas, formas canónicas de relato, porque para tal tem estatuto e saber. Dá corpo a um saber cognitivo e cultural que se reconhece nas interpretações partilhadas sobre acontecimentos públicos e na forma de os colocar em narrativa. A tarefa de compreensão, no presente, das percepções e representações públicas dos fenómenos sociais e culturais é hoje auxiliada através da leitura da imprensa diária, numa altura em que esta tende a afastar-se cada vez mais dos sistemas tradicionais de comunicação (alicerçados no circuito que dirige ao receptor uma qualquer mensagem). Hoje publicam-se, em cada vez maior número, crónicas e artigos de opinião, reserva-se a secção do leitor, onde figuram as cartas ao director e os próprios pareceres dos leitores, existem as figuras legais, embora nem sempre reais, do provedor do ouvinte ou do provedor do telespectador, fala-se em “jornalismo do cidadão”... Enfim, há cada vez mais oportunidades de retirar do silêncio as vozes daqueles que se interessam, estão atentos ou não se demitem dos processos de produção cultural.

.....  
<sup>7</sup> BRAGANÇA GIL, 1993: 251.

<sup>8</sup> PONTE, 2004: 82

Na verdade, o caminho de ferro preencheu desde sempre as páginas dos jornais portugueses. Mais pela importância que lhe é atribuída como actividade económica, é um facto. Mas, pelo menos desde o início do século XX, também em virtude do seu significado histórico, traduzido em evocações e celebrações de efemérides, exposições e variadas actividades de índole recreativa e cultural, as quais foram noticiadas pela comunicação social como momentos de projecção e impacto na opinião pública. Para acompanhar este processo, que antecedeu e contribuiu para a própria musealização do caminho de ferro, foram escrutinadas uma série de publicações periódicas existentes desde 1970 até 2008<sup>9</sup>. No âmbito específico deste estudo, procedeu-se à selecção de peças jornalísticas em função de seguintes critérios:

- *Temáticos*: A pesquisa por assunto e o levantamento manual ou digital (neste caso, por palavra-chave em bases de dados existentes *on-line* ou disponibilizadas pelas redacções de alguns dos periódicos consultados) foram realizados com base numa visão integrada do caminho de ferro enquanto bem cultural. Não interessaram apenas as notícias que aludiam ao espaço museológico em estudo, à sua tutela ou às respectivas áreas programação e actividade, mas também as que se inscreviam em temas mais genéricos como a preservação, a valorização e a divulgação do património histórico ferroviário. Em relação às publicações consultadas, deu-se especial atenção aos conteúdos publicados pelos principais órgãos da imprensa generalista. (Quadro N.º 1).
- *Espaciais*: Neste âmbito, foram pesquisados os principais periódicos nacionais, bem como os títulos mais importantes das áreas de influência dos espaço museológico estudado (Vila Nova de Famalicão)<sup>10</sup>. Não foram contempladas publicações esporádicas e pouco estáveis em termos de periodicidade, privilegiando-se, pelo contrário, aquelas que se encontram depositadas em fundos legais de acesso público (designadamente na Biblioteca Pública Municipal do Porto) ou que estão disponíveis para consulta *on-line* nos sites da Biblioteca Nacional, da Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa e através dos motores de busca disponibilizados pelas redacções dos jornais seleccionados.
- *Temporais*: A consulta mais consistente centrou-se em artigos publicados entre 1977 (aquando da abertura ao público dos primeiros espaços museológicos ferroviários) e 2008, merecendo especial destaque as publicações de âmbito local. Para além da morosidade que caracteriza a consulta manual de jornais de alcance nacional, constatou-se que, muitas vezes, estes acabam por decalcar as orientações editoriais de publicações locais e regionais, reproduzindo o mesmo tipo de artigos e citando os mesmos textos, embora sem referências à fonte original. Por outro lado, para um mesmo facto, nem sempre foi considerada a totalidade dos periódicos existentes na altura, sem que isso tenha colocado em causa a representatividade da amostra de artigos recenseados. Trata-se de uma possibilidade verificada quando as notícias de determinado assunto vêm assinadas sempre pelo mesmo autor, o qual exerce funções de correspondente local em várias publicações. Nestes casos, os textos publicados em diferentes títulos acabam por ser redundantes entre si, quando não o são *ipsis verbis*. Acresce ainda o “efeito bola de neve”, característico das técnicas de investigação não documentais, também aqui evidente em virtude de algumas publicações terem sido contempladas apenas porque apresentavam outros desenvolvimentos e diferentes visões de acontecimentos noticiados, os quais foram remetidos ou citados alguns dos títulos que constituíram a primeira base informativa deste trabalho.

.....  
<sup>9</sup> Veja-se, no Anexo deste trabalho, o diagrama das publicações periódicas consultadas.

<sup>10</sup> Como se poderá verificar no diagrama das publicações periódicas consultadas, foram seleccionadas notícias de títulos de outros âmbitos geográficos. Esta “*nuance*” deriva do facto de se ter perspectivado inicialmente o levantamento de artigos nos principais órgãos informativos de cada uma das 10 localidades onde existem núcleos museológicos do MNF. Apesar de a ideia não vir a concretizar-se, foi utilizado algum do material reunido pelo seu cabimento em outras análises.



A recolha dos dados foi feita por “recorte” ou excerto (no caso da pesquisa *on-line*). Não se considerou a sua localização na página ou secção do jornal, o seu enquadramento tipológico dentro dos géneros jornalísticos (muito embora se possa assegurar que a maior parte dos textos utilizados na análise fazem parte de notícias, crónicas e artigos de opinião) ou as peças de proximidade. Não se procedeu, por isso, à análise de títulos, imagens e legendas, considerados elementos paratextuais dos artigos jornalísticos, enquanto «zona intermediária entre o fora-do-texto e o texto» e, simultaneamente, o lugar privilegiado de uma acção pragmática e estratégica sobre o público ao permitir a produção de saberes e crenças a partir da percepção directa<sup>11</sup>. Por outro lado, não houve a preocupação de se abordar quantitativamente os dados, por exemplo, através do tratamento estatístico dos géneros jornalísticos mais publicados e da catalogação de assuntos por categorias temáticas passíveis de sistematização e quantificação. A síntese aqui apresentada resulta sobretudo de uma análise comparada de textos de imprensa com outras fontes de informação, na qual também os silêncios e as omissões não são desprovidos de significado.

## 2.2. Análise e apresentação de dados

Considerados os critérios para a selecção das peças jornalísticas acima descritos, interessa neste momento explorar os temas associados ao património histórico ferroviário dos caminhos de ferro que têm sido privilegiados pela imprensa nos últimos 30 anos e, a partir daí, traçar um perfil dos públicos reais ou potenciais do MCFL. Procurar-se-á, em primeiro lugar, uma descrição sumária dos assuntos e, posteriormente, inferir algumas conclusões sobre os tipos de públicos envolvidos.

Com naturalidade, surgem temas como o apreço nutrido pelas secções museológicas criadas pela CP ao longo do território nacional, hoje núcleos do MNF, e a defesa da sua manutenção em cada um desses locais. Reproduzindo as aspirações quanto à “posse de um museu ferroviário” manifestadas no Entroncamento e em V.N. Famalicão, os textos reforçam a importância desses espaços museológicos para os concelhos e para as populações locais e enaltecem as notícias que dão conta da transferência da sua gestão para as autarquias.

*«Valença deseja e merece um museu.»<sup>12</sup>*

*«Locomotivas desviadas: A cidade de Braga pode ter ficado, em definitivo, sem o seu núcleo museológico ferroviário. Devido às obras de duplicação e electrificação da linha e à construção da nova estação, foram demolidas as cocheiras que albergavam essa secção museológica. (...) E há já quem pense em dar corpo a um movimento de defesa do núcleo museológico ferroviário de Braga, exigindo o regresso à cidade do valioso espólio.»<sup>13</sup>*

*«A Câmara Municipal de Bragança vai adquirir por 260 mil contos todo o património da CP. (...) Este acordo culmina um longo processo de negociações, durante o qual houve uma manifestação da população à porta da estação de Bragança protestando contra o estado de degradação que a CP deixara chegar o seu património.»<sup>14</sup>*

*«Dos nove museus ferroviários espalhados pelo País, a secção de Bragança é a única que se encontra “temporariamente” encerrada. (...) “Já pedimos à Fundação para acelerar o processo [de abertura], dada a importância do museu para a cidade”, (...) visto que guarda memórias da vivência ferroviária na cidade, onde ainda residem pessoas que trabalharam e viajaram na Linha do Tua.»<sup>15</sup>*

*«O museu [núcleo museológico de Bragança] era composto por material ferroviário que circulou durante vários anos na linha do Tua e por material destinado à manutenção da ferrovia. Todo o espólio era cuidadosamente limpo, tratado e preservado pelo único funcionário que trabalhava no museu. Este era um espaço único e um importante símbolo da história*

.....  
<sup>11</sup> PONTE, 2004: 82.

<sup>12</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 14 Nov. 1978.

<sup>13</sup> *Correio da Manhã*, 14 Nov. 2002.

<sup>14</sup> *Jornal de Notícias*, 22 Ago. 1996.

<sup>15</sup> *Nordeste*, 11 Out. 2007.

da linha do Tua. Infelizmente o futuro reservava um triste destino ao museu. Quando começaram as obras de adaptação e reconversão da estação de caminhos-de-ferro para o futuro terminal rodoviário, o museu foi demolido e transferiu-se o espólio para um edifício situado na área da estação. “Isto é a morte de um ferroviário” disse o funcionário da CP enquanto assistia tristemente à demolição.<sup>16</sup>»

Nalguns casos, não obstante a inexistência prévia de qualquer extensão museológica ferroviária, testemunham os desejos e aspirações locais relativas a criação de um equipamento cultural deste tipo como forma de homenagear a tradição ferroviária das localidades.

*«A velha estação do Barreiro reduzida a lixo e a ruínas: Os edifícios estão em ruínas e o lixo tomou conta dos edifícios. (...) O frenesim do passado contrasta com o abandono do presente. (...) “Não é possível falar da cidade sem falar dos ferroviários, pois foram eles que a construíram. O espólio que se degrada cada dia que passa faz parte da memória de todos nós, tomando-se necessária, por isso, a criação de um núcleo museológico”.*<sup>17</sup>»

Outra das questões que com regular frequência adquire valor-notícia na imprensa local e nacional está relacionada com a degradação do património histórico ferroviário (material circulante e imóveis, sobretudo das antigas e desactivadas estações) ao longo do território português. Foram identificadas situações de denúncia e crítica das entidades responsáveis, iniciativas de reabilitação de edifícios, constituição de movimentos cívicos que visam a preservação e valorização de imóveis e monumentos ferroviários e alguns projectos de recuperação de infra-estruturas de interesse histórico para fins turísticos.

*«Estações arruinadas: Conjuntos únicos degradam-se a cada dia que passa. (...) Hoje, constata-se que a única coisa que tomou conta das antigas gares foram as silvas e o abandono. (...) Se os homens que lutaram para que o caminho-de-ferro desbravasse o Planalto Mirandês voltassem e vissem o estado a que chegaram as estações, sentir-se-iam desrespeitados e tão desprezados como o património ferroviário que jaz entre as silvas.*<sup>18</sup>»

*«Quatro dias foi o tempo que a empresa demorou a dismantelar a linha entre os apeadeiros de Valdez e Salselas. Por isso, o autarca vai exigir a sua manutenção e que, “no mínimo dos mínimos”, a empresa “deixe os carris entre a ponte e a estação”. O presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros (...) já sabia que a REFER tinha começado há três meses a dismantelar a linha em Bragança. (...) Considera que “as linhas deviam passar para a tutela das autarquias” e lembra que a Câmara tenciona transformá-las em percursos pedonais.*<sup>19</sup>»

*«A ideia de entregar as estações da CP às juntas de freguesia agrada à generalidade dos seus presidentes, que pretendem instalar ali equipamentos sociais e culturais.*<sup>20</sup>»

*«Um grupo de jovens da associação Mirai Qu’Alforjas, sedeada na vila de Sendim, concelho de Miranda do Douro, lançou mãos à obra para limpar toda a área envolvente à antiga estação de caminho de ferro. A iniciativa, realizada no passado sábado, teve como principal objectivo alertar as entidades competentes, nomeadamente o Governo, REFER e respectivas autarquias, para o estado de abandono e degradação em que se encontram as estações desactivadas da linha do Sabor. (...) “Com esta (...) acção esperamos que haja uma resposta, já que há projectos para dignificar aquela área, que faz parte da memória colectiva”, relembra o dirigente associativo.*<sup>21</sup>»

*«Uma composição completa do comboio Foguete – que ligava Lisboa ao Porto nos anos cinquenta – encontra-se fechada há seis anos na estação de Elvas à espera de ser recuperada, depois de ter vindo de Estremoz, onde jazia ao ar livre num adiantado estado de degradação. (...) As composições foram dismanteladas e apenas sobrou uma única que esteve 20 anos a apodrecer em Estremoz, tendo sido rebocada para Elvas em 1999 para uma situação provisória que se arrisca a tornar-se definitiva.*<sup>22</sup>»

<sup>16</sup> Mensageiro de Bragança, 1 Nov. 2007.

<sup>17</sup> Diário de Notícias, 5 Jul. 2006.

<sup>18</sup> Nordeste, 5 Jul. 2005.

<sup>19</sup> Semanário Transmontano, 26 Fev. 2004.

<sup>20</sup> Jornal de Notícias, 22 Ago. 1996.

<sup>21</sup> Nordeste, 12 Jun. 2007.

<sup>22</sup> Jornal Público, 7 Mar. 2006.

«A Refer está a efectuar um estudo integrado para toda a Linha do Sabor, tendo em vista a reabilitação e valorização patrimonial de todas as estações que se encontram em avançado estado de degradação. Após o encerramento do troço entre o Pocinho e Duas Igrejas (Miranda do Douro), o património ferroviário ficou abandonado e os programas de recuperação anunciados acabaram por não sair do papel. (...) O trabalho está a ser articulado com os municípios, para que as estações possam vir a ter o uso que mais se enquadra na economia local.<sup>23</sup>»

As notícias reproduzem-se à escala nacional, ainda que com maior incidência no norte do país em virtude de ali se encontrar a maior parte dos vestígios materiais das linhas-férreas desactivadas desde a década de 80, e comprovam uma crescente sensibilização para as questões da preservação e valorização do património histórico dos caminhos de ferro. As populações locais afiguram-se atentas e interessadas no assunto. No entanto, as propostas aventadas passam na sua quase totalidade por estratégias de preservação *in situ* e, nos casos em que se perspectivam soluções museológicas, pela descentralização crescente das colecções de artefactos. Muito dificilmente estas populações, com afinidades à tradição ferroviária local, mas não necessariamente ligadas à actividade, poderiam ser encontradas nos públicos reais de um museu de âmbito nacional. Aliás, remetidas à sua condição de “não passageiros”, uma vez que muitas das localidades referidas há muito que não são servidas por comboios e vários estudos têm vindo a concluir que os seus habitantes o usam cada vez menos nas suas deslocações, não poderiam ser sequer consideradas como públicos potenciais.

Quem são afinal os públicos efectivos do MCFL? As referências expressas aos seus visitantes não são muito frequentes. Pouco tempo depois da inauguração da primitiva secção museológica era descrito pela imprensa local como muito visitado<sup>24</sup>:

«O interesse das pessoas em visitar a Secção Museológica de Material Ferroviário (...) continua num ritmo verdadeiramente crescente. Assim, tem-se verificado um constante aumento no número de visitantes.<sup>25</sup>»

Do ponto de vista qualitativo, no início da década de 80, era frequentado sobretudo por estrangeiros e por admiradores nacionais do caminho de ferro sendo, contudo, pouco conhecido ao nível do concelho e da região, nomeadamente pela população jovem e escolar:

«Já por aqui têm passado pessoas vindas das mais longínquas terras do Universo, como do Japão, Austrália, América do Norte, etc. Enquanto estes se deslocaram distanciados milhares de quilómetros, há pessoas desta terra, deste concelho e deste distrito que ainda o desconhecem. É verdade que muita gente do nosso concelho e desta região não tem conhecimento da sua existência. É necessário e impõe-se que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, o divulgue e o referencie no Roteiro Turístico do nosso concelho. (...) São motivos históricos e culturais. Por isso, devem ser mostrados não só aos letrados, mas também aos estudiosos, nomeadamente aos jovens estudantes dos vários níveis de ensino.<sup>26</sup>»

Em meados dos anos 90, porém, quando vieram público as primeiras notícias que davam conta da intenção da CP em desmantelar a secção museológica, era descrito como um espaço procurado por:

«Gente de todas as categoriais sociais. Há dias em que por aqui passaram em visita ao museu centenas de pessoas, na sua maioria, estudantes de todos os graus de ensino, acompanhados dos seus professores em visitas de estudo. Tem havido dias em que o número ultrapassa as três centenas.<sup>27</sup>»

.....  
<sup>23</sup> Nordeste, 11 Set. 2007.

<sup>24</sup> Jornal de Famalicão, 3 Jul. 1981.

<sup>25</sup> Jornal de Famalicão, 5 Mar. 1982.

<sup>26</sup> Jornal de Famalicão, 7 Out. 1983.

<sup>27</sup> Cidade Hoje, 20 Jul. 1995.

Paralelamente assistiu-se a um alargamento quantitativo. Em 1995, a média mensal rondava os 400 visitantes, um número elevado quando comparado com a média de 450 frequentadores em 2003<sup>28</sup>, após a reabertura num espaço renovado. Não obstante a sua localização periférica no concelho de Famalicão, o MCFL apresenta hoje um índice elevado de sucesso junto dos públicos escolares, congregando alunos de escolas de todo o distrito do Porto e de alguns concelhos de Braga. No ano lectivo de 2006/2007, foi considerado a estrutura museológica mais visitada pelos alunos do primeiro ciclo do ensino básico da rede escolar de Vila Nova de Famalicão<sup>29</sup>. A avaliação levada a cabo pela autarquia teve como objectivo medir o grau de satisfação dos docentes e alunos do concelho em relação ao projecto “Viagens pelo Património Cultural”. Dos sete espaços culturais envolvidos<sup>30</sup>, o MCFL foi o espaço mais procurado<sup>31</sup>, tendo recebido nesse ano um total de 3435 alunos, cerca de 70% mais do que aqueles que visitaram o Museu Bernardino Machado (2010 visitantes) e mais de o dobro da Casa Museu Camilo Castelo Branco (1345 crianças)<sup>32</sup>, superioridade numérica que se manteve, embora com menor vantagem, no ano lectivo de 2007/2008<sup>33</sup>. Não é de estranhar, por isso, a publicação do título «*Crianças de Famalicão preferem os comboios à pintura*»<sup>34</sup> num dos periódicos com maior tiragem a nível regional.

Os textos jornalísticos não são, obviamente, as fontes de informação mais indicadas para a obtenção de dados numéricos. No entanto, tendem a analisar qualitativamente a informação estatística que as entidades oficiais cedem aos redactores das notícias. Assim, das 7000 pessoas que procuraram o museu em 2007/2008<sup>35</sup>, em que maioria é constituída por crianças em idade escolar, há a destacar ainda os apaixonados pelos comboios oriundos de todo o mundo, para os quais Lousado é local quase obrigatório pela qualidade do acervo que possui e pelo museu em si, reconhecido como «*um dos mais ricos e qualificadas a nível ibérico e europeu*»<sup>36</sup>.

Aos três segmentos de públicos já referidos – os ferroviários, entusiastas dos caminhos de ferro e populações das localidades de V.N. Famalicão e Entroncamento – junta-se, portanto, um quarto grupo, por sinal o único que pode ser identificado como público real do museu. Obviamente que a este respeito ficam muitas questões por resolver, nomeadamente o porquê da predilecção de alunos e educadores pelo museu dos caminhos de ferro e quantas destas pessoas são utilizadoras de comboio. Procurar-se-ia com estas respostas confirmar ou infirmar o pressuposto dos responsáveis pelo MNF de que os seus espaços museológicos se destinam a um público tão alargado como é o dos passageiros do transporte ferroviário.

Todavia, como houve oportunidade de referir previamente, a linha de desenvolvimento deste trabalho está orientada para a identificação dos públicos reais do museu. Por outras palavras, os seus visitantes. Qual o seu perfil sócio-demográfico e cultural? Como chegam e por que vêm ao museu? Como se caracteriza a sua experiência museológica? Como avaliam essa experiência?

.....  
<sup>28</sup> Fonte: Registo Mensal dos Visitantes das Secções Museológicas (Levantamento realizado pelo Departamento de Património e Museologia da CP).

<sup>29</sup> *Jornal de Notícias*, 19 Jun. 2007.

<sup>30</sup> Para além do MCFL, a Casa de Camilo, o Museu Bernardino Machado, o Museu da Indústria Têxtil, a Estação Arqueológica de Perrelos, a Casa-Museu Soledade Malvar e o Museu da Fundação Cupertino de Miranda.

<sup>31</sup> *Cidade Hoje*, 20 Jun. 2007.

<sup>32</sup> Fonte: CMVNF. (Disponível em: [http://www.cm-vnfamalicao.pt/noticias/desenv\\_noticias.php?ntid=1838](http://www.cm-vnfamalicao.pt/noticias/desenv_noticias.php?ntid=1838)).

<sup>33</sup> *Cidade Hoje*, 17 Jun. 2009. No ano lectivo de 2007/2008, o MCFL foi apenas superado no número de visitantes pela Biblioteca Municipal de Famalicão e pela Casa das Artes. Recebeu um total de 2005 alunos das escolas do concelho, contra os 1989 que visitaram a Casa Museu Camilo Castelo Branco, os 1610 que visitaram o Museu Bernardino Machado e os 1390 que procuraram o Museu da Indústria Têxtil. Os restantes espaços museológicos do concelho receberam menos de 1000 visitantes.

<sup>34</sup> *Diário do Minho*, 19 Jun. 2007.

<sup>35</sup> *O Povo Famalicense*, 26 Fev. 2008.

<sup>36</sup> *Cidade Hoje*, 20 Jun. 2007.

### 3. Os visitantes do MCFL:

#### 3.1. *Precisões metodológicas*

O inquérito por questionário é uma metodologia extensiva de recolha de dados que pressupõe a construção do conhecimento através de uma lógica hipotética-dedutiva e que, mediante o tratamento quantitativo da informação, permite testar hipóteses previamente enunciadas. Tem sido o método de trabalho mais aplicado nos estudos de recepção e consumo de produtos culturais realizados no contexto português, embora a sua base empírica nem sempre parta de amostras robustas das populações a estudar.

Neste estudo, o objectivo da apresentação dos dados obtidos através da aplicação de um questionário junto dos visitantes do MCFL não é tanto o de generalizar os resultados a um universo mais vasto, mas de permitir perceber se os *públicos potenciais* do museu, descritos no ponto 1 deste trabalho, são efectivamente os seus *públicos reais* e o que os caracteriza enquanto visitantes.

A inexistência de indicadores estatísticos que permitissem construir uma amostra probabilística representativa teve como consequência o recurso a um procedimento de amostragem menos rigoroso e, por isso, menos representativo do universo de frequentadores do MCFL. Com efeito, dos dados recolhidos previamente à construção do questionário, percebeu-se que o organismo responsável pela estatística de visitas (a Fundação Museu Nacional Ferroviário – FMNF) apenas previa a quantificação mensal do total de visitantes diferenciados, numa primeira fase, entre crianças e adultos, destacando mais tarde no grupo dos adultos o número de estrangeiros e, numa segunda fase, considerando um quarto grupo, o das crianças que vão ao museu quando integradas em visitas escolares (Quadros N.º 2 e 3). Este aperfeiçoamento progressivo no conhecimento das tipologias de visitantes permitiu destacar o universo dos adultos portugueses como população a inquirir. Contudo, não dispondo de elementos sobre um padrão de frequência diária<sup>37</sup>, optou-se por não utilizar qualquer tipo de amostra ou taxa de sondagem. Definiu-se que os questionários deveriam ser apresentados a todos visitantes que se inscrevessem nesta categoria (falantes de língua portuguesa, com mais de 15 anos, deslocando-se a título particular ou em grupo, excepto em situação de visita guiada), sendo preenchidos por quem mostrasse disponibilidade para o fazer. Em relação aos visitantes integrados em grupos, famílias ou casais, foi solicitado que apenas um dos elementos o fizesse. No caso de um grupo em excursão, um dos organizadores ou qualquer outro elemento; caso fossem famílias/casais, um representante que poderia, se assim o entendesse, responder em nome do colectivo que acompanhava. Procurou-se, desta forma, impedir a redundância de situações e experiências de visita, sobretudo quando as suas motivações são impostas pela pertença do indivíduo ao grupo sendo, portanto, exteriores à sua vontade pessoal.

O instrumento de medida utilizado foi um inquérito por questionário escrito, redigido em Português, composto por 35 questões (na sua maior parte objectivas ou fechadas) e com um tempo de resposta estimado em cerca de 10 a 15 minutos<sup>38</sup>. Definiu-se que este seria auto-administrado, ou seja, preenchido pelos próprios visitantes do MCFL. O âmbito e conteúdo das questões incidiam sobre os antecedentes e circunstâncias da visita; as motivações da ida ao museu; a opinião dos visitantes sobre o espaço museológico; os modos de relacionamento com a temática do museu; os seus hábitos culturais; e o perfil sócio-demográfico dos inquiridos.

<sup>37</sup> Algumas informações avulsas prestadas por funcionários da recepção do MNF indicavam uma certa irregularidade do número de visitantes, registando-se dias de grande afluência e outros com reduzido número ou mesmo nenhum visitante.

<sup>38</sup> O questionário escrito foi construído com base nas recomendações de HILL e HILL, 2008.

No que se refere aos procedimentos de abordagem dos visitantes e monitorização da aplicação do questionário, estes dependeram da colaboração dos profissionais da FMNF, nomeadamente do contributo dos recepcionistas e técnicos de atendimento. Aquando da administração de uma versão pré-teste, durante alguns dias mês de Junho de 2009, houve oportunidade de sensibilizar os funcionários para os objectivos deste trabalho e a melhor forma de apresentação do instrumento de inquirição. Assim, ficou acordado que alguns exemplares do questionário deveriam estar sempre visíveis, junto de esferográficas, num espaço destacado da recepção, o que não invalidava que os mesmos fossem anunciados aos visitantes logo à entrada do museu, imediatamente depois da apresentação de boas-vindas e da aquisição do bilhete. A solicitação de preenchimento antes da visita teve como objectivo permitir que o visitante pudesse fazer a gestão do tempo que pretendia dedicar às exposições em função deste novo elemento. Aos funcionários competiria ainda informar dos locais de descanso existentes ao longo da exposição, onde os visitantes poderiam assinalar as suas respostas num ambiente de maior conforto e descontração, e, no final, preencher os dados técnicos de cada questionário (número de ordem e data), bem como um mapa de controlo diário do número de exemplares entregues, preenchidos e não aceites. A entrega do questionário preenchido não exigia que o visitante tivesse de procurar novamente o funcionário da recepção. Para o efeito, encontrava-se assinalado à saída do museu um local para o depósito de exemplares preenchidos. A fase de inquirição decorreu, durante 365 dias, entre os meses de Julho de 2009 e Junho de 2010.

Os cuidados descritos não impediram, todavia, a ocorrência de situações que, embora previstas inicialmente, não foram devidamente avaliadas. Em primeiro lugar, a escolha do método de recolha de dados – o questionário – que, de forma generalizada, foi considerado embaraçoso à própria visita, merecendo, em situações pontuais, comentários displicentes à situação de pesquisa<sup>39</sup>. Houve também quem argumentasse não perceber a utilidade do questionário por duvidar que a sua opinião fosse importante para algum efeito. A isto acresce a generalizada “falta de tempo”, “falta de paciência” e “falta de disponibilidade” com que os funcionários foram confrontados, tal como o próprio tempo de preenchimento requerido, consequência de um instrumento de medição que se veio a revelar demasiado extenso, complexo e cansativo<sup>40</sup>, embora este tenha sido um risco assumido à partida dado não ter suscitado problemas de maior durante a realização do pré-teste. Também o facto de se ter optado pela administração directa do questionário foi utilizado como argumento de recusa de preenchimento. Alguns visitantes mostravam-se favoráveis a uma colaboração se outra pessoa registasse as respostas, “delicadeza” que os funcionários foram aconselhados a não tomar por implicar uma disparidade de procedimentos.

Verificou-se ainda que o envolvimento e a colaboração dos funcionários foram, de algum modo, irregulares e cada vez menores, o que se reflectiu na redução drástica do número de questionários preenchidos após os primeiros dois meses de inquirição (Quadro N.º 4) e na desproporcionalidade em relação ao número total de visitantes (Quadro N.º 5). Quando se procurou indagar sobre o porquê desta redução, várias explicações

.....  
<sup>39</sup> Citam-se algumas das expressões utilizadas pelos visitantes solicitados a “opinar” sobre o museu:

«Desculpe, não temos tempo. Queremos aproveitar a visita.»

«Uma pessoa trabalha toda a semana, vem ao museu para descansar e ver umas coisas bonitas e ainda tem trabalho por cima?!»

«Eu quero lá saber do questionário! O Governo quer saber tudo, mas depois não faz nada por nós...»

«Eu respondo a tudo se alguém fizer as cruzes por mim. Eu dito e a menina escreve.»

Este tipo de argumentos reproduz, não textualmente, a avaliação do processo de inquirição solicitada periodicamente aos funcionários do MNF.

<sup>40</sup> Dos questionários recolhidos, percebeu-se que as perguntas múltiplas, as questões abertas e as questões que misturavam conjunções e disjunções obtiveram menor taxa de respostas ou reflectiram respostas não ponderadas.

foram avançadas. A progressiva e compreensiva desmotivação dos funcionários do MNF quanto à validade e utilidade do questionário, acentuada à medida que maior número de pessoas recusava colaborar, é uma delas. Por esta razão, não só se assistiu à redução gradual do número de questionários respondidos, como se verificou um aumento do número de questionários que, embora preenchidos, não puderam ser validados e integrar à amostra<sup>41</sup> e a anulação das tarefas de monitorização do processo de recolha de dados (nomeadamente o preenchimento dos dados técnicos do questionário e do mapa de controlo diário que gradualmente foi esquecido).

Houve, por isso, a necessidade de implementar, ao longo do tempo, estratégias de remediação que visaram alargar o número de questionários entregues e as modalidades de preenchimento. Para além do supervisionamento mais frequente do processo, durante o qual se renovaram os esforços de sensibilização dos funcionários para a importância de os visitantes serem convidados a participar e de lhes serem explicados os objectivos gerais do estudo, criou-se a possibilidade de as pessoas disporem de mais tempo para responderem ao inquérito. Assim, aos visitantes que se mostravam pouco interessados em responder no museu, mas não se importavam de o fazer depois, foi solicitado o contacto electrónico para o qual seria enviada uma versão digital do questionário. Equacionou-se ainda a possibilidade de os visitantes poderem colaborar noutro momento qualquer após a visita ao museu, enviado as suas respostas num envelope selado que lhes era entregue, juntamente com o questionário, à entrada ou saída do museu. Esta dupla modalidade de recolha de respostas pós-visita teve como objectivo aumentar o número de inquiridos e limitar uma sobre-representação de indivíduos com níveis mais elevados de escolarização (e, portanto, mais familiarizados com as novas tecnologias), que poderia ocorrer se tivesse optado por disponibilizar unicamente um questionário *on-line*. Todos os questionários entregues em sobrescrito foram efectivamente devolvidos.

Tais considerações não impedem que, do ponto de vista pessoal, se assuma um *mea culpa*. O reduzido número de casos apurados, quando comparado com o universo de inquirição, é sobretudo uma consequência do método de pesquisa utilizado, da dimensão do questionário aplicado, da delegação de responsabilidades, preferindo a administração indirecta do questionário pela sua administração directa, e da impossibilidade de um acompanhamento mais próximo do processo de inquirição<sup>42</sup>.

Feitas as contas, no universo de 2231 visitantes que, entre Julho de 2009 e Junho de 2010, visitaram o MCFL, houve 110 respondentes, o que traduz uma representatividade de 4,93% (Quadros N.º 4 e 5). Apesar de as recomendações metodológicas definirem um mínimo de 100 respondentes para se proceder a um estudo com carácter de avaliação diagnóstica<sup>43</sup>, requisito cumprido, este trabalho não teve por base uma amostra probabilística que permitisse calcular a margem de erro ou definir o grau de confiança nos resultados

.....  
<sup>41</sup> Por documento válido entendeu-se o questionário preenchido ou parcialmente respondido, desde que nele constassem os dados sócio-demográficos e pelo menos metade do total de respostas solicitadas. No entanto, a principal razão que justificou a anulação de alguns questionários não se prendeu tanto com o facto de estes estarem apenas parcialmente respondidos (o que corresponde a uma pequena parte do número de questionários invalidados), mas com a verificação de algumas respostas reflectirem o não cumprimento dos requisitos que deveriam ser considerados no momento de entrega do questionário ao visitante. Houve exemplares preenchidos por menores de 15 anos e situações em que todos os elementos da mesma família responderam a um questionário próprio, o que denuncia que os funcionários a quem foi delegada a tarefa de acompanhar este processo foram gradualmente demitindo-se desta responsabilidade.

<sup>42</sup> Este acompanhamento foi, contudo, mais assíduo no núcleo museológico de Lousado do que no Entroncamento. Enquanto que, em Lousado, foram possíveis algumas visitas regulares ao museu, durante as quais assumi a tarefa de entregar os questionários, no Entroncamento não houve esta possibilidade, razão pela qual o acompanhamento se limitou a quatro visitas num espaço de um ano e a contactos regulares por telefone com o objectivo de recordar e sensibilizar para os objectivos do projecto em causa.

<sup>43</sup> TAYLOR, 1991:55.

obtidos. Por essa razão, os dados recolhidos reportam-se unicamente à amostra em questão, não devendo ser generalizados para o universo dos visitantes do MCFL<sup>44</sup>.

Para terminar este enquadramento metodológico, há que sublinhar o, no mesmo período de análise, questionário foi aplicado também no NNF – Entroncamento. Embora o enfoque deste texto seja o MCFL e as suas especificidades, optar-se-á por apresentar uma análise comparada dos dois espaços museológicos sempre que esta se afigure útil para a compreensão do lugar de um museu ferroviário em Portugal.

### **3.2. Visitantes: Quem são? Quantos são? De onde vêm?**

#### *3.2.1. Os frequentadores do MNF: núcleos de Lousado e Entroncamento*

A apresentação dos dados referentes aos frequentadores do MCFL tem como fonte os registos administrativos disponibilizados pela FMNF. Sublinhe-se que documentam a frequência de visitantes durante o período de vigência desta instituição, que tomou posse em 2006 e inaugurou a sua primeira exposição temporária, no Entroncamento, em Maio de 2007. O registo do número de visitantes compreende, no caso do MCFL, o período entre Março de 2007 e Maio de 2010 e, no espaço museológico do Entroncamento, entre 18 de Maio de 2007 e o final do mês correspondente de 2010. Por isso, o valor de 697 visitantes que no 1.º semestre de 2007 visitaram o núcleo do Entroncamento encontra-se subestimado em relação aos 4886 visitantes registados em Lousado no mesmo período (Gráfico N.º 1). Aliás, uma comparação efectiva da frequência de visitantes nos dois espaços só seria possível a partir do 2.º semestre de 2008, uma vez que, só em Junho desse ano, foi inaugurado o primeiro espaço de exposições permanentes no Entroncamento. (Gráfico N.º 1).

A discriminação dos visitantes em categorias e a forma como se distribuíram em cada um dos espaços museológicos permite explicar os números anteriores. Verifica-se, pois, que dos quatro segmentos de visitantes avaliados pelo MNF, embora os ‘adultos de nacionalidade portuguesa’ correspondam ao tipo de visitante mais frequente, os públicos escolares perfazem pelo menos um terço do número total de visitantes recebidos pelo MCFL (Gráficos N.º 2 e 3), percentagem que não anda muito longe do total de adultos registados e se equipara ao número de crianças, este subsidiário da percentagem quase equivalente de adultos. Ora, sabe-se que a época tradicional de visitas de estudo nas escolas portuguesas coincide com o início do 2.º período, em Janeiro, e o termo do ano lectivo, no final do 1.º semestre anual. O núcleo de exposições do Entroncamento foi, inversamente, mais procurado por adultos que, em termos percentuais, equivalem a mais de metade dos visitantes, ultrapassando largamente a percentagem total de crianças. Crê-se, portanto, que, se não fossem as visitas escolares, meio através do qual entram no museu “públicos involuntários”, o Entroncamento teria sido o espaço mais procurado no período entre Junho de 2008 e Maio de 2010. Comprovam-no o número de entradas mensais de adultos (Quadros N.º 2 e 3), que foi sempre superior ao número de visitantes inscritos nesta categoria registados no MCFL. Em termos globais, no entanto, este último espaço ficou em vantagem também em consequência da percentagem de crianças (não integradas em visita escolar) que o visitaram (Gráfico N.º 5), o que sugere uma maior tendência para a captação de visitantes vindos em família. Em relação aos estrangeiros, segmento de público, também considerado pelo MNF, estes correspondem a cerca de 2% do total de visitantes de ambos os espaços, uma percentagem residual que não permite que se teçam outras considerações (Gráficos N.º 1 e 2).

Focando em específico cada espaço museológico, conclui-se que o núcleo sede do MNF se transformou, em pouco mais de um ano de actividade, no local de referência do património histórico ferroviário, ao igualar e

<sup>44</sup> Por essa razão também, não foi possível uma análise estatística a partir de técnicas bivariadas e multivariadas, por muito importante que fossem os cruzamentos de determinadas variáveis para os quais foi pensado o questionário.



ao ultrapassar mesmo a percentagem de adultos e crianças que no mesmo período visitaram Lousado (Gráfico N.º 4). Em relação aos públicos escolares, cujos dados são estão disponíveis para o período de tempo de Janeiro de 2009 a Junho de 2010, a vantagem do Entroncamento apenas se confirma no 1.º semestre de 2009, provavelmente em consequência do impacto da inauguração da Rotunda de Locomotivas nas comunidades escolares vizinhas. Lousado continua a ser o espaço mais procurado pelas escolas (Gráfico N.º 6).

Os dados apurados permitem, desde já, retirar algumas conclusões. Embora o MCFL seja mais antigo em termos de existência física, o Entroncamento encontra-se há muito mais tempo enraizado no imaginário colectivo como o local do 'museu nacional ferroviário', captando maior percentagem de segmentos de público que voluntariamente se dirigem a este tipo de estrutura museológica. Por seu turno, a frequência de visitantes em Lousado patenteia já alguma tradição junto do público escolar, a quem o museu cativa muito mais pelas suas colecções do que pelo sítio onde está sediado, pela memória ferroviária do local ou pelo seu simbolismo.

### 3.2.2. Resultados do Inquérito: Caracterização sociográfica dos inquiridos

Como se referiu anteriormente, não há uma intenção de generalizar os resultados obtidos a partir da análise dos 110 casos apurados ao universo populacional em estudo, o dos adultos de nacionalidade portuguesa. É importante ressaltar, todavia, que a não colaboração, as não respostas, as omissões e a não representação ou sub-representação de alguns grupos também têm significado na caracterização do perfil dos públicos do MNF.

A análise da variável sexo dos inquiridos conduz a uma ideia que pouco tem em comum com as conclusões extraídas dos estudos de visitantes de outros museus e dos consumidores de produtos culturais em geral: a atracção de uma maior percentagem de público masculino. Os dados recolhidos (Gráfico N.º 7) não reflectem o equilíbrio tendencial entre a percentagem de mulheres e homens como frequentadores de espaços museológicos e muito menos a predominância feminina no consumo de bens culturais, consequência da recente feminização da população escolar e de uma maior visibilidade da mulher no espaço público. Pelo contrário, patenteiam a vantagem do público masculino sobre o público feminino. Como se alertou previamente, os dados obtidos não podem ser utilizados para generalizar conclusões ao nível dos visitantes do museu. No entanto, importa sublinhar que a diferença de 7% que separa o número de homens inquiridos e o número de respondentes femininas correspondem a valores muito equivalentes em cada um dos espaços museológicos avaliados, o que pode atribuir um relativo grau de confiança à amostra. De resto, esta conclusão não constitui propriamente uma novidade. A generalidade dos estudos realizados tem comprovado uma maior frequência de visitantes masculinos em museus militares e técnicos<sup>45</sup>. No caso específico dos museus ferroviários, um estudo comparativo entre os frequentadores do Victoria & Albert Museum, do Science Museum de Londres e do NRM concluiu que 60% dos frequentadores dos dois museus técnicos são homens, enquanto que no museu de arte correspondem a apenas 43%<sup>46</sup>.

No que diz respeito à composição etária dos inquiridos, as respostas recolhidas no MCFL apontam para uma maior frequência de população jovem: 29,8% até aos 24 anos de idade e 54,8% até aos 34 (Gráfico N.º 8). Cruzando a idade e o sexo dos inquiridos, (Gráficos N.º 9 e 10), foram as visitantes mais jovens que optaram por responder ao questionário, enquanto na amostra masculina o grupo mais numeroso é constituído pelos visitantes com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos. Note-se também que apenas 12% do total de inquiridos se encontra na faixa etária com mais de 55 anos. Não existindo um grau de certeza em relação aos dados apurados, apenas se pode referir que tendem a confirmar o impacto do MCFL junto da população jovem e em idade escolar (embora o grupo mais representativo deste universo, os menores de 15 anos,

.....  
<sup>45</sup> SANTOS E NEVES: 2005.

<sup>46</sup> HEADY, 1984: 8-9.

não esteja representado na amostra) e o tradicional menor impacto dos museus de caminhos de ferro junto da população jovem<sup>47</sup>. Acresce ainda que os números poderiam ser mais esclarecedores se não se tivesse verificado, durante o acompanhamento e monitorização da aplicação do inquérito, uma maior aceitação dos questionários por parte dos visitantes mais novos e um maior número de recusas por parte dos visitantes de escalões etários mais altos.

Quanto ao estado civil, o contingente de solteiros equivale a menos de metade dos inquiridos sobressaindo, neste caso, uma maior percentagem de visitantes casados, que poderia ser maior se agregada aos cerca de 8% que vivem em união de facto (Gráfico N.º 11). Cruzando o estado civil com a variável sexo, confirma-se no MCFL a predominância dos solteiros e casados, ainda que tenham sido inquiridos um maior número de mulheres solteiras e haja mais respondentes masculinos na situação de casados (Gráfico N.º 12).

Os dados tendem a reiterar contingentes de visitantes mais jovens, mas poderiam denunciar também que as mulheres se demitiram da tarefa de preencher o questionário quando se deslocaram ao museu acompanhadas pelo cônjuge, o que significaria atribuir a responsabilidade da visita ao marido. A maior percentagem de mulheres solteiras como respondentes tende, no entanto, a relativizar o “carácter masculino” deste espaço. Por um lado, vai de encontro à generalidade de estudos de recepção e consumos culturais, que apontam para uma quebra do envolvimento da mulher associado à idade adulta e ao casamento. Por outro lado, poderia infirmar a ideia de que as mulheres que visitam museus técnicos fazem-no a acompanhar outros membros da família (maridos ou filhos) destacando-se, por isso, um maior número de visitantes casadas<sup>48</sup>. Mais uma vez o reduzido número de questionários respondidos não permite proceder a afirmações conclusivas e abrir muito mais hipóteses de leitura.

A análise dos níveis de escolaridade traduz melhor a especificidade deste tipo de museu e os dados, ainda que circunscritos a uma amostra muito restrita, são esclarecedores. Recorde-se previamente que os vários estudos de públicos têm mostrado uma relação não automática entre o nível de escolaridade dos indivíduos e o seu envolvimento em actividades culturais. Trata-se, aliás, de um relação ainda mais vincada quando a tónica assenta sobre visitantes de museus, uma vez que a posição de destaque é ocupada, quase que invariavelmente, por escalões constituídos por indivíduos com estudos pós-secundários. Ora, o que se verifica nas exposições de artefactos ferroviários em Portugal, como nas suas congéneres europeias<sup>49</sup>, é que a maior parcela dos visitantes não está do lado dos que frequentaram o ensino superior. Ainda que este contingente seja significativo, o grupo mais numeroso resulta da soma de todos os que frequentaram níveis de ensino e cursos até ao ensino secundário, sendo que os indivíduos que apenas concluíram o 9.º ano de escolaridade não estão, de maneira nenhuma, alheados do público efectivo do museu onde, afinal, foi possível, ainda que em número mínimo, encontrar indivíduos cujo nível de estudos não foi além da quarta classe (Gráficos N.º 14, 15 e 16). Sem surpresa as mulheres surgem como as mais escolarizadas. Elas estão em maior número nos escalões de indivíduos detentores de habilitações de nível secundário e superior, figuram em menor percentagem na quota dos inquiridos que apenas frequentaram até ao 3.º ciclo do ensino básico e são inexistentes entre os que só concluíram o ensino primário. Dado o número reduzido de questionários preenchidos, não foi considerado útil o escalonamento dos níveis de escolaridade por grupos etários. No

.....  
<sup>47</sup> HEADY, 1984: 8-9. O autor concluiu que apenas 32% dos visitantes do NRM têm menos de 20 anos.

<sup>48</sup> HEADY, 1984: 15.

<sup>49</sup> O estudo comparativo dos frequentadores do Victoria & Albert Museum, do Science Museum e do NRM, concluiu que os visitantes das primeiras duas estruturas museológicas possuem níveis de educação mais elevados do que os públicos do principal museu ferroviário britânico. Em 1984, cerca de 63% dos visitantes deste museu tinha terminado os seus estudos antes dos 17 anos. Conseguiu apurar ainda que a maior parte dos frequentadores do NRM é pouco mais escolarizada do que a generalidade da população britânica (HEADY, 1984: 18).

entanto, importa ressaltar que a maior percentagem de indivíduos escolarizados, excluindo os que dada a juvenildade ainda frequentam instituições de ensino, encontra-se na faixa etária dos 25 aos 44 anos, o que, em termos estatísticos, poderia indiciar um fenómeno recente de aquisição de capital cultural. O indicador de capital<sup>50</sup> cultural foi, aliás, equacionado como uma das variáveis importantes para a compreensão dos fenómenos em estudo, razão pela qual se questionou sobre o nível de escolaridade dos pais. Uma parte significativa dos inquiridos optou por não responder.

Outra variável de caracterização que suscitou alguns problemas durante a análise quantitativa dos dados foi a área de residência dos inquiridos. Em virtude do reduzido número de casos apurados e dada a diversidade de concelhos de residência dos inquiridos, optou-se por agregá-los em âmbitos geográficos mais alargados penalizando, desta forma, o mapeamento das áreas de residência mais representadas. Importou, no entanto, calcular a posição que ocupam as populações locais como visitantes e, portanto, público real do museu. Contrariamente à leitura que se faz de outras fontes de informação, nomeadamente a imprensa, a população residente no concelho onde está sediado o museu não tem muita expressão na amostra. Corresponde a 16,4% dos inquiridos. (Quadros N.º 6). Mais uma vez os dados não são conclusivos. Todavia, conduzem forçosamente a uma questão: até que ponto uma opinião pública interessada na manutenção e criação deste espaço assumirá o papel de visitante ou participante nas actividades museológicas? Por outras palavras: será que a posse territorial de um museu está relacionada com a vontade de o frequentar? A este nível importaria desenvolver processos de investigação que permitissem apurar na população local a percentagem de indivíduos, agrupados em diversas categorias, que efectivamente conhece este espaço museológico e calcular o número de vezes que o visitaram. Seja como for a lógica de museu de proximidade ou de âmbito regional parece evidente no caso do MCFL onde cerca de 68% dos inquiridos residem em áreas próximas do concelho de V. N. Famalicão, situado numa zona de fronteira do distrito de Braga com o do Porto<sup>51</sup>.

No que se refere ao estatuto socioprofissional dos inquiridos<sup>52</sup>, a percentagem dos que exercem uma profissão é claramente dominante, não sendo maior devido à presença de indivíduos que, pela sua idade, ainda fazem parte da população estudante. Em relação aos activos, os dados reflectem a composição académica da amostra (Quadro N.º 7). Os profissionais intelectuais e científicos (representados pelos quadros superiores e pelo grupo dos professores/educadores) apenas estão em vantagem em relação aos restantes grupos entre os inquiridos do sexo feminino que visitaram o MCFL, correspondendo a 48% do total de mulheres

<sup>50</sup> O indicador de capital cultural cruza a escolaridade dos indivíduos com a escolaridade dos pais, equacionando a análise a partir de três categoriais: *capital cultural consolidado* (que corresponde às combinações em que o indivíduo atinge o ensino médio/superior e pelo menos um dos pais tem o mesmo nível de escolaridade); *capital cultural recente* (que equivale aos casos em que, chegando o próprio inquirido ao nível médio superior, nenhum dos pais o tenha alcançado); e *capital cultural precário* (que se refere aos indivíduos cujo percurso escolar não tenha ultrapassado o ensino secundário ou complementar. Não se incluem nesta construção os indivíduos que presentemente frequentam o ensino secundário a fim de evitar os efeitos de idade. Esta tipologia tem sido aplicada em estudos como os de SANTOS e NEVES, 2005, Gomes, 2000 e Gomes, 2001.

<sup>51</sup> No MCFL, foram identificados visitantes provenientes dos seguintes concelhos: Gondomar, Maia, Matosinhos, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila Nova de Gaia, Barcelos, Braga, Guimarães, e Vizela. No seu congénere britânico, a população residente em Iorque corresponde a apenas 10% dos visitantes do NRM. (Fonte: NRM – *Monthly Visitor Figures 2008-09*).

<sup>52</sup> As categorias definidas resultam de uma adaptação com base na *Classificação Nacional de Profissões* (CNP) e na análise dos níveis de estudo dos visitantes. Devido ao reduzido número de casos apurados e à inexistência de outros que se encaixem em alguns dos grupos ocupacionais que geralmente são utilizados, procedeu-se à sua agregação em grupos mais representativos. Pela sua relevância, houve necessidade de destacar à parte o grupo dos *professores e educadores* (constituído não só por docentes, mas por outros técnicos superiores que durante a visita exerciam funções de supervisão educativa (como os psicólogos, os monitores e outros dinamizadores de grupos escolares) e os *ferroviários* (estes inseridos no mesmo grupo independentemente de possuírem ou não um curso superior).

inquiridas. De resto, o grupo mais numeroso é o dos quadros médios e técnicos profissionais (composto por aqueles que exercem funções para as quais apenas necessitaram de uma qualificação de nível secundário. Sublinhe-se ainda as diferenças entre homens e mulheres: eles sendo mais representados entre os quadros médios e técnicos profissionais (o que não reflecte a caracterização que a maior parte dos museus faz dos seus visitantes masculinos, grupo maioritariamente constituído por profissões liberais e profissionais técnicos de enquadramento<sup>53</sup>); elas sendo mais numerosas entre os quadros superiores.

Associado aos níveis de escolaridade já abordados, foi ainda possível identificar inquiridos que exercem funções de operários e profissionais de nível 1 e 2. Importa sublinhar, no entanto, que acredita-se que este grupo esteja subrepresentado na amostra, não só porque tradicionalmente são os detentores de estudos de nível superior que mais facilmente aceitam colaborar nestes tipo de estudos (em virtude de uma maior sensibilidade para os contornos académicos subjacentes), como pelo facto, confirmado empiricamente, de os questionários que não puderam integrar a amostra por terem sido invalidados corresponderem ao perfil de visitante inscrito na categoria dos operários e profissionais de nível 1 e 2.

Dos grupos com pouca expressão na amostra, procurou-se destacar ainda o dos ferroviários<sup>54</sup>, público potencial do museu e, na prática, um público quase real. Carecem-se de maior número de dados quantitativos que permitam perceber até que ponto os ferroviários, a quem é permitida a visita gratuita, constituem neste género museológico um *visitante-tipo*, pela quantidade de trabalhadores do sector que frequentam o museu, um *visitante assíduo* ou um *visitante esporádico*, pela quantidade de vezes que o fazem.

### **3.3. Visitantes: Como e por que vão ao museu? O que os motiva?**

#### *3.3.1. Antecedentes e circunstâncias da visita*

Compreender o que está a montante do acto de visitar um espaço museológico ferroviário foi um dos objectivos da aplicação do inquérito por questionário. A notoriedade do MNF e dos seus núcleos museológicos pode ser avaliada também a partir do conhecimento prévio à visita que o público tem desses mesmo espaços. Tendo sido colocada uma questão sobre 'há quanto tempo sabiam da existência do museu', a maior parte dos inquiridos demonstrou possuir um conhecimento consistente (Quadro N.º 8). Ainda assim, cerca de 20% informou ter tido conhecimento da existência do museu no próprio dia em que o visitou.

A análise das fontes de informação mais referidas como meios de divulgação do MNF (Quadro N.º 14) ajuda a compreender este número, uma vez que coloca nos patamares cimeiros formas que dependem das redes de convivência próximas dos visitantes, como a 'informação de amigo(s)' e a 'informação de familiares', meios através dos quais pelo menos um quarto dos inquiridos tomou conhecimento do museu. Note-se, mais uma vez, a especificidade do público de enquadramento escolar, ou não tivesse sido a 'informação de professor(es)' o meio de conhecimento para cerca de 10% dos respondentes. Seguem-se a Internet, seja através de *site*, página associada ao museu ou outro endereço na *web*, as 'Placas indicativas ou *Outdoors*' nas imediações dos espaços museológicos e a publicidade distribuída no concelho.

.....  
<sup>53</sup> SANTOS E NEVES: 2005: 90-93.

<sup>54</sup> Para se calcular o número de ferroviários existentes no universo de amostragem foi incluída no questionário a seguinte questão: 'P.26 Profissionalmente, trabalha ou já trabalhou em algum sector da actividade ferroviária?' Esta pergunta cumpria o objectivo identificar os respondentes, na condição de funcionários ou ex-funcionários dos caminhos ferro, que eventualmente não indicassem a sua profissão principal no final do questionário.

Outras fontes de informação têm permitido divulgar o MCFL. Não tendo sido prevista de início, nesta categoria foram agregados os inquiridos que, sendo funcionários dos caminhos de ferro, assumiram como natural conhecerem o museu.

Analisando agora a *condição como visitante* em que cada inquirido chegou ao museu, conclui-se que a esmagadora maioria, mais de 70%, o fez pela primeira vez (Quadro N.º 10). No entanto, observando a condição do visitante por sexo, percebe-se que a distância percentual entre os que o visitaram pela primeira vez e os que já o haviam feito em pelo menos mais do que uma ocasião, não é tão grande entre os homens. O público feminino, por sua vez, só mais raramente tende a repetir a visita (Quadro N.º 11). De resto, a propósito dos cerca de 25% que visitaram o museu mais do que uma vez, impõe-se forçosamente a necessidade de questionar sobre a assiduidade e o grau de fidelização em relação a este tipo de espaço museológico, uma vez que mais de um quarto dos inquiridos informou ter realizado a visita num contexto de objectivos educativos (Quadro N.º 11). Se a fidelização dos públicos escolares é um facto, o mesmo não se pode afirmar em relação ao restante público<sup>55</sup>.

A verificação dos meios de transporte através dos quais os visitantes se deslocam ao museu tem sido um dos itens de abordagem dos vários estudos de públicos realizados em Portugal. No caso específico do MCFL, este indicador assume especial relevância uma vez que, como atrás se disse, o MNF procura exercer influência no âmbito das políticas de mobilidade, incentivando a utilização do comboio como meio de transporte. É, por isso, importante sublinhar que, segundo os dados da amostra, esta forma de deslocação não assume uma posição de destaque, uma vez que equivale à utilização do veículo próprio. Aliás, nos questionários aplicados no Entroncamento, o comboio ficou muito aquém do veículo próprio, utilizado por mais de metade dos respondentes (Gráfico N.º 14). Para os inquiridos que informaram ter realizado a visita quando integrados num grupo organizado para o efeito, o autocarro foi o único meio de transporte identificado. As restantes formas de locomoção correspondem a valores muito residuais.

O meio de transporte utilizado pode, por sua vez, associar-se às modalidades de acompanhamento dos visitantes. Os dados apurados permitem destacar o enquadramento familiar como o modo mais representativo de visita ao museu, uma vez que equivale a mais de 60% do total (Quadro N.º 12). Dentro deste grupo, há que sublinhar o peso dos que se fizeram acompanhar pelo cônjuge, companheiro(a) ou namorado(a), cujo valor percentual é, não só aqui mas tradicionalmente, superior ao das idas com filhos. Se não se ignorar as outras formas de acompanhamento identificadas, concluir-se-á que a visita a um museu de caminhos de ferro constitui decisivamente uma prática fundamentalmente social e familiar<sup>56</sup>. Associando a modalidade de acompanhamento ao nível de escolaridade e ocupação profissional dos inquiridos (recorde-se que, por esta amostra, predominam os indivíduos que concluíram até ao ensino secundário e, se excluído o grupo dos professores/educadores, os quadros médios e técnicos profissionais), é possível reconhecer o pressuposto de P. Bourdieu de que a “classe trabalhadora” prefere visitar os museus em grupo e, a acreditar nas repostas a algumas questões abertas, ter

.....  
<sup>55</sup> Os levantamentos de visitantes realizados no NRM estabelecem a preferência do público escolar em relação a este tipo de colecção museológica. Do total de visitantes registados no NRM em 1987, cerca de 40% era constituído por pessoas integradas em grupos escolares, sendo que esse valor descia para 18% no Science Museum de Londres e para 17% no Victoria & Albert Museum. De resto, a maior parte das pessoas que visitava o museu ferroviário, cerca de 64%, fazia-o pela primeira vez. Muito poucos visitantes informavam ter ali estado mais do que quatro vezes.

<sup>56</sup> O estudo comparativo dos frequentadores do Victoria & Albert Museum, do Science Museum e do NRM, concluiu que o museu ferroviário era dos três o mais visitado por grupos familiares, os quais correspondiam a cerca de 80% dos seus visitantes. Em contrapartida, a percentagem de famílias acompanhadas por apenas um dos cônjuges era no NRM muito menor do que a registada nos outros museus. (HEADY, 1984: 34).

disponível um guia para a acompanhar e facilitar a compreensão dos conteúdos temáticos da exposição<sup>57</sup>. Do lado oposto, as opções menos assinaladas foram justamente aquelas que consistem em visitar o museu sozinho ou na companhia de amigos, modalidades cuja expressão não ultrapassa os 10%<sup>58</sup>.

Os Quadros N.º 13 e 14 sistematizam a informação recolhida quanto às circunstâncias e motivações que explicam a visita. Mais de metade dos inquiridos respondeu ter-se deslocado ao museu especialmente para o visitar. Colocam-se, assim, de lado factores como localização do museu nas imediações de uma estação de caminhos de ferro (que é, simultaneamente, o entroncamento das linhas urbanas de Braga e Guimarães), uma vez que apenas 4,2% dos inquiridos admitiu ter visitado o espaço enquanto aguardava a chegada de um comboio.

Independentemente de a situação de visita ter-se proporcionado de uma forma planeada ou improvisada, a vontade expressa de conhecer o património histórico ferroviário português foi o motivo, entre um conjunto de 20 opções, em que se reviu a maior parte dos respondentes. A segunda razão é a visita pela primeira vez, o que vai de encontro à condição em que a maior parte dos visitantes chega ao museu (Quadro N.º 14). Em relação às restantes opções, são evidentes as diferenças registadas em cada um dos espaços em estudo. Enquanto que a vontade de aprender e descobrir coisas novas justifica boa parte das visitas efectuadas no MCFL (cerca de 13,2%), no núcleo museológico do Entroncamento os inquiridos justificaram a sua visita muito mais pela simpatia em relação ao tema das exposições e ao tipo de museu em questão (11,2%). De resto, também a este nível se espelham as modalidades de acompanhamento durante a visita, uma vez que a soma dos inquiridos que responderam estar a acompanhar familiares ou amigos ou querer dar a conhecer o museu a pessoas próximas é de cerca de 16% no MCFL<sup>59</sup>. As restantes motivações acabam por se distribuir de forma mais ou menos equitativa, sendo de notar a fraca expressão de factores de visita, tradicionalmente identificados nos estudos de visitantes de museus, como a expectativa de divertimento ou o prazer de sair.

Conclui-se, portanto, que, para além do desejo de conhecer o património ferroviário, de uma expectativa de compensação cultural e da simpatia generalizada pelo tema, para a maioria dos visitantes não existem motivações específicas que justifiquem a ida a um museu de caminhos de ferro. Este é, como outro espaço museológico, um recurso natural de aprendizagem de coisas novas, independentemente da existência de meios didácticos adequados e da qualidade dos suportes informativos das peças – textos e legendas – e dos materiais de apoio à visita – guiões, folhetos, brochuras (elementos que não entram no âmbito deste .....

<sup>57</sup> BOURDIEU e DARBEL, 1966. Segundo os mesmos autores, os visitantes mais escolarizados, por seu turno, preferem fazer a visita sozinho ou na companhia de um *connoisseur*.

<sup>58</sup> P. McManus (MCMANUS, P., 1991 – *Making sense of exhibits* in “Museum Languages”, ed. G. Kavanagh, Leicester, University Press) afirma que as interações que se criam pela forma como os visitantes se deslocam ao museu denunciam as expectativas prévias à visita. Os grupos com crianças são os que mais se identificam com as exposições que exigem actividade e interactividade por parte do visitante. São mais activos e participativos, falam muito das coisas que vêem, prestam pouca atenção aos textos e involuntariamente acabam por prolongar a duração da visita. Os grupos de adultos dedicam menos tempo às exposições que todos os outros grupos e tendem a não ler os textos. Os adultos sozinhos/isolados realizam visitas mais rápidas e com grande detalhe na leitura da informação escrita. O elemento escrito é o principal objecto de atenção. Os casais tendem a dedicar grande quantidade de tempo às exposições e marcadas pela leitura atenta dos materiais de apoio. Tentam processar a informação de forma independente antes de passar, porventura, a discuti-la com o conjugue (citado por PEREZ SANTOS: 60).

<sup>59</sup> Estes dados tendem a confirmar a realidade de outras exposições históricas ferroviárias. Em 1995, uma pesquisa realizada sobre os visitantes do património dos caminhos de ferro britânicos concluiu que apenas 8% das pessoas declarava expressamente o interesse pela história ferroviária (Divall e SCOTT: 2001: 13). Em contrapartida, as motivações específicas de alguns dos visitantes do NRM (onde apenas 1% justificou a sua visita pela ligação à sua área de estudos ou de trabalho) são largamente superadas pelos que visitam o museu, de forma altruísta, com o único objectivo de acompanhar alguém (cerca de 40%). Vd. HEADY, 1984.

estudo). É de salientar também que as razões motivadoras que poderiam apontar uma justificação actuante da visita, na medida em que implicariam a realização de uma actividade previamente definida pelo visitante (como o estudo, a investigação ou a procura de informação específica sobre o tema do museu, a visita a uma exposição ou a um objecto em particular ou ainda a participação numa actividade do museu), foram reconhecidas apenas por um número restrito de inquiridos<sup>60</sup>. A “visita típica” acaba por ocorrer de forma não planeada e gratuita em expectativas e objectivos específicos, ou seja, não coincidentes com os que tradicionalmente se atribuem aos museus.

### 3.3.2. Caracterização da experiência museal: percepções da visita

Defende Eloísa Perez Santos<sup>61</sup> que o tempo que os visitantes dedicam às exposições é proporcional à probabilidade de emitirem uma opinião sobre a mesma. A amostra dos 110 casos identificados, na medida em que traduz o ponto de vista dos visitantes que efectivamente manifestaram a sua disponibilidade em colaborar neste projecto, permite, por isso, extrair da pergunta acerca do tempo de duração da visita uma das suas mais seguras evidências. Os dados apurados vão, de resto, ao encontro de outras realidades museológicas onde o valor modal mais referido quanto à permanência dos visitantes no espaço museológico é o que varia entre os 30 e os 60 minutos. A esta regra corresponderam as respostas de 40% dos inquiridos. No entanto, não muito distantes estão os valores percentuais dos respondentes que despenderam mais de uma hora para conhecer o museu: cerca de 33% (Quadro N.º 15). Importou, todavia, discriminar o tempo de duração da visita dos respondentes não integrados em grupos organizados: pelo menos 22% dos visitantes passaram mais de uma hora no espaço museológico (Quadro N.º 16). Tais indicações permitem reconhecer que, para um projecto museológico ainda numa fase embrionária, em que escasseiam os recursos didácticos e informativos e as oportunidades de actividade para o visitante não integrado em visitas guiadas ou para aquele que não faz parte do público-alvo dos ateliers do Serviço Educativo (normalmente mais vocacionado para as crianças e para os públicos escolares), o facto de alguns visitantes investirem mais de uma hora na fruição do espaço tem um significado especial. Permite estabelecer uma relação entre o tempo de visita e o conteúdo temático do museu, o qual determina um maior poder de atracção sobre os visitantes. Não sendo possível explicá-lo apenas com base nos resultados do inquérito, surgem, contudo, algumas hipóteses explicativas:

- a) uma vez que boa parte dos respondentes admitiu ter visitado o museu para acompanhar alguém, porventura interessado no tema do caminhos de ferro, ou para o mostrar a outras pessoas, o *background* informativo de um dos elementos terá sido suficiente para prolongar o tempo de permanência no espaço expositivo e promover a descoberta de pontos de interesse não equacionados à partida<sup>62</sup>;

.....

<sup>60</sup> Está é, de resto, uma característica dos visitantes de museus de caminhos de ferro. No caso do NRM, quando os visitantes foram questionados sobre se tinham alguma coisa em específico para ver no museu, apenas 29% disse que sim. Noutros museus, como o Victoria & Albert Museum e o Science Museum de Londres, a percentagem de visitantes que procuram o museu com o objectivo de ver uma exposição, um objecto ou realizar uma actividade específica sobe para 62% e 48% respectivamente. (HEADY, 1984: 43).

<sup>61</sup> PEREZ SANTOS: 37.

<sup>62</sup> Em 1999, um projecto de estudo de públicos desenvolvido por Stephen Hoadley junto dos visitantes do NRM veio contrariar algumas das percepções empíricas dos profissionais do museu: «The dissertation looked at motivations for visiting the National Railway Museum at York. In it, the author developed and used a questionnaire (with a range of questioning techniques, including attitude scales and force choice questions) to ask people about why they had visited. He compared the results from the NRM with those I compiled from another ‘general history’ museum in York. The main conclusions were that visitors to the NRM are generally motivated by an interest in railways. This was at odds with other marketing research which claimed that only a very small proportion of visitors to the NRM had an interest in railways. Whilst this was true in purely statistical

- b) o facto de os conteúdos temáticos do museu não serem demasiado desconhecidos e distantes do visitante comum, e apelarem muito mais à memória individual dos sujeitos do que à consciência de uma herança colectiva ou de um património histórico comum que o museu procura promover, terá permitido visitas mais demoradas;
- c) a circunstância de se estar na presença de um perfil de público que não nutre especial apreço pelas fontes de informação secundária, sobretudo textuais (painéis explicativos, esquemas, legendas, brochuras, etc.) faz com que os verdadeiros centros de interesse sejam os objectos (fonte primária de conhecimento) e nas oportunidades de mobilidade e liberdade de gestos no espaço museológico onde, mais importante do que ver, ler e adquirir conhecimentos “revelados”, é essencial descobrir. Se possível através da acção, do toque e da manipulação/utilização dos artefactos.

Um segundo elemento caracterizador da experiência museal partiu do recenseamento de artefactos que suscitaram maior interesse. Para o efeito, aos visitantes que se disponibilizaram em participar no projecto foi questionado se algum dos objectos expostos havia despertado a atenção. Responderam que sim mais de 60% dos inquiridos (Quadro N.º 17). Procurou-se com a pergunta perceber se os veículos são efectivamente a “reliquia ferroviária” que apaixonou os admiradores e entusiastas dos caminhos de ferro e se esse sentimento é partilhado por outro tipo de visitantes. As respostas obtidas permitem aferir referências a exemplares do material circulante exposto, sobretudo as locomotivas a vapor, nas respostas de 61,6% dos respondentes (Quadro N.º 18)<sup>63</sup>. A forma como os visitantes responderam a uma pergunta aberta (que requeria que os sujeitos identificassem os artefactos pela suas próprias palavras) diz muito sobre os perfis de visitantes do MCFL. Algumas respostas (redigidas por 12 respondentes em Lousado, todos do sexo masculino) denunciam um conhecimento especializado das características tipológicas do objecto identificado, por exemplo, através da associação do veículo ao seu número de série ou a qualquer designação popular apenas conhecida nos meios ferroviários: «*automotora ME7*», «*a SEyf5*»<sup>64</sup>, etc. Todavia, a esmagadora maioria das respostas registadas pelos inquiridos não são tão precisas quanto as primeiras. Limitam-se a identificar genericamente o veículo, muitas vezes de forma indeterminada e ambígua: «*o comboio a vapor*», «*as três máquinas maiores a carvão*», «*a locomotiva da Póvoa*»<sup>65</sup>, «*o veículo azul*»<sup>66</sup>, «*a carruagem das peixeiras*»<sup>67</sup>, «*a locomotiva presidencial*», «*a carruagem de luxo*», «*a bicicleta que circulava sobre carris*»<sup>68</sup>, a «*carruagem da cruz vermelha*»<sup>69</sup>, etc.

Ainda assim, o aspecto mais significativo da questão está relacionado com o facto de uma percentagem significativa dos inquiridos ter nomeado outros artefactos para além dos veículos. A lista de referências é extensa e diversificada (tal como as próprias colecções do MCFL). Contudo, vale a pena referir que, mais do que incidirem sobre as taxinomias específicas de um museu de ciência e técnica ligadas aos transportes,

.....

terms, most of the those who claimed to have little or no interest in railways were accompanying someone who had.» (Vd. Hoadley, 1999).

<sup>63</sup> Vd. Divall e SCOTT: 2001: 13. Segundo os autores, «vehicles have always been at the focus of displays. Smaller objects might be much more numerous but they are generally less striking and rarely the centre of attention».

<sup>64</sup> Um veículo não tractor também designado como salão de direcção ou carruagem presidencial.

<sup>65</sup> A mais antiga locomotiva a vapor de via estreita, que pertencia à Companhia de Caminhos de Ferro do Porto à Póvoa e Famalicão, a qual providenciou que se colocasse sobre as paredes da caixa de fogo uma placa de identificativa da empresa com a inscrição «Póvoa de Varzim».

<sup>66</sup> Expressão que designa a automotora ME7 exposta em Lousado.

<sup>67</sup> Uma “dresine” que transportava vendedoras de peixe na Linha de Cintura do Porto (Ramal de Leixões).

<sup>68</sup> Um quadriciclo de pedais que era utilizada para manutenção e fiscalização do estado das vias-férrreas.

<sup>69</sup> Uma carruagem imobilizada e transformada em Posto Médico dos funcionários da CCFP, actualmente exposta no MCFL.



representam os contextos sociais e culturais da actividade ferroviária, bem como as memórias e os mitos que lhe estão associados.

Não admira, por isso, que entre as razões que levaram os visitantes a destacar um objecto em especial figurem as que se relacionam não apenas com as propriedades intrínsecas dos artefactos (o facto de serem técnica e cientificamente importantes, belos esteticamente ou únicos), mas sobretudo com aquilo que representam: uma época histórica (opção que reuniu o acordo de maior número de respondentes) e um auxiliar de memória e de evocação das experiências passadas (Quadro N.º 19). Na verdade, verificou-se que, para um número significativo dos respondentes, o conteúdo das exposições suscitava, de alguma forma, lembranças dos tempos de infância e juventude, recordava-lhes um episódio da sua trajectória de vida, da sua actividade profissional ou mesmo a profissão de um familiar. Houve quem indicasse ter conhecido um dos artefactos expostos antes de ter sido transformado em peça do museu. Para outros o desconhecimento da existência de uma peça em especial foi suficiente para a destacar.

Estas apreciações feitas pelos próprios visitantes entram, de alguma forma, em desacordo com as conclusões extraídas de outros estudos de públicos de museus de caminhos de ferro, que insistem na ideia de que as pessoas que os visitam sentem, na sua maioria, uma grande curiosidade e um fascínio específico pela tracção a vapor do que por outra qualquer representação do passado dos caminhos de ferro<sup>70</sup>.

No que diz respeito à avaliação que os visitantes fazem da sua experiência no museu, foi solicitado aos participantes do projecto que a caracterizassem a partir de um leque de alternativas previamente definido (Quadro N.º 20). Sem surpresa, em função do que se disse anteriormente, a caracterização da visita como momento de aprendizagem foi a opção que reuniu maior consenso, tendo sido assinalada por 25% dos inquiridos no MCFL. Imediatamente depois surge a caracterização da visita como uma oportunidade para conviver em família (o que se relaciona com o tipo de acompanhamento escolhido pelos visitantes ou que lhes foi proporcionado durante a sua deslocação ao museu), como uma boa forma de passar o tempo livre, como um momento para descontraír ou ainda como uma oportunidade para partilhar conhecimentos. Tais descrições não são específicas deste museu, mas caracterizam em geral as experiências de visita a um qualquer espaço museológico.

A especificidade do MCL reside na possibilidade de as suas exposições poderem ser interpretadas também, ainda que por uma estreita mas significativa franja do seu público, como locais de memória. Não foi por acaso que se incluíram no rol de opções as hipóteses de os visitantes poderem caracterizar a sua experiência no museu como uma forma de recordar o passado (próprio) dos sujeitos ou como um momento de orgulho da sua profissão. Não foi por acaso também que nessas opções se tenham identificado 9% dos visitantes inquiridos. Se não se ignorar o facto de as opções que poderiam indiciar uma percepção negativa da situação de visita não terem registado praticamente qualquer expressão, concluir-se-á que na sua globalidade os visitantes fazem uma boa avaliação da sua experiência no museu.

Ainda assim, é forçoso salientar como dois espaços museológicos similares foram avaliados de formas distintas pelos seus visitantes. Quando questionados sobre o seu grau de concordância em relação às possibilidades de aprendizagem e de divertimento durante a visita às exposições (Quadro N.º 21), a maior parte dos inquiridos em Lousado admitiu ter-lhe sido proporcionada uma efectiva oportunidade de aprender e se divertir. Através do cálculo da média das avaliações registadas pelos 110 visitantes que responderam ao inquérito, chegou-se ao valor de 4,01 na escala de medida do nível de aprendizagem e de 4,05 na escala que media nível de divertimento<sup>71</sup>. Em relação à média das respostas obtidas no Entroncamento, registou-se

<sup>70</sup> Divall e SCOTT: 2001: 2.

<sup>71</sup> As duas escalas variavam entre 1 ('não aprendi' ou 'não me diverti') e 5 ('aprendi bastante' ou 'diverti-me bastante').

maior número de respostas negativas ou medianas, pelo que o valor máximo não ultrapassou os 3,65 no que se refere à aprendizagem e os 3,69 no que concerne ao divertimento.

Relativamente à avaliação final que os inquiridos fizeram da sua experiência de visita, acentua-se a evidência de uma maior satisfação dos visitantes do MCFL do que do núcleo sede do MNF. Nos três níveis de avaliação indagados (a saber: avaliação final da visita, avaliação da intenção de voltar ao museu e avaliação da intenção de o recomendar a alguém), o núcleo de Lousado é o que reúne maior percentagem de respostas convergentes com os valores positivos. Assim, mais de metade dos inquiridos considerou que a sua visita superou as expectativas (Quadro N.º 22), cerca de 66% reconheceu como certa ou como muito provável o regresso ao museu numa nova oportunidade (Quadro N.º 23) e 93,6% admitiu que recomendaria a visita ao museu a alguém conhecido (Quadro N.º 24). No Entroncamento, os valores são ligeiramente diferentes e indiciam um menor grau de satisfação: 57,5% dos inquiridos admitiram que a visita correspondeu as expectativas, sendo que 13,7% declararam que estas saíram frustradas; sobre a perspectiva de regresso ao museu foram menos os inquiridos que a deram como certa ou muito provável; e apenas 74% considerou que o recomendaria a alguém conhecido. Ainda assim, o aspecto que mais convida à reflexão prende-se com o facto de mais de 20% das pessoas que responderam ao inquérito no Entroncamento ter optado por assinalar a opção ‘*não sei*’ ou ‘*não respondo*’.

Não quer isto dizer que se deva cair no erro da interpretação única e assumir o MCFL como o espaço que mais consenso reúne quanto à qualidade do espaço e do discurso expositivo, até porque não seria legítimo comparar uma exposição permanente (como é o caso da do MCFL) com uma exposição temporária (como a que esteve, no ano em que decorreu a fase de recolha de dados, patente no “*hall*” de entrada do MNF no Entroncamento). A explicação dos dados pode residir na relativa “juventude” do MNF (cuja actividade efectiva teve início apenas em 2006), mas também no alcance territorial de cada um dos núcleos museológicos. O nome *Museu Nacional Ferroviário* associado ao Entroncamento é reconhecido há mais tempo, e em termos proporcionais por um maior número de pessoas, do que as denominações de *Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado* ou *Núcleo Museológico de Lousado*. Por conseguinte, e em função das informações obtidas quanto à proveniência dos visitantes, reconheceu-se o MCFL como um espaço capaz de estabelecer melhores relações de vizinhança, ainda que alargadas ao nível da região do Vale do Ave e, em geral, do Norte do país, e o Entroncamento como o local do verdadeiro museu de âmbito nacional. Ora, públicos mais diversos quanto à proveniência geográfica devem ser interpretados também como públicos mais isentos e desobrigados de emitir uma opinião tendencialmente favorável sobre o espaço museológico, que é aquela que normalmente é partilhada pelos vizinhos do museu, sejam eles seus frequentadores ou não. Por conseguinte, devem ser reconhecidos também como públicos dotados de um poder crítico maior, mais imparciais e mais exigentes quando são chamados a emitir juízos e opiniões sobre museu.

### 3.3.3. Práticas e Preferências culturais

O modo como os visitantes percebem a experiência museal está também relacionado com os seus centros de interesse, o seu *background* humanístico-científico e os ritmos de frequência de um vasto conjunto de práticas culturais. Neste trabalho, optou-se por avaliar este factor através de escalas de regularidade da prática de determinadas actividades. Por isso, os dados devem ser lidos tendo em conta que se baseiam em auto-declarações dos respondentes e na interpretação subjectiva que fizeram das diferentes escalas de regularidade propostas no questionário.

Os Quadros N.º 27 e 28 procuram sistematizar a medição da frequência e do enraizamento de hábitos culturais característicos do espaço doméstico e de usos associados à fruição dos tempos de lazer na esfera

pública e ao aproveitamento das redes de sociabilidade<sup>72</sup>. Assim, ao nível das práticas doméstico-receptivas verifica-se a sua inscrição no que Olivier Donnat designa de «economia mediático-publicitária»<sup>73</sup>, uma fórmula de descrição dos comportamentos dos indivíduos que tendem a estabelecer o seu contacto com o mundo pela utilização massiva que fazem dos *mass media*, (a Televisão, a Rádio, e ultimamente a Internet) e sobretudo daqueles que resultam da fusão do homem e com a tecnologia<sup>74</sup> (por exemplo, através do computador e dos equipamentos de reprodução de música gravada). Não se trata, na realidade, de um dado novo, mas de uma característica transversal das sociedades pós-modernas. Seja como for, as práticas que exigem dos sujeitos uma maior pró-actividade e exigência intelectual, como os hábitos de leitura, atingem valores não muito distantes dos primeiros e que quase se aproximam da frequência semanal. Menor significado atingem as actividades que implicam a preocupação de documentar e preservar, através do registo fotográfico ou vídeo, momentos das trajectórias de vida dos indivíduos (Quadro N.º 27). Sobretudo numa época em que a cadência quotidiana reserva cada vez menor quantidade de tempo para o aproveitamento reflexivo e introspectivo dos períodos de interregno entre a actividade profissional e a ocupação social dos tempos livres.

Também a este nível se verifica um maior investimento nas práticas que resultam dos processos de socialização dos indivíduos (evidente nos elevados valores de frequência de práticas como receber, visitar ou sair com amigos e familiares), da satisfação das suas necessidades associadas ao consumo (passear em centros comerciais) ou à ocupação social os tempos livres (passear em espaços de ar livre, ir à praia, etc.). Entre as actividades que envolvem a componente da satisfação pessoal, a posição de maior destaque incide na prática de actividades desportivas e nos jogos de cartaz, xadrez ou damas (acções que actualmente que não implicam necessariamente requisitos de convivialidade, uma vez que podem ser realizadas através da *web*). Seja como for, estes são os usos mais representativos de uma série de práticas cuja frequência é pouco mais que esporádica (Quadro N.º 28).

Na análise dos resultados obtidos acerca dos comportamentos de consumo cultural dos visitantes (Quadro N.º 29), impõe-se novamente uma chamada de atenção quanto aos riscos implicados na apresentação generalizada dos resultados, sem que estes tenham sido cruzados com outras variáveis como o sexo, a idade ou nível de escolaridade dos inquiridos. Mais uma vez, as conclusões que se podem extrair são de natureza meramente exploratória e circunscrevem-se apenas ao universo de amostragem. A leitura possível permite reconhecer no universo estudado um público que se caracteriza por níveis muito esporádicos de realização de uma multiplicidade de actividades associadas quer à “alta cultura” quer à “cultura popular”. De todas as actividades perscrutadas, as que mais raramente ou nunca se realizam têm que ver com as idas ao teatro e a concertos de música erudita / clássica. A visita a museus é, por sua vez, a actividade cultural cuja prática mais se aproxima da regularidade de ‘pelo menos uma vez por mês’, sendo superior à média de frequência com que os inquiridos admitem ir a bibliotecas, assistir a espectáculos de rua, deslocar-se a festas populares e mesmo a eventos desportivos.

Quando questionadas as preferências museológicas (Quadro N.º 25), ainda que seja significativo o número de respondentes que manifestou um interesse particular nos museus ferroviários (cerca de 12%), a maior parte admitiu interessar-se sobretudo por géneros tradicionalmente não perspectivados como espaços museológicos. São os casos das reservas e parques naturais, dos jardins zoológicos e botânicos e dos aquários, com os quais se identificaram mais de 20% dos inquiridos. Todavia, é possível encontrar um indício de que a predilecção pelos museus, em relação ou outras actividades culturais realizadas ainda com menor

<sup>72</sup> Para o efeito foi utilizada uma escala de medida da frequência de uma série de actividades e práticas culturais que variou entre: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Pelo menos 1 vez por semana; 5 – Diariamente.

<sup>73</sup> DONNAT e TOLILA, 2003 : 33.

<sup>74</sup> Lopes e AIBÉO: 2007: 41.

frequência, não resulta apenas do efeito de desejabilidade social imposto pelo inquirido. Por exemplo, a preferência pelos museus de arte cuja percentagem de 10,9% é, no Entroncamento, superior ao número de inquiridos que declararam preferir museus de caminhos de ferro. Em todo o caso, é importante sublinhar que a manifestação dessa preferência não se traduz necessariamente em visitas a esse tipo de espaços<sup>75</sup> e num conhecimento de causa dos conteúdos artísticos.

Ainda que os dados até agora apurados não permitam incluir os visitantes do MNF num tipo de público intelectual e museologicamente orientado, a maior parte dos respondentes que participaram neste projecto admitiu que a principal razão que, em regra, explica a visita a um museu reside no seu interesse individual, opção que reuniu o consenso de mais de metade dos inquiridos. Em segundo lugar, surge a importância de visitar museus e só depois a opção que denuncia o carácter involuntário da visita, manifestado por aqueles que a realizam porque estão a acompanhar alguém (Quadro N.º 26). Recorde-se que, quando se tratou de avaliar as razões que motivaram a visita, 8% dos inquiridos responderam estar a acompanhar familiares ou amigos.

### **3.4. Modos de relacionamento com a temática do museu**

Ao longo deste trabalho foram sendo identificados segmentos específicos de públicos que se deslocam ao museu com interesses muito particulares: porque sentem especial afinidade pelo tema, pelas suas colecções e, em regra, pela preservação de todos os vestígios materiais da actividade ferroviária; porque nutrem especial admiração pelo comboio enquanto meio de transporte; porque se revêem nos conteúdos do museu em virtude da sua profissão ou da actividade profissional de um familiar; enfim porque se reconhecem na *memória social* do museu e conseguem ver nos conteúdos expostos o que mais ninguém pode observar, os vestígios das suas próprias trajectórias de vida, dos factos testemunhados, dos artefactos manuseados. Mantêm, por assim dizer, um relacionamento especial com a temática do museu. No entanto, não ficou clara a sua real expressão no cômputo geral dos visitantes. Um conjunto de questões incluídas no inquérito aos públicos do MCFL procurou, aferir em que medida estes traços característicos de um perfil específico de visitantes se reflectem no comportamento geral dos indivíduos que compõem a amostra.

As opções incluídas no Quadro N.º 30 identificam um conjunto de comportamentos culturais que se inscrevem no perfil de um determinado segmento de público do MCFL. Ao apresentaram-se sob a forma de grelha de práticas com os quais os inquiridos podiam ou não identificar-se, procurou-se avaliar o significado que representam para a generalidade dos visitantes. Para o efeito, não foram consideradas as respostas dos indivíduos que se identificaram como membros de grupos entusiastas dos caminhos de ferro e de associações de amigos do MNF e respectivos núcleos, o que passou pela exclusão de 5 questionários entregues em Lousado. Tendo em conta a escala utilizada no cálculo dos valores médios, torna-se evidente que este conjunto de hábitos tem um significado pouco mais que episódico no comportamento quotidiano do respondentes. De todas as opções apresentadas, as que mais se aproximam dos valores positivos são as viagens de comboio em lazer, a consulta de páginas sobre caminhos de ferro na Internet, o visionamento televisivo de programas de temática ferroviária e a leitura de temas ferroviários em jornais ou em revistas. Ainda assim, estão longe de se constituírem como verdadeiros centros de interesse.

.....  
<sup>75</sup> Ao comparar os hábitos culturais dos visitantes do Victoria & Albert Museum, do Science Museum de Londres e do NRM nos últimos 12 meses, P. Heady concluiu que a percentagem de visitantes do museu ferroviário que haviam visitado outros museus era inferior à registada nos outros dois museus. A saber: 30% no Victoria & Albert Museum; 13% no Science Museum; e 11% no NRM. (HEADY, 1984: 9). A mesma evidência é apresentada por S. Hoadley que, em comparação com o York Castle Museum, verificou que os visitantes do NRM tendem a visitar menos frequentemente outro tipo de museus, contingência que resulta do facto de, na sua maior parte, serem oriundos de grupos socioeconómicos mais baixos. (Hoadley, 1999).

Valores ainda mais baixos foram obtidos quando se procurou medir o grau de conhecimento que os inquiridos manifestavam em relação aos restantes núcleos museológicos do MNF (Quadro N.º 31). No conjunto dos 10 espaços que compõem este “museu em rede”, o que Núcleo Museológico de Santarém foi o que obteve maior número de respostas, seguindo-se o MCFL e só depois o próprio núcleo sede do MNF. Todos os restantes registaram valores muito idênticos, o que denuncia um desconhecimento generalizado por parte dos visitantes de cada um dos núcleos museológicos do MNF e a inexistência de uma visão integrada do património histórico ferroviário e do próprio conceito de museu nacional.

Uma terceira hipótese procurava estabelecer uma relação entre a visita ao museu e a escolha do comboio como meio de transporte de eleição. Não foi por acaso que se redigiu a pergunta nos seguintes termos: *‘No seu dia-a-dia, para viagens curtas e longas, em quais dos seguintes meios de transporte prefere deslocar-se?’* Assumiu-se, desde o início, que a preferência por um determinado modo de transporte significaria uma efectiva utilização do mesmo. Ora, os dados obtidos estão longe de corroborar a ideia de que a generalidade das pessoas que visitam um museu de caminhos de ferro sente um fascínio especial pelo transporte ferroviário. Não só o comboio está muito longe de ser o meio de transporte preferido dos inquiridos nas viagens de curta duração, sendo superado por outras formas de transporte público e pelo próprio “andar a pé”, como é preferido face ao automóvel em situação de viagem longa. De resto, além de não assumir uma posição de destaque, acaba por ser relegado para segundo plano em face do número de respondentes que indicaram uma preferência pelo autocarro ou pelo avião, opções que, em conjunto, ultrapassam largamente os cerca de 30% de repostas a favor do transporte ferroviário (Quadros N.º 32 e 33).

Por último, equacionou-se a hipótese de o interesse em visitar um espaço museológico ferroviário poder estar, de algum modo, relacionado com uma tradição familiar associada à actividade ferroviária (Quadro N.º 34). Assim, independentemente de os sujeitos exercerem ou não funções ligadas ao mundo dos caminhos de ferro, o facto de um familiar próximo ser ou ter sido funcionário ferroviário poderia exercer uma influência na decisão de visitar o museu. Note-se que o número de respondentes que afirmaram ser familiares de funcionários ferroviários (15 no MCFL e 15 no Entroncamento, o que em termos percentuais equivale 13,6% e 20,5% da universo inquirido) ultrapassa o número daqueles que afirmou exercer no momento da inquirição esse tipo de actividade (que, recorde-se, era de 6 inquiridos em Lousado e 5 no Entroncamento). Deste modo, fica excluída a possibilidade de os números poderem ser explicados apenas em função das modalidades de acompanhamento (quando os ferroviários se deslocam ao museu com a suas famílias) e é possível avançar uma hipótese explicativa assente na teoria do “habitus” e da reprodução social. Nesta perspectiva, o interesse em visitar o museu poderia resultar também da interiorização e incorporação de percepções sobre os caminhos de ferro em função das condições de vida e trajetórias de cada indivíduo no seus contextos familiares.

### **Conclusão: Que Públicos para um museu de caminhos de ferro?**

Sobre o conhecimento dos visitantes do MCFL, à parte dos pressupostos sobre os destinatários do museu que orientaram, nos anos 70, 80 e 90, a exposição pública do património histórico ferroviário, restava o se conhecimento quantitativo extraído de registos numéricos, cujos critérios de contagem de dados objectivavam quase sempre o conhecimento da proporção de crianças em relação ao total. As informações agora reunidas, quer através do levantamento documental (no caso, a imprensa escrita) quer através do levantamento empírico, conduziram-nos a outras realidades.

Confirmam a influência do museu junto do público infantil, sobretudo escolar. O MCFL é das estruturas museológicas mais visitadas e preferidas pelos alunos do primeiro ciclo do ensino básico do concelho de

Famalicão. De resto, foi entre os públicos escolares (conceito que engloba não só os alunos como também os professores/educadores) que se registou o maior número de pessoas que visitaram mais do que uma vez este espaço museológico, o que permite conceber este segmento de visitantes como uma plataforma para a fidelização dos públicos do MCFL.

No que concerne à população local, não deve ser ignorada a sua presença nem sempre próxima, mas atenta às questões que envolvem o museu. No entanto, excluídas as visitas de grupo, sobretudo quando justificadas por um enquadramento escolar, verificou-se que a sua representatividade é pouco mais que residual, o que para além de uma conclusão deve ser interpretada como uma fonte de novas questões tendentes a aprofundar o conhecimento empírico deste segmento de público potencial do museu. A este nível seria, pois, importante averiguar até que ponto uma opinião pública local atenta e interessada na posse territorial de um museu assumirá o papel de visitante ou participante nas actividades museológicas, o que implicaria desencadear processos de investigação específicos.

Relativamente a outros segmentos de público, as informações apuradas vêm, sem negar algumas das expectativas iniciais quanto aos frequentadores do museu, acrescentar novos elementos para a sua caracterização. Debilitam teses do passado que previam um desenvolvimento museológico análogo ao dos museus tradicionais, privilégio dos praticantes da “cultura erudita”. Em primeiro lugar porque a vista ao museu não depende das competências académicas e muito menos de um capital escolar consolidado. Neste tipo de espaço museológico, onde mais de metade dos frequentadores não possui estudos para além do ensino secundário e em que, pelo menos entre os visitantes do sexo masculino, dominam os quadros médios e técnicos profissionais, é possível encontrar indivíduos que, em função dos seus hábitos culturais, não se encaixam num tipo de público possuidor ou interessado na posse de competências da “cultura legitimada”. A visita a museus é, aliás, a mais significativa de um rol de actividades, tradicionalmente associadas à esfera da “alta cultura”, inexistentes no quotidiano dos visitantes ou praticadas muito esporadicamente. Porventura, os museus situar-se-ão hoje num patamar intermédio entre a “cultura popular” e a “cultura erudita”, estando o MCFL entre os que maior autonomia evidenciam em relação a esta última.

A principal justificação para visitar um espaço museológico de caminhos de ferro é a vontade expressa de conhecer as suas colecções, o que implica uma deslocação propositadamente empreendida para o efeito. Razões como a vontade de aprender e descobrir coisas novas ou a simpatia pela temática do museu traduzem também o carácter voluntário da visita. Contudo, não deixa de ser significativo o peso dos que o fazem por estar a acompanhar familiares ou amigos ou por quererem mostrar a exposição a alguém próximo, o que atribuiu à visita um carácter fundamentalmente social e, sobretudo, familiar e faz do museu um espaço de convívio.

Não ignorando as motivações específicas dos que visitam o MCFL sem qualquer tipo de companhia ou acompanhados apenas por amigos, procurou-se compreender o peso de algumas formas possíveis de relacionamento com os conteúdos temáticos das exposições como factores de interesse pelo museu. A verificação dos meios de transporte através dos quais os visitantes se deslocam para o visitar assumiu especial relevância uma vez que, segundo a própria visão da FMNF, os seus espaços museológicos se destinam a um público tão alargado como é o dos passageiros do transporte ferroviário e a própria instituição perfilha a ideia de incentivar a utilização do comboio como meio de mobilidade. Os dados obtidos permitem concluir que, para a maior quota de visitantes, nem o comboio é o meio de transporte mais utilizado na visita ao museu nem existe uma predilecção especial pelo transporte ferroviário em relação a outras formas de locomoção.

A “visita típica” ao museu não depende de motivações e objectivos específicos, como a observação de um objecto em particular, a visita a uma exposição temática ou a realização de uma actividade. A experiência museal é geralmente interpretada como um momento de aprendizagem, uma oportunidade de conviver em família, uma forma de passar o tempo livre. Os visitantes do MCFL, em termos gerais menos “cultivados” do

que os tradicionais públicos da cultura, recém-chegados ao grupo dos praticantes culturais e menos exigentes quanto à qualidade das exposições (medida nas fontes de informação secundária, sobretudo textuais, na representatividade das peças, no seu estado de conservação ou capacidade de funcionamento) direccionam a sua atenção para os artefactos enquanto fontes privilegiadas de conhecimento. Dir-se-ia que os objectos, por si só, ou seja, não perspectivados a partir da “roupagem” museológica (com os seus painéis explicativos, esquemas, legendas, etc.) podem ditar um maior investimento na fruição do espaço museológico onde, contudo, o tempo médio de visita não ultrapassa os 60 minutos. A grande maioria dos visitantes que procuram o museu são estreates e os que o fizeram mais do que uma vez estavam inseridos num contexto de objectivos educativos, o que conduz a um perfil de visitante ocasional e, portanto, muito mais próximo do *não visitante* do que do *visitante regular*. Em termos globais, o museu é avaliado positivamente, com particular simpatia pelos vizinhos a nível local e regional, com maior reserva e crítica quanto mais alargada é a diversidade de proveniências geográficas dos visitantes.

Retomando o ponto de partida deste trabalho, sem querer negar a existência de segmentos específicos de visitantes do património histórico ferroviário, parece ser também indiscutível que as suas motivações especiais, fortemente alicerçadas no interesse pelas colecções do ponto de vista técnico e da sua representatividade em relação à cultura material ferroviária, não devam assumir uma posição de destaque. Os dados obtidos a partir deste levantamento empírico, corroborados por alguns números obtidos quanto à frequência do núcleo sede do MNF, no Entroncamento, permitem concluir que, para a generalidade dos visitantes, não interessará conhecer os particularismos técnicos deste ou daquele veículo, a série a que pertence e muito menos averiguar a sua representatividade e coerência na estrutura de um museu em rede. Não quer isto servir, todavia, de justificação para um desinvestimento no estudo das colecções e na sua exposição contextualizada geograficamente. Antes pelo contrário, na medida em que as lacunas informativas que importa suprir incidem mais sobre os contextos sociais que garantam aos veículos e a outros artefactos ferroviários significado histórico e novas fórmulas interpretativas.

Os conteúdos temáticos do museu beneficiam ainda hoje – e, porventura, não beneficiarão da mesma forma nas gerações futuras – do facto de não serem demasiado desconhecidos e distantes do visitante e de apelarem à memória individual dos sujeitos do mesmo modo que materializam a consciência de uma herança colectiva ou de um património histórico comum aos protagonistas que o museu procurou promover durante as duas primeiras décadas do seu funcionamento.

Os dados obtidos confirmam ainda que a noção de *museu construtivista* se reveste, no caso de um museu de caminhos de ferro, de especial significado. Não se trata apenas de fazer com que a experiência museal mobilize a “agenda pessoal” dos visitantes, as suas atitudes e os seus conhecimentos prévios e (pre)conceitos relativamente ao conteúdo do museu, mas também explorar as suas trajectórias individuais e experiências do passado relacionadas com a vivência do transporte ferroviário. Mais do que as propriedades intrínsecas dos objectos (o facto de serem únicos e técnica e cientificamente importantes ou as suas qualidades estéticas), importa aquilo que representam historicamente e a forma como auxiliam a recuperação da memória.

Daí que uma vinculação mais estreita entre o público e o conteúdo das exposições seja possível se os visitantes identificarem elementos que já conheçam, nos quais se revejam, compreendam ou sintam, sendo essa a condição necessária para que a visita ao museu não decorra de forma meramente episódica, acidental ou involuntária e implique o envolvimento sócio-afectivo, a participação efectiva dos seus frequentadores, a satisfação durante a experiência museal, a intenção de repetição da visita e a probabilidade de divulgação e recomendação do museu a outras pessoas. Um museu de caminhos de ferro é, para além de um museu de transportes e de ciência e técnica, um museu de história social e cultural e um lugar de memória.

O dilema do MCFL reside, pois, na opção que deverá ser feita entre duas lógicas possíveis de se apresentar perante o público e, se possível, na sua conciliação: uma alicerçada na tradição técnico-funcional dos artefactos e da forma de os expor; outra estruturada tematicamente, contextualizada e destinada à apreensão do significado histórico dos objectos.

Uma última palavra sobre a importância de uma estratégia de comunicação e de marketing do MCFL que induza uma efectiva divulgação do *conceito, identidade, imagem e realidade institucional* junto do público. Em primeiro lugar, porque os meios de publicitação mais referidos pelos visitantes na tomada de conhecimento do museu têm por base redes de convivência de proximidade e não tanto a mediatização dos meios de comunicação de massa, o que, salvaguardando o mérito do seu enraizamento junto de determinados segmentos de público, poderá conservar a situação de desconhecimento generalizado junto de populações mais diversas. Em segundo, porque o conhecimento de um dos núcleos do MNF não significa uma visão integrada do património museológico ferroviário (a verificar pelo desconhecimento generalizado dos restantes espaços expositivos), da sua estrutura em rede, descentralizada, polinucleada por todo o território português e itinerante, sem a qual não se poderá tirar partido do conceito de museu nacional.

Sintetizam-se desta forma os traços distintivos da comunidade de referência do museu. É uma caracterização de base e provisória até que outros desenvolvimentos confirmem os seus pressupostos ou sustentem novas hipóteses e vias de investigação. É, contudo, um alicerce empírico que procura retirar o público do MCFL da sua existência invisível ou imaginária. Também esta deverá ser considerada na missão ou razão de ser da instituição.

## Bibliografia

ALMEIDA, José-Carlos Ferreira de

2001 – *Em defesa da investigação-acção*, in “Sociologia: Problemas e Práticas”, Nov. 2001, N.º 37, pp.175-176.

ALONSO Fernández, Luis

2006 – *Museología y Museografía*, Barcelona, Ediciones del Serbal.

AMES, P.

1988 – *Views on the value of various evaluations* in “Visitor Studies – 1988. Theory, Research and Practice. Proceedings of the First Annual Visitor Studies Conference”, Jacksonville – Alabama, The Center for Social Design.

BOURDIEU, P. e DARBEL, A.

1966 – *L'Amour de l'Art: les musées et leur public*, Paris, Minuit.

DIVALL, Colin

1999 – *Going places? Visitors, enthusiasts and the public history of transport – A lecture delivered by Colin Divall at the National Railway Museum on 12th March 1999 as his inaugural address as professor of Railway Studies in the University of York*, in “Institute of Railway Studies & Transport History. Working paper”, N.º 6, Iorque, Institute of Railway Studies.

2005 – *What happens if we think about railways as a kind of consumption? Towards a new historiography of transport and citizenship in early-twentieth-century Britain* [on line], in “Institute of Railway Studies & Transport History. Working paper”, Iorque, Institute of Railway Studies [citado em 2008-08-13].

Disponível em: <<http://www.york.ac.uk/inst/irs/irshome/features/workpapr.htm>>

DIVALL, Colin e SCOTT, Andrew

2001 – *Making Histories in Transport Museums*, Londres; Nova Iorque, Leicester University Press.

DONNAT, Olivier, TOLILA, Paul (dir.)

2003 – *Le(s) Public(s) de la Culture*, Paris, Presses de Sciences Politiques.

DONNAT, Olivier e OCTOBRE, Sylvie (dir.)

2001 – *Les Publics des Équipements Culturelles. Méthodes et Résultats d'Enquetes*, Paris, La documentation Française.



- FODDY, William  
1996 – *Como Perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora.
- GIL, Fernando Bragança  
1992 – *Museus de Ciência e Técnica*, in Maria Beatriz Trindade Rocha (coord.), "Iniciação à Museologia", Lisboa, Universidade Aberta, pp 245-256.
- HEADY, P.  
1984 – *Visiting Museums: a Report of a Survey of Visitors to the Victoria and Albert Museum, Science, and National Railway Museums for the Office of Arts and Libraries*, Office of Population and Census Surveys, Londres, HMSO.
- HILL, Manuela Magalhães e HILL Andrew  
2008 – *Investigação por Questionário*, Lisboa, Edições Sílabo.
- HOADLEY, Stephen  
1999 – *Perceptions of the National Railway Museum – visitors and non-visitors*, Iorque, Institute of Railway Studies.
- LOPES, João Teixeira e AIBÉO, Bárbara  
2007 – *Os públicos da cultura em Santa Maria da Feira: relatório de síntese*, Porto, Edições Afrontamento.
- OAC  
2004 – *Públicos da Cultura: Actas do Encontro Organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- PÉREZ SANTOS, Eloísa  
2000 – *Estudios de Visitantes en Museos: Metodología y Aplicaciones*, Gijón, Ediciones Trea.
- PONTE, Cristina  
2004 – *Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- REES, P.  
1990 – *Education, Evaluation and Exhibitions: an outline of current thought and work on Merseyside* in "Journal of Education in Museums, 11, pp. 9-12.
- RIEU, Alain-Marc  
1988 – *Les visiteurs et leurs musées. Le cas des musées de Mulhouse*, Paris, La Documentation Française.
- VICTOR, Isabel e MELO, Margarida  
2010 – *A Qualidade em Museus – Atributo ou Imperativo?*, in "Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola", Volume 2, Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp. 156-167.
- TAYLOR, Samuel  
1991 – *Try It! Improving Exhibits Through Formative Evaluation*, Washington, Association of Science-Technology Centers.

### Recursos em páginas web:

Fundação Museu Nacional Ferroviário. Disponível em: <<http://www.fmnf.pt>> e <<http://www.fundacaomuseuferroviario.org.pt>>.  
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Disponível em: <<http://www.cm-vnfamalicao.pt>>.

## Anexo

Quadro N.º 1. Diagrama das Publicações Periódicas Consultadas


Referências Hemerográficas					
	Título	Entidade e Local de Publicação	Tipologia	Periodicidade	Período de Consulta
Área de Influência de Núcleo Museológico de Lousado	<i>Jornal de Famalicão</i>	V. N. Famalicão	Jornal Local	Semanal	1981 – 2008
	<i>Notícias de Famalicão</i>	V. N. Famalicão	Jornal Regional	Semanal	1980 – 2008
	<i>Estrela da Manhã</i>	V. N. Famalicão	Jornal Regional	Semanal	1980
	<i>A Voz de Famalicão</i>	V. N. Famalicão	Jornal Regional	Quinzenal	1985 – 1993
	<i>Cidade Hoje</i>	V. N. Famalicão	Jornal Local / Regional	Quinzenal / Semanal	1986 – 2008
	<i>Opinião Pública</i>	V. N. Famalicão	Jornal Regional	Semanal	1991 – 2008
	<i>O Povo Famalicense</i>	V. N. Famalicão	Jornal Local	Semanal	2003 – 2008
Área de Influência de Outros Núcleos Museológicos	<i>Nordeste</i>	Bragança (distrito)	Jornal Regional	Semanal	2005 – 2008
	<i>Mensageiro de Bragança</i>	Bragança	Jornal Regional	Quinzenal	2006 – 2008
	<i>Semanário Transmontano</i>	Chaves	Jornal Regional	Semanal	2003 – 2008
	<i>Diário do Minho</i>	Braga	Jornal Local	Diária	2003 – 2007
Âmbito Nacional	<i>Diário de Notícias</i>	Lisboa	Jornal Nacional	Diária	1932; 1956; 1970 – 2006
	<i>Correio da Manhã</i>	Lisboa	Jornal Nacional	Diária	2002 – 2008
	<i>Jornal de Notícias</i>	Lisboa; Porto	Jornal Nacional	Diária	1906; 1932; 1940; 1956; 1970 – 2008
	<i>O Primeiro de Janeiro</i>	Porto	Jornal Regional	Diária	1906; 1940; 1956; 1970 – 1973
	<i>Jornal Público</i>	Lisboa	Jornal Nacional	Diária	1995 – 2008

Quadro N.º 2. Lousado – Distribuição Mensal dos Visitantes por Categorias

Ano	Jan.			Fev.			Mar.			Abr.			Mai.			Jun.									
	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.					
	Jul.			Ago.			Set.			Out.			Nov.			Dez.									
Ano 2007									784	229	614	355	614	1018	303		1133		450						
Ano 2008	563	154	0	646	268	0	193	272	0	819	385	15	290	227	2	440	2	439	24	24					
Ano 2009	0	387	86	0	484	454	69	135	27	753	171	2	24	198	240	0	37	912	356	0	27	402	282	28	
Ano 2010	42	662	117	0	20	147	133	0	28	515	149	0	34	399	136	0	17	784	340	1	17	376	130	11	
Ano 2007	345	352		86	267		40	326		215	308		394	285		217		230							
Ano 2008	438	152	12	112	253	2	19	138	34	23	142	32	279	190	1	238		73	6						
Ano 2009	46	285	296	185	99	74	317	29	31	82	256	48	28	0	149	2	25	0	68	0	32	27	140	2	
Ano 2010																									

Fonte: Registo Mensal dos Visitantes – Números Absolutos (FMNF)

Legenda: C – Crianças; C.A. – Crianças-Alunos; A. Adultos; E. Estrangeiros


 Informação Não Disponível

Quadro N.º 3. Entroncamento – Distribuição Mensal dos Visitantes por Categorias

Ano	Jan.			Fev.			Mar.			Abr.			Mai.			Jun.									
	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.	C.	C.A.	A.	E.					
	Jul.			Ago.			Set.			Out.			Nov.			Dez.									
Ano 2007																									
Ano 2008	47	217	0	34	228	0	243	220	0	90	182	1	572	196	48	180	74	174	300	235	2				
Ano 2009	18	0	109	4	57	40	223	0	13	168	190	4	66	344	374	3	36	332	401	10	18	287	319	41	
Ano 2010	24	0	139	14	55	0	211	3	32	183	377	6	35	221	337	5	14	152	740	5	18	114	376	0	
Ano 2007	115	324		170	355		91	322		145	348		298	381		110		232							
Ano 2008	134	356	13	163	364	16	103	294	13	43	529	5	154	355	1	36		91	2						
Ano 2009	46	31	270	15	88	33	301	5	50	0	428	24	42	0	332	2	35	0	404	4	20	56	80	6	
Ano 2010																									

Fonte: Registo Mensal dos Visitantes – Números Absolutos (FMNF)

Legenda: C – Crianças; C.A. – Crianças-Alunos; A. Adultos; E. Estrangeiros

 Informação Não Disponível

**Quadro N.º 4.** Distribuição no Tempo dos Questionários Preenchidos

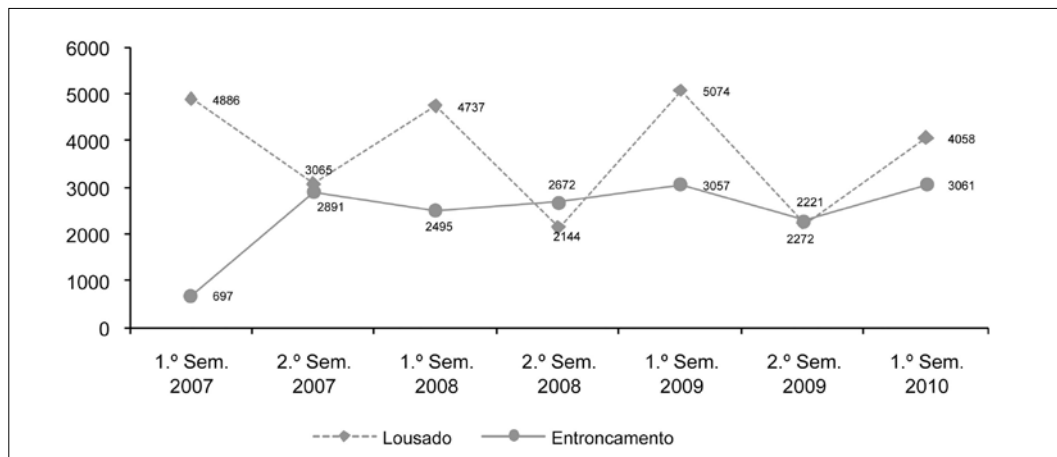
Data	Lousado
Jul-09	13
Ago-09	35
Set-09	6
Out-09	4
Nov-09	3
Dez-09	5
Jan-10	4
Fev-10	4
Mar-10	5
Abr-10	7
Mai-10	10
Jun-10	14
<b>Total</b>	<b>110</b>

**Quadro N.º 5.** Distribuição Mensal dos Visitantes inscritos na Categoria de 'Adultos Portugueses'

Data	Espaço Museológico	
	Lousado	Entroncamento
Jul-09	296	270
Ago-09	317	301
Set-09	256	428
Out-09	149	332
Nov-09	68	404
Dez-09	140	80
Jan-10	117	139
Fev-10	133	211
Mar-10	149	377
Abr-10	136	337
Mai-10	340	740
Jun-10	130	-
<b>Total</b>	<b>2231</b>	<b>3619</b>

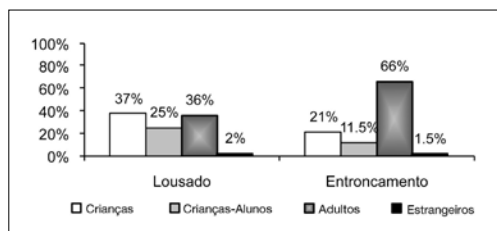
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 1.** Distribuição Semestral dos Visitantes (números absolutos)



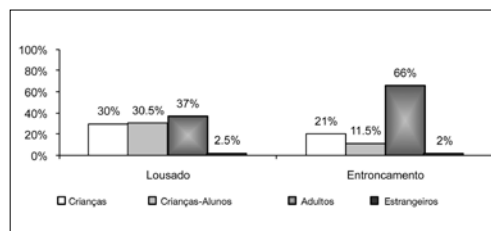
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 2.** Distribuição dos Visitantes por Categorias entre Março de 2007 e Maio de 2010 (%)



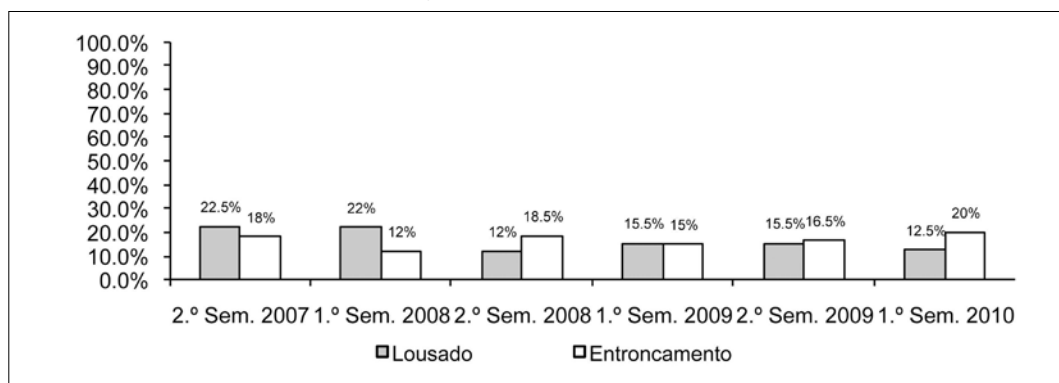
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 3.** Distribuição dos Visitantes por Categorias no período homólogo de Julho de 2007 a Junho de 2010 (%)



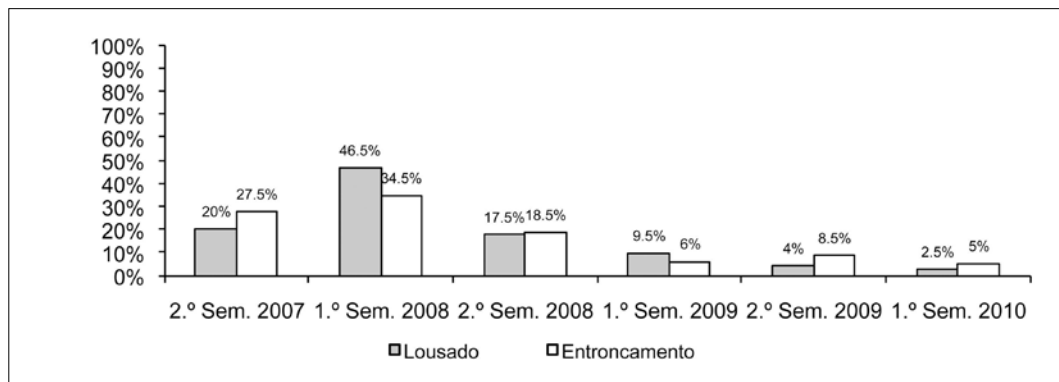
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 4.** Distribuição Semestral dos Visitantes por Categorias entre Julho de 2007 e Junho de 2010 – ‘Adultos’



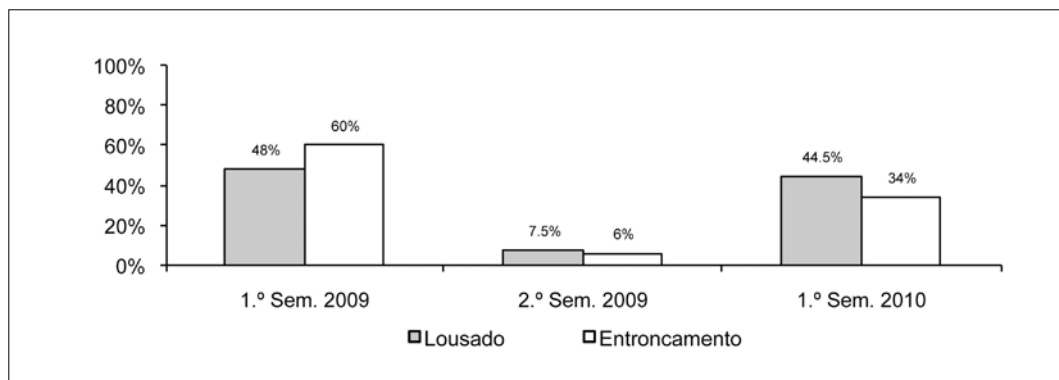
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 5.** Distribuição Semestral dos Visitantes por Categorias entre Julho de 2007 e Junho de 2010 – ‘Crianças’



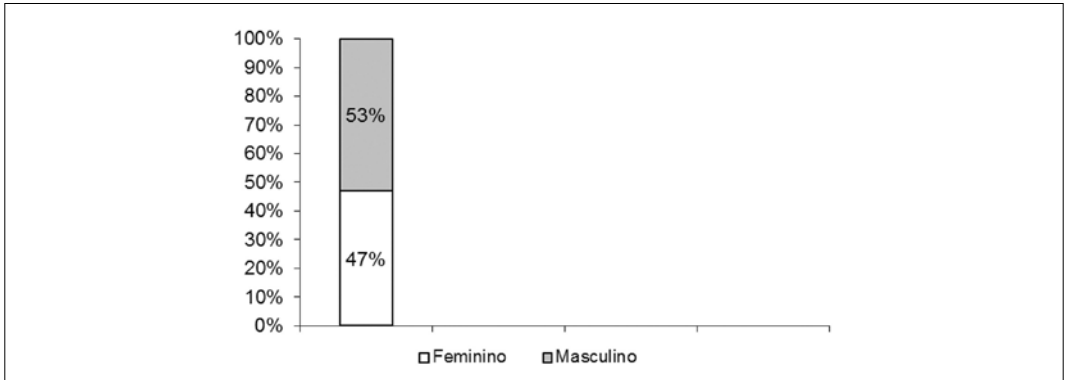
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 6.** Distribuição Semestral dos Visitantes por Categorias entre Janeiro de 2009 e Junho de 2010 – ‘Crianças-Alunos’



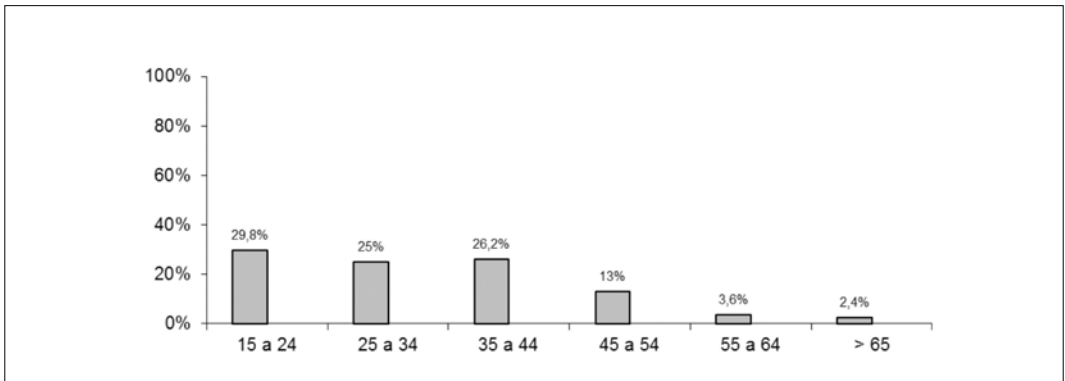
Fonte: Registo Mensal dos Visitantes (FMNF)

**Gráfico N.º 7. Sexo dos Inquiridos por Espaço Museológico**



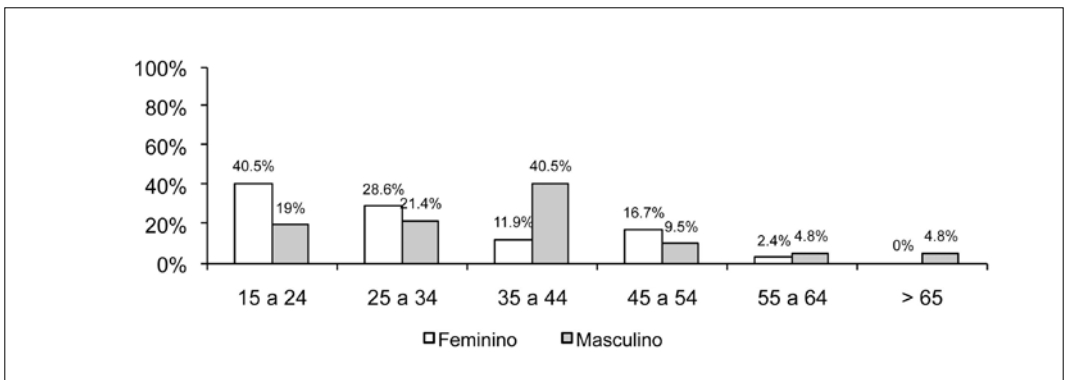
Base de Amostragem: 110

**Gráfico N.º 8. Composição Etária da Amostra**



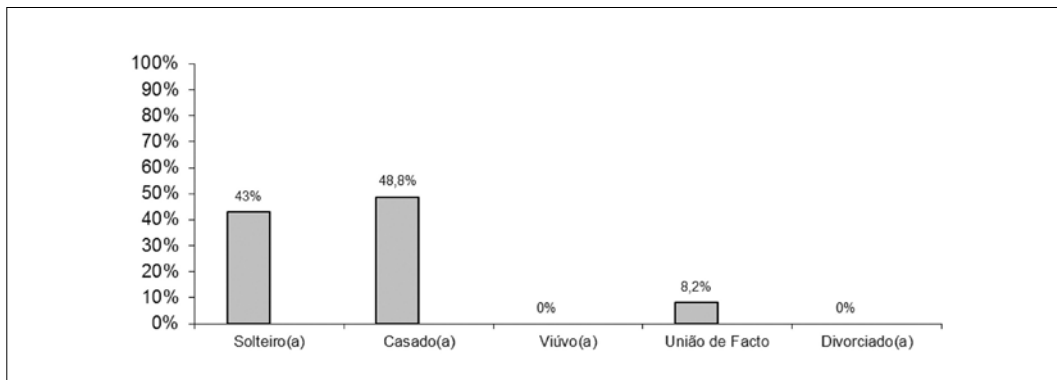
Base de Amostragem: 110

**Gráfico N.º 9. Composição Etária da Amostra por Sexo**



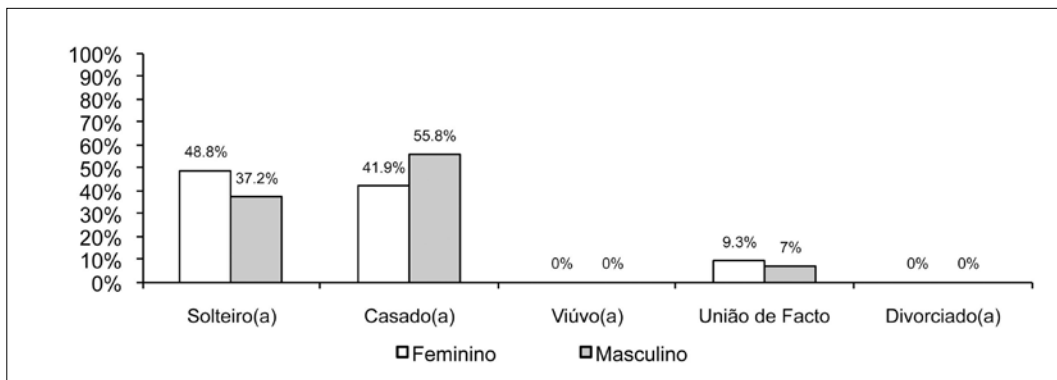
Base de Amostragem: 110

Gráfico N.º 10. Estado Civil dos Inquiridos



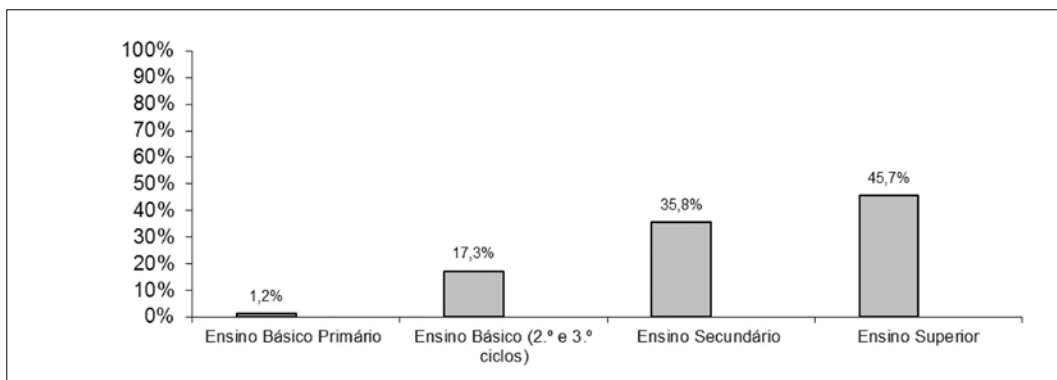
Base de Amostragem: 110

Gráfico N.º 11. Estado Civil dos Inquiridos por Sexo



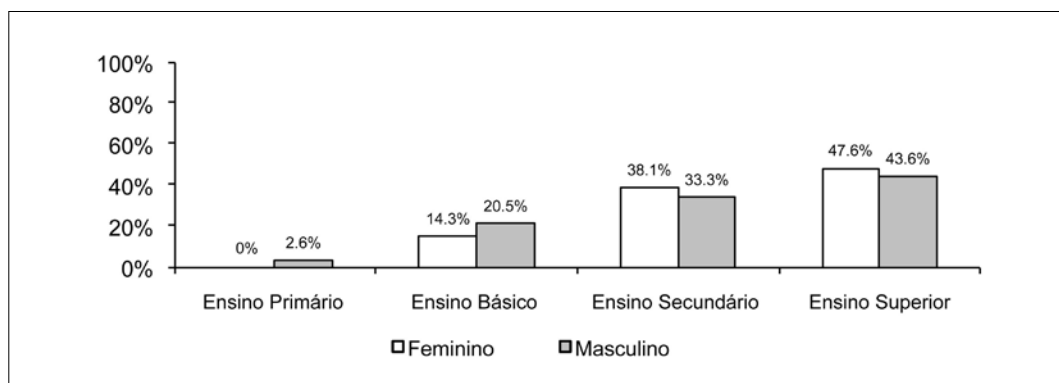
Base de Amostragem: 110

Gráfico N.º 12. Níveis de Escolaridade representados por Espaço Museológico



Base de Amostragem: 110

Gráfico N.º 13. Níveis de Escolaridade representados por Sexo



Base de Amostragem: 110

Quadro N.º 6. Áreas de Residência dos Inquiridos

Área de Residência	NA	%
V. N. Famalicão	18	16,4
Distrito do Porto	58	52,7
Distrito do Braga	17	15,5
Outros	10	9,1
NR	7	6,4
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

Quadro N.º 7. Estatuto Socioprofissional dos Inquiridos por Sexo

Ocupação	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Quadros Superiores	13	25	10	17,2
Quadros Médios e Téc. Profissionais	9	17,3	17	29,3
Operários e Profissionais de Nível 1/2	1	1,9	6	10,3
Professores / Educadores	12	23,1	7	12,1
Ferrovários	0	0	5	8,6
Ferrovário Reformado (a)	0	0	1	1,7
Domésticas	1	1,9	0	0
Estudante	11	21,2	5	8,6
Sem Profissão	2	3,8	2	3,4
Reformado(a)	0	0	5	8,6
NR	3	5,8	0	0
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>58</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>Total: 52 = 47%</b>		<b>Total: 58 = 53%</b>	
<b>Total</b>	<b>Total: 110 = 100%</b>			



**Quadro N.º 8.** Conhecimento da Existência dos Espaços Museológicos

	NA	%
Apenas hoje	25	22,7
Menos de 1 ano	15	13,6
1 a 2 anos	15	13,6
3 a 5 anos	19	17,3
5 a 10 anos	17	15,5
Mais de 10 anos	19	17,3
Mais de 2 anos		
<b>Total</b>	110	100

Base de Amostragem: 110

**Quadro N.º 9.** Condição do Visitante por Espaço Museológico

	NA	%
Primeira Vez	69	72,6
Mais do que uma vez	26	27,4
<b>Total</b>	95	100

Base de Amostragem: 110

**Quadro N.º 10.** Condição do Visitante segundo o Sexo

	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Primeira Vez	44	84,6	36	62,1
Mais do que uma vez	8	15,4	22	37,9
<b>Total</b>	52	100	58	100

Base de Amostragem: 110

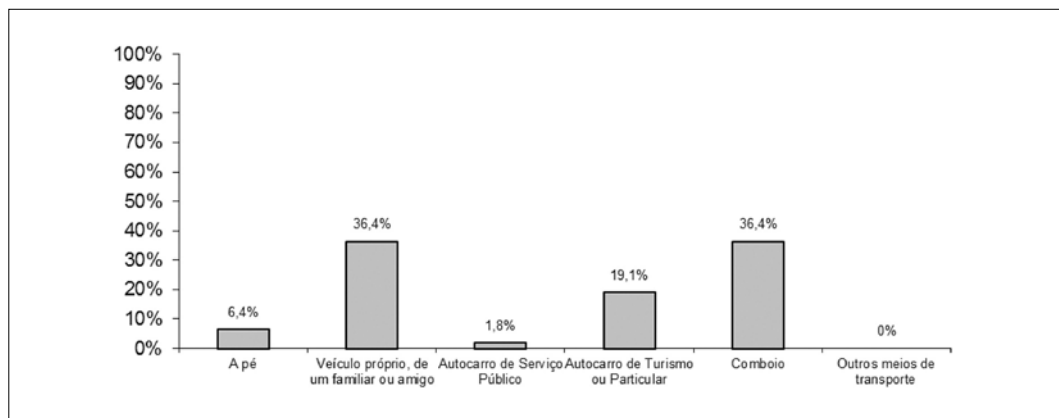
**Quadro N.º 11.** Formas de Divulgação do MNF segundo o Espaço Museológico

Fontes de Informação	NA	%
Informação de amigo(s)	19	14,4
Site ou página do museu na Internet	16	12,1
Informação de familiar(s)	15	11,4
Outro endereço na Internet	14	10,6
Informação de professor(es)	13	9,9
Placas indicativas ou <i>Outdoors</i> na cidade e imediações	7	5,3
Publicidade dispersa pelo concelho	6	4,6
Imprensa (jornais e revistas)	5	3,8
Agenda Cultural da Câmara Municipal	5	3,8

Publicidade nas estações de comboio	4	3,0
Cartaz exposto no exterior do museu	4	3,0
Televisão	3	2,3
Meio Profissional	3	2,3
Mailing que lhe foi dirigido	2	1,5
Desdobrável ou folheto do museu	2	1,5
Informação dos profissionais do MNF	2	1,5
Rádio	1	0,8
Guia turístico da região	1	0,8
Outros Meios	1	0,8
NR	9	6,8
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

Gráfico N.º 14. Meios utilizados na deslocação ao Museu



Base de Amostragem: 110

Quadro N.º 12. Modalidades de Acompanhamento

Acompanhantes	%	
Só	2,2	2,2
Com cônjuge/companheiro(a)/namorado(a)	27,5	66,7
Com filho(s)	20,3	
Com pai/mãe	5,8	
Com irmão(s)	5,1	
Com outros familiares	8	
Com amigo(a)	0,7	31,2
Com grupo de amigos	5,8	
Com um grupo organizado para o efeito	24,6	
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

**Quadro N.º 13.** Circunstâncias da Visita

	%
Em período de férias	31,3
Em passagem para outro destino	6,3
Enquanto esperava a chegada de um comboio à estação	4,2
Para visitar o concelho ou região onde se situa o museu	2,8
Especialmente para visitar o espaço museológico	53,5
Para visitar outro local, museu ou monumento da região	2,1
<b>Total</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

**Quadro N.º 14.** Principais Razões que levaram os Visitantes ao Museu

	Lousado		Entroncamento	
	NA	%	NA	%
Desejo de conhecer o património histórico ferroviário português	40	18,8	29	23,2
Vontade de aprender e descobrir coisas novas	28	13,2	7	5,6
Visita pela primeira vez	25	11,7	19	15,2
Acompanhamento de familiares ou amigos	17	8,0	4	3,2
Iniciativa de o dar a conhecer a familiares, amigos ou conhecidos	17	8,0	12	9,6
Recomendação de amigos	15	7,0	0	0
Integração em grupo organizado para visita	13	6,1	2	1,6
Importância de visitar museus	12	5,6	9	7,2
Simpatia pelo tema / tipo de museu em questão	9	4,2	14	11,2
Estudo/investigação/procura de informação sobre o tema do museu	7	3,3	2	1,6
Vontade de rever o museu	7	3,3	2	1,6
Prazer de sair	6	2,8	1	0,8
Proximidade do local de residência habitual	5	2,4	6	4,8
Não ter um programa melhor	3	1,4	0	0
Curiosidade em observar um objecto em particular	2	0,9	6	4,8
Vontade de descontrair e descansar	2	0,9	2	1,6
Apoio a instituições culturais do concelho	2	0,9	1	0,8
Publicidade ao museu	1	0,5	0	0,0
Por acaso	1	0,5	2	1,6
Vontade de diversão	1	0,5	0	0
Visita a uma exposição temporária	0	0	7	6
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100</b>	<b>125</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

**Quadro N.º 15.** Tempo de Duração da Visita segundo o Espaço Museológico

	NA	%
Até 30 minutos	26	23,6
Entre 30 minutos e 1 hora	44	40
Entre 1 e 2 horas	33	30
Mais de 2 horas	3	2,7
NS/NR	4	3,6
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110.

**Quadro N.º 16.** Tempo de Duração da Visita dos Inquiridos não integrados em Grupos Organizados

	NA	%
Até 30 minutos	23	30,3
Entre 30 minutos e 1 hora	35	46,1
Entre 1 e 2 horas	14	18,4
Mais de 2 horas	3	4
NS/NR	1	1,3
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110.

**Quadro N.º 17.** Visitantes que elegeram um objecto de atenção

	%
Sim	62,7
Não	34,5
NS/NR	2,7
<b>Total</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110.

**Quadro N.º 18.** Tipo de Objecto destacado

	%
Veículo	61,6
Outro	38,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110.

**Quadro N.º 19.** Principais Razões que levaram os Visitantes a destacar um objecto em especial

	%
Por representar uma época histórica que gosta especialmente	18,2
Por ser bonito / belo esteticamente	14,9
Por lembrar os tempos de infância / juventude	14
Por ser técnica e cientificamente importante	13,2
Por ter conhecido esse objecto antes de ser peça de museu	8,3
Por não saber que existia	8,3
Por recordar a sua actividade profissional	5
Por recordar um episódio da vida	4,1
Por recordar a profissão de um familiar	3,3
Por ser único nos caminhos de ferro portugueses	5,8
Por não haver outro igual no mundo	5
Por outro motivo	0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

**Quadro N.º 20.** Caracterização da Visita ao Museu segundo o Espaço Museológico

	%
Uma oportunidade para conviver em família	10,9
Uma oportunidade para conviver entre amigos / colegas	6,6
Uma forma de divertir	5,8
Um momento de aprendizagem	25,5
Uma oportunidade para partilhar conhecimentos	8,4
Uma ocasião para discutir e trocar ideias	6,6
Um entretenimento para os que o acompanharam na visita	5,8
Uma oportunidade para descontrair	7,3
Uma boa forma de passar o tempo livre	10,6
Um momento de orgulho da sua profissão	2,2
Uma forma de recordar o seu passado	6,9
Um momento de nostalgia	2,6
Um modo de passar o tempo como outro qualquer	0,4
Uma visita sem interesse	0,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: 110. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

**Quadro N.º 21.** Avaliação da Visita como Momento de Aprendizagem e Momento de Divertimento (Média)

	<b>Lousado %</b>	<b>Entroncamento %</b>	<i>Total (Média)</i>
	<i>Média</i>	<i>Média</i>	
Momento de Aprendizagem	4,01	3,65	3,87
Momento de Divertimento	4,05	3,69	3,91
<b>NS/NR (Total)</b>	5	2	7

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73. Foi utilizada uma escala de medida que varia entre 1 ('não aprendi' ou 'não me diverti') e 5 ('aprendi bastante' ou 'diverti-me bastante').

**Quadro N.º 22.** Avaliação Final da Visita ao Museu segundo o Espaço Museológico

	<b>Lousado %</b>	<b>Entroncamento %</b>
Superou as expectativas	51,8	13,7
Correspondeu às expectativas	42,7	57,5
Frustrou as expectativas	3,6	8,2
<i>NS/NR</i>	1,8	20,5
<b>Total</b>	100	100

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 23.** Avaliação da Intenção de Voltar a Visitar o Museu

	<b>Lousado %</b>	<b>Entroncamento %</b>
Sim	42,7	31,1
É muito provável	23,2	24,6
Provavelmente	12,2	16,4
É pouco provável	7,3	6,6
Não	3,7	1,6
<i>NS/NR</i>	11	19,7
<b>Total</b>	100	100

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 24.** Avaliação da Intenção de Recomendar o Museu a Alguém Conhecido

	<b>Lousado %</b>	<b>Entroncamento %</b>
Sim	93,6	74
Não	1,8	4,1
<i>NS</i>	1,8	15,1
<i>NR</i>	2,7	6,8
<b>Total</b>	100	100

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 25.** Preferências Museológicas dos Inquiridos

	Lousado %	Entroncamento %
Arte	11,5	10,9
Arqueologia	8,3	11,6
Sítios Arqueológicos	6,7	7,2
Arqueologia Industrial	2,8	3,6
Ciências Naturais e História Natural	7,9	9,4
Ciência e Técnica	5,1	5,8
Etnografia e Antropologia	3,2	4,3
Transportes e Comunicações	7,5	8
Ferrovários	12,3	9,4
Monumentos musealizados	4	2,9
Casas-museu	4,7	3,6
Reservas e Parques Naturais	11,9	12,3
Jardins Zoológicos, Botânicos ou Aquários	13	10,1
NS/NR	1,2	0,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73. Os dados resultam de uma pergunta de resposta múltipla.

**Quadro N.º 26.** Razões que explicam a visita dos Inquiridos a um museu

	Lousado		Entroncamento	
	NA	%	NA	%
Por ter interesse em ir	64	58,2	42	57,5
Por ser importante visitar museus	30	27,3	24	32,9
Para acompanhar alguém	10	9,1	4	5,5
Para ter alguma coisa para fazer	5	4,5	0	0
Por alguém ter dito para ir	1	0,9	3	4,1
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>	<b>73</b>	<b>100</b>

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 27.** Frequência de Práticas culturais I (Média)

	Lousado	Entroncamento	Total (Média)
	Média	Média	
Ver televisão	4,65	4,32	4,53
Ouvir rádio	4,3	4,02	4,2
Ouvir música gravada (CD's, MP3, MP4)	3,88	3,83	3,86
Ler livros (excluindo os escolares e profissionais)	3,48	3,44	3,46
Ler jornais	3,66	3,65	3,66
Navegar na Internet	4,28	3,75	4,13
Fotografar (sem ser em festas e férias)	2,83	2,65	2,76
Filmar (sem ser em festas e férias)	2,2	1,81	2,06

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73. Foi utilizada a seguinte escala de medida: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Pelo menos 1 vez por semana; 5 – Diariamente.

**Quadro N.º 28.** Frequência de Práticas culturais II (*Média*)

	<b>Lousado</b>	<b>Entroncamento</b>	<i>Total (Média)</i>
	<i>Média</i>	<i>Média</i>	
Receber / visitar / sair com amigos	3,55	3,32	3,5
Passear em Centros Comerciais	3,01	2,88	2,96
Passear em espaços ao ar livre (jardins, parques, etc.)	3,49	3,48	3,49
Frequentar Associações Recreativas ou Colectividades Locais	2,64	2,27	2,51
Ir a discotecas / bares / cafés	2,7	2,47	2,62
Executar trabalhos manuais (pintar, desenhar, esculpir, costurar..)	2,53	2,24	2,43
Dançar / Cantar / Tocar um instrumento musical	2,56	2,08	2,38
Actuar num grupo de teatro	1,25	1,11	1,2
Fazer voluntariado	2,02	1,65	1,89
Jogar cartas, xadrez, damas	2,18	1,69	2
Ir à praia	2,84	2,75	2,81
Fazer campismo	1,84	1,89	1,86
Praticar desporto	2,89	2,91	2,9

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73. Foi utilizada a seguinte escala de medida: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Pelo menos 1 vez por semana; 5 – Diariamente.

**Quadro N.º 29.** Frequência de Práticas culturais III (*Média*)

	<b>Lousado</b>	<b>Entroncamento</b>	<i>Total (Média)</i>
	<i>Média</i>	<i>Média</i>	
Ir ao teatro	2,11	1,95	2,05
Ir ao cinema	2,73	2,55	2,66
Assistir a espectáculos de dança	2,26	1,84	2,11
Assistir a concertos de música erudita / clássica	2,03	2	2,02
Assistir a concertos de música popular / moderna	2,26	2,22	2,25
Ver espectáculos de rua	2,5	2,2	2,39
Visitar museus	2,87	3,02	2,92
Visitar exposições em galerias	2,37	2,55	2,44
Frequentar bibliotecas	2,65	2,55	2,62
Ir a festas populares e romarias	2,53	2,26	2,43
Assistir a eventos desportivos	2,56	2,2	2,43

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.



**Quadro N.º 30.** Frequência de Práticas culturais IV (*Média*)

	<b>Lousado</b>	<b>Entroncamento</b>	<i>Total (Média)</i>
	<i>Média</i>	<i>Média</i>	
Ler temas ferroviários em jornais diários ou semanários	2,14	2,73	2,35
Ler livros / revistas sobre transportes e comunicações	2,12	2,75	2,34
Ler livros / revistas sobre o modo de transporte ferroviário	2,11	2,64	2,3
Consultar na Internet páginas sobre caminhos de ferro	2,39	2,66	2,49
Assistir na TV a programas de temática ferroviária	2,3	2,64	2,42
Coleccionar modelos / miniaturas de veículos	1,72	1,66	1,7
Coleccionar modelos / miniaturas de veículos ferroviários	1,67	1,73	1,69
Fazer modelismo ferroviário	1,49	1,42	1,46
Coleccionar bilhetes e outros títulos de transporte em comboio	1,85	1,66	1,78
Coleccionar outros símbolos da actividade ferroviária	1,5	1,66	1,56
Viajar de comboio em lazer	2,71	2,51	2,64
Visitar exposições históricas / museus de caminhos de ferro	2,23	2,37	2,28
Fotografar veículos ferroviários	2,1	2,35	2,19
Filmar veículos ferroviários	1,74	1,51	1,65

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73. Foi utilizada a seguinte escala de medida: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Muitas vezes; 5 – Habitualmente.

**Quadro N.º 31.** Conhecimento de Outros Espaços Museológicos Ferroviários (*Média*)

	<b>Lousado</b>	<b>Entroncamento</b>	<i>Total (Média)</i>
	<i>Média</i>	<i>Média</i>	
Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento	1,35		
Núcleo Museológico de Arco de Baúlhe (Museu das Terras de Basto)	1,29	1,27	1,3
Núcleo Museológico de Bragança	1,32	1,32	1,33
Núcleo Museológico de Chaves	1,41	1,36	1,38
Núcleo Museológico de Estremoz	1,14	1,32	1,19
Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga	1,29	1,27	1,31
Núcleo Museológico de Lagos	1,12	1,34	1,23
Núcleo Museológico de Lousado (MCFL)		1,41	
Núcleo Museológico de Santarém	1,21	1,85	1,46
Núcleo Museológico de Valença	1,19	1,36	1,26

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73. Foi utilizada a seguinte escala de medida:

1 – Não conheço; 2 – Conheço de vista/ouvir falar, mas não visitei; 3 – Visitei 1 vez; 4 – Visitei mais que uma vez; 5 – Visito regularmente.

**Quadro N.º 32. Meios de Deslocação Preferidos para Viagens Curtas**

	Lousado		Entroncamento	
		%		%
A pé	33,5		35,0	
Bicicleta	11,2		8,7	
Motociclo	1,1		5,8	
Automóvel	17,3		18,4	
Táxi	3,4		3,9	
Comboio	11,2		7,8	
Autocarro	6,7		8,7	
Metro	12,3		7,8	
Eléctrico	3,4		3,9	
<b>Total</b>	100		100	

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 33. Meios de Deslocação Preferidos para Viagens Longas**

	Lousado		Entroncamento	
		%		%
Bicicleta	1,4		1,4	
Automóvel	35,5		37,8	
Comboio	31,2		31,1	
Autocarro	9,2		13,5	
Avião	19,9		13,5	
Barco	2,8		2,7	
<b>Total</b>	100		100	

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 34. Percentagem de Inquiridos com Familiares Ferroviários**

	Lousado		Entroncamento	
	NA	%	NA	%
Com Familiares Ferroviários	15	13,6	15	20,5
Sem Familiares Ferroviários	88	80,0	55	75,3
NS/NR	7	6,4	3	4,1
<b>Total</b>	110	100	73	100

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.

**Quadro N.º 35. Participação em Associações e Grupos de Entusiastas e Amigos do MNF e Respetivos Núcleos**

	Lousado		Entroncamento	
	NA	%	NA	%
Participantes	5	4,5	3	4,3
Não Participantes	98	89,1	64	91,4
NS/NR	7	6,4	3	4,3
<b>Total</b>	110	100	70	100

Base de Amostragem: Lousado = 110; Entroncamento = 73.



# Dois Núcleos (Lousado e Nine) Um Museu: Museu Ferroviário do Minho

por Artur Sá da Costa<sup>1</sup>

Pretendo falar-vos<sup>2</sup> do Núcleo ferroviário de Nine, um dos dez que integram o Museu Nacional Ferroviário, e um dos dois situados no território do município de V.N. de Famalicão. O outro, como sabem, é o Núcleo de Lousado. Em particular, é meu objetivo expor-vos, de forma sintética, o projeto que a câmara municipal de Vila Nova de Famalicão possui para musealizar o espaço/território existente naquela estação, situado entre a bifurcação das linhas do caminho-de-ferro do Minho e a do ramal de Braga, o qual, no essencial, passa por restaurar/requalificar aquela extensa área (cerca de 18 000 m<sup>2</sup>) e adaptar os antigos edifícios, aí implantados, desde logo a cocheira (esta já restaurada), o refeitório e a casa do pessoal, hoje desativados, para expor o valioso e singular acervo património ferroviário, atualmente depositado naquela cocheira, na sequência da modernização e eletrificação da linha férrea Porto/Braga, recriando no espaço envolvente daqueles imóveis alguns aspetos tradicionais da ferrovia.

Diga-se, que este projeto museológico do Núcleo de Nine integra o programa temático de cooperação estratégica «Património Ferroviário Nacional: o turismo científico e cultural como produto estratégico», coordenado pelo Museu Nacional Ferroviário, tendo como parceiros um conjunto de 10 Cidades com núcleos ferroviários, que polvilham os itinerários do caminho-de-ferro de Portugal<sup>3</sup>

Acrescente-se que estamos perante um plano, que visa tirar partido da importância do património histórico ferroviário, como fator de valorização e competitividade das cidades, aumentando e qualificando a sua oferta cultural e turística.

Trata-se no fundo de fazer convergir duas ideias aparentemente contraditórias: por um lado, vincar as diferenças e valorizar as singularidades dos núcleos ferroviários locais; em contraponto criar uma rede nacional, que explore as complementaridades e as sinergias de cada um daqueles, projetando e valorizando uma imagem e dinâmica comuns.

Numa linguagem mais próxima do *marketing* e da indústria cultural, poder-se-á afirmar que este projeto visa criar uma marca nacional da ferrovia, promover um novo produto turístico/cultural, cobrindo todo o território português, e transportando dentro de si a ambição de captar fluxos do turismo nacional e internacional e, nomeadamente, o segmento do turismo cultural que demanda Portugal.

Direi, utilizando a posição defendida no diploma legal, que criou a Fundação Museu Nacional Ferroviário (D.L. 38/2005 de 17/2), que se cumpre com este projeto a missão e a natureza daquele museu: um Museu Nacional, polinucleado, que se expande de forma descentralizada pelo território nacional, onde o todo não é apenas a soma das partes. Pelo contrário, aceita e valoriza as diferenças locais, dando-lhes autonomia e personalidade, para simultaneamente as incorporar na unidade do todo nacional.

.....  
<sup>1</sup> Coordenador da Rede Museológica Municipal de Vila Nova de Famalicão

<sup>2</sup> Comunicação apresentada nas 3<sup>as</sup> Jornadas da Secção de Caminhos de Ferro do TICCIH, 25-26 de Maio de 2012, Lousado, V.N. de Famalicão

<sup>3</sup> Este programa arrancou com base no “Pacto pela competitividade e a Inovação urbana”, aprovado em 22/10/2008, pela Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, tendo como parceiros os municípios do Entroncamento (líder do programa), Bragança, Santarém, Fundação Museu Nacional Ferroviário, o Instituto do Turismo de Portugal e o Instituto Politécnico de Tomar e a Invesper. Posteriormente, este pacto foi estendido aos municípios de Cabeceiras de Basto, Águeda, Valença, no âmbito de uma candidatura “Redes urbanas para a competitividade e inovação”.

É este, aliás, o sentido e a razão que fundamenta o protocolo para a gestão partilhada dos dois núcleos, sediados no território famalicense, celebrado e outorgado, em 2007, entre a Fundação Museu Nacional Ferroviário e o município de V.N. de Famalicão, por este aprovado em 19 02 2007. Através dele, a câmara municipal assume a gestão dos dois núcleos, cabendo-lhe o direito de coordenar e dirigir o seu funcionamento, em todos os seus aspetos (serviços técnicos e educativos, segurança, limpeza, promoção, etc.), com as correspondentes responsabilidades, nomeadamente, os encargos com o pessoal e de manutenção, e acima de tudo a salvaguarda e valorização do património, que os integra, reconhecendo os dois parceiros que eles fazem parte da sua identidade.



Foto nº 1.  
Secção ferroviária de Lousado

Por último, lembre-se que a seção museológica de Lousado foi criada em 1980, sendo muito anterior ao projetado Museu Nacional Ferroviário, institucionalizada através da Lei da Assembleia da República nº 59/91, de 31 de agosto. Aquela, como a de Nine, fazem parte da memória e das afetividades coletivas do povo famalicense, impressionantemente demonstradas no ano de 1995, quando se opôs à sua desativação e transferência para o Porto. A REFER/CP recuaram, face ao movimento popular de denúncia e de oposição, secundado pelos autarcas do concelho, tendo a então pequena seção museológica, impulsionada por Ginestal Machado, permanecido em Lousado, sendo posteriormente convertida no atual museu dos “Caminhos de Ferro de Lousado”, inaugurado em 2003: o primeiro museu ferroviário a nascer em Portugal, que reúne o mais rico, diversificado e completo acervo patrimonial da história do caminho-de-ferro de Portugal e, sobretudo da região de Entre – Douro e Minho, onde sobressai o material circulante (comboios de diversos tipos, três dos quais da via estreita, que circularam entre o Porto, Póvoa de Varzim, Famalicão, Trofa e Guimarães e, pasme-se, a mais antiga locomotiva a vapor da via estreita existente em Portugal); carruagens, com destaque para o salão Presidencial; tudo instalado no edifício das antigas oficinas da Companhia do caminho-de-ferro de Guimarães, modelarmente restauradas, com um aproveitamento exemplar da arquitetura e dos materiais dos edifícios (cobertura em telha marselha, paredes em xisto preto e castanho da região), e com várias oficinas instaladas para o fabrico e reparação de peças: forja, carpintaria e serração. Um primor de arqueologia industrial, que arregala os olhos dos visitantes e serve de instrumento de experimentação e de aprendizagem ao vivo. Porém, sobre este núcleo, designadamente sobre a sua história e a riqueza e qualidade do seu espólio já tivemos oportunidade de escutar nestas Jornadas a excelente comunicação da Dr.<sup>a</sup> Joana Ribeiro. O meu objetivo é falar-vos do núcleo de Nine, e, em particular, da necessidade que existe de o requalificar para o articular com

o de Lousado. Ninguém nos perdoará se não tivermos capacidade de tirar partido da singularidade existente no nosso território municipal de dois núcleos ferroviários, com coleções e patrimónios diferentes mas complementares, com peças únicas da história da ferrovia portuguesa, os quais, situados nos extremos sul e norte do território municipal e, conseqüentemente separados fisicamente, constituem, apesar disso, um todo, estão ligados pela linha do Minho e no futuro poderão aproximar-se por viagens de comboio a vapor. Ora, o núcleo de Lousado necessita apenas de pequenas reparações e de melhorias, enquanto o de Nine precisa de se musealizar. Nada que o referido programa temático de cooperação estratégica entre as cidades portuguesas com Núcleos ferroviários não contemple.

### Dois Núcleos, Um Museu

É preciso olhar para o Núcleo ferroviário de Nine, como um projeto museológico próprio, embora complementar do de Lousado. Os dois são um todo, sem perda da sua singularidade. O de Lousado, também designado “Caminhos -de-Ferro de Lousado”, é um excelente museu – o único no país criado de raiz e em funcionamento – que ombréia com os seus parceiros europeus. Por isso, já é o mais visitado da rede museológica do município de Vila Nova de Famalicão. Ao contrário, o polo de Nine, tal como está, não reúne condições para ser denominado museu. Além do mais, não tem exposição organizada. Mas possui uma coleção originalíssima, com peças únicas, de que são excelentes exemplos: uma cocheira, sem igual no país; a locomotiva mais antiga da história da ferrovia portuguesa! Nas condições em que hoje se encontra, apenas pode ser considerado um armazém/reserva de máquinas e objetos, em bom estado de conservação, recolhidas numa cocheira, exemplarmente restaurada, impar no país, dadas as suas características arquitetónicas e os materiais que a compõem, com uma estrutura sólida, em granito, de amplo pé direito, em telhado clássico. Este núcleo conta-nos uma história: da linha do Minho e do ramal de Braga, fruto do “fontismo” oitocentista, que rasgou vales, encurtou caminhos, dando um forte impulso à mobilidade das pessoas (a demanda do trabalho, ou o lazer das praias no verão, como a mítica Póvoa de Varzim) e ao escoamento de mercadorias (o peixe que vinha da Póvoa de Varzim e de Leixões para abastecer o interior) e, conseqüentemente, ao desenvolvimento e bem-estar desta região. Mas, sabe-se, poderia não ter sido assim. As disputas foram renhidas, tendo vencido o atual traçado que corta a cidade de V.N. de Famalicão e liga Lousado a Nine. A história deste



Foto nº 2.  
Cocheira



Foto nº 3. Locomotiva a vapor 02049, mais conhecida como "andorinha", a mais antiga locomotiva existente em Portugal.

percurso centenário já começou a ser contada (António Máximo, *História do Caminho de ferro, Boletim Cultural, nº 14, II série*). De todo o modo, continua ainda hoje, sobretudo, após a duplicação e eletrificação das linhas (Minho e Braga) e, espera-se cada vez mais, a ser um relevante meio de transporte e de instrumento de aproximação das pessoas e dos povos (convém não esquecer que é por esta linha que o norte de Portugal se liga e se relaciona, com a Europa, via Galiza). Nine é um entroncamento, que deriva para Braga, desde 1875, e dá passagem para Espanha. Por seu turno, o acervo patrimonial que integra este núcleo – algum oriundo do ramal de Braga – é extremamente valioso e singular. À frente de tudo está a locomotiva 02049 (1856/57): A mais antiga locomotiva a vapor existente em Portugal, como as outras três locomotivas, a nº9 (VL) de 1875, com tender, para armazenagem de carvão para grandes viagens; a 014 (VL) de 1890, que fez a última viagem a vapor entre Porto e Braga e a locomotiva 002 (VL) de 1881, de dimensões reduzidas, e logicamente de menor capacidade de ação (o depósito de carvão é pequeno), mas que a torna

singular. Pelas características devia ser usada não para transporte de passageiros ou mercadorias, mas para fazer obras nas linhas. Todas em bom estado de conservação. Além destas, o núcleo possui outras peças e materiais ferroviários: (uma carruagem de 1ª classe (A 52) de 1886; um salão "pagador" (519489-29004-8), que foi carruagem de passageiros no séc. XIX, reconstituído em 1908 e posteriormente transformado em salão pagador); uma bomba de combate a incêndios; sete quadriciclos a pedais de 1930 de inspeções à linha e outros oito motorizados, utilizados a partir da década de 30; uma balança de mercadorias para transporte de bagagens; uma bomba de aquecimento das locomotivas, além de múltiplos objetos e ferramentas para manutenção e arranjo das locomotivas e carruagens. Em jeito de comentário, diga-se que estamos perante um pequeno núcleo museológico, porém único e repleto de singularidades. A cocheira é um exemplar arquitetónico imponente e em bom estado de conservação; a locomotiva 02049 é a mais antiga locomotiva a vapor existente em Portugal, que fazia a ligação entre Gaia e Lisboa, antes da construção da ponte do Porto em 1887. Acresce que esta locomotiva transportou Gago Coutinho e Sacadura Cabral no périplo pelo país, após o sucesso da travessia aérea do Atlântico. Terá também feito ligações entre Lisboa e Elvas. É "tesouro nacional", e como tal deve ser classificada.

Mas, a importância e singularidade do núcleo de Nine ultrapassa a qualidade e notoriedade das suas peças. Este nó ferroviário tem um peso simbólico enorme. Um entroncamento, onde Nine se abrigou e prosperou, que deriva para Braga e nos leva à Galiza. Por ali, muitos notáveis passaram (Miguel de Unamuno, visitando o seu amigo, Manuel Laranjeira, nas praias de Espinho), viajaram comitivas reais, desde logo, a de D. Luís e D. Maria Pia, em 1875, que inauguraram a linha, com festa e filarmónicas; sacerdotes como o Papa Paulo VI; comandantes de tropas com os seus batalhões, e já na democracia, Primeiros-ministros e outros governantes. A freguesia de Nine desenvolveu-se à sua volta, sendo hoje um importante núcleo urbano, que conquistou o título de Vila. No rescaldo da eletrificação e modernização da linha, acolheu o espólio do ramal de Braga.

Com ele pode construir um museu e vingar os demónios da destruição que permanecem ativos, e louvar os deuses da modernidade, na senda do poema de Fernando Pessoa, e homenagear os que se bateram, como é o caso do então Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, o Barão de Trovisqueira, para que a linha do Minho atravessasse este corredor litoral, em detrimento doutros projetos, que o atirariam mais para o interior. Como tudo seria diferente! E lembrar também aqueles, como Armando Ginestal Machado, que se anteciparam e souberam lançar as sementes para que o património ferroviário se preservasse, fosse memória coletiva e fonte de riqueza. Sem esquecer os mais recentes, que evitaram a destruição da então sessão museológica de Lousado. Aqui a evocação vai para o povo, que se opôs a que tal acontecesse, mostrando o seu fervor bairrista e o seu apego afetivo e emocional às coisas da terra, ou seja à sua identidade.<sup>4</sup> Nine e os famalicenses têm pergaminhos históricos, que fazem deles um concelho ferroviário, que sucessivas gerações cultivaram, participando com o seu trabalho, para o valorizar e preservar. Outros quiseram fazê-lo: “E porque de história falamos, permitam-me igualmente a oportunidade de, num momento em que a Estação de Braga sofre profundas alterações, manifestar publicamente a vontade de manter nesta cidade a sua secção museológica e respetivo espólio, designadamente a mais antiga locomotiva a vapor existente em Portugal”. (*Prefácio de Francisco Mesquita Machado, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Braga e os Caminhos ã de-ferro*, de Joaquim da Silva Gomes, 2002). Porém, falharam!

### Museu Ferroviário do Minho

Se as razões históricas são determinantes para levarmos em frente o projeto de musealização, as qualidades e especificidades do espólio são enormes e de uma importante riqueza antropológica, social e pedagógica. Poder-se-á acrescentar, ao que já foi dito, que a carruagem de 1ª classe de 1886, excelentemente restaurada, com três cabines, de 8 lugares cada, de madeira e forrada em veludo, ricos candelabros, possui objetos e dísticos, que nos devolvem a uma época histórica, plena de contrastes e desigualdades sociais (seria a este propósito interessante juntar a esta carruagem de 1ª classe, carruagens de 2ª e 3ª classes), como nos retratam os costumes, mas também as dificuldades da vida – uma simples inscrição, p. ex. dá-nos a dimensão da ameaça da tuberculose, que pairava sobre todos: “Proibido cuspir para o chão por causa da tuberculose”. Outro exemplar, que não vi em Lousado, é o salão “Pagador” (519489-29004-8), o qual, como todo o outro espólio, expressa um enorme poder evocativo, um relevante interesse educativo e de extrema importância pedagógica. É uma verdadeira máquina do tempo. Basta referir que este salão servia para que um funcionário da CP – O Pagador – andasse de estação em estação a pagar os salários aos operários da companhia (quanto tempo escoou para que os salários fossem

.....  
<sup>4</sup> A Câmara Municipal de V.N. de Famalicão aprovou por unanimidade, em 22 de Maio de 1995, uma proposta de repúdio e condenação pela desativação e transferência do Núcleo Ferroviário de Lousado para fora do concelho, exigindo a sua reinstalação em novo espaço. Por seu turno, a Junta de Freguesia de Lousado deliberou no mesmo dia, expressar a “total oposição” à desativação do museu, declarando que seria impensável deslocar do seu ambiente natural este património que está associado ao sangue e suor de todos quantos nesta região deram grande parte da sua vida ao caminho-de-ferro”. (Moção aprovada por unanimidade, pela Junta de Freguesia de Lousado, em sessão extraordinária, no dia 22 de Maio de 1995). O alerta desta ofensiva chegou dias antes através da Associação dos Amigos do Museu Ferroviário de Lousado: “chegou ao conhecimento desta instituição que o projeto de reinstalação do Museu Ferroviário de Lousado, embora fazendo parte da memória descritiva inicial do Programa de Alargamento da Linha Férrea, e que seria reedificado no local das antigas oficinas da C.P. em Lousado, tem vindo a ser adiado apesar dos avultados financiamentos existentes, sendo-nos referido pelo próprio Senhor Director do Nó Ferroviário que está à espera que a CP lhe informe sobre o destino a dar ao espólio sendo o mais possível a desativação do Museu” (carta do Presidente da Associação dos Amigos do Museu Ferroviário de Lousado ao Presidente da Câmara, 26 de Abril de 1995). A carta era acompanhada de um Programa para a sustentação do Museu Ferroviário de Lousado (ideias-base).



creditados em contas bancárias?). Mas os aspetos pedagógicos deste salão estão ainda presentes em múltiplos elementos, traduzidos no seu interior. Uma das suas partes estava destinada à habitação do pagador, com casa de banho e quarto de dormir. A outra era o local de trabalho, onde se observam os cuidados de segurança, que este serviço requeria. Entre outros, o “Pagador” fazia-se acompanhar por dois seguranças armados. Em suma, o núcleo de Nine tem um acervo museológico único, de grande qualidade e em bom estado de conservação, e com uma forte carga histórica e educativa. Falta-lhe contudo espaço expositivo. O existente é pequeno, impossibilitando a exposição museológica e a criação museográfica das suas potencialidades. A cocheira, em tempo restaurada, onde está guardado o espólio, pode ser alargada, ampliando a sua capacidade expositiva. Ora, esta expansão poderá fazer-se no sentido norte, ligando-a ao antigo refeitório, unindo os dois edifícios, que são contíguos. A sua estrutura é sólida, necessitando apenas de uma abertura adequada que os ligue e a adaptação do interior aos novos fins. Existe ainda um outro imóvel, a antiga casa do pessoal, que também pode ser aproveitada para exposição, depois de restaurada. Acresce, que está disponível um amplo terreno, (cerca de 18 000 m2) que envolve estes imóveis, o qual também pode ser aproveitado para se fazer deste núcleo um verdadeiro espaço/território museológico.

Isto é, existe um edifício ligado à cocheira (antigo refeitório e habitação), a Casa do Pessoal, atualmente sem ocupação, e espaço à volta da cocheira, que podem ser agregados àquela, ampliando-a e conquistando espaço para se expor de forma digna e atraente todo este valioso espólio.



Foto nº 4. Mapa da estação de nine

Todavia, estas melhorias são insuficientes para fazer um núcleo de excelência, apesar de possuir o seu símbolo: a mais antiga locomotiva portuguesa, que se junta ao outro, a joia da coroa, do núcleo de Lousado: a locomotiva da via estreita mais antiga existente em Portugal.

Nesse sentido, será de aproveitar o amplo terreno envolvente, ainda da esfera jurídica da CP/REFER, explorando algumas ideias que recriem e projetem no espaço público alguns aspetos da ferrovia e, que não estão contemplados no museu de Lousado, os quais constituem elementos essenciais da história do desenvolvimento e do funcionamento do caminho-de-ferro em Portugal. Por exemplo, instalar um depósito a carvão, uma grua e um depósito de água, elementos básicos do período áureo da locomoção da ferrovia a vapor. Além disso, o cuidado como foi feito o restauro da cocheira permite tirar partido para potenciar a capacidade expositiva e atratividade deste núcleo. Assim, e uma vez que a cocheira está situada, num espaço amplo de terreno da CP – entre as atuais linhas do Minho e do ramal de Braga – pode-se expor fora da

cocheira (porventura em períodos mais significativos) as locomotivas (ou uma delas), bastando, para o efeito puxá-la para fora pelo carril que entra naquela. Do mesmo modo, será de colocar os referidos depósitos de água, de carvão, lenha e outros elementos ferroviários tradicionais, na área envolvente da cocheira, colocando-os à vista de todos, designadamente, dos passageiros das duas linhas, que ali bifurcam. Serão imagens vivas do valor e importância deste núcleo, servindo de aperitivo para futuras visitas.

Os acessos são fáceis e autónomos, embora também se possam fazer pela estação. Por outro lado, o terreno em volta da cocheira dá para estacionamento de viaturas dos visitantes.

As ideias/projeto acima expostas são meramente indicativas, não excluindo outras (por exemplo, os aspetos sociais, as lutas operárias e sindicais ferroviárias, o impacto e o contributo do comboio no desenvolvimento local e regional), os quais poderão também ser contemplados, não sendo de excluir a obtenção de mais material ferroviário, aliás abundante em Portugal e que se encontra a degradar-se em vários pontos do país, como na estação de V.N. de Gaia. Neste momento, está disponível, na Régua, uma locomotiva, recentemente restaurada, que pode, com relativa facilidade ser incorporada no núcleo.

Um museu assim representa a história do caminho – de – ferro da região de Entre – Douro e Minho, bem como das companhias que nele realizaram obras, que rasgaram os montes e atravessaram os vales, colocaram as locomotivas e as carruagens nos carris, recrutaram pessoal e ofereceram serviços de transporte às populações. A história centenária desta odisseia está por contar, como igualmente aguardam estudo os impactos económicos, sociais e culturais provocados neste território.

A aprovação da candidatura, em 28.07.2010, pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro: “Património Ferroviário Nacional: O turismo científico e cultural como produto estratégico”, da Fundação Museu Nacional Ferroviário, em parceria com os municípios de Cabeceiras de Basto, Bragança, V.N. de Famalicão, Valença, Águeda e outras instituições culturais e educativas vieram dar luz verde a este projeto, colocando o concelho de Vila Nova de Famalicão na rota do turismo da ferrovia nacional e internacional, através dos Núcleos de Lousado e de Nine, ambos situados no seu território, em dois extremos da linha do Minho.

O investimento total situa-se acima dos 8 000 milhões de euros, com uma comparticipação comunitária superior a 5 000 milhões de euros. A candidatura engloba 22 projetos, respeitando os do concelho de Vila Nova de Famalicão ao seguinte:

- a) Beneficiação do Núcleo ferroviário de Lousado (criação de novos espaços de acolhimento dos visitantes, uma área técnica de apoio educativo e informatização de todo o edifício, sinalética bilingue e resolução de problemas de acessibilidade).
- b) Beneficiação do Núcleo ferroviário de Nine, dotando-o de condições para o abrir ao público e acolher visitantes, nomeadamente, restaurar os edifícios da cocheira e da casa do pessoal, expondo o acervo patrimonial e recriando o exterior com peças evocativas da história ferroviária.

Os investimentos previstos nos dois polos de V.N. de Famalicão rondam o milhão de euros. Em Lousado, trata-se essencialmente de melhorar a qualidade da exposição permanente. Em Nine, além do restauro e requalificação dos dois imóveis (cocheira e casa do pessoal) e da sua adaptação para expor o acervo patrimonial, serão recriados no espaço envolvente depósitos de carvão e de água, colocada uma grua e uma placa giratória. O restauro da locomotiva 014 de 1890 é a chave da ligação entre os dois núcleos. Além da carga simbólica que representa (fez a última viagem entre Porto e Braga), é um mergulho no tempo e simultaneamente a projeção no futuro das capacidades e potencialidades da museologia/ museografia modernas. Não basta conservar e expor, exige-se inovação e criatividade. Organizar viagens históricas, com locomotivas a vapor e com material circulante dos finais do séc. XIX e início do XX, entre os dois núcleos, proporcionando

uma visita quase em simultâneo, e um envolvimento com a paisagem da região minhota, o seu património histórico-cultural e a gastronomia é um evidente sinal de recreação e antecipação desse caminho.

Esta é uma nova realidade, plena de desafios e de oportunidades, de relevante interesse cultural e turístico, significando um salto qualitativo na oferta turístico/cultural de V.N. de Famalicão, com importantes incidências económicas e na melhoria dos fatores de competitividade territorial do município.

Um aspeto essencial desta candidatura passa por integrar os Núcleos Ferroviários na geografia e na história local das cidades que os acolhem e das regiões envolventes. Neste particular, colocam-se muitos desafios, sem dúvida estimulantes, aos Núcleos de Lousado e Nine e à Rede Museológica Municipal, que a Câmara de V.N. de Famalicão está a construir.

Eis algumas dimensões dessas potencialidades:

Na cidade de V.N. de Famalicão, nas imediações da estação da CP, está sediado o MIT (Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave), um museu de Arqueologia Industrial, com dimensão regional. Ora, os amantes e os simples curiosos poderão dar um pulo de comboio a esta unidade, que retrata a história da indústria têxtil, bastando para o efeito apeiar-se na estação de Famalicão, já depois de ter apreciado as excelentes unidades de arqueologia industrial, que estão patentes no museu do caminho-de-ferro de Lousado. Uma vez na cidade encontrarão a gastronomia tradicional, além de alojamento.

Os visitantes dos Núcleos de Lousado e Nine poderão ainda percorrer os passos de algumas das personalidades ilustres de V.N. de Famalicão e da região, elas que foram as primeiras utentes do caminho-de-ferro.

É o caso de Camilo, que fez amiudadas vezes a viagem entre Famalicão e Porto. Também foi dos primeiros a sofrer, um acidente numa dessas viagens, em 1878, entre a estação de S. Romão e Ermesinde. Camilo a este propósito recebeu e escreveu várias cartas, que estão na sua casa de Seide. Talvez valha a pena conhecer a descrição que ele fez do que lhe aconteceu em carta enviada ao amigo Alberto Pimentel: “depois como a minha carruagem estava às costas do tender, tive de saltar de alto, logo que pude sair pela vidraça que parti com a cabeça, quando o vapor das caldeiras me ia asfixiando”. Ora, este espólio está acessível, como outros, na Casa de Camilo, em Seide, a dois passos da cidade de V.N. de Famalicão.

Não foi apenas Camilo que se serviu do comboio para viajar, trabalhar, visitar ou receber os amigos. A “Geração de Ouro” de Famalicão e do Vale do Ave, do último quartel do séc. XIX, a “Tertúlia do Ave”, como a denominei,<sup>5</sup>parafraseando António José Saraiva, onde se incluem, além de Camilo, Alberto Sampaio, Martins Sarmento, Bernardino Machado, entre outros, aproveitou ao máximo o comboio para os seus afazeres quotidianos e para se visitarem. Alberto Sampaio ia de comboio ao Porto, que apanhava em Lousado, estudar na biblioteca pública e visitar os amigos, entre os quais, Oliveira Martins. Também visitava Antero de Quental em Vila do Conde, naturalmente a partir de 1881, com a inauguração da linha da Póvoa de Varzim. E pelo comboio seguia o famoso “clarete”, fabricado por Alberto Sampaio, na quinta de Boamense, em V.N. de Famalicão, para os amigos Antero, Oliveira Martins, este ao tempo responsável pela linha Porto/Póvoa de Varzim, tendo como cúmplice o chefe de estação de Famalicão. Martins Sarmento, também usou o comboio para fazer as suas investigações arqueológicas em toda esta região. Por exemplo, deslocou-se em 1884 de Guimarães a Lousado para uma “excursão arqueológica” com o Abade de St<sup>a</sup> Tirso. E esteve várias vezes em Famalicão (1880, 1889), para visitar os Marcos Miliários implantados no concelho, observar o Castelo de Vermoim e a Ponte da Lagoncinha, aqui vem perto. Percursos de memória, patrimónios que ainda hoje estão disponíveis a aguardar a sua integração em rotas do património histórico/cultural da região.

.....  
<sup>5</sup> A Tertúlia do Ave, Camilo, Martins Sarmento, Alberto Sampaio, Bernardino Machado e amigos, Boletim Cultural Nº ¾, III série, Câmara Municipal V.N. de Famalicão.

Bernardino Machado viajou de comboio, de Moledo do Minho até às Caldas da Rainha, em 5 de Outubro de 1910, já José Relvas tinha proclamado a República em Lisboa. Naquela cidade teve que se apelar, porque o comboio já não podia seguir mais. Sinais da revolução republicana em marcha, que o apanhou na sua casa de praia. Ele próprio relata este episódio à mulher em carta que se encontra no Museu Bernardino Machado (*Boletim Cultural*, nº 5, 3ª série, câmara municipal de V.N. Famalicão).

Eis um filão de ouro ainda por explorar, que cruza memórias, interliga territórios, patrimónios, lugares, pessoas e paisagens. Deixo-vos um apontamento (entre muitos outros) para um possível itinerário:

Uma vez acabada a visita ao museu ferroviário de Lousado, apanhar o comboio, ali ao lado, para Famalicão; descer na estação e deslocar-se até ao MIT. De seguida ir até ao centro da cidade para visitar o museu Bernardino Machado, antes ou depois do almoço, num dos restaurantes típicos aí existentes. Se as forças não faltarem regressar à estação da CP, apanhar o comboio para Braga, parar em Nine e visitar o núcleo museológico, antes de seguir ao encontro da Sé de Braga. Em alternativa a este percurso pode optar (em Lousado) pela linha de Guimarães para usufruir a cidade e o seu património histórico. Aí cruzar-se-á com Martins Sarmento, um dos vértices do triângulo da “Tertúlia do Ave”! E pelo caminho deslumbrar-se com o verde da paisagem, o românico das igrejas, antecipando os petiscos das tascas e dos restaurantes da gastronomia tradicional.

### Viagens Históricas

O projeto museológico que daqui emerge – unindo os dois núcleos – faz dele um Museu Ferroviário único no país: nenhum outro município em Portugal possui no seu território dois Núcleos ferroviários, ademais com características históricas próprias e acervos patrimoniais distintos, que junta as singularidades da via estreita, nos locais onde ela existiu – (Porto/Póvoa de Varzim/V.N. de Famalicão; Porto (Trindade), Trofa/Lousado/Guimarães) – com a via larga, unidos simbolicamente por duas locomotivas a vapor: a 02049 de 1857 (a mais antiga locomotiva a vapor existente em Portugal), que integra o acervo museológico de Nine, e a 6 (a mais antiga locomotiva a vapor de via estreita em Portugal), da Companhia dos caminhos – de – ferro do Porto à Póvoa de Varzim (1875/1881), que faz parte da exposição permanente do Núcleo de Lousado. Um museu (dois núcleos), onde se reúnem as locomotivas, as carruagens, os materiais e os objetos mais representativos da história do caminho-de-ferro em Portugal e, em particular do que foi utilizado nas linhas e nas estações da região do Minho. Os dois núcleos situam-se na periferia do território do município, e em breve ficarão ligados por viagens turísticas ao passado, em comboio movido em locomotiva a vapor: a 014 de 1890, que fez a última viagem entre Porto e Braga. Outra joia da ferrovia à espera de ser classificada como “tesouro nacional” e a exigir que as pessoas a possam ver, apreciar e usufruir.

Eis afinal o itinerário possível do futuro. Ao alcance da vontade dos famalicences!



Foto nº 5. A mais antiga Locomotiva da Via Estreita existente em Portugal





*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

*Handwritten signatures and initials: B, P. Samuel, A, Ag, Santos, JM, M, A*

**REDE MUSEOLÓGICA MUNICIPAL**

**VILA NOVA DE FAMILICÃO**

**Declaração de Princípios\***

**Preâmbulo**

O Município de Vila Nova de Famalicão possui, desde o fim do século XX e, sobretudo desde a viragem do milénio, um conjunto alargado e diversificado de museus, que lhe moldaram o rosto e lhe dão uma nova identidade, tornando-os um dos seus recursos patrimoniais e culturais mais valiosos. São mais de uma dezena de museus, que incorporam as raízes-multiseculares do concelho e refletem os traços mais marcantes da história da sociedade famalicense. Eles emergem do dinamismo das políticas culturais municipais e da força criativa e altruística do empreendedorismo e do mecenato social. A diversidade temática, a heterogeneidade e qualidade das coleções e dos patrimónios que reúnem dão-lhe uma singularidade, um valor cultural e uma mais-valia económica inigualável. Esta é uma realidade recente, dir-se-á, uma nova identidade famalicense, plasmada na Casa Museu de Camilo, no Museu da Fundação Cupertino de Miranda, no Museu Bernardino Machado, no Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, no Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves, no núcleo de Lousado do Museu Nacional Ferroviário, no Museu

Página 1 de 10

*gabinete da Presidência*

\* Aprovada pela Câmara Municipal na reunião de 25 de julho de 2012.



*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

*Dr. João Daniel  
As  
Antes  
de  
M  
A*

de Arte Sacra da Paróquia de Sto. Adrião, na Casa Museu Soledade Malvar, no Museu da Guerra Colonial, no Museu de Arte Sacra da Paróquia de S. Tiago de Antas, no Museu Cívico Cultural e Religioso de Mouquim e no Museu da Confraria de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe, aos quais se juntará, a Casa do Território/Museu de Arqueologia, encontrando-se em fase de instalação o Centro de Estudos de Surrealismo, o núcleo Ferroviário de Nine do Museu Nacional Ferroviário e o Museu do Automóvel.

Três destas unidades integram a Rede Portuguesa de Museus, sinal inequívoco de reconhecimento da sua qualidade e um atestado da sua importância no panorama da museologia portuguesa contemporânea.

Apesar da existência desta multiplicidade de equipamentos museológicos; pese embora a qualidade patrimonial, histórica, artística e cultural das suas coleções; conhecendo-se a diversidade e a dinâmica programática de muitos deles, forçoso é reconhecer que existe um défice de visibilidade e de divulgação, bem como de rentabilidade das suas potencialidades, tanto culturais, como económicas. Ter-se-á também de admitir que falta uma visão de conjunto desta capacidade instalada, escasseando a cooperação entre as unidades museológicas, tanto públicas, como privadas. Além da falha da visão global, existe uma descoordenação na gestão e na programação e, acima de tudo, predomina o individualismo, o que impossibilita uma dimensão de escala capaz de lhes dar visibilidade e projeção.

Página 2 de 10

*gabinete da Presidência*



*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

*[Handwritten signatures and initials]*  
P. Daniel  
A. B.  
F. Costa  
J. M.  
A.

A consciência desta situação levou os responsáveis de todos os museus do concelho a promover um plenário, em abril de 2009, onde deliberaram “criar uma Rede Museológica Municipal”, mandatando um “grupo de trabalho” de elaborar um plano de ação, para perspetivar a sua concretização. A Assembleia deliberou ainda comemorar em conjunto, nesse ano, o “Dia Internacional dos Museus”. Assim foi, em 2009 e nos anos seguintes, com programas comuns. Entretanto, o grupo de trabalho decidiu promover um “inquérito” para apurar a situação concreta de cada museu, o qual foi apresentado em Maio de 2011 no seminário: “Rede de Museus. Território. Identidade. Património.” Aí foi possível constatar que as redes museológicas estão implantadas um pouco por todo o mundo ocidental assumindo formas e modelos diversificados, consoante as especificidades e as circunstâncias de cada local. Ficou claro que os museus de Vila Nova de Famalicão estavam a trilhar o caminho do futuro.





*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

*P. Jardim*  
*António*  
*António*  
*António*  
*António*  
*António*

### **Compromisso**

Reconhecendo que o trabalho conjunto realizado nos últimos anos, nomeadamente, no Dia Internacional de Museus e na Noite dos Museus, rasgou horizontes, aproximou instituições e técnicos, criou dinâmicas e atraiu pessoas aos Museus; conscientes de que a cooperação intermuseológica potencializa sinergias e junta complementaridades, os responsáveis pelos Museus de Famalicão assumem o compromisso de prosseguir e intensificar a cooperação entre si, proclamando como sua vontade, constituir uma Rede Museológica Municipal, que seja suporte e ferramenta para a melhoria da qualidade de todas e cada um das unidades integrantes da Rede e sirva de veículo para a sua promoção, divulgação e captação de públicos. Para tanto, comprometem-se com os seguintes objetivos:

- a)- Prestar apoio mútuo, partilhar experiências e permutar meios técnicos e recursos humanos.
- b)- Promover iniciativas e ações conjuntas.
- c)- Fazer intercâmbio de exposições e a cedência temporária de objetos e peças dos acervos.
- d)- Realizar uma gestão partilhada e articulada dos museus da Rede.
- e)- Respeitar a identidade de cada um ou da rede nacional, onde se inserem, criar uma imagem comum para a Rede Museológica Municipal, que

Página 4 de 10

*gabinete da Presidência*



*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

*U*  
*P. J. Samuel*  
*Ag*  
*Amândio*  
*Lu*  
*S*  
*A*

seja o seu rosto e a identifique; uma imagem de marca, que se torne num destino turístico/cultural de V.N. de Famalicão.

f)- Colaborar na promoção e valorização, no plano interno e externo, deste novo cartaz turístico.



Câmara Municipal de V. N. de Famalicão

*[Handwritten signatures and initials]*  
P. Daniel  
A.  
P.  
A.  
Pantof  
J.  
M.  
A.

### Declaração de Princípios

Considerando que cada museu *per si* constitui uma unidade própria, independente dos demais, a criação da Rede Museológica Municipal, não atenta contra a sua personalidade, nem afeta a sua autonomia de gestão e programática; tendo em conta que a tutela dos museus existentes é pública e privada, sendo que a câmara municipal é proprietária de várias unidades e participa na gestão de algumas de natureza associativa ou por via de protocolos celebrados com os seus proprietários, os responsáveis de cada um dos museus aderentes à Rede Museológica Municipal aceitam a seguinte Declaração de Princípios:

I - A adesão e desvinculação à Rede Museológica Municipal é livre e voluntária.

II - No momento de adesão o museu que o faça tem de possuir, no mínimo, um responsável técnico, e um espaço de exposição, aberta ao público, em horário conhecido, além de um inventário das peças.

III – A adesão à Rede não afeta nem diminui a individualidade, independência e autonomia do museu aderente.

IV – A Rede assenta numa base democrática, em igualdade de direitos e deveres de cada membro, independentemente da sua natureza pública ou privada, ou da sua notoriedade.

Página 6 de 10

*gabinete da Presidência*



*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

V – A adesão pressupõe a cooperação e partilha das responsabilidades com os seus pares.

**Coordenação da Rede**

Considerando o profundo conhecimento que tem das valências museológicas que integram a Rede, a sua forte ligação a todo o processo em curso para criação da mesma Rede e a patente familiaridade com o fenómeno multicultural típico das raízes famalicenses, decidem nomear o Dr. Artur Sá da Costa coordenador da instituída Rede de Museus, competindo à Câmara Municipal a prestação do apoio que se revelar necessário à concretização das tarefas na função em que agora é investido.

V.N. de Famalicão, 26 de Novembro de 2012



Câmara Municipal de V. N. de Famalicão

R. R. Jamil  
J. S. Alves  
S. M. Alves  
F. M. Alves  
7

Assinam este Compromisso e esta Declaração de Princípios os seguintes:

Museu Bernardino Machado; Casa Museu Camilo Castelo Branco; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave; Casa Museu Soledade Malvar

*Armindo Borges Alves da Costa*

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão,  
Armindo Borges Alves da Costa, Arq.

Museu da Confraria da Senhora do Carmo de Lemenhe

*José Manuel Barbosa Oliveira*

O Presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo de Lemenhe,  
José Manuel Barbosa Oliveira

ASSOCIAÇÃO MUSEU  
Museu da Guerra Colonial

*Augusto António Alves Duarte Cavaleiro*

O Presidente da Direção do Museu da Guerra Colonial,  
Augusto António Alves Duarte Cavaleiro

ASSOCIAÇÃO MUSEU  
Museu da Guerra Colonial

*Manuel Ferreira*

O Tesoureiro do Museu da Guerra Colonial,  
Manuel Ferreira  
Tel. 252 322 648 / 252 376 323 - Fax: 252 376 324  
Telcom. 919 524 227  
4760-038 VILA NOVA DE FAMILICÃO



*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves

O Presidente da Fundação Castro Alves,  
Manuel Boaventura Faria Monteiro da Costa, Dr.

Museu da Fundação Cupertino de Miranda

O Presidente da Fundação Cupertino de Miranda,  
António Gonçalves, Dr.

Museu de Arte Sacra da Paróquia de Sto. Adrião

O Presidente da Fábrica da Igreja da Paróquia de Santo Adrião,  
Paulino Alfredo Oliveira Carvalho, Pe.

Museu Cívico Cultural e Religioso de Mouquim

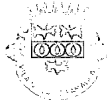
O Presidente da Fábrica da Igreja da Paróquia de Mouquim,  
Daniel Sousa Neves, Pe.

Museu de Arte Sacra da Paróquia de S. Tiago de Antas

O Presidente da Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Tiago,  
Agostinho Carvelho Alves, Pe.

Página 9 de 10

*gabinete da Presidência*



*Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*

Fundação Museu Nacional Ferroviário - Núcleo de Lousado e Nine

*Júlio Arroja*

O Presidente do Conselho de Administração da Fundação Museu Nacional Ferroviário,  
Júlio Arroja, Engº.

*Dr. David  
Pantazis*

Museu do Automóvel

*Amadeu Melo e Silva*

O Presidente do Clube Automóvel Antigo e Clássico de Vila Nova de Famalicão,  
Amadeu Melo e Silva, Engº.

PRACA ALVARO MARQUES | 4764-500 VILA NOVA DE FAMILICAO | TELEFONE 252 300900 FAX 252 310849  
E-MAIL: camaramunicipal@cm-vn.famalicao.pt | INTERNET: www.vilanovadefamalicao.org



**V – Museu Bernardino Machado  
– Centenário da I República**







1910-2010

# CENTENÁRIO I REPÚBLICA

*Vila Nova de Famalicão*





# Culto privado<sup>1</sup>

por Júlio Machado Vaz<sup>2</sup>

Todos os dias nos enregela uma chuva tóxica de números. Baptizados com nomes vários, não próprios como os dos furacões, na moda estão mercados e agências de *rating*. Por trás abrigam-se investidores rapaces, governantes avessos a escrutínio, analistas verborreicos que dizem tudo e o seu contrário. Nesse registo, anunciam o Apocalipse dos bolsos vazios, mas regressados a funções urocáticas não me comandam a vida – de modo algum à prova de défices... –, ou ser-me-ia impossível recordar Bernardino Machado. Afinal, a sua certidão de óbito viu a luz em 44 e a minha de nascimento foi enterrada nos arquivos em 49.

O que é uma recordação? Uma fotografia animada, de carne e osso, anterior à moldura que lhe guarda ou aprisiona um momenta de vida? Não, mil vezes não. Por isso lembramos de modo diverso o mesmo acontecimento, os psiquiatras sempre o souberam. Mas suspiraram de alívio quando Damásio anunciou que razão e memória sobrevivem abraçadas aos afectos, a respeitabilíssima Ciência respondia pelas narrativas que enchem os nossos dias. No que me diz respeito, cada imagem de meu Bisavô desperta um arco-íris de sentimentos, verdadeiros artesãos do fio condutor que une gerações, a lenda familiar.

Meu Pai era ateu firme e não proselitista, admirador confesso do enorme desafio que mansamente Jesus nos deixou – amar o Outro como a nós mesmos. À perseguição de tal utopia, que não jorra, espontânea, da natureza humana, chamava ele honradez, invocando o granítico Afonso, e o contraste entre a educação à inglesa de Carlos da Maia e o raquitismo mental de Eusebiozinho. E com os seus pecadilhos, foi um homem honrado, sem o engodo de ir para o Reino do Céu. Nunca precisou de adjectivar a Ética para se colocar um degrau acima de outros, idealizava a Primeira República, mas em momenta algum lhe atribuiu o monopólio da distinção entre o Bem e o Mal praticados na Cidade.

Outro motivo lhe proibia aderir a um credo religioso — falta de espaço psíquico. Todo se entregara ao culto do Avô Presidente, como lhe chamava, era ao mesmo tempo fiel depositário implacável do passado e inexaurível semente do futuro, quem lhe merecesse fimbria de respeito dificilmente deixava nossa casa sem um dos livros de Bernardino Machado; e a insinuação de que a frase favorita sobre Eça também ali cabia – estava lá tudo. Ao contrário de outros Sumo-Sacerdotes, não fora obrigado a alimentar a Fé de escritos sagrados ou encontros breves com o Senhor, vivera com Ele uma longa história de amor seguro – fora o neto favorito, o confidente, o sonhado continuador, o médico a quem se pedia conselho, o cúmplice de graças marotas, enfim, o destinatário de bilhetes postais que terminavam por um “teu Avô que muito te quer”. O resultado dessa alquimia era maravilhoso – um homem venerava outro, mas olhos nos olhos, o brutal carisma de ambos tornava ridícula qualquer aura protectora.

Compreenderão que use menos a infância como paraíso perdido e mais como álibi, para confessar que não estive à altura do privilégio que constituía o espectáculo. Ainda por cima quando a meu lado, na plateia, se sentava uma mulher com a grandeza de minha Mãe, a força telúrica que permitia ao marido viver feliz, como um sábio no meio da ponte – de um lado a margem que nos abrigava e à sua querida Universidade; do outro a dedicada ao culto. Incapaz de me imaginar no palco, ao contrário de minha Mãe, que além de conhecer outros se sentia acolhida de braços abertos naquele, escolhi o refúgio do amuo, ofendido e credor. E em silêncio exigi que ele se juntasse a mim. Longe dos holofotes, e sem o peso daquele morto-vivo omnipresente.

Lembro o ritual das chegadas a casa. Se minha Mãe decidira presentear-se – por fim! – com um momento de repouso, brilhava sem espavento no sofá, prisioneira dos autores favoritos – Veríssimo, Steinbeck, Maugham

.....  
<sup>1</sup> Apresentado no Museu Bernardino Machado.

<sup>2</sup> Bisneto de Bernardino Machado.

... –, emoldurada pela música que lhe regava o sorriso doce. “O Pai?”. A resposta, sempre a mesma – “às voltas com os papéis”. Os papéis ... Montanhas deles, um só tema – o Avô Presidente. Meu Pai ordenava-os meticulosamente, construía ficheiros, fornecia informação a investigadores imberbes e catedráticos susceptíveis, sonhava com o Museu que sem ele, minha prima Elzira e Agostinho Fernandes nunca teria nascido. E em que um dia eu viria a representá-lo, com má consciência, ciente do meu estatuto de recém-convertido apenas apoiado no sangue, que nada garante. Minha Prima Elzira foi, é e será a herdeira espiritual dos dois.

Mas a palavra escrita estava longe de esgotar a presença divina. A cada amena cavaqueira, a propósito de uma notícia de jornal ou televisão, o Sumo-Sacerdote citava a palavra do Senhor sem precisar de ler páginas ou fechar os olhos para convocar a memória. Como a água das minas do meu covil em Cantelães a citação fluía, límpida – “já o Avô Presidente dizia ...”. O amor, intemporal, fazia-o mudar-me de geração e tentar aproximar-nos a todo o custo.

Casmurro, adoptei estratégia pífia para reclamar a atenção que me julgava devida. Eu, futuro agnóstico despudorado, em contínuo namoriscar com a Fé, talvez pela certeza que o flirt não desembocaria em casamento, assumi um ateísmo radical no que a Bernardino Machado dizia respeito – não lhe pronunciava o nome, ouvia meu Pai com simples deferência, pus-lhe os livros no index numa altura em que não tinha maturidade para saborear os que lia. Cheguei ao extremo de declarar completo desinteresse pela Política, supremo despautério! *Bref*, exibi a ingénua crueldade psicopática de que a juventude tem o segredo.

Meu Pai não acusou o toque e serviu a Causa não monárquica de forma subtil e irresistível – ensinando-me o gozo de escuta e conversa. Portas adentro, o hábito vinha de longe. A partir dos dez anos, eu partilhava à mesa os privilégios dos outros convivas, incluindo o da opinião desassombrada. Pagava apenas o preço educativo de aver questionada ou demolida pela temível esgrima do Verbo paterno, que, à beira do abismo, me impedia o mergulho no ridículo com aviso florentino – “não estará o meu querido filho a deixar-se arrastar pelo prazer da frase?”. E eu calava-me. Sabia como ele idolatrava a inteligência e não perdia oportunidade de afiar a minha na sua; desiludi-lo?, isso nunca.

Mas quando entrei para a Universidade, minha Mãe, consciente do amor crispado que os seus homens viviam, teve ideia extraordinária – anunciou a um marido apavorado que seria o responsável pela educação do filho. A reboque de uma catastrófica e atrapalhada confusão, ele marcou pontos fundamentais: participei nos almoços que o juntavam a boa parte da intelligentsia portuense no velho Tripeiro; e na Faculdade, entrou quem entrasse no gabinete, para pedir conselho, ensaiar conspiração universitária ou carpir mágoas, se surpreendia alguma hesitação pela minha presença, dizia, suave: “não tenho segredos para meu filho”. E quando um dia lhe agradeci a confiança, olhou-me surpreendido e espetou fundo a adaga – “é a mesma que o Avô Presidente depositava em mim”.

Era inevitável que o 25 de Abril inflamasse o triângulo. Meu Pai era um político nato, desaproveitado por uma Ditadura que lhe vedara a cátedra durante anos, por recusar jura contra um comunismo que todos sabiam não cultivar. A autoridademoral inquestionável, o humor sarcástico face ao Poder que debitava nas aulas, a admiração que por ele nutriam colegas e alunos, tudo o apontava como protagonista lógico da mudança. E o telefone não demorou a ganir. Em dois minutos ouvi-o recusar o Ministério da Educação e a Reitoria. Adivinhei-lhe a resposta, cordial mas firme – “só eleito”. Entretanto, a confusão instalara-se na faculdade e os corpos docente e discente apenas concordavam num ponto – a (única solução consensual para a Direcção da Casa era o Professor Machado Vaz.

Que recusou, perante a minha incredulidade escandalizada. O dilema foi atroz, o preço elevado. Meu Pai esperara aquele momento toda a vida, primeiro com o Avô, depois em nome dele com o Pai, por fim em honra de ambos, mas acalentara uma esperança que se não confirmava – a de que os outros obedeceriam à Ética que impunha a si mesmo. Não existiria violência, hipocrisia, aproveitamento, soldados fora dos quartéis, jogos

de bastidores, pressões, saneamentos, listas de irrecuperáveis, nostalgias bombistas de regresso aos maus velhos tempos. E descobria, a caminho dos setenta, que ao *day after* faltava a limpidez da Razão. Considerava a Democracia Parlamentar em risco de morrer no berço e decidiu não ser cúmplice de tal crime – auto-exilou-se.

Simbolicamente exilado teria preferido eu ficar. Desconfiado de líderes e palavras de ordem inquestionáveis, cedo percebi que na Faculdade a luta seria sem quartel e espaço para independentes. Convidado para os Órgãos Directivos, com o “não” debaixo da língua, ouvi-me a dizer “sim” e a não perceber o porquê, de cristalina evidência – queria agradar-lhe, vê-lo perdoar o filho que não se interessava por política, permitir que a fizesse através de mim. Óbvio e crasso erro, o político nato e ensinado pelos melhores via, com secreta inveja, o filho envolvido no Governo da Cidade e temia diletantismo e entusiasmo fátuos.

Ele jurava manter distância para me respeitar a independência; magoado, eu calava os pedidos de ajuda. E a tensão foi subindo. Até que um dia, no gabinete que mais tarde partilharíamos no seu consultório, ele não resistiu à tentação de um remoque violento e eu reagi dizendo-lhe que se refugiava em mãos inúteis de tão limpas. Nunca discutimos assim, com o desespero das paixões tímidas e desencontradas. E eu recuei passo a passo, o nervosismo não lhe embotara a lâmina toledana do argumentário, com saudoso orgulho o digo – o meu não lhe chegava aos calcanhares. Dei comigo encostado a porta e não parede, lógica a escolha, só me apetecia fugir. Mas esgotados os trunfos, em completa roda livre e humilhada, lancei mão da batota em forma de insulto canalha, assim não é difícil ter a última palavra. Gritei que o Avô Presidente se teria envergonhado dele. Eu não saí, ele não se levantou, petrificados. Um pela monstruosidade da acusação, outro pelo receio de que minimamente se justificasse. Até ele recuperar fôlego e compostura e invocar a outra divindade da sua vida – “é tarde, sugeria que não deixássemos a Senhora sua Mãe aperceber-se desta nossa diferença de opinião”. E descemos Sá da Bandeira, rumo ao jantar. De tal forma preocupados e unidos por ela, que de tão eficazes na mentira acabámos por desaguar na verdade e ser um trio feliz à mesa.

Casamento, Suíça, depressão, psicanálise, divórcio, difícil é a escolha entre os acontecimentos de vida que fui coleccionando. Para o que hoje nos reúne, o mais importante foi o nascimento de meus filhos. Porque a criança e o adolescente ressentidos deram lugar a um adulto fascinado, meu Pai desenvolvia com os netos a relação que sonhara para mim. Vê-los trepar-lhe para o colo, pasmar por ele descer à alcatifa para os gozar em pleno, foram molduras de um doce armistício, ele mimava as duas grandes paixões da minha vida, ninguém resistiria ao brilho guloso daqueles olhos quando perguntava pelos petizes. Sem lho dizer, não mergulhasse eu em recaída azeda, dei comigo a ler os originais das citações que conhecia de cor e salteado.

Estranha sensação... Era como visitar fonte de água muito bebida e navegada, cada requebro de linguagem ou subtileza de argumentação pareciam anunciar meu Pai. Por fim percebi a força que o empurrava, escondido nos barcos do Minho, a visitar o Avô na Guarda, que eu evito o castelhano e abraço o galego sempre que posso. Ou demandar terras de França, em salto temporário, para ouvir o patriarca resumir o conceito de ambivalência e o cadinho de emoções em que crescemos numa das frases que mais me agradam – “encantadora família, desesperadora família”. Tinham sido feito um para o outro.

Disse-vos que minha prima Elzira é a herdeira espiritual de meu Pai e o garante da memória de Bernardino Machado. Assim, não me debruçarei sobre o político brilhante, o docente inovador e solidário com os alunos, o maçom coerente, o pedagogo obcecado pela Educação para todos e os mais desfavorecidos em particular, incluindo essa minoria maioritária que são as mulheres. Pelos direitos das quais, de resto, se bateram com denodo as que na família o rodeavam. Mas a minha querida Chica perdoar-me-á que em duas palavras exprima o fascínio que me despertou Maria. Não por nesse livro descobrir o homem de afectos por trás do intelectual, quem pode folhear as Notas de um Pai ou As Crianças sem se encantar com a ternura daquele coração?

Mas eu sou psiquiatra e Maria é diferente. O choro pungente do patriarca no exílio pela morte da filha querida, uma hemorragia da alma tão grande – para roubar a expressão do Eugénio –, que em certas páginas

se percebe o vacilar de um homem que no fim da vida respondia, com dignidade espantada, ao alento de um visitante — “coragem? Nunca me faltou!”. É verdade. Mas em Maria a dor é tão excruciante que propusessem Deus ou o Diabo um pacto para a salvar e meu Avô pelo menos o consideraria. Essa leitura fez-me transpor a barreira entre a admiração e o profundo carinho. Muitos anos depois, pensei nele quando li as palavras sombriamente luminosas de Amália Bautista: “E ao fim são pouquíssimas as coisas que em nossa vida a sério nos importam: poder amar alguém, sermos amados e não morrer depois dos nossos filhos.” Nem esse último ordálio foi poupado a meu Avô Bernardino.

Admirável embora, foi um homem como os outros, vítima de fraquezas tão humanas! Meu Pai descrevia-lhe a agorafobia e pergunta de neto surpreendido — “como consegue, Avô?” —, a resposta humilde: “cerrando os dentes, meu filho”. Por vezes pressentia o adejar da morte, como o neto, que em segredo me escreveu bilhetes de despedida ao longo de décadas. Li-os na casa da Rua do Bolhão, desfazendo o lar em que crescera, no meio do pó inquilino dos milhares de livros e que poupava a minha asma alérgica, valores mais altos tinham caído por terra. Eu teria morto para ouvir aquelas palavras dos seus lábios ...

As exceções eram minha Mãe e os petizes. Filho apaixonado da cultura francesa, o mais justo será dizer que primava por *garder la mesure* em todas as circunstâncias. Quando me doutorei não houve efusões latinas, apenas um olhar penetrante e elogio em forma de aviso — “se o Avô Presidente aqui estivesse dir-lhe-ia que não prestou provas, meu filho, proferiu uma lição, é diferente”. Nunca ouvi um lamento por não trepar os restantes degraus da carreira académica, seguiu a minha desordenada trajectória profissional com desvelo, recordo telefonema tardio após programa de rádio, genuína surpresa na voz — “nunca pensei que tais selvagens sonoros pudessem escrever um poema como o que teve a gentileza de dissecar”. Mas passar ao largo da cátedra não chegou para escapar ao Deus dos Machados, quando Nuno Grande, querido Mestre, me desafiou para iniciar e reger a disciplina de Antropologia Médica, invocou o argumento da tradição — “final o seu Bisavô foi o primeiro em Coimbra...”.

Coimbra... Meu Pai era um contador de histórias inigualável, podem imaginar o infinito gozo que lhe dava contar as do Senhor. Cresci a ouvir os diálogos com Guerra Junqueiro, que acusava o amigo de se atardar para o passeio pós-prandial por cacarejar amabilidades às senhoras, com Aquilino, a quem faltava barro nas mãos para encostar à parede um sogro que comparara as enguias da sua terra. E com tantos outros..., a resposta pronta, a ironia certa, o bom humor, sempre de mão dada com a firmeza. Em contrapartida, bebi de outras fontes os madrigais ao belo sexo, meu Pai não os negava, mas jamais os alimentou. Só de certa mulher falou vezes sem conta, terminando com um “não se esqueça” solene. Minha Avó Manuela não era filha de sangue da Avó Elzira, do coração não o poderia ter sido mais. E meu Pai fazia questão em me lembrar, outra mulher existira à beira-Mondego e o amara, dos dois vínhamos nós, daí o aviso repetido — “somos Francos, não se esqueça”. E eu não esqueci. Ainda hoje fanatismo, com carinho, tricana de luto por homem vivo. Com muita profissão e vida em cima não serei eu a julgá-los, aprendi que o plural do amor não é sinónimo inevitável da mentira.

Franco e Machado, fui o último da minha geração. E por isso nunca visitei a Quinta de Mantelães, meu Pai jurara não regressar, preferia as recordações — “éramos mais de quarenta e eu dormia no bilhar”. A ironia da vida... O vale pelo qual me apaixonei, quando decidi pedir a meu filho Guilherme que alucinasse covil familiar, o que fez com talento e esmero, espraia-se na freguesia de Cantalães, apenas uma letra me separava do Avô Presidente. Mas a vida, além de irónica, saber ser cruel — o sonho de ver as cabeleiras brancas de meus Pais presidir às reuniões tribais nunca se realizou. O Alzheimer dela e os enfartes dele condenaram-nos à pior das torturas, sobreviverem a si mesmos. No caso de meu Pai, com um episódio sinistro. No penúltimo Natal em que o tivemos, os netos reservaram-lhe a surpresa de gravar um programa sobre o Avô Presidente para o entreter antes do jantar. Os seus olhos vaguearam pelo ecrã e não reconheceram a paixão mais antiga da sua vida. O espectáculo, de tão obscuro, deixou-me paralisado, um espírito brilhante sucumbira à ferrugem das artérias.

Mas o Avô Presidente continuava a fazer valer os seus direitos de formas inesperadas. O Museu pediu-me para emprestar a voz a um DVD de divulgação e eu juraria ouvir gargalhadas jorrando de um qualquer Céu republicano, Avô e Neto divertiam-se com a minha expressão horrorizada. O “não” foi imediato. Dar-Lhe voz, eu!, que tanto O negara; pareceu-me a última das heresias. Só a pressão dos filhos me convenceu, mas o resultado deixa muito a desejar, o nervosismo espreita por trás de frases bem maiores do que eu. E a saga continua! Em Braga, aquando de uma exposição por iniciativa do Museu da Presidência, o Senhor Presidente da República teve a gentileza de referir uma conversa com alto dignatário religioso, que lhe descrevera Bernardino Machado como o homem que tudo fizera para normalizar as relações Estado-Igreja na Primeira República. E eu sorri, lembrei o exemplo de meu Pai e enviei-lhe o livro que o demonstrava para além de qualquer dúvida. Mas ainda há poucas semanas, alguém disse que escutara o meu programa dominical e tivera de encostar o carro para deixar correr as lágrimas. Eu citara o Avô Presidente, afirmando que só deixamos verdadeiramente de ser crianças quando os nossos pais morrem. A Mãe dele partira há pouco tempo...

O futuro da lenda familiar está assegurado. Meus filhos continuam a tecê-la em honra dos Avós amados, os netos passeiam nos Verões de Cantelães com as T-shirts que lhes trouxe do Museu, eis o Avô Presidente com estatuto de ícone pop, estampado nos peitos dos Machadinhos. Eu dei um passo atrás, para o recato do pano de fundo, que assegura mas não tolhe a liberdade dos mais novos. Olho em volta: a casa enche-se de odores, sons, imagens que os afectos não deixam desbotar. Durante alguns anos, apenas um pormenor escapava à minha compreensão – o desaparecimento num T2 de um dos bilhetes que meu Pai deixara. Não um papel como os outros!, mas frase única, que me deixara em lágrimas furiosas, como podem certos homens amar-se com tão magnífica incompetência? Meu Pai tivera uma das suas crises de morte próxima e paixão urgente, precisara gritar o que por mim sentia e afirmava ter transferido para mim a admiração sentida pelo Avô Presidente.

Mesmo dando de barato que o verbo transferir significava partilhar ou estender, a afirmação era extraordinária num homem incapaz de me dizer “gosto muito de si”, que guardava religiosamente as minhas cartas de amor, escritas em férias Europa fora, mas não lhes respondia. E de repente, ei-lo a investir com desespero afectos e blasfémia adentro. Todos os seus bilhetes velam à minha cabeceira; esse não. Porque logo o perdi, o psiquiatra em mim sussurra que descuido é palavra curta para descrever o ocorrido, falo-vos de um lapso freudiano evidente.

Mas, como outros da minha colheita, vivo num mundo em que vivos e mortos convivem paredes-meias no meu espírito. À medida que me vou dobrando, para regressar, na erva de Cantalães, à paz que o milagre laico da vida sobressaltou, tenho coragem para recusar a ditadura do racional e verosímil. Não perdi o papel. Por uma vez os sentimentos fizeram o pino e foi o Avô Presidente a ter ciúmes de mim. Maroto, surripiou o bilhete.

O que me faz encarar a estrada que afunila com enorme sossego – o Deus de meu Pai, para empregar um verbo querido aos três, amantes da luz que irradiava de Paris, é bem capaz de *taquiner*, jamais de roubar. Por isso, e embora o não mereça, sei que estão algures à minha espera. Quando chegar, a minha histeria tagarela ajoelhará perante a recatada elegância deles – “Perdoem a demora. A tribo vai bem. A Chica manda um beijo e diz que aparece um dia destes”.

Depois ouvi-los. Eternamente agradeço.



Júlio Vaz Machado, no Museu Bernardino Machado, com Paulo Cunha, Vereador da Cultura e Artur Sá da Costa, diretor do Departamento de Cultura.





# Rafael Bordalo Pinheiro, criador do Zé Povinho

por João Medina<sup>1</sup>

“L'humour c'est la politesse du désespoir.”

Diderot

Surgiu o Zé Povinho graças ao lápis de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), na *Lanterna Mágica* de 12-VI-1875, sobrevivendo desde essa data até aos nossos dias, o que prova, através da sua coriácea resistência simbólica de mais de cento e trinta anos, que não se limita a uma criação literária ou meramente satírica da Geração de 70, antes carrega consigo a simbologia da personalidade base dos Portugueses, como **estereótipo nacional** que foi e continua sendo. O Zé Povinho merece, assim, ser estudado como uma das mais complexas e ricas criações culturais lusas, como uma invenção genial do satírico artista do *António Maria*, dos *Pontos nos ii* e da *Paródia*, como uma sinopse da própria mentalidade do povo que o engendrou e nele, através dum (duplo) *diminutivo* tão revelador, se tornou nosso símbolo totémico retomado por inúmeros cartoonistas ao longo da monarquia constitucional, da I República e, após a longa vigência da Censura ditatorial, ressurecto após o 25 de Abril, ainda que nos custe aceitar como nosso retrato verídico essa imagem deprimente e incomedamente labrega que nos espreita do fundo do nosso espelho colectivo, aquele rosto bronco de pascácio rural, de campónio mal vestido, barba rala, colete e chapéu preto de rústico, calças de fazenda ruim, mãos nos bolsos, riso alvar, espécie de resignado Sancho Pança sem um cavaleiro da Triste Figura que o quixotize e lhe comunquie um Ideal superior. Esta criação de um mito nacional é algo que valerá pra sempre, a Rafael Gordalo Pinherio, o nossa respeito pelo grande artista que a imaginou com o seu lápis crítico e realista.

Este protótipo nacional, criado desde 1875 por Rafael, membro da geração setentista e, nessa medida, praticante (e militante) dum certo realismo – por oposição a um outro paradigma, mítico, esse de recorte inteiramente distinto, o **Camões do Tricentenário**, proposto pelo sector republicinizante e positivista dos mesmos setentistas –, perpetuando-se muito para além do ambicioso programa palingenésico de 1880 e da panteonização do Bardo da Nação, resistindo a mudanças de regimes e de estatuto social, e, mesmo eclipsado como *cartoon* numa imprensa vigiada pelo ríspido e paranóide Lápis Azul salazarista durante quase meio século, sobrevivendo a esse longo jejum funcional, refugiado no teatro de revista e até na linguagem popular, onde ia cumprindo como podia o seu mester de totem caseiro e de novo Parvo vicentino, xabregas mas manhoso, espécie de Soldado Chveick lusitano ou de Bertoldinho nosso, falsamente idiota para melhor escapar aos arbitrios do poder e às bordoadas da polícia, *herói da resistência passiva* (2). aquela que um povo sofrido, melancólico e iletrado sabia praticar.

O Zé Povinho é, assim, um *ser imaginário*, mas nem por isso menos real e realista, no qual se pode descortinar, para além da sua especial função satírica ou lúdica, um intuito evidentemente bem conseguido de personificar tradicionalmente o Português, ou seja, de o representar através de um *estereótipo nacional*, como um símbolo icónico evidente, facilmente reconhecível pelos leitores dos jornais, e, ao mesmo tempo emblema globalizante,

<sup>1</sup> Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa

<sup>2</sup> José Leite de Vasconcelos (1858-1941), no vol. IV da sua *Etnografia portuguesa* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1958), considerando o Zé Povinho como um exemplo de bondade e tolerância (*op.cit.*, p. 494), afirma: «Na resistência passiva, os portugueses são heróicos. Não-de fugir ao imposto de todas as formas» (*ibidem*, pp. 541-2).

unificador de distintas mentalidades básicas próprias de estratos sociais diversificados. O Zé, figura já mais do que secular, tem mostrado uma persistência e uma tenaz aptidão a resumir de modo praticamente exclusivo a imagem que os Portugueses fazem de si mesmos, expressão duma virtualidade e duma actualidade que atestam a sua justeza ou a sua adequação a um fundo psicológico nacional que se trata de indagar.

Queremos, portanto, sumarizar o Zé como um modelo social histórico em vigor desde 1875 até aos nossos dias, reconhecível como paradigma icónico popular, símbolo social e emblema étnico dum povo, *esteréotipo nacional* luso desde que Rafael o criou nas páginas da *Lanterna mágica*, embora nele se constate funcionar afinal um *anti-exemplo*, isto é, ainda que o Zé não seja paradigma positivo ou modelo de condutas sublimes ou nobres a imitar, espelho de virtudes ou Mito mobilizador, como o foi, por exemplo, o Camões-1880, o Épico reinventado pelo neoromantismo positivista de Teófilo Braga, sugestionado pelo culto comteano dos Grandes Homens, aplicado em propor aos Portugueses do seu tempo decaído e da sua grei liliputiana um novo messianismo de raiz patriótica. Muito ao invés do seu quase contemporâneo do Tricentenário, o Zé nunca se propôs então, nem alguma vez se lembraria depois, ao longo de todo um século de vida, de se oferecer como espelho excelso do País: criação realista, estereótipo satírico (no seu acto inicial nem essa intenção lhe era umbilical, e conscientemente apontada: estava-se apenas perante um contribuinte pobre que tinha de dar dinheiro para o trono do «Santo António» da Fazenda e do Governo, sob o olhar atento e já suspicaz das autoridades, de chicote, emblemático na mão) concebido muito «sub specie temporis» para epitomizar a inércia, o desconforto atávico e o cepticismo pirrónico dos Portugueses diante do regime constitucional, fontista, esse «conjunto de sofismas e ficções» (A. Fuschini), chamado sistema representativo liberal, o Zé Povinho depressa se autonomiza do seu criador para voar com asas próprias, utilizado agora por desenhadores como Leal da Câmara, Celso Hermínio, Valença, Alonso, Stuart de Carvalhais e tantos outros artistas gráficos portugueses, como João Abel Manta e António nos nossos dias, ele depressa se impõe como aquilo que doravante, sobretudo (ou apenas) será: um símbolo do Português, **Portugal em pessoa**, ou seja, feito grotesca e ridícula figura visível, escarminha e escarneada.

Esta é um importante mudança semântica que afecta doravante este símbolo de fácil apreensão generalizada, autenticamente popular em todos os sentidos da expressão: o Zé é o Povo (aliás Povinho...), sendo sentido como sua própria expressão por essa comunidade nacional que nele assim se vê representada, materializada como símbolo. Ele é Todo-o-Mundo ou nós todos: o Zé. Seria de esperar que, sobretudo, aos estudiosos da cultura popular competia explicar a aura de trivialidade e mistério que rodeia o seu manguito: gesto de esconjuro, obscenidade, grosseria, mero exemplo de figa de rústico sem finura nem letras, tradução retórica brutal duma recusa «libertária» ante governos, poderes, polícias, chicotes. Exceptuando o exemplo solitário do citado Leite de Vasconcelos, nunca o Zé, porém, interessou os cultores da antropologia cultural entre nós.<sup>3</sup> Curiosamente, só um zoólogo britânico, Desmond Morris (nasc. em 1928), em pelo menos duas obras suas – *Gestures* (Nova Iorque, 1979) e *O Animal humano* (Lisboa, 1996)<sup>4</sup>, se lembraria de explicar a linguagem corporal a que pertence

<sup>3</sup> Competiria, de qualquer modo, aos etnólogos contribuírem, do seu especial ponto de vista, para elucidar alguns atributos e tropos gestuais do nosso estereótipo; à psicologia social caberia ajuizar da sua morfologia e da sua sintaxe à luz duma possível *personalidade base* do português; aos sociólogos, enfim, caberia talvez relacioná-lo estreitamente com as classes sociais que nele se revêem ou nele delegam a simbólica das suas repulsas, fantasmas e tropismos. Tentámos algo nesse sentido, com o nosso estudo “O gesto do Zé Povinho, da figa ao manguito”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL*, Lisboa, 1993-1992-1993m, pp.219.230. Veja-se J. Leite de Vasconcelos (1858-1941), *A Figa. Estudo etnográfico comparativo precedido de algumas Palavras a respeito do «sobrenatural» na Medicina popular portuguesa*, Porto, Araújo e Sobrinho, 1925, ilustr., texto no qual o ilustre estudioso se fica, porém, pela figa, sem mencionar o manguito como seu natural prolongamento gestual simbólico.

<sup>4</sup> Veja-se Desmond Morris et alii, *Gestures. Their origins and distribution*, Nova Iorque, Stein and Day, 1979; ilustr.; pp.80-92. Quanto à situação geográfica do manguito e ao seu significado, Morris refere o caso português, traduzindo crumentemente o seu

o manguito, assim como o seu congénere insultuoso a fuga: Quanto aos historiadores, ficava-lhes ainda, como julgamos que fica, a missão de compreender o Zé Povinho como figura ao mesmo tempo social, psicológica, nacional, através do *tempo*, narrando a sua diacronia em sucessivos regimes e sociedades distintas durante os quais a sua função simbolizadora permanece, ao arripio de mutações que lhe deviam decretar a caducidade como símbolo social.

Figura cultural e psíquica colectiva, símbolo dum Nós nacional, duma personalidade base, dum *ethos* tipicamente luso, o Zé pertence à história das *mentalidades*: ele é mito e imaginário, nossa imaginação e afectividade, modelo nacional e figura historicamente situada, tradução. profunda pe sonhos, obsessões, anseios, tropismos, fobias, medos, aspirações, paixões, rotinas, etc.. Modelo de cultura, protótipo de alma civilizacional e de mentalidade, espécie de anti-Fausto e anti-Camões, o Zé pode ser encontrado na síntese de alguns defeitos e qualidades que de certo modo batalham na sua alma, já que o seu perfil anímico não é tão linear e unidimensional como à primeira vista pode parecer. Homem crédulo e incrédulo, submisso e revoltado, humilde e orgulhoso, abúlico e voluntarioso, indiferente e compassivo, egoísta e dádivo, azedo e bonacheirão, o Zé opera diversas coincidências de opostos que nem sempre têm a sua realização dialéctica: uma vez por outra, a História solicita-o para além da sua esfera de rotinas e regularidades anímicas, e vemo-lo então transviado, excessivo, autenticamente *trans-figurado*. Advertira-o Ramalho Ortigão: ele deseja atirar a albarda ao ar e tem do Estado e do Governo ideias demasiado vagas, embora possa explodir de quando em vez, em certos “dias tempestuosos” chamados revoluções...E esta antítese quietude/explosão não foi precisamente apontada por Keyserling <sup>5</sup> como uma das características fundamentais do carácter português?



Busto do Zé Povinho, a fazer o manguito, com a inscrição “Queres fiado? Toma!” escrita sobre a manga do braço direito. Barro policromo vidrado, de 23x22 cm, anónimo e sem data. Colec. J. Medina

.....  
significado: “f...!”, “mandar para o c...”, “vai-te lixar!”(p.96). Em Espanha, a expressão para manguito é “corte de manga”, “toma!”. (*loc.cit.*): veja-se Juan Manuel Olivar, *Diccionario de Argot*, Madrid, Sena, 1986 : “Corte de mangas: gesto ofensivo que consiste en flexionar un brazo, al tiempo que se golpea con la otra mano a la altura de la parte superior del codo.” No *Diccionario de Argot español* de Victor León (Madrid, Alianza Editorial, 1980, p.56): “Corte de mangas: gesto ofensivo que se hace extendiendo el dedo medio entre el índice y el corazón doblados de una mano, al tiempo que con la otra se golpea la sangradura del brazo opuesto.”(mistura de figa e de manguito). No livro *O Animal humano* (Lisboa, Gradiva, 1996), Desmond Morris ocupa-se também do gesto, referindo a sua utilização entre nós (pp. 23-27).

<sup>5</sup> Conde Hermann von Keyserling (1880-1946), *Analyse spectrale de l'Europe*, Paris, Editions Gonthier, 1965; p. 230. Esta obra do controverso filósofo germano-balta, o conde de Keyserling, foi publicada em 1928 na edição alemã, com o título de *Das Spektrum Europas*, saindo em 1931 uma nova edição onde já figurava o capítulo sobre Portugal («Le Portugal», pp. 226-235, ed. franc. cit.). Keyserling visitou Portugal em Abril de 1930, aqui tendo estado alguns dias para pronunciar conferências, tanto em Lisboa como no Porto. A 16 de Abril, pronunciou uma conferência a que assistiu Fernando Pessoa, o qual decidiu escrever uma carta, em francês, ao filósofo alemão – carta que ficou inédita até 1988, altura em que foi publicada no livro *A grande Alma portuguesa / A Carta do Conde de Keyserling e outros dois textos inéditos estabelecidos e comentados por Pedro Teixeira da Mota*, Lisboa, Edições Manuel Lencastre, 1988 (carta de Pessoa a K.: pp. 9-11; trad.; pp. 13-15). O poeta não conhecia ainda o livro de Keyserling sobre a Europa nem o texto especificamente sobre Portugal; a carta de Pessoa é datada de 30 de Abril de 1930. Por seu lado, Fidelino de Figueiredo (1889-1967), numa obra publicada em 1933, *A Menoridade da*

Talvez só assim compreendamos que um povo pacífico, indolente, preguiçoso, acanhado, rotineiro, quase que abúlico, apegado ao seu torrão natal, avesso a aventuras e atrevimentos, receando e voltando até as costas ao mar que o acompanha de norte a sul, pouco propenso a imaginar sistemas e ideias, espaços metafísicos, ou paraísos perfeitos (não temos, como comunidade cogitante, aversão as sumptuosas arquitecturas da Imaginação e da Estética moral a que chamamos, desde Thomas Morus, *Utopias* – somos um povo que curiosamente nunca produziu ínsulas imaginárias, embora as andássemos sacando do mar desde o séc. XV?), talvez só assim, dizíamos, compreendamos que esse mesmo povo tivesse realizado a esgotante gesta de quatrocentos e quinhentos, tivesse dilatado os horizontes físicos e morais do mundo e, feito nauta intrépido, aventureiro temerário, explorador, homem de ciência ou missionário, tivesse calcorreado universos em busca de inacessíveis e fantásticas Novas Jerusaléns – lançando-se a gente lusa pelo mundo, como dizia ainda o citado autor da *Análise Espectral da Europa*, como pelouros de um canhão espalhados pelo planeta, numa explosão que disseminou Vascos da Gama, Mendes Pinto, Joões de Castro, Garcias de Orta e outros andarilhos, navegadores.<sup>6</sup> Em suma, um acervo de contradições psicológicas (dando a este tempo um sentido grupal e histórico) que estão na base da figura afinal complexa e até enigmática deste estereótipo que tão claramente se distancia de outros émulos em categoria ou funções de estereotipia, os John Bull, Tio Sam – este duo anglo-saxónico mais conforme a identificar-se com o governo de cada um dos seus respectivos países –, Sancho Pança – e o seu *alter-ego*, o nobre cavaleiro Dom Quixote –, Miguel Alemão (*deutscher Michel*) – espécie de conformado Zé Povinho teutónico –, soldado Chveik – um “imbecil épico” muito mais matreiro ou manhoso do que a sua nativa estupidez deixaria supor, especialmente apto a lidar com ocupantes estrangeiros da pátria checa, fossem eles austríacos, alemães ou soviéticos... –, e outros que, a bem ou a mal, definiram psicologias, e comportamentos históricos de povos como o inglês, o americano, o espanhol, o alemão, o checo, etc..

Com o Zé, criado por Bordalo Pinheiro, tocamos, é certo, na essência caricatural do portuguesismo, do «Homo Lusitanus», ainda que sob o registo do burlesco e da sátira, marcado embora pelo momento histórico em que nasce (ele surge vestido e concebido como imutável da cabeça aos pés, desde a primeira vez que os prelos o parturejaram na *Lanterna Mágica* desse ano de 1875): ele é Portugal, um certo Portugal ou uma certa maneira psicológica de retratar o Português com muitos defeitos (e algumas virtudes também) devidamente realçados ou caricaturados, com o seu atraso económico-social (daí a sua extracção camponesa, o seu ar de laparoto, sintetizando, dest’arte, a imensa maioria do país rural, o sector primário, cujo peso era esmagador na pirâmide do nosso oitocentos, ultrapassando os 60 % em 1890, quando a Inglaterra nos desfechava a clavina do Ultimato, obrigando-nos a defender com unhas e dentes o que nos restava do destroçado Mapa Cor de Rosa), a inércia numa vida produtiva feita de frustrações e revoluções industriais falhadas, uma certa

.....  
*Inteligência* (Coimbra, Imprensa da Uniyersidade, 1933.), protestava também contra as reflexões de Keyserling, afirmando que o filósofo alemão se nutria de Madariaga e Oliveira Martins, (por ele citados, aliás) na sua análise de Portugal, análise «onde sobram as observações penetrantes, as explicações engenhosas, os juízos apressados e os impressionismos arbitrários de improvisador – todas as fecundidades e deficiências do método intuitivo» (p. 35). e observava: «Ao “Portugal maior” dos narcisistas nacionais o observador alemão opõe o alvitre dum “Portugal menor”, a voluntária e resignada mediocrização...» (p. 36). Esta observação tem a ver com o final do ensaio de K., onde este – numa passagem que, pela irritação ulteriormente suscitada, acabaria por desaparecer das edições subsequentes (como a ed. francrsa que vimos citando) – dizia: «Oxalá que os Portugueses se convençam, numa vez para sempre, de que são, fundamentalmente e não por acaso, um povo pequeno. (...) Assim, a primeira condição para Portugal ter uma nova importância é ver-se a si mesmo como é na realidade. É deixar todas as pretensões que não lhe correspondem. É depois, pôr toda a força sobre aquilo que é, nele, verdadeiramente importante. E graças ao seu dom de sentimentos, extremamente rico, Portugal tem, talvez, mais possibilidades de ser importante, dentro do conjunto europeu, do que todos os outros povos pequenos.» (apud *A grande Alma...*, p.42; sublinhado do original).

<sup>6</sup> H.von Keyserling, *Analyse spectrale de l’Europe*, p.230.

menoridade cultural e cívica, um aterrador grau de analfabetismo, um ser duplamente diminuído no seu irónico (ou carinhoso) rebaixamento onomástico: um *José Povo* que deu em *Zé Povinho*, um ridicularizado pseudo-detentor da Soberania, sendo esta suposta residir nesse mesmo Povo soberano desde que os vintistas importaram para esta desolada Baratária os vistosos ideais da Revolução Francesa e a sua panóplia de Direitos, Liberdades e Garantias, por esse nobre ideário sofrendo amargos exílios nas França, Inglaterra e Açores, passando, depois, as passas do Algarve, desembarcando no Mindelo, resistindo no Porto sitiado aos milhares de baionetas do usurpador D. Miguel (baionetas que Herculano, numa imagem forte, dizia que os malhados tiveram de partir uma a uma<sup>7</sup>...) e lutando ainda por muitos anos para que, um dia, os bacharéis lusitanos pudessem piar no parlamento e o povinho fruir da excelsa benesse do sufrágio (ainda que censitário) do «sistema que felizmente nos rege», como diziam os Acácios e Abranhos deste país.

O Zé foi criado há 130 anos e, nessa medida, detém uma invejável longevidade simbólica e popular, o que mostra, desde logo, que tem sabido resistir heroicamente — da sua especial heroicidade peculiar, a Resistência Passiva (como o sublinhou Leite de Vasconcelos)<sup>8</sup> — como símbolo da nosso modo de ser e pensar, do nosso comportamento e da nossa Ética colectiva, para não falar da nossa Política: ele é, desde a primeira vez que apareceu numa ilustração da *Lanterna Mágica*, um produto directo do Fisco (tido como expressão evidente do esbulho, do arbítrio e da violência sobre o cidadão inerte e impecunioso, todos esses pobres pulhas que somos) e adversário neurasténico e permanente de todos os que governam, ainda que seja incapaz de teorizar sobre a estrutura da Polis ou imaginar sequer, como labrego iletrado que é (em 2001, ainda tínhamos, cá dentro, 9 % de ignaros totais), uma forma de a melhorar ou substituir por outra, já que lhe falta de todo qualquer inclinação crítica cogitativa...

Muito ao invés do seu quase contemporâneo do Tricentenário, o Zé nunca se propôs então, nem alguma vez se lembraria depois, ao longo de mais de todo um século de vida, de se oferecer como espelho excelso do País: criação realista de um membro dessa geração que fez as Conferências do Casino e sonhou com um impossível socialismo proudhoniano. Assim, o Zé é um estereótipo satírico concebido para epitomizar a inércia, o desconforto atávico e o cepticismo pírrónico dos Portugueses diante do regime constitucional, depressa se autonomizando do seu criador para voar com asas próprias: nas mãos duma plêiade de cartoonistas talentosos, até que, abolido de vez o Lápis Azul da Ditadura, os continuadores e herdeiros da criação simbólica de Rafael Bordalo Pinheiro e retomaram nos nossos dias a sua *persona*, como João Abel Manta e Rui Pimentel. Ele depressa se impôs como aquilo que continua a ser: isto é, um símbolo do Português, *Portugal em pessoa*, feito grotesca e ridícula figura visível, escarninha e escarnejada.

Em suma: emblema do *modo de ser português*, conformista, conformado, apático, resignado, incapaz de transcender esse pesadelo monótono chamado História. Talvez por essa razão a passagem dos anos não faça envelhecer o Zé, já que ele resiste, *passivamente* como é seu sestro, a todas as mudanças e metamorfoses da realidade. Ele é, nesta medida, essencialmente não-dialéctico. Como Portugal.

*Monte Estoril, Novembro de 2009*

.....  
<sup>7</sup> Alexandre Herculano, introdução (1867) a *A voz do Profeta*, in *Opúsculos*, I, Lisboa, Bertrand, 1873, pp.20-21 : « Uns a tinham visto de perto a face da democracia ; tinham-na visto por entre a selva de oitenta mil baionetas que fora preciso quebrar-lhe nas mãos para a liberdade triunfar (...).»

<sup>8</sup> *Vide supra*, nota 1.

## Bibliografia essencial

José Augusto França, *Rafael Bordalo Pinheiro*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand., 1982, ilustr.

João Medina, "O Gesto do Zé Povinho, da figa ao manguito", *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL*, Lisboa, 1992-1993, separata, pp.219-230.

"O Zé Povinho estereótipo nacional: a autocaricatura do «Homo lusitanus»", in João Medina (dir. de). *História de Portugal dos Tempos pré-históricos aos nossos Dias*, Amadora, Ediclube, s.d.(1993, reed, em 1998), vol.XV, pp.49-181 (inclui-se aqui o estudo acima citado, "O gesfo do Zé Povinho – da figa ao manguito", pp.115-126, com numerosas fotos de peças de cerâmica), já publicado na *Revista da Faculdade Ciências Humanas e Sociais*.

*Zé Povinho sem Utopia*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2004, ilustr.

*Portuguesismo(s), (Acerca da identidade nacional). Ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais seguido de O ZÉ POVINHO, ESTEREÓTIPO NACIONAL E AUTOCARICATURA DO PORTUGUÊS DESDE 1875*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006, ilustr., *maxime*. pp.206-215).

*Caricatura em Portugal. Rafael Bordalo Pinheiro, Pai do Zé Povinho*, Lisboa, Edições Colibri, .2008, ilustr.

# A contra-revolução monárquica e a figura de Paiva Couceiro (1911-1919)

por Artur Ferreira Coimbra<sup>1</sup>

Monárquico até à medula, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (1861-1944) foi dos poucos portugueses que resistiram à Implantação da República e combateram o novo regime, em nome da preservação das instituições que defendia, conquanto desiludido com a atitude desmoralizada e passiva dos monárquicos perante o golpe de Estado republicano: “Do lado monárquico positivamente *não se queria vencer*”<sup>2</sup>.

O nascimento da contra-revolução monárquica sucedeu quase de imediato à proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, como propósito voluntário de organizar um movimento capaz de derrubar, quanto antes, a situação sociopolítica criada pelo golpe da Rotunda<sup>3</sup>.

De resto, a trajectória da 1ª República Portuguesa é pontuada, desde os seus alvores, por um esforço contra-revolucionário que surpreende pela sua rapidez e pela sua relativa impunidade<sup>4</sup> e que é levado a cabo por sectores descontentes com as medidas decretadas pelo Governo Provisório. Naturalmente, pelos monárquicos mais empedernidos mas também pelo clero – sobretudo do Norte – e por outras forças contestatárias do novo regime e que de alguma forma viram os seus interesses atingidos pelas medidas da República. Também alguns sectores populares mais católicos e menos vulneráveis à propaganda republicana teriam apoiado e participado no movimento contra-revolucionário que haveria de culminar na invasão armada das províncias do Norte, junto à fronteira, nos anos de 1911 e 1912.

Intentava-se claramente mostrar a vulnerabilidade do regime, evidenciar que era possível uma alternativa monárquico-conservadora ao radicalismo republicano.

Os protagonistas da contra-revolução pretendiam pôr a nu as debilidades defensivas da República e provar a incapacidade da sociedade civil para defender organizadamente o regime implantado em 1910, partindo do princípio de que nascera à margem da sociedade civil, se impusera por um golpe de Estado que subvertera as nossas seculares Instituições, violando os direitos constitucionais do conjunto do povo português e instituindo-se como uma autêntica “usurpação”<sup>5</sup>, em que a vontade da pacífica maioria dos portugueses teria sido subvertida por uma minoria atrevida e organizada, a dos republicanos, maçons e carbonários. O Estado Republicano traduzia uma criação mais política que social, mais imposta pela minoria que configurando fortemente a expressão do que chamaríamos o “Portugal profundo”.

O rosto visível da contra-revolução conspirativa, nos primeiros anos da I República, foi sem dúvida Henrique de Paiva Couceiro.

A acção de Paiva Couceiro ao longo das 36 horas que decorreram entre o início do movimento revolucionário e a rendição dos escassos resistentes monárquicos, é de um quixotismo comovente, embora compreensível. Era um soldado que jurara servir as Instituições (monárquicas, evidentemente) e a quem as Instituições mandavam naquela hora de perigo combater. Justo ou injusto, o seu dever era lutar contra a revolução que deflagrara<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Directr do Departamento de Cultura, Câmara Municipal de Fafe.

<sup>2</sup> Citado em LAVRADIO, Sexto Marquês de, *Memórias*, p. 154.

<sup>3</sup> TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Contra-Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, p. 28.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>5</sup> Paiva Couceiro expende essa teoria em *A Democracia Nacional*, p. 4.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 66.





Henrique de Paiva Couceiro

café ou de caserna. Isto apesar de estarem apenas volvidos escassos quatro meses após a implantação do novo regime.

Março foi o mês fundamental e que tudo mudara. O capitão Paiva Couceiro, um dos mais prestigiados militares do país, abandonava Portugal, para organizar, a partir da Galiza, a conspiração contra-revolucionária. Desembarcando em Vigo, “o heroe d’Africa consubstanciava a causa monarchica” – como resume Malheiro Dias.

Em 18 de Março, Couceiro entregara ao Ministro da Guerra, Coronel Correia Barreto, uma petição dirigida ao Governo Provisório da República, na qual exigia a realização de um plebiscito nacional, “por meio de eleições gerais libérrimas”, para a escolha entre o regime monárquico e o republicano.

Alertando para a existência de “uma corrente contra-revolucionaria”, propunha ao Governo Provisório, “que a provocou”, a entrega do poder “a quem esteja em circumstancias de detê-la”, um “novo governo” que se limitava a manter a ordem, a restabelecer as liberdades públicas e a promover “eleições livres e immediatas, isto é, entrega a soberania ao povo, a quem sómente ella pertence”.

Couceiro concedeu ao Governo um período de 24 horas para tomar uma resolução sobre a sua proposta, findo o qual se considerava desligado de qualquer compromisso para com a República e retomaria a sua liberdade de acção. A resposta do Conselho de Ministros foi decidir capturá-lo. Era impossível deliberar de outro modo, face aos condicionalismos do país.

Paiva Couceiro, prevenido, embarcou num paquete inglês rumo à Galiza. A conspiração monárquica ganhava enfim o seu rosto, o seu líder, o seu chefe militar incontestado.

Exilado em Vigo, ainda foi procurado por um emissário do Governo, Freire de Andrade, antigo governador de Moçambique e companheiro de armas de Couceiro nas campanhas de África, para o demover dos seus intentos. Em vão. O paladino realista respondeu, por seu turno, fazendo imprimir o seu programa político e remetendo-o, como manifesto, aos quartéis portugueses. Era, na verdade, a sua declaração de guerra à República.

O Governo irradiou-o dos quadros do Exército Português, em decreto de 17 de Abril de 1911, enquanto um dos seus ministros, o do Interior, António José de Almeida, no jornal *República*, o anatimizava com o labéu de “traidor” e “inimigo da Pátria”. E não faltaram fanáticos que se ofereceram para ir à Galiza liquidar o inimigo da Pátria.

À medida que o regime ia endurecendo, se ia alegadamente “avermelhando”, nas suas características demagógicas, intolerantes e jacobinas, marcadas pela pressão popular dos que apoiaram a revolução desde o início e pelas medidas radicais do Ministro da Justiça, Afonso Costa, o paladino da monarquia ia-se desiludindo da eventual boa fé e boas intenções do novo poder republicano.

A contra-revolução ia ganhando corpo. Em 28 de Fevereiro, era descoberta no Rio de Janeiro uma conspiração de monárquicos portugueses contra a República, alegadamente implicando a Liga Monárquica do Brasil nas tentativas restauracionistas. Pouco depois acontecia a conspiração de Lamego, liderada pelo Major Vieira de Castro, com ramificações em Lisboa, Leiria e outros locais. Um pouco por todo o lado, eram presos soldados, cabos e sargentos sob a denúncia de cumplicidade com os conspiradores.

O ambiente de conspiração transparecia por todo o lado, na imprensa, na correspondência, nas conversas de

Paiva Couceiro entrava, assim, em ruptura definitiva com o Governo da República que o desiludira e homiziava-se para a Galiza, com o propósito de pôr a sua espada e a sua vida ao serviço de uma obra que se lhe afigurava salvadora: a restauração da Monarquia, em nome de D. Manuel II.

Abrem-se então as portas da contra-revolução armada, não a partir do interior do país, mas do exterior, a partir da fronteira espanhola, na raia minhota e transmontana.

Começava assim a “aventura impossível”<sup>7</sup> de Couceiro que se saldará por duas incursões fracassadas.

As terras da Galiza foram-se enchendo de emigrados, nem todos conspiradores, alguns à cata de alguns proventos. Era frequente a aliciação e engajamento de gente do campo, das zonas fronteiriças do norte do País, de Chaves ou Valença, para Espanha. “Muitos, mesmo sem opiniões, vão por o salario aggregar-se á malandragem conspiradora”<sup>8</sup>, como se afirmava na época. Também havia os que, jovens e cheios de entusiasmo, iam para a Galiza lutar pelo ideal monárquico.

E embora as autoridades oficiais e a Guarda Civil causassem alguns transtornos aos conspiradores, às vezes mais aparentes que reais, eles tinham a protecção dos habitantes e dos caciques locais. Conseguiram assim, e apesar de várias confiscações de armamento dirigido aos insurrectos, construir uma rudimentar organização militar, administrativa e até financeira e empenharam-se em obter o maior número possível de armas, providas sobretudo da Espanha, Alemanha, Bélgica e Inglaterra. Endinheirados monárquicos, e até o deposto Rei D. Manuel, contribuíam para a angariação de armamento, enquanto o Governo da República trabalhava no estrangeiro para fazer abortar os intentos monárquicos no sentido da obtenção de material bélico.

### A 1ª Incursão Monárquica (5/Outubro/1911)

Começavam a criar-se as condições para que as hostes monárquicas penetrassem em Portugal, para testar a vulnerabilidade do regime republicano.

Numerosos grupos de portugueses concentraram-se na Galiza, junto à fronteira de Chaves, enquanto no Porto eram presos indivíduos acusados de conspiração. A 15 de Junho, verificava-se em Espanha a apreensão de armamento destinado aos conspiradores monárquicos portugueses, o que se repetiu nove dias depois, com a apreensão de um barco alemão com material bélico para os conspiradores.

Em Setembro, a Inglaterra reconhecia a República Portuguesa, o que para os monárquicos constituía um duro revés. Pela mesma altura, o Rei de Espanha mandava avisar que, se os contra-revolucionários não entrassem em Portugal num prazo determinado, seriam todos os portugueses expulsos da Galiza.

Outubro ia marcar o fim do primeiro acto da Galiza – os conspiradores monárquicos depositavam enormes esperanças na acção de Couceiro, invadindo Portugal para repor o 4 de Outubro, na esperança de que as populações das províncias nortenhas saíam para a rua apoiar a restauração e de que algumas guarnições militares se levantariam para derrubar a República. O próprio Rei D. Manuel estava preparado para seguir imediatamente para a primeira cidade portuguesa que o aclamasse.

A 5 de Outubro de 1911, uma coluna de monárquicos com cerca de 950 homens<sup>9</sup> e dos quais apenas 240 iam armados, comandada por Paiva Couceiro, entrou pela fronteira transmontana, até Vinhais, local onde

.....  
<sup>7</sup> TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Contra-Revolução*, p. 37.

<sup>8</sup> Cit. por TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Ibid*, p. 40.

<sup>9</sup> Os números de Manoel Valente, in *A Contra-revolução monarchica*, p. 176 e Abílio Magro, in *A Revolução de Couceiro*, p. 271, são concordes nos 950 homens. Já Malheiro Dias apresenta números mais avolumados: “Segundo os melhores calculos, essas forças não podem ir além de 1:000 homens, desfalcados do armamento apprehendido em Corcubion e Orense e de substituição archi-difficil. Mas admittamos que sejam 1:500 homens razoavelmente armados com quem terão de combater os

foi contida pelas tropas do Governo<sup>10</sup>. Na mesma ocasião, fez circular um longo Manifesto ao Povo Português, expondo o programa e fins do movimento e que, basicamente, consistia em sufocar a suposta anarquia republicana, restaurando a bandeira azul e branca e fundando um governo ditatorial da sua presidência, cuja missão seria a de reinstalar a política da Ordem e do Trabalho, num quadro de respeito pelas tradições e costumes do povo português. Não se considerando um restaurador do trono, assumia-se como um instrumento militar e político da vontade da Nação.

Paiva Couceiro entrou assim – por alegadas “exigências” do Porto e firmado em promessas de levantamento geral do Minho e Trás-os-Montes – na zona raiana e sem se internar grandemente em território nacional, apenas com uma pequena hoste, desprovida de artilharia e com escasso armamento. A maioria das armas havia sido apreendida pelas autoridades espanholas. Reduzir-se-ia a 147 espingardas de diversos modelos e 59 pistolas o armamento dos incursionistas.



A bandeira azul e branca dos monárquicos

O pequeno exército incursionista, que incluía a flor da nobreza conspiradora, o clero homiziado e numerosos foragidos da guarda municipal e da polícia, entrou na fronteira na madrugada de 5 de Outubro, levando à frente uma bandeira azul e branca “sem coroa real” e foi ocupar a povoação de Prado, junto a Vinhais, onde proclamou a Monarquia, içando depois no edifício da Câmara Municipal da Vila o estandarte realista. “Com coroa”, como veio mais tarde a saber-se. Porém, pelas três horas da tarde, começou o tiroteio entre os realistas e os republicanos defensores de Vinhais, que durou até às quatro e um quarto. Os

republicanos reforçaram as suas hostes, que obrigaram os couceiristas a retirar pela meia-noite. A bandeira azul e branca foi arriada e os incursores, marchando muito perto da raia, voltaram a travar combate com os situacionistas, de que resultaram alguns feridos, entre os quais, nas fileiras monárquicas, um dos filhos do escritor Eça de Queiroz<sup>11</sup>.

Não deixa, no entanto, de ser curioso salientar que o intento de Couceiro no sentido de mostrar as vulnerabilidades do regime estava, paradoxalmente, conseguido, apesar de tudo. Durante mais de trinta horas internados em espaço português, Couceiro e as suas hostes puderam descer até cerca de 4 quilómetros de Bragança, atravessaram uma dezena de povoados, apossaram-se da vila de Vinhais e o que a República conseguiu opor-lhe, pela meia-noite de 5 de Outubro, eram 88 homens extenuados e um pelotão de cavalaria

.....  
soldados da Republica”. *Ibidem*, p. 290. O Marquês do Lavradio refere, mais comedidamente, “oitocentos homens, levando apenas cento e cinquenta armas, algumas francamente más, e não tendo mais de trinta cartuchos por homens”. Cf. *Memórias*, p. 205.

<sup>10</sup> O boato que primeiro circulou em Lisboa referia que Paiva Couceiro entrara em Chaves. E Chaves tomada, era a debandada das forças republicanas de Trás-os-Montes, era o caminho para Braga, através de uma região suspeita de monárquica, era enfim e à partida, o caminho do êxito da incursão. Cf. *Ibidem*, p. 285. Curiosamente, em duas povoações perto de Castelo Branco, Aranhas e Aldeia de João Pires, proclamou-se a Monarquia, no mesmo dia 5 de Outubro. Cf. BRANDÃO, Fernando de Castro, *Cronologia*, p. 31. Para a narrativa militar na primeira incursão, ver os testemunhos pessoais de Manoel Valente, *A contra-revolução monarchica* (1912) e Abílio Magro, *A Revolução de Couceiro* (1912), entre outros.

<sup>11</sup> Entre os conspiradores das incursões encontravam-se dois filhos de Eça de Queiroz: José Maria (1888-1928) e António (1891-1986). Este deixou testemunho da sua participação nas incursões no livro *Na Fronteira (Incursões monarchicas de 1911 e 1912)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1915. António Eça de Queiroz pertenceria, nos anos 20, à Acção Realista Portuguesa, de Alfredo Pimenta e, no Estado Novo, integrou o Secretariado da Propaganda Nacional.

vindo de Chaves. Imagine-se se Couceiro trazia o lendário exército de 2 000 homens, fortemente armados, de que se teceram os pesadelos da República nos meses anteriores à 1ª incursão!...

A primeira incursão monárquica acabaria por saldar-se num tremendo fracasso. Os incursores seriam rechaçados para a fronteira espanhola pelos reforços militares vindos de Lisboa. Só depois de liquidada a incursão, no entanto, o regime mobilizava contra ela forças devidamente organizadas, em conformidade com um plano estratégico sensato.

A primeira incursão não pôs, na verdade, a República em perigo; não estava militarmente organizada para que isso viesse a acontecer. Pelo contrário, acabou por suscitar um momento de reconciliação da família republicana, que começava a dar sinais de desagregação.

## A 2ª Incursão Monárquica (6-8/Julho/1912)

No entanto, os conspiradores não haveriam de desarmar do seu propósito de reinstaurar a monarquia, considerando que era necessário acabar com a anarquia reinante no país, sustentar a instabilidade governativa, colocar ordem e paz onde viam caos e desordem. Nove meses depois, voltariam a atacar, na expectativa de que o país se levantasse em seu apoio.

Continuando na Galiza e aproveitando a deserção de elementos afectos à República, as hostes couceiristas foram-se organizando do ponto de vista militar e planeando com maior rigor a sua intervenção.

Em 17 de Junho, Paiva Couceiro e mais 17 companheiros eram julgados no Porto, sendo aquele condenado, à revelia, a uma pena de seis anos de prisão celular, que obviamente não cumpriu, por se encontrar no estrangeiro a conspirar contra as autoridades republicanas.

A segunda incursão foi planeada tendo em vista a entrada dos realistas em Portugal por três pontos diferentes do norte do País – Valença, Vila Verde da Raia e Chaves<sup>12</sup>. O tenente Vítor Sepúlveda atacou a praça de Valença, na noite de 6 para 7 de Julho de 1912 e a sua pequena coluna foi destroçada, sendo obrigada a voltar ao ponto de partida, na Galiza. O capitão Mário de Sousa Dias atacou Vila Verde da Raia, a 7, com a sua coluna “miguelista” de cerca de cento e noventa homens armados de Winchester mas com idêntico fiasco. Por seu turno, o capitão Paiva Couceiro tentava entrar em Chaves, alegadamente, não para conquistar Chaves ao inimigo, como afirmará mais tarde, mas “apenas dar-lhe pretexto sério para a rendição”, dado partir do ilusório princípio de que importantes elementos da vila e sobretudo três quartos da guarnição eram afectos aos monárquicos. Chaves era a *chave* – passe o pleonasma – do seu plano de abrir as portas de acesso ao Minho.

Pelas 8.00 horas de 8 de Julho, a vila de Chaves era surpreendida pela presença das forças couceiristas, compostas de artilharia, metralhadoras e numerosa infantaria, “tudo, diz-se, em numero superior a 500 homens”, ante um contingente defensivo local substancialmente enfraquecido, dado que o grosso das tropas se encontrava em Sapiãos e outras forças haviam ido para Vila Verde da Raia, opor-se à coluna de Sousa Dias. O comandante das forças armadas da vila, o então tenente-coronel e depois general Ribeiro de Carvalho, não teria ao seu dispor na ocasião mais do que 270 militares<sup>13</sup>, de Cavalaria 6, Infantaria 19 e da Guarda-fiscal.

.....

<sup>12</sup> Sobre o combate de Chaves, o mais importante no quadro da 2ª incursão, deve ver-se *A Defesa de Chaves no dia 8 de Julho de 1912. Subsídios para a história do regimento de Infantaria 19* (1912), de Augusto Ribeiro de Carvalho, *O Ataque a Chaves* (1916), de Joaquim Leitão e “O 8 de Julho de 1912 em Chaves”, de João Baptista Martins, in *Notícias de Chaves*, 9 de Julho de 1993.

<sup>13</sup> João Baptista Martins, in *Notícias de Chaves*, 9 de Julho de 1993, estima esse número em 170 soldados.

Os couceiristas atacaram, “com vigor e com pressa, como quem joga os destinos numa cartada só”, na tentativa de aproveitar a divisão de forças e o combate tornou-se inevitável, pondo à prova a valentia e heroicidade dos “defensores” locais, em número claramente inferior.

A bravura da resistência republicana acabou por repelir energicamente os invasores que se retiraram ao fim da tarde, com um saldo dramático de dezenas de mortos e diversos feridos e prisioneiros.

Este foi sem dúvida o marco mais famoso da 2ª incursão, entrando este feito na história local e nacional: em Chaves, o 8 de Julho é dia de Feriado Municipal e em Lisboa o acontecimento está perpetuado na Avenida Defensores de Chaves.

Reduzidos a uns 200 homens, os couceiristas – desanimados e extenuados – regressaram por Soutelinho da Raia, onde foram atacados por forças republicanas da Cavalaria de Chaves. Em 10 de Julho, estavam nas redondezas de Vilar de Perdizes (Montalegre) e nos dois dias seguintes, em Santo André, em plena serra do Larouco. As notícias eram frustrantes, o país não reagia favoravelmente aos seus intentos, apesar das promessas nesse sentido. Exceptuando Cabeceiras e regiões circunvizinhas, como se viu, nenhuma manifestação activa secundara a incursão monárquica. A moral da coluna andava de rastos. Havia que ceder às evidências. Em 13 de Julho, o que restava das hostes realistas regressava ingloriamente à Galiza. Ainda serpenteou junto à raia mais dois dias, mas a perseguição activíssima da Guarda Civil tornou a permanência “absolutamente insustentável”.

Internada em Espanha, a coluna de Couceiro acabou por se dispersar, pelos caminhos da emigração e do exílio, sem abandonar contudo a fidelidade aos ideais, à fé e à esperança que sempre guiaram os seus protagonistas.

Segunda incursão, segundo fracasso, duro golpe de misericórdia nas aspirações monárquicas, o que se deverá em grande medida à ausência do prometido apoio interno.

### **A Monarquia do Norte (Janeiro-Fevereiro de 1919)**

Derrotada nas duas incursões de 1911 e 1912, a conspiração monárquica continuou com algum alento nos dois anos imediatos, realizando tentativas sediciosas para a restauração da Monarquia em 20 de Outubro de 1913 e 20 de Outubro de 1914, as primeiras sem a liderança de Paiva Couceiro. Aqueles pronunciamentos ficaram conhecidos assim por “*Outubradas*”.

O primeiro movimento revolucionário monárquico foi dirigido, em Lisboa, pelo conhecido conspirador João de Azevedo Coutinho – que haveria mais tarde de envolver-se na “Escalada de Monsanto”, em Janeiro de 1919 – sendo na ocasião destruídas as instalações dos jornais *O Dia* e *A Nação*.

Exactamente um ano depois, registava-se novo pronunciamento monárquico, desta vez em Mafra e liderado pelo major Rodrigues Nogueira, altura em que foram cortadas as comunicações telefónicas e telegráficas com o norte do país.

A partir da deflagração da I Grande Guerra Mundial, as revoltas monárquicas identificavam-se primordialmente com o anti-intervencionismo, já que o governo republicano tudo investiu na vontade de fazer intervir o país no conflito.

Com Sidónio Pais, apesar de assumidamente republicano<sup>14</sup>, os monárquicos não necessitaram de conspirar, pois contavam com toda a abertura da “República Nova” e conseguiram assento nas duas câmaras

.....  
<sup>14</sup> Não esqueçamos que Sidónio proclamou, em 17 de Fevereiro de 1918, nos Paços do Concelho de Beja, para desgosto de muitos monárquicos: “Em pleno século XX não é possível um regime absoluto, tendo-se portanto que optar pelo regime repu-

do Parlamento. Até monárquicos confessos, como Álvaro de Mendonça, integravam o Governo, neste caso, com a pasta da Guerra.

Ainda em vida do caudilho (“especie de Mussolini ou de Primo de Rivera *avant la lettre*”, como queria Luiz de Magalhães), em Novembro de 1918, e com o pretexto de que o Governo estava a perder o controlo da situação em diversas partes do país, constituíram-se no seio do exército agrupamentos de oficiais, que viriam a ser conhecidos por *Juntas Militares* e viriam a ter um papel de relevo nos acontecimentos posteriores ao assassinato de Sidónio Pais. O alegado objectivo das Juntas era o de estarem vigilantes contra qualquer alteração da ordem pública ou revolução que pusessem em perigo a situação política ou a vida do Presidente, numa altura em que se haviam descoberto tentativas revolucionárias e projectos de atentado contra Sidónio. As Juntas eram assim um produto que o sidonismo criara como arma de defesa contra as oposições radicais<sup>15</sup>.

Com a morte de Sidónio, em 14 de Dezembro de 1918, assassinado na estação do Rossio, em Lisboa, quando se preparava para se deslocar ao Porto, agravaram-se as dissensões entre a maioria dos que o tinham apoiado, pequenas franjas dos republicanos e a maior parte dos monárquicos. Calculava-se que o sidonismo seria “insubsistente”: no dia em que o líder desaparecesse, não mais haveria sidonismo, como veio a acontecer.

Além da alegada fraqueza do Governo, outros factores precipitariam o desencadear da restauração monárquica. O mais determinante terá sido a revolta democrática de Santarém<sup>16</sup>, em 10 de Janeiro de 1919, lançando a refundação da República e visando o restabelecimento da Constituição republicana de 1911 e a dissolução das assembleias parlamentares existentes. A razão invocada pelos revoltosos, de várias tendências, desde a republicana mais conservadora à socialista, era a de que pretendiam “salvar a República, posta em perigo pela capitulação do Governo perante as Juntas Militares” e pugnavam assim pela entrega de todos os cargos de confiança, civis e militares, a “cidadãos honestos e competentes, que sejam republicanos”, bem como pela liquidação completa da “República Nova” de Sidónio Pais. A revolta foi subjugada a 17 de Janeiro, rendendo-se os republicanos ao então general Teófilo Duarte, ardoroso sidonista e comandante da chamada “coluna negra”. O acontecimento não deixou, porém, de acicatar os ânimos dos monárquicos mais conservadores das Juntas Militares e que se manifestavam dispostos a aproveitar todas as oportunidades para restabelecerem pela força as instituições vigentes em Portugal antes de 1910.

Assim, e apesar de se achar na altura na capital nortenha o Ministro da Guerra, Silva Bastos, em 19 de Janeiro, a Junta Militar do Norte proclamava a Monarquia no Porto, cujo desenvolvimento ficaria conhecido por *Monarquia do Norte*. Pela uma hora da tarde de um domingo soalheiro, no Largo do Monte Pedral, as guarnições da cidade, ali reunidas, aclamaram a *restauração da Monarquia Portuguesa na pessoa do seu augusto representante o Senhor D. Manuel II*. Estavam presentes contingentes de Infantaria 6 e 18, de Cavalaria 9 e 11, de Artilharia 5 e 6, Guarda Republicana, depois baptizada por Guarda Real, e Polícia, bem como um pelotão de Cavalaria 11, de Braga, entre outras forças.

Paiva Couceiro – outra vez ele – regressado ao seu país em Outubro, após amnistia que o beneficiou, envolvia-se novamente noutra aventura contra-revolucionária, visando a restauração da Monarquia. Acompanhado de alguns oficiais da Galiza, entrou a cavalo no quadrado que as tropas formavam, na altura em que era lida pelo major Eurico Satúrio Pires a *Proclamação* aos soldados das guarnições nortenhas. Considerando

.....

blicano”. Depois, apelava a um plebiscito do país sobre a forma do regime a adoptar, se parlamentar, se presidencialista. Ele próprio deu a resposta, ao determinar que o primeiro faliu e o segundo era a *Ideia Nova*. Foi pelo presidencialismo autoritário que Sidónio se impôs. Cf. LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos...*, p. 123.

<sup>15</sup> Para Luiz de Magalhães, as Juntas Militares constituíam-se apenas em “sentinelas vigilantes dos acontecimentos”. *Ibidem*, p. 19.

<sup>16</sup> Para os acontecimentos e as motivações da revolta de Santarém, ver Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, vol. II, Lisboa, 1967.

OR  
522

# PROCLAMAÇÃO

COB-2522

Portuguezes!

A luta das facções, movidas unicamente pela ambição do Poder, vem de ha muito impedendo a normalidade da vida social em todas as suas manifestações e promovendo a anarquia que alastra e se arrasta por uma forma tão grave, que, se alguma força de dentro da Nação não consegue pôr um dique ao avanço de tantas dissoluções crescentes, o defecto fatal — quem ouza, hoje, duvida-o? — só poderá ser uma liquidação vergonhosa sob a tutela de estrangeiros.

A temerosa crise nacional desenvolve-se cada vez mais, precisamente no momento em que as Potencias do Occidente da Europa tratam de regularizar-se e de reafirmar-se, e os seus governos, reunidos em Assembléa Internacional, lançam as bases da sociedade das Nações e deliberam e decidem a respeito dos principios fundameñtaes da Constituição dos Povos, suas linhas de fronteira e processos de economia. Damos, portanto, o espectáculo da maxima incapacidade politica e da maxima incapacidade administrativa, precisamente no momento em que mais indispensavel nos seria merecer bom conceito perante os outros países do mundo, e demonstrar, por manifestações claras e effectivas, a nossa idoneidade para collaborarmos na obra commum da civilização e do progresso humano.

O vosso Exercito, com plena consciencia de que as Instituições militares se fizeram para a defesa da Patria e das vidas e fazendas dos seus concidadãos, manifesta o nobre desejo de impedi-la sua total ruina, sem iniciar-se nas contendas da politica, delegando nas suas Juntas Militares, o encargo de conseguirem que após o criminoso attentado que victimou o illustre Portugal Major Sidonio Paes, se constituisse, sem mudar a Lei fundamental nem o regimen, um governo forte, capaz de entrar a marcha para o abysmo. Mas, esse desejo, mallogou-se, graças ás intrigas da politica que o exercicio pretendia combater.

As Juntas Militares foram forçadas, no intuito de evitarem a guerra civil com que as ameaçava o proprio Governo, a transgirem talvez demasiado, mas apesar da sua abnegação e espirito de concórdia, o Governo em cuja organização consentiu, resolução fraco e desemparado, pois que, como se viu no Parlamento, a maioria que se manteve unida em Sidonio Paes, separou-se, caminhando uma grande parte na direcção dos radikales extremistas, cujas luncções ficaram assim augmentadas em numero e accrescidas em força. Aos representantes dos partidos conservadores não interceem o governo um apoio, franco e incondicional que lhe compensasse d'esta perda. Por isso mesmo e porque em face das Juntas Militares foi dubia a politica do Governo, tornou-se esse tão franco para impedi o avanço da anarchia demagogica, que logo poucos dias depois ella expulsiu violencia e ameaçadora em Lisboa, Santarem, Alcobça e Covilhã, sem fallarmos nos successos tristes de Vila

Real, de que só a má politica do Governo foi culpada.

O perigo nacional é pois evidente, e evidente tambem a fallencia do regimen republicano, a cuja sombra, durante uma vida de mais de oito annos, apenas a anarchia demagogica pôde viver e medrar.

Assim, no meio das justissimas aprehensões que escurecem a consciencia publica, é chegado o momento em que o Exercito Portuguez, sobranceiro ás questões dos partidos, mas supranado pela necessidade urgente da salvaguarda da Patria, tem de reconhecer que o regresso ao regimen anterior representa a unica esperança capaz de alentar o espirito nacional e aspiração da grande maioria dos portuguezes que desejam paz e ordem para poderem viver e trabalhar.

Tem de reconhecer tambem que a situação de El-Rei D. Manuel junto a Corte e Chancellaria Inglesas, significa, a favor dos nossos interesses externos, uma garantia da mais alta importancia de que o Paiz muito carece n'esta oportunidade, tanto mais que foi mesquinho, em proporção da nossa categoria de Povo livre e do esforço com que na guerra contribuímos para a victoria dos alliados, a representação que o governo republicano obteve para Portugal na conferencia da Paz.

Em vista de todas estas circunstancias, o Exercito e a Marinha conscientes de que o Paiz, no estado de confusão e divisão politica a que infelizmente chegou, não dispõe de nenhuma outra força organizada para que possa appellar — resolverem intervir a bem da Salvaguarda Publica.

E, por isso, proclamam a restauração da Monarchia Portugueza na Pessoa de El-Rei D. Manuel II. Ate ao momento da Sua entrada no Reino o Poder Publico é entregue a uma Junta Governativa que assumindo a gerencia de todos os negocios, deverá internamente tomar por objectivo especial as questões da Ordem Publica e do abastecimento da população, e externamente inalterar, sem alteração alguma, as relações solidarias e os compromissos tomados com as nações alliadas.

Viva a Patria Portugueza!  
Viva a Bandeira Azul e Branca!  
Viva Sua Magestade El-Rei D. Manuel II.

Em nome do Exercito de Terra e Mar:

za) Henrique de Paiva Couceiro, coronel.  
João de Almeida, coronel.  
Augusto de Madureira Bça, coronel.  
Mário d'Aragão, tenente-coronel.  
Jayme Corralho da Silva, tenente-coronel.  
João Carlos de Castro Corte-Real Machado, tenente-coronel.  
Carlos Ribeiro Borges, major.  
Antônio Sollari Allegro, capitão.

Typographia Lusitania — Mario Antunes Lodiê, rua da Picaria, 73 — PORTO

evidente a “falência do regime republicano”, nela se pronunciava que, sendo o Exército e a Marinha a mais alta expressão da Pátria, esta devia ser defendida no culto dos seus valores tradicionais, não se permitindo a onda de anarquia que ameaçava a integridade nacional. Assim, em nome da “necessidade urgente da salvação da Pátria”, tinha-se como reconhecimento que “o regresso ao regimen anterior representa a única esperança capaz de alentar o espirito nacional e aspiração da grande maioria dos portuguezes que desejam paz e ordem para poderem viver e trabalhar”.

Desfraldada a bandeira azul e branca e proclamado o objectivo de restaurar a Monarquia, para “salvar a Pátria”, a Junta Governativa do Norte assumia a gerência de todos os negócios, “até ao momento da entrada de D. Manuel II no Reino”, tomando internamente como grandes propósitos as questões da ordem pública e do abastecimento da população e, externamente, garantindo a manutenção das relações solidárias e dos compromissos tomados com as nações aliadas. Enquanto em Monte Pedral eram erguidos vivas à Pátria, ao Exército e

à Monarquia, sendo depois desfraldada a bandeira azul e branca e executado o hino da Carta pela banda da Guarda, pelas ruas a população entusiasmada vitoriava “calorosamente” a Monarquia, vitoriava o Rei, vitoriava Paiva Couceiro.

De imediato, e no edificio do Governo Civil, foi proclamada a Monarquia e constituída uma “Junta Governativa Provisória”, liderada por Paiva Couceiro<sup>17</sup>, que assumiu as funções de Regente e nomeou um ministério. Expressamente, o documento da constituição referia que seria constituído em Lisboa o Governo Nacional que assumiria os poderes públicos, caso naturalmente a restauração monárquica viesse a triunfar em todo o país, o que não veio a suceder. Entretanto, assumia os mesmos poderes no Porto uma Junta Governativa constituída por figuras gradas do movimento realista, nos termos seguintes:

- Presidência, Fazenda e Subsistências – Henrique de Paiva Couceiro.
- Reino – António Sollari Allegro.
- Negócios Eclesiásticos, Justiça e Instrução – Júlio Girão Faria de Moraes Sarmento (3º Visconde de Banho).
- Guerra, Marinha e Comunicações – João de Almeida.

<sup>17</sup> A Junta Governativa Provisória incluía ainda os nomes dos coronéis João de Almeida (que se dessolidarizou do movimento) e Augusto Beça, os tenentes-coronéis Mário de Aragão e João Carlos de Castro Corte-Real Machado, o major Carlos Ribeiro Borges e o capitão António Sollari Allegro.

- *Negócios Estrangeiros* – Luís de Magalhães.
- *Obras Públicas, Correios e Telégrafos* – Artur da Silva Ramos.
- *Agricultura, Comércio, Indústria e Trabalho* – Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon (2º Conde de Azevedo)<sup>18</sup>.

O Coronel João de Almeida, comandante militar de Aveiro, apesar de muito instado, acabaria por recusar-se a dar o seu contributo à Junta Governativa. Era um duro revés para Couceiro e seus apaniguados. João de Almeida, recusando-se a tomar posse, foi substituído nas pastas da Guerra, Marinha e Comunicações por Paiva Couceiro, passando o Visconde de Banho para a Fazenda.

Os componentes da Junta Governativa prestaram logo solene juramento, no espírito da maior fidelidade monárquica: “*Pelo santo nome de Deus juro e prometo ser fiel ao Rei, entregar-lhe o governo da Nação logo que Sua Magestade volte ao Reino e cumprir com zelo os deveres do cargo que acaba de me ser confiado*”.

A Junta começou a legislar no próprio dia 19 de Janeiro, aprovando sete decretos, insertos no n.º 1 do *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*<sup>19</sup>. Foi seu propósito desde o início organizar política, militar e administrativamente todo o território que lhe estaria submetido.

A Junta Governativa do Reino de Portugal publicou, em 25 dias, 67 decretos nos dezasseis números do *Diário*, além de numerosos despachos, portarias, editais e alvarás<sup>20</sup>.

O primeiro número do *Diário*, datado do dia 19 de Janeiro de 1919, começa com a proclamação da “Restauração da Monarquia”, na pessoa de El-Rei D. Manuel II, historiando as primeiras peripécias da restauração realista e terminando com vivas à “Patria Portuguesa”, à “Bandeira Azul e Branca” e a “Sua Magestade El-Rei Dom Manuel II”. Era assinada, entre outros, pelos coronéis Paiva Couceiro, João de Almeida e Silva Ramos e pelo capitão Sollari Allegro e nela se referia que o poder político, até à entrada do Rei, seria entregue a uma Junta Governativa que, assumindo a gerência de todos os negócios, deveria internamente tomar por objectivo especial as questões da Ordem Pública e do abastecimento da população e, externamente, manter, “sem alteração alguma”, as relações solidárias e os compromissos tomados com as nações aliadas.

A grande maioria dos decretos – perto de meia centena – refere-se a assuntos políticos e/ou administrativos, numa altura em que o breve e periclitante regime se procurava consolidar no Norte do país.

No fundamental, a norte, Couceiro e a sua Junta:

- Aboliram a forma de Governo republicano, restaurando a forma de Governo monárquico.
- Substituíram a bandeira e o hino republicanos pela bandeira azul e branca e hino da Carta.
- Revogaram a legislação promulgada desde 5 de Outubro de 1910 e restabeleceram a que vigorava anteriormente.
- Mudaram o nome da Guarda Republicana para Guarda Real.
- Revogaram expressamente a Lei da Separação da Igreja do Estado.
- Coagiram os funcionários e magistrados a acatarem a sua autoridade.
- Restabeleceram o juramento com carácter religioso.
- Aboliram o sistema monetário instituído pela República e restabeleceram o anterior.

<sup>18</sup> ALLEGRO, José Lusitano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*, pp. 144-145.

<sup>19</sup> Os decretos foram depois coligidos e publicados no *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal. Coleção Completa. N.ºs 1 a 16 – 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919*, Porto, J. Pereira da Silva, s. d.

<sup>20</sup> Será de referir que o n.º 4 do *Diário* teve duas edições e que o decreto n.º 67, com data de 13 de Fevereiro de 1919, dia da restauração republicana no Porto, já não saiu para a rua, por motivos óbvios. A impressão daquele órgão monárquico foi feita em três tipografias e em formatos diferentes. Os três primeiros números foram impressos no jornal *A Pátria*, os números 4 a 7 na “Tipografia Mário Leitão” e os números 8 a 16 na empresa gráfica “A Universal”. Cf. LIMA, Campos, *O Reino da Traulitânia*, p. 301.



## A Geografia da Monarquia do Norte

Entretanto, a Junta tratou logo de estender, militarmente, o seu domínio e soberania a toda a província de Entre-Douro-e-Minho e depois a todo o norte. Nuns lugares por revolta local, noutros por imposição das forças militares idas do Porto, a restauração monárquica rapidamente se alargou a várias zonas do Norte do país, nos dias imediatos, concretamente a norte do Vouga e a Viseu. Porventura, terá sido fácil reimplantar a monarquia na maior parte das povoações de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta porque as respectivas populações se mantinham fiéis ao ideal monárquico. “Só assim se compreende que muitas cidades e vilas tenham logo aceite a restauração da Monarquia”, como defende Veríssimo Serrão<sup>21</sup>.

Em oito cidades – Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Porto, Bragança, Vila Real, Lamego e Viseu – bem como em numerosas vilas, a bandeira azul e branca da monarquia haveria de flutuar durante alguns dias ou semanas, substituindo a bandeira verde-rubra da República.

A oeste, como refere Damão Peres<sup>22</sup>, o curso do Vouga marcava a fronteira entre as duas zonas políticas em que se dividira a nação portuguesa. Aveiro persistia republicana. O domínio monárquico não conseguia alcançar, nem transpor aquela cidade. A falta de Aveiro e de Coimbra tornou mais difícil a situação nos distritos nortenhos onde a Monarquia fora tão facilmente instalada. No extremo norte, a então vila de Chaves, manteve-se igualmente incólume ao domínio monárquico, mercê da tenaz resistência de conhecidos vultos republicanos como o coronel Ribeiro de Carvalho, António Granjo, Jaime de Moraes e Agatão Lança.

Em Lisboa, o Governo de Tamagnini Barbosa promulgava um decreto de suspensão das garantias constitucionais e o ministro da Justiça declinava a solidariedade até então dada aos monárquicos. Era a declaração do estado de sítio. As posições endureciam. O Governo, sob forte pressão da opinião pública, lançou então um apelo vigoroso chamando às armas, para defesa da República, os civis e os estudantes que voluntariamente quisessem combater. E foram muitos os que entusiasticamente se alistaram em batalhões para defender as instituições republicanas.

Porém, a 22 de Janeiro os acontecimentos precipitaram-se. Enquanto no Campo Pequeno e no Depósito de Adidos, numerosos voluntários civis e estudantes recebiam instrução militar, desfilando depois, em imponente manifestação de ardor patriótico, até ao Terreiro do Paço, dando vivas à República e exigindo a libertação dos presos políticos que haviam entrado em movimentos anti-sidonistas ou na revolução democrática de Santarém, as forças monárquicas lisboetas, em situação de desespero e receando o ataque dos republicanos, revoltaram-se e, ao anoitecer, entrincheiravam-se no alto de Monsanto, no episódio que ficou conhecido miticamente como a “*Escalada de Monsanto*”. Associaram-se à revolta o regimento de Cavalaria 9, Lanceiros 2, algumas baterias de artilharia, fracções de Cavalaria 4 e 7, Infantaria 1 e 30, bem como alguns grupos de civis, como os monárquicos integralistas Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, Joaquim Leitão e João de Azevedo Coutinho, sob o comando supremo de Aires de Ornelas. Contudo, o Rei D. Manuel, do exílio, desaprovou o movimento, acoimando-o de “um crime que se cometeu contra todas as minhas instruções e ordens”<sup>23</sup>. Foram centenas os realistas que subiram para defender o seu ideal a Monsanto, um local com a dupla vantagem de ser uma posição atacante de Lisboa e um bom local de resistência contra as arremetidas das tropas governamentais.

<sup>21</sup> Cf. *História de Portugal (1910-1926)*, vol. XI, p. 226.

<sup>22</sup> *História de Portugal (Suplemento)*, p. 209.

<sup>23</sup> Citado Pelo Marquês do Lavradio, nas suas *Memórias*, p. 253. O Rei acrescentou: “Tenho muito dó do Ayres, que foi levado por uma onda nefasta, depois de ter prestado relevantes serviços”.

De Monsanto, e após hastearem a bandeira azul e branca e terem proclamado a Monarquia na manhã de 23, bombardearam a capital, intimando o Governo à rendição. O duelo de artilharia durou todo o dia e saldou-se por vários mortos e feridos.

No entanto, durou pouco a sublevação. Ao clamor do perigo, as forças republicanas tocaram a reunir, ultrapassando divisões internas e conseguindo que guarnições “neutrais” fossem entrando no combate pelo seu lado. Assim, pela tarde do dia 24 de Janeiro, um ataque geral das forças fiéis ao regime implantado em 1910 – essencialmente a artilharia e batalhões de marinheiros, seguidos de inúmeros populares armados, sob o comando do tenente-coronel Ernesto Maria Vieira da Rocha – levou ao desalojamento dos revoltosos e à rendição das hostes monárquicas, exaustas por um longo combate sem possibilidade de substituição dos efectivos e esgotadas de munições e de víveres. Ao fim de 39 cadáveres e 330 feridos, nas contas de Rocha Martins. Foi relativamente fácil dominar a rebelião monárquica lisboeta, porquanto a maioria das guarnições da capital permaneceu fiel ao republicanismo. O povo urbano correu para defender a “sua” República, demonstrando que as massas lisboetas continuavam indefectivelmente republicanas, como o haviam sido em 1910 e em 1915, reagindo à ditadura de Pimenta de Castro. Politicamente, a vitória republicana teve naturais reflexos, com o retorno em grande à esfera do poder das forças partidárias da chamada “República Velha” e o combate ao hibridismo e às meias tintas do executivo de Tamagnini, que acabou por se demitir, a 26, sendo substituído por José Relvas em 28 de Janeiro. O republicanismo voltava à ribalta, através de um governo que incluía representantes dos tradicionais partidos políticos e até, pela primeira vez, um socialista, na pasta do Trabalho.

A principal preocupação do governo era combater a Monarquia restaurada no norte, sendo confiado ao general Alberto Ilharco o comando das operações militares.

No Norte, as coisas ainda estavam complicadas e o domínio monárquico manteve-se por mais cerca de uma vintena de dias, relativamente ao colapso de Monsanto.

Liberto do perigo monárquico insurreccional, do Algarve até Aveiro, o Governo começou a organizar o ataque contra a *Monarquia do Norte*, mandando assaz considerável força militar de todas as armas para a zona do Vouga, que progressivamente foi avançando para norte. Por vezes depois de ásperos combates entre republicanos e realistas, por toda a parte se ia reimplantando a República, (re)ijando a bandeira verde-rubra. A partir de finais de Janeiro, a resistência monárquica foi sendo batida em Águeda, Estarreja, Oliveira de Azeméis, Ovar e Lamego. Enquanto recuavam as fronteiras da *Monarquia do Norte* e os combatentes republicanos se aproximavam perigosamente, na sua própria capital, o Porto, começavam a registar-se sinais de perturbação, com manifesto descontentamento da Guarda Real, designação da anterior Guarda Republicana. Na origem deste estado de espírito, estiveram os desmandos e violências cometidos no chamado período do “*reino da Traulitânia*” sobre os presos políticos republicanos e as cruéis perseguições e vinganças exercidas pelos monárquicos sobre os seus adversários ao longo dos dias da restauração monárquica.

Por fim, em 13 de Fevereiro, os capitães Sarmento Pimentel<sup>24</sup> – o pivot da revolta da Guarda Real e primeiro comandante da guarda do quartel do Carmo – e Jaime Novaes e Silva, comandante da guarda real do quartel de S. Brás, fizeram eclodir um movimento revolucionário, saindo do quartel com os oficiais e soldados que os quiseram seguir e, após algumas horas de tiroteio e o apoio da artilharia da Serra do Pilar, que rompeu fogo contra o Quartel-general, acabaram por sufocar a resistência monárquica e reimpôr o domínio republicano. Os ministros da Junta que se encontravam no Porto, Silva Ramos, Luís de Magalhães, o Conde

.....  
<sup>24</sup> José Maria Ferreira Sarmento Pimentel, quando cadete, batera-se na Rotunda, em 5 de Outubro de 1910, pela instauração da República. Embora continuando republicano, notabilizara-se como opositor ao Partido Democrático e apoiou convictamente Sidónio Pais, colaborando ainda activamente com a Junta Militar do Norte.

de Azevedo e o Visconde de Banho, foram detidos. Paiva Couceiro estava algures, junto das forças militares que ainda combatiam perto de Vila da Feira. Presos os membros do Governo monárquico, ocupados locais emblemáticos como o Quartel-general e o Governo Civil, com o povo a dar vivas entusiásticos à República, como antes tinha dado à Monarquia, a revolução republicana estava consumada. E caída a Monarquia no Porto, ela estava virtualmente vencida em todo o Norte, onde dominara durante escassos 25 dias.

Naturalmente, ainda persistiram algumas bolsas monárquicas no Norte, durante mais alguns dias, mas nada mais havia a fazer, do lado monárquico. A aventura havia terminado. Os membros da Junta Governativa tinham-se entregado às autoridades republicanas e Paiva Couceiro – que se encontrava em operações na região de Estarreja aquando da restauração republicana e que também pensava entregar-se no Porto mas foi demovido desses intentos pelos seus correligionários – voltava ao exílio.

Como resultado das vitórias republicanas em Lisboa, no Porto e no norte do país, as prisões encheram-se de personalidades monárquicas, havendo relatos de maus-tratos e violências exercidos sobre os prisioneiros. Em Março, foram criados e regulados os tribunais militares – em Lisboa e no Porto – para julgamento dos militares e civis implicados na restauração da Monarquia e que envolveu perto de duas mil pessoas, entre oficiais, sargentos, cabos, soldados, policias e numerosos civis. Pelo seu envolvimento no movimento monárquico, foram expulsos do exército mais de 500 oficiais e condenados a penas diversas de prisão celular, seguida de degredo ou apenas degredo, os principais cabecilhas da restauração monárquica de 1919.

Julgados à revelia, o comandante Paiva Couceiro e o capitão Sollari Allegro, acusados de serem os preparadores do movimento de 19 de Janeiro, foram condenados a 8 anos de prisão maior celular, seguidos de 12 anos de degredo, ou, em alternativa, a 25 anos de degredo em possessão de 1ª classe, que naturalmente não cumpriram, por estarem exilados em terras de Espanha.

Virá ainda a talhe de foice referir que, por decreto de 29 de Abril de 1921, foi interdita a residência em Portugal continental pelo prazo de oito anos a nove cidadãos, entre os quais os referidos Henrique Mitchel de Paiva Couceiro e António Adalberto Sollari Allegro.

Entrado em crise e após a demissão dos ministros *dezembristas*, o ministério de José Relvas havia-se demitido colectivamente a 27 de Março de 1919, perante o presidente Canto e Castro. O *democrático* Domingos Pereira assumiu o ministério, quatro dias depois, e dele não participava qualquer sidonista. A quase totalidade dos ministros militava mesmo nos partidos que sempre se haviam oposto intransigentemente ao governo do assassinado caudilho. Era o derradeiro estertor da “República Nova” planeada por Sidónio Pais.

A República de 5 de Outubro de 1910 – a nova “República Velha” – retomava, soberana e segura, o seu curso!

## Bibliografia

- ALLEGRO, José Luciano Sollari, *Para a História da Monarquia do Norte*, 1988.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República Portuguesa: Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, Coleção “Horizonte Histórico” 37, 1991.
- CARVALHO, Augusto César Ribeiro de, *A Rebelião Monárquica em Traz-os-Montes. Relatório sobre os Acontecimentos Político-Militares do mês de Janeiro de 1919 na Área da 6ª Divisão do Exército*, Chaves, Tip. Mesquita, 1919.
- COIMBRA, Artur F., *Paiva Couceiro e a Contra-Revolução Monárquica (1910-1919)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho (2000), e “A Monarquia do Norte em Fafe: os Reflexos na Administração e na Imprensa Local”, in *Dom Fafes*, n.º 5, Ano V, 1998, pp. 41-58.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva, *A Democracia Nacional, 1917 e Carta Aberta aos Meus Amigos e Companheiros*, Separata da *Ação Realista*, Edição da Ação Realista Portuguesa, Biblioteca de Estudos Nacionalistas (I), 1924.
- CRUZ, Francisco Manso Preto, *Paiva Couceiro – Político-Militar-Colonial*, Lisboa, edição do autor, 1944 e *O Exemplo Político*

- de Paiva Couceiro, Lisboa, 1945.
- CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Col. "Participar", 27, 1986.
- CUNHA, Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da, *Mentalidades e Cultura Portuguesa na 1ª República*, Braga, Departamento de Filosofia e Cultura, Universidade do Minho, 1999.
- Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal. Coleção Completa. N.ºs 1 a 16 – 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919*, Porto, J. Pereira da Silva, s.d.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Do Desafio à Debandada, I – O Pesadêlo*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1912; *Do Desafio à Debandada, II – Chéque ao Rei*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1912 e *O Estado Actual da Causa Monarchica*, Lisboa, José Bastos, 1912-1913.
- DIAS, Manuel, *Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril – A História e o Testemunho da Imprensa*, Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1999.
- DUARTE, Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa, 1941.
- FERRÃO, Carlos, *História da 1ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.
- FERREIRA, David, "Monarquia do Norte", in *Dicionário da História de Portugal*, volume IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979.
- LAVRADIO, Sexto Marquês de, *Memórias*, Coordenadas por Dr. José Luiz de Almeida (Lavradio), 2ª edição, Lisboa, Edições Ática, 1993.
- LEAL, Cunha, *As Minhas Memórias*, 3 vols., Lisboa, Ed. Do Autor, 1964-1968.
- LEITÃO, Joaquim, *O Ataque a Chaves*, ed. Autor, 1916; *Couceiro, O Capitão Phantasma. Dos acontecimentos da Galliza à Marcha para a segunda Incurção Monarchica*, Porto, ed. Autor, 1914 e *Em Marcha para a 2ª Incurção. Da Concentração ao erguer do bivaque de Soutelinho da Raia para o ataque a Chaves*, Porto, ed. Autor, 1915.
- LIMA, João Evangelista Campos, *O Reino da Traulitânia – 25 Dias de Reacção Monárquica no Porto*, 2ª ed., Porto, Renascença Portuguesa, 1920.
- MAGALHÃES, Luiz de, *A Crise Monarchica – Documentos para a História e Liquidação de Responsabilidades*, Porto, Livraria Lello, 1934; *Perante o Tribunal e a Nação. A Monarchia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925 e *Tradicionalismo e Constitucionalismo – Estudos de Historia e Política Nacional*, Porto, Livraria Chardron, 1927.
- MAGRO, Abílio, *A Revolução de Couceiro. Revelações escandalosas, Confidencias, Crimes*, Porto, ed. Autor, 1912.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1977.
- MARTINS, João Baptista, "O 8 de Julho de 1912 em Chaves", in *Notícias de Chaves*, 9 de Julho de 1993.
- MARTINS, Rocha, *A Monarquia do Norte*, 2 vols., Lisboa, Oficinas Gráficas do A.B.C., 1922-1923.
- MEDINA, João, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- MONSARAZ, Alberto (editor), *Cartilha Monárquica* (3ª edição), Lisboa, 1920.
- QUEIROZ, António de Eça de, *Na Fronteira (Incurções monarchicas de 1911 e 1912)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1915.
- QUINTAS, José Manuel, "Os Combates pela Bandeira Azul e Branca, 1910-1919", in *História*, Ano XX (Nova Série), n.º 10, Janeiro de 1999, pp. 38-49.
- RAPOSO, Hipólito, *Folhas do Meu Cadastro*, Volume I (1911-1925), Edições Gama, 1945; Volume II (1926-1952), 1986.
- SARDICA, José Miguel, "A 'refundação' da República em 1919", in *História*, Ano XX (Nova Série), n.º 10, Janeiro de 1999, pp. 50-59.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. XI e XII ("A Primeira República, 1910-1926"), Lisboa, Editorial Verbo, 1989.
- TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Conspiração contra Portugal (1910-1912). As Relações Políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- VALENTE, Manoel, *A Contra-revolução Monarchica. Revelações. Crítica. Um pedaço de historia*, Porto, ed. do Autor, 1912.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Um Herói Português – Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*, Lisboa, Aletheia Editores, 2006.



# A questão operária na I República: historiografia e memória<sup>1</sup>

por Paulo Eduardo Guimarães<sup>2</sup>

A jovem República portuguesa teve de enfrentar, poucos meses após a sua implantação, uma vaga de movimentos grevistas sem precedentes que desafiavam a capacidade dos novos governantes para garantir a ordem interna. Esta vaga, que se arrasta até finais de 1912, mobiliza trabalhadores urbanos e os assalariados rurais do sul, afecta empresas nacionais e estrangeiras do sector moderno e exportador, das minas aos transportes urbanos e portos, da indústria à agricultura. Ela ocorre quando os republicanos buscavam ainda o reconhecimento externo do frágil regime e, internamente, procuravam consolidar as suas bases sociais de apoio ao mesmo tempo que enfrentavam a hostilidade interna dos monárquicos e a invasão militar liderada por Paiva Couceiro a partir da Galiza.

Ao longo da sua curta e atribulada existência, a República teve de se confrontar com um movimento operário organizado e revolucionário, autónoma na acção e na sua estratégia face às diversas forças políticas em presença. Apesar da legislação social promulgada e dos dispositivos legais existentes para a arbitragem e resolução dos conflitos, a acção dos sucessivos governos republicanos foi pautada pela repressão reactiva à escalada dos conflitos sociais, mais até do que pela acção vigilante junto das organizações sindicais e das associações populares.

A incapacidade do liberalismo republicano resolver a chamada “questão social” e de garantir a Ordem Pública constituiu um dos fundamentos legitimadores tanto da Ditadura Militar que pôs fim ao regime parlamentar como da política social autoritária instaurada com a ordem corporativa em 1933. Com a repressão do movimento sindical livre e colocados os sindicatos sob tutela governamental durante quase meio século, a memória daquela experiência de luta pela emancipação social quase se perdeu. O seu resgate foi uma tarefa frequentemente militante, empreendida por historiadores, sociólogos, intelectuais e antigos militantes sociais. Neste contexto, o movimento operário foi por vezes constituído personagem central na história da I República e na narrativa do seu desenlace histórico.

Nesta comunicação procurarei fazer o balanço historiográfico sobre a construção do problema a que poderemos chamar “a questão operária na I República”, salientando os principais tópicos de reflexão e de debate bem como o esforço militante de recuperação da memória sobre o movimento operário até ao Estado Novo.

## A construção histórica do problema

A partir do início da década de 1970 verificou-se em Portugal um crescente interesse por parte de alguns intelectuais e historiadores pela história do movimento operário durante o período da I República. Este interesse traduziu-se numa multiplicação de publicações sobre o tema em editoras de larga distribuição nacional e numa

.....

<sup>1</sup> Esta comunicação inscreve-se no âmbito do projecto de investigação em curso intitulado “Movimento social crítico e alternativo: memória e referências” e financiado pela FCT com a referência PTDC/CPJ-CPO/098500/2008. O autor expressa o seu agradecimento pelo convite que lhe foi endereçado para participar no Ciclo de Conferências “As Grandes Questões da I República (20092010)” patrocinado pela Câmara de Famalicão.

<sup>2</sup> Núcleo de Ciências Políticas e Relações Internacionais (NICPRI) e Departamento de História da Universidade de Évora. E-mail: peg@uevora.pt.

narrativa do passado onde o operariado tomou um lugar de relevo, se não mesmo central, na explicação do processo e do desenlace do regime republicano.

Por outro lado, a longa duração de um regime de ditadura nacionalista, por ter atravessado diversas gerações e épocas históricas, tinha sido responsável por uma verdadeira amnésia colectiva e importava recuperá-la. Tratou-se quase sempre de um esforço militante, inicialmente feito à margem das universidades, e muitas vezes preocupado com as questões políticas do momento. César de Oliveira (1941-1998), por exemplo, ao publicar numa editora de larga distribuição nacional uma obra sobre a “primeira cisão” no movimento sindical português (aquela que tinha sido provocada pelos partidários da Internacional Sindical Vermelha no Congresso da Covilhã, em 1922) visava expressamente “proporcionar aos que hoje se preocupam das questões sindicais, e entre estas das relações internacionais, como prática militante, materiais e análises que servem, pelo menos, a uma reflexão que julgamos necessária”<sup>3</sup> Escrito um ano depois do I Congresso da União Geral dos Trabalhadores, momento que sancionou a cisão dos socialistas e sociais-democratas no movimento sindical unitário após a Revolução dos Cravos, o autor pretendeu igualmente com esse texto “esclarecer um período fulcral da história contemporânea portuguesa deste século sobre uma temática importante e que poderá fazer luz sobre a aparente facilidade com que triunfou o movimento militar em 1926”. Refira-se então que este livro surge na sequência de uma década de intensa publicação de títulos pelo autor que conjugavam a interpretação e a reflexão crítica sobre o movimento operário “antigo” com a divulgação de textos socialistas, anarquistas e comunistas anteriores ao Estado Novo<sup>4</sup>.

Com a Revolução de 1974, esse esforço foi acompanhado pela reedição de textos doutrinários, pela multiplicação de obras memorialistas e de apontamentos históricos, na maior parte das vezes na forma de artigo de jornal. A memória tornou-se igualmente um espaço onde, à “esquerda”, se questionava a hegemonia ideológica do Partido Comunista Português como o “partido da classe operária” e a sua interpretação do passado histórico<sup>5</sup>. Protagonistas sobreviventes de eventos “históricos” vinham agora reclamar a “verdade dos factos”, entretanto mistificados ou mitificados pela propaganda partidária, ou justificar as suas acções perante a História. É este o sentido imediato da intervenção de antigos militantes anarco-sindicalistas quando, em 1976, reeditaram *O Sindicalismo em Portugal* de Manuel Joaquim de Sousa (1885-1944)<sup>6</sup> ou quando, dois anos depois, publicaram, numa pequena obra colectiva, o seu depoimento sobre o Movimento do 18 de Janeiro

<sup>3</sup> *O movimento sindical português: a primeira cisão*, Mem Martins, Europa-América, 1982, p. 11.

<sup>4</sup> César de Oliveira tinha já publicado *A comuna de Paris e os socialistas portugueses* (selecção de textos, com introdução e notas), Porto, Brasília Editora, 1971; *O operariado e a república democrática (1910-1914)*, Porto, Afrontamento, 1972 (na colecção Movimento operário português; 3); *Rosa Luxemburgo, viva!* Porto, 1972; “Imprensa operária no Portugal oitocentista: 1825 a 1905, *Análise social*, 39, 1973; *O socialismo em Portugal: 1850-1900* Porto, 1973; *A criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973; “Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-18”, *Análise Social*, 10, Lisboa, Gab. de Investigações Sociais, 1973, pp. 679-702. Além das fontes compiladas nas obras anteriores, Oliveira publicou ainda a obra do sindicalista Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, 2a ed., Lisboa, Seara Nova, 1974; o texto de J. Carlos Rates, *A Rússia dos soviets*, Lisboa, Seara Nova, 1976; *13 Cartas de Portugal para Engels e Marx*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978; e ainda *O Estado, a democracia burguesa, a prática revolucionária e o anarquismo*, 2a ed., Porto, Paisagem, 1975; *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português* (recolha, prefácio e notas), Lisboa, Seara Nova, 1975; *A revolução russa na imprensa portuguesa da época*, Lisboa, Diábril, 1976. Já depois de ter publicado *A Primeira Cisão* produziu uma *Antologia da imprensa operária portuguesa: 1837-1936* que viria a ser publicada pela UGT-União Geral de Trabalhadores (Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1984).

<sup>5</sup> Serve de exemplo a este respeito a obra de José Reis Sequeira, *Relembrando e comentando: memórias de um operário corticeiro, 1914-1938*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

<sup>6</sup> M. J. Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 5ª ed., Porto, Afrontamento, 1976. Emídio Santana escreveria aqui: “O nosso passado recente, o primeiro quarto deste século, teria sido apagado e interdito à Cultura e à História por uma espessa cortina que procurou ocultá-lo ao conhecimento da verdadeira História do nosso povo como se dela estivesse ausente ou estivesse

de 1934<sup>7</sup>, à semelhança do que fez também Edmundo Pedro, jovem comunista naquela ocasião, mas agora empenhado na construção do “sindicalismo democrático”<sup>8</sup>. É esta, enfim, a preocupação também subjacente nos textos que Emídio Santana (1906-1988) publica, reflectindo sobre a sua acção enquanto militante sindical durante a década de 1920 e durante a Ditadura Militar, ou sobre o atentado a Salazar<sup>9</sup>, enquanto outros visavam fazer renascer a memória e a dignidade do movimento anarquista “específico”, reeditando obras há muito esquecidas<sup>10</sup>.

“Das ideologias do movimento operário”, escrevia Carlos da Fonseca em 1975, “nenhuma teve, como o anarquismo, o privilégio de provocar tão grande número de injúrias. «Terroristas», «pequeno burgueses», «utopistas», «lumpen proletários», «agentes provocadores», «esquerdistas», «direitistas», «degenerados», «sonhadores»..., inútil prosseguir. Raramente os seus críticos utilizaram tão sistematicamente a calúnia ou o argumento de baixo quilate como nas respostas a alguns problemas sérios que os anarquistas levantaram. (...) A explicação do anarquismo pela social-democracia fez carreira. Institucionalizou-se, foi permanentemente retomada por várias gerações de homens políticos e a banalidade dos seus axiomas transformou-se numa espécie de **lex est quo notamus** do socialismo vulgar”<sup>11</sup>. Pouco tempo depois, o jornalista Jacinto Baptista (1926-1993) captava a enorme riqueza do universo cultural e ideológico do principal jornal operário após a I Guerra Mundial, durante o período da I República<sup>12</sup>.

Também David Carvalho ensaiou uma história crítica do período da I República a partir das suas memórias como militante confederal, “explicando” a vitória das forças reaccionárias em 1926 e visando contribuir para um “conhecimento objectivo de uma época”<sup>13</sup>. Escrevia ele então: “o povo não tem ainda os seus historiadores como os tem a burguesia, embora se diga sempre que é o povo que faz a história; ele a faz, na verdade, porém, ninguém a escreveu ainda. (...) Julgo legítimo insistir que qualquer investigação histórica deve guiar-se por conceitos de justiça e de verdade, acima de toda a paixão ideológica ou partidária.”<sup>14</sup> Da mesma forma, comunistas ou críticos do Partido procuram recuperar a memória de um partido bolchevique como João Quintela<sup>15</sup> ou tão-somente descrever um percurso pessoal como José Silva<sup>16</sup>.

Se, na maioria das publicações, procurava-se resgatar a história política do movimento, a sua organização e acção, as ideologias e doutrinas em confronto, as suas relações com outras forças políticas e governamen-

.....  
*apenas mergulhado num caos em que se transviara, e tudo o que foram os seus veículos de expressão e de acção apareciam confundidos ou desfigurados” (p.7).*

<sup>7</sup> Emídio Santana (col.), *O 18 de Janeiro e Alguns dos Seus Antecedentes*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

<sup>8</sup> Edmundo Pedro, *18 de Janeiro de 1934-18 de Janeiro de 1919: 45 anos de Luta Pela Democracia Sindical. Reflexões de um Militante*, Mem Martins, Fundação José Fontana, 1979.

<sup>9</sup> Emídio Santana, *História de um atentado: o atentado a Salazar*, Mem Martins: Europam, Forum, 1976.

<sup>10</sup> Carlos da Fonseca, por exemplo, publica a obra de J. M. Gonçalves Viana, *A Evolução Anarquista em Portugal (1894)*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

<sup>11</sup> Carlos da Fonseca, “Sociologia do Anarquismo Português (1887-1897) in Viana, *Ob. cit.*, p.33.

<sup>12</sup> *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora: Para a História do Diário Sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Lisboa, Bertrand, 1977.

<sup>13</sup> David Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926): Crónicas vividas dum imenso conflito*, Lisboa, Seara Nova, 1977. – 249 pp.

<sup>14</sup> D. Carvalho, *Ob. cit.*, pp. 13-14.

<sup>15</sup> João G. P. Quintela, *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1. A Constituição do Partido (1o período 1919-1929)*. – Porto: Afrontamento, 1976 – 299, [4] p. Para este autor tratava-se de “*de procurar no passado as raízes profundas do presente, dos problemas e das dificuldades que defronta hoje o movimento operário português*”. (p.7). Sobre a base de recrutamento do P.C.P. nesta sua 1ª fase v. o estudo de José Pacheco Pereira, “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 695-713.

<sup>16</sup> José Silva, *Memórias de um operário*, V. N. Famalicão: Livr. Júlio Brandão, 1971. – 2 vols. Embora escritas em 1955, as suas memórias apenas seriam publicadas nesta data.



tais, enunciar e estabelecer novos factos, avaliar a sua estratégia, inventariar e publicar fontes, divulgar textos inéditos ou raros, noutras casos, enveredou-se pelo reconhecimento sociológico do operariado “primitivo”, tendencialmente anárquico, num quadro teórico marxista, como foi o caso de Villaverde Cabral<sup>17</sup>.

Quando, em Maio de 1981, o Gabinete de Investigações Sociais, herdeiro directo do Gabinete de Estudos Corporativos, organizou um seminário sobre o *Movimento Operário em Portugal*<sup>18</sup>, José Pacheco Pereira apresentou uma lista com 500 referências bibliográficas relativas a livros e artigos publicados sobre o tema desde 1974 até 1980<sup>19</sup>. Tinha sido este o resultado da “urgência de uma preocupação que até então tinha estado ausente da historiografia portuguesa”, que César Oliveira anunciara quando, em 1974, reedita a obra do sindicalista revolucionário Alexandre Vieira (1880-1973), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*.<sup>20</sup> A lista de historiadores e sociólogos interessados na história do movimento operário até ao Estado Novo é vasta: Carlos da Fonseca, César Oliveira, Vasco Pulido Valente, Manuel Villaverde Cabral, António Ventura, José Barreto, Maria Filomena Mónica, José Manuel Tengarrinha, Fernando Piteira Santos, João Arsénio Nunes, João Freire, Victor de Sá, José Pacheco Pereira, José Amado Mendes, para citar apenas os mais produtivos<sup>21</sup>. Contudo, este interesse não correspondeu a uma abertura dos arquivos aos investigadores nem o novo Estado democrático faria qualquer esforço nesse sentido. Phillip Schmitter, que se preocupava em conhecer as bases sociais do regime Salazarista, diria sobre a situação nessa altura, com ironia mordaz, que ficava comprovada a tese de que só a ocupação militar de um país permitia abrir os arquivos das ditaduras aos investigadores<sup>22</sup>. Em 1978, foi criada uma Comissão que teve um regime de acesso especial e privilegiado aos arquivos do Estado que deveria compilar “os elementos susceptíveis de contribuir para o esclarecimento e elucidação do que foi o regime fascista em Portugal” (Decreto-Lei nº 110/78). Durante uma década, a acção da Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista traduziu-se na publicação de documentos dos arquivos do Estado, distribuídos por cerca de três dezenas títulos organizadas tematicamente, que visavam estabelecer factos sobre práticas, comportamentos e acções de alguns dos maiores responsáveis políticos do anterior regime. Apenas uma dessas publicações dizia respeito à *acção do regime* no campo sindical e, portanto, sem qualquer interesse para as questões que os historiadores levantavam relativamente à questão operária durante a I República<sup>23</sup>.

O problema era tanto maior quanto grande parte da memória das instituições operárias e dos conflitos sociais estavam nos arquivos do Estado pois a ocupação e o encerramento dos sindicatos e a prisão militantes foram por vezes acompanhados pela apreensão de documentos de arquivo e panfletos quando não foram destruídos. José Mariz identificou em Serpa, em 1982, o arquivo da Associação de Trabalhadores Rurais

.....  
<sup>17</sup> Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença; G.I.S., 1977. – 346 pp.

<sup>18</sup> M. Filomena Mónica e M. Fátima Patriarca, *O Movimento Operário em Portugal*. – Lisboa: G.I.S., 1981. (Análise Social, 2ª série, vol. XVII (67-68-69) 1981 (3º 4º 5º).

<sup>19</sup> “Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)”, *Análise Social*, 2ª série, vol. XVII (67-68-69) 1981 (3º 4º 5º), pp. 985-1011.

<sup>20</sup> Alexandre Vieira (1880-1973), *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1974. – 227 pp. (p. 9, Prefácio à 2ª edição). Três anos depois é também reeditado o seu texto originalmente publicado no *Almanaque d’ A Batalha*, intitulado *Subsídios Para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*, Lisboa, Edições Base, 1977. – 70 p.

<sup>21</sup> Não cabe aqui apresentar uma lista das suas publicações. Para uma bibliografia sobre o tema remetemos o leitor para as obras de J. Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992, de Alexandre Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro. Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário entre dois mundos*, Lisboa, Letra Livre, 2009 e de Filipa de Freitas, *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal (1913-1926). Idéologie, violence et révolution*, Tese de doutoramento em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales, 15. Dez.2007.

<sup>22</sup> Portugal: *Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.

<sup>23</sup> Trabalho, sindicatos e greves no regime fascista, [Lisboa] : C.L.N.S.R.F., 1984, 334 p.

quando organizava o fundo do administrador do concelho no Arquivo Municipal. Mas um inventário de toda a documentação apreendida pelo Estado aos cidadãos e às suas associações por motivos políticos está ainda por fazer. Além disso, os documentos produzidos como resultado da acção vigilante e repressiva dos sucessivos governos nos diversos níveis da administração civil, nomeadamente os relatórios policiais sobre a actividade das associações, a correspondência alusiva aos movimentos sociais entre administradores do concelho, governos civis e ministério do interior, oferecem-nos uma outra representação dos movimentos sociais e dos seus militantes que permitem ultrapassar o domínio da retórica doutrinária e dos discursos mobilizadores das organizações. Deste modo, a imprensa operária e burguesa constituiu a principal fonte informativa onde se procurou interpretar o movimento operário nas suas relações com o Estado republicano.

Só na década de 1980 foi depositada na Biblioteca Nacional a colecção sobrevivente de documentos produzidos pelas associações operárias e pelos seus congressos, enfim, por alguns militantes anarquistas e sindicalistas que os tinham guardado<sup>24</sup>. A colecção intitulada Arquivo Histórico-Social, reunida no Centro de Estudos Libertários, era composta por documentos de arquivo, manuscritos ou dactilografados, folhetos ciclostilados, livros, brochuras, jornais, fotografias, objectos museais, documentos sonoros e audiovisuais provenientes quer de antigas organizações de classe quer de grupos acratas e salvaguardados por militantes. Essa colecção foi apresentada ao público em 1987 na exposição 100 Anos de Anarquismo em Portugal depois de inventariada, descrita e organizada<sup>25</sup>. Outros antigos militantes situados na órbita libertária, como Lúcia de Oliveira, iam depositar os seus documentos no Instituto de História Social (Amesterdão) enquanto o espólio de Pinto Quartim ficaria sob custódia do Instituto de Ciências Sociais (Lisboa).

Entretanto, no início da década de 1980, Edgar Rodrigues publica muitos documentos e informação inédita relativa ao período final da Monarquia Constitucional e da I República, numa obra dividida cronologicamente em 4 volumes, na qual este autor faz uma leitura da acção anarquista nos movimentos sociais desde os finais da ditadura até ao Estado Novo<sup>26</sup>. Também Carlos da Fonseca publica nessa altura a sua monumental História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal em 4 volumes. O Instituto de Ciências Sociais começara igualmente a publicar algumas fontes e estudos sob direcção de Maria Filomena Mónica no “Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras” (série Estudos e Documentos ICS) bem como o Boletim de Estudos Operários. No conjunto, os estudos dessa década foram ainda marcados pela deslocação do interesse historiográfico, até aí predominantemente preocupado com a memória doutrinária e com a história política do movimento durante a República, para o estudo sociológico do operariado concreto, muitas vezes centrado em determinados grupos ditos “aristocráticos” (chapeleiros, soldados, vidreiros, metalúrgicos)<sup>27</sup>.

João Freire centrar-se-ia no estudo historico-sociológico do anarquismo e do anarco-sindicalismo, articulando a origem profissional do universo dos seus militantes, a natureza do trabalho que desempenhavam, e

<sup>24</sup> O contrato de depósito entre o Centro de Estudos Libertários e a Biblioteca Nacional data de 28 de Abril de 1980. Em 1982, com a ajuda financeira da Fundação Gulbenkian, iniciou-se a catalogação das espécies depositadas. Ver Catálogo do Arquivo Histórico-Social., Lisboa, AHS/CEL, 1983. – 2 vols. (mimeo).

<sup>25</sup> Carlos Abreu (org.) – 100 Anos de Anarquismo em Portugal 1887-1987, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987. – 214 pp.

<sup>26</sup> Edgar Rodrigues, O Despertar Operário em Portugal (1834-1911), Lisboa, Sementeira, 1980. – 311 pp.; Os Anarquistas e os Sindicatos, Lisboa, 1981; A Resistência Anarco-Sindicalista À Ditadura. Portugal 1922-1939, Lisboa, Sementeira, 1981.- 373 pp.; A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974), Lisboa, Sementeira, 1982. – 372 pp.

<sup>27</sup> Maria Filomena Mónica, Artesãos e operários : indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934), Lisboa : Inst. de Ciências Sociais da Universidade, 1986; Vasco Pulido Valente, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 615-678. V. tb. Ana Margarida Nunes de Almeida, A fábrica e a família : famílias operárias no Barreiro, Barreiro, Câmara Municipal, 1993.

da sociabilidade que lhe estava associada com as ideologias e práticas sociais<sup>28</sup>. Esse trabalho fundamental, que muito beneficiou das ligações próximas do autor àquele universo, surgia na sequência dos seus trabalhos sobre a cultura e as correntes ideológicas que influíram no movimento libertário específico.

Em suma, apesar do operariado fabril constituir sociologicamente uma pequena minoria na sociedade portuguesa, a sua organização e acção adquirira desde os anos '70 do século passado um lugar central na análise do processo histórico que conduzira primeiro à República, e depois ao Salazarismo. Explicava-o a erupção de surtos grevistas desde finais de Oitocentos num quadro geral de elevada instabilidade e de violência políticas que, finalmente, teria terminado no regime de “ordem pública” imposto ditatorialmente.

### **O tema do “divórcio” entre a República e os operários**

Neste contexto, Vasco Pulido Valente defendia que, logo a seguir à implantação da República, a política do Governo Provisório “*tornou impossível aos sindicatos e ao Partido Socialista colaborar com o novo regime político*” e, desta forma, “*contribuiu para estabelecer no País um estado de guerra latente entre as classes trabalhadoras e as classes urbanas republicanas com que o regime se identificava. Isso contribuiu decisivamente para tornar a República inviável e preparar a sua queda*”<sup>29</sup>. Também Manuel Villaverde Cabral dedicou o Portugal na Alvorada do Século XX à narrativa da emergência de um movimento operário moderno, associando-a à crescente influência do sindicalismo revolucionário e ao seu papel no desmoronamento do Estado liberal<sup>30</sup>. Tratava-se de uma verdadeira revelação e, logo no Prefácio à versão portuguesa da sua tese de doutoramento, se afirmava:

*“A ignorância que rodeava designadamente as origens do regime era tanto maior quanto este se empenhava, como todos os meios ao seu dispor, em falsificar a história recente do país e em impedir a sua discussão. Todavia, assim que o meu camarada Fernando Medeiros e eu próprio nos pusemos a retroceder na história do fascismo português, depressa nos demos conta que uma pesada hipoteca de ignorância pesava igualmente sobre o período que imediatamente o antecederia, a República parlamentar implantada em 1910, bem como as últimas décadas da Monarquia constitucional.”*<sup>31</sup>

Efectivamente, Fernando Medeiros dedicou metade da sua obra intitulada A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo à análise da organização e acção estratégica da Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.) face às intencionas reacções que, desde 1924, anunciaram o advento duma ditadura militar de tipo conservador ou fascizante<sup>32</sup>. Na mesma altura, também António José Telo realçou o conflito de classes e destacou o papel da C.G.T. na análise que fez do desenlace da I República, muito embora não gastasse 195 páginas com o assunto<sup>33</sup>.

No que respeita à actuação dos anarquistas no movimento operário, a C.G.T. sofria de uma dupla culpa na óptica dos historiadores marxistas. Em primeiro lugar, era culpada de não ter sabido fazer a revolução social,

<sup>28</sup> João Freire – Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo em Portugal, 1900-1940. Lisboa, Afrontamento, 1992. – 439 pp.

<sup>29</sup> Vasco Pulido Valente, “A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)”, *Análise Social*, Vol. IX (2.º), 1972 (n.º 34), pp. 293-316

<sup>30</sup> M. V. Cabral, Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979. - 473 pp.

<sup>31</sup> M. V. Cabral, Ob. cit., p. VII.

<sup>32</sup> Fernando Medeiros, A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo Lisboa, A Regra do Jogo, 1978. – 411 p.

<sup>33</sup> António J. Telo, Decadência e Queda da I República Portuguesa, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. – 2 volumes. V. tb. do mesmo autor O sidonismo e o movimento operário : luta de classes em Portugal, 1917-1919, Lisboa, Ulmeiro, 1977.

por ter ficado bloqueada ou limitada à estratégia da greve geral insurreccional, enfim, pelo seu apoliticismo axiomático. Este último traduziu-se na recusa sistemática em estabelecer alianças políticas e ficou a dever-se às limitações ideológicas do anarquismo face ao marxismo científico.

Em segundo lugar, tendo contribuído para instabilidade social durante a I República, era culpada de não ter conseguido travar o fascismo, pelo desgaste que a sua estratégia tinha provocado e, mais uma vez, pelo seu apoliticismo e pela recusa em estabelecer alianças “anti-fascistas” com outros partidos à esquerda.

Uma parte desta leitura vinha da propaganda do novo regime, anunciado como um regime que visou restabelecer a “ordem pública”, combater o bolchevismo e resolver a “questão social”. Outra parte foi recuperada do combate ideológico da III Internacional nos anos ’30. Nessa versão ortodoxa, que seguia uma narrativa mais próxima da hagiografia cristã do que de Marx, o anarquismo era apresentado como um estádio ingénuo e virtuoso, espécie de messianismo primitivo e inconsequente do operariado pré-moderno que antecede a chegada do P.C.P., donde irradiou a luz do marxismo-leninismo, e onde todos os trabalhadores conscientes deveriam ingressar depois de revelado às massas. Esta interpretação está sintetizada numa brochura muito cuidada graficamente, publicada muito recentemente a propósito do Centenário da República pelo PCP:

*“O divórcio entre os trabalhadores e a República”, diz-se aí, “tomou-se fatal para o novo regime apesar da dimensão das lutas do movimento operário entre 1910 e 1926 e da obtenção de importantes conquistas, a tática reivindicativa da CGT, dominada pelo anarquismo e anarco-sindicalismo, revela-se cada vez mais inadequada a uma realidade marcada pela ofensiva reaccionária e pelo crescente poder do patronato assente no poder do Estado e do seu aparelho repressivo (...) A ausência de um forte partido político da classe operária, revolucionário, com influência de massas, impediu nessa fase a classe operária de fazer frente com êxito ao avanço do fascismo”.*<sup>34</sup>

Além destes, nos meios libertários dos anos ’70, tornava-se difícil compreender como a poderosa C.G.T. tinha mostrado tamanha passividade perante o advento do fascismo. Para os que se situavam no campo republicano democrático, os operários tinham estado sempre contra a República, como uma espécie de quinta coluna. Ou melhor, tinham-na ajudado inicialmente para depois ajudarem a acabar com ela. Daí que, nesta óptica, o principal exercício consista em saber quando se dá o divórcio entre a República e o movimento operário. Em 1912, no rescaldo do movimento iniciado com a greve dos rurais de Évora? Em 1919, com a vitória dos anarquistas no Congresso Nacional Operário? Quando? Nunca, diria Emídio Santana em 1976, no Prefácio à 5ª edição da obra de Manuel Joaquim de Sousa, O Sindicalismo em Portugal:

*“Quando os sociólogos historiadores conseguirem reconstruir essa época [o período entre as guerras], o sindicalismo aparecerá claramente definido como último baluarte da democracia a cair perante o genocídio fascista, sempre a combater, e finalmente só.”* (p. 10)

Por outro lado, a ideia de que o movimento operário, pelo seu radicalismo, contribuíra para o fim do regime é estranha aos observadores contemporâneos<sup>35</sup>. O nacionalista Cunha Leal, por exemplo, identificava os problemas do regime com os vícios do sistema político constitucional que, através do controlo da máquina eleitoral, criara uma autêntica “ditadura do Partido Democrático”, a qual assentava naquilo a que Brito Camacho chamava o “caciquismo do Terreiro do Paço”. Não se vivia em 1926, antes pelo contrário, um período de ofensiva grevista, muito embora a imprensa conservadora agitasse o espantinho da Legião Vermelha. Importa a este respeito recordar que os anarquistas e os sindicalistas revolucionários foram a força política que menor responsabilidade teve pela violência desencadeada durante a I República. Apesar dos episódios de violência

<sup>34</sup> Partido Comunista Poituguês, *A Revolução Republicana de 1910 na História da Luta do Povo Português*, [Lisboa]: DEP/PCP, 2010).

<sup>35</sup> V. tb. por ex. Douglas L. Wheeler, “A Primeira República Portuguesa e a História”, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4º, 865-872.

aberta associados a algumas acções colectivas (greves, manifestações, comícios, etc.), o balanço ficou claramente a favor do lado governamental, dos partidos políticos republicanos e das forças monárquicas. Além disso, as organizações operárias nunca tiveram força para fazer ou desfazer governos. Mesmo depois da Grande Guerra, os seus apoios públicos em manifestações aos governos de esquerda foram ineficazes. Por outro lado, a onda revolucionária iniciada no final da guerra encontrava-se esgotada em 1922, muito embora a urgência da Revolução Social não tivesse desaparecido na cultura militante e se mantivesse bem viva até à derrota do movimento em Espanha. Deste ponto de vista, o bombismo (agitado pelas forças reaccionárias para mostrar a incompetência dos governos republicanos) expressou não tanto a dificuldade de contenção do movimento operário pelo regime que não hesitou em operar à margem da lei, como sobretudo o desespero e a radicalização de alguns grupos de jovens militantes, processo onde se inscreve a formação do PCP e a cisão no seio das Juventudes Sindicalistas<sup>36</sup>.

### **Dois tópicos de um debate: a natureza do movimento e o seu papel no desenlace do regime republicano**

A produção historiográfica sobre os movimentos sociais durante a I República precede e acompanha o ciclo de mobilização política que ocorre após o Movimento dos Capitães e conhece um notável refluxo a partir da segunda metade dos anos '80 do século XX. O resultado foi a demarcação duma espécie de “terra de ninguém”, não reivindicada à esquerda por qualquer das forças políticas constituintes do regime democrático. Por outro lado, a ofensiva neo-liberal comandada pelo eixo Atlântico, correlata com o processo de integração europeia, a implosão do mundo comunista e a revolução tecnológica acompanharam simultaneamente a consolidação dos regimes parlamentares e a crise das utopias sociais. Se, neste novo quadro de «globalização», a regressão nos direitos sociais dispensou as ditaduras fascistas ou fascizantes, como no período entre as duas guerras mundiais, ela contribuiu também para uma reavaliação dos movimentos emancipadores do passado.

Em termos historiográficos, o debate em torno da “questão operária durante a I República” centrou-se fundamentalmente sobre dois tópicos interligados: um, sobre o grau de modernidade da organização, do recrutamento e da acção operária sob a liderança do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo; outro, sobre o papel da autonomia operária na instabilidade do sistema republicano e as insuficiências da estratégia sindicalista comandada pela Confederação Geral do Trabalho para levar a cabo os seus propósitos e travar a ditadura dos militares.

Em relação ao primeiro tópico, Villaverde Cabral, na linha de Armando Castro<sup>37</sup>, insistira na modernização do tecido económico operada a partir de finais de Oitocentos e na emergência dum proletariado moderno. Por outro lado, João Freire caracteriza sociologicamente o universo dos militantes libertários, encontrando uma “*correspondência positiva entre a ideologia libertária e o sistema de trabalho* [caracterizado pela autonomia do trabalho em contexto oficial] *vigente na época*”<sup>38</sup>. Em jeito de balanço, poder-se-á afirmar que, mais do que síndrome de atraso, o movimento sindicalista que ocorre em Portugal neste período partilha traços comuns com outros contextos europeus onde se verificou que “*os trabalhadores das novas e expansivas indústrias do século XIX se organizaram mais lentamente*” e onde “*as indústrias que criaram uma vasta organização eram*

.....  
<sup>36</sup> Filipa de Freitas, *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal (1913-1926)*, p.597 a 601.

<sup>37</sup> *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, 4ª ed., Porto, Limiar, 1978. O prefácio da 1ª edição data de 1948.

<sup>38</sup> *Anarquistas e Operários...*, p.77.

mais antigas, mais oficinais e de menor escala, com a excepção notável da indústria mineira<sup>39</sup>. Nesta linha se situa igualmente o nosso estudo sobre os mineiros alentejanos, onde se demonstrou a natureza “trabalhista” e, nessa medida, “moderna” dos conflitos sociais emergentes nas minas do sul e da sua organização durante a I República e a Ditadura Militar<sup>40</sup>.

Se escasseiam entre nós as análises comparativas com outros contextos nacionais sobre a associação entre as ideologias e a organização do trabalho, algum relevo tem sido atribuído às relações externas e a actuação transnacional de alguns militantes sociais, à influência directa exercida pelo movimento internacional sobre a organização e os acontecimentos locais e, finalmente, à permeabilização ideológica das diferentes correntes de pensamento libertário<sup>41</sup>.

No que respeita ao segundo tópico, um balanço recente retoma no essencial as teses de Cunha Leal e de Douglas Wheeler, buscando nas fragilidades internas do sistema político parlamentar republicano, monopolizado pelos “bonzos” do P.R.P., na sua incapacidade para lidar com as oligarquias herdadas do passado, na acção dos seus inimigos, as causas da crise final da I República<sup>42</sup>. Nesta medida, “a questão operária” apresenta-se como um problema histórico falso. Como mostrámos noutra local, nas vésperas do 28 de Maio, os governos democráticos tinham sido capazes de conter o *movimento operário*. A C.G.T. encontrava-se a braços com divergências internas graves, enfrentava a concorrência comunista e a repressão policial, e mostrava-se incapaz de fazer face à ofensiva patronal após as greves de 1922/3<sup>43</sup>. As acções revolucionárias subsequentes ao 28 de Maio de 1926 contra a Ditadura Militar vieram confirmar o isolamento da C.G.T.

.....  
<sup>39</sup> Charles Tilly, Louise Tilly e Richard Tilly, *El Siglo Rebelde, 1830-1930*, Saragoça, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997, p.57 (tradução nossa).

<sup>40</sup> *Indústria e conflito no meio rural : os mineiros alentejanos: 1858-1938*, Lisboa, Cidehus/Colibri, 2001.

<sup>41</sup> V. a este respeito, por exemplo, os estudos recentes sobre o anarquista Neno Vasco de Alexandre Samis, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro...*, Lisboa, Letra Livre, 2009 ou sobre a recepção da Carta de Amiens em Portugal, de João Freire, “Influences de la Charte d’Amiens et du syndicalisme révolutionnaire sur le mouvement ouvrier au Portugal”, *Le Syndicalisme Révolutionnaire. La Charte d’Amiens et l’Autonomie Ouvrière*, Paris, Éditions CNT, 2009.

<sup>42</sup> António Reis, “Epílogo: o fim da Primeira República”, *História da Primeira República Portuguesa*, coord. M. Fernanda Rollo e Fernando Rosas, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 571-582. V. tb neste volume o texto de L. Farinha, “A Caminho do 28 de Maio” (pp.535-567) onde nenhum papel de relevo é dada ao conflitualidade operária no desenlace do regime. V. tb. D. Wheeler, “A Primeira República Portuguesa e a História”, *art. cit.*

<sup>43</sup> “Cercados y perseguidos: La Conderação Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionário en Portugal (1926-1938)”, *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la década de 1930*, Mercedes Gutiérrez e Diego Palacios eds., Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 199-227. Sobre o episódio da formação do Bloco de Defesa Social, em 1926, na sequência da tentativa de golpe revolucionário (de esquerda) liderado por Martins Júnior, veja-se A. José Queiroz, “As esquerdas e o Bloco de Defesa Social”, *A Ideia*, II série, Vol.12, nº 67, pp.34-40.



# Alternativas à Esquerda na I República: a Esquerda Democrática

por António José Queiroz

## 1. Introdução

Após o consulado sidonista e a sua sequela monárquica, o país confrontou-se com a incapacidade das elites dirigentes, nomeadamente as do Partido Republicano Português (PRP), para fazerem a reforma do sistema partidário então vigente. Uma das consequências dessa incapacidade foi, paradoxalmente (ou talvez não), o aumento significativo do número de partidos. Estas novas formações, porém, pareciam não satisfazer alguns sectores político-sociais e disso a imprensa daria eco ao anunciar novos projectos partidários, que, porém, acabariam por não se concretizar. É disso exemplo um hipotético Partido Republicano Social, anunciado em meados de 1924 pelo diário lisboeta *A Capital*.

Nos inícios do ano seguinte, José Eugénio Dias Ferreira, um radical-nacionalista não alinhado, avançou com a formação do Núcleo Republicano Reformador. O projecto evoluiria rapidamente para a formação do Partido Republicano Reformador, que chegou a apresentar o seu programa (escrito justamente por Dias Ferreira) em 9 de Fevereiro de 1925.

Em meados de 1925, o jornal açoriano *Pátria Livre* defendeu a união dos *canhotos* (isto é o sector esquerdista do PRP) com os radicais e os reformadores. Dessa união poderia resultar um Partido Democrático Radical, que o referido jornal pretendia que fosse liderado pelo advogado portuense José Domingues dos Santos<sup>1</sup>.

No final desse ano de 1925, o jornal conimbricense *O Meteoro* retomava a ideia do *Pátria Livre* e, embora com uma ligeira alteração de nomenclatura, apelava à formação do Partido Radical Democrático. Como o projecto reformador fracassara, o novo partido resultaria da fusão da Esquerda Democrática com o Partido Republicano Radical. O projecto de fusão do PRR e da ED esteve, de facto, em cima da mesa e foi alvo de discussões bilaterais. As negociações, porém, fracassaram.

Ainda em 1925, a imprensa deu igualmente eco a boatos sobre a fusão entre radicais e socialistas, visando a criação de um Partido Radical-Socialista. Apesar de alguns desmentidos formais, o assunto voltaria a ser falado em inícios do ano seguinte, mas com contornos muito distintos. No âmbito de uma alegada aproximação entre Domingos Pereira e Cunha Leal, “alguns sonhadores do Partido Democrático”, manifestaram a vontade de cumprir o velho sonho de formar um grande partido Radical-Socialista, liderado por Afonso Costa. As “vantagens” eram várias: retinham-se, nesse partido, os descontentes próximos de Domingos Pereira, dava-se um xeque na Esquerda Democrática, “que teria de ocupar lugar à direita”, inutilizava-se o projectado Cartel das Esquerdas e colocava-se António Maria da Silva “numa situação bastante difícil”<sup>2</sup>.

De âmbito mais alargado era a mudança que um jornalista alentejano, o esquerdista Francisco António Fazenda Júnior, preconizava para a sociedade portuguesa. No final de Fevereiro de 1926, propunha a fusão de todos os grupos de esquerda (esquerdistas, radicais, accionistas, socialistas, independentes e alguns democráticos) “num grande, aguerrido e disciplinado Partido Radical-Socialista” que fosse capaz de se bater com as forças da reacção e criasse “o indispensável ambiente às inevitáveis transformações sociais” que mudassem completamente a sociedade portuguesa<sup>3</sup>.

.....  
<sup>1</sup> *Pátria Livre*, Lisboa, 7/6/1925, p. 1.

<sup>2</sup> *Diário da Tarde*, Lisboa, 27/1/1926, p. 8.

<sup>3</sup> *O Despertar*, Sintra, 28/2/1926, p. 1.



Nostálgica da fase rotativista iniciada com a Regeneração, alguma imprensa não escondia o desejo de que se criassem as condições para a existência de dois partidos, que, tal como na Monarquia, pudessem alternar-se no poder, sustentando de forma estável e duradoura o frágil regime republicano. Esse desejo acabaria por ter eco no Parlamento e fora dele<sup>4</sup>. Em Março de 1926, na sessão de apresentação parlamentar da União Liberal Republicana, o deputado Moura Pinto dizia que, tal como a Monarquia na sua fase final, a República não foi feliz “na solução do seu problema político”. Era tempo de arrepiar caminho. Para este deputado nacionalista, “por tradição do passado (...) só as grandes forças são capazes dos grandes movimentos”. O país teria de entender que o sistema de pequenos agrupamentos, de “doutrina dispersa”, não estava nos seus hábitos. Portugal não podia ser “ensaiador e laboratório de doutrinas”. Um dia, entenderia que isso não lhe convinha e regressaria, então, “ao velho sistema”<sup>5</sup>. Na mesma sessão, porém, o esquerdista José Domingues dos Santos rejeitaria veementemente o rotativismo; o sistema, em seu entender, não servia nem a nação nem a democracia<sup>6</sup>.

Já depois do 28 de Maio, outro jornal açoriano, *A Voz da Praia*, preconizaria a formação de dois partidos: o Partido da Democracia Social (recuperando, pois, uma proposta apresentada por Leonardo Coimbra no congresso geral da Esquerda Democrática, em Abril de 1926) e o Partido Republicano Evolucionista. No primeiro, integrar-se-iam seareiros, radicais, esquerdistas, socialistas, democráticos afonsistas e alvaristas. O segundo acolheria os democráticos silvistas, nacionalistas e cunhalealistas. Renasceria, assim, o projecto tradicional do rotativismo com um partido de centro-direita (conservadores) e outro de centro-esquerda (sociais-democratas). Omissos quanto à liderança dos últimos, adiantava o nome de António José de Almeida para chefe dos conservadores.

A proposta, dizia *A Voz da Praia*, talvez fosse “poesia”, “artifício” ou “utopia”. Porém, perguntava o jornal, o que é que representavam os partidos, agrupamentos e facções que então existiam “senão artifícios inúteis e perniciosos ou utopias por vezes cheias de mau senso e imprevidência?”. O “transformismo”, concluía o jornal açoriano, era “uma consequência da luta pela existência”<sup>7</sup>.

## 2. A Esquerda Democrática

Durante a Primeira República, a expressão “esquerda democrática” foi usada pela primeira vez na Câmara dos Deputados, em 1914, por Bernardino Machado, durante o discurso de apresentação do seu governo<sup>8</sup>. Na sequência das eleições suplementares de 11 de Novembro de 1913, Bernardino Machado considerou terem essas eleições determinado uma profunda mudança na representação parlamentar, já que a Câmara dos Deputados passava a ter “uma forte maioria da esquerda democrática”<sup>9</sup>.

O PRP, vencedor folgado dessas eleições, representava a maioria a que se referia Bernardino Machado. Era, pois, a esse partido que o presidente do Ministério associava a expressão “esquerda democrática”. Só cinco anos mais tarde se voltaria a ouvir esta expressão na Câmara dos Deputados. Vitorino Guimarães, deputado do PRP, definiu o lugar onde se sentavam os deputados da sua bancada como sendo da “esquerda democrática”<sup>10</sup>.

.....  
<sup>4</sup> Ainda em 1926, o militar e publicista David Magno considerava que a situação crítica que se vivia em Portugal derivava sobretudo da falta de uma reforma constitucional que resolvesse o problema político. Era urgente, dizia, que os “partidos dirigentes” se reduzissem a dois, “um avançado ou progressista e outro conservador ou tradicionalista”, que se revezariam no poder e se fiscalizariam mutuamente (David J. G. Magno – *A Situação Portuguesa*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, L.<sup>da</sup>, 1926, p. 18).

<sup>5</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10/3/1926, p. 15-16.

<sup>6</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10/3/1926, p. 19.

<sup>7</sup> *A Voz da Praia*, Praia da Vitória, 5/9/1927, p. 1.

<sup>8</sup> Este governo esteve em funções de 23 de Junho a 12 de Dezembro de 1914.

<sup>9</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10/12/1914, p. 6.

<sup>10</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 7/7/1919, p. 11.

Em 1920, o deputado do Partido Popular, Orlando Marçal, num debate relativo a um assunto concelhio associou o líder do PRP, António Maria da Silva, à “esquerda democrática”<sup>11</sup>. No início de 1923, é o deputado Pedro Januário do Vale Sá Pereira, também membro do PRP, quem diz pertencer à “esquerda democrática”<sup>12</sup>. Finalmente, a 5 de Agosto de 1925, José Domingues dos Santos anuncia na Câmara dos Deputados a constituição do Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática. De expressão usada com parcimónia nos debates parlamentares, acabará, pois, por tornar-se património de um novo agrupamento político.

Se, em Portugal, as raízes dessa expressão parlamentar remontam a 1914, em França são bem mais antigas. De facto, em 1891, Émile Combes (1835-1921) fundou no Senado francês o grupo da Esquerda Democrática, agregando um conjunto de senadores radicais. Em 1898, na Câmara dos Deputados, 97 parlamentares da esquerda radical moderada, liderados por Henri Dujardin-Beaumetz (1852-1913), fundaram também um agrupamento com o mesmo nome<sup>13</sup>. Em 1901 nasceu o Partido Radical francês<sup>14</sup>. Este partido, que integrou os parlamentares radicais, incluindo os que se diziam da Esquerda Democrática, influenciou profundamente muitos republicanos portugueses, nomeadamente os chamados esquerdistas ou *canhotos*<sup>15</sup>. O nome escolhido por um conjunto de deputados portugueses, conotados com a ala esquerda do PRP e expulsos deste partido, em 1925, não deixou, seguramente, de ter em conta o exemplo dos radicais franceses.

A facção *canhota* do PRP atingiu o cume da sua influência no interior do partido em finais de 1924, altura em que o seu líder, o advogado José Domingues dos Santos, formou governo (22 de Novembro de 1924). Esse governo, polémico e de vida breve, manter-se-ia em funções apenas até 15 de Fevereiro de 1925.

As oposições (dentro e fora do PRP) julgaram ser “meramente platónicas as afirmações” proferidas por José Domingues dos Santos na sua declaração ministerial<sup>16</sup>. Enganaram-se. A libertação dos acusados de delitos políticos e sociais, que estavam presos há mais de 8 dias sem culpa formada, foi o primeiro sinal de que as palavras do presidente do Ministério eram para ser levadas a sério. Essa convicção confirmar-se-ia com a publicação de um diploma emanado da Inspeção do Comércio Bancário (Portaria n.º 4298, de 9 de Dezembro), assinado pelo ministro das Finanças, Pestana Júnior, que obrigava todos os bancos e banqueiros autorizados a negociar em cambiais a enviar até ao dia 15 de cada mês os balancetes do “Razão” relativos ao mês anterior, assim como as cópias dos balanços anuais, no prazo máximo de três meses após o final de cada exercício.

Em meados de Dezembro, Pestana Júnior apresenta a proposta de lei que punha termo aos monopólios do tabaco e dos fósforos e Pedro de Castro, o ministro da Justiça, a proposta de *Habeas Corpus*.

Ainda em Dezembro, no dia 18, acusados de açambarcamento, eram presos o gerente da União Fabril e mais 16 comerciantes. A intenção do governo, diria José Domingues dos Santos, era abater as companhias majestáticas.

Em termos de política externa, alinhando-se com o que alguns países ocidentais já haviam feito, o governo decide, em 2 de Janeiro de 1925, aprovar “em princípio” o reconhecimento do regime soviético. Segundo o *Diário de Notícias*, o governo ponderava não levar o assunto ao Parlamento, considerando-se a coberto da obrigação

.....  
<sup>11</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 3/12/1920, p. 17.

<sup>12</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 12/1/1923, p. 6.

<sup>13</sup> Serge Berstein – *Histoire du Parti Radical – 1. La recherche de l'âge d'or*, Paris, Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1980, pp. 32-33.

<sup>14</sup> O Partido Radical e Radical Socialista (seu nome oficial) foi fundado, em Paris, num congresso que se realizou de 21 a 23 de Junho de 1901 (Claude Nicolet – *Le Radicalisme*, 4.ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1974, pp. 36-37; Serge Berstein – *Histoire du Parti Radical – 1. La recherche de l'âge d'or*, Paris, Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1980, pp. 40-41; Gérard Baal – *Histoire du Radicalisme*, Paris, Éditions La Découverte, 1994, p. 28.

<sup>15</sup> Em 1927, um jornal basco, após entrevistar José Domingues dos Santos, concluía que a doutrina da Esquerda Democrática tinha “numerosos pontos de contacto” com o Partido Radical-Socialista francês (*La Voz de Guipúzcoa*, San Sebastián, 5/5/1927, p. 1).

<sup>16</sup> *A Tribuna*, 27/2/1925, p. 1.

de o fazer<sup>17</sup>. Para o diário conservador *A Época*, a posição do governo era vista como “o balão de ensaio para o reconhecimento de facto”<sup>18</sup>. Considerando como “extravagante” essa notícia, o director desse jornal, Fernando de Sousa (“Nemo”), diria que o reconhecimento do regime russo representava um acto anti-patriótico<sup>19</sup>.

Porém, o que provocou mais reacções negativas na imprensa e no Parlamento foram a “Proposta de Lei de Organização Rural”, do ministro da Agricultura Ezequiel de Campos (12 de Janeiro), e o Decreto-lei n.º 10474, de 17 de Janeiro (da responsabilidade do já citado ministro das Finanças, Pestana Júnior), que tratava da reorganização bancária.

Ezequiel de Campos pretendia que fossem expropriadas (para venda ou arrendamento de lotes) as terras pousias mal aproveitadas ou ermas nos concelhos cuja densidade populacional fosse inferior a 40 habitantes por Km<sup>2</sup>. Seria igualmente parcelado o que fosse agricultável nos baldios. Assim, surgiriam mais propriedades familiares aumentando-se simultaneamente a densidade populacional. A proposta seria complementada por dois decretos referentes à contribuição predial rústica e ao fomento florestal<sup>20</sup>.

A proposta, porém, acabaria por baixar às respectivas comissões, não chegando sequer a ser votada. Como diria o próprio Ezequiel de Campos, “perdeu-se em letra morta, no *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*”<sup>21</sup>. A reacção mais violenta surgiu pela pena do latifundiário alentejano Pequito Rebelo, que considerou essa proposta “ineficaz na sua técnica, injusta na sua contextura jurídica, contraproducente nos seus critérios agronómicos e económicos e encerrando ademais um princípio de guerra civil e de dissolvente ataque à propriedade”<sup>22</sup>.

O diploma que regulava a organização bancária despoletaria novos protestos das chamadas “forças-vivas”. O negócio da banca havia prosperado rapidamente após o final da Grande Guerra. Essa expansão, de base claramente especulativa, levou à criação de 14 bancos entre 1918 e 1923. As falências foram inevitáveis: sete, de 1923 a 1925, suspeitando-se de que algumas teriam sido fraudulentas<sup>23</sup>. A juntar a isto, acrescia ainda o facto de haver claras situações de monopólio no crédito, com óbvios prejuízos para os pequenos empresários. Daí que o governo não hesitasse em actuar, indo ao encontro daquilo a que alguns sectores de esquerda definiam como “republicanização das finanças”<sup>24</sup>.

Considerando ser imprescindível sujeitar todas as instituições de crédito a um regime geral de previdência, fiscalização e defesa, visando o restabelecimento da confiança, pôr fim à especulação, fixar o ouro no país, repatriar fortunas evadidas e canalizar recursos para aplicações úteis e produtivas, distribuindo-os com mais justiça, o referido decreto, entre outras medidas, previa que qualquer banco ou casa bancária só podia estabelecer-se mediante autorização do ministério das Finanças, tendo os bancos que realizar um capital mínimo de 500 contos (ouro) e as casa bancárias 250 contos (ouro). No acto da fundação, seriam depositados 50% do capital realizado na Caixa Geral de Depósitos. Os bancos e casas bancárias já existentes tinham 180 dias para se ajustarem a estas condições. Entre outras situações, estavam-lhes vedadas operações de especulação (cambiária ou sobre títulos de crédito) numa margem superior a 10% do capital social e a concessão, a um só cliente, de créditos superiores a um décimo do capital social do banco.

.....  
<sup>17</sup> *Diário de Notícias*, 4/1/1925, p. 3.

<sup>18</sup> *A Época*, 4/1/1925, p. 1.

<sup>19</sup> *A Época*, 6/1/1925, p. 1.

<sup>20</sup> *A Tribuna*, 14/1/1925, p. 1.

<sup>21</sup> Ezequiel de Campos – *Pregação no Deserto*, Porto, Lello & Irmão, 1948.

<sup>22</sup> *O Século*, 15/1/1925, p. 1.

<sup>23</sup> A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *História da 1.ª República Portuguesa – As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s/d., pp. 514-515.

<sup>24</sup> Veja-se “Um manifesto a todos os portugueses” (*A Tribuna*, 13/1/1925, p. 1).

O decreto criava ainda o Conselho Bancário que, entre outras atribuições, concedia à Inspeção do Comércio Bancário poderes para que pudesse exercer uma ampla fiscalização em todas as instituições de crédito.

As reacções na imprensa e no Parlamento são violentíssimas. Para o jornal *Acção Nacionalista*, órgão do partido de Cunha Leal, tratava-se de “um ataque claro ao direito de propriedade”<sup>25</sup>. No Parlamento, já no dia 22, António Maria da Silva, líder *bonzo* do PRP, apresentara uma moção visando submeter o decreto às respectivas comissões parlamentares. Era uma óbvia tentativa de o suspender, como o próprio acabará por confirmar após ser interpelado directamente por Cunha Leal. No entender de outros deputados da oposição, o decreto estava ferido de inconstitucionalidade, por se estribar numa autorização (do tempo do governo de Álvaro de Castro) que não tinha a amplitude necessária para o caucionar <sup>26</sup>.

Apesar de ter então sobrevivido a uma moção de censura apresentada por Cunha Leal, o governo seria confrontado com novos ataques das “forças-vivas”, situação que dará origem ao encerramento, no dia 6 de Fevereiro, da Associação Comercial de Lisboa (principal foco de resistência à acção governativa). Os protestos chegam de imediato dos mais variados sectores e até mesmo da CGT, que vê nesse decreto um ataque ao “direito de associação”.

A guerra entre o governo e as “forças-vivas” atinge assim o seu ponto mais dramático, levando à mobilização da “rua”, que nesse mesmo dia irá manifestar-se em Lisboa. A queda do governo, que já vinha sendo anunciada pela imprensa, começa a desenhar-se de forma irreversível. O último capítulo deu-se a 11 de Fevereiro com a votação de uma moção de censura, que teve na sua génese as palavras proferidas por José Domingues dos Santos durante uma manifestação de apoio ao governo.

No cortejo integraram-se os anarco-sindicalistas da CGT, militantes do PS e do PCP e, naturalmente, dos sectores esquerdistas do PRP. Saindo dos Restauradores, os manifestantes fraccionaram-se: uns dirigiram-se para o Terreiro do Paço, outros para a Praça do Município, a fim de cumprimentar os vereadores; junto ao Banco de Portugal, porém, são barrados pela guarda, que aparece formada no passeio. Um manifestante lança um morteiro que explode provocando o pânico<sup>27</sup>; a GNR, julgando-se atacada, defende-se disparando tiros para o ar. Os manifestantes voltam então a reunir-se e dirigem-se para o Terreiro do Paço. De uma varanda do ministério do Interior, José Domingues dos Santos faz então um discurso que acabará por provocar enormes ondas de choque. Ei-lo:

“Povo de Lisboa! Agradeço as saudações que vindes trazer ao governo da República. O povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O governo da República colocou-se abertamente ao lado dos explorados contra os exploradores. O governo vai fazer uma grandiosa obra de saneamento moral!

Lamento profundamente o acontecimento que se acaba de dar. Vou ordenar imediatamente um rigoroso inquérito. Não consinto que a força pública sirva para fuzilar o povo. Serenamente, ordeiramente, podem dispersar, terminando assim esta grandiosa manifestação que acabais de fazer ao governo. Viva a República!”<sup>28</sup>

No Parlamento, reagindo aos referidos acontecimentos, o deputado democrático Agatão Lança, sob o pretexto de que José Domingues dos Santos continuava sem responder às questões que colocara na sessão anterior, manda para a mesa a seguinte moção:

“A Câmara dos Deputados, lamentando palavras proferidas e actos praticados durante a manifestação da noite de sexta-feira passada, e reconhecendo que, pela ausência de uma acção sensata e ordeira do Poder Executivo, foi profundamente afectado o prestígio da força pública, a disciplina militar e a ordem social saúda a força pública e passa à ordem do dia”<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> *Acção Nacionalista*, Lisboa, 8/2/1925, p. 1.

<sup>26</sup> Tratava-se da Lei n.º 1545, de 7/2/1924, que autorizava o governo a regulamentar o comércio de cambiais e a adoptar medidas que julgasse úteis para melhorar a situação cambial do país.

<sup>27</sup> Segundo a imprensa, o suspeito de ter atirado a bomba era o monárquico Adelino da Costa, porteiro do Banco de Portugal (*A Época*, 8/2/1925, p. 6).

<sup>28</sup> *O Mundo*, 7/2/1925, pp. 1-2.

<sup>29</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10/2/1925, p. 35.

Era o xeque-mate ao governo. A moção é aprovada por 65 contra 45 votos, com os *bonzos* do PRP a juntar os seus votos aos dos nacionalistas, católicos e monárquicos.

Tomando conhecimento do resultado da votação, José Domingues dos Santos sair-se-á com nova tirada, que daria azo a acesas discussões em futuras sessões parlamentares, ao declarar:

“Ficamos entendidos: a Câmara quer um Governo que esteja ao lado dos exploradores contra os explorados, a Câmara quer um Governo que espingardeie o povo”<sup>30</sup>.

A queda do governo liderado por José Domingues dos Santos fez estalar uma espécie de guerra civil no interior dos democráticos, que levou a uma medição de forças no seu congresso de Junho desse ano. No duelo entre António Maria da Silva e José Domingues dos Santos, o primeiro saiu claramente vencedor, independentemente da lisura ou da falta dela nas votações. O PRP, ao contrário do que alguma imprensa pensava, não estava preparado para enfrentar interesses que a própria revolução de 5 de Outubro de 1910 deixara intactos. Mostrou-se, pois, pouco avisado José Domingues dos Santos ao afirmar que a propriedade, embora sendo um direito insofismável, não era um direito absoluto já que se lhe sobrepunha o direito à vida. A terra, diria o líder *canhoto*, enfrentando os rumores discordantes de muitos presentes, pertencia em primeiro lugar à nação<sup>31</sup>. Estas ideias, naturalmente, foram vistas por muitos dos presentes como defensoras da socialização da riqueza, nomeadamente da fundiária.

Mais prudente seria António Maria da Silva, ao afirmar que o PRP era apologista de uma “acção social” alargada, sem exclusão de quaisquer classes, nomeadamente do proletariado<sup>32</sup>. O PRP, dizia, não era nem conservador, nem bolchevista, nem das esquerdas, nem das direitas. Com ele, mantinha a sua matriz de sempre: era um partido “evolutivo”, de “vanguarda” e de “tendências socialistas”. Simplesmente, essas medidas eram para ser aplicadas gradualmente, ao longo de duas gerações<sup>33</sup>. Com estas palavras, o líder *bonzo* serenava os ânimos e as consciências da maioria dos congressistas; sabia que nenhum democrático admitiria que o PRP era um partido conservador. António Maria da Silva mostrava-se, pois, tão pragmático como em Agosto do ano anterior, altura em que afirmara que a República não tinha que ser nem conservadora, nem radical, mas, sim, “oportunista”<sup>34</sup>.

Se a referência à questão agrária indispsôs uma parte do congresso contra José Domingues dos Santos, a não inclusão do nome de Afonso Costa na lista inicial que apresentou a sufrágio ser-lhe-ia fatal. Apesar de tentar corrigir o tiro, patrocinando uma segunda lista, já não foi a tempo. A sua jogada tinha, porém, alguma lógica: ao mesmo tempo que enfrentava António Maria da Silva (o homem que o protegera nas suas primícias democráticas), pretendia, simultaneamente, libertar-se (e libertar o PRP) da “vassalagem” ao histórico líder democrático. Era uma forma corajosa mas imprudente de rebater os que pensavam (e até escreviam) que no PRP se vivia o tempo dos “deuses menores”<sup>35</sup>.

A vitória da facção de António Maria da Silva teve, acima de tudo, um significado muito claro: para José Domingues dos Santos, dentro do PRP, estava reservada uma longa travessia do deserto. O líder *canhoto*, porém, tinha pressa. Apesar de derrotado, tivera uma votação significativa. Isso queria dizer que havia milhares de militantes democráticos, de tendências claramente esquerdistas, que não se reviam no Directório eleito. O

<sup>30</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão de 10/2/1925, p. 45.

<sup>31</sup> *Diário de Notícias*, 8/6/1925, p. 2; *O Rebate*, 8/6/1925, p. 2. Logo em Agosto, José Domingues dos Santos iria corrigir o tiro. No discurso que proferiu no Porto, no Palácio de Cristal, dirá que o direito de propriedade “é intangível, é sagrado” (*A Tribuna*, 2/9/1925, p. 1).

<sup>32</sup> *O Rebate*, 8/6/1925, p. 2.

<sup>33</sup> *A Batalha*, 9/6/1925, p. 2; *O Rebate*, 9/6/1925, p. 2.

<sup>34</sup> *Diário de Lisboa*, 26/8/1924, p. 8.

<sup>35</sup> João Tello de Magalhães Collaço – *Da Vida Pública Portuguesa. II – Conservadores e Radicais*, Lisboa, 1926, p. 26. Raul Brandão define esse período de forma menos diplomática: chama-lhe “a hora dos mediócras” (Raul Brandão – *Vale de Josafat*, Seara Nova, 1933, p. 60).

enquadramento desses militantes e de outros elementos radicais dispersos, sabia-o bem José Domingues dos Santos, só seria possível numa nova formação política. Este raciocínio seria confirmado nas eleições legislativas de Novembro de 1925. Embora fossem modestos os resultados, em termos de deputados eleitos, a “corrente esquerdista”, como diria Bernardino Machado, revelou-se “como um valor adentro do quadro das forças do regime”<sup>36</sup>.

Essa corrente, porém, apoucar-se-ia se se confinasse ao núcleo saído do PRP. Daí o namoro com outras forças de esquerda, nomeadamente com os radicais. Entre estes havia duas correntes opostas: uma contra, outra a favor da fusão com os esquerdistas. A primeira localizava-se, sobretudo, no Porto e em Braga e remontava a antigas questões que envolveram dirigentes e simpatizantes do Núcleo Republicano Regionalista do Norte, adversários da então denominada “força repulsiva”, isto é do grupo de José Domingues dos Santos; a segunda concentrava-se essencialmente em Lisboa. Falhada a fusão, a alternativa foi, pois, a formação do Partido Republicano da Esquerda Democrática.

A irradiação dos *canhotos*, em Julho de 1925, na sequência da aprovação de uma moção de censura ao governo de António Maria da Silva, foi vista com preocupação em alguns meios republicanos. Sem ligação formal às duas facções que se digladiaram no interior do PRP, Bernardino Machado, olhando para além dos estreitos limites partidários, percebeu desde bem cedo o alcance da emulação entre os democráticos. Procurando arrefecer o incêndio que lavrava no maior partido do regime, ainda tentou convencer os dois campos de que a votação no congresso democrático significava que o partido não queria o predomínio de qualquer das facções.

As irradiações, dizia ainda o histórico republicano, serviriam apenas para acender “uma guerra intestina”, perigosa para o partido e nefasta para os interesses da República. Corria-se, assim, o risco de ver finalmente realizada, pela guerra do governo à Esquerda Democrática, a desagregação partidária que Sidónio Pais não conseguira fazer<sup>37</sup>. Estas palavras, como não tardaria a ver-se, revelar-se-iam premonitórias.

Após uma intensa campanha de propaganda, de norte a sul do país, os esquerdistas decidiram apresentar-se às eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925. Os resultados, como se disse, foram modestos. A ED elegeu apenas seis deputados: dois no Porto e em Lisboa, um em Santo Tirso e em Cabo Verde. Para o Senado concorreu em três distritos (Porto, Coimbra e Lisboa). Não elegeu, porém, qualquer senador.

A votação nos esquerdistas esteve longe de ter um carácter residual. Para a Câmara dos Deputados, embora tenham concorrido apenas a 26 dos 51 círculos eleitorais, os seus candidatos mais votados obtiveram (no seu conjunto) 43 633 votos, num universo de 407 960 votantes, valor que corresponde a uma percentagem nacional próxima de 10,7%.

### 3. O Partido Republicano da Esquerda Democrática

Como consequência lógica desta cronologia, realizou-se o congresso geral da Esquerda Democrática, que decorreu em Lisboa, no ginásio do Liceu Camões, nos dias 24, 25 e 26 de Abril de 1926. Daí sairia a institucionalização do Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED).

Na tese que aí apresentou, José Domingues dos Santos propôs que o PRED tomasse como base do seu “doutrinarismo político” o programa do PRP de 11 de Janeiro de 1891. Ciente, porém, de que este já não correspondia completamente aos desafios dos novos tempos, propôs que o Directório eleito no congresso fosse autorizado a modificá-lo, de acordo com as conclusões das teses aí discutidas. Um futuro congresso (que nunca chegou a realizar-se) pronunciar-se-ia sobre o texto que resultasse dessas contribuições. Em termos concretos, os esquerdistas defendiam um programa semelhante ao que os radicais-socialistas franceses haviam

<sup>36</sup> *A Tribuna*, 8/12/1925, p. 1.

<sup>37</sup> *Diário de Lisboa*, 18/7/1925, p. 8.

aprovado no congresso de 1907: defesa da laicização, da escola única, da propriedade privada, das liberdades cívicas, da descentralização e autonomia municipal, bem como a intransigente oposição aos monopólios.

Como órgãos directivos nacionais (eleitos em congresso), o PRED tinha um Directório (composto por 11 membros efectivos e outros tantos substitutos, a quem competia a direcção suprema do partido<sup>38</sup>) e uma Junta Arbitral (cinco efectivos e cinco substitutos<sup>39</sup>). Havia ainda uma Junta Consultiva (formada fora do congresso). Em reunião efectuada em 12 de Maio de 1926, em Lisboa, foi escolhida uma Comissão Executiva para o PRED. Era composta por três membros: José Domingues dos Santos (presidente), Luís António Tavares de Carvalho (secretário) e Alfredo da Cruz Nordeste (tesoureiro).

A nível local, o PRED estava organizado em federações municipais, comissões municipais e comissões paroquiais. As federações municipais (também designadas comissões federais) estavam previstas para as sedes dos círculos eleitorais. Delas faziam parte representantes das comissões municipais existentes nesses círculos. Há apenas notícia das federações municipais da Covilhã e de Setúbal.

A orgânica das comissões municipais do PRED era a mesma do PRP. Assim, em Lisboa, a comissão municipal integrava 11 efectivos e 11 substitutos; no Porto eram nove efectivos e nove substitutos; nos concelhos sede de círculo, sete efectivos e sete substitutos; nos restantes concelhos, cinco efectivos e cinco substitutos.

Quanto às comissões paroquiais, o modelo era ainda o do PRP: sete membros efectivos e sete substitutos em Lisboa e Porto, cinco efectivos e cinco substitutos nas freguesias das capitais de distrito e três efectivos e três substitutos nas restantes freguesias.

Em termos de comissões municipais, há notícias de que o PRED estava organizado nos seguintes 46 concelhos: Alenquer, Almada, Almodôvar, Arcos de Valdevez, Arraiolos, Barreiro, Beja, Belmonte, Cascais, Castro Verde, Coimbra, Covilhã, Cuba, Évora, Faro, Lisboa, Lourenço Marques, Maia, Matosinhos, Moita, Montijo, Oeiras, Olhão, Ourique, Paços de Ferreira, Penafiel, Portel, Porto, Ponta Delgada, Portimão, Povoação, Póvoa de Varzim, Santarém, Santo Tirso, Seixal, Serpa, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Tondela, Torres Novas, Torres Vedras, Viana do Alentejo, Viana do Castelo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Relativamente às comissões paroquiais, conhecem-se menos do que as que de facto terão existido. Ainda assim há referências a 121, assim distribuídas: 35 em Lisboa, 13 no Porto e em Coimbra, nove na Maia, oito em Beja, cinco em Setúbal e em Portel, quatro no Seixal, três no Montijo, duas em Viana do Castelo, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia, Oeiras, Moita, Arraiolos, Ourique e Faro, e uma em Gondomar, Espinho, Tondela, Belmonte, Sintra, Almada, Alvíto, Borba, Viana do Alentejo e Reguengos de Monsaraz.

Centros republicanos, grémios e grupos ligados ao PRED estiveram organizados em Póvoa de Varzim, Lavra (Matosinhos), Porto, Coimbra, Oeiras, Lisboa, Arronches, Évora, Portel, Beja e Faro.

O desaparecimento da quase totalidade dos arquivos do PRED não permite um retrato rigoroso da sua verdadeira expressão nacional. Porém, a partir do espólio existente no Arquivo Municipal do Montijo e da análise sistemática da imprensa (até meados de 1931) foi possível registar um total de 1913 aderentes, todos do sexo masculino.

.....

<sup>38</sup> O Directório do PRED tinha a seguinte composição: Adriano António Crispiniano da Fonseca, Alfredo da Cruz Nordeste, António Joaquim de Sousa Júnior, António de Medeiros Franco, Carlos Eugénio de Vasconcelos, João Pina de Moraes Júnior, José Domingues dos Santos, José Joaquim Pereira Osório, Luís António da Silva Tavares de Carvalho, Manuel Gregório Pestana Júnior, Pedro Januário do Vale Sá Pereira (efectivos); Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho, Aníbal Augusto Ramos de Miranda, António Resende, Augusto Carvalho da Silva Pinto, Duarte Clodomiro Patten Sá Viana, Ezequiel Soveral Rodrigues, João Carrington Simões da Costa, Jorge Barros, José Cortês dos Santos, Manuel Paulino Gomes, Manuel Pedro Guerreiro (substitutos).

<sup>39</sup> Da Junta Arbitral faziam parte os seguintes elementos: Amadeu Leite de Vasconcelos, Eduardo Pinto de Sousa, Leonardo José Coimbra, Pedro Augusto Pereira de Castro, Plínio Octávio de Santana e Silva (efectivos); António Duarte da Silva e Sousa, António Pinto de Magalhães e Almeida, Américo da Silva Castro, Eduardo Mendes Belo, Faustino Policarpo Timóteo (substitutos).

A distribuição geográfica dos seus militantes revela, sem surpresa, uma notória concentração em Lisboa (28,2%) e Porto (18,7%). No seu conjunto, estes distritos representam quase metade dos militantes cujos nomes se conhecem. Seguem-se Beja (13,8%), Setúbal (9,5%), Évora (7,8%), Coimbra (6,9%) e Faro (4,9%). Nos distritos de Leiria, Braga, Viseu, Aveiro, Bragança, Guarda e Vila Real o PRED tinha uma presença meramente simbólica. Fora do continente, os núcleos esquerdistas mais significativos eram os de Povoação e Ponta Delgada (nos Açores). Em Moçambique, há notícia da existência de militantes em Quelimane e Lourenço Marques.

Dos 1913 militantes arrolados é desconhecida a profissão de 990 (51,7%). Os restantes 923 permitem-nos fazer uma aproximação à realidade sociológica do partido. Em primeiro lugar, com 140 aderentes (15,1%), surgem os funcionários públicos. Seguem-se os representantes das artes e ofícios com 139 (15%), os comerciantes com 125 (13,5%), os ferroviários com 107 (11,7%) e as profissões liberais com 82 (8,8%). No fundo da tabela, com valores inferiores a 3%, registam-se 20 militantes (2,1%) para operários e trabalhadores da lavoura, 15 jornalistas (1,6%), oito reformados (0,8%) e dois magistrados (0,2%).

Na cidade de Lisboa, com 465 militantes, são conhecidas as profissões de 188. No Porto os números baixam para 164 (num total de 287 militantes). Os sectores com maior peso eram representados por funcionários públicos e comerciantes: o primeiro, na capital, com 59 militantes (31,3%); o segundo, no Porto, com 36 militantes (29,2%). Em Beja o panorama era bem diferente, já que o sector das artes e ofícios era verdadeiramente esmagador: 84 militantes (51,2%). A percentagem é susceptível de ser ainda mais significativa, tendo em conta que são desconhecidas as profissões de 46 dos 210 militantes desse concelho.

Dos 32 dirigentes que compunham o Directório e a Junta Arbitral do PRED, 23 (71,8%) tinham experiência parlamentar. Apenas oito não haviam sido deputados ou senadores. Exceptuando um (que, porém, foi candidato a senador nas eleições de 1925), todos tinham experiência política, mercê do exercício de funções em governos civis e câmaras municipais. Entre os que tinham experiência parlamentar, oito (25%) haviam sido ministros. Um deles (como se disse) foi presidente do Ministério.

A idade média dos elementos do Directório era de 45,7 anos; a da Junta Arbitral era superior: 49 anos. No seu conjunto, os dirigentes do PRED apresentavam uma média de 46,7 anos. O mais velho tinha 65 anos em 1926; o mais novo, 35 anos.

Relativamente ao estatuto socioprofissional, predominavam os advogados (11) e os militares (cinco). Estes eram todos oficiais do exército. Seguiam-se os magistrados e os professores com três elementos. Médicos, proprietários e industriais tinham o mesmo número de representantes: dois. Um engenheiro agrónomo, um arquitecto, um comerciante e um funcionário público completavam o quadro socioprofissional do corpo dirigente do PRED.

Quanto à formação escolar, 21 dirigentes (65,6%) tinham cursos universitários; destes, 14 (43,7%) eram bacharéis ou licenciados em Direito. A elite central do PRED era, pois, constituída por indivíduos das classes média e média alta.

A nível local, as comissões municipais de que se conhecem os dirigentes tinham na presidência (maioritariamente) representantes das profissões liberais, nomeadamente advogados. Havia também funcionários públicos, proprietários (sobretudo no Alentejo), médicos, engenheiros e um arquitecto. Quanto às comissões paroquiais, o arco sociológico é ainda mais largo, englobando também agricultores e representantes do sector das artes e ofícios.

O PRED não era um partido ideologicamente homogéneo. Nele convergiram não só a ala mais radical do PRP (anticlerical e socializante) mas também outros sectores oposicionistas aos democráticos, tais como outubristas, sidonistas e até fascistas. Esta situação (que não era inédita) revelava bem a natureza clientelar que estava subjacente a muitas adesões, nomeadamente no funcionalismo público (sobretudo na administração local) e em alguns serviços (caminhos-de-ferro, correios e telégrafos).

Tal como outros partidos, também o PRED tinha a sua imprensa. Foram seus órgãos oficiais os diários *O Mundo* e *A Capital* (Lisboa) e os semanários *O Lidador* (Vila do Conde), *Vida Nova* (Coimbra), *O Despertar*



(Sintra), *O Democrático* e *A Esquerda* (Évora), *Ala Esquerda* (Beja) e *A Democracia* (Ponta Delgada). Outros houve que, mesmo sem assumirem a condição de órgão do PRED, estiveram ao serviço das suas ideias e da sua política. O caso mais significativo foi *A Choldra* (Lisboa). Um dos jornais que mais pugnam pela ED e por José Domingues dos Santos foi o diário português *A Tribuna*. Deixou, porém, de circular em Fevereiro de 1926.

Em termos logísticos, a secretaria do PRED situava-se no Centro Republicano Dr. José Domingues dos Santos, na Rua de Santo António dos Capuchos, n.º 43, 1.º, em Lisboa. Aí se reunia também o seu Directório. Após o 28 de Maio de 1926 este Centro mudou-se para as instalações do Centro Escolar Eleitoral Democrático Dr. Castelo Branco Saraiva (também ligado ao PRED), que se situava na Rua de S. Paulo, 103, 2.º, em Lisboa. Foi aqui, pois, que esteve instalada a última sede “nacional” do PRED<sup>40</sup>.

Em Novembro de 1925, os esquerdistas (tal como outras forças políticas) perceberam que não chegariam ao poder através do voto. Quem organizava as eleições acabava sempre por as vencer. Daí que, desde a primeira hora, a opção revolucionária tenha feito parte da *praxis* política do PRED. Para “salvar a República” os dirigentes esquerdistas admitiam “uma ditadura orgânica” que tivesse o apoio da força pública e fosse realizada por homens de reconhecida competência. Não admira, pois, que o PRED tenha estado envolvido na preparação do 28 de Maio. O seu papel (excepção feita à acção demolidora que desenvolveu no Parlamento e na imprensa) é, porém, de contornos não muito claros. Ainda assim, há um conjunto de testemunhos que demonstram inequivocamente a responsabilidade deste partido nos preparativos do golpe militar<sup>41</sup>.

Falhada a tentativa de chegada ao poder, o PRED esteve envolvido nas revoltas de Fevereiro de 1927, cujo desfecho acabaria por levar ao exílio, em Paris, José Domingues dos Santos.

Após os referidos acontecimentos revolucionários, o PRED irá pautar a sua acção oposicionista sobretudo pela via conspirativa, já que a legal lhe estava praticamente vedada. Houve, pois, gente deste partido nos movimentos “revirralistas” de 20 de Julho de 1928 (Revolta do Castelo), 4 de Abril de 1931 (Revolta da Madeira) e 26 de Agosto de 1931. Neste mesmo ano o PRED integrou (através de Adriano António Crispiniano da Fonseca) o Directório da Aliança Republicano-Socialista. Destacados militantes esquerdistas fizeram parte do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), Movimento de Unidade Democrática (MUD), Comissão Promotora do Voto e Directório Democrato-Social e apoiaram as candidaturas presidenciais de Norton de Matos, Quintão Meireles e Humberto Delgado.

Em termos organizativos, porém, há muito que o PRED praticamente tinha desaparecido. Em 1953 restavam (entre efectivos e substitutos) 13 elementos do seu Directório. Destes, só três continuavam activos no continente: António Resende, Crispiniano da Fonseca e Manuel Paulino Gomes. No entanto, o *pivot* da acção política do partido era João Pedro dos Santos, antigo secretário da comissão municipal de Lisboa, que estava ligado ao jornal *República*.

Em finais de 1957, José Domingues dos Santos, convicto da impossibilidade de refundar o PRED, tomou a iniciativa de propor a unificação dos antigos partidos republicanos. Com Manuel Paulino Gomes (então secretário do Directório esquerdista) chegou mesmo a estabelecer contactos com delegados do PRP<sup>42</sup>. Esses contactos prosseguiram até Agosto de 1958. Porém, o histórico líder do PRED acabaria por falecer no dia 16 desse mês. Com ele morria definitivamente o partido que à sua volta se formara no já distante ano de 1926 e que visava constituir-se, à esquerda, como o mais temível adversário do PRP, quicá o seu substituto no xadrez político da Primeira República.

<sup>40</sup> Sobre as estruturas do PRED, vd. António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 204-213.

<sup>41</sup> António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, p. 169.

<sup>42</sup> António José Queiroz, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, p. 198.

# Os partidos políticos republicanos: uma perspectiva histórico-política (1910-1926)

por Ernesto Castro Leal\*

## 1. Fragmentação do histórico Partido Republicano Português

Momento decisivo para o desenvolvimento da ruptura entre os vários grupos políticos dentro do Partido Republicano Português foi a eleição do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga (121 votos), no dia 24 de Agosto de 1911 (evocando a longínqua revolução liberal portuguesa de 24 de Agosto de 1820), apoiado pelas grupos políticos de António José de Almeida, de Manuel de Brito Camacho e de António Machado Santos – o Bloco – contra o candidato Bernardino Machado (86 votos), que tinha o apoio do grupo político de Afonso Costa<sup>1</sup>.

No dia 1 de Setembro de 1911, constituiu-se o Grupo Parlamentar Democrático, afecto ao grupo político de Afonso Costa e três dias depois os *democráticos* aprovaram um extenso *Projecto de Programa do Partido Republicano Português*, com vastas medidas governamentais, justificadas em princípios da tradição política republicana. No entanto, esses princípios teriam formalizações práticas que, por vezes, os contrariavam: liberdades de pensamento, de reunião, de associação e de voto, defesa da Lei da Separação do Estado das Igrejas, sufrágio universal com o método da representação proporcional, referendo legislativo, ensino laico, políticas de desenvolvimento e de equilíbrio orçamental, serviço militar obrigatório, fortificação do triângulo estratégico do Atlântico (Lisboa, Açores, Cabo Verde) ou descentralização administrativa. No caso, por exemplo, do sufrágio universal (mesmo só o masculino de maiores de vinte e um anos), nunca seria consagrado durante o sistema de governo parlamentar, tendo representado uma excepção o uso desse sufrágio em 1918 para a eleição do Presidente da República, Sidónio Pais, no seu sistema de governo presidencial.

Os *democráticos* iniciaram a criação de Centros Republicanos Democráticos em Lisboa, Porto e Coimbra, visando a formação nacional de estruturas organizativas e de uma rede sócio-política de apoio, com o objectivo imediato da realização do Congresso do Partido Republicano Português, em Lisboa, no mês de Outubro de 1911, onde será eleito um Directório totalmente afecto a esse grupo político, confirmado no Congresso de Braga de Abril de 1912. Quebrou-se, assim, definitivamente a unidade partidária dos republicanos históricos e iniciou-se a refundação do Partido Republicano Português, após as cisões provocadas pelos grupos políticos opositores ao grupo político de Afonso Costa.

O Partido Republicano Português passou a representar unicamente o grupo político de Afonso Costa e o seu nome nunca será revisto oficialmente até à progressiva extinção após a revolução de 28 de Maio de 1926, apesar de ter havido uma proposta apresentada no Congresso do Porto de Dezembro de 1920 para o renomear de Partido Republicano Democrático. Contudo, seria vulgarizado na opinião pública como “Partido

.....  
\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Centro de História da Universidade de Lisboa

<sup>1</sup> Para uma visão mais aprofundada do sistema de partidos e seu ideário, cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Para uma visão geral da dinâmica histórica, cf. Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso ( direcção), *História de Portugal*, sexto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coordenação), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2009.

Democrático”, decorrente da denominação do Grupo Parlamentar Democrático e dos Centros Republicanos Democráticos.

A *convergência parlamentar* dos bloquistas, que elegeu o Presidente da República, evoluiu durante os meses de Setembro e Outubro de 1911, já sem o apoio do grupo político radical de António Machado Santos, para uma *aliança parlamentar* denominada de União Nacional Republicana e alguma hesitação quanto à sua posterior transformação em partido. Não obstante a promoção de um amplo movimento nacional de adesão e da estruturação de alguns centros políticos, a União Nacional Republicana sobreviveu apenas entre Novembro de 1911 e Fevereiro de 1912, dando lugar à organização separada de dois partidos. O *Programa da União Republicana* – assim denominado mas que pretendia ser o da União Nacional Republicana –, aprovado em 20 de Dezembro de 1911, era antecedido de uma introdução justificativa, onde se afirmava o fim da “unidade do velho partido republicano histórico” depois da revolução republicana, situação previsível visto a unidade ter sido “uma convergência de forças imposta pela necessidade de produzir o mais rapidamente possível o máximo efeito útil”.

O novo grupo político fazia parte da inevitável pluralidade partidária republicana dos regimes de matriz demoliberal e os objectivos programáticos eram muito semelhantes aos dos *democráticos*, sendo recordado, num discurso mais moderado, a necessidade de corrigir os excessos “reaccionários e demagógicos” cometidos, preparar a cuidadosa revisão da obra legislativa revolucionária do Governo Provisório, assegurar a ampla liberdade de opinião e o direito de propriedade ou promover a reforma dos serviços públicos.

O campo político republicano começava a institucionalizar partidariamente uma área mais radical, que tendia progressivamente para o monopólio exclusivista da representação política, e outra área mais moderada, que alimentava a ilusão de um rotativismo governativo à inglesa. O certo é que, durante todo o regime republicano, apesar da afirmação dominante do Partido Republicano Português (“Partido Democrático”), este foi obrigado em várias circunstâncias a celebrar acordos partidários de incidência parlamentar ou governamental, que se traduziram em governos de coligação (“concentração”, na linguagem da época). A política republicana será representada, entre 1911 e 1917, pelas lideranças de Costa, Almeida e Camacho, que o escritor Raul Brandão retratou com elementos das suas psicologias políticas, vindo a ser fixados como máscaras por importantes sectores da opinião pública portuguesa: “O Afonso Costa desperta paixões e manda, o António José arrasta multidões com frases. O Brito Camacho, até quando tem razão, é detestado – talvez mais detestado do que quando a não tem [...]”<sup>2</sup>.

A mobilização do republicanismo radical e federalista foi protagonizada até 27 de Abril de 1913 – altura em que alguns radicais tentaram fazer um golpe de Estado para demitir o Governo de Afonso Costa – através de três grupos políticos: grupo republicano radical de *O Intransigente*, de António Machado Santos; Integridade Republicana, de João Bonança; Partido Republicano Radical Português, de Adrião Castanheira, Luís Soares e Henrique de Sousa Guerra. Destacou-se o primeiro, sob a chefia do *herói* da revolução de 5 de Outubro, que hesitou, entre o federalismo municipalista e corporativista e o presidencialismo unitário descentralista, estabelecendo relações com sectores sindicalistas e socialistas radicais, dado o pendor comunitarista, social e revolucionário comum.

Machado Santos, com o apoio de José Eugénio Dias Ferreira (assinava só José Eugénio Ferreira), fundou o jornal *O Intransigente*, “diário republicano radical”, em 12 de Novembro de 1910, e propagandeou um republicanismo puro, que impusesse intransigência nos princípios democráticos, na selecção da classe política e na recusa dos que buscavam abrigo no novo regime, “sem terem formado a ideia à custa da experiência

<sup>2</sup> Raul Brandão, *Memórias. Vale de Josafat*, vol. III, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d., p. 41.

e guiados agora só pelo interesse ou pelo medo”<sup>3</sup>, numa alusão aos denominados “adesivos” que estiveram nos partidos monárquicos, se converteram ao republicanismo após a revolução e ocuparam de seguida alguns lugares institucionais de relevo.

A unidade política entre o grupo republicano conservador do Porto de José Pereira de Sampaio (Bruno) e o grupo republicano radical de Lisboa de António Machado Santos, na crítica comum à política do Directório do Partido Republicano Português (já hegemonizada por Afonso Costa), traduziu-se na publicação em *O Intransigente* de um *Manifesto ao eleitorado português*, no dia 15 de Maio de 1911, onde anunciaram o desejo de estabelecerem a plataforma política Aliança Nacional, que criaria um Comité no Norte/Porto, presidido por Sampaio (Bruno) e outro Comité no Sul/Lisboa, presidido por Machado Santos, tendo organizado uma fraca rede sócio-política de apoio, mas conseguindo mobilizar importantes notabilidades do tempo da propaganda republicana.

O afastamento da vida política por parte de Sampaio (Bruno) nos finais de Maio de 1911 teve como consequência o fim desse desejo de convergência política. Por outro lado, quer a nova dinâmica partidária, desde 1912, ao redor de Afonso Costa, de António José de Almeida e de Manuel de Brito Camacho, quer a conspiração permanente de Machado Santos (em particular contra os *democráticos*), hesitando entre o legalismo e o revolucionarismo, serão circunstâncias negativas para a construção autónoma da área política republicana radical. O grupo político de Machado Santos ressurgiu em 1914-1915 com o Centro Reformista (“Partido Reformista”) e em 1919-1921 com a Federação Nacional Republicana.

## 2. Estruturação do sistema de partidos republicano

Entre Setembro de 1911 e Fevereiro de 1912, lançaram-se as bases dos três primeiros partidos do republicanismo constitucional: Partido Republicano Português (*democráticos*), reorganizado, de Afonso Costa, que permaneceu até ao fim do regime político da I República, Partido Republicano Evolucionista (*evolucionistas*), de António José de Almeida, e União Republicana (*unionistas*), de Manuel de Brito Camacho, que se extinguiram em Setembro de 1919, dando origem ao Partido Republicano Liberal.

O Congresso de Braga de Abril de 1912 aprovou o *Programa do Partido Republicano Português*, documento mantido inalterável até à Ditadura Militar de 1926, que era o mesmo do já referido *Projecto de Programa* de 1911 do Grupo Parlamentar Democrático. Herdando grande parte da máquina organizativa e das redes sócio-políticas republicanas históricas, disseminadas pelo território nacional, os *democráticos* foram o mais importante *partido de governo*, nem sempre no poder, com destacada influência política. Não admira, portanto, o paralelismo entre a evolução político-eleitoral dos *democráticos* e a do regime republicano, que foi classificado como de “multipartidarismo imperfeito ou de partido dominante”, na opinião do constitucionalista Marcelo Rebelo de Sousa<sup>4</sup>, ou de “multipartidarismo competitivo e desorganizado”, na opinião do constitucionalista Gomes Canotilho<sup>5</sup>, onde o poder político, patrocinando um sistema de redes clientelares, tendia ao exercício “exclusivista” e “ininterrupto”<sup>6</sup>, interpretado por vezes como “uma *ditadura* do PRP” ou “ditadura *democrática*”<sup>7</sup>. Porém, não se deve esquecer a fragilidade ideológica, política e organizativa, a insuficiente dispersão nacional e raiz eleitoral, o mesmo clientelismo e caciquismo ou a rivalidade das chefias e das

<sup>3</sup> José Eugénio Ferreira, “Ao País”, *O Intransigente*, Lisboa, ano I, n.º 1, 12 de Novembro de 1910, p. 1.

<sup>4</sup> Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 167-177.

<sup>5</sup> J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 6.ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 176.

<sup>6</sup> Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 161-164.

<sup>7</sup> Vasco Pulido Valente, *A República Velha, 1910-1917. Ensaio*, Lisboa, Gradiva, 1997.

notabilidades locais nas principais propostas partidárias concorrentes, o que também ajudava ao domínio do Partido Republicano Português (“Partido Democrático”), à impossibilidade funcional da alternância política e à normal governabilidade, muitas vezes exercida em governos de coligação partidária.

O primeiro Governo de Afonso Costa (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) teve o apoio dos *unionistas*, após António José de Almeida ter declinado a chefia governamental. Ao segundo Governo de Afonso Costa (29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916), sucedeu-lhe o Governo da União Sagrada entre *democráticos* e *evolucionistas*, presidido por António José de Almeida, com Afonso Costa em ministro das Finanças. Os dois Governos de Afonso Costa revelam o núcleo da sua elite governamental nos inícios da I República: Interior (Rodrigo Rodrigues e Artur de Almeida Ribeiro), Justiça (Álvaro de Castro e João Catanho de Meneses), Finanças (Afonso Costa), Guerra (João Pereira Bastos e José Norton de Matos), Marinha (José de Freitas Ribeiro e Vítor de Azevedo Coutinho), Negócios Estrangeiros (António Macieira e Augusto Soares), Fomento (António Maria da Silva), Colónias (Artur de Almeida Ribeiro e Alfredo Rodrigues Gaspar) e Instrução Pública (António de Sousa Júnior e Frederico Ferreira de Simas).

A continuada presença dos *democráticos* nas estruturas do Estado e da administração pública central e local criou rotinas de centralismo burocrático, subalternizando a dinâmica de partido em relação à dinâmica de Estado, o que diluiu a autonomia partidária, o militantismo dos filiados, a capacidade de renovação ideológica ou a livre crítica. Mantendo uma plasticidade partidária assinalável, com algumas características de *partido de militantes* e de *partido de massas*, fomentadas pelas campanhas públicas laicistas e anticlericais, pelas associações, pelo clubismo, pelos centros escolares, pelo revolucionarismo civil de grupos legais (Batalhões de Voluntários) ou secretos (Formiga Branca), desenvolveu-se, cada vez mais, as características de um *partido de cartel*, pela ligação e manutenção às estruturas do poder, articuladas com características de *partido de eleitores*, ao que muito ajudava o peso da memória heróica da propaganda republicana, a capacidade oratória de alguns destacados dirigentes e a rede clientelar nacional, fidelizando a sua massa de apoio.

No interior do Partido Republicano Português (“Partido Democrático”), além de dissidências ocasionais, que regressavam – exemplo significativo foi o Grupo Parlamentar Democrático Dissidente de Domingos Leite Pereira em 1920-1921 –, ocorreram duas importantes cisões parlamentares que se organizaram em facção política e depois em partido político: a de Álvaro de Castro, com o Grupo Parlamentar de Reconstituição Nacional/Partido Republicano de Reconstituição Nacional (1920-1923); e a de José Domingues dos Santos, com Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática/Partido Republicano da Esquerda Democrática (1925-1926).

De 1910 a 1917, a figura mais destacada do Partido Republicano Português (“Partido Democrático”) foi o jurista e professor universitário Afonso Costa, cuja acção como ministro da Justiça do Governo Provisório – leis basilares da República (separação, família e divórcio) – e como ministro das Finanças – equilíbrio orçamental e revisão da contribuição predial em 1913, estabilização cambial em 1915-1917 – o projectou por um lado, para líder político carismático de um certo radicalismo laicista republicano, por outro, para governante credível na área essencial das finanças públicas, com apoios na pequena e média burguesia urbana. Já quanto ao operariado urbano, em virtude de diversas medidas antigrevistas, sofreu uma forte oposição, capitalizada pelo republicanismo radical em convergência com anarco-sindicalistas e alguns socialistas, que o denominariam de *racha-sindicalistas*.

Nos anos 20, com o afastamento de Afonso Costa em Paris (continua a ser eleito membro efectivo do Directório e deputado, entre 1919 e 1925), suceder-lhe-ia na liderança partidária o engenheiro António Maria da Silva, que era Presidente de Governo aquando da revolução de 28 de Maio de 1926, e que em 1922-1923 tentou desarticular o poder dos revolucionários civis em Lisboa conectados com forças da Guarda Nacional Republicana. Esta reposição do monopólio da violência no aparelho do Estado, através do corpo do Exército, contou com o apoio dos ministros da Guerra, António Correia Barreto, Ernesto Vieira da Rocha e Fernando Freiria.

Realizaram doze Congressos, em importantes áreas eleitorais do País, numa sequência quase anual, que deve ser relevada na capacidade política e organizativa: Outubro de 1911 (Lisboa), Abril de 1912 (Braga), Abril de 1913 (Aveiro), Maio de 1914 (Figueira da Foz), Março de 1915 (Lisboa), Julho de 1917 (Lisboa), Outubro de 1919 (Lisboa), Dezembro de 1920 (Porto), Abril de 1922 (Coimbra), Abril de 1923 (Lisboa), Abril de 1924 (Porto), Junho de 1925 (Lisboa). O jornal mais importante foi *O Mundo* até finais do primeiro semestre de 1925, altura em que passou a porta-voz da dissidência *esquerda democrática*, de José Domingues dos Santos; a partir dessa altura, o Partido Republicano Português (“Partido Democrático”) usou o jornal *O Rebate*.

A 15 de Fevereiro de 1912, na Câmara dos Deputados, António José de Almeida e Manuel de Brito Camacho esclareceram que a União Nacional Republicana não representava a fusão dos dois grupos políticos, mas tão-só uma *aliança parlamentar*, aceitando António José de Almeida, transitoriamente, o *Programa da União Nacional Republicana*, que, era, de facto, o do grupo político de Manuel de Brito Camacho<sup>8</sup>. Em resposta, António Aresta Branco, secretário da União, enviou uma carta aos dois, demonstrando a sua mágoa por essa decisão. Estava criado o ambiente para uma nova constituição partidária: a 24 de Fevereiro surgiu o Partido Republicano Evolucionista, de António José de Almeida; a 26 de Fevereiro anunciou-se a União Republicana, de Manuel de Brito Camacho. As duas mais importantes cisões oriundas do *histórico* Partido Republicano Português não conseguiriam no entanto praticar uma eficaz convergência política para alternância governamental.

Em 1925, Manuel de Brito Camacho, aquando do anúncio feito aos seus eleitores do distrito de Beja sobre a intenção de abandonar a actividade política, leu assim os tempos primordiais da I República: “Como lutar eficazmente, no campo da legalidade, contra o despotismo do Partido Democrático, exercendo o Poder em monopólio de facto? Fundindo os dois outros partidos, o unionista e o evolucionista, fusão que nada teria de artificial ou de absurdo, visto ambos serem ou se dizerem conservadores [...]”<sup>9</sup>. O processo de fusão surgiria entre Setembro e Dezembro de 1919, consubstanciado no Partido Republicano Liberal, apesar da oposição de um sector *evolucionista*, dirigido por Júlio Martins, líder na Câmara dos Deputados, que dinamizará o Partido Republicano Popular.

O Partido Republicano Evolucionista prolongou a sua existência entre 1912 e 1919 e realizou três Congressos na cidade de Lisboa: Agosto de 1913, Abril de 1915 e Setembro/Outubro de 1919. O jornal *República* foi o seu mais importante órgão de imprensa e teve uma significativa rede de imprensa local. No dia seguinte à reunião magna de deputados e senadores afectos a António José de Almeida, realizada a 24 de Fevereiro de 1912, foi publicada no *República* uma moção, aprovada por unanimidade, a anunciar a criação do novo partido, cujo programa seria «acentuadamente liberal e progressivo», assente nestes propósitos: reforma administrativa descentralizadora, nova lei eleitoral (representação proporcional em Lisboa e Porto e representação de minorias nos restantes círculos), revisão dos recenseamentos eleitorais, revisão dos diplomas com força de lei do Governo Provisório (separação do Estado das Igrejas, instrução pública, exército, inquilinato, registo civil, assistência pública), amnistia política e militar, que serão desenvolvidos no programa partidário.

Os *evolucionistas* perfilhavam um método reformista – revendo António José de Almeida a anterior colocação política de pendor radical –, promoviam o consenso patriótico sobre o reconhecimento da Constituição, recusavam o radicalismo anticlerical e propunham a amnistia aos sindicalistas e monárquicos, desde que não fossem chefes de conspirações contra a República. Guiado por um critério de oposição às ditaduras militares, António José de Almeida adoptou uma posição política diferente perante o Governo extra-partidário e extra-parlamentar do General Pimenta de Castro, apoiado pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga, e

<sup>8</sup> *A Lucta*, Lisboa, 7.º ano, n.º 2215, 17 de Fevereiro de 1912, p. 1.

<sup>9</sup> *A Lucta*, Lisboa, 20.º ano, n.º 5486, 6 de Setembro de 1925, p. 1.

perante a Ditadura pós-revolucionária do Major-Lente Sidónio Pais. Quanto ao primeiro, começou na expectativa e evoluiu para uma atitude de apoio crítico, recusando todos os procedimentos antiparlamentares e antirepublicanos praticados, em particular a partir de Março de 1915; quanto ao segundo, opôs-se frontalmente desde o início, fazendo parte da resistência parlamentarista demoliberal ao emergente presidencialismo republicano.

No *Programa do Partido Republicano Evolucionista*, inscreviam-se, entre outras, as seguintes reivindicações: revisão moderada da Lei da Separação do Estado das Igrejas, implementação da reforma da instrução pública e da reforma tributária (taxas progressivas e degressivas), impedimento de delegação de competências do poder legislativo no poder executivo, alargamento do sufrágio, descentralização administrativa, organização do Senado com representantes dos agrupamentos e interesses nacionais, concessão ao Presidente da República do direito de dissolução parlamentar, em “determinadas condições, como garantia do sistema parlamentar”, organização de sindicatos operários ou o direito de voto às mulheres nas eleições administrativas.

Alfredo Pimenta fez parte da comissão redactora desse programa e escreveu um longo texto<sup>10</sup>, com medidas para todas as áreas da governação, sistematizando nele princípios de reforma constitucional para dignificar o parlamentarismo republicano, pois afirmava que “na impossibilidade de efectuar uma franca e permanente ditadura republicana [ideia de Basílio Teles], sujeita à apreciação nacional por outros meios que não sejam o da ficção parlamentar, entendemos que muito convém restringir as funções do Congresso [...]”. Alguns dos seus princípios não foram aprovados, estando, entre eles, a eleição directa do Presidente da República (mandato de dez anos), a independência do poder executivo face ao poder legislativo, permitindo ao Presidente da República a livre escolha de ministros, a restrição da atribuição parlamentar quanto à discussão e votação das medidas propostas pelo poder executivo e a elevação para 30 anos da capacidade eleitoral dos cidadãos.

O tempo político da União Republicana coincidiu com o do Partido Republicano Evolucionista, tendo sido efectivados na cidade de Lisboa, entre 1912 e 1919, três Congressos: Maio de 1915, Agosto de 1916 e Abril de 1918. O órgão oficial era *A Lucta* e tinham uma razoável imprensa local. Os *unionistas* pretendiam também a transformação reformista e moderada do Estado e da sociedade portuguesa, advertindo para necessidade de um plano integrado de desenvolvimento económico (Manuel de Brito Camacho e Sidónio Pais, *unionistas*, foram os primeiros ministros do Fomento da República) e para a revisão dos aspectos radicalistas da obra legislativa do Governo Provisório.

O *Programa da União Republicana*, discutido e aprovado na Assembleia Magna de deputados e senadores, que teve lugar no dia 27 de Março de 1912, era praticamente igual, com ligeiríssimas alterações formais, ao da União Nacional Republicana de 1911-1912. Em 17 de Novembro de 1912, numa festa política dos *unionistas*, Manuel de Brito Camacho discursou para justificar o novo projecto partidário<sup>11</sup>. Começou por afirmar que o histórico Partido Republicano Português tinha sido reorganizado pouco antes de 1910 “para a revolução” e mantê-lo íntegro depois “era correr o risco de o conservar isolado dentro da Nação”. Justificava-se assim a formação de vários partidos de governo, organizando correntes de opinião dentro da República, em torno de perspectivas políticas concorrentes.

Manuel de Brito Camacho apontava o objectivo do equilíbrio orçamental mas não esquecia os necessários investimentos na defesa nacional, na instrução pública e no fomento económico, para o que considerava “indispensável um *empréstimo de liquidação*, para empregar uma frase de Basílio Teles, a liquidação entendendo-se principalmente com a extravagância da nossa dívida multiforme e contratos de toda a ordem, que é preciso rever”. Advertiu também os governantes para que não governassem “com a Rua, ainda que ela

<sup>10</sup> Alfredo Pimenta, “Um programa”, *Política Portuguesa. Elementos para a solução da crise nacional*, Coimbra, Moura Marques, 1913, pp. 283-298.

<sup>11</sup> *A Situação Política e os Partidos. Notável discurso proferido pelo dr. Brito Camacho em 17 de Novembro de 1912*, Lisboa, Centro da União Republicana, s.d.

seja o número”, porque o “governo” é uma acção orgânica e o “número” é uma força inorganizada, produtora de agitações e tumultos que acabavam quase sempre numa resposta ditatorial, seja uma “ditadura imposta” à Napoleão ou uma “ditadura consentida” à Basílio Teles. Terminou com o apelo à “educação da vontade”, para criar a energia necessária na “fase de civilização que inauguramos em 5 de Outubro”.

Na agenda política, os *unionistas* tomaram algumas atitudes relevantes, tais como a defesa de uma revisão constitucional que introduzisse o princípio da dissolução parlamentar pelo Presidente da República, de uma lei eleitoral que consagrasse o sufrágio universal masculino de maiores de 21 anos e da transparência da administração pública, a votação da amnistia, a rejeição da censura preventiva e de um Ministério do Trabalho (criado em Março de 1916) e declararam no Parlamento a oposição à apreensão de navios alemães, que motivou a declaração de guerra do Império Alemão a Portugal, e à entrada imediata na frente europeia de guerra.

Apoiaram o primeiro Governo de Afonso Costa até pouco tempo antes da demissão e colaboraram condicionalmente com os Governos de Pimenta de Castro (rompem em 13 de Maio de 1915, dia anterior ao da revolução dos *democráticos* contra esse Governo) e de Sidónio Pais (rompem em Março de 1918). A dissidência da União Republicana com o rumo presidencialista da “República Nova” traduziu-se nas demissões em 7 de Março dos ministros Alberto de Moura Pinto (Justiça), António dos Santos Viegas (Finanças) e António Aresta Branco (Marinha), e no apelo à abstenção eleitoral nas eleições de 28 de Abril de 1918. Alguns filiados não aceitam estas posições, romperam com o partido e convergiram na directriz presidencialista republicana de Sidónio Pais.

Os *unionistas* agregaram importantes figuras da elite intelectual, técnica e militar, o que lhes deu uma importante audiência pública para a governabilidade republicana, no entanto, tal não se traduziu em capacidade eleitoral alternativa aos *democráticos*. Nesta área demoliberal moderada, os *evolucionistas* foram a primeira força política, mas a sua representação parlamentar ficava a muita distância da dos *democráticos* e com algum destaque em relação aos *unionistas*, só a nível dos deputados, visto que estes obtiveram ligeiramente mais senadores. Veja-se a seguinte amostra: Dezembro de 1912 (deputados: *democráticos*-60, *evolucionistas*-34, *unionistas*-25; senadores: *democráticos*-26, *unionistas*-15, *evolucionistas*-11), Dezembro de 1913 (deputados: *democráticos*-82, *evolucionistas*-36, *unionistas*-25; senadores: *democráticos*-27, *unionistas*-16, *evolucionistas*-10), Junho de 1915 (deputados: *democráticos*-106, *evolucionistas*-26, *unionistas*-15; senadores: *democráticos*-45, *unionistas*-11, *evolucionistas*-9).

### 3. Evolução do sistema de partidos republicano

O período da Primeira Grande Guerra configurou um momento de complexificação ideológico e de reconstrução das áreas políticas, onde se inseriu a proposta modernista da revista *Orpheu*, evidenciando uma nova geração cultural, que oscilava entre o nacionalismo e o cosmopolitismo, alguns deles seduzidos pelo presidencialismo (Fernando Pessoa ou António Ferro)<sup>12</sup>. O debate sobre a participação portuguesa na frente europeia da guerra atravessou todo o espectro político, com várias posições fracturantes até à declaração de guerra do Império Alemão a Portugal em Março de 1916<sup>13</sup>. Reestruturou-se o campo político monárquico – Integralismo Lusitano (1914), Partido Legitimista (1915) e Causa Monárquica (1915) –, e os católicos romanos criaram o Centro Católico Português (1917), ao mesmo tempo que são fundadas duas ligas patrióticas

<sup>12</sup> Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-1932)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

<sup>13</sup> Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (coordenação), *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*, Matosinhos, QuidNovis, 2010.



sob o signo do ressurgimento nacional e da unidade moral da Nação, juntando republicanos e monárquicos, de matriz tradicionalista e conservadora – Liga Nacional (1915-1918) e Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938)<sup>14</sup>.

O ideário republicano radical do grupo político de António Machado Santos e a sua rede sócio-política de apoio renasceu em Janeiro de 1914, através do Centro Reformista (“Partido Reformista”), onde se destacavam, para além do líder, o seu irmão Augusto Machado Santos, José Carlos da Maia, José Correia Nobre França, João Paulo Macedo de Bragança e Franklim Lamas. Iniciaram a montagem do Núcleo Reformista de Lisboa e nos finais de Outubro desse ano constituiu-se o Núcleo Reformista do Porto. A prisão do líder durante a revolução de 14 de Maio de 1915, por ter apoiado o Governo de Pimenta de Castro, e a proibição do jornal *O Intransigente*, em 13 de Maio de 1915, levaram à extinção do Centro Reformista.

A constituição do Governo da União Sagrada (15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917) fez-se com base na aliança entre os *democráticos* e os *evolucionistas* para a intervenção imediata na frente europeia da Grande Guerra, não conseguindo envolver *unionistas*, *reformistas*, *socialistas* e *católicos*. A crítica a essa convergência atravessou um dos partidos signatários do acordo, o Partido Republicano Evolucionista, provocando a criação de uma facção política, sob a direcção de António Egas Moniz, que dará origem nos finais de 1917 ao Partido Centrista Republicano. Com presença no Congresso da República e em várias zonas do País, devido ao número de *dissidentes evolucionistas*, os *centristas* ganharam alguma audiência nacional a partir de Outubro de 1917, mobilizando uma elite prestigiada que favoreceu o estabelecimento de uma estrutura mínima de um *partido de quadros*, republicano moderado, activado pelos jornais *A Opinião* e o *Jornal da Tarde*, até que, em Abril de 1918, se incorporaram no Partido Nacional Republicano.

O *Programa do Partido Centrista Republicano*, divulgado em 20 de Outubro de 1917, tinha como objectivo “formar um *centro de atracção e convergência dentro do regime*”, unindo as forças liberais conservadoras, e propunham: aceitação da forma republicana do regime e do sistema de governo parlamentar com introdução do princípio da dissolução parlamentar nas atribuições do Presidente da República, “rodeada das necessárias cautelas”; manutenção da aliança inglesa e incremento das relações diplomáticas com o Brasil e a Espanha; protecção ao operariado pela regulamentação do trabalho, extensão dos seguros sociais à doença, velhice e invalidez, harmonização entre o capital e o trabalho; supremacia do poder civil, liberdade de cultos, reatamento das relações diplomáticas com a Santa Sé e celebração de uma concordata de separação; política de desenvolvimento assente numa rede de melhoramentos materiais, no aperfeiçoamento das estruturas comerciais e industriais, na dinamização dos mercados coloniais e numa reforma profunda das estruturas agrárias; renomeação das colónias em províncias, porque “nos parecem mais nossas e mais ligadas”.

O processo de legitimação eleitoral da “República Nova” exigiu a criação de um novo partido para organizar as candidaturas governamentais às eleições legislativas de 28 de Abril de 1918, vindo a constituir-se o Partido Nacional Republicano, que recolheu grande parte dos dirigentes e estruturas do Partido Centrista Republicano, de Egas Moniz, agregando sectores da nova elite política, administrativa e militar seguidora do rumo republicano presidencialista de Sidónio Pais<sup>15</sup>. Nesse meteórico ano de 1918, vivido sob o espectro de tumultos e revoluções, os dirigentes *nacionais republicanos* não tiveram tempo, engenho e convergência suficiente para configurar organicamente e enraizar socialmente o partido.

A liderança carismática e populista de Sidónio Pais e a preponderância do poder executivo e da elite governamental substituíram progressivamente a função legitimadora, de criação do consenso político, a função

<sup>14</sup> Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

<sup>15</sup> Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

constituente, de implementação institucional do regime, e a função mobilizadora, de activismo cívico de massas, que deviam pertencer às funções do partido: o governo e a administração pública predominaram em relação à política e ao partido. Sidónio Pais, acompanhado por um grupo de indefectíveis, foi-se expondo pelo País, alimentando uma perigosa deriva messiânica e ditatorial.

No fundo, o problema partidário remetia para a indecisão quanto ao regime e ao sistema político de nova República Presidencialista: sistema limitado de competição partidária (preferência pelo rotativismo de dois blocos partidários), sistema limitado com partido único (admissão de um pluralismo mitigado de índole autoritária) ou sistema fechado de partido único (monopartidarismo de índole totalitária)? Tudo indica que Sidónio Pais e o seu círculo mais próximo recusavam pelo menos a última hipótese, simulando, por vezes, um cesarismo bonapartista plebiscitário. Repare-se nesta afirmação de Sidónio Pais, proferida em 29 de Julho de 1918: “Ao contrário do que muita gente julga o Partido Nacional Republicano não é actualmente o único partido do governo. É certo que o Partido Nacional Republicano acompanha o governo na sua política altamente nacional e patriótica. Mas o governo não se apoia nele como não se apoia noutra qualquer pois não dispensa dedicações e apoios de gente de bem e sente que tem de procurar o verdadeiro apoio no sentir e na opinião quase unânime do povo português [...]”<sup>16</sup>. Na última versão do projecto constitucional de Dezembro de 1918, ainda revista por Sidónio, consagrava-se contudo um sistema de governo presidencial democrático e bicameral (câmara política e câmara corporativa)

#### 4. Pulverização do sistema de partidos republicano

A personalidade que tentou manter a presença governamental das várias correntes de opinião *sidonistas*, após o assassinato de Sidónio Pais, foi o Major João Tamagnini Barbosa, nomeado Presidente de Governo (23 de Dezembro de 1918 a 27 de Janeiro de 1919), mas a constituição do Governo de José Relvas (27 de Janeiro a 30 de Março de 1919) encerrou institucionalmente a experiência presidencialista autoritária republicana. Relvas conseguiu que os partidos republicanos presentes no seu Governo aceitassem “a representação da *corrente republicana* do Sidonismo”, por intermédio de António Egas Moniz (ministro do Negócios Estrangeiros), “o que evitará mais fermentos de desordem e de revolta”, porém, reconhecia que à “semelhança dos *franquistas* e *afonsistas*, os *sidonistas pur sang* são terrivelmente sectários, e têm da política uma concepção personalista muito próxima do feiticismo. Não lhes toquem no ídolo, porque então tornam-se intratáveis [...]”<sup>17</sup>.

A ideia política *sidonista*, nas suas diversas variantes, não se extinguiu e notabilidades ligadas ao Partido Nacional Republicano promoveram o seu reencontro orgânico em torno de novos grupos políticos – Partido Republicano Conservador, Partido Nacional Republicano Presidencialista, Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, Juventude Republicana Sidonista, Acção Nacionalista, Centro do Nacionalismo Lusitano – e de um periodismo de relevância pública, onde se destacou *O Jornal*, *O Imparcial*, *Portugal*, *O Dezembrista*, *Ideia Nova*, *Alma Portuguesa* e principalmente *A Ditadura*. Esta área política *neosidonista* continuou nas suas novas formulações organizativas o debate desenvolvido durante a “República Nova”, em particular sobre a solução para a crise do modelo político liberal republicano e para a afirmação permanente do revolucionarismo militar e civil: correcção autoritária ou superação integral, continuando a ser viável a alternativa presidencialista republicana.

<sup>16</sup> *Um Ano de Ditadura. Discursos e Alocuções de Sidónio Pais*. Coligidos por Feliciano de Carvalho com um estudo político de João de Castro [Osório], Lisboa, Lusitânia Editora, 1924, pp. 75-76.

<sup>17</sup> José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 2, Lisboa, Edições Terra Livre, 1978, p. 85.

Restabelecido em Janeiro de 1919 o sistema de governo parlamentar, iniciou-se o processo da *primeira fusão demoliberal moderada*, velho sonho dos primórdios da I República, que envolveu *evolucionistas*, *unionistas* e *centristas*. Foram aprovadas, entre finais de Setembro e inícios de Outubro de 1919, as *Bases dum programa partidário* do futuro Partido Republicano Liberal, onde se destacavam os seguintes objectivos genéricos: união dos republicanos, educação política do povo, prestígio do poder judicial, melhoria da condição de vida e de trabalho dos operários, reforma fiscal, desenvolvimento económico, nação armada, descentralização colonial, neutralidade religiosa do ensino público, recusa da violência, revisão dos aspectos “inutilmente agressivos” da Lei da Separação do Estado das Igrejas, alargamento do sufrágio (com regulamentação do voto feminino), recenseamento eleitoral obrigatório e representação de classes no Senado.

Os *liberais* desenvolveram actividade entre Outubro de 1919 e Fevereiro de 1923, altura em que se fundiram com os *reconstituíntes* – cisão em 1920 no Partido Republicano Português (“Partido Democrático”) –, e realizaram três Congressos em Lisboa: Novembro de 1919, Dezembro de 1920 e Março de 1922. Pretenderam consubstanciar uma alternância política aos *democráticos*, mas só governaram autonomamente cerca de cinco meses nos Governos de Tomé de Barros Queirós (23 de Maio a 30 de Agosto de 1921) e de António Granjo (30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921, data da *noite sangrenta*, em que foi assassinado Granjo e outros republicanos históricos). Os *liberais* estiveram representados através de Mesquita de Carvalho, Celestino de Almeida e Jorge Nunes na coligação com *democráticos* no Governo de Domingos Leite Pereira (21 de Janeiro a 8 de Março de 1920), onde também estavam dois *independentes* e um *socialista*, formaram o primeiro Governo de António Granjo em coligação com os *reconstituíntes* (19 de Julho a 20 de Novembro de 1920) e ganharam as eleições legislativas de 10 de Julho de 1921 (deputados: *liberais*-79, *democráticos*-54, *reconstituíntes*-12; senadores: *liberais*-32, *democráticos*-22, *reconstituíntes*-7).

Após a revolução republicana radical de 19 de Outubro de 1921 – donde saiu o *outubrismo radical* –, que sobressaltou as forças republicanas constitucionais, criou-se um ambiente favorável à convergência entre *democráticos*, *liberais* e *reconstituíntes* para a formação de um governo de coligação. Porém, apesar de ter sido aprovado um detalhado *Programa de realizações imediatas*<sup>18</sup>, em 29 de Novembro de 1921, tal não veio a concretizar-se. Os *democráticos* ganhariam as eleições legislativas de 29 de Janeiro de 1922 (deputados: *democráticos*-71, *liberais*-33, *reconstituíntes*-17; senadores: *democráticos*-37, *liberais*-11, *reconstituíntes*-10), consolidando-se como *partido dominante* no sistema político e no sistema administrativo, através dos três consecutivos Governos de António Maria da Silva (6 de Fevereiro de 1922 a 15 de Novembro de 1923).

A *renovação do republicanismo radical* fez-se a partir de 1919 através de vários grupos políticos. Alguns deputados *evolucionistas*, dirigidos por Júlio Martins, não aceitaram o compromisso que deu origem ao Partido Republicano Liberal. A eles se juntaram deputados *democráticos* e *independentes*, originando em 8 de Outubro de 1919 o Grupo Parlamentar Popular, que Júlio Martins assim caracterizou: “Na *extrema esquerda* da República nos encontramos, afastados do conservantismo que estagna, mas bem distantes dos extremismos rubros, negativistas de todo o existente [...], daqui erguemos o pendão do nosso radicalismo, dando à política novos processos, em caminho de novas finalidades [...]. É nosso intuito organizar em Portugal as *forças radicais* da República e constituir com elas um núcleo forte capaz de entregá-las aos republicanos [...]”<sup>19</sup>. A projecção pública do grupo parlamentar permitiu que, em 23 de Maio de 1920, Júlio Martins anunciasse sua *Plataforma Política* e a criação do Partido Republicano Popular, para evitar “a tentativa de ressurgimento do dualismo político” inspirado no tempo da Monarquia Constitucional<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> José Barbosa, *O Problema Económico e Financeiro. (Alguns aspectos e soluções)*, Lisboa, Portugal-Brasil Ld.ª, Sociedade Editora, s.d. [1922], pp. 223-230.

<sup>19</sup> Júlio Martins, “A nossa atitude”, *O Popular*, Lisboa, ano I, n.º 1, 21 de Janeiro de 1920, p. 1.

<sup>20</sup> *O Popular*, Lisboa, ano I, n.º 81, 24 de Maio de 1920, pp. 1-2.

Entre as medidas governativas, encontramos o saneamento do exército, a reforma judiciária, a reforma financeira (restrições ao consumo, fiscalidade com tributação mais alta das grandes propriedades e das grandes companhias), reforma agrária (incentivar o regresso à terra, adubos para a lavoura), reforma colonial (aprofundar a descentralização) e reforma do ensino (especial atenção ao ensino agrícola), o fomento económico (industrialização das nossas matérias-primas, concentração das indústrias, nacionalização das minas e caminhos de ferro) e o combate ao clericalismo, respeitando as crenças íntimas. Participaram em governos de coligação com *democráticos, dissidentes democráticos e reconstituíntes*, durante 1920-1921, vindo a extinguir-se o partido em Outubro de 1921, sem ter conseguido realizar um Congresso partidário.

De Outubro de 1920 a Outubro de 1921, o grupo político de António Machado Santos esboçou novamente a sua estruturação em torno de uma Federação Nacional Republicana (“agremiação de política reformista”). O assassinato do líder na *noite sangrenta* de 19 de Outubro de 1921 interrompeu definitivamente essa intenção, reaparecendo alguns dos seus amigos políticos, a partir de 1923, no Partido Republicano Radical. Apesar de adoptarem a designação oficial de *reformistas*, eram republicanos radicais e aprovaram, em 26 de Dezembro de 1920, uma *Lei Orgânica*, da qual constavam estes princípios políticos: restabelecimento da ordem; ligação económica com as regiões da “antiga Lusitânia”; transformação das províncias ultramarinas em estados autónomos para, em conjunto com o território continental, se constituir um Estado Confederado Português; estreitamento das relações com o Brasil, tendo em vista a sua incorporação no Estado Confederado; relançamento da hegemonia portuguesa junto dos povos “descobertos” nos séculos XV e XVI. A matriz ideológica e orgânica filiava-se no republicanismo federalista e municipalista que inspirara o *Manifesto-Programa do Partido Republicano Português* de 1891.

Dentro desta área político-ideológica a proposta mais consistente foi representada pelo Partido Republicano Radical, entre 1923 e 1926, que reuniu sectores radicais *outubristas, populares, reformistas, democráticos e independentes*, onde coexistiu, sob a liderança inicial de José Pinto de Macedo, Alberto da Veiga Simões, Albino Vieira da Rocha, António de Almeida Arez, César Procópio de Freitas, João da Câmara Pestana e Orlando Marçal, uma forte corrente unitarista descentralizadora com uma significativa corrente federalista descentralizadora. Nem o estímulo vindo de França, com Édouard Herriot, presidente do Partido Radical francês, nomeado Presidente de Governo (15 de Junho de 1924 a 10 de Abril de 1925), impediu que os *radicais* tivessem uma existência atribulada, fraccionista e de pouca expressão eleitoral para a governabilidade, com a disputa entre sectores constitucionalistas e revolucionaristas. Criaram uma importante rede sócio-política de apoio e realizaram quatro Congressos: Junho de 1923 (Lisboa), Janeiro-Fevereiro de 1924 (Porto), Janeiro-Fevereiro de 1925 (Coimbra) e Março de 1926 (Lisboa).

O *Programa do Partido Republicano Radical*, aprovado no primeiro Congresso de 1923, da autoria de José Pinto de Macedo, apontava a republicanização do regime, a morigeração da vida pública, a prática da competência no exercício das actividades públicas, a formulação de um plano combinado de reformas, o que exigia a prévia renovação do modelo republicano de Estado unitário: Presidente da República com poderes bem definidos, sendo, *de facto*, o chefe do poder executivo; Câmara Legislativa única; transformação do Senado numa Câmara da Economia Nacional, com representantes dos interesses regionais e profissionais; município autónomo, província como federação de concelhos e distritos correspondendo à área das províncias.

No terceiro Congresso do Partido Republicano Radical de 1925, uma comissão presidida pelo coronel Alexandre Mourão, membro do Directório, propôs a *Tese sobre a constituição do Estado*<sup>21</sup>, de matriz federalista, que foi aprovada: Assembleias de Freguesias (elegem as Juntas de Freguesias); Assembleias Municipais (elegem as Câmaras Municipais e representantes às Assembleias Provinciais); Assembleias Provinciais (ele-

<sup>21</sup> *Renovação*, Coimbra, ano I, n.º 32, 31 de Janeiro de 1925, p. 5.

gem órgãos executivos); Colégio Presidencial, constituído pelos membros dos órgãos executivos provinciais, donde sairia, rotativamente, por eleição anual ou bienal, um Presidente, que era o representante da Nação e um Vice-Presidente, que presidia às Assembleias Provinciais. Não elegeram nenhum deputado ou senador nas eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925.

A primeira cisão nos *democráticos* ocorreu em 9 de Março de 1920, dando origem no Parlamento ao Grupo Republicano de Reconstituição Nacional, que promoveu a partir de Junho de 1920 a criação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, sob a liderança de Álvaro de Castro, extinguindo-se o partido em Fevereiro de 1923. A cisão da facção política de Álvaro de Castro consumou-se após não ter reunido os apoios parlamentares para constituição de um Governo extra-partidário ou de concentração, tendo sido mandatado pelo Presidente da República, em 6 de Março de 1920. Se esse foi o factor imediato da cisão, não se pode esquecer a controvérsia entre facções políticas mais radicais ou mais moderadas dentro dos *democráticos*, sobre a tolerância política e religiosa, o centralismo do Estado, o municipalismo e o regionalismo, a questão social ou o princípio presidencial de dissolução parlamentar.

No *Manifesto “Ao País”* dos *reconstituíntes*, divulgado a 3 de Abril de 1920, anunciava-se a finalidade de reconstituição nacional sob a supremacia do poder civil e com larga visão sobre as reformas sociais, dado “o avanço do socialismo” que “nenhum governo, nenhum regime dele se podem desinteressar”. Justificavam a necessidade do novo grupo, quer pelo ambiente europeu de transformação nos partidos políticos (Inglaterra, França, Espanha ou Itália), quer pela incapacidade renovadora dos *democráticos*, onde se manifestavam, segundo os cisionistas, lógicas oligárquicas de poder e práticas políticas defensoras da violência e da limitação das liberdades. A nova solução republicana devia reorganizar o regime, recusando “sobrepôr à ideia da nação a ideia dos partidos, deles tudo fazendo depender”.

O diário lisboeta *A Vitória*, porta-voz do grupo, em 1 de Agosto de 1920, publicou o *Projecto de Programa do Partido Republicano de Reconstituição Nacional*, onde se inscreviam, entre outras, estas políticas governamentais: função organizadora da actividade nacional do Estado, negando-lhe competência empreendedora industrial, comercial e agrícola; incentivo à iniciativa privada e às parcerias com o Estado através de concessões; definição de um plano de fomento com base em estudos elaborados por técnicos habilitados; redução da circulação fiduciária e uma política proteccionista através de pautas aduaneiras; criação de sociedades regionais de pomicultura e horticultura; execução de uma rede portuária e continuação do plano rodoviário; redução dos quadros do funcionalismo civil e simplificação dos serviços públicos; substituição gradual dos impostos indirectos pelos directos; empréstimos internos e externos devidamente estudados; aproximação de operários e patrões em uniões ou sindicatos com capacidade de regulação de interesses; independência absoluta do poder judicial; despolitização do Exército, com a sua profissionalização; tolerância político-social e liberdade religiosa; regionalismo.

Após a tentativa falhada do *reconstituínte* Alfredo de Sá Cardoso constituir um Governo de coligação partidária, em 12 de Julho de 1920, Álvaro de Castro teria quatro meses depois praticamente o mesmo destino, pois o seu Governo de coligação partidária entre *reconstituíntes*, *populares* e *dissidentes democráticos* durou apenas de 20 a 30 de Novembro de 1920. Os *reconstituíntes* participaram com alguns ministros em vários Governos de coligação em 1920-1922. Não conseguiram realizar um congresso partidário, apesar do seu anúncio para a segunda quinzena de Janeiro de 1922.

As negociações entre o Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano de Reconstituição Nacional para a *segunda fusão demoliberal moderada* iniciaram-se em 3 de Maio de 1922, através do encontro de Tomé de Barros Queirós (*liberal*) com Álvaro de Castro (*reconstituínte*)<sup>22</sup>. Prosseguiram no segundo semestre e, em 7

.....  
<sup>22</sup> *A Lucta*, Lisboa, 17.º ano, n.º 5314, 4 de Maio de 1922, p. 1.

de Fevereiro de 1923, foi assinado o *Manifesto “Ao País”* que anunciava o novo partido – Partido Republicano Nacionalista – colocado na área constitucionalista (“respeito pelo estatuto constitucional do Estado”), nacionalista (“respeito pelas tradições nacionais”) e moderada (“tolerância no governo do povo”). Evidenciou-se desde o início um frágil compromisso entre as três principais facções políticas e suas redes sócio-políticas de apoio, lideradas por Francisco da Cunha Leal, Álvaro de Castro e António Ginestal Machado.

A controvérsia começou em torno do nome do partido: Júlio Dantas, com apoio de Álvaro de Castro, tinha proposto o nome de Partido Republicano Constitucionalista, mas consagrou-se Partido Republicano Nacionalista. Em Janeiro de 1924, publicaram um *Programa de realizações imediatas*, donde se selecciona estes tópicos: revisão constitucional para consagrar a livre prerrogativa presidencial de dissolução parlamentar, a representação corporativa no Senado e a criação do Conselho de Estado; assegurar a efectiva liberdade das religiões; redução das despesas públicas, reformulação do sistema retributivo, lançamento de empréstimos internos, obtenção de empréstimos externos a longo prazo; recusa do intervencionismo económico estatal e do exagerado protecçãoismo; remodelação das leis do trabalho, indo ao encontro de reivindicações operárias; permanência da Aliança inglesa e necessidade de acordos comerciais diversificados; autonomia colonial e apoio às missões religiosas portuguesas; criação do ensino infantil, reorganização do ensino médio e promoção da autonomia universitária.

Esta nova proposta alternativa aos *democráticos* não obteria sucesso maioritário nas eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925, como se pode observar nesta amostra: deputados (*democráticos*-83, *nacionalistas*-36, *independentes*-19) e senadores (*democráticos*-39, *nacionalistas*-8, *independentes*-8). Constituíram apenas Governo durante um mês (15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923), sob a presidência de António Ginestal Machado, sendo um dado significativo a presença do general Óscar Carmona como ministro da Guerra, futuro Presidente da República no “Estado Novo”. Realizaram quatro Congressos, todos em Lisboa: Março de 1923, Janeiro de 1924, Março de 1925 e Março de 1926. Em 1925, aderem os membros do Partido Nacional Republicano Presidencialista, extinguindo-se então esse partido neosidonista.

A *primeira cisão* nos *nacionalistas* teve origem na decisão dos seus órgãos dirigentes, em 15 de Dezembro de 1923, de repudiar governos de coligação e “pseudo-governos nacionais”, posição contrária à dos antigos *reconstituintes*, da facção política de Álvaro de Castro, que, nesse dia, se demitiu do partido. Dois dias depois, Alberto Xavier anunciou, na Câmara dos Deputados, o novo Grupo Parlamentar de Acção Republicana, reagrupando antigos *reconstituintes* e *independentes*, que não evoluiu para um partido, por recusa de Álvaro de Castro e seus amigos políticos. Este presidiu a um Governo (18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924), com *democráticos*, *independentes* e *seareiros*, e afirmou na sua apresentação, em 21 de Dezembro de 1923, a urgência de reforçar a autoridade do Estado e a função legislativa do poder executivo: “A crise financeira do Estado atingiu um grau excepcional de gravidade. Deixou-se até hoje ao Poder Legislativo, quase exclusivamente, a responsabilidade de a resolver, quando é certo que os Parlamentos têm concedido ao Poder Executivo amplas autorizações para o atenuar. É outra orientação do Governo, que vai desde já usar dos meios legais ao seu alcance para efectivar, ao lado duma rigorosa diminuição de despesas, uma cuidadosa arrecadação de receitas, ficando ao Parlamento, claro está, o apreciar como entenda o uso desses meios se fizer [...]”<sup>23</sup>. O novo grupo sobreviveu até 1925 e oscilou nos acordos parlamentares entre os *democráticos* e os *nacionalistas*.

A *segunda cisão* nos *nacionalistas* ocorreu em 7 de Março de 1926 – segundo dia do quarto Congresso partidário – e foi protagonizada pela facção política de Francisco da Cunha Leal/José Mendes Cabeçadas Júnior, que fundou a União Liberal Republicana, pequeno mas dinâmico partido político promotor de uma forte corrente

.....  
<sup>23</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 15, de 21 de Dezembro de 1923, p. 7.

republicana conservadora dentro da conspiração civil e militar que organizou a revolução de 28 de Maio de 1926. No *Manifesto-Programa “Ao País”*, de 15 de Março de 1926, os *liberais republicanos* defendiam o respeito pelas aspirações da consciência católica (personalidade jurídica da Igreja, princípio da hierarquia religiosa, liberdade de ensino religioso nas escolas particulares), o reforço da Aliança inglesa e uma maior presença internacional, a revisão constitucional (independência e coesão dos vários poderes, Senado corporativo), uma reforma administrativa descentralizadora e a autonomia administrativa e financeira dos Açores e da Madeira, o rigor nas leis das incompatibilidades e da responsabilidade ministerial, a valorização económica das colónias, uma reforma fiscal (eficaz compressão das despesas, simplificação e melhor repartição do regime tributário), um programa de desenvolvimento global da economia, o regime de liberdade para a indústria e comércio tabaqueiro, o equilíbrio de classes, a melhoria das condições sociais ou a dignificação das Forças Armadas. Da sua elite dirigente, saiu um sector destacado que aderiu ao “Estado Novo”: Albino dos Reis, Fernando Bissaya Barreto, Artur Ribeiro Lopes, Joaquim Lança, Jorge Botelho Moniz, Teófilo Duarte ou Eurico Cameira.

A última proposta partidária emergente, antes do colapso da I República Portuguesa, decorreu da *segunda cisão nos democráticos*, em 21 de Julho de 1925, dando origem ao Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, e evoluiu em Abril de 1926 para o Partido Republicano da Esquerda Democrático, liderado por José Domingues dos Santos. Propunham uma revisão ideológica de cariz socializante do ideário republicano, exposta no *Manifesto “À Nação”*, de Outubro de 1925: extinção dos monopólios estatais do tabaco, fósforos e moagem, parcelamento dos latifúndios, democratização da República, reforma da educação nacional, reorganização económico-financeira, promoção social das classes médias e das classes trabalhadoras. Sem grande expressão no Congresso da República – 6 deputados e 1 senador, após as eleições de 8 de Novembro de 1925 –, realizaram um único Congresso, em Lisboa, no mês de Abril de 1926, onde José Domingues dos Santos apresentou a tese *O Problema Político*<sup>24</sup>.

Evocando o *Manifesto-Programa do Partido Republicano Português* de 1891, que tinha uma matriz federalista, provincialista e municipalista descentralizadora, e a utopia da república social, constante do *Programa do Partido Socialista Português*, o líder da *esquerda democrática*, nessa tese, após considerar que os *democráticos* se tinham transformado numa “agência de negócios em véspera de falência fraudulenta”, propunha a criação de um novo partido que traduzisse “fielmente a grande e profunda sentimentalidade da esquerda republicana”. Não se pronunciava abertamente sobre o federalismo, mas aderiu a um unitarismo fortemente descentralizador, que reconhecesse a dignidade da pessoa humana (“base moral da Democracia”), o sufrágio universal (“condição essencial da Democracia”), as liberdades públicas e privadas, o unicameralismo, o sistema eleitoral proporcional com representação das minorias, a prioridade à instrução pública e ao desenvolvimento económico. Tiveram o apoio dos jornais *O Mundo*, *A Choldra* e *A Capital*.

### Consideração final

Na *primeira fase da I República* (1910-1917), assistiu-se a uma estabilidade ao redor de três partidos republicanos constitucionais (Partido Republicano Português/“Partido Democrático”, Partido Republicano Evolucionista e União Republicana) e a uma instabilidade na área dos partidos republicanos radicais, mesmo naquele segmento que tinha mais audiência e era dirigido por António Machado Santos (Centro Reformista).

A *segunda fase da I República* (1918) manifestou a organização proto-partidária do republicanismo presidencialista (Partido Nacional Republicano), que sobreviverá depois através de pequenos grupos políti-

.....  
<sup>24</sup> *A Choldra*, Lisboa, ano I, n.º 14 (Suplemento), 1 de Maio de 1926.

cos, vindo o mais significativo (Partido Nacional Republicano Presidencialista) a aderir em 1925 ao Partido Republicano Nacionalista.

Durante a *terceira fase da I República* (1919-1926), desenvolveu-se a instabilidade dentro dos partidos republicanos constitucionais, com dissidências, cisões e fusões, ressurgindo com significado os partidos republicanos radicais (Federação Nacional Republicana e Partido Republicano Radical), mas a circunstância mais relevante, dada a sua vocação e prática de «partido dominante» e principal partido de governo, foi o movimento cisionista no Partido Republicano Português/«Partido Democrático» em 1920 (Partido Republicano de Reconstituição Nacional) e em 1925-1926 (Partido Republicano da Esquerda Democrática).

Este mapa político dos partidos políticos e grupos políticos republicanos, com acrescida pulverização na *terceira fase da I República*, foi também devedor do processo crescente, mas lento, de modernização da sociedade portuguesa, marcado pela abertura institucional, diferenciação cultural, mobilidade social e pelas mudanças estruturais, configurando uma sociedade mais aberta e plural. Porém, permaneciam as relações hierárquicas e clientelares, visto serem ainda características de base das sociedades mediterrânicas do Sul da Europa, seguindo a análise do sociólogo Shmuel Noah Eisenstadt: “Nas sociedades mediterrânicas – Espanha, Portugal, Itália e Grécia – as relações patrono-cliente, tanto na forma ‘tradicional’, como na forma mais moderna de redes partidárias, burocráticas e administrativas, foram, não um factor importante na formação do núcleo da estrutura institucional (à imagem de outros países europeus) mas antes o próprio núcleo [...]”<sup>25</sup>.

Os partidos políticos republicanos portugueses e as suas facções políticas, que por vezes originavam novos grupos parlamentares e novos partidos políticos, exprimiram essa relação de dependência, intrínseca ao *modelo clientelista*, que, na opinião pública, se consagrou pela denominação pessoalizada dos chefes políticos, num processo semelhante ao que ocorrera durante a Monarquia Constitucional: *afonsistas* (Afonso Costa), *almeidistas* (António José de Almeida), *camachistas* (Manuel de Brito Camacho), *machadistas* (António Machado Santos), *sidonistas* (Sidónio Pais), *alvaristas* (Álvaro de Castro), *lealistas* (Francisco da Cunha Leal) ou *dominguistas* (José Domingues dos Santos). António Sérgio referirá sintomaticamente, depois da revolução de 28 de Maio de 1926, que não quer regressar ao *antónio-maria-da-silvismo* (António Maria da Silva), numa carta enviada a Raul Proença em 1927.

A par dos processos de cisão partidária, organizados por essa lógica clientelar, ocorreram processos de fusão partidária e de mudança política pessoal, o que evidencia, seguindo a mesma reflexão de Eisenstadt, a fragilidade interna das elites e de outros actores sociais, manifestada no baixo grau de solidariedade interna, na falta de autonomia simbólica e por vezes organizacional na Europa do Sul.

O sistema eleitoral da I República Portuguesa foi um instrumento para a configuração do sistema de partidos políticos, adoptando a geografia dos círculos eleitorais um mapa muito dividido por círculos plurinominais, com peso numérico relevante nos círculos de Lisboa e Porto – no Continente, 47 círculos em 1911 e 39 círculos a partir de 1915, com a excepção da “República Nova” –, o que favorecia o partido político com a maior rede sócio-política nacional e a mais numerosa presença nas redes burocrático-administrativas do Estado. Esse partido político seria o Partido Republicano Português (“Partido Democrático”), dispendo de uma eficaz máquina organizativa e propagandística. Para a caracterização do seu quase constante domínio político como *partido dominante*, ajusta-se bem a metáfora elaborada por Francisco da Cunha Leal: “[...] transformou-se, pois, no astro central em torno do qual gravitavam os outros Partidos”<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> S. N. Eisenstadt, *Múltiplas Modernidades. Ensaios*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 107.

<sup>26</sup> Cunha Leal, *Os Meus Cadernos. Economia, Finanças, Política, Sociologia*, n.º 2 – *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Corunha, Imprensa Moret, 1932, p. 93.





# Industrialização e sociedade na I República: conflito de interesses

por José Amado Mendes<sup>1</sup>

## Introdução

Antes de entrar directamente no tema – *Industrialização e Sociedade na I República: conflito de interesses* –, gostaria de fazer breves considerações acerca das dificuldades inerentes ao seu estudo.

Em primeiro lugar, exceptuando trabalhos mais recentes – embora nem todos, diga-se de passagem –, a historiografia dedicada à I República tem-se revelado comprometida. Dum lado, encontram-se aqueles que procuram enaltecer os méritos do contexto histórico de 1910 a 1926, secundarizando ou omitindo aspectos negativos. Do outro, temos os que vêem na I República um período para esquecer, ou porque ela pôs fim à Monarquia Constitucional ou (e estes são mais numerosos) porque a instabilidade política, os desmandos e os erros dos republicanos servem de justificação, mais que suficiente, para a ocorrência e a legitimação do 28 de Maio de 1926. Em segundo lugar, por motivos ideológicos e como marca das correntes históricas mais em voga, dos anos 1930 até à década de 70 (sob influência da perspectiva marxista), um certo empolamento dado aos fenómenos de massas, designadamente ao movimento operário, o que levou à realização de numerosos estudos e à publicação de diversos tipos de fontes relativas à componente trabalho, com algum menosprezo e displicência para com as do capital – empresários, patrões, empresas e investidores – que, por se encontrarem do “outro lado da barricada”, isto é, do lado dos “exploradores do proletariado”, não mereciam ser estudadas nem as suas iniciativas deveriam ser publicitadas<sup>2</sup>.

Mas, para dificultar ainda mais a questão, os modelos interpretativos e a falta de definição rigorosa de vários conceitos também não ajudam. É que, seguindo quase à letra o modelo de revolução industrial inglesa – a 1.ª nação industrial, como frisou o historiador Peter Mathias<sup>3</sup> –, alguns têm procurado interpretar a realidade portuguesa à luz daquela, o que ainda hoje sucede, com certos investigadores, o que é completamente desajustado.

Como defendeu Jordi Nadal, anos atrás (o que já não se verificará hoje, pois dirige uma interessante revista dedicada precisamente à *História Industrial*), em relação a Espanha, e que Vitorino Magalhães Godinho praticamente subscrevia, quanto a Portugal, se a Revolução Industrial tinha fracassado, para quê e porquê estudá-la?

Não desejo alongar-me, mas os nossos investigadores também não têm perdido muito tempo em definir, caracterizar e diferenciar vários conceitos, como:

- revolução industrial e industrialização;
- pré-indústria, proto-indústria e indústria;
- fábrica e oficina;
- artesão, operário e proletário;
- associação de classe e sindicato;
- papel dos diferentes tipos de energia, nos vários modelos de revolução industrial/industrialização, etc.

.....  
<sup>1</sup> Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ap.º) e colaborador da Universidade Autónoma de Lisboa.

<sup>2</sup> Observação análoga já foi sublinhada por Carlos Dávila L. de Guerra (compilador), *Empresa e História em América Latina. Un balance historiográfico*, Bogotá, TM Editores, 1996, p. XI-XII.

<sup>3</sup> Peter Mathias, *A primeira nação industrial. Uma história económica da Inglaterra, 1700-1914* (trad. do inglês), Lisboa, Assírio & Alvim, s. d.

## 1. Desenvolvimento industrial na I República

Às dificuldades apontadas devem acrescentar-se as nossas deficientes estatísticas e a variação de critérios, na elaboração e aplicação dos inquéritos industriais. A estes se deve, por exemplo, a disparidade de números, acerca dos quais nem sempre se fornecem os esclarecimentos adequados.

Por exemplo, enquanto alguns autores falam de 400 000 trabalhadores fabris em 1911, dos quais apenas 90 000 trabalhavam em unidades com mais de 10 operários<sup>4</sup>, já noutra fonte, para data aproximada (1907), se refere que «a indústria propriamente dita ocupava menos de 100 000 operários, incluindo mulheres e menores de 16 anos. As informações oficiais colhidas pelo Ministério das Obras Públicas indicavam exactamente 85 600 trabalhadores, sendo 45 000 homens, 25 820 mulheres e 14 780 crianças e adolescentes». Todavia, também se acrescenta: «Mas estas eram estatísticas deficientes: não incluíam a população dos arsenais e oficinas do Estado, não compreendiam a indústria da resinagem nem as demais indústrias agrícolas, não abrangiam, evidentemente, a indústria caseira. Contudo, e até por isso mesmo, os dados revestiam-se de grande interesse, por apontarem a massa obreira autenticamente fabril»<sup>5</sup>.

Para além destas discrepâncias, que balanço se poderá fazer acerca da evolução industrial, nesse curto período de 16 anos?

Obras recentemente publicadas não nos ajudam muito, pois dedicam mais atenção ao período que precedeu a I República ou ao que lhe sucedeu<sup>6</sup>, nomeadamente ao período dos já chamados 30 anos de ouro da economia portuguesa (c. de 1950-1974), durante o qual alguns autores, como César das Neves, localizam o nosso “arranque industrial”, a meu ver, erradamente. A propósito, sublinha o autor: «Sendo um país periférico e pequeno, *Portugal começou o seu processo de industrialização em meados do século XX*». E, pouco depois, acrescenta: «*O país entrou numa clara “descolagem” depois de 1950, registando, no entanto, duas recessões significativas, uma, em meados dos anos 70 e, outra, em meados de 80. O produto real foi multiplicado pelo factor 7 de 1945 a 1992*»<sup>7</sup>.

Entretanto, implantada a I República, em 1910, e na sequência do surto grevista que se lhe seguiu, deflagrou a I Guerra Mundial que, para além do horror humano que provocou – cerca de 13 000 milhões de mortos –, também teve a outra face da moeda, isto é, contribuiu para dinamizar a indústria em vários países, inclusive em Portugal. Com efeito se, por um lado, escasseavam as matérias-primas vindas do estrangeiro e o transporte era dificultado, por outro, também faltavam produtos importados, alguns de primeira necessidade, o que não deixou de ser um estímulo à criação de empresas industriais, em várias zonas do país.

Como exemplo, por mim estudado, posso indicar a área económica de Coimbra, onde, no período focado, foram instaladas numerosas unidades industriais (por exemplo, de têxteis, cerâmica, alimentação e bebidas)<sup>8</sup>. Tratava-se, afinal, de produzir internamente para substituir os bens importados, que não chegavam ao país ou cujos preços as tornavam menos acessíveis à população, em situação de crise económica e social e da carestia dos géneros<sup>9</sup>.

<sup>4</sup> César Oliveira, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Ed. Alfa, 1990, p. 65.

<sup>5</sup> Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI: *Portugal da Monarquia para a República* (coord. de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1991, p. 123.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal. 1700-2000*, vols. I-III, 3.ª ed., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008.

<sup>7</sup> João L. César das Neves, «O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global», *Análise Social*, 4.ª série, vol. XXIX, n.º 128, 1994-4.º, p. 1005 e 1008 (itálico meu).

<sup>8</sup> José M. Amado Mendes, *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.

<sup>9</sup> Ver também a síntese que fiz, sob o título, «A indústria portuguesa: do Ultimato ao Estado Novo, 1890-1926», in Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 242-275.

Não sendo possível seguir, nas presentes circunstâncias, o percurso detalhado da evolução, façamos dois cortes no tempo.

Em 1917, o número de fábricas e oficinas totalizava 5 647, sendo a maioria de pequena e média escala (como hoje, aliás):

- 3 757 (80%): até 10 operários;
- 865: 11-100;
- 19: 501-1 000;
- 6: mais de 1 000<sup>10</sup>.

Os operários eram então 142 000 (com c. de 50% de homens, já que 48 000 eram mulheres e 22 000 adolescentes)<sup>11</sup>.

As indústrias que mais se destacavam eram:

- tabacos;
- têxtil (algodoeira, sobretudo no Vale do Ave, e de lanifícios, com capital na Covilhã, a chamada “Manchester portuguesa”);
- moagem;
- química (após a instalação da CUF no Barreiro, onde em Setembro de 1908 começou a laborar a 1.ª unidade);
- conservas (que, durante o 1.º conflito mundial e anos subsequentes registaram um desenvolvimento considerável, aumentando visivelmente o seu peso nas exportações: 5%, em 1910 e 18%, 20 anos mais tarde<sup>12</sup>);
- metalurgia;
- cimentos (instalação, em Maceira Liz, da cimenteira, por Henrique Sommer).

Apenas 7 anos depois (1924), as estatísticas já indicam 25 000 estabelecimentos industriais (quatro vezes e meia superior às de 1917, quando eram apenas 5647)<sup>13</sup>.

Para além dos números – sempre um pouco áridos –, quais os traços mais relevantes da industrialização do período republicano?

Refiro apenas alguns exemplos:

### **a) Modernização tecnológica e energética**

Como bem notou o Prof. Jorge Borges de Macedo, o desenvolvimento tecnológico não se deixa aprisionar por cortes cronológicos (ao invés do que se verifica com os eventos políticos, como prova o facto de estarmos a focar, aqui, o período 1910- 1926), pelo que é artificial, deste ponto de vista, distinguir e individualizar a Monarquia Constitucional, a I República e o Estado Novo<sup>14</sup>. Trata-se, pois, de continuidades – e, em certos

.....

<sup>10</sup> José Pacheco Pereira, «Características gerais do proletariado português. 1900-1920», *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal. A greve geral de 1918*. Textos de apoio, 1983, p. 9.

<sup>11</sup> J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 127-128.

<sup>12</sup> «À data da proclamação da República, as conservas de peixe entravam com 5% do valor das exportações. Vinte anos mais tarde, significavam 18%. De 1900 a 1930, a quantidade de latas de sardinha, atum e outros peixes quadruplicou, e o seu valor, correspondentemente» (J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 137).

<sup>13</sup> J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *ibidem*.

<sup>14</sup> Jorge Borges de Macedo, *A problemática tecnológica no processo de continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo*, Lisboa, 1980. Sep. de *Economia*, vol. III, n.º 3, 1979.

casos, até de persistências, como diria Arno Mayer<sup>15</sup> –, e não de rupturas. Porém, durante o lapso de tempo que nos ocupa, verificaram-se algumas inovações dignas de referência.

Assim, do ponto de vista energético, incrementou-se a utilização da electricidade. Na Exposição Universal de Paris, em 1900, aquela havia aparecido como a “vedeta” por excelência, a qual viria a revolucionar o Mundo e as nossas vidas, nos séculos imediatos. Ora, o processo de electrificação do país – que viria a entrar em velocidade de cruzeiro a partir de 1945, com o impulso decisivo dado por Ferreira Dias – sofreu incremento considerável com a República. Assim, das 39 novas centrais, no Continente, em 1917 (a maioria das quais térmicas), passou-se para 395 em 1930, com uma potência instalada de 150 000 kw, 36 600 kw dos quais resultavam de energia hidráulica<sup>16</sup>.

Como já sublinhei noutras ocasiões, em numerosos casos, as nossas fábricas queimaram uma etapa no que concerne ao uso energético, passando directamente do aproveitamento da energia hídrica (rodas e turbinas hidráulicas) para as máquinas eléctricas, atenuando assim a nossa dependência do vapor e da importação de grande parte do carvão, como combustível<sup>17</sup>. Assim, ao invés do que sucedeu na Grã-Bretanha, o estudo da revolução industrial/industrialização, em Portugal, não pode ser efectuado a partir da utilização da máquina a vapor (aliás, precocemente introduzida entre nós, em 1821, e não em 1835, como se tem afirmado), cuja difusão foi tardia, lenta e não generalizada.

A mecanização pôde assim avançar (na indústria têxtil, papelreira e outras), sem as limitações impostas pela máquina a vapor, para o que várias empresas instalaram, elas próprias, centrais eléctricas, a fim de alimentarem as suas fábricas, fornecendo por vezes e energia excedente a entidades exteriores, como câmaras municipais (exemplo de Góis, cuja fábrica de papel fornecia electricidade ao município, evento assinalado festivamente, em 1912).

Outras inovações importantes, no período analisado, foram a difusão da máquina de soldar latas, na indústria das conservas, e a introdução do forno a tanque, na indústria vidreira, na fábrica da Amora (Seixal) e em fábricas da Marinha Grande.

## **b) Novas indústrias**

De grande relevância para a industrialização do país foi o desenvolvimento da indústria química, graças à visão de Alfredo da Silva que criou, no Barreiro, a partir de 1908 mas com grande desenvolvimento nas décadas seguintes, o centro industrial sobejamente conhecido. Tendo iniciado a produção naquele ano, em 1911 já ali tinha instalado 6 fábricas; no final da I República trabalhavam no complexo mais de 2 000 operários<sup>18</sup> e, cerca de 1950, alguns anos depois do falecimento do empresário (1942), o grupo CUF, o maior do país desde os anos 1930 até 1974, empregava mais de 50 000 pessoas. Com a empresa – posteriormente grupo –, Portugal deixou de depender do estrangeiro para o abastecimento de adubos e de outros produtos químicos, avançando assim, decisivamente, por um sector industrial característico da 2.ª Revolução Industrial ou 2.ª fase da industrialização, quando noutros ramos, como no têxtil, ainda se vivia o ambiente da 1.ª Revolução Industrial.

<sup>15</sup> Arno J. Mayer, *La persistencia del Antiguo Régimen. Europa hasta la Gran Guerra* (trad. do inglês), Madrid, Alianza Editorial, 1984.

<sup>16</sup> J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 118. Para o ano de 1927, ver dados em Ezequiel de Campos, *Lázaro!... Subsídios para a Política Portuguesa*, 1928, p. 55-56.

<sup>17</sup> José Amado Mendes, «A indústria no Vale do Ave no contexto da indústria nacional», in José Amado Mendes e Isabel Fernandes (coords.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, p. 12-37.

<sup>18</sup> J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 140-141.

Novo impulso foi dado, igualmente, à indústria cimenteira, ao acrescentar-se, à fábrica de Alhandra (construída na última década de Oitocentos), a moderna unidade de Maceira Liz, graças à feliz parceria estabelecida entre o capitalista Henrique Sommer – por alguns considerado o segundo industrial mais importante do final da República – e o prestigiado engenheiro José Osório Rocha e Mello, que se havia especializado na indústria dos cimentos, na Alemanha e na Suíça<sup>19</sup>.

Do exposto, poder-se-á perguntar qual o balanço. A I República, que nos domínios legislativo, educativo, cultural, universitário e da cidadania marcou, indelevelmente, o nosso rumo histórico, deve também ser recordada como tendo fomentado e desenvolvido a nossa indústria?

Eu responderia que, dados os condicionalismos que se enfrentaram, poder-se-á juntar àquela questão uma outra: em tais circunstâncias, como foi possível realizar-se o que se fez e que protagonistas participaram nessa tarefa?

## 2. Ambiente cultural, ideológico e social

Dir-se-ia que o nosso ambiente cultural e mental, desde a época moderna, era mais receptivo à “política de transporte” que à de “fixação/produção”, como bem notou António Sérgio. Nem o passar do tempo apagaria esse legado – que, aliás, persistiu até bem recentemente –, já que, passado século e meio após a Revolução Industrial Inglesa (cujo marco cronológico inicial foi o registo da patente da máquina a vapor, por James Watt, em 1769) e dos progressos verificados, em Portugal, nas últimas décadas do século XIX, ainda se discutia se Portugal poderia ser ou não um país industrial.

O principal defensor da tese, segundo a qual o nosso país, pelo facto de não ter recursos naturais/matérias-primas, não era nem nunca viria a ser uma nação industrial, foi Anselmo de Andrade (em 1902, o que reafirmava em 1918).

Que influência terá tido a sua doutrina na mentalidade do Doutor Oliveira Salazar que, ainda na década de 1960, confessava que, se fosse necessário escolher, entre um meio rural e bucólico e um ambiente industrializado, preferia aquele a este último? Acrescente-se que a teoria de Anselmo de Andrade não deixou de ser refutada – não apenas na prática, por todos os empresários, técnicos e operários que, à causa industrial, têm dado o seu melhor – por estudiosos e políticos.

Mesmo antes de Ferreira Dias sublinhar, na sua notável obra, *Linha de Rumo* (1945), que Portugal não podia passar ao lado do progresso e do desenvolvimento, inerentes ao processo da industrialização, José de Azeredo Perdigão – em 1916 e ainda estudante de Direito – refutou, ponto por ponto, a tese de Anselmo de Andrade, embora seja difícil avaliar com que sucesso, pois a obra, além de o autor ser ainda estudante, foi publicada numa revista jurídica, logo com uma divulgação limitada, em termos de grande público<sup>20</sup>.

Do ponto de vista social e laboral, também o ambiente não foi nada fácil, como se pode inferir pela instabilidade política e pelos sucessivos governos, ao leme do país e, fundamentalmente, devido à combatividade e ao poder reivindicativo do movimento operário. Este, não obstante as suas divisões internas e lutas entre as várias facções – anarquistas e sindicalistas, socialistas e republicanos –, não deu tréguas aos sucessivos governos e levou a cabo um surto grevista de grande intensidade, ao longo dos dezasseis anos da governação republicana.

<sup>19</sup> Gil Braz Teixeira (Pesquisa, organização e apresentação), *Evocação de José Osório da Rocha e Mello*, Lisboa, CIMPO – Cimentos de Portugal, 1991.

<sup>20</sup> Sobre o assunto, ver José M. Amado Mendes, «Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (sécs. XIX-XX)», *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, p. 187-230.

Dado que o assunto tem sido abordado por diversos autores, não será necessário fazer considerações pormenorizadas. Recordarei, no entanto, que pouco tempo depois do 5 de Outubro – para o qual também tinham contribuído os operários e algumas das suas organizações –, o governo publica a chamada “lei da greve” (7 de Dezembro de 1910)<sup>21</sup>, que constituiu uma desilusão, sobretudo para os que tinham depositado expectativas elevadas, quanto àquilo que o regime republicano lhes poderia trazer de vantajoso. Mas o governo republicano reconhecia, em termos legislativos, não só o direito dos operários mas, de forma similar, também a direito de os patrões encerrarem os estabelecimentos. Assim, no art.º 1.º da referida lei, pode ler-se: «É garantido, aos operários, bem como aos patrões, o direito de se coligarem para a cessão simultânea do trabalho».

Ora, a não aceitação de parte das reivindicações dos trabalhadores e a própria repressão sobre os movimentos grevistas a partir de 1911 (inclusive com duas mortes, em Setúbal, pela GNR, em inícios de 1912) foram agravando a tensão social, contribuindo para o desencadear de centenas de greves, um pouco por todas as zonas industriais do país, embora com destaque para os maiores centros urbanos e, quanto ao meio rural, para o Alentejo.

A I Grande Mundial, a partir de 1914, contribuiu também para piorar as condições de vida e para elevar o preço dos géneros – dando origem à conhecida questão das “subsistências” –, incluindo os de primeira necessidade. Em 16 de Março de 1916, é criado o Ministério do Trabalho (durante a 1.ª Presidência de Bernardino Machado, 1915-1917), constituído por duas Direcções Gerais, uma das quais A Direcção Geral de Previdência Social e Subsistências, com serviços relativos a diversas matérias que diziam respeito aos operários: associações de classe, seguros, custo de vida, etc<sup>22</sup>.

A entrada de Portugal na Guerra, pouco depois, e o golpe sidonista (1917) contribuíram igualmente para o acicatar da luta operária (por exemplo, foi marcada uma greve geral, para 18/11/1918), a qual foi igualmente atravessada pelas lutas intestinas, entre anarquistas, sindicalistas e outros grupos e pela fundação (em 17/3/1921) e pela actuação do Partido Comunista Português, a partir de então.

Não vale a pena dar pormenores acerca da estatística grevista, pois estudos de Carlos da Fonseca<sup>23</sup>, e outros mais recentes, estão acessíveis. Todavia, lembro apenas que, de 1890 a 1925, temos registo de 595 greves, 500 (94%) das quais durante a I República<sup>24</sup>, embora a sua legalização, em 1910, deva ser tida em conta.

Que motivos levavam os operários a recorrer tão frequentemente à greve? Eram diversos. Porém, em primeiro lugar, encontravam-se, logicamente, as reivindicações salariais e, em segundo, pelo menos nos primeiros anos da República, lutava-se pela redução do horário de trabalho. Esta, que em 1910 ultrapassava, em média, as 10 horas diárias, foi depois sendo reduzida por sectores (empresas do Estado, trabalho em minas, fábricas de gás, escritórios e bancos), até que, em 1919, foi estabelecido o horário laboral de 8 horas, para a indústria.

Mas outros motivos foram igualmente causa de greve como, por exemplo, a mecanização na indústria das conservas ou na indústria da cortiça, a carestia de vida, o preço dos géneros e as difíceis condições de trabalho, as empreitadas (por exemplo, relativamente aos tanoeiros).

Em certos casos, as greves não tinham apenas motivos de pragmatismo imediato, mas sim fundamento ideológico, contestando o próprio sistema capitalista. Como afirmavam operários da indústria das conservas de Setúbal, acerca da mecanização: «Não há dúvida: a máquina é o progresso, ela é necessária, ela é

.....  
<sup>21</sup> Decreto com força de lei de 6 de Dezembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 53, 7 de Dezembro de 1910, p. 685.

<sup>22</sup> Lei n.º 494, *Diário do Governo*, I Série, n.º 51 – Suplemento, de 16 de Março de 1910, p. 263 a 264.

<sup>23</sup> Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias anarquistas em Portugal*, vols. I-IV, Lisboa, Publicações Europa-América, 1976-1984.

<sup>24</sup> José Manuel Ferraz, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)», *Análise Social*, vol. XI, n.º 2.º e 3.º, 1975, p. 467.

fundamental para que a sociedade evolua. Simplesmente, ela não deve estar ao serviço do capitalismo que se serve dela para lançar na miséria famílias e famílias sem com isso se preocupar, mas sim o serviço do trabalhador, diminuindo-lhe o tempo e melhorando as condições de trabalho» (1911)<sup>25</sup>.

Noutros casos, contestava-se a presença de capital estrangeiro. Por exemplo, em 1911 podia ler-se num periódico (*Lumen*, 5.10.1911): «E acobertado com a bandeira içada no alto da sua fábrica, o patrão estrangeiro goza verdadeiro privilégio, que muito embora ilegal, produz o seu efeito e o coloca numa situação vantajosa em face a todos os nacionais»<sup>26</sup>.

Gostaria de dar idêntico relevo ao outro lado da questão, isto é, ao *lock-out*, utilizado pelos empresários e patrões, à sua luta e às afrontas que muitos sofreram. Mas, além da falta de tempo, neste campo os estudos são mais raros. Salvo raras exceções, temos dedicado pouca atenção à história das organizações empresariais e à história das empresas, à biografia e prosopografia de patrões, líderes e investidores industriais.

Conhecemos já, no entanto, algo por que passou aquele que foi, incontestavelmente, o maior empresário português do século XX, Alfredo da Silva (1871-1942).

Quando a “sua” CUF já era uma referência económica e social, no contexto industrial português, foi vítima de vários atentados, sendo obrigado a refugiar-se, em Madrid e Paris (1921-1927), donde foi dirigindo os seus negócios, com mão férrea, como era seu timbre<sup>27</sup>.

A sua acção empresarial tem sido muito elogiada, mesmo por alguns com quem se desentendeu, como Ferreira Dias, que o apontou como dos poucos exemplos (tal como, na têxtil algodoeira, Narciso Ferreira e Henrique Sommer, nos cimentos) de empresários que têm a ousadia de correr riscos, sem terem, à partida, qualquer certeza de sucesso<sup>28</sup>.

A ele também se referiu Fernando Pessoa, na seguinte passagem, com a qual vou terminar:

«Se percorrermos, olhando sem óculos de nenhum grau nem cor, as paisagens que nos apresentam as produções e as improduções do nosso escol, entendendo por escol o escol literário e artístico, o escol político e jornalístico, e o escol industrial e comercial, facilmente notaremos que o provincianismo é o seu característico comum e constante». Mas acrescenta o autor de *A Mensagem*: «Faço uma leve reserva quanto ao escol industrial: não há entre os nossos intelectuais, artistas, jornalistas ou políticos alguém cuja iniciativa e poder de coordenação se compare com os de, por exemplo, o Sr. Alfredo da Silva no campo industrial»<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> Maria da Conceição Quintas e tal., *Greves-Sindicalismo – Setúbal 1910/13*, Setúbal, Ed. da Assembleia Distrital de Setúbal, 1981, p. 274.

<sup>26</sup> Maria Filomena Mónica, *A Formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*, Lisboa, fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p.135-136.

<sup>27</sup> Manuel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva. Biografia*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004. Ver também, do mesmo autor, *Manuel de Mello. Biografia*, Lisboa, Edições INAPA/Fundação Amélia da Silva Mello/José de Mello, 2007.

<sup>28</sup> J. N. Ferreira Dias Jr., *Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos (1926-1962)*, t. I, Lisboa, Banco de Portugal, 1998, p. 116.

<sup>29</sup> Fernando Pessoa, *Ultimato e Páginas de Sociologia Política*. Recolha de Textos de Maria Isabel Rochete e Maria Paula Mourão. Introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, apud Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva*, p. 187.





# Ética e República O cidadão ideal

por Amadeu Gonçalves<sup>1</sup>

Para o Dr. Manuel Sá Marques  
mais do que amigo do Museu Bernardino Machado  
com cordialidade, respeito, admiração e amizade  
pelas constantes referências à minha pessoa

“A educação deve ser rasgadamente liberal.”

“A educação deve acelerar a emancipação individual.”

“O amor da liberdade é a forma sublime do amor-próprio; porque é o amor da nossa integridade para o bem.”

“A nossa fórmula, pois, é a instrução.”

Bernardino Machado

Começo, precisamente, por tentar estabelecer o propósito da minha conferência, a qual se situará em duas partes, as quais não se diferenciam, mas que entre si se interligam. Se, por um lado, pretendo estabelecer a relação dos três princípios republicanos, a saber, Liberdade, Ordem e Trabalho, veremos o quanto tais princípios estão entre si inter-ligados numa base edificante educacional, de instrução e de civismo, sendo o corolário a ética; e, por outro lado, se tais princípios serão vivenciados na obra pedagógica de Bernardino Machado, tipificando não só uma filosofia da educação, como igualmente o seu sentido prático, o sentido de uma filosofia prática. Esta filosofia prática e/ou educação tentarei igualmente evidenciá-la nas *Notas Dum Pai*.

Refiro, para começar, um diálogo entre Sócrates e Teeteto, o qual, a determinada altura, assim termina, nas palavras de Sócrates:

... não há dúvida de que não começamos a nossa conversa para descobrir o que não é o saber, mas para descobrir o que é. Mesmo assim, avançamos o bastante para não o buscar de modo algum na sensação, mas naquilo – chame-se-lhe como se quiser – em que a alma em si e por si se ocupa das coisas que são. (Platão, *Teeteto*, 187a)



<sup>1</sup> Técnico Superior Município de Vila Nova de Famalicão. Conferência pronunciada no dia 30 de Junho de 2010 na Biblioteca Municipal de Barcelos, na apresentação das actividades da Câmara Municipal de Barcelos no âmbito das Comemorações do Centenário da Implantação da República em Portugal, em representação da Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática, na qualidade de seu Presidente da Assembleia-Geral.

Talvez se perceba melhor esta asserção socrática, através da seguinte proposição de Wittgenstein, na parte final do seu *Tractatus*: “Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio.” Tais asserções, principalmente a de Sócrates – a de Wittgenstein serve para demonstrar o que se pretende –, sirva para mostrar que, há mais de dois séculos, a realidade é a verdade intrínseca das coisas, ou melhor, que a verdade se encontra na realidade intrínseca, está mais presente no pensamento filosófico desde sempre do que à primeira vista parece. O próprio Bernardino Machado, nas suas *Notas Dum Pai* evidencia-nos este contacto, este paradigma de um saber, de um conhecimento presente não já numa verdade teológica, mas numa verdade antropológica, tal como Sócrates fez relativamente ao pensamento cosmológico da sua época:

Todos os sistemas morais se podem, logicamente e também cronologicamente, reduzir a duas categorias, conforme colocam o centro da vida fora ou dentro do universo.

Os primeiros geram-se na meditação melancólica dos que descrevem do reinado de justiça sobre a terra e apelam para as perspectivas duma estância melhor, onde ela triunfe eternamente; mas, pregando o sacrifício de todos, a sua doutrina, para extirpar o mal, ameaça tudo destruir. Filha do amor, quantas vezes se converte em instrumento de ódio e cobre os campos de cadáveres e os corações de luto! *Inspiradora não só de desprezo das grandezas terrenas e da própria mortificação, mas até do desapego do trabalho útil e das legítimas afeições*, ela cria um egoísmo de beatificação, que, rompendo a solidariedade de cada homem com as outras criaturas, excita-o, numa febre niilista, a espalhar diante de si o extermínio, como que em busca, através das ruínas e da morte, das regiões gloriosas de além-túmulo.

Para os outros, o reino do Senhor é o deste mundo. E, contanto que ninguém incorra, orgulhosamente, no erro antropocêntrico de supor que tudo conviria em seu proveito, não há doutrina mais salutar. *Melhorar o mundo, torná-lo cada vez mais habitável e habitado por almas livres, eis o verdadeiro ideal de paz e amor. O fim do homem é a criação, não a mortificação.* (Bernardino Machado, *Notas Dum Pai*, 2010) (itálicos meus)

O que aqui temos é para demonstrar, principalmente com Sócrates, as outras referências são caminhos para se perceber o nosso caminho, vai ao contrário de alguns filósofos que atribuíram ao iluminismo a reconversão da verdade revelada perante o ser humano na sua própria realidade, uma verdade que não se transcende, mas que se situa na interioridade do mundo, que se encontra na razão ou na razoabilidade do humano, a tal maturidade kantiana. E, se ao longo do século XIX, nos surge tal alteração de paradigma de uma forma mais acentuada, na conversão de um possível mundo sem Deus (com Feuerbach, com Marx, o niilismo de Nietzsche, em Darwin ou em Wallace, na vontade de Schopenhauer e, finalmente, o caso paradigmático de Comte com os seus três estados que irá influenciar decididamente o republicanismo em Portugal, o teológico, o metafísico e o positivo, radicalizando-se na veneração da Humanidade), servem tais referências para exemplificar que elas, directa ou indirectamente, as encontramos em Bernardino Machado, reformulando e adaptando à construção do seu edifício, o qual se tipifica, assim o denomino, numa ética social direccionada para o bem comum. Este será o ideal republicano centrado na ideia de um ontologismo político, o qual está bem explícito, demonstrado e justificado, no filósofo contemporâneo Daniel Innerarity (*O Novo Espaço Público*, 2010):

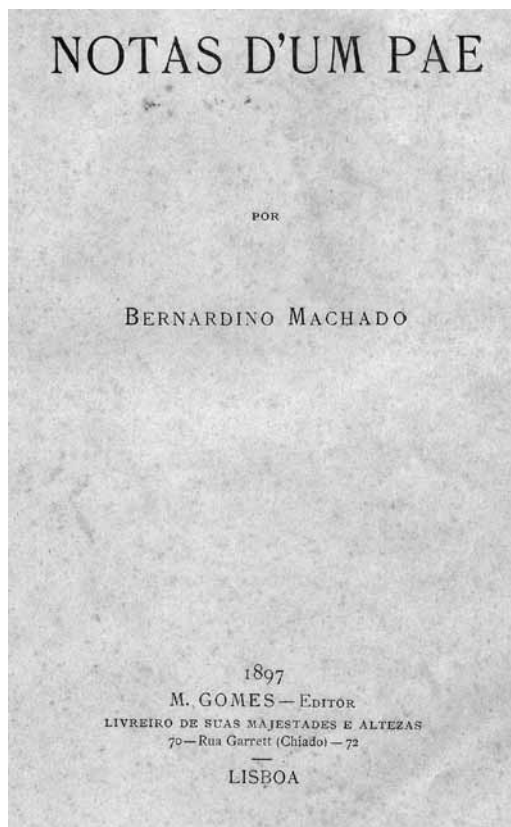
O que está em primeiro plano no modelo republicano de esfera pública não são os interesses dos sujeitos, já dados de uma vez por todas, ou visões do mundo irremediavelmente incompatíveis, mas processos comunicativos que contribuem para formar e transformar as opiniões, os interesses e as identidades dos cidadãos. A finalidade desses processos não é satisfazer interesses particulares ou assegurar a coexistência de diferentes concepções do mundo, mas elaborar colectivamente interpretações comuns da convivência. A ideia atomística do indivíduo como sujeito autónomo e irreduzível nas formas que constituem a intimidade da sua esfera privada opõe-se uma concepção profundamente política dos indivíduos e das colectividades, centrada nas respectivas capacidades para constituir a sua identidade no decurso de processos públicos de autodefinição. A esfera pública desempenha uma função central nesta formulação.

Este será, igualmente, o ideal de Machado e dos republicanos. No caso de Machado, principalmente nas *Notas Dum Pai*, e noutros textos pedagógicos, como igualmente nos políticos, apesar de, em alguns momentos, não simpatizar ainda com os republicanos, questionando o tipo de opinião pública e de cidadania que estarão a criar para Portugal, mas, por outro, afirma-se socialista, e, antes da sua adesão ao Partido Republicano em 1903, liberal progressista, conforme nos diz nas suas intervenções parlamentares. E toda a reformulação teórica de uma possível sociedade sem Deus, entre aquilo que poderá ser público e privado, pelo menos ao nível das crenças, terá o seu corolário com a Lei da Separação da Igreja e do Estado, promulgada por Afonso Costa, de 1911, confirmando o laicismo republicano, a tal ética laica republicana. Mas, Bernardino Machado para alcançar o seu edifício de uma ética social, percorre um longo caminho teórico e, ao mesmo tempo, prático (nomeadamente, esta praticidade pode ser vista e lida durante o tempo em que foi ministro em 1893 no governo de Hintze Ribeiro (*Obra Pedagógica – T.I.*, 2009, relativamente à organização do ensino técnico-profissional), estando na base dessa mesma ética social a instrução e a educação, conceitos que muito bem distingui, mas também os relacionando, ao contrário de alguns pedagogos convencionais e institucionais do nosso tempo, para os quais a instrução se remete à educação, ou então instrução e educação remetem-se simplesmente ao conhecimento pós-moderno.

Gostava, antes de avançar um pouco mais, e com aquelas distinções de Machado, apresentar o seu retrato, feito por Ramalho Ortigão, representando-nos como sendo o ser humano ilustrado da época, cujo retrato completa com o que já dissemos atrás. Consta assim:

Este jovem professor da Universidade tem uma reputação estabelecida de grande talento e vasta erudição. É um dos mais celebrados representantes do novo professorado da jovem academia, em dissidência, quase em revolta com o velho e decrépito instituto. É citado como um dos tipos mais perfeitos do erudito moderno, prófugo do metaficismo universitário, retórico e caturra, versado em toda a história do experimentalismo das novas escolas da ciência, na filosofia e na literatura, possuindo na ponta da língua o seu Augusto Comte, o seu Darwin e o seu Haeckel, a física de Helmholtz, a química de Wurtz, a biologia segundo Huxley e segundo Tyndall, a fisiologia de Claude Bernard, de Luys e de Maudsley, os sistemas filosóficos de Stuart Mill, de Bain, de Hartmann, de Schopenhauer e de Proudhon, e de toda a literatura dos escritores naturalistas. Magro, seco, nervoso. Larga testa poderosa, sorriso fino, olhar penetrante, e toilette escrupulosíssima. (Ramalho Ortigão, *Farpas*, 2005)

Retomando, será precisamente numa carta a Oliveira Martins, com a data de 3 de Outubro de 1886, que Machado distingue aquilo que é a educação e aquilo que é a instrução. Assim, para Machado “a instrução é um capital, o único que está em nós indefinidamente”, desenvolvendo “as faculdades produtoras do homem, dota-o com conhecimentos, que são a matéria-prima sobre que operem.” Por seu turno, o que constitui a base da educação são “as verdades morais, que o tempo acrescenta, porque a moral, como toda a ciência,





além da relação e da acentuação real e vivencial entre professor-aluno e vice-versa), do ensino comercial, do ensino feminino, dos estudos comerciais e industriais, etc. Toda esta refundação do sistema educacional tem um único objectivo: a construção do cidadão ideal para a edificação de uma ética social.

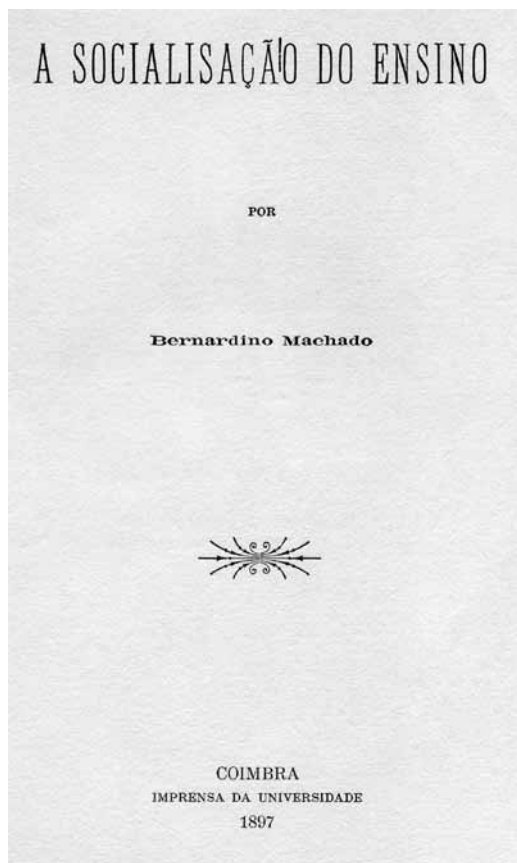
Nesta perspectiva, não deixam de ser curiosas as conclusões que então saíram do Congresso Pedagógico de Madrid, em 1892, tendo sido Machado o seu Vice-Presidente. Senão vejamos: competência pedagógica dos professores; a sua ascensão profissional; a necessidade de se ministrar por igual a educação a ambos os sexos; a necessidade de se acudir como pensões (bolsas de estudo), aos talentos desperdidos de fortuna; a criação de escolas especiais; dar um sentido liberal ao ensino; a relação do ensino com a sociedade, para uma clarificação das obrigações sociais por parte do estudante; a necessidade de se estreitarem as relações entre discípulos e entre professores e discípulos, de ambos os sexos, para a escola ser a imagem idealizadora da sociedade; uma

está em perpétua elaboração.” Machado está, desta forma, consciente da mutação da ética e dos valores, da mutação da própria ética no tempo.

Relativamente à instrução, o que temos em Machado é uma preocupação organizativa e institucional, não só pela existência e criação de um Ministério da Educação e da Instrução Pública, na reorganização e na reformulação dos estudos ao nível do primário, secundário e universitário (para

nacionalização do ensino, para uma prospecção patriótica em direcção ao futuro, numa perspectiva criativa.

Nestes princípios conclusivos do Congresso Pedagógico encontramos muito da base teórica da ética social de Bernardino Machado. Ora, desde 1883 que propõe um programa exemplificativo para esse possível cidadão ideal. Num texto intitulado *A Política de Ensino*, defende Machado que a instrução nunca será completa se não oferecer “ao estudante uma faculdade real”, para assim “o habilitar para o exercício social.” Esta ideia configuradora vai repetir-se num *Discurso* que proferiu no Porto em 1883 e num outro texto, este já tardio, *A Socialização do Ensino* (1897). O que está em causa é a multiplicação e a difusão do ensino primário, o qual “é o baptismo social de todo o homem moderno”, para, não sem traços do utilitarismo de Mill, o fundamento da felicidade individual e da felicidade pública. Desta forma, a união da educação e da instrução para a constituição de uma nova sociedade, até porque “é indispensável” que o “estudante se torne activo, capaz de se governar e de acrescentar uma componente de força na vida solidária da nação”; e esta “força”, entenda-se aqui como aquela vontade que promove a acção moral, tendo na liberdade a sua condição de possibilidade.



Por seu turno, no texto *A Socialização do Ensino*, defende Machado a ligação da instrução com o trabalho e, paralelamente, para além de possibilitar ao operário a ascensão profissional, adverte-nos, que não se deve esquecer que na prática surge-nos a ética, imprescindível para a edificação social.

É que ninguém seja lícito seguir um curso de instrução secundária, nem que esteja ao mesmo tempo fazendo o seu tirocínio oficial, nem se permita ao cesso a uma faculdade ou escola superior a quem não seja ainda mestre em alguma profissão; e, reciprocamente, que a todo o aprendiz que se prepara para operário, se franqueie o ensino médio burguês, como a todo o operário que se prepara para mestre, se abram as últimas portas dos liceus, de tal modo que, depois de haver passado de operário a mestre, o mesmo individuo vingue ainda habilitar-se a assumir um dos primeiros cargos sociais. / [ ] Sem esta revolução hierárquica, nunca o ensino seria democrático, nem moral. Acrescento: nem verdadeiramente eficaz. Toda a instrução que não convirá para um serviço ou não parta dele, é vã.

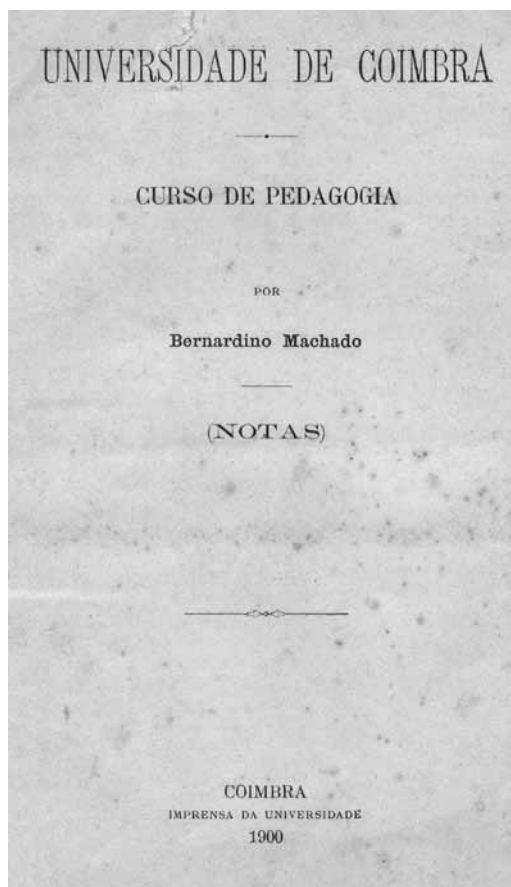
Desta forma, o ensino tem em Machado uma dupla função: por um lado, cito, “a missão da escola é desenvolver tanto as nossas faculdades de comunicação com os nossos semelhantes, isto é, de expressão, como de acção sobre o mundo físico, isto é, de produção; e não é apenas industrial, é não menos uma missão científica e artística e, acima de tudo, uma missão moral”; e para além de desenvolver as nossas faculdades comunicativas e da sua acção sobre o mundo, económica e moral, o ensino tem, assim, uma função direccional. Nas *Conferências de Pedagogia* (1900), e logo na lição inaugural, Machado aponta essa função direccional nos seguintes termos:

Todos falam de ensino, vários o professam, mas poucos sabem o que ele é. Nem admira, porque entre nós, ensinam-se já muitas coisas, mas *ainda se ensina mal a ensinar*. / Que é o ensino? O ensino é uma direcção, um governo. Não há essencialmente diferença entre ensino e governo. Um e outro pode ser artístico, individual ou científico; e, em qualquer dos casos, deve ser moral, convertendo-se em religioso, económico ou político.”

Conclui que “ensinar é uma função social”. Assim, o facto de Kant aparecer em algumas passagens do pensamento pedagógico de Machado, igualmente no ético, não significa que o tome à letra, mas reformula-o perante a constituição da sua ética social, e não só perante o bem individual, como também o do comum. É o que acaba por nos dizer num opúsculo de 1908 intitulado *Só a República é a Verdade*. E se em Kant a consciência do dever moral surge como algo individual, em Machado essa consciência é uma consciência do dever moral socializado na pessoa, perante uma formulação em cadeia ascendente, lembrando Comte. Cito:

i.

A virtude sobretudo se democratizou. Hoje a moral, que é a moral kantiana, já não proclama a obediência passiva aos poderosos, mas a obediência activa, militante, à razão, ao seu imperativo categórico, ao dever, e o dever manda sacrificarmo-nos, não pelos felizes



poderosos, mas pelos necessitados, pelos pobres, pelos mais fracos e humildes. A sagrada trilogia moderna é esta: pelo povo, pela mulher e pelas crianças. *De todas as misérias nos cumpre defendê-los, mas principalmente da miséria moral, da servidão, que é a origem revoltante das outras.*

ii.

Tudo no universo caminha ansiosamente para a liberdade. E, assim como o homem atravessa na vida três períodos, o da emotividade mais desapoderada, o da acção mais turbulenta e o da natureza da consciência independente, assim a sociedade é primeiro teocrática, depois feudal e finalmente civil. *Governam sucessivamente as paixões, a força dos interesses e a razão esclarecida e livre.* (itálicos meus)

Nesta ordem de ideias, e como que já tenho dito, tal construção do edifício de uma ética social para o advento do cidadão ideal, deve-se simplesmente não só para combater a ignorância no campo do conhecimento, mas, acima de tudo, o mais importante, a moral. Num texto intitulado *A Sociedade de Instrução do Porto* (1883) diz-nos mesmo que “a ignorância é a causa de todas as misérias” e em três perspectivas: torna o ser humano fraco, torna-o num mau cidadão e desfalece-se nele as virtudes morais, sem as quais, e aqui era onde queria chegar, “os povos” não “fraternizam na coesão de uma mesma família.” Esta ideia de cordialidade, não sem alguma ingenuidade, a qual trará a Machado alguns dissabores, para uma coesão social a bem da humanidade, leva-o à conclusão que “a ordem é a união das almas”, eis “a fraternidade social”. Esta é uma ideia que Machado desenvolve particularmente nos textos políticos e, principalmente, nas *Notas Dum Pai*. Quando nos diz em 1905, em plena campanha eleitoral, que “a ordem só se estabelece fundamentalmente pelo respeito de todos os direitos do homem e do cidadão”, e de que “o mundo moral moderno é, em grande parte, a obra da integração social”, pretende proclamar que o ideal de ordem republicana, que é a paz, só se consegue atingir pela Liberdade. Desta forma, a possível transformação dos valores nietzchianianos, encarna em Machado na hipótese de “uma nova ordem das coisas” e, precisamente, esta *nova ordem das coisas* é o que vamos encontrar nas *Notas Dum Pai*.

Ora, o que as *Notas Dum Pai* tem representado no pensamento pedagógico de Machado é, nada mais nada menos, a ideia de uma psicologia das crianças baseada no método da observação comportamental. Neste caso, é o que nos diz Rogério Fernandes, para o qual “a obra de Machado apresenta afinidades doutrinárias com o movimento da “Escola Nova”. Claparède aponta as *Notas Dum Pai* entre os primeiros contributos para o estudo da criança, mediante a observação directa dos seus comportamentos...” Nesta linha, temos também o pedagogo António Figueirinhas, o qual radica “a razão clara, a conclusão lógica e natural de toda uma série de reflexões pessoais”, salientando “o produto de uma profunda intuição de psicólogo”; e mesmo Severo Portela foca-nos que as *Notas Dum Pai* é útil para os psicólogos. Actualmente, temos, até hoje, que eu conheça, a única visão de conjunto, analisando as linhas condutoras das *Notas Dum Pai*, análise de Norberto Cunha, coordenador científico do Museu Bernardino Machado (V. N. de Famalicão) e das *Obras de Bernardino Machado*.

Mas, em 1897, surge uma opinião bem diferente das que temos vindo a falar com Gonçalves Cerejeira, republicano famalicense, num texto que publica no jornal *O Porvir*, de Famalicão, na sua rubrica *Palavras Vermelhas*, na recepção que então realiza à 2.ª edição (1897), em cujo texto foca o que aqui nos interessa salientar: uma filosofia da educação num contexto prático. Assim, o que Cerejeira salienta inicialmente de Machado é que ele é o lutador pela “causa da instrução popular e da educação portuguesa”, focando, e cito:

... que muitas daquelas pequenas notas tão grande e original é o seu alcance de actualidade e interesse social, que dariam, desenvolvidas e esplanadas, volumosos tratados relativos aos mais variados ramos da ciência e da filosofia. Porque as *Notas Dum Pai*, metodicamente deduzidas e concatenadas, tratam de tudo em poucas palavras, fazem um livro, por assim dizer, enciclopédico, mas visando singularmente a este objectivo supremo – a educação. O seu autor, porém, evidenciando as suas poderosas faculdades de análise e observação e concomitantemente o seu poder de generalização e síntese, elaborou uma espécie de *filosofia da educação, em pequenas notas tão simples, tão claras, tão surpreendentes, mesmo pela sua flagrante realidade prática* (itálico meu)

Destaco de Cerejeira duas ideias: a filosofia da educação e a realidade prática. Assim, o que pretendo evidenciar, em traços gerais é, particularmente, essa mesma filosofia da educação para a elevação do civismo da sociedade portuguesa. O que encontramos nas *Notas Dum Pai* é, não só a existência, de uma psicologia infantil, porque não uma filosofia para crianças, como também, ao mesmo tempo, a evidência de uma teoria do carácter e da personalidade. Temos vários tipos de educação (a real, a prática, a oral, a intelectual, a qual se encontra subdividida na artística, na física e na económica), estabelece um catálogo das virtudes (curiosidade, serenidade, esperança, confiança, simpatia, vontade, harmonia, cordialidade, bondade, patriotismo, etc.) e de vícios (frivolidade, exagero, idiotice, egoísmo, estupidez, preguiça, fraqueza, etc.). Desenvolve teoricamente a educação feminina, a educação social, uma filosofia política e realiza uma crítica à educação humanista, considerando-a egoísta, proclamando uma educação geral. Nesta educação



geral tem papel predominante o professor, um prático para cativar as “almas” e só assim se conseguirá uma reforma, a qual consiste “em sair-se das escolas para as profissões e só destas para a vida pública” sendo a educação profissional “mais do que humanista”.

Será, pois, neste cenário sócio-educativo e ético que Bernardino Machado pretendia a edificação de um novo cidadão e, concomitante, uma nova sociedade. A questão a saber é se os três princípios republicanos, Liberdade, Ordem e Trabalho, se concretizaram, assim como os seus contributos para o futuro que é hoje e será amanhã.





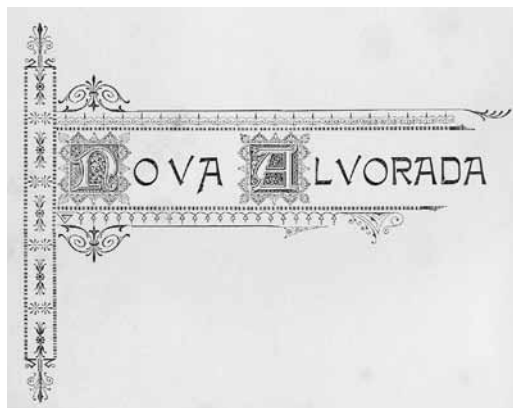
# A “nova alvorada”: O espírito comemorativo republicano (1891-1899)

por Amadeu Gonçalves<sup>1</sup>

É uma visão de combate por uma certa visão do nosso Passado, eivada de certas ilusões do século, mas atravessada por um intenso e nobre fervor patriótico, orientado para o Futuro.

Eduardo Lourenço

A faceta do espírito comemorativo esteve bem presente, por um lado, não só na organização do Partido Republicano nas estruturas locais, como também, por outro lado, na propaganda efectiva dos seus ideais pela imprensa, seja na política ou na de ordem cultural, visando, acima de tudo, a elevação moral e cívica da sociedade portuguesa. Se o espírito comemorativo republicano tem o seu início com o IV Centenário de *Os Lusíadas* (1880), e em outras celebrações posteriores nos finais do século XIX, no nosso caso concreto, a revista famalicense vai precisamente incorporar esta genuína faceta de propaganda republicana para, nas palavras de Eduardo Lourenço, se entronizar no espírito colectivo a ideia de que o autêntico amor da Pátria e da Liberdade não só se opõem, como se interligam. Aqui está bem patente a noção hegeliana do espírito do povo – *Volksgeist* – na qual a pessoa, nas suas características ontológicas, não é absorvida por esse mesmo espírito colectivo, mas que o assimila, partindo do princípio que tenha uma participação naquilo que a ultrapassa, a exprime e a define: a família, a cultura e o povo, estando bem patente a noção de liberdade pessoal.



Gonçalves Cerejeira  
Homenageado na abertura inaugural do Centro Republicano Dr. Bernardino Machado, em V. N. de Famalicão (1909)

<sup>1</sup> Técnico Superior Município de V. N. de Famalicão. Conferência pronunciada na Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, em Maio de 2010, no Congresso “I República e a Educação”.



Assim sendo, as estruturas locais do Partido Republicano não fugiram a este duplo ideal: a comemoração das figuras gradas não só da comunidade, no nosso caso em particular a famalicense, como também de âmbito nacional e internacional. Quando em Novembro de 1909 Bernardino Machado vem a V. N. de Famalicão proferir a conferência no Centro Republicano (e com o seu próprio nome) com o título *Têm Liberdade os Monárquicos em Portugal?*<sup>2</sup>, (em 14 de Novembro) foi, precisamente, um acto não só de propaganda política, como igualmente para os republicanos famalicensenses homenagearem o republicano conterrâneo Manuel Dias Gonçalves Cerejeira (1871-1899) – avô de Armando Bacelar. Cerejeira, conhecido não só como republicano, mas igualmente como poeta (*Cinzas*, 1896), teve sempre uma intensa actividade política em favor do ideal republicano, quer em Braga como estudante liceal, quer em Coimbra como estudante universitário e em Famalicão.

Em Braga, começou a escrever nos jornais académicos *A Pátria* e *Canto Académico*, fundando a *Alma Nova*, de combate anti-monárquico e anti-jesuítico, redigindo-o até à sua ida para Coimbra. Nesta cidade

foi um dos fundadores do Cenáculo, promovendo a homenagem a José Falcão com a publicação da *Cartilha do Povo* (editada na Tipografia Minerva e com uma subscrição pública em Famalicão), tendo sido ainda em Coimbra um dos redactores do jornal *Portugal*. Em Famalicão escreveu no jornal *O Porvir*, de Sousa Fernandes, o órgão do Partido Republicano famalicense, a sua mais do que famosa coluna *Palavras Vermelhas* (continuada com o mesmo título por dois republicanos, Américo de Castro e Nuno Simões).

<sup>2</sup> In *Pela Republica: 1908-1909 – II*. Lisboa: Editor-Proprietario, Bernardino Machado, 1910, pp. 673-697. Não deixa de ser curioso, que o próprio Bernardino Machado acaba por realçar alguns famalicensenses e políticos nacionais que se então destacaram, todos convivendo na Casa da Vila, em “recepções e banquetes políticos em casa de meus pais”. Cito: “Já houve em Portugal uma monarquia liberal. Aqui em Vila Nova de Famalicão, pulsou já fortemente a vida pública. Tínhamos oradores populares. Neste concelho houve um de impressionante eloquência natural, Narciso dos Carvalhais, tio do célebre poeta brasileiro, Casimiro de Abreu. Estou a vê-lo passar ferosamente à testa dum magote de manifestantes, que soltavam vivas, e Júlio Dinis, que se achava doente, a ares, neste mesmo edifício, onde era então a estalagem da Eugénia, a boa Eugénia, vindo à janela e dando com ele, puxar pela carteira e pelo lápis e pôr-se a desenhar-lhe a figura cortante e o gesto intrépido, marcial. Nesse tempo os deputados davam conta do seu mandato aos eleitores. Aqui veio repetidamente dar-lhes em recepções e banquetes políticos em casa de meus pais Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, notável parlamentar, por todos então indigitado para ministro na primeira situação do seu partido, que, duma dessas vezes, fui, dias depois, encontrar no Bom Jesus do Monte a descansar das lides oratórias, lendo a *História da Filosofia em Portugal* do Dr. Lopes Graça e a *Poesia do Direito* do Dr. Teófilo Braga [...] / Que saudades eu tenho desse tempo! A minha casa era um centro de actividade política. Nela fiz a minha iniciação, sob os auspícios do nosso querido Torres, de Castelões, que logo prognosticou generosamente que eu havia de ser ministro, enganando-se só com a pasta. Raro era o dia em que eu não ouvisse meu pai dizer para minha mãe: «Manda por mais um talher à mesa!» E não esqueço nunca que era ela, minha mãe, quem, com a sua nobre figura, parecia querer comentar ternamente a política liberal de meu pai, indo ela mesma abrir a porta ao pobres para lhes dar, com a esmola a carinhosa consolação das suas palavras.” (pp. 695-697).

Aliás, Fernandes, na abertura da sessão na homenagem a Cerejeira (segundo o *Estrela do Minho* de 21 de Novembro de 1909), pronuncia as seguintes palavras, melhor, as seguintes ideias: “Acentua a importância dos Centros Democráticos de propaganda e instrução. Organizando naquela vila um desses núcleos, criava-se uma obra cuja utilidade não beneficiava apenas o Partido Republicano, visto que ele concorria também para a instrução e a educação cívica do povo.” E mais à frente: “Faz depois a apologia do credo republicano e afirma a necessidade de instruir e de educar o povo, pelo jornal, pelo livro e pela conferência.”

Nesta perspectiva, os republicanos famalicenses de 1891 apostaram na divulgação das ideias republicanas através do discurso cultural, sendo o seu veículo paradigmático a revista. Não sem incidentes de percurso: como foi com o texto de Antero de Quental *Três Épocas Religiosas*<sup>3</sup>, suscitando tal artigo uma *Explicação*<sup>4</sup> da redacção aos editoriais do jornal portuense *A Palavra*, estando para este jornal a *Nova Alvorada* no índice sagrado porque atentava contra os princípios da Igreja, levantava um sistema ímpio, pregava a rebelião dos homens e a dissolução da sociedade, maçonizando-se.

A nova mentalidade festiva era, então assim explicada por A. P. Magalhães e Almeida num texto com o título *Os Centenários Perante a Filosofia*:

A História, é certo, já não é, como durante longo tempo foi considerada até ao primeiro quartel do século que se vai findar uma mera resenha dos factos curiosos, ou uma série de milagres dos homens. A teoria dos grandes homens (Carlyle, Emerson) já deixou de construir um critério científico e hoje a História é uma série de factos naturais ligados uns aos outros pela lei da causalidade, cuja expressão sociológica é a lei da filiação histórica, formulada pela intuição genial de A. Comte<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> In *Nova Alvorada*, Ano 2, n.º 1 (1 Abr. 1892), pp. 117-118.

<sup>4</sup> In *Nova Alvorada*, Ano 2, n.º 2 (1 Maio 1892), pp. 127-128.

<sup>5</sup> ... o espectáculo suscita naturalmente ao espírito esta pergunta: qual a causa deste facto? Qual a significação filosófica destas festas? Qual o motivo, secreto e íntimo, que determina este entusiasmo? Qual a revolução da consciência humana que traduz esta manifestação tão expressiva, da emotividade? A inteligência humana vai tendo, felizmente, cada vez mais clara, no espírito como na natureza: o presente é a derivação lógica, a consequência necessária do passado, e uma grande dívida, por saldar, de sentimentos, de pensamentos, de interesses, nos prende aos homens de ontem, factores irrefragáveis dos acontecimentos de hoje [ ] A velha fase da psicologia está prestes a findar. Os símbolos poéticos que o génio místico das religiões e da metafísica fundiu com tanto amor e tanta arte, caíram por terra quebrados, desfeitos em pó. A estrutura do tipo moral e mental, legado pelos nossos passados, por efeito da força dissolvente em si próprio contida, foi-se, pouco a pouco, degenerando; e, na nova fase de psicologia, um dos estados mais acentuadamente definidos, é o que provém da substituição das velhas fórmulas tradicionais, quiméricas, sem significação, derivadas do símbolo católico, e referindo a marcha da humanidade a causas hiper-físicas, a entidades sobrenaturais, ao acaso, à Providência, pelas fórmulas positivas, precisas, de um novo simbolismo em que o homem, contemplando o progresso do mais alto, num golpe de vista mais profundo, relaciona a obra da civilização com os próprios esforços humanos, consagrando a humanidade mesma na pessoa dos seus representantes que mais a enobreceram e honraram (In *Nova Alvorada*, Ano 2, n.º 8, 12 Out. 1892, pp. 189-190).





CHRISTÓVÃO COLOMBO



O INFANTE D. HENRIQUE

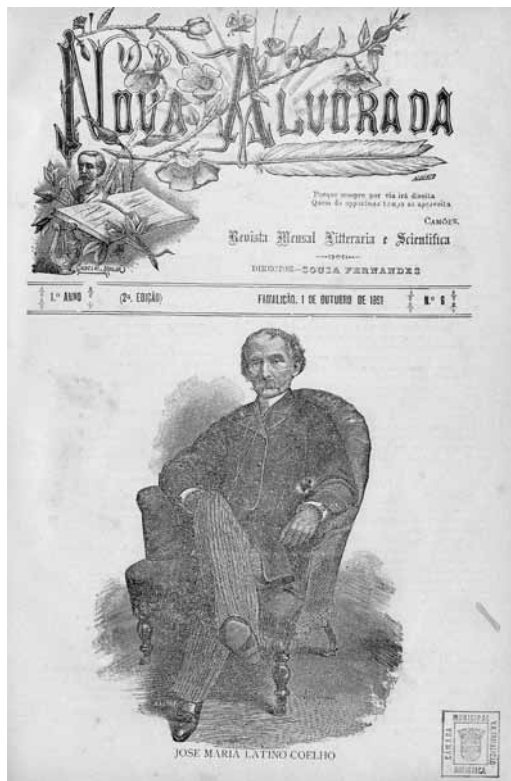
Esta lei da filiação histórica comtiana proclama que o ser humano deve procurar leis e não causas, já que todos os fenómenos, na perspectiva de Comte, se subordinam a leis naturais invariáveis, ficando vazio de sentido aquilo a que se chama causas primeiras e finais.

A revista famalicense, com o subtítulo “revista mensal, litteraria e scientifica”, e com alguma indecisão titular no início (o n.º 1 chegou a ter três edições, retomando o título da primeira revista famalicense literária *A Alvorada* (1885-1887), fundada por Joaquim de Azuaga, então chefe da estação em Famalicão), vai congrega à sua volta ilustres colaboradores, socialistas e republicanos, nomeadamente Teófilo Braga, Raul Brandão, Trindade Coelho, João de Deus, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Joaquim de Araújo, entre tantos outros, nacionais e internacionais, caso de Tommazzo Cannizzaro, ou de Wilhelm Storck, os quais traduziriam para italiano e sueco alguns autores e/ou escritores famalicenses, caso de Júlio Brandão. Dos famalicenses republicanos destaca-se inquestionavelmente Sousa Fernandes e Sebastião de Carvalho pelo menos, ainda nesta fase (viria a ser administrador do concelho entre 1904 a 1906 e estará nas listas franquistas eleitorais de 1908), Eduardo de Carvalho (que esteve quase a ser Ministro da Justiça no governo de Bernardino Machado em 1914, conferindo-lhe os republicanos em 1920 o Grau de Grande Oficial de S. Tiago de Espada por causa dos seus trabalhos jurídicos), Júlio Brandão (José Ribeiro e Castro convidou-o para ministro, declinando, contudo, o convite em 1915), etc. Mesmo um monárquico como José de Azevedo e Menezes, figura grada da comunidade famalicense, pontificava na revista com os seus estudos genealógicos e camilianos.

No editorial da revista (n.º 1) podemos ler, a dado passo, o seguinte:

Pelos costumes e pelas ideias, pelo esclarecimento da razão e justa moralidade das aspirações, pelo sentimento do justo aplicado a tudo e a todos – por estes agentes de ordem e civilização é que mais fácil e eficazmente se pode preparar o espírito do povo para deliberar as reformas do seu organismo social e aplicar ao seu meio as instituições que mais o engrandecem e melhor penhor de felicidade lhe sejam.

Neste contexto, para além do espírito do povo hegeliano, e não sem uma indicação subtil ao utilitarismo de Stuart Mill, um desses paradigmas para a renovação social e mental será o espírito comemorativo. A revista famalicense vai imprimir ao longo dos seus anos de existência essa mesma realidade (a qual será retomada no pós-25 de Abril em Famalicão com o Ciclo de Homenagens<sup>6</sup> a ilustres figuras famalicenses, caso de Bernardino Machado, Daniel Rodrigues, Bernardo Pindela, Armando Bacelar, Lino Lima, Nuno Simões, Sousa Fernandes ou Alberto Sampaio, e mesmo Ana Plácido, para não falarmos do sempre homenageado Camilo, o qual congregou ao longo dos anos monárquicos e republicanos, assim como o próprio Estado Novo, ou, mais recentemente, o *Ciclo Gentes da Terra*) à volta de personalidades, perante os respectivos acontecimentos históricos, não só portuguesas, como também estrangeiras: Camilo (no primeiro aniversário do seu falecimento), Oliveira Martins (que por razões desconhecidas não teve um número propriamente especial, apesar de ter sido noticiado, após o seu falecimento, aparecendo os textos do referido n.º quase um ano depois, mais propriamente nos números de Março, Abril e Maio de 1895), Jules Michelet (Centenário de Nascimento), Vasco da Gama (IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia), o Infante D. Henrique (V Centenário de Nascimento) e que será retomado nas comemorações henriquinas do Estado Novo, não passando despercebido em Famalicão, Latino Coelho<sup>7</sup>, Antero de Quental, o poeta-filósofo na designação da revista (uma referência constante)<sup>8</sup>, Sousa Martins, ou Santo António (o qual também não ficou indiferente em 1895 em Famalicão). Também encontramos na revista algumas notícias das figuras republicanas que então iam desaparecendo, caso de Reis Dâmaso, perdendo o Partido Republicano, segundo a revista, “um convicto e entusiasta correligionário” e habitual colaborador até então (1895).



<sup>6</sup> “Segunda República: o ciclo das homenagens”, In *Uma Aproximação Aos Autores Famalicenses: catálogo da Exposição*. Coord., Invest. e textos Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, 1998, pp. 97-116.

<sup>7</sup> Tardiamente. Embora, a Nova Alvorada vem hoje obter ao cumprimento do seu dever, que é por igual a manifestação mais pura do seu doloroso sentir. / Coberta dos mesmos crepes que negrejam sobre a alma da Pátria, prostrada pelo mesmo sentimento que alamceia o coração dos portugueses, soluçando os mesmos suspiros que irromperam unânimes de toda a imprensa do país, a Nova Alvorada, como órgão da colectividade nacional a que pertence e soldado das pugnas da mentalidade, vem aqui o tributo de respeito e veneração devido à memória do cidadão Ilustre, do Mestre excelso, do vulto ingente que enche com o seu glorioso nome o estádio mais brihante da literatura portuguesa no século que vai decorrendo.

<sup>8</sup> A *Nova Alvorada* foi por vezes honrada com a colaboração do egrégio poeta que tão tragicamente vem de desaparecer de entre nós; ela aqui verte uma lágrima da mais profunda saudade pelo ilustre companheiro que os fados adversos prostraram a meio caminho da sua gloriosa jornada, assumindo desde já o compromisso de honrar-lhe condignamente a memória, consagrando-lhe o seu próximo número (In *Nova Alvorada*, Ano 1, n.º 6, 1 Out. 1891, p. 60; Ano 1, n.º 7, 1 Nov. 1897).

# Nova Alvorada

REVISTA MENSAL LITTERARIA E SCIENTIFICA

Publica-se todos os meses, em 15 de cada m.º

N.º 1

VILLA NOVA DE FAMILIÇÃO

VIII ANNO

## VASCO DA GAMA



descobrimento do caminho marítimo da Índia, realizado há 4 séculos, foi a principal contribuição da nacionalidade portuguesa para o grande desenvolvimento

da civilização occidental. Este facto, juntamento com a descoberta da America, a devoção da Imprensa e os trabalhos astronomicos de Galileu, marcam na verdade, o principio de um novo periodo nos annos da humanidade. E' d'alí que data a historia moderna da Europa — o triumpho alcançado successiva e cumulativamente pela sciencia e pela industria sobre o velho regimen theocratico-militar; e esta derradeira victoria, aliada da clarificação formalmente os progressos das sociedades contemporaneas.

Com a Vasco da Gama, o commando d'essa navegação maritima, que tanta gloria trouxe a Portugal e que, a elle, he deu um lugar distincto no Pantheon dos benemeritos da patria.

Mas o descobrimento da India por mar foi apenas o complemento de uma serie continua de esforços e sacrificios, iniciada pelo



infante D. Henrique e prosseguida com tenacidade por D. João II. A parte mais difficil na realisação d'esse vasto plano era de certo a passagem do cabo das Tormentas, e a gloria d'este successo pertence inteiramente a Bartholomeu Dias; foi este audacioso marinheiro o primeiro que dobeu o famoso cabo, em 1486, seguindo

João de Barros, ou em 1485, como com seguras fundameos creó o sr. Lopez de Mendonça. Mas um allimo estudo e o quiz riquissimo do Gangaes e do Indo auguria aos sábios das navegações portuguezas João II. mandou construir nauas apropriadas para arrojarem com os grandes mares, entregando a direcção dos trabalhos ao experientado descobridor da certid'cabo, assai se fez a S. Gonçal' e a S. Raphael destinadas ao descobrimento da India. D. Manuel, successor não a D. João II, continuou os preparativos para a nova expedição e entregou o commando da frota a Vasco da Gama, ndalga da sua casa, e filho de Estevão da Gama, alcaide-mor de Sines.

Desta vez, apesar de todos os contratempes e difficuldades, conseguiram os portuguezes levar ao fim a projectada empresa. Sabido do Tejo a 8 de julho de 1497, fundaram as suas a 19 de maio de 1498 em Calicut. Estava descoberto o caminho maríti-

Nesta perspectiva, não será sem alguma ingenuidade inicial perante as estruturas governamentais monárquicas locais os dizeres de Sousa Fernandes, quando nos diz que “a revista não tratará de política, na acanhada e fútil significação desta palavra; não envolverá nas questões de interesses partidárias em que se esterilizem os melhores dos nossos homens. / A sua missão mira apenas a esteira uminosa por onde outros dos seus colegas se têm alçado à invejável posição de serem prestáveis à instrução pública e à literatura pátria.” De facto, pelo que já temos visto, alguma ingenuidade, mas não assim tão ignorante! De facto, logo no início do editorial surge uma referência indirecta ao *Ultimatum* e ao 31 de Janeiro e, paralelamente, a um conteúdo programático para a regeneração da sociedade portuguesa:

Na hora angustiosa porque a pátria atravessa, gemendo simultaneamente sob o peso afrontoso da vilania estrangeira e sob os erros acumulados dos seus governos imprevidentes; neste momento histórico de sombrias apreensões para a gloriosa nação portuguesa, ainda há pouco nobilitada por tantos e extraordinários heroísmos e felicitada por tantas e ditosas conquistas de progresso, forçoso é que os seus filhos

menos egoístas e mais patriotas não deslembrem a justa nação do dever e colaborar na medida das suas forças para a regeneração da sua nacionalidade, trazendo á reforma dos costumes e ao aperfeiçoamento da instrução o contingente mais ou menos valioso de que possam dispor.

O espírito do povo entre a liberdade pessoal e a pátria, enquanto identidade colectiva, poderá ser visto igualmente no primeiro número comemorativo da revista, dedicado a Camilo, num texto assinado pela Redacção, entenda-se Fernandes, onde lemos que “o povo que assim guarda e zela o seu glorioso património, nem é indigno duma existência livre e independente nem se deixa espoliar dos seus vínculos nacionais com a fraqueza dos povos corroidos pelo vício e insensibilizados pelo egoísmo, baldes de brio e abatidos de ânimo”<sup>9</sup>. Conclui Fernandes com o número que então a *Nova Alvorada* publicou, perante o acolhimento da ideia e da colaboração dos escritores que teve, foram estes factos que deram a “justa medida do espírito da nacionalidade que ainda nos anima e da religião que ainda professamos pelas grandes individualidades da nossa pátria.”

Só falta saber se, de facto, Portugal se cumpriu pela instrução e pela educação, tendo como veículo de divulgação a imprensa, o livro e a conferência.

<sup>9</sup> Podem os povos materialmente mais ricos e poderosos do que nós vangloriarem-se da sua fortuna, desdenharem da nossa pequenez a ferida pela sua grandeza atentarem insolentemente contra o nosso património e contra a nossa independência. / Que esses povos se pavoneiem e abusem muito embora da sua efémera fortuna para salvaguarda da autonomia e glória da nacionalidade portuguesa basta Oo zelo que consagramos ao inventário das nossas honrosas tradições e o culto que dispensamos aos nossos grandes homens, aos compatriotas ilustres que enaltecem a nossa pátria (In *Nova Alvorada*, Ano 1, n.º 2, 1 Jun. 1891, p. 24).

# José Relvas e Bernardino Machado (Correspondência)

por Norberto Ferreira da Cunha<sup>1</sup>

As relações de Bernardino Machado com José Relvas (1858-1929) – republicano conservador e membro do último Directório do P.R.P. – sempre foram, aparentemente, cordiais. Bernardino Machado referir-se-á ao seu correligionário, depois do 5 de Outubro de 1910, em termos, por mais de uma vez, elogiosos. Todavia, a publicação das *Memórias Políticas* de José Relvas (2 volumes, Terra Livre, Lisboa, 1972 e 1978), ao cuidado de Carlos Ferrão, não pode ter deixado de provocar perplexidade. O carácter de Bernardino sai, gravemente, ferido nessas *Memórias*, com a agravante do visado não se poder defender. Pareceu-me, pois, útil, recordar o que pensava Relvas de Bernardino Machado e fazer seguir, subseqüentemente, algumas cartas que lhe dirigiu. Talvez esse confronto conduza a um mais cuidadoso escrutínio dos acontecimentos da I República. Quanto à minha opinião, em breve a manifestarei.

## A

1. Diz Relvas que Bernardino Machado, no malogrado movimento de 28 de Janeiro de 1908 – era, então, presidente do Directório do P.R.P., – que era avesso aos movimentos revolucionários e “pouco favorável ao carácter especial da acção partidária, que não duvidava apelar para a evolução quando os chefes republicanos já estavam encarcerados”<sup>2</sup>.

2. No Congresso de Setúbal (1908), Bernardino Machado, defendendo a reeleição do Directório, contra a emenda votada, favorável e unanimemente, no Congresso do Porto, “quis ainda sofismar as resoluções do Congresso, umas vezes intervindo, directamente, em resoluções que pertenciam à exclusiva iniciativa de Eusébio Leão, secretário do Directório, outras insinuando a necessidade de não dar execução ao voto do Congresso relativo aos *comités* [revolucionários, civil e militar], alegando que ‘criar o órgão era criar a função’. (...). A narração das diversas fases que atravessou o último Directório evidenciara o espírito autoritário do homem, que porventura melhores serviços podia prestar à República, se outra fosse a sua sinceridade e devoção à causa da Democracia”<sup>3</sup>.

3. Diz Relvas que, no Congresso de Setúbal (1908), houve uma “cuisão ostensiva” entre Afonso Costa e Bernardino Machado; “sobre a discussão da inelegibilidade do antigo Directório, a que presidia Bernardino Machado e que então findava o seu mandato, rompeu Afonso Costa as hostilidades, sustentando contra a tendência ditatorial, que a doutrina da reeleição afirmava, iniludivelmente, o princípio do respeito da lei. E

.....  
<sup>1</sup> Professor catedrático ap. da Universidade do Minho  
Coordenador Científico do Museu Bernardino Machado

<sup>2</sup> José Relvas, *Memórias Políticas*, 1, prefácio de João Medina e apresentação e notas de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, Lisboa, 1972, pp. 62-63

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, p. 63



tão violenta foi a situação entre os dois chefes que explodiu em insultos, que reclamariam a satisfação pelas armas, se Bernardino não tivesse, como sempre teve, grande receio de conflitos”<sup>4</sup>.

4. “Bernardino Machado, apreciando a conduta de [Afonso] Costa [na questão Hinton] dizia no Directório: ‘são actos que só podem ser praticados por pessoas que nada já pode prejudicar!’. Era a *révanche* da cena de Setúbal! E tais eram os sentimentos que animaram estes dois homens, e que perduraram sempre num desprezo mútuo, afogado na comunidade de interesses políticos, que vieram, mais tarde, a torná-los inseparáveis. Em Bernardino Machado, o interesse dominante foi a presidência da República, garantida na submissão ao homem que podia ser o melhor fiador da realização do sonho que o acompanhara, desde a hora em que alcançara situação de destaque entre os adversários da Monarquia”<sup>5</sup>.

5. Diz Relvas que na conferência que Bernardino fez na Figueira da Foz (Outubro de 1909) não só mostrou a sua agressividade para com o Directório, mas também a sua hostilidade para com ele, em quem Bernardino, segundo Relvas, via um concorrente à candidatura à Presidência da República, revelando em todo esse processo “aspectos odiosos na sua lamentável pequenez”<sup>6</sup>.

6. Relvas acusa Bernardino de “intrigar” junto das comissões paroquiais republicanas de Lisboa, com a conivência de Ricardo Covões – que seria uma espécie de seu *factótum* – para ser investido, como seu representante, numa reunião extraordinária do Partido, onde tentaria desacreditar e derrubar o Directório, travando a revolução; não o conseguiu, mas esse episódio não foi suficientemente conhecido “para o desmascarar *coram populo*, e por isso pode ainda preparar, sem desconfiança da maioria dos republicanos a nova conspiração (sempre com elementos das comissões paroquiais, movidos pro Ricardo Covões) que esteve a ponto de vingar no Congresso do Porto [1909]”<sup>7</sup>.

7. Diz Relvas que Bernardino Machado, apesar de ter uma inteligência clara e ser duma tenacidade invulgar, não era “liberto daqueles escrúpulos que tantas vezes imperam nos homens que põem os seus actos políticos em concordância com os imperativos deveres da moral, tudo sacrificando para alcançar o supremo desiderato da sua existência de homem público”<sup>8</sup>.

8. Diz Relvas: “O Governo Provisório foi constituído *à la diable* e as ideias governativas da Revolução foram entregues ao arbítrio dos ministros, donde resultou a obra desconexa do Governo Provisório”<sup>9</sup>.

9. Diz Relvas que João Chagas interrompera as suas relações com Bernardino Machado, depois do Congresso do Porto [retomadas no rescaldo imediato da Revolução do 5 de Outubro], em que “o célebre panfletário, indignado com as intrigas contra a preparação a revolucionária, dissera: ‘este homem entrou no Congresso pela porta, mas pode talvez sair pela janela!’”<sup>10</sup>.

.....  
<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, p. 73

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p. 74

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p. 75

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 76

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 78

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 101

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 155

10. Diz Relvas: “são bastante severas as apreciações que tenho feito de Bernardino Machado. Mas são merecidas pelo mal que este homem funesto causou ao País e à República. Associado a Afonso Costa, ligando-os um pacto que começa no Governo Provisório, e vai até à sua imposição da sua eleição como Presidente da República a uma Câmara, reconhecidamente, hostil a essa chefatura, apoiado nos elementos mais perturbadores dos centros republicanos de Lisboa, ele é, com Afonso Costa, o grande responsável do descalabro nacional, pelo predomínio de factores anárquicos que divorciaram a maioria da opinião portuguesa das novas instituições”<sup>11</sup>. E depois de discorrer sobre o grave *divisionismo político* que, alegadamente, fomentaram Afonso Costa e Bernardino Machado, conclui: “eis porque eu julgo severamente o homem que, pela sua situação social, pelas suas tradições e pela sua cultura, estava obrigado a contrariar a acção demolidora de Afonso Costa e dos democráticos; eis as razões que me afastaram do propagandista, que pretendia sofismar a revolução; do estadista que representou a mais abominável comédia de cordialidade, o *bluff* que só a ele iludiu, porque foi a sua requintada falsidade que levou Afonso Costa a aproveitá-lo, desde a doblez da sua acção no Governo Provisório até à ascensão à Presidência da República”<sup>12</sup>.

B<sup>13</sup>

1

José Relvas  
7-[18]93

Agricultura  
– 762 – Resp.<sup>o</sup>

Meu Ex.<sup>mo</sup> Amigo

A amabilíssima benevolência e amizade, que sempre tenho encontrado em V. Ex.<sup>a</sup>, anima-me a tomar a liberdade de vir solicitar a sua valiosíssima protecção a favor de um amigo por quem me interesse muito.

Está vago o lugar de Perfeito da Escola Elementar de Agricultura prática de Santarém, e desejava muito de ver provido neste lugar o Sr. António da Costa Botelho, cujas qualidades pessoais o recomendam para este cargo, de modo que o Sr. Director da Escola, o Sr. Francisco Silveira o recomendaria a V. Ex.<sup>a</sup>, se se julgasse livre para essa indicação. E refiro a V. Ex.<sup>a</sup> esta circunstância sem que isso diminua em coisa alguma o muito em que eu me julgaria obsequiado por V. Ex.<sup>a</sup>, se o pedido desse lugar para o meu amigo encontrasse em V. Ex.<sup>a</sup> o benévolo acolhimento, que eu estou habituado em encontrar em V. Ex.<sup>a</sup>.

Permita-me que eu antecipe a expressão dos meus maiores reconhecimentos por que V. Ex.<sup>a</sup> poder fazer em proveito do Sr. Botelho, e creia na maior alta estima em que tenho

De V. Ex.<sup>a</sup>

Muito atentiosamente e amigo muito ded[icad]o

José Relvas

Alpiarça – 8 de  
Julho 1893

(1) Respondo que tomo em toda a conside[raç]ão

Fazer com isto uma categoria de pedidos [nota de Bernardino Machado].

.....  
<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 166

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 167

<sup>13</sup> A transcrição das cartas abaixo reproduzidas foram efectuadas pela Dra. Paula Lamego, responsável técnica do Museu Bernardino Machado, com excepção das cartas n.ºs 5 e 6 e n.ºs 8 e 9 que são da responsabilidade do Sr. Dr. Manuel Machado Sá Marques, neto de Bernardino Machado.

A numeração das cartas corresponde à ordem do aparecimento no arigo, seguindo-se uma ordem cronológica.

Meu querido Amigo

Transmitirei logo aos nossos amigos de Alpiarça as palavras de afectuosa saudação, que lhes dirige, e que muito os cativará. Pela minha parte mil agradecimentos por esta nova afirmação de estima, que muito prezo. O exemplo foi bom e é eloquente. Deveria ser seguido por outras localidades do Ribatejo, onde temos bons elementos. Sei que a decisão deste povo impressiona fortemente a opinião.

Sinal bem significativo é o telegrama de Torres Vedras, que vem publicado no Diário de Notícias de hoje. Tenho cartas de Santarém e Almeirim afirmando uma forte solidariedade com esta manifestação. Pergunta-me quando apareço? Creio que é o meu bom amigo que vai aparecer aqui, com os Srs. António José de Almeida e João Chagas conforme as informações, que tenho pelo Manuel António das Neves, de Santarém, e Dr. Godinho de Almeirim. E terei grandíssima satisfação em os ver nesta sua casa. Se a falta de preocupação antecipada me não permitir escrever ainda aos Srs. Dr. António José de Almeida e João Chagas, peço desde já ao meu bom Amigo o favor de lhes transmitir a certeza dos meus melhores desejos de os ver aqui, e de almoçarem em Patudos no dia dos comícios de Almeirim e Santarém.

Aqui seria impossível fazer-se comício, por falta de tempo. Mas tenho por certo que lhe não faltarão manifestações de muito respeito, estima e popularidade, a que tem todo o direito. Fico aguardando notícias das resoluções que tomarem acerca da vinda ao nosso distrito, que se está afirmando uma força da democracia.

Muitos agradecimentos dos meus e um abraço do seu muito afeiçoado

José Relvas

Alpiarça- Patudos-29.Mai.1907

Meu querido Amigo

Recebi o seu telegrama, que é mais uma afirmação da sua tão cativante gentileza. Posso assegurar-lhe que os seus sentimentos são correspondidos por quantos tiveram a boa fortuna de o ver, de lhe falar e de o abraçar. Permita-me que coloque na vanguarda dos que lhe desejam ser muito lembrados minha mulher e meu filho, de quem eu sou interprete dignificando-lhe a sua muita estima e respeito. Os meus amigos de Alpiarça encarregaram-me de lhe transmitir os seus mais calorosos agradecimentos pela distinção, que para todos nós represente a sua vinda aqui, no dia 12, e a conferência realizada no centro popular da vila. Tenho conhecimento directo da acção da sua palavra sobre o espírito da população, e posso assegurar-lhe que a aclamação, com que o saudaram, à saída da conferência, representava uma intensa e espontânea impressão da alma popular. Deve ser muito grato ao seu espírito, e também ao seu coração, porque tais manifestações raramente se dissociam da intuição de bondade, uma das condições de maior mito para o sentimento das populações portuguesas.

E como a nossa causa seja de justiça, e também de amor, muito me alegra que a minha terra soubera compreender o alto valor moral da sua palavra Que alegria a de todos nós no dia memorável, em que durante 11 horas passeamos num cortejo triunfal, através dos campos, cidade, e vilas, a República Portuguesa!

Não parecia uma hora de luta; dir-se-ia antes que soava já o clarim da vitória. A si, meu querido amigo, e a todos que o acompanharam nesta jornada gloriosa, as felicitações mais sinceras e cordiais dum soldado da fileira, que tem uma grande satisfação em ser seu velho e muito obrigado amigo

José Relvas

Alpiarça, 15 Junho de 1907

Meu prezado amigo

Recebi ontem o telegrama com boas notícias, que muito me satisfazem. Muito estimarei que me possa dar a certeza do seu completo restabelecimento. É muito problemática a minha ida a Coimbra, pois como eu já previra em Lisboa tenho agora afazeres que solicitam a minha assídua presença aqui. Vejo nos jornais que um dos assuntos do Congresso será a substituição de um ou mais membros do Directório. Parece-me condição indispensável para os que forem eleitos terem residência efectiva em Lisboa. Nas condições actuais da política, com a próxima sessão parlamentar, impõe-se a necessidade de pronta presença dos membros do Directório. Queira apresentar a sua Ex.<sup>ma</sup> Esposa, e minha Senhora, a seus Filhos, todos os meus respeitos, e creia-me

Seu m.to af. e ob.

José Relvas

P., 21/Abril, 1908

Meu prezado Amigo

Acabamos de chegar de Madrid com feliz viagem. Muito obrigado pelo seu bilhete, que vim encontrar no [correio]. Assisti com grande interesse às sessões de informação sobre o projecto de Maura (chamado de terrorismo) tendo ouvido o discurso colossal de Pablo Iglesias. Admirável! Amigo obrigado. J. Relvas

[24 de Maio de 1908]

Il[ustríssim]o

Venho agradecer, penhoradíssimo, o acolhimento, que V. Ex.<sup>a</sup> dispensou ao meu pedido, e de que tive notícias pelo Sr. Jacinto Falcão e pela carta que em nome de V. Ex.<sup>a</sup> me escreveu o Sr. Silva Bastos.

De novo peço a V. Ex.<sup>a</sup> mil desculpas pela liberdade que tomei de fazer o meu pedido, o que não ousaria sem a lembrança da extrema amabilidade com que V. Ex.<sup>a</sup> sempre me tem distinguido e que eu muito aprecio.

Não desejo diminuir o tempo de que tanto carece para as suas muitas ocupações e por isso me limito a deixar consignado o meu profundo reconhecimento e aproveito este novo ensejo para afirmar a alta consideração e muita estima com que tenho a honra de ser

De V. Ex.<sup>a</sup>

Muito respeitador e admirador

José Relvas

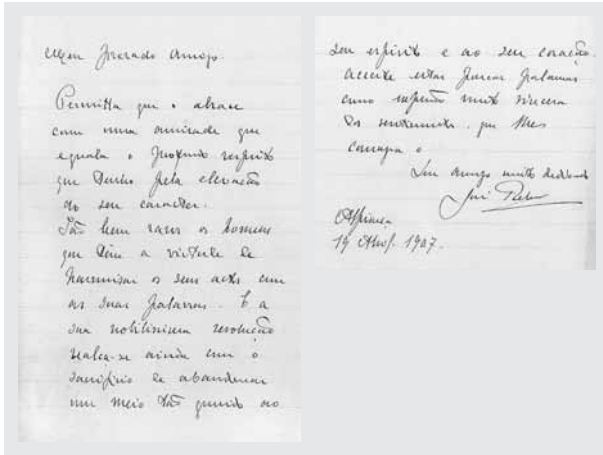
Casa de V. Ex.<sup>a</sup>

Alpiarça

16 Julho 1893

Meu prezado amigo

Permita que o abraçe com uma amizade que iguala o profundo respeito que tenho pela elevação do seu carácter.



São bem raros os homens que têm a virtude de harmonizar os seus actos com as suas palavras. E a sua nobilíssima resolução realça-se ainda com o sacrifício de abandonar um meio tão querido ao seu espírito e ao seu coração. Aceite estas poucas palavras como expressão muito sincera dos sentimentos que lhes consagra

Seu amigo muito dedicado  
José Relvas

Alpiarça  
19 Abril 1907

Meu querido amigo

Como se precipita vertiginosamente a marcha, e a crise da questão portuguesa!

As admissões do A. J. da Cunha e Anselmo Braancamp são importantíssimas mas não devem ficar isoladas. Espero que outras de igual importância se lhe venham juntar. Hoje tenho esperança de saber alguma coisa acerca dum [proprietário] muito importante e de uma alta respeitabilidade, que porventura fará as suas declarações e profissão de fé republicana.

Tenho a impressão de que o governo e o rei fraquejaram. A declaração oficiosa do conselho de ministros é perfeitamente anódina.

A [forç] [de animo] aqui é a melhor possível. Se [?] movimento importante em Lisboa e no Porto é muito provável que encontre larga repercussão nas províncias. Tenho informação de ser muito grande a agitação em diversos pontos do país. Confirmando-se seria um facto da mais alta importância.

Podendo dar-me notícias é favor que muito agradeço.

Amigo m[ui]to e m[ui]to obr[igad]o  
José Relvas

B. 20 Maio 1907

Meu querido amigo

A sua visita e dos nossos bons amigos foi extremamente [importante] e muito agradável para todos nós. Se da vinda de Galtier aos Patudos tenha resultado afirmar-se ainda mais no seu espírito a incompatibilidade da nação com J. Franco, eu [?], além de muitas outras essa gratíssima recordação duma visita, que marca uma estima dos meus amigos verdadeiramente cativante.

Envio-lhe pelo correio de hoje o n.º da Ilustração, em que encontrará uma recordação da Casa dos Patudos. O França Borges foi de uma extraordinária gentileza mandando reproduzir no Mundo de ontem dois aspectos da casa.

Todos lhe enviam as nossas muito afectuosas recordações e afirmam os nossos votos para que tenham na sua nova casa dias muito felizes. Espero bem que as novas [instituições] o vão encontrar nela e o dia em que tal facto se der, será de grande alegria para si e para todos os que muito prezam uma pátria nobre e altiva.

Abraça-o cordialmente  
Seu am[ig]o ob[r]igadíss[im]o  
José Relvas

Pat[udo]s 4 No[vemb]ro 1907

10

José Relvas

11-912

Meu Ex.<sup>mo</sup> e Bom Ami[ig]o

Embarco hoje para o Niassa – Africa Oriental – Porto Amélia, aonde receberei as suas ordens. [Arranjei] com o Dr. Afonso Costa a quem tudo [devo]. A ele e a V. Ex.<sup>a</sup> a minha gratidão será eterna.

Os meus respeitosos cumprimentos a todos os seus,

Um abraço amigo

José Relvas

1 Nov.

11

De

José Relvas

Abril de 1914

Alpiarça, 6 Abril 1914

Meu prezado amigo

Comunicam-me de Madrid as frequentes viagens a Lisboa do Conde de Voche que se hospeda habitualmente no Avenida Palace e que me dizem ser pessoa de toda a confiança e até mesmo emissário dos conspiradores que estão em Espanha.

Apresso-me a completar com esta informação aquelas que dei na quinta-feira ao Sr. Tomás Cabreira, na impossibilidade de as transmitir directamente ao meu amigo. Aproveito esta ocasião para recomendar a conservação do agente José de Lapuente ao serviço da Legação. É diligente, conduziu-se sempre muito bem durante todo o tempo que durou a minha missão em Madrid, tendo servido anteriormente o meu antecessor e muito a seu contento. Conhece os conspiradores e os seus processos e continuará a ser um excelente auxiliar do Ministro, quando recommençar a emigração, que uma nova tentativa de restauração tornará inevitável.

Peço o favor de apresentar a sua Ex.<sup>ma</sup> esposa a minha lembrança, a homenagem do meu maior respeito, e creia-me sempre,

M[uit]o V[enerad]or affectuos]o e ob[r]igadíss[im]o

José Relvas

José Relvas  
5 – 915

Meu caro amigo

Muito obrigado pelas palavras com que se refere ao incidente do telegrama e à atitude do Carlos que viu encarregar de lhe significar todo o seu reconhecimento.

O caso Óscar de Araújo deveria ter porventura outra solução creio que ficaria bem a todos os republicanos, sem distinção alguma partidária, colaborarem numa subscrição, que lhe desse mais que os simples meios para se transportar para França. Aqui fica a ideia parecendo-me que a forma mais prática de chegar a um resultado seria organizar uma comissão com um representante de cada grupo político. Se não julgar viável essa ideia, fica desde já certo de que contribuiu para a viagem, como propõe na sua carta.

Os meus maiores respeitos para a sua Ex.<sup>ma</sup> Esposa e minha lembrança.

Creia-me seu m[ui]to afe[ctuos]o e ob[rigadíssim]o  
José Relvas

Alpiarça – 1? de Maio  
- 1915 –

De José Relvas  
14-1-1916

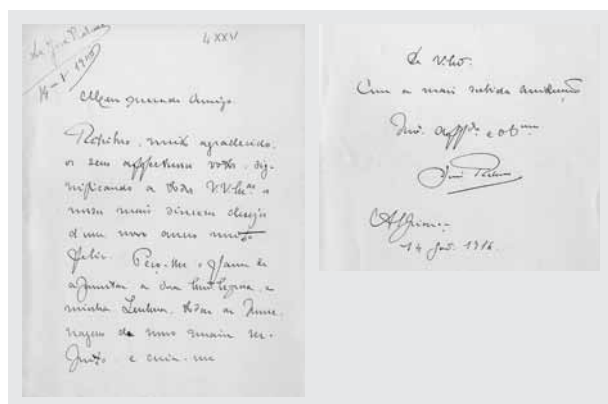
Meu Venerado Amigo

Retribuo muito agradecido os seus affectuosos votos dignificando a todos V.V. Ex.<sup>mas</sup> os meus mais sin-

ceros desejos de um novo ano muito feliz. Peço-lhe o favor de apresentar à sua Ex.<sup>ma</sup> Esposa e minha Senhora todas as homenagens do meu maior respeito e creia-me de V. Ex.<sup>a</sup>

Com a mais subida consideração  
M[ui]to afe[ctuos]o e ob[rigadíssim]o  
José Relvas

Alpiarça  
14. Jan. 1916





## **VI – Património Cultural**





# Reflexão para um itinerário cultural de arquitectura, (made in)dústria Riba d’Ave e Oliveira de S. Mateus

por Joana Teresa Ribeiro do Couto<sup>1</sup>; Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia<sup>2</sup>; Rogério Bruno Guimarães Matos<sup>3</sup>

Resumo: A seguinte reflexão pretende, em primeiro lugar, contextualizar do ponto de vista histórico e geográfico um dos mais importantes focos de desenvolvimento industrial do Concelho de Vila Nova de Famalicão. Após esse enquadramento irá demonstrar o carácter inovador e peculiar que envolveu o processo de Industrialização da freguesia de Riba de Ave, que se transformou num caso único no País. Perante o conjunto de valores sociais, culturais e arquitectónicos que revestem este caso de estudo, entendemos apresentar uma reflexão para um itinerário que desperte o interesse turístico, promova e dinamize a cultura e a economia local e regional.

## 1. Contexto histórico e geográfico de Vila Nova de Famalicão (concelho) e Riba de Ave (vila)

O concelho de Vila Nova de Famalicão situa-se no noroeste de Portugal Continental, mais precisamente no distrito de Braga, numa região apelidada de Baixo Minho. Encontra-se confrontado a Norte pelo concelho de Braga, a Este pelo concelho de Guimarães, a Oeste pelos concelhos de Barcelos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde e ainda no quadrante Sul pelo rio Ave. É um concelho de grandes dimensões, possuindo uma superfície de 209 km<sup>2</sup>, distribuído por 46 freguesias e 3 vilas. Todo o território encontra-se dominado pelo verde dos campos e das florestas, e pelo azul das imensas linhas de água que circulam por todo o concelho, vindo quase todas desaguar no rio Ave. São estas características ímpares que predominam no concelho de Vila Nova de Famalicão e que levaram a que este espaço territorial fosse habitado desde a Idade do Ferro, como comprovam os vestígios arqueológicos e os diversos castros que se situam nos pontos mais altos do concelho famalicense.

A concessão da carta de foral em 1 de Julho de 1205 e a consequente formação do concelho de Vila Nova de Famalicão, que à época não passava de um pequeno reguengo régio com 40 habitantes, possibilitou o crescimento e desenvolvimento populacional, territorial, económico e social de Vila Nova de Famalicão, o que lhe proporcionou ser cabeça de julgado, ou seja, a terra mais importante do Julgado de Vermoim. Contudo, todo o Julgado de Vermoim, incluindo Vila Nova de Famalicão, viria a ser integrado no vasto território do condado de Barcelos. Essa anexação ocasionou a perda de algum poder e, deste modo, de um maior desenvolvimento de Vila Nova de Famalicão durante o tempo em que se manteve anexada ao Condado de Barcelos.

Em meados do século XVIII, Vila Nova de Famalicão começou a manifestar interesse em se desanexar do condado de Barcelos, fazendo várias exposições, tanto à Câmara Municipal de Barcelos como ao Monarca, relatando que o surgimento de um novo concelho iria desenvolver a região, mas a resposta foi sempre negativa.

.....  
<sup>1</sup> Licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada e Investigadora do Centro de Estudos Arnaldo Araujo da Escola Superior Artística do Porto.

<sup>2</sup> Licenciado em História e Mestre em História e Património – ramo Mediação Patrimonial pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>3</sup> Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada e Mestre em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Só em 1835, já em pleno século XIX, é que Vila Nova de Famalicão, aproveitando a nova Divisão Judicial do reino se tornou um concelho independente. Embora a cidade, a partir de 1835, se tenha desenvolvido, muito à custa da sua privilegiada posição geográfica que tornava Vila Nova de Famalicão um ponto de passagem obrigatório para quem quisesse ir para Braga, Guimarães, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Vila do Conde, Vila das Aves, Trofa, Viana do Castelo, etc., só em 1985 é que Vila Nova de Famalicão foi elevada a cidade. O facto de ter passado 150 anos, desde a fundação do concelho até à elevação da vila a cidade, leva-nos a questionar o porquê de uma terra com imensos recursos naturais, humanos e infra-estruturais, associada a uma posição geográfica privilegiada, não se ter tornado mais cedo cidade. Algumas das respostas podem ser encontradas em Riba de Ave.

Riba de Ave embora sendo uma pequena vila situada na margem esquerda do rio Ave, no limite Sudeste do concelho de Vila Nova de Famalicão, possuindo uma área de superfície de apenas 2,83 km<sup>2</sup>, foi ao longo de quase todo o século XX (perdendo pujança a partir da década de 80), o coração da indústria têxtil do concelho de Famalicão. Importa referir que a concentração de indústrias têxteis no Vale do Ave iniciou-se por volta da década de 90 do século XIX, quando as unidades têxteis situadas nos principais pólos urbanos sentiram necessidade de se deslocarem para as periferias e viram na bacia hidrográfica do Ave uma zona de excelência para a sua implantação. Por um lado, os imensos cursos de água existentes por toda a região necessários para determinados segmentos da produção, para o aproveitamento das energias hídricas e o caminho-de-ferro recém-instalado, por outro, a longa tradição que aí existia do fabrico artesanal de tecidos de linho apoiado pelos moinhos e azenhas que, ao longo das margens do Ave, constituíam à época os únicos sistemas de transformação e produção de matérias-primas. Isso levou à instalação de inúmeras fábricas no mesmo local onde existiam esses moinhos e azenhas. Estavam, assim reunidas todas as condições para se estruturar um “espaço-território”, organizado em rede e favorável ao desenvolvimento da indústria.<sup>4</sup>

## 2. Narciso Ferreira: empreendedor e benemérito do Vale do Ave

Como afirmamos anteriormente, a vila de Riba de Ave foi um dos espaços que mais beneficiou com o surgimento, em grande escala, da indústria têxtil no Vale do Ave. Basta lembrarmo-nos de que nos inícios de 1890, Riba de Ave não passava de uma pequena freguesia rural, com 552 habitantes, distribuídos por 126 fogos, onde as principais actividades económicas se revestiam na prática da agricultura, da pecuária e da moagem<sup>5</sup>. No entanto, ao longo da década de 90 tudo se alterou, muito por culpa de um único homem, de seu nome Narciso Ferreira.

Narciso Ferreira nasceu em 7 de Julho de 1862, na freguesia de Pedome, do mesmo concelho de Vila Nova de Famalicão. Desde muito novo começou a aprender a arte da tecelagem, numa oficina como tecelão. Em 1881, com 19 anos, já possuía dois teares na sua casa de Pedome, vendendo os produtos que produzia nas feiras das freguesias e cidades vizinhas e na cidade do Porto, onde conseguiu clientes assíduos que lhe compravam os tecidos. O empreendedorismo e a visão pioneira de Narciso Ferreira começavam, assim, a dar os primeiros passos. Depois de se casar em Riba de Ave, procedeu à instalação nessa freguesia de uma oficina, por volta de 1890, junto ao curso do rio onde, para melhor aproveitamento da energia hídrica, estabeleceu uma queda de água. Nessa oficina chegou a possuir 19 teares mecânicos, especializando-se nos produtos

<sup>4</sup> ALVES, Jorge Fernandes – Fundação Narciso Ferreira – Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha. In O Tripeiro, 7ª Série, Ano XV, Nº 8, pp. 242-248. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1189.pdf>. Consultado em 20 de Maio de 2012.

<sup>5</sup> ALVES, Jorge Fernandes – *Ob. Cit.*

de “riscados fortes”. Em 1894 consegue formar sociedade com alguns negociantes e capitalistas da cidade do Porto (Manuel J. Oliveira, José Augusto Dias, Eng.º Ortigão Sampaio e J. Fernandes Machado), sociedade que só ficou legalizada em 1896, com o surgimento da fábrica Sampaio, Ferreira & C<sup>a</sup>, em Riba de Ave<sup>6</sup>.

Esta sociedade permitiu à fábrica dar um salto qualitativo e quantitativo, passando a possuir, em 1910, 200 teares mecanizados, com fição, acabamentos, oficinas de manutenção e renovação de equipamentos e ainda de uma escola para formação de técnicos, além de albergar uma população operária de 846 trabalhadores<sup>7</sup>. Se nos lembrarmos que em 1890 a população de toda a freguesia de Riba de Ave contava com 552 habitantes, passados 20 anos, só uma única fábrica ultrapassava esse número habitacional. Estes números dão a ideia do movimento populacional originado pela actividade industrial numa pequena localidade.

A partir desta unidade industrial em Riba de Ave, Narciso Ferreira instalou outras por todo o concelho de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente em Bairro (Empresa Têxtil Eléctrica – 1905), possuindo ainda participações em inúmeras fábricas têxteis. Além da aposta na produção têxtil, Narciso Ferreira foi um pioneiro no aproveitamento hidroeléctrico, pois a Empresa Têxtil Eléctrica terá sido a primeira fábrica do país a mover-se com este tipo de energia. Essa aposta ganha levou Narciso, juntamente com outros industriais e capitalistas, a fundarem a Companhia Hidroeléctrica de Varosa, em Lamego, por volta de 1907.

Este dinamismo industrial, aliado à capacidade de produzir riqueza, criar emprego e desenvolver o concelho, levaram Narciso Ferreira à presidência da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão e até mesmo à presidência da Câmara Municipal Famalicense. Foram-lhe ainda entregues as grã-cruzes da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial e da Ordem de Benemerência<sup>8</sup>.

No entanto, o pioneirismo de Narciso Ferreira não se deu só na actividade industrial, como referimos anteriormente. Muito do mérito e reconhecimento que lhe é atribuído deveu-se à enorme obra social realizada em Riba de Ave. Obra essa que, após a sua morte em 1933, foi continuada pelos seus filhos, Delfim e Raúl Ferreira.

Sempre atento às necessidades dos seus trabalhadores (embora muitos viessem das freguesias e concelhos vizinhos, a maioria já residia ou passou a residir em Riba de Ave), Narciso Ferreira construiu um conjunto de infra-estruturas e equipamentos com o objectivo de proporcionar aos seus trabalhadores e à pequena localidade, que face ao desenvolvimento da indústria têxtil funcionou como um pólo agregador, todas as condições para a população aí viver e trabalhar, sem a necessidade de se deslocarem à sede do concelho. Em suma, esses edifícios suportavam as mais elementares necessidades humanas tais como: a habitação, a saúde, o ensino, a segurança pública, a cultura, a espiritualidade, o convívio, os serviços e comunicações, como também o comércio. Estamos assim na presença de um conjunto de equipamentos que só encontramos nas grandes cidades ou nas sedes dos concelhos. Riba de Ave, embora não sendo cidade nem sede de concelho, passou a conter um conjunto de infra-estruturas e equipamentos



Fig. 1. Ponte sobre o Ave e Cineteatro Narciso Ferreira;

Fonte: «Vila Nova de Famalicão e as suas indústrias, comércio, profissões liberais e agricultura».

.....  
<sup>6</sup> ALVES, Jorge Fernandes – *Ob. Cit.*

<sup>7</sup> ALVES, Jorge Fernandes – *Ob. Cit.*

<sup>8</sup> ALVES, Jorge Fernandes – *Ob. Cit.*

que não encontraríamos em muitas vilas e mesmo cidades do país naquela época. Podemos até arriscar afirmando que Riba de Ave naquele período seria uma vila mais desenvolvida do que a sede de concelho.

### 3. Património arquitectónico de Riba de Ave – implementação de um itinerário cultural

Esse empreendedorismo iniciado por Narciso Ferreira no início do século XX e continuado pelos seus descendentes em meados do mesmo século, revelou-se um gesto extremamente inovador para a época, que acelerou o lento desenvolvimento rural da região. O dinamismo pontuado pelos equipamentos modernos espalhados pelas freguesias de Riba de Ave e de Oliveira de São Mateus permitiu criar um núcleo territorial que extravasa o tradicional conceito de Indústria, e se manifesta de forma difusa na malha urbana. Para além da intenção de fixar dignamente a população operária próxima da empresa têxtil, será que existiu uma visão estratégica de construir cidade?

Certo é que os equipamentos construídos em meados do século XX: Cineteatro, Hospital e Capela, Igreja Matriz, Escola-cantina, Externato, Correios, Bombeiros Voluntários, Posto da G.N.R., 1º café de Riba de Ave, Fontenários, Bairro Operário, Igreja, Avenida das Tílias, Estalagem e a pioneira Fundação Narciso Ferreira, espalhados pelo território viriam a ser pontos de desenvolvimento da vila e mesmo da região.

Tendo em conta os valores sociais, históricos e arquitectónicos que revestem este gesto pioneiro e empreendedor levado a cabo por Narciso Ferreira, compete-nos delinear uma estratégia que vise a salvaguarda, protecção e preservação deste legado patrimonial. O estado actual de degradação deste património, como são exemplo os Pavilhões Industriais, o Cineteatro, a GNR e a Casa Delfim Ferreira, justifica em pleno este alerta.

Assim sendo, a estratégia deveria passar pela promoção do património construído numa perspectiva territorial, definindo para isso um *"Itinerário Cultural de Arquitectura, (made In)dústria"* que relacione os edifícios com o conjunto formado por eles. Aspecto fundamental para a percepção da dimensão urbana que está na base do gesto empreendedor de Narciso Ferreira. O *"Itinerário Cultural de Arquitectura, (made In)dústria"*

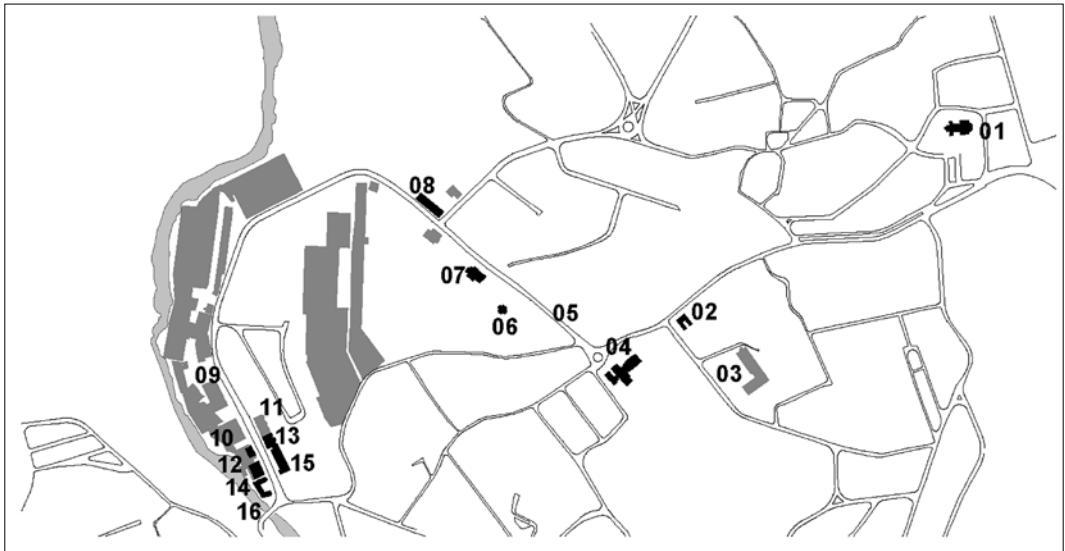


Fig. 2. Planta de Riba de Ave com marcação do Património Arquitectónico passível de integrar o itinerário.

Legenda: 01. Igreja Matriz (1950); 02. Posto da GNR (1910); 03. Externato Delfim Ferreira; 04. Hospital e Capela (1927); 05. Avenida das Tílias; 06. Capela; 07. Casa Delfim Ferreira; 08. Escola Primária (1919); 09. Naves Industriais Narciso Ferreira; 10. Posto dos Correios (1955); 11. Estalagem; 12. 1º Café de Riba de Ave; 13. Fundação Narciso Ferreira; 14. Quartel dos Bombeiros (1950); 15. Cineteatro Narciso Ferreira (1957); 16. Mercado (1950).

visa abordar duas dimensões: a micro escala/edifícios e a macro escala/malha urbana. A fusão da informação que resulta das duas dimensões permite, por um lado produzir conteúdo sobre os edifícios individualmente, por outro planear um traçado geográfico, histórico e arquitectónico do conjunto passível de ser visitável. Para atingir este objectivo torna-se essencial a localização geográfica e cartográfica dos pontos de interesse, quer integrados e enquadrados no mapa do concelho, quer da freguesia. Definir cronologicamente a origem dos edifícios e contextualizar a época do conjunto edificado. Realizar fichas individuais de inventário de cada um dos edifícios que aborde a sua localização, o seu enquadramento com o lugar, e disponibilize dados quantitativos/métricos, estado de conservação/usos, bem como a descrição das características arquitectónicas e construtivas dos edifícios. Em suma, o *“Itinerário Cultural de Arquitectura, (made In)dústria”*, localizado em Riba d’Ave e Oliveira de S. Mateus, permitiria criar informação inédita sobre o património arquitectónico e histórico, bem como promover essa informação no panorama turístico da região.

## Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes; “Fundação Narciso Ferreira – Indústria e obra social na têxtil nortenha”; O Tripeiro; 7ª Série, Ano XV, Nº 8.
- ALVES, Jorge Fernandes; “A indústria têxtil do Vale do Ave”. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.); “Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE”, 2002, p. 372-389.
- MACHADO, Carlos Sousa; REBELO, Lamarck; “Vila Nova de Famalicão e as suas indústrias, comércio, profissões liberais e agricultura”; Oficinas Gráficas Minerva; V. N. de Famalicão; 1947.
- FERNANDO, Aurélio; “Riba D’ave em terras de entre-ambas-as-aves, monográficos”; Volume I e II. Riba d’Ave: Biblioteca do Externato Delfim Ferreira, 1994.
- MOTA, Jorge Bruno Coelho; “Vila Nova de Famalicão: Oitocentos anos de foral”; Vila Nova de Famalicão: Phrase Editora, 2005.

## Sitografia

<http://www.fnarcisoferreira.org/>  
<http://www.museudaindustriatextil.org/>  
<http://www.ticcih.org/>  
<http://www.museudaindustriatextil.org/appi/>  
<http://www.adrave.pt/>  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx)  
<http://www.igespar.pt/pt/>  
<http://www.unesco.pt/>  
<http://www.cm-vnfamalicao.pt/>

## Cartografia:

Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



# As pontes e os núcleos molinológicos na definição da malha viária sobre o Ave – Vila Nova de Famalicão / Trofa

por Rogério Bruno Guimarães Matos\*

Resumo: A seguinte reflexão começa por abordar a importância do contexto geográfico na definição da rede viária de comunicação quer no panorama inter-regional quer no âmbito local. O território, integrado na região do baixo Ave, correspondente aos concelhos de Vila Nova de Famalicão e da Trofa, apresenta um conjunto de características que se revelaram fundamentais para a localização dos traçados viários e posteriormente para o desenvolvimento urbano das cidades. O rio Ave em toda a sua extensão constituiu, ao longo de séculos, uma barreira natural à circulação viária, facto que motivou inúmeras alternativas de travessia que evoluíram desde a ponte romana, passando pela barca de travessia e culminando na actual ponte em betão armado. Neste contexto pretende-se compilar e ordenar diversas informações históricas sobre as opções de travessia viária do rio Ave, para além de relacionar esses conteúdos com a formação e consolidação dos aglomerados urbanos e rurais nos concelhos de Vila Nova de Famalicão e da Trofa.

O território Português é definido, basicamente, como um rectângulo com 89.060Km<sup>2</sup> de área que ocupa o litoral ocidental da Península Ibérica. Está orientado no sentido Norte / Sul com 561km de comprimento e 160km de largura média. «Estende-se sobre o comprido na direcção meridiana e é limitado, a Oeste e a Sul, pela costa rectilínea do vasto Oceano Atlântico (...)»<sup>1</sup>, pontuada pelas cidades mais povoadas. Esta característica geográfica contribuiu para a criação de um eixo de comunicação longitudinal, delineado durante a ocupação Romana, com o propósito de interligar os povoados mais importantes: Braga / Porto / Coimbra / Lisboa. Dificultando a materialização desse traçado, existem inúmeros rios que “cortam” o território transversalmente, de forma mais vincada no Norte do País. Os rios permitiram numa primeira fase, estabelecer a comunicação entre o litoral e o interior, mas representaram ao longo de séculos uma oposição ao traçado viário Norte / Sul. Confrontado com este facto, o homem ao longo da sua história debateu-se com o desafio de criar condições de travessia dos rios, que permitissem a continuidade da malha viária, assegurando as comunicações locais e inter-regionais, fundamentais para o desenvolvimento social, cultural e económico. Se enquadrarmos estes aspectos geográficos e históricos com a formação do território na região do Baixo Ave levantam-se desde logo algumas questões. Qual a importância da região do Baixo Ave para a comunicação entre o Douro e o Minho? Que benefícios tiveram Vila Nova de Famalicão e Trofa ao integrarem um eixo viário com séculos de formação? Quais foram as alternativas de travessia do rio Ave entre Vila Nova de Famalicão e Trofa?

As características geográficas da região do Baixo Ave contribuíram para estabelecer os primeiros contactos inter-comunitários entre povoados na *Idade do Ferro* e canalizar os circuitos viários inter-regionais mais importantes entre o Douro e o Minho iniciados durante o período romano. A sua localização intermédia entre duas cidades que mantiveram uma relação comercial estreita durante séculos, Braga e Porto, associada às condições topográficas do Vale e do rio Ave contribuíram para atrair e canalizar o fluxo viário que encontrou em Vila Nova de Famalicão e na Trofa uma charneira de distribuição entre as cidades mais importantes da região.

\* Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada e Mestre em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> RIBEIRO, Orlando; LAUTENSAC, Hermann; “GEOGRAFIA DE PORTUGAL”, Volume I. A POSIÇÃO GEOGRÁFICA E O TERRITÓRIO; Edições João Sá da Costa; Lisboa; 1ª edição Dezembro de 1987.



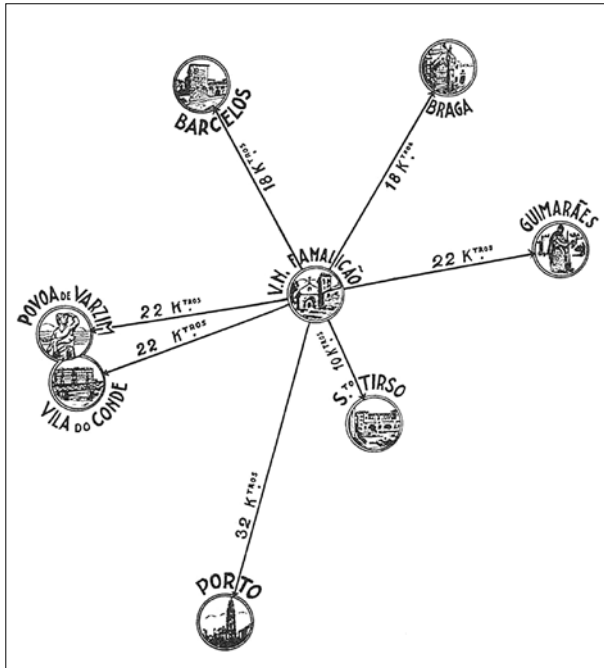


Fig. 1. Mapa turístico com as distâncias entre cidades;  
 Fonte: «Vila Nova de Famalicão e as suas indústrias, comércio, profissões liberais e agricultura».

«(...) o segredo de seu espantoso progresso – Famalicão está no centro geográfico do Baixo Minho, ou seja em pleno coração da antiga província de Entre Douro e Minho. A Sul, a 28 quilómetros das Barreiras do Porto; a Norte a 18 da cidade de Braga; a Leste, a 23 da cidade de Guimarães; a Oeste a 23 da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde; a Noroeste, a 19 de Barcelos; a Sudeste, a 10 de Santo Tirso (...)».<sup>2</sup>

Se recuarmos ao período da *Idade do Ferro* existiram no Baixo Ave inúmeros Povoados Castrejos que estabeleciam contactos inter-comunitários, através de uma rede de vias de comunicação que privilegiavam essencialmente os caminhos naturais, ou seja, os seus rios principais – o Ave e o Este. «A grande concentração de povoados ao longo do curso do Ave sugere-nos que este rio deveria funcionar como eixo fulcral na ligação das comunidades do litoral com as do interior».<sup>3</sup> O autor António

Pereira Dinis admite a hipótese de que o rio não seria navegável em todo o seu curso continuamente, mas era possível navegá-lo em parte, desde que utilizando determinados tipos de embarcações, com dimensões reduzidas, construídas em pele conforme refere Estrabão. Para além disso, em alternativa à navegação, os vales marginais associados aos rios seriam zonas privilegiadas de circulação pedestre para percursos longos nomeadamente entre o litoral e o interior.

Durante o período de ocupação romana Vila Nova de Famalicão e Trofa integraram o eixo viário que estabelecia a ligação entre Bracara / Cale / Olisipo, aproveitando as condições geográficas do vale do rio Pelhe e a travessia do rio Ave na freguesia de Lousado, Ponte Lagoncinha. A via seguia em direcção a S. Martinho de Bougado, «(...) como o indica um marco miliário, do tempo do Imperador Carino (...)»<sup>4</sup> passando pela Quinta do Painço e pelo castro de Alvarelos até à Carriça onde prosseguia em direcção a Portus Cale.<sup>5</sup>

Fruto desta herança, Vila Nova de Famalicão e Trofa considerados *povoados de circulação*,<sup>6</sup> foram criando condições de acolhimento ao longo do traçado viário que ligava Braga ao Porto. As estalagens e as *vendas*<sup>7</sup> são

<sup>2</sup> SILVA, José Casimiro da; «ELUCIDÁRIO TURÍSTICO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E ROTEIRO DO MINHO»; Centro Gráfico de Famalicão, 1960.

<sup>3</sup> DINIS, António Pereira; «ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO BAIXO AVE NO I MILÉNIO A.C.»; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mestrado em Arqueologia; Porto; Novembro de 1993.

<sup>4</sup> PIMENTEL, Alberto; «SANTO THYRSO DE RIBA D'AVE»; Editado pelo «Club Thyrsense»; Santo Thyrso; 1902.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Flávio; «PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga»; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004.

<sup>6</sup> CRUZ, António; «ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM»; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

<sup>7</sup> DUARTE, Moutinho; «PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga»; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004. As vendas eram as casas que acolhiam os viajantes,

o melhor exemplo para explicar a importância da circulação inter-regional para o desenvolvimento local. «Diz a lenda que, aí pelo século XIV, se instalou em Terra de Vermoim um sujeito chamado de Famelião, casado com uma tal Mota, antiga serviçal dos Condes de Barcelos. O local escolhido não oferecia grandes atractivos. Ficava num baixo e era completamente despovoado. (...) Tinha contudo, a vantagem de ser atravessado pela estrada de Braga ao Porto. Ora foi precisamente desta particularidade que Famelião soube tirar todo partido. Mandou construir uma casa e, dadas as suas tendências comerciais, vá de a transformar, pouco depois, numa convidativa estalagem».<sup>8</sup> Na Trofa, ao longo do traçado viário existem referências a inúmeras vendas que remontam ao século XV como comprova o autor António Cruz ao recorrer a um documento datado de, «(...) 8 de Junho de 1462, D. Afonso V dava bom acolhimento a uma suplica de Tomé Domingues, cidadão do Porto e aí morador, que tinha uma venda que era em terra da Maia que se chama a Trofa».<sup>9</sup> Queixava-se Tomé Domingues que existia outra venda que lhe retirava a clientela localizada «(...) na estrada que vai do Porto para Braga (...)».<sup>10</sup>

No século XVIII, a forte afluência de viajantes que circulavam na região é referida nas Memórias Paroquiais de 1758, pelo Abade Inácio Pimentel, «(...) no lugar da Barca da Trofa, onde é passagem da estrada real, que seria mui útil tivesse uma ponte por facilitar melhor a continua passagem de toda a provincia do Minho».<sup>11</sup> Para além disso as inúmeras referências a pontes e barcas de passagem durante as Memórias Paroquiais transmitem a ideia que estamos perante «(...) um território de largo transito inter-paroquial, intra-concelhio e regional (...)».<sup>12</sup>

O circuito viário entre Braga e Porto apoiado numa longa tradição foi adquirindo cada vez mais importância. Em meados do século XIX, surge a *Companhia de Viação Portuense*<sup>13</sup> que resolveu investir na conclusão das obras das estradas entre Porto, Braga e Guimarães para explorar economicamente as designadas viagens de

.....  
isto é, uma estalagem onde estes descansavam ou pernoitavam antes de retomar a viagem. Mais recentemente as vendas eram designadas pelos estabelecimentos onde se vendia pão, vinho ou qualquer outro sustento.

<sup>8</sup> ABREU, Leonídio de; "SILVA MINHOTA"; Braga, 1956.

<sup>9</sup> CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

<sup>10</sup> CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981. «O mapa de caminhos medievais portugueses tem sempre de inscrever com passagem pela Trofa – terra extrema – a carreteira que ligava a cidade do Porto a Braga, por ser essa a mais directa e, como tal a preferida dos viajantes (...)», que justificou a existência de uma venda ou estalagem. «(...) porém a distar apenas uma légua da nossa estalagem, foi construída uma outra, a da carriça, no último quartel do século dezassete.»

<sup>11</sup> SILVA, José Pereira da Silva; "TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981. «(...) respectiva acta da Câmara Municipal de S. Tirso, com data de 11 de Janeiro de 1839: ... que sendo de grande urgência ao Rendimento deste Município e ao bem do publico que seja construída uma ponte de pau no sítio denominado Barcada Trofa (...)»

<sup>12</sup> CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto; "VILA NOVA DE FAMILICÃO NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758"; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; V. N. de Famalicão; 2001.

<sup>13</sup> SILVA, José Pereira da Silva; "TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981. «A Companhia Viação Portuense foi fundada após a publicação das bases do concurso para a conclusão das importantes estradas do Porto a Braga e do Porto a Guimarães, publicadas em D.º do Gov.º de 21-7-1851. Propôs então a companhia o seu acabamento a troco da concessão dos transportes públicos. Aceite a proposta, iniciaram-se imediatamente as respectivas obras, enquanto lhe era conferido o exclusivo da exploração de diligências e de carros acelerados nas duas estradas e concedia-se-lhe a condução das malas do correio nos mesmos carros, por dois terços do preço que até então era dispendido com esse serviço».

*mala-posta*.<sup>14</sup> «Desta forma, pode concluir-se a estrada, considerada, ao seu tempo, monumental, quer pela sua extensão e largura, quer pela segurança que oferecia. Foi um melhoramento que veio iniciar uma nova era de prosperidade para todo o Minho, pelo considerável aumento de tráfego que originou». <sup>15</sup> Neste período Vila Nova de Famalicão ganha uma nova e intensa dimensão económica, social e cultural. Em 1861 o autor Vilhena Barbosa descreve o seguinte: «*Villa Nova de Famalicão já não é a mesma terra de há seis annos. Quem a viu então, e a visita hoje, desconhece-a inteiramente. Os novos prédios que ali se têm edificado ennobreciam qualquer grande cidade. E a edificação continua de um modo pasmoso a levantar não casas humildes, mas sim extensas propriedades com dois e três andares.*». E descreve a circulação: «*Innumeráveis vehiculos de todo o género transitam constantemente por essas estradas em todas as direcções. E como Famalicão dista do Porto cinco das nossas antigas e grandes léguas, é um ponto obrigado de descanso para os viajantes*». <sup>16</sup>

Esse movimento viário, iniciado no período de ocupação romana e intensificado a partir do século XIX com as viagens de *mala-posta*, deparou-se durante séculos com um obstáculo natural formada pelo rio Ave. O rio era considerado de «(...) transposição dificultada pela corrente ou profundidade(...)»<sup>17</sup> facto que motivou, a partir do século XVIII, a solicitação de uma ponte que ligasse a freguesia de Ribeirão, (margem direita), com a freguesia de S. Martinho de Bougado, (margem esquerda). «A qual ponte (da Lagoncinha) há muitos anos a esta parte pouca serventia tem, e se carece muito de outra para se passar o dito rio Ave, no lugar da Barca da Trofa, que fica na freguesia de S. Martinho de Bougado, vizinha desta, aonde com grande trabalho e perigo de vida, tendo morrido algumas pessoas afogadas, se dá passagem em três barcas, ao correio e povo que vem de Lisboa, Porto e de outras partes fazendo estrada direita por esta freguesia (...)».<sup>18</sup>

A partir de meados do século XIX, numa tentativa de dar continuidade à *estrada real* ou simplesmente ligar as duas freguesias Ribeirão e S. Martinho de Bougado foram idealizadas cinco soluções até aos nossos dias. A primeira solução é identificada pelo autor António Cruz como *Ponte da Barca* baseando-se numa referência existente no «(...) mapa do Entre Douro e Minho levantado pelo oficial de Engenharia Custódio José Gomes de Vilas Boas». <sup>19</sup> A segunda solução foi a *Ponte do Estreu* que devido à sua afluência foi explorada em parceria pelas Câmaras de Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso que cobravam uma taxa de passagem, «Cada pessoa a pé 5reis; besta cavalari, 20reis; dita muar, 25reis; gado vacum, 10reis; jumentos ou jumentas, 15reis; carro com uma junta de bois, 40reis; carro com duas ditas, 60reis; cada uma cabra, carneiro, ovelha

.....  
<sup>14</sup> MARQUES, Napoleão Sousa; "PONTE PÉNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga"; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004. «Desde o dia 10 de Outubro de 1866, estas diligências, da Companhia de Viação, tiveram o seguinte horário:

Do Porto para Braga – 6horas da manhã e 1hora da tarde;  
De Braga para o Porto – 6horas da manha e às 11:30horas da noite;  
Do Porto para Guimarães – 6horas da manha e meio-dia;  
De Guimarães para o Porto – 6horas da manha 11:45horas da noite;  
Do Porto para Viana do Castelo – ao meio-dia;  
De Viana do Castelo para o Porto – 7horas da manhã.»

<sup>15</sup> ABREU, Leonídio de; "SILVA MINHOTA"; Braga, 1956.

<sup>16</sup> ABREU, Leonídio de; "SILVA MINHOTA"; Braga, 1956.

<sup>17</sup> CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

<sup>18</sup> CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

<sup>19</sup> CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

ou cevado, 5reis; cada carruagem, 120reis; cada uma leiteira, 8reis».<sup>20</sup> A ponte do Estreu foi construída em madeira e suportada por barcas facto que exigia uma permanente manutenção, como comprova a acta de sessão da Câmara de Santo Tirso de 16/6/1846. «Foi lido hum officio que o Presidente da Comissão Municipal de Villa Nova de Famalicão dirigiu ao Presidente desta Comissão (Santo Tirso), em que participava ter aquella Comissão resolvido em seção de hontem hir o seu fiscal no dia dezoito do corrente à Ponte do Streu a-fim de examinar quais os reparos de que aquela ponte precisava, rogando que esta Comissão, naquela ponte interessada igualmente, alli dirigisse, no indicado dia, hum dos seus membros para de combinação com aquele Fiscal procederem ao dito exame(...)».<sup>21</sup>

No entanto, as despesas resultantes da constante manutenção por parte dos Municípios de Vila Nova de Famalicão e de Santo Tirso tornaram insuportável a sua continuidade. Facto que incentivou a idealizar uma terceira solução que consistia num projecto para uma ponte sólida que respondesse às exigências impostas pela crescente circulação. Assim sendo, surge um projecto de uma ponte em pedra, «(...) de aduelas talhadas e acostadas à boa moda Romana, com avanços para um e outro lado do tabuleiro»,<sup>22</sup> que não chegou a ser executado.

Em 1858 é materializada a quarta solução, a *Ponte Pênsil*,<sup>23</sup> com o impulso da Companhia de Viação Portuense e projectada pelos Engenheiros Belchior José

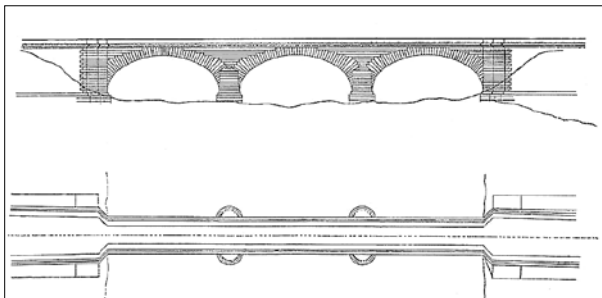


Fig. 2. Projecto da ponte sobre o rio Ave entre ribeirão e S. Martinho de Bougado que antecedeu à Ponte Pênsil;

Fonte: "Actas do Colóquio de História Local e Regional – O Reguengo de Bougado. Introdução ao Estudo da Terra e do Homem"

Garcês e Sebastião Lopes Calheiros que a descrevem da seguinte forma: «Adoptamos a forma de torres, depois de muito pensar na mais adequada às columnas de suspensão, e de combinarmos tal assumpto com os srs. engenheiro fiscal por parte do governo, e directores da Companhia. Effectivamente, sendo, como é, invariável o vão da ponte, 85,38 m. determinada por conseguinte a flexa dos cabos, que é de 6,56769 m., fixada fica em 7,56769 a altura das mesmas columnas, igual aquella flexa, e mais a do estrado da ponte, e altura da primeira tige. (...) De mais, a qualidade da pedra, não se prestando a delicado ornamento, sem a irmos procurar a léguas de distância, nem convindo envolver a Companhia em consideráveis dispêndios de fundição,

<sup>20</sup> SILVA, José Pereira da Silva; "TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981.

<sup>21</sup> SILVA, José Pereira da Silva; "TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981.

<sup>22</sup> CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

<sup>23</sup> PIMENTEL, Alberto; "SANTO THYRSO DE RIBA D'AVE"; Editado pelo «Club Thyrsense»; Santo Thyrso; 1902. «Esta ponte desperta agradáveis recordações a todos quantos viajaram na antiga mala-posta d' aquela Companhia (a Viação Portuense), desde o Porto a Braga. Partia-se do Porto às 11 horas da noite, saindo da rua Entre – Paredes e rodava-se pela Batalha e rua de Santa Catarina até ganhar o largo de Aguardente (o actual jardim do Marquês), que era nesse tempo o limite povoado da cidade. Depois entrava-se em pleno campo, sempre por entre arvoredo, fazendo-se a primeira paragem na Carriça, onde o Silva, um homem forte e ancho, sempre de jaqueta, chapéu redondo na cabeça, vendia aos passageiros uma água de castanhas, a ferver, convencionalmente denominada café. Após breve demora, segue-se para a Trofa, onde a aparição da esbelta Ponte do Ave era sempre saudada com alegria pelos viajantes, não só porque a luz da manha começava a sorrir na paisagem, mas também porque se aproximava Vila Nova de Famalicão, onde uma nova paragem dava tempo para almoçar bifés e ovos.»



Fig. 3. Ponte Pênsil sobre o rio Ave entre Ribeirão e S. Martinho de Bougado;  
Fonte: Arquivo do Fotógrafo Armando Maia.

rodoviária inaugurada em 1935. Construída para assegurar o trânsito pesado entre as duas margens era tida como uma nova esperança para o desenvolvimento da Indústria têxtil do Vale do Ave. «Em 1931, o quinzenário local O Trofense lançava aos ventos o primeiro alarme: A interessante e conhecida ponte pênsil da Trofa parece estar condenada a ser substituída por outra em cimento armado. Lamenta-se que o camartelo demolidor venha roubar-nos uma obra monumental que é o orgulho da nossa terra porque a conhecida ponte Pênsil da Trofa é a única em Portugal e uma das maiores da Europa, no género.»

Todas estas pontes surgem com um objectivo principal de criar condições viárias de comunicação inter-regional. Podemos referir que as pontes atrás descritas foram respondendo de forma eficaz aos objectivos propostos, dando continuidade ao eixo viário entre Braga e Porto. No entanto existiu durante séculos, uma rede de caminhos locais que foram fundamentais nas relações diárias das populações que viviam nas freguesias marginais ao rio Ave.<sup>25</sup> «No Noroeste, coração da civilização portuguesa, são os carros de duas rodas dos camponeses que asseguram a circulação nos caminhos. (...) Ao longo de todo o dia ouve-se a melodia dos “carros que chiam” através das gândaras, matas, campos de milho e vinhas embarradas. Estes carros semelhantes ao *plaustrum romano* e que datam com certeza de milhares de anos, são puxados exclusivamente por bois, que conseguem, com estes veículos pesados e fortes, vencer todos os acidentes do terreno».<sup>26</sup>

É certo que desde o período de ocupação romana até meados do século XVIII a travessia do rio Ave por ponte, entre Vila Nova de Famalicão e Trofa, realizava-se exclusivamente pela Ponte da Lagoncinha. No entanto, entre o século XV e princípios do século XX existiram inúmeras alternativas de travessia do rio Ave, realizadas por barca, a vau ou a pé, a mula ou a carro de bois, que estabeleciam de forma disseminada a relação da teia de caminhos locais entre a margem direita, Vila Nova de Famalicão e a margem esquerda, Trofa respondendo às necessidades quer da população local, quer dos viajantes que circulavam na região. Esses pontos de travessia, estão associados aos núcleos molinológicos que se estendem ao longo do rio Ave e relacionam os caminhos da margem direita com os da margem esquerda. Neste sentido as azenhas e açudes representam um elo de ligação entre as duas margens, mas também são um amparo às correntes

<sup>24</sup> ABREU, Leonídio de; “SILVA MINHOTA”; Braga, 1956.

<sup>25</sup> RIBEIRO, Orlando; LAUTENSAC, Hermann; “GEOGRAFIA DE PORTUGAL”, III. O POVO PORTUGUÊS; Edições João Sá da Costa; Lisboa; Novembro de 1989. «À grande massa de população das bacias, vales e planícies corresponde uma densa rede de estradas (...). A multidão de aldeias, lugarejos, e casais está ligada por densa rede de caminhos de carros, onde circulam os primitivos carros dos camponeses, puxados por junta de bois gigantes, presos às cangas.»

<sup>26</sup> RIBEIRO, Orlando; LAUTENSAC, Hermann; “GEOGRAFIA DE PORTUGAL”, III. O POVO PORTUGUÊS; Edições João Sá da Costa; Lisboa; Novembro de 1989.

*fomos com compellidos a dar às nossa columns de suspensão a forma de torres antigas, por meio das quaes obtivemos a resistência necessária com o mínimo dispêndio, imprimindo-lhe um aspecto de novidade que agradou. De facto, os pórticos, as columns de qualquer ordem, os abeliscos de pedra, ou ligeiras columns de ferro fundido, tudo seria imitação de outras pontes n’este género».<sup>24</sup>*

Por último, a solução de travessia do rio Ave entre a freguesia de Ribeirão e S. Martinho de Bougado é a actual ponte

que dificultavam a travessia do rio Ave. Para além disso, a azenha permanentemente habitada pelo moleiro era um ponto de vigia que tranquilizava quem atravessava o rio. Durante o Verão, quando o açude não ficava coberto por água, era frequente o moleiro abrir a azenha para permitir à população atravessar o rio, em troca da contribuição, principalmente quando haviam festas e romarias religiosas.<sup>27</sup>

Ancorada à azenha existia frequentemente a Barca de travessia, por vezes explorada pelo moleiro ou pelas próprias entidades municipais. «Os históricos viandantes, com objectivo Braga, ao chegarem à margem esquerda do rio Ave, apeavam as pessoas, que buscavam a Barca onde cabiam 12 pessoas que o moleiro a troco de uns reais, transportava para a margem direita daquele rio com o impulso de uma vara de eucalipto com cerca de quatro metros, apoiada no seu leito.»<sup>28</sup> Os municípios de V. N. de Famalicão e de Santo Tirso exploraram também Barcas de passagem entre a freguesia de S. Martinho de Bougado e a freguesia de Ribeirão no lugar da Barca. Facto que esteve na origem de conflitos originados pelas taxas exigidas pelas referidas Câmaras Municipais na travessia das barcas «(...) comparecia na Câmara de Santo Tirso o arrematante da Barca da Trofa (...) a reclamar, em virtude de a sua barca se achar parada “sem poder navegar por motivo da barca da Câmara de Villa Nova de Famalicão a ter atrabuido no desembarque da Barca desta Câmara”(…)».<sup>29</sup> Efectivamente a travessia por barca mais conhecida efectuava-se no lugar da Barca, entre a azenha da Barca, em S. Martinho de Bougado, e a azenha da Agra da Várzea, em Ribeirão.<sup>30</sup> O autor António Cruz documenta a sua existência com base em prazos lavrados em 26 de Setembro de 1560. «Talvez uma só de princípio (séculos XV e XVI), depois duas, por força do movimento que as exigia, finalmente e logo a partir do segundo quartel do século XVIII, eram já três as barcas que asseguravam a travessia e mantinham a ligação entre os dois troços de estrada real do Porto a Braga».<sup>31</sup> Mais recentemente existem registos relativos à sessão de Câmara com a data de 7 de Abril de 1837 em que é «(...)posta em praça a arrematação da cobrança das passagens da Barca da Trofa e do Barquinho de Chaves. A primeira foi arrematada por Caetano José da Silva, de Vila Nova de Famalicão pela quantia de 650\$000; e a segunda, por Narciso da Silva Carneiro, de Bougado Grande, 13\$500 rs.».<sup>32</sup>

Nas freguesias de S. Martinho de Bougado e Lousado existiu uma barca de travessia associada à Azenha da Esprela e à Azenha do Zé da Carolina, retratada na obra «O Minho Pitoresco». Existe referência a uma barca de carácter clandestino, que funcionava essencialmente durante a noite «E aquela vez em que ouviste,

.....  
<sup>27</sup> São frequentes os relatos de pessoas que viviam em S. Martinho de Bougado e atravessavam o rio pelo açude da Azenha da Esprela e da Azenha do Zé da Carolina para irem à festa em Lousado realizada durante o mês de Setembro. Também era hábito a população participar nas festas e romarias entre a freguesia de Fradelos e Guidões e entre a freguesia de S. Tiago de Bougado e Ribeirão como referem os moleiros das respectivas azenhas que possibilitavam a travessia do rio Ave.

<sup>28</sup> PORTELA, José Costa; “PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga”; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004.

<sup>29</sup> SILVA, José Pereira da Silva; “TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA”; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981.

<sup>30</sup> SILVA, José Pereira da; “TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA”; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981. «E quando se teria iniciado a actividade dessa barca? Se esse início coincidiu com o levantamento do açude do respectivo local – como opina José Francisco da Costa – bem remota deve ser a existência da Barca da Trofa. A primeira alusão ao lugar da Barca, nos assentos paroquiais, vem de 1652 (...)»

<sup>31</sup> CRUZ, António; “ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM”; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.

<sup>32</sup> SILVA, José Pereira da; “TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA”; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981.

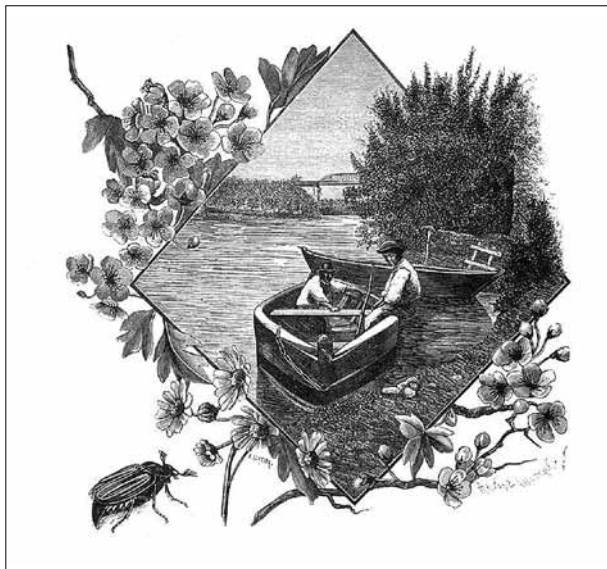


Fig. 5. Gravura dos barcos de travessia do Ave, entre as Azenha da Esprela, (S. Martinho de Bougado) e a Azenha do Zé da Carolina, (Lousado);  
**Fonte:** "Minho Pitoresco"; Desenho de João de Almeida.

ao longe o bater ritmado dos remos na água, anunciando que alguém, a horas tardias, passava de Lousado para a Esprela».<sup>33</sup>

Nas freguesias de S. Martinho de Bougado e Ribeirão existiu um local de travessia do rio Ave localizado a jusante da azenha de Real e da azenha da Bragadela conhecido como o *lugar do Barco*, «(...) provavelmente no século XVIII, ali existiu um pequeno barco a remos para travessia de gente para as duas margens (Portela e Cavadas). Tinha capacidade para dez pessoas».<sup>34</sup> Nas freguesias de S. Tiago de Bougado e Ribeirão, associado à Azenha de Sam e à Azenha do Barroso existiu também um barco que realizava a travessia do rio Ave. «Existiu durante muitos anos um pequeno barco ancorado na azenha (do Barroso) que fazia a travessia para a

margem esquerda de Santiago de Bougado, de acesso ao lugar da Corredoura e Lagoa»<sup>35</sup>, facto confirmado pelo proprietário da azenha de Sam.

Entre as freguesias de Fradelos e de S. Tiago de Bougado existiu uma barca de travessia que merece especial destaque conhecida como o *Barquinho de Chaves*. Nas Memórias Paroquiais que datam de 6 de Maio de 1758 sobre Santa Leocádia de Fradelos o Abade Luís de Moura Teixeira na descrição das travessias do rio Ave na freguesia de Fradelos refere o seguinte: «*Não tem pontes e no rio Ave, tem huma barca no destrito desta freguezia, chamada a Barca de Chaves.*». Além desta referência existe também uma certidão «(...) concluída, concertada e assinada, na cidade do Porto a 10 de Junho de 1793»<sup>36</sup> que descreve os bens moveis e imóveis da Casa de Lavoura de Constantino da Silva Carneiro, localizada no lugar de Bairros: «Vinhos, cereal, cascos e barcos: (...) uma barca no rio – 9.600 rs. ; um barquinho pequeno – 4.000 rs.».<sup>37</sup> Efectivamente o Barquinho de Chaves foi durante vários séculos um meio de travessia do rio Ave bastante solicitado, «(...) foste centro de passagem entre as duas margens, servindo-te da barca que possuías (ainda lá estão os ganchos de a prender) para transportares carros e pessoas quando o rio ia cheio. Há quem se recorde de pagar 5reis de ida e de volta. E hoje sem barca e com barco, só nos fins-de-semana, ainda continua o transporte de pessoas entre as duas margens, pelo preço de 5 escudos de ida e volta».<sup>38</sup>

<sup>33</sup> RODRIGUES, Alcino; "MISÉRIAS E GRANDEZAS DA TERRA DE BOUGADO – II PARTE"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1984.  
<sup>34</sup> SANTOS, Firmino; "VILA DE RIBEIRÃO – UMA TERRA, UM POVO E A SUA HISTÓRIA"; Gráficasmares, Lda; Julho de 2008. «Era pertença de um morador da aldeia da Portela (...)» servia os «(...) passageiros que se deslocavam para S. Martinho de Bougado, Santo Tirso e outros, como para Ribeirão, Lousado e Vila Nova de Famalicão.»  
<sup>35</sup> SANTOS, Firmino; "VILA DE RIBEIRÃO – UMA TERRA, UM POVO E A SUA HISTÓRIA"; Gráficasmares, Lda; Julho de 2008.  
<sup>36</sup> CRUZ, António; "CASAS DE LAVOURA DO REGUENGO DE BOUGADO NA CHARNEIRA DE DOIS SÉCULOS – BOLETIM CULTURAL, VOLUME I, Nº I"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; 1977.  
<sup>37</sup> CRUZ, António; "CASAS DE LAVOURA DO REGUENGO DE BOUGADO NA CHARNEIRA DE DOIS SÉCULOS – BOLETIM CULTURAL, VOLUME I, Nº I"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; 1977.  
<sup>38</sup> RODRIGUES, Alcino; "NOTÍCIA DO JORNAL A VOZ DA TROFA – A AZENHA DE BAIRROS".

Para além das barcas de travessia, enumeradas anteriormente, existiram outras ao longo do rio Ave. Refiro-me ao local de travessia, junto às azenhas dos Frades e Povoação, realizada por barca localizada a montante das azenhas e por barco pertencente à azenha de Povoação que efectuavam a ligação comercial entre as freguesias de Guidões e Fradelos, como testemunha o proprietário da azenha de Povoação: «era frequente atravessarem inúmeras mulheres vindas de Cidai com cestos à cabeça que iam comprar ovos e galinhas a Fradelos ou mesmo deixar oferendas na Capela de São Bento localizada no largo da Aldeia de Povoação». <sup>39</sup> Podemos também referir a barca localizada a jusante da Azenha do Bicho e a importância das azenhas do Arnado e do Passadiço para a travessia do rio Ave nas relações entre Guidões e Ferreiró. <sup>40</sup>

Se por um lado, as pontes permitem a continuidade das vias de comunicação entre as capitais de distrito, por outro não podemos esquecer a importância dos inúmeros pontos de travessia do rio Ave associados aos núcleos molinológicos. Estes últimos, de forma plurinuclear logo mais abrangente, representaram uma alternativa e um complemento, que garantiu a permanente circulação na região. A barca e o açude foram, durante séculos, elos de ligação entre margens e essa condição específica, permitiu manter o fluxo viário nos caminhos secundários, quer pelo viajante que optava por atravessar o rio por barca ou a vau, quer pela população local que atravessam o rio para comercializar produtos ou simplesmente ali recorriam para moer os cereais, macerar o linho, pisar a lã, serrar a madeira, lavar a roupa, tomar banho e pescar.

Após esta reflexão, considero que as pontes e os núcleos molinológicos que comportavam a travessia do rio Ave, durante séculos, foram contributos preciosos para garantirem o traçado viário inter-regional e local. Aspecto acabaria por influenciar de forma decisiva a distribuição e a ocupação do território quer de Vila Nova de Famalicão e quer da Trofa. Ainda hoje podemos verificar dois tipos de povoados: um ao longo do traçado viário inter-regional, outro disperso pelo Vale do Ave associado ao campo agrário e ao caminho. E é com o cruzamento destes dois tipos de povoados que obtemos o retrato da ocupação do nosso território.

## Bibliografia

- ABREU, Leonídio de; "SILVA MINHOTA"; Braga, 1956.
- CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto; "VILA NOVA DE FAMILICÃO NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758"; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; V. N. de Famalicão; 2001.
- CRUZ, António; "ACTAS DO COLÓQUIO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL – O REGUENGO DE BOUGADO INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA TERRA E DO HOMEM"; Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso; Santo Tirso, 1981.
- DAVEAU, Suzanne; "PORTUGAL GEOGRÁFICO"; Edições João Sá da Costa, Lda.; 1ª Edição; Lisboa; 1995.
- DINIS, António Pereira; "ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO BAIXO AVE NO I MILÉNIO A.C."; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mestrado em Arqueologia; Porto; Novembro de 1993.
- DUARTE, Moutinho; "PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga"; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004.
- FERNANDES, Agostinho Peixoto; "PATRIMÓNIO E INDÚSTRIA NO VALE DO AVE – UM PASSADO COM FUTURO"; ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.; Novembro de 2002.
- MAIA, Manuel Domingues de Sousa; "HISTÓRIA DE GUIDÕES"; Porto.

.....

<sup>39</sup> Depoimento do Sr. Mário Loureiro.

<sup>40</sup> CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto; "VILA NOVA DE FAMILICÃO NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758"; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; V. N. de Famalicão; 2001. Existem desde o século XVIII inúmeras barcas com uma importância vital na comunicação entre a população «(...) as barcas de passagem mais importantes; a de nossa Senhora de Porto d'Ave, a barca da Taipa (ao pé de vila Nova de Sande) o Barco do Nuno (na freguesia do mesmo nome, o barco do Porto, na freguesia de Lama, junto a Santo Tirso; a barca de Santo Tirso junto ao Convento que é dos Beneditinos; a barca da Trofa, em Ribeirão; a barca de Chaves, na Freguesia de Fradelos.»



- MACHADO, Carlos Sousa; REBELO, Lamarck; "VILA NOVA DE FAMILIÇÃO E AS SUAS INDUSTRIAS, COMÉRCIO, PROFISSÕES LIBERAIS E AGRICULTURA"; Oficinas Gráficas Minerva; V. N. de Famalicão; 1947.
- MARQUES, Napoleão Sousa; "PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga"; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004.
- MATOS, R. Bruno; "CONTRIBUTO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – AZENHAS & AÇUDES NO VALE DO AVE, PAISAGEM E MEMÓRIA"; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; 2011.
- MATOS, R. Bruno; "PATRIMÓNIO À PROVA DE ÁGUA – APONTAMNETO PARA A SALVAGUARDA DAS AZENHAS & AÇUDES NAS MARGENS DO RIO AVE, VILA NOVA DE FAMILIÇÃO/TROFA"; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Novembro de 2011.
- MOTA, Jorge Bruno Coelho; "VILA NOVA DE FAMILIÇÃO: OITOCENTOS ANOS DE FORAL"; Vila Nova de Famalicão: Phrase Editora, 2005.
- PIMENTEL, Alberto; "SANTO THYRSO DE RIBA D'AVE"; Editado pelo «Club Thyrsense»; Santo Thyrso; 1902.
- PORTELA, José Costa; "PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga"; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004.
- RIBEIRO, Flávio; "PONTE PÊNSIL DA BARCA DA TROFA. À borda da estrada Porto – Braga"; Câmara Municipal da Trofa e Professor Napoleão Sousa Marques; Gráfica da Trofa; Abril de 2004.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSAC, Hermann; "GEOGRAFIA DE PORTUGAL", Volume I. A POSIÇÃO GEOGRÁFICA E O TERRITÓRIO; Edições João Sá da Costa; Lisboa; 1ª edição Dezembro de 1987.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSAC, Hermann; "GEOGRAFIA DE PORTUGAL", Volume III. O POVO PORTUGUÊS; Edições João Sá da Costa; Lisboa; Novembro de 1989.
- RIBEIRO, Orlando; "INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA GEOGRAFIA REGIONAL"; 2ª edição; Edições João Sá da Costa, Lda; 1995.
- RIBEIRO, Orlando; "PORTUGAL O MEDITERRÂNICO E O ATLÂNTICO – ESBOÇO DE RELAÇÕES GEOGRÁFICAS"; 7ª edição; Livraria Sá da Costa Editora; 1998.
- RODRIGUES, Alcino; "MISÉRIAS E GRANDEZAS DA TERRA DE BOUGADO – II PARTE"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1984
- SANTOS, Firmino; "VILA DE RIBEIRÃO – UMA TERRA, UM POVO E A SUA HISTÓRIA"; Gráficamares, Lda; Julho de 2008.
- SILVA, Bernardino Areal; "VILA DO CONDE E AS FREGUESIAS DO SEU CONCELHO NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758"; Guidões; 2008.
- SILVA, José Casimiro da; "ELUCIDÁRIO TURÍSTICO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO E ROTEIRO DO MINHO"; Centro Gráfico de Famalicão, 1960.
- SILVA, José Pereira da Silva; "TROFA S. MARTINHO DE BOUGADO – ESBOÇO DE UMA MONOGRAFIA"; Livraria Sólivos de Portugal; Trofa; 1981.
- VIEIRA, José Augusto; "O MINHO PITTORESCO, TOMO II"; Livraria de António Maria Pereira; Lisboa; 1887.



## **VII – Informação Cultural**



## “AS GRANDES QUESTÕES DA I REPÚBLICA” ATRAIRAM A ATENÇÃO DE INVESTIGADORES E HISTORIADORES –

“As Grandes Questões da I República”, foi o título do ciclo de conferências que a Câmara Municipal de Famalicão promoveu entre 2009 e 2010, no âmbito do programa das Comemorações do Centenário da I República.

O ciclo de conferências abordou as grandes problemáticas deste período da história nacional, com destaque para o papel dos partidos políticos, a maçonaria, as questões económicas e sociais, para além da questão religiosa, entre muitas outras. O ciclo contou com a presença de doze prestigiados conferencistas, estudiosos e investigadores dos diversos temas.



## O PAPEL DAS MULHERES DURANTE A I REPÚBLICA. FAMILIÇÃO ABRIU AS PORTAS DO DEBATE

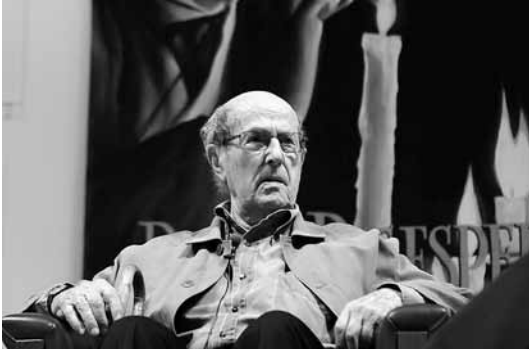
– O historiador Fernando Catroga, professor da Universidade de Coimbra, foi o primeiro de oito convidados da Câmara Municipal para o ciclo de conferências promovido pelo Museu Bernardino Machado, subordinado ao tema “As Mulheres e a I República”, que decorreu durante o ano de 2011.

A iniciativa organizada no âmbito das comemorações do Centenário da I República, contou com a participação de especialistas nesta área, caso de Antonieta Garcia, que abordou o tema “Feminismos na I República: o caso de Carolina Beatriz Ângelo”, Zélia Osório, que falou sobre as “Mulheres Intelectuais Republicanas”, ou Norberto Cunha, com “Bernardino Machado e o Feminismo e as Mulheres da I República”, entre outros.



De resto, a autarquia colaborou na apresentação do livro “As Mulheres na Implantação da República” da investigadora Fina D’Armada. Do programa de apresentação do livro destaque ainda para a conferência sobre “As Mulheres na República”, pela historiadora Fina D’Armada, e uma homenagem, a título póstumo, a Elzira Dantas Machado (mulher do antigo Presidente da República Bernardino Machado) e sua filha, Rita Dantas Machado, que foram destacadas ativistas da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e dos Direitos das Mulheres. Esta iniciativa foi promovida pela Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos Civitas Braga.

## **MANOEL DE OLIVEIRA NA CASA DE CAMILO – “Eu estou aqui a falar, mas não sabem quem eu sou. Eu sou o Manoel de Oliveira”.**



Foi assim que o cineasta Manoel de Oliveira se apresentou perante uma plateia lotada que escolheu passar a noite de 24 de Setembro de 2010 na companhia do cineasta. O pretexto era o regresso de Manoel de Oliveira à Casa de Camilo, em Vila Nova de Famalicão, quase vinte anos depois da estreia do filme “O Dia do Desespero”, que relata a história verídica dos últimos anos de vida do romancista Camilo Castelo Branco. O auditório do Centro de Estudos Camilianos, que não existia em 1991, quando Manoel de Oliveira

andou por terras famalicenses a rodar o filme, foi pequeno para receber tanta gente que quis ver ou rever “O Dia do Desespero” na companhia do cineasta.

Foi, assim, uma sessão do ciclo “Um Livro, Um Filme” inesquecível. Tanto para a Casa de Camilo como para o ilustre convidado, Manoel de Oliveira, que em Dezembro último completou 104 anos.

## **MUSEUS DE FAMALICÃO UNEM-SE EM REDE E APOSTAM NO TURISMO – Já está! Depois de vários**



meses de trabalho conjunto nasceu em Vila Nova de Famalicão a Rede Museológica Municipal que congrega treze museus do concelho. Na cerimónia de assinatura da Declaração de Princípios, o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, afirmou que uma das imagens mais poderosas e inovadoras, que o Município de Vila Nova de Famalicão projeta no País é a de um município culturalmente dinâmico, com uma rede de equipamentos culturais ativa, múltipla e incomum. Segundo o autarca Famalicão possui de facto espaços e dinâmicas museológicas

de excelência, que justificam plenamente o modelo de gestão em rede que ativamos hoje, para potenciar este património e este trabalho enquanto produto turístico de excelência.

A cerimónia que contou com a presença dos vários responsáveis pelas estruturas museológicas ficou ainda marcada pela nomeação de Artur Sá da Costa como coordenador da Rede Museológica Municipal. A rede é então composta por treze museus, três dos quais integram já a Rede Portuguesa de Museus (Casa-Museu Camilo Castelo Branco, Museu Bernardino Machado e Museu do Surrealismo da Fundação Cupertino de Miranda). Os restantes são: Museu da Indústria Têxtil, Museu Nacional Ferroviário, Museu da Guerra Colonial, Museu de Cerâmica da Fundação Castro Alves, Museu do Automóvel Antigo, Museu de Arte Sacra de S. Tiago de Antas, Museu de Arte Sacra da Paróquia de Santo Adrião, Casa-Museu Soledade Malvar e Museu Cívico, Cultural e Religioso de Mouquim, Museu da Confraria da Senhora do Carmo de Lemenhe.

## **GRANDES NOMES DA MÚSICA NACIONAL NA CASA DAS ARTES – Rui Veloso, Carminho e Jorge Palma**

foram alguns dos nomes da música nacional que passaram, em 2010, pelo palco da Casa das Artes. As comemorações dos 30 anos de carreira de Rui Veloso começaram da melhor maneira com dois concertos completamente esgotados em Famalicão. Ao todo, mais de mil pessoas celebraram grandes êxitos deste artista nortenho.

Sucesso idêntico teve o concerto memorável de Carminho. A fadista, uma das maiores revelações do fado, conquistou por completo as cerca de 500 pessoas que encheram o grande auditório.

Acompanhada pela guitarra portuguesa, guitarra clássica e guitarra baixo acústica, Carminho cantou cada tema com toda a alma e sentimento, agarrando o público do primeiro ao último minuto.

Também o músico Jorge Palma esgotou o grande auditório da Casa das Artes. Jorge Palma é, sem dúvida, um dos melhores cantores e compositores portugueses da atualidade, um criador com sonhos feitos canções, que consegue cativar diferentes públicos, incluindo um público mais jovem, junto do qual conseguiu criar um grupo de indefetíveis seguidores, isto apesar de durante doze anos não ter gravado qualquer álbum de originais. Estes três espetáculos são bem o espelho da dinâmica e do sucesso da Casa das Artes, que continua a projetar Vila Nova de Famalicão como um centro cultural de excelência no país.



## **AFONSO CRUZ, O ARTISTA FAZ-TUDO, QUE VENCEU O PRÉMIO DE CONTO CAMILO CASTELO**

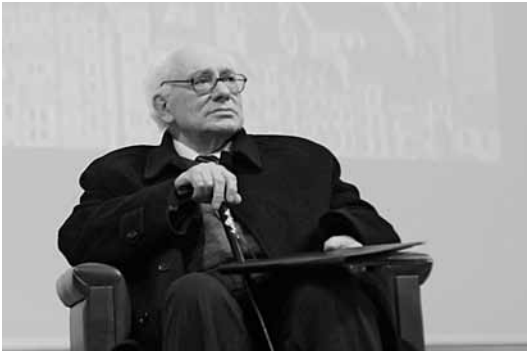
**BRANCO** – Começou como realizador de filmes de animação. Ganha a vida como ilustrador. Diverte-se a fazer música. E entretanto descobriu-se escritor. Este 'artista faz-tudo' ganhou o Prémio de Conto Camilo Castelo Branco 2009, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores e patrocinado pela Câmara Municipal de Famalicão.

"Enciclopédia da História Universal" é título da obra, editada pela Quetzal que mereceu a unanimidade do júri da APE e que lhe valeu o prémio no valor de 7500 euros. Tal como o nome indica é "uma enciclopédia de factos inventados", ordenados alfabeticamente e com autores igualmente inventados mas com uma sabedoria e um humor bastantes reais. É uma obra singular e, como o autor reconhece, "difícil de catalogar" – basta dizer que o último texto (penúltimo, porque ainda há a bibliografia) é uma crítica à própria Enciclopédia.

Desde então, Afonso Cruz tem vindo a somar prémios literários o que confirma o seu talento para a escrita.



## VOTO DE PESAR PELA MORTE DO DIRETOR DA CASA DE CAMILO ANÍBAL PINTO CASTRO – A morte



do diretor da Casa-Museu de Camilo Castelo Branco, o professor universitário Aníbal Pinto de Castro marcou o ano de 2010. Logo de seguida, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo acontecimento. Professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Pinto de Castro faleceu a 8 de Outubro, aos 72 anos, nos Hospitais da Universidade de Coimbra, onde estava internado há cerca de um mês. O funeral ocorreu em Cernache, localidade de onde era natural e onde residia. A

sua última aparição em S. Miguel de Seide aconteceu em 26 de Fevereiro de 2010, para receber o bispo do Porto, D. Manuel Clemente, convidado da Casa-Museu de Camilo Castelo Branco no ciclo de cinema “Um Livro, Um Filme”.

Aníbal Pinto de Castro prestou uma estreita e inestimável colaboração com o Município de Vila Nova de Famalicão, desempenhando as funções de Director da Casa-Museu de Camilo Castelo Branco e do Centro de Estudos Camilianos, desde Dezembro de 1995. Em Vila Nova de Famalicão, exerceu igualmente as funções de Director da Biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda, cujo Conselho de Administração integrou. Como forma de reconhecer o seu papel no desenvolvimento da cultura a nível local e nacional, a Câmara Municipal galardoou Aníbal Pinto de Castro com a Medalha de Mérito Municipal Cultural, através da deliberação de 25 de Junho de 2001, e com o título do Cidadão Honorário do Município, mediante deliberação de 25 de Junho de 2008.

## PACHECO PEREIRA, FERNANDO ROSAS E DAVID JUSTINO NOS ENCONTROS DE OUTONO’11 – Os



historiadores José Pacheco Pereira e Fernando Rosas, o antigo ministro da Educação David Justino e o economista João Ferreira do Amaral foram alguns dos convidados que integraram o grupo de conferencistas que participam nos Encontros de Outono 2011.

O tema “A Política dos Melhoramentos Materiais em Portugal: Da Regeneração ao Século XXI” revelou-se atual e pertinente e foi debatido com rigor, conhecimento e seriedade, atraindo várias dezenas de participantes.

## MANUEL GUSMÃO VENCE GRANDE PRÉMIO DE ENSAIO EDUARDO PRADO COELHO 2011 – “A melhor

forma de evocarmos Eduardo Prado Coelho é celebrar a cultura em todas as suas vertentes. É incentivar a cultura!” Foi com estas palavras que o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Armindo Costa, assinalou a entrega do Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho 2011 ao poeta e ensaísta Manuel Gusmão, pela sua obra “Tatuagem Palimpsesto – Da poesia em alguns poetas e poemas”, editada pela Assírio & Alvim. Criado pela Associação Portuguesa de Escritores (APE) e pela Câmara Municipal de Vila Nova de



Famalicão, o prémio foi entregue pela segunda vez, depois de ter distinguido o investigador Vítor Aguiar e Silva. A cerimónia, que decorreu na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, onde se encontra a Sala Eduardo Prado Coelho (que disponibiliza um espólio bibliográfico de 12.500 títulos), contou com a presença de diversos amigos e familiares do ensaísta, nomeadamente da viúva, Maria Manuel Viana. Marcaram ainda presença o presidente da APE, José Manuel Mendes, e o autor premiado Manuel Gusmão.

Na sua intervenção, Armindo Costa lembrou Eduardo Prado Coelho como **“um grande nome da nossa cultura, um grande intelectual português e um grande amigo de Vila Nova de Famalicão”**. **“A sua biblioteca pessoal, doada à nossa terra, e disponível para consulta pública nesta Biblioteca Municipal, foi uma dádiva que acolhemos com entusiasmo e que estimamos e divulgamos com a paixão dos que gostam de descobrir coisas novas”**, acrescentou o autarca.

Segundo Armindo Costa, **“a criação do Grande Prémio de Ensaio, em parceria com a Associação Portuguesa de Escritores, é um tributo anual que prestamos a Eduardo Prado Coelho, promovendo a cultura e o conhecimento, como ele promoveu, ao longo de uma vida sempre ligada ao que era novo e portador de sabedoria”**.





